



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 96, 1º semestre de 2005

1. Discursos
2. Atos Internacionais
3. Comunicados, Notas, Mensagens e Informações
4. Artigos
5. Entrevistas

Ministério das Relações Exteriores



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 96, 1º semestre de 2005



Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 96, 1º semestre de 2005
Ano 32, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Embaixadora Maria Elisa Berenguer

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO)
Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) – Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 – .

v.
Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

V Reunião Especial do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico do CARICOM

Discurso proferido pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa por ocasião da V Reunião Especial do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (COTED) do CARICOM, em Georgetown, Guiana, no dia 6 de janeiro de 2005. 27

Inauguração da Sede da OTCA

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a inauguração da Sede da Secretaria Permanente da OTCA, em Brasília, no dia 11 de janeiro de 2005. 33

Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Haiti, realizada em Nova York, no dia 12 de janeiro de 2005 37

Visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo do Reino da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, em Brasília, no dia 24 de janeiro de 2005. 41

Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum Econômico Mundial, no dia 28 de janeiro de 2005. 45

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, no dia 28 de janeiro de 2005. 47

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Sessão Plenária com Investidores, no Fórum Econômico Mundial, no dia 29 de janeiro de 2005. 50

Visita Presidencial à Venezuela

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005 51

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela, no dia 14 de fevereiro de 2005. 54

Visita Presidencial à Guiana

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega das chaves da cidade de Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005 59

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo Presidente da República da Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005. 60

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005. 61

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira, em Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005. 64

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa, em Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005. 67

Visita Presidencial ao Suriname

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, CARICOM, em Paramaribo, Suriname, no dia 16 de fevereiro de 2005 71

Fórum Econômico de Jedá

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Fórum Econômico de Jedá, Arábia Saudita, no dia 20 de fevereiro de 2005. 77

Visita ao Brasil dos Príncipes das Astúrias

Brinde oferecido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em Brasília, em homenagem aos Príncipes das Astúrias, no dia 23 de fevereiro 2005. 83

Reunião de Cúpula da Liga Árabe

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Reunião de Cúpula da Liga Árabe, realizada em Argel, Argélia, no dia 22 de março de 2005. 85

Reunião Ministerial Preparatória da Cúpula América do Sul-Países Árabes

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Reunião Ministerial Preparatória da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Marraqueche, Marrocos, no dia 25 de março de 2005. 87

Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, no dia 1º de abril de 2005. 91

Visita Presidencial à República de Camerun

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República de Camerun, Paul Biya, em Iaundê, no dia 10 de abril de 2005. 95

Reunião Ampliada com o Presidente da Nigéria

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião Ampliada com o Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo em Abuja, Nigéria, no dia 11 de abril de 2005. 97

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo, em Abuja, Nigéria, no dia 11 de abril de 2005. 98

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos, em Abuja, Nigéria, no dia 12 de abril de 2005. 100

Visita Presidencial a Gana

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pela família ganense-brasileira Tabom, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005 103

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005. 104

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005. 104

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana, em Acra, Gana, no dia 13 de abril de 2005. 106

Reunião Ampliada em Guiné Bissau

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião Ampliada Brasil-Guiné Bissau, Bissau, no dia 13 de abril de 2005. 109

Visita Presidencial ao Senegal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente Abdoulaye Wade, do Senegal, em Dacar, no dia 13 de abril de 2005. 113

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com a comunidade brasileira residente no Senegal, em Dacar, no dia 14 de abril de 2005. 115

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Ilha de Gorée, Senegal, no dia 14 de abril de 2005. 117

Visita ao Tribunal Regional Federal de São Paulo

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sede do Tribunal Regional Federal de São Paulo, proferida em 22 de abril de 2005. 119

III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de abertura da III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias, realizada em Santiago no Chile, no dia 28 de abril de 2005. 131

Aniversário do jornal “Valor Econômico”

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia em comemoração ao quinto aniversário do jornal “Valor Econômico”, em São Paulo, no dia 2 de maio de 2005. 135

Visita ao Brasil do Presidente de Angola

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante visita do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Brasília, no dia 3 de maio de 2005. 141

Reunião Ministerial da OCDE

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Reunião Ministerial da OCDE, sobre a Rodada Doha, em Paris, França, no dia 4 de maio de 2005. 145

Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da Reunião de Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes, em Brasília, no dia 9 de maio de 2005. 147

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília, no dia 10 de maio de 2005. 149

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 2ª Reunião Plenária da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília, no dia 10 de maio de 2005. 150

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília, no dia 11 de maio de 2005. 151

Visita ao Brasil do Presidente da Argélia

Brinde oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em homenagem ao Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, no dia 12 de maio de 2005. 155

Visita Presidencial à Coreia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, realizado em Seul, Coreia do Sul, no dia 24 de maio de 2005. 157

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento do Seminário “Brasil-Coreia: Oportunidades de Comércio e Investimentos”, em Seul, no dia 24 de maio de 2005. 159

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira na Coreia do Sul, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005. 161

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da Coreia, Roh Moo-Hyun, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005. 164

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido pela Câmara de Comércio e Indústria, Federação das Indústrias Coreanas, Associação de Comércio Internacional da Coreia e Federação das Pequenas e Médias Empresas, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005. 165

Visita Presidencial ao Japão

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento japonês, no dia 26 de maio de 2005. 167

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da comunidade brasileira, realizado em Nagóia, Japão, no dia 28 de maio de 2005. 170

XXXV Assembléia Geral da OEA

Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da XXXV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos “Tornando realidade os benefícios da Democracia”, realizada em Fort Lauderdale, EUA, no dia 6 de junho de 2005. 173

VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Encerramento da VI Reunião da Comissão Mista Brasil- Senegal, realizada em Brasília, no dia 9 de junho de 2005. 177

Visita ao Brasil do Presidente da República do Congo

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, realizado em Brasília, no dia 13 de junho de 2005. 179

Reunião do Conselho do Mercosul

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Assunção, Paraguai, no dia 20 de junho de 2005. 181

Conferência Internacional sobre o Iraque

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Conferência Internacional sobre o Iraque, realizada em Bruxelas, Bélgica, no dia 22 de junho de 2005. 185

Painel Internacional sobre “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura do Painel Internacional “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”, realizada no Auditório Finatec, Campus da Universidade de Brasília, no dia 29 de junho de 2005. 189

1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 30 de junho de 2005. 193

ATOS INTERNACIONAIS 199

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Cheick Tidiane Gadio (5 de janeiro de 2005) 207

Comunicado à imprensa sobre o Acordo de Paz no Sudão (7 de janeiro de 2005) 207

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República da Bulgária, Gueórgui Parvánov (10 de janeiro de 2005) 207

Comunicado a respeito das Eleições na Palestina (10 de janeiro de 2005) 208

Comunicado a respeito da Reunião do Conselho de Segurança sobre o Haiti (11 de janeiro de 2005) 208

Comunicado sobre o Maremoto no sul da Ásia - Doações (11 de janeiro de 2005) 209

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Trinidad e Tobago (12 de janeiro de 2005) 209

Comunicado a respeito do Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança sobre o Haiti, Nova York (12 de janeiro de 2005) 209

Comunicado à imprensa sobre os Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Bulgária, Gueórgui Parvánov (12 de janeiro de 2005) 212

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Trinidad e Tobago - Comunicado Conjunto (13 de janeiro de 2005) 213

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Países Africanos (13 de janeiro de 2005)	215
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República de Cabo Verde – Comunicado Conjunto (14 de janeiro de 2005)	217
Comunicado à imprensa sobre a reunião do Grupo de Países Megadiversos Afins(14 de janeiro de 2005)	219
Comunicado à imprensa a respeito da Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres (14 de janeiro de 2005)	220
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia (18 de janeiro de 2005)	220
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim, à República da Guiné-Bissau – Comunicado Conjunto (18 de janeiro de 2005)	221
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República do Camerun – Comunicado Conjunto (18 de janeiro de 2005)	223
Comunicado à imprensa sobre a reunião dos Países Sul-Americanos para a Segurança dos Cidadãos (20 de janeiro de 2005)	224
Comunicado à imprensa sobre o envio de Auxílio Humanitário para a Guiana (20 de janeiro de 2005)	224
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia – Comunicado Conjunto Brasil – Colômbia (21 de janeiro de 2005)	225
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero (21 de janeiro de 2005)	227
Comunicado à imprensa sobre a situação no Iraque – Desaparecimento de cidadão brasileiro (21 de janeiro de 2005)	227
Comunicado sobre a situação no Iraque (21 de janeiro de 2005)	227
Comunicado sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (22 de janeiro de 2005)	228
Comunicado sobre o seqüestro do cidadão brasileiro no Iraque (24 de janeiro de 2005)	228

Comunicado sobre a declaração de Brasília a respeito de Consolidação da Parceria Estratégica Brasil – Espanha (24 de janeiro de 2005)	228
Comunicado sobre a assinatura de Memorando de Entendimento para cooperação em projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero (24 de janeiro de 2005)	236
Comunicado sobre Atos celebrados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero (24 de janeiro de 2005)	236
Comunicado a respeito da reunião do Brasil e da Argentina sobre Integração e Comércio (25 de janeiro de 2005)	238
Comunicado sobre a assinatura de programa de co-financiamento entre o Brasil e o Banco Mundial para o Haiti (27 de janeiro de 2005)	239
Comunicado sobre o 60º Aniversário da Libertação do Campo de Concentração de Auschwitz (27 de janeiro de 2005)	240
Comunicado sobre o final da busca por brasileiros na Ásia (28 de janeiro de 2005)	240
Comunicado sobre o Encontro Empresarial MERCOSUL – SICA – CARICOM, Cidade do Panamá (28 de janeiro de 2005)	240
Comunicado sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (31 de janeiro de 2005)	241
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chanceler de Cuba, Felipe Pérez Roque (1 de fevereiro de 2005)	241
Comunicado à imprensa sobre a reunião do Ministro Celso Amorim com a Doutora Ruth Dreifuss (1 de fevereiro de 2005)	241
Comunicado à imprensa sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (3 de fevereiro de 2005)	242
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente da República ao Papa João Paulo II (3 de fevereiro de 2005)	242
Comunicado à imprensa sobre o vigor do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela (3 de fevereiro de 2005)	242
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe (4 de fevereiro de 2005)	243

Comunicado à imprensa a respeito da Cúpula Quadripartite de Charm el-Cheikh (9 de fevereiro de 2005)	243
Comunicado à imprensa sobre a ação terrorista na Espanha (9 de fevereiro de 2005)	243
Comunicado sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela (10 de fevereiro de 2005)	243
Comunicado à imprensa sobre a 8ª Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (11 de fevereiro de 2005)	244
Comunicado a respeito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Suriname (11 de fevereiro de 2005)	245
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiana (11 de fevereiro de 2005)	245
Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a Países Árabes (11 de fevereiro de 2005)	246
Comunicado à imprensa a respeito da reunião do Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores para o Combate à Fome e à Pobreza (11 de fevereiro de 2005)	246
Comunicado à imprensa a respeito do anúncio da Coréia do Norte sobre posse de armas nucleares (11 de fevereiro de 2005)	247
Comunicado à imprensa sobre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri (14 de fevereiro de 2005)	247
Comunicado à imprensa a respeito da mensagem de condolências em razão do falecimento do ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri (14 de fevereiro de 2005)	247
Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado à Guiana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (15 de fevereiro de 2005)	248
Comunicado à imprensa sobre o vigor do Protocolo de Quioto (16 de fevereiro de 2005)	251
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Países Árabes (17 de fevereiro de 2005)	252
Comunicado à imprensa sobre a publicação do Edital do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (17 de fevereiro de 2005)	253

Comunicado à imprensa sobre a Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (17 de fevereiro de 2005)	254
Comunicado a respeito de Contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Europeias sobre a classificação aduaneira de cortes de frango salgado (17 de fevereiro de 2005)	255
Comunicado à imprensa do MERCOSUL sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (18 de fevereiro de 2005) (versões em português e espanhol)	256
Comunicado Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005)	257
Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a implementação da Aliança Estratégica	259
Comunicado à imprensa sobre a participação do MERCOSUL na primeira rodada de negociações com SICA e CARICOM (19 de fevereiro de 2005)	261
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil dos Príncipes das Astúrias (21 de fevereiro de 2005)	262
Comunicado à imprensa a respeito das eleições parlamentares em Portugal (22 de fevereiro de 2005)	262
Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta Suriname-Brasil (22 de fevereiro de 2005)	262
Comunicado à imprensa a respeito do Terremoto no Irã (23 de fevereiro de 2005)	265
Comunicado à imprensa sobre o status jurídico das florestas tropicais e outros recursos naturais (24 de fevereiro de 2005)	265
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa João Paulo II (24 de fevereiro de 2005)	265
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Uruguai para a posse do Presidente Tabaré Vázquez (25 de fevereiro de 2005)	266
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil de delegação de alto nível da República Dominicana (1 de março de 2005)	266
Comunicado a respeito da presidência brasileira do Conselho de Segurança (1 de março de 2005)	266
Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta dos Presidentes da Argentina, do Brasil e da Venezuela (2 de março de 2005) (<i>versões em português e espanhol</i>)	267

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Países da África (3 de março de 2005)	269
Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre Subsídios ao Algodão (3 de março de 2005)	271
Comunicado à imprensa sobre a visita do Vice-Primeiro-Ministro de Israel a Brasília (4 de março de 2005)	274
Comunicado à imprensa a respeito das tropas sírias no Líbano (5 de março de 2005)	274
Comunicado à imprensa sobre o seqüestro do cidadão brasileiro no Iraque (5 de março de 2005)	275
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Quênia (7 de março de 2005) ...	275
Comunicado à imprensa sobre a declaração dos Vice-Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações a respeito da situação na Bolívia (7 de março de 2005)	277
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Etiópia - Comunicado Conjunto (8 de março de 2005)	277
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Bolívia, Carlos Mesa Gisbert (9 de março de 2005)	278
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Moçambique - Comunicado Conjunto (11 de março de 2005)	278
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim à Índia (16 de março de 2005) ..	280
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Ministro Celso Amorim ao Representante de Comércio designado dos Estados Unidos (18 de março de 2005)	280
Comunicado à imprensa sobre a preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul - Argel (21 de março de 2005)	280
Comunicado à imprensa sobre o Grupo dos 4 e o relatório “Uma Liberdade mais Ampla – Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos”, do Secretário-Geral das Nações Unidas (21 de março de 2005)	281
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Presidente da República Democrática do Congo, Jean Pierre Mbemba Gombo (22 de março de 2005)	282

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana na Venezuela (24 de março de 2005)	283
Comunicado à imprensa sobre o Contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Europeias a respeito da classificação aduaneira de cortes de frango salgado - Entrega do relatório final do Painel às Partes (24 de março de 2005)	283
Comunicado à imprensa sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Comores (25 de março de 2005)	285
Comunicado à imprensa sobre a cerimônia de lançamento do II Festival América do Sul (29 de março de 2005)	285
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, ao Brasil (31 de março de 2005)	286
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, ao Brasil - Comunicado Conjunto (1º de abril de 2005)	286
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (1º de abril de 2005)	293
Comunicado à imprensa sobre a presidência brasileira do Conselho de Segurança (1º de abril de 2005)	293
Comunicado à imprensa sobre a missão da CARICOM ao Brasil (1º de abril de 2005)	295
Comunicado à imprensa sobre a declaração de Ciudad Guayana - Declaração Conjunta dos Presidentes da República Bolivariana da Venezuela, do Governo do Reino da Espanha, da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia (1º de abril de 2005)	296
Comunicado à imprensa sobre a candidatura do Brasil à Direção-Geral da OMC (1º de abril de 2005) ...	299
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do falecimento do Papa João Paulo II (2 de abril de 2005)	299
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Ministro Celso Amorim por ocasião do falecimento do Papa João Paulo II (2 de abril de 2005)	300
Comunicado à imprensa a respeito das medidas de contingência na área de integração fronteiriça entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, acordadas pelos Governos do Brasil e do Paraguai (2 de abril de 2005)	300

Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Papa João Paulo II - Mensagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim ao Decano do Colégio dos Cardeais (3 de abril de 2005)	303
Comunicado à imprensa sobre o Sistema Geral de Preferências Brasil-EUA. Direitos autorais. (4 de abril de 2005)	304
Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Príncipe de Mônaco, Rainier III - Mensagens de condolências do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim (7 de abril de 2005)	304
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a cinco países africanos (8 de abril de 2005)	305
Comunicado à imprensa sobre a reunião intergovernamental para discutir a Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (12 de abril de 2005)	307
Comunicado a respeito da IX Reunião da Comissão Mista Brasil-União Européia (12 de abril de 2005) ...	307
Comunicado à imprensa sobre a missão do Conselho de Segurança e do ECOSOC ao Haiti (13 de abril de 2005)	307
Comunicado Conjunto por ocasião da Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Gana (13 de abril de 2005)	308
Comunicado Conjunto por ocasião da Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Federal da Nigéria (13 de abril de 2005)	311
Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiné-Bissau (13 de abril de 2005)	313
Comunicado à imprensa sobre a Resolução da Comissão de Direitos Humanos a respeito da situação dos direitos humanos em Cuba (14 de abril de 2005)	315
Comunicado à imprensa sobre a reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (15 de abril de 2005)	315
Comunicado à imprensa sobre a LVII Reunião do Grupo Mercado Comum e sobre a reunião dos Embaixadores do Brasil na América do Sul para preparar a reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (15 de abril de 2005)	316
Comunicado à imprensa sobre as eleições na OMC (15 de abril de 2005)	316

Comunicado à imprensa sobre a convalidação de diplomas de medicina de profissionais cubanos (15 de abril de 2005)	317
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República do Senegal (15 de abril de 2005)	317
Comunicado à imprensa sobre a assinatura de Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Financiadora de Estudos e Projetos (18 de abril de 2005)	320
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Sua Santidade o Papa Bento XVI (19 de abril de 2005)	320
Comunicado à imprensa sobre as declarações emitidas por ocasião da Reunião dos Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (19 de abril de 2005)	321
Comunicado à imprensa sobre o cidadão brasileiro ferido em atentado no Iraque (19 de abril de 2005)	321
Comunicado à imprensa a respeito da situação no Equador (20 de abril de 2005)	321
Comunicado à imprensa sobre a concessão de asilo diplomático ao Senhor Lucio Gutiérrez (20 de abril de 2005)	321
Comunicado à imprensa da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre o Equador (21 de abril de 2005) (versões em português e espanhol)	322
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chanceler de Angola (25 de abril de 2005)	323
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia (25 de abril de 2005)	323
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA (25 de abril de 2005) ..	323
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA - Comunicado Conjunto (26 de abril de 2005)	324
Comunicado à imprensa sobre a reunião de Ministros da Área Social de Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai (28 de abril de 2005)	325
Comunicado à imprensa sobre a Missão da Comunidade Sul-Americana de Nações ao Equador (28 de abril de 2005)	325

Comunicado à imprensa sobre a III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias (28 de abril de 2005)	325
Comunicado à imprensa sobre o Contencioso Brasil-União Européia a respeito dos subsídios à exportação de açúcar – Relatório do órgão de apelação da OMC (28 de abril de 2005)	326
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (29 de abril de 2005)	329
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Paris (29 de abril de 2005)	330
Comunicado à imprensa sobre a eleição do Ministro José Miguel Insulza ao cargo de Secretário-Geral da OEA (2 de maio de 2005)	330
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente de Honduras (3 de maio de 2005)	330
Comunicado à imprensa sobre as missões empresariais à Coreia e ao Japão (3 de maio de 2005)	330
Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República de Angola (3 de maio de 2005)	331
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal (4 de maio de 2005)	334
Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes - Reunião Preparatória para o Simpósio de Criação da Biblioteca Básica América do Sul-Países Árabes (4 de maio de 2005)	334
Comunicado à imprensa sobre a escolha do Diretor-Geral da OMC (4 de maio de 2005)	334
Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente de Honduras, Ricardo Maduro (6 de maio de 2005)	335
Comunicado à imprensa - Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura da Reunião dos Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes (9 de maio de 2005)	336
Comunicado à imprensa sobre a Assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Conselho de Cooperação do Golfo (9 de maio de 2005)	338
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Argélia ao Brasil (11 de maio de 2005)	338

Comunicado à imprensa sobre a Cúpula América do Sul - Países Árabes - Declaração de Brasília (11 de maio de 2005)	338
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika - Comunicado Conjunto (12 de maio de 2005)	350
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim à Jamaica e a Barbados (13 de maio de 2005)	351
Comunicado à imprensa sobre o processo de escolha do Diretor - Geral da OMC (13 de maio de 2005)	352
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita Oficial do Ministro Celso Amorim à Jamaica (16 de maio de 2005)	352
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão (17 de maio de 2005)	354
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Coreia (17 de maio de 2005)	355
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita Oficial do Ministro Celso Amorim a Barbados (17 de maio de 2005)	355
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina - Acordo de Brasília (20 de maio de 2005)	357
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Coreia (25 de maio de 2005)	358
Comunicado à imprensa sobre documentos concluídos por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Tóquio, Japão (26 de maio de 2005)	360
<i>Declaração conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi sobre a reforma das Nações Unidas</i>	360
<i>Declaração conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi sobre assuntos internacionais</i>	360
<i>Declaração Conjunta sobre o Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas entre o Japão e a República Federativa do Brasil</i>	362
<i>Programas conjuntos relativos às comunidades brasileiras no Japão</i>	364

<i>Memorando sobre cooperação bilateral nos campos social e educacional entre a República Federativa do Brasil e o Japão</i>	365
<i>Memorando sobre intercâmbio cultural e educativo entre a República Federativa do Brasil e o Japão</i>	367
<i>Memorando sobre cooperação na área de ciência e tecnologia entre a República Federativa do Brasil e o Japão</i>	368
<i>Comunicado Conjunto de Imprensa relativo à Agenda Comum Brasil-Japão sobre Temas de Desenvolvimento Sustentável</i>	368
<i>Declaração Conjunta à imprensa sobre cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Japão</i>	369
<i>Comunicado Conjunto à imprensa sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto</i>	370
<i>Comunicado Conjunto à imprensa sobre o estabelecimento do “Conselho Brasil-Japão para o século 21”</i>	371
<i>Comunicado à imprensa relativo à Criação de Grupo de Trabalho sobre Biomassa</i>	371
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Israel (27 de maio de 2005)	371
Comunicado à imprensa sobre o acordo Multilateral de Previdência Social do Mercado Comum do Sul (1 de junho de 2005)	372
Comunicado à imprensa sobre o XXXV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (3 de junho de 2005).....	372
Comunicado à imprensa sobre a situação na Bolívia (4 de junho de 2005)	373
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República Dominicana (6 de junho de 2005)	373
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Belize (6 de junho de 2005)	373
Comunicado à imprensa sobre a renúncia do Senhor Lúcio Gutiérrez ao “status” de asilado (6 de junho de 2005)	374

Comunicado à imprensa a respeito do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel (6 de junho de 2005)	374
Comunicado à imprensa sobre o discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da XXXV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos “Tornando realidade os benefícios da Democracia” (6 de junho de 2005)	375
Comunicado à imprensa sobre o Concurso de Monografias da Fundação Alexandre de Gusmão (6 de junho de 2005)	377
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República Dominicana (7 de junho de 2005)	377
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa (7 de junho de 2005)	378
Comunicado à imprensa sobre a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal (8 de junho de 2005)	379
Comunicado à imprensa sobre a violência em Israel e nos Territórios Palestinos (9 de junho de 2005)	380
Comunicado à imprensa sobre a 31ª Reunião do Grupo de Trabalho de Licitação Inter-Agência das Nações Unidas(IAPWG) (9 de junho de 2005)	380
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente da República do Congo ao Brasil (10 de junho de 2005)	381
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez Veltzé (10 de junho de 2005)	381
Comunicado à imprensa sobre a Cerimônia de Abertura da Exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil / Haiti” (10 de junho de 2005)	382
Comunicado à imprensa sobre o II Encontro Empresarial Brasil – Colômbia: Comércio e Investimentos (16 de junho de 2005)	382
Comunicado à imprensa sobre a XXVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes do Mercosul (17 de junho de 2005)	383
Comunicado à imprensa sobre o apoio brasileiro às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (17 de junho de 2005)	383

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China (20 de junho de 2005)	384
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Bruxelas (20 de junho de 2005) ..	384
Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula do Mercosul (20 de junho de 2005)	384
Comunicado à imprensa sobre o estabelecimento de Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados (20 de junho de 2005)	385
Comunicado Conjunto a la prensa de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados (20 de junho de 2005)	385
Comunicado Conjunto a la prensa de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur (20 de junho de 2005)	389
Comunicado à imprensa sobre renovação do Mandato da MINUSTAH – Haiti (22 de junho de 2005) .	394
Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta a respeito de cooperação entre a República Federativa do Brasil, a República Federal da Alemanha, a Índia e o Japão na questão da reforma das Nações Unidas (22 de junho de 2005)	394
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Colômbia (24 de junho de 2005)	395
Comunicado à imprensa sobre o Processo de Integração na América do Sul (24 de junho de 2005)	396
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre os Direitos dos Afro-descendentes e contra a Discriminação Racial (27 de junho de 2005)	396
Comunicado à imprensa sobre a doação de vacinas ao Peru (30 de junho de 2005)	397
ARTIGOS	
“O inglês no vestibular do Rio Branco”	
Artigo do Embaixador Francisco Alvim, publicado em 26 de fevereiro de 2005, no Jornal do Brasil ...	399
“Brasil y la integración regional”	
Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal “La Prensa” , do Panamá, em 3 de março de 2005	399

“Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 4 de março de 2005 401

“Brasil y América Latina y Caribe en un nuevo Consejo de Seguridad de la ONU”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado pelo jornal “La República” do Uruguai, em 30 de março de 2005, bem como pelos seguintes jornais: “La República” (Peru), “El Observador” (Uruguai), “El Universo” (Equador), “La Tercera” (Chile), “ABC Color” (Paraguai), “El Tiempo” (Colômbia), “Pulso” (Bolívia), “Reforma” (México), “La Prensa (Panamá), “de Ware Tijd” (Suriname), “Cliffon Saridjan” (Suriname), “Diário Co Latino” (El Salvador), “El Caribe” (República Dominicana), “Listin Diario” (República Dominicana), “Diário de Centro-América” (Guatemala) 409

“What does not exist cannot proliferate”

Artigo assinado pelos Chanceleres do Brasil, Celso Amorim; do Egito, Ahmed Ali Aboul Gheit; da Irlanda, Brian Coewn; do México, Luis Ernesto Derbez Bautista; da Nova Zelândia, Phil Goff; da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma; e da Suécia, Laila Freivalds, publicado no jornal “International Herald Tribune”, em 2 de maio de 2005 410

“O TNP e o tripé nuclear”

Artigo assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e publicado no Jornal Folha de S. Paulo, em 9 de maio de 2005 412

ENTREVISTAS

“País quer acesso ao mercado americano, com ou sem Alca” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos jornalistas Eliane Cantanhêde e André Soliani, do jornal “Folha de S. Paulo”, publicada em 10 de janeiro de 2005 415

“Inglês limitado é ação afirmativa” - Entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicada em 22 de janeiro de 2005 418

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Conta Corrente Especial” da Globonews, em 31 de janeiro de 2005 419

“Contre l’unilatéralisme, l’OMC est irremplaçable” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Le Figaro”, em 1º de fevereiro de 2005 .. 424

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não irá renunciar aos seus “ideais reformistas” -

Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, concedida à Agência EFE, em 12 de fevereiro de 2005 425

“Pelos Resultados” - Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Carta Capital	426
Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicada pelo jornal “Al Rayah”, do Catar, e reproduzida pelo jornal árabe “Al Ahram”, em suas edições do Cairo, de Beirute, de Damasco e de Londres, em 23 de fevereiro de 2005	430
Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Embaixador Amre Moussa, em 04 de abril 2005	433
“Egypt is the key to the Middle East and its role is crucial in drawing a new world political map” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal Al Aharam do Egito, em 10 de abril de 2005	438
Entrevista coletiva conjunta à imprensa, concedida por ocasião da visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em 26 de abril de 2005	443
“Chile seguramente tendrá un rol importante en esa integración sudamericana” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Diario Financiero do Chile, em 29 de abril de 2005	448
Entrevista coletiva à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de abril de 2005	451
“El asilo fue por razones políticas” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal El Comercio do Equador, em 1º de maio de 2005	468
“Café com o Presidente” - Programa de rádio “Café com o Presidente” entrevista o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a importância da integração do Brasil com outros países, em 2 de maio de 2005	471
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Bom Dia Brasil”, da TV Globo, em 9 de maio de 2005	472
Entrevista coletiva com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após o encerramento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 11 de maio de 2005	475
Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Bom Dia Brasil” da TV Globo, em 12 de maio de 2005	479

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal das Dez” da Globonews, em 12 de maio de 2005	480
“Democracia é algo que existe também no Sul” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal Folha de S. Paulo, em 16 de maio de 2005	482
“Café com o Presidente” - Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre Política Externa Brasileira ao programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, em 16 de maio de 2005	486
“Café com o Presidente” - Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre balanço da viagem oficial à Coréia do Sul e ao Japão ao programa de rádio, “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, em 30 de maio de 2005	488
Entrevista concedida ao jornal “Folha de São Paulo” pelo Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, em 21 de junho de 2005	490
Entrevista do Embaixador Celso Amorim à Radiobrás sobre Relações Brasil-Colômbia, Matéria exibida no jornal de televisão NBR Manhã, em 28 de junho de 2005	492
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Tiempo”, realizada em Bogotá, Colômbia, em 27 de junho de 2005	493

V Reunião Especial do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico do CARICOM

Discurso proferido pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa por ocasião da V Reunião Especial do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (COTED) do CARICOM, em Georgetown, Guiana, no dia 6 de janeiro de 2005

Madam Chair,

I wish to thank all of you and, in particular you, Madam Chair, for allowing me to share with the COTED Ministers some of my views and ideas regarding the WTO and, in particular - since the Brazilian Government has presented my name for the upcoming elections - regarding the role of the Director-General. I very much welcome this opportunity to pursue a dialogue that has been carried out by Minister Celso Amorim with your individual authorities, with the CARICOM and, in the context of the ongoing Doha negotiations, with the G-90. We look forward to continuing this broad dialogue in the forthcoming CARICOM summit in Paramaribo, where President Lula will address his fellow Heads of State and Heads of Government.

The CARICOM countries have been playing a significant role in the WTO. You are among the small, vulnerable economies entitled to special consideration, as explicitly foreseen in the Doha mandate itself. You speak with a common voice in Geneva. And you have been successful in presenting your case forcefully in the negotiating process.

Brazil has been consistently sensitive to your concerns. As the negotiations enter the decisive phase of establishing modalities, it is imperative that we maximize our convergences. We must stand together

in order to face the big challenges ahead of us. We must above all make sure that development will not be treated as an empty slogan or a vague afterthought. It has to be solidly placed at the core of the Doha Agenda.

Let me be very candid and address from the outset a question which is probably in the back of your minds: What can a Brazilian candidacy to the top post in the WTO represent for the Caribbean?

In trying to answer that question, allow me to talk more about my country than about me. There is no way one can dissociate a candidate from the perspective of his national circumstances. The WTO is not a multinational corporation in search of a CEO. It is an international organization that is about to elect a Director General originating from one of its member-states. I am a Brazilian Foreign Service Officer. I proudly served my country in many capacities and in many different circumstances. Most recently, as Deputy Foreign Minister, I was part of the team that negotiated the Doha mandate. As Brazil's Representative to the WTO since 2002, I have been playing an active role in the negotiations, in particular as coordinator of the G-20 in Geneva. I stand by the positions taken by Brazil along this process. As they purport to preserve the integrity of the mandate we all agreed in Doha, they broadly represent the shared

interests of developing countries.

I shall of course, if elected, be the Director General of all members and represent the collective will of the membership as a whole. I will certainly be neutral insofar as national positions are concerned. But I hope everyone will see in me a reflection of where I come from: of the values my country stands for, of the contributions it has made to strengthen the system, while rendering it more democratic. Democracy is a key concept there. It is a value that lies in the core of President Lula's domestic and foreign policies aimed at promoting the eradication of poverty, as well as social and economic development.

Behind Brazil's decision to field a candidacy to the post of Director General of the WTO lies a desire to further contribute to the strengthening of the system. International trade is crucial for development. As a developing country, Brazil can be regarded as a "small global trader". In absolute terms our participation in world trade is still relatively small. But, on the other hand, it is particularly well distributed, both from the point of view of our partnerships, as well as from the point of view of the quality as such of our traded goods and services. We have no predominant partnerships: roughly a quarter of our trade is carried out with North America; a quarter with Europe; a quarter with Latin America and the Caribbean; and a quarter with Asia and Africa. This puts Brazil in an advantageous position: we do not depend excessively on any given partner. Our options are, thus, more open. Furthermore, our trade involves a wide range of products that go from the traditional developing countries' export list (commodities, raw materials, etc) to high technology goods such as aircraft. This, in turn, enables Brazil to be especially sensitive to conditions prevailing in all segments of world trade and, thus, to attach a high value to the preservation of the rules based multilateral system as embodied by the WTO.

All countries need - and developing countries even more so - a strong and fair multilateral trading

system. It provides the basic ground rules for our participation in international trade. It provides transparency, predictability and a forum for the settlement of disputes. The operation of the most-favored-nation clause spreads, at least in part, the benefits from the trend towards the expansion of trade. And for rule-making - for instance, on subsidies, on SPS measures, on technical barriers to trade, on intellectual property - there is no real alternative to the multilateral trading system.

Whilst the WTO is an eminently stable and successful organization, it would be naïve to think that its authority should be taken for granted. In order to remain the central cohesive element of the world trade system, the WTO has to be able to incorporate, not only new members, but also the evolving macroeconomic circumstances. There are many shortcomings in the existing rules, much unfinished business generating tensions in international trade that add to the difficulties of reaching consensus in the negotiations. In order to retain its preeminence, the WTO needs to be capable of dealing with these complex challenges, while improving its rules and its working procedures. It must fulfill the development promise of the Doha round. It must enable developing countries to increase their participation in international trade, and to reap the benefits thereof. It would not be an exaggeration to say that, in many respects, the future of the WTO and, thus, of the trading system itself, is inextricably linked to the successful and timely conclusion of this Round of global negotiations.

As a founding member of the GATT, Brazil has a history of active and constructive participation in global negotiations, in particular in the Uruguay Round that led to the creation of the WTO. We were instrumental to the launching of the Doha Round and to the adoption of the TRIPS and HEALTH Declaration that, to a certain extent, made the Round possible. Since Doha, Brazil's actions have been geared towards building consensus through intensive consultations with the different constituencies within the WTO.

It is essential to ensure wider participation by

developing countries in decision-making in the WTO. Only full participation allows for equitable, effective and durable consensual solutions to emerge. For too long, deals were made between the major powers, which were subsequently imposed on the rest of the membership. The emergence of the G-20, together with other groups like the G-33 and the G-90, has demonstrated that the time for that kind of procedure is past. Consensus will no longer be achievable through imposition or cooptation. It must result from inclusive and transparent procedures.

The WTO is and must remain a member-driven organization. Any attempt to dilute this fundamental trait of our organization goes against the interests and - I would add - against the rights of developing countries. I firmly believe it would be detrimental to developing countries if we were to apply to the WTO decision-making models such as the ones followed in the World Bank and in the IMF. Member-driven negotiations based on consensus-building are the sole and unique path to equitable and fair results.

The next Director-General of the WTO must be fully prepared to facilitate the harmonious integration of developing countries in decision-making in the WTO. For that, he must - above all - generate trust among the membership at large. He must be able to fully represent the collective will of the members; to facilitate the search for consensus; to represent the WTO in the world system at large; to engage in substantive interaction with the Heads of the other major international organizations. In his capacity as Chair of the Trade Negotiations Committee, the Director General must ensure that negotiations and technical work proceed at a pace that allows for the full participation of all delegations, big, medium or small. No one should be left behind. Otherwise we risk arriving at Hong Kong, as we did in Cancun, with sharply different levels of preparedness. This would certainly be a recipe for disaster.

But the Director-General of the WTO should in no way purport to drive the negotiations by himself,

as though he had the monopoly of wisdom or the capacity to embody the so-called systemic values. He can and should help in finding solutions to concrete problems with the help of the expertise of the secretariat he is expected to lead. But he should not go beyond the tasks assigned to him by the members. Effectiveness should never - and can never - be secured through diminished or merely formal participation.

This is one of the reasons why the next Director General of the WTO should come from a developing country. It is hard to accept that, having control of the World Bank and of the IMF, developed countries should also be at the helm of the WTO.

The G-20 and other groups of developing countries, and here I include the CARICOM, have a lot at stake in the strength and vitality of a rules-based multilateral trading system. Multilateral rules are a defense against the arbitrariness of power. Multilateral rules are also a means to introduce greater predictability in an increasingly complex world. It would be extremely difficult for developing countries, and especially for the smaller developing countries, to administer a web of bilateral, regional and inter-regional trade rules without an overarching general set of multilaterally agreed and enforceable norms.

The basic problem we face is that negotiations in the GATT and the WTO have been geared so far largely to the needs and priorities of developed countries. To a certain extent, this is understandable. The regulation of international trade follows in the wake of economic activity; hence the pressure from developed countries, as the major trading partners, for negotiations on issues that prevail in their agenda. What is less understandable is why we cannot at the same time - since South-South trade has become a major feature of the system - reflect on an equal measure the interests and priorities of developing countries.

We need tangible progress in market access for products of interest for developing countries in agriculture, in NAMA and in services. We need a

marked reduction in, and eventually the elimination of, the subsidies that distort trade and displace our products in international markets. We need an outcome in NAMA that reflects the mandate for less than full reciprocity in the concessions made by developing countries. We need to unblock implementation and S&D. On S&D, in particular, the most important task we have ahead of us is to achieve precise operative procedures that will be capable, not only of reflecting the asymmetries among participant countries, but also of adding value to their specific policies geared to their development goals. These are worthy, unobjectionable, common goals of all developing countries.

There is little development until now in the Doha development agenda. Let us work together in order to ensure substantial affirmative development results, capable of generating policy spaces for sustained trade opportunities. For LDCs and small, vulnerable economies, the negotiations should lead to targeted provisions aimed at broadening their productive base, while safeguarding and enhancing national structures for development. We should look for measures that will promote the diversification of their production and export base as well as broader duty-free and quota free market access for products originating from LDCs.

The same reasoning applies to the very important and sensitive question of preference erosion. Because they have been mostly driven by supply, not necessarily by the needs and demands of developing countries, preferences are being eroded within and outside the WTO. And whatever value they still have is further diminished by implicit and explicit conditionalities.

The solution to these problems that legitimately concern CARICOM countries lies, I would venture to say, in more, not in less participation in the WTO. We must, thus, be particularly careful in approaching proposals that might create permanent discriminations between full members and others that would be relegated to secondary roles. It is obvious that

developing countries should contribute to the negotiations in a way that is proportionate to their capacity to commit themselves. LDCs for their part should no doubt be exempt from reduction commitments. Other specific vulnerabilities should be taken in due consideration. But not by excluding these countries from fully participating in the system.

Developing countries may have, at times, contrasting sets of priorities, but certainly no irreconcilable interests. The multilateral trading system must be fair and responsive to the needs of all. No country, and especially no developing country, should be a loser from the Round. Either everyone stands to gain or there will be no successful outcome. We will all lose if that happens.

Everyone should of course participate. No one should be left out of the system. Either the world trading system is the result of proportionate contributions by all participants or it will not work. There must be a clear sense of collective ownership. But, of course, no country or group of countries should be expected to make contributions that are not matched by proportionate gains. I certainly believe in matching gains and concessions, and I certainly believe that developing countries should not make any concessions that are not compatible with their trade and development needs. But let us not be misled by proposals that carry within themselves the idea that, if one is not expected to contribute, one does not qualify to be a full participant in the decision making process.

I believe in the system and I believe in our capacity to make it work for all countries regardless of their development stage. I believe in transparency, dialogue and full participation in decision-making. I think that this can be achieved in the WTO. In July 2004, we preserved the integrity and the level of ambition of the Doha mandate which had been threatened in the Cancun process through the actions of some who still followed the old way of doing business in Geneva; who had not realized that the WTO had changed and that developing countries

would no longer accept ready-made solutions. Through the coordinated actions of the G-20, the G-90, the G-33, the LDCs, together with regional groupings, developing countries harmonized their positions, found common ground on which to express their convergence, were able to stay the course and eventually prevailed.

We signaled a change in the way business is

done at the WTO. Let us not backtrack now. Let us use the upcoming election to consolidate our unity of purpose and to make transparent and inclusive consensus-building a permanent feature of our organization. Let us make that possible by electing a representative from a developing country to be the next Director General of the WTO.

Thank you very much.



Inauguração da Sede da OTCA

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a inauguração da Sede da Secretaria Permanente da OTCA, em Brasília, no dia 11 de janeiro de 2005

Senhora Secretária-Geral da OTCA, Senhores Embaixadores, Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, queria pedir desculpas por essa pontualidade tão estrita e, de certa maneira, pouco latina. Tenho um avião que tem que levantar vôo em uma determinada hora, senão não poderei cumprir com o resto dos meus compromissos no dia de hoje.

Queria dizer da grande alegria de estar aqui, neste momento, representando o Presidente Lula, por vários motivos. Primeiro, porque o Tratado de Cooperação Amazônica, que é um tratado pioneiro na cooperação entre países da América do Sul e que já provou sua utilidade ao longo do tempo, tem, agora, com a Secretária-Geral Rosalía Arteaga, ganhado uma nova dimensão. Uma nova dimensão que se expressa não só pela existência de uma sede física muito bem agenciada e com condições adequadas para o trabalho, mas também em novos projetos. A reunião que tivemos em Manaus, há cerca de dois meses, foi extremamente produtiva. É um grande desafio para nós todos, Embaixadores que são os representantes permanentes e demais diretores que estão aqui presentes, levar adiante essas novas vertentes da nossa cooperação.

Todos sabemos como é importante a cooperação na área do meio ambiente, na área da ciência e tecnologia ligada à floresta e aos recursos florestais, como a água. Sabemos, também, que há

outros desafios que nos aguardam na Amazônia: desafios ligados à saúde, ao desenvolvimento de forma sempre sustentável. E isso envolve muitos outros órgãos das administrações dos nossos países.

Isso tudo ocorre no momento, também, de intenso trabalho pela integração da América do Sul. Foi com muita felicidade que vimos que na Reunião de Cusco – em que foram lançadas as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações, das quais muitos Embaixadores encontram-se aqui – acolheu-se a OTCA como parte daqueles organismos que contribuirão para essa Comunidade. Temos hoje, na América do Sul, e eu diria até na América Latina, de uma maneira mais ampla, porque elas não são excludentes, um problema que não resulta da falta de instrumentos, mas da abundância deles. Temos que coordenar esses instrumentos. Esse problema da abundância é, obviamente, um problema muito melhor que o de quando há falta de instrumentos.

Tudo isso revela um grande entusiasmo de todos nós em fortalecer essa colaboração, como eu disse, que passa pela ciência e a tecnologia, pelo uso sustentável dos recursos naturais, pela preservação e desenvolvimento do recurso água – que, talvez em trinta ou quarenta anos, se é que já não é, será um recurso mais importante que o petróleo no mundo. Temos que preservá-lo sabendo que é de utilidade universal, mas que deve ser usado soberanamente pelos países que detêm o recurso, e a soberania não

exclui que ela seja exercida de maneira compartilhada, mas – repito - com respeito à soberania de cada um dos países.

Acho que todo esse esforço é de extrema utilidade. Vejo aqui também Embaixadores de vários países que queriam colaborar. Queria chamar atenção, como já o fizemos antes, para a importância de que os demais países da América do Sul participem, não diria como observadores, mas como associados desse Tratado de Cooperação Amazônica. Na realidade, as várias bacias hidrográficas se comunicam, os vários ecossistemas se comunicam e, logo, a participação desses países só pode ser enriquecedora. Nós temos que ser zelosos, sem sermos ciumentos. Temos que cuidar com atenção dos nossos recursos naturais, sabendo que eles pertencem aos nossos países, que não podem ser absolutamente dissolvidos em um pretensão patrimônio da humanidade. Ninguém antes pensou no petróleo como patrimônio da humanidade. Então a água, os recursos florestais também não são da humanidade. Mas, ao mesmo tempo, têm de ser utilizados de maneira consciente, tendo presente o impacto que têm também para o resto da humanidade. Esse é o sentido da nossa colaboração, que nos levou a estabelecer uma série de grupos setoriais, envolvendo defesa e segurança, saúde, ciência e tecnologia, e um projeto mais imediato na questão da propriedade intelectual que já está sendo executado.

Queria, acima de tudo, desejar muitas felicidades, ajudar a dar impulso aos trabalhos da Organização, cumprimentar a nossa querida e extremamente ativa Dra. Rosalía Arteaga. Ativa sempre no bom sentido, porque, às vezes, atividade é uma atividade sem norte, mas, no caso da Dra. Rosalía, é uma atividade que tem, certamente, a inspiração de uma pessoa que tem conhecimento profundo das coisas humanas, mas que, sobretudo, tem também uma profunda vivência amazônica.

Esse é um momento de grande alegria para nós. Ver tantos Embaixadores de países que acabamos de visitar ou que visitaremos de novo.

Posso garantir que, em todos esses países, o tema da cooperação amazônica tem estado presente e estará presente, porque é um tema fundamental para nós. Como disse, não excluímos dessa cooperação, em primeiro lugar, os outros países sul-americanos e a própria França. Afinal de contas, a ecologia não reconhece fronteiras. Pequenos problemas que temos, por exemplo, no Amapá, não serão resolvidos se a França também não nos ajudar. Um problema que descobri quando fiz uma comissão mista com a França é que a mosca da carambola existe na Guiana Francesa aparentemente de maneira mais abundante do que no Amapá. Enfim, esse é um pequeno exemplo para mostrar que temos que atuar realmente em conjunto.

Então, esses Estados da América do Sul - e eu incluo aqui também a França, por estar do nosso lado também - devem se considerar Estados praticamente associados. Não sei qual é a formalidade jurídica que ainda é preciso realizar, mas é preciso atraí-los, porque eles podem dar uma colaboração. Os problemas do Amazonas são específicos, mas também não são muito diferentes dos problemas do Prata. O Chile, por exemplo, é um país andino e a maior parte dos países amazônicos são também andinos.

Acho que temos que trabalhar juntos, sem perdermos, naturalmente, a especificidade, fortíssima, cultural e rica da Amazônia. Temos a tendência de achar que a grande cultura pré-colombiana nas Américas existe apenas nos Andes, no México ou na América Central. Isso é verdade, mas ela também existe na Amazônia. Tenho tido a oportunidade de ver em exposições que a riqueza cultural que nós temos de nossos antepassados amazônicos é óbvia.

Desculpem, eu me alonguei demais, mas não poderia, antes de partir para um outro périplo, que me levará a ter contato com povos com os quais também estamos profundamente ligados culturalmente, deixar de dar essa palavra sobre a importância da Amazônia, a contribuição dos povos indígenas, a natureza, tudo aquilo que existe na

Amazônia, não só os povos indígenas. Há pouco tempo, viajando ao Suriname, com a presença do Presidente da Fundação Palmares, descobrimos a existência de quilombos semelhantes aos nossos. Não são apenas as populações indígenas, mas também as outras populações. E tudo isso, digamos, são fatores de enriquecimento cultural.

Minha mulher fez questão de me acompanhar hoje. Devo dizer que eu a conheci pouco depois de uma viagem que ela tinha feito à Amazônia, e minha

primeira experiência com relação à sensibilidade dela foi com as fotos que ela mostrava das pessoas que viviam nos flutuantes de Manaus, nas condições extremamente precárias que, naquela época, existiam na região. A Amazônia está inscrita na nossa mente, na nossa política, na defesa das nossas soberanias, mas está inscrita também em nossa alma. E, para isso, contamos com a Rosalía.

Obrigado.



Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti, realizada em Nova York, no dia 12 de janeiro de 2005

Senhor Presidente,

Gostaria, antes de mais nada, de felicitá-lo, meu amigo Rafael Bielsa, pela brilhante condução dos trabalhos e, em especial, pela iniciativa de convocar esta reunião pública sobre o Haiti. Permita-me também assinalar a cooperação exemplar entre as nossas delegações no Conselho de Segurança com a experiência inédita da participação de um diplomata argentino na delegação brasileira, experiência sem precedentes no Conselho e testemunho do grau de confiança entre os nossos povos e governos. Agora que tenho a satisfação de saudar o regresso da Argentina à condição de membro do Conselho, permita-me estender-lhe todo o apoio do Brasil ao êxito desta reunião e do período da sua Presidência.

Senhor Presidente,

A independência do Haiti, a primeira na América Latina, demonstrou a força e o valor dos milhões de africanos que haviam sido trasladados às Américas como escravos. Desde então, por várias razões que apenas começamos a tratar, a esperança que representava o Haiti não se realizou. Ao contrário, o país foi às vezes tratado com arrogância ou negligência.

Nós – as Nações Unidas, os países da América Latina e do Caribe e os próprios haitianos – temos o dever de contribuir para a realização dessa

esperança. O futuro do Haiti tornou-se hoje um tema de interesse do conjunto da comunidade internacional; a MINUSTAH e as iniciativas de cooperação técnica e financeira constituem um teste da mais alta importância para que as Nações Unidas demonstrem a sua capacidade de atender a situações cuja solução se situa além da simples estabilização político-militar e envolve uma verdadeira reconstrução nacional.

Muitas vezes repeti que o sucesso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti se baseia em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança, o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional, e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Não se trata de três “passos” diferentes, nem podem seguir-se uns aos outros no tempo. O atendimento simultâneo aos três pilares é condição indispensável para a reconstrução do Haiti. O que necessitamos é de um acordo entre todos, que una a comunidade internacional e as forças políticas haitianas em um compromisso de longo prazo.

Os ingredientes mais importantes para a paz no Haiti são a esperança, a confiança e a legitimidade. A prioridade no Haiti é o desarmamento, como forma de restabelecer as condições mínimas de segurança para a consolidação institucional. Mas buscamos ao

mesmo tempo o desarmamento dos espíritos, por meio do diálogo político. A estabilidade no Haiti não poderá ser alcançada somente através da repressão.

Os desafios que enfrentamos no Haiti são extremamente complexos. A responsabilidade crucial do Governo é criar as condições básicas para o êxito dos três pilares. Saudamos a libertação de três políticos da Família Lavalas como um passo fundamental no sentido de envolver todos os haitianos no esforço de reconstrução nacional.

A reconciliação nacional recebeu, além disso, um importante impulso com o lançamento do Diálogo Político pelo Presidente Boniface Alexandre. Incentivamos todos os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os grupos de interesse no Haiti a que se juntem a esse esforço e encorajamos as autoridades a que assegurem condições que permitam a todos participar do debate político e eleitoral sem temores quanto à sua segurança.

Gestos simples da comunidade internacional podem, ademais, constituir incentivos importantes à normalização da vida no Haiti. O Jogo da Paz, realizado no último mês de agosto, entre as seleções do Brasil e do Haiti, por exemplo, ajudou os haitianos a retomar a esperança, ao ver que era real a atenção e a boa vontade dos países da região.

O progresso alcançado nos últimos três meses demonstrou o quanto eram infundadas as análises pessimistas sobre a capacidade da MINUSTAH em matéria de segurança. Os primeiros meses foram marcados por atrasos na chegada do contingente planejado, pela falta de diálogo político e pela deterioração da economia, agravada por desastres naturais. No entanto, foram alcançados progressos à medida que o número de soldados e policiais em campo aumentava e que os primeiros projetos de reconstrução começavam a ser implementados.

Devemos o nosso reconhecimento à MINUSTAH pelas provas que deu da sua capacidade de reduzir a violência no cumprimento do seu mandato, de acordo com a Resolução 1542.

Está claro que a normalização no Haiti não se dará sem a decidida participação da comunidade internacional na promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Esta é a área em que menos fizemos e em que o Haiti mais necessita do nosso apoio.

Por piores que sejam outras tragédias, as quais acompanhamos atentamente e que merecem uma resposta urgente e coordenada da comunidade internacional, não nos podemos permitir baixar o grau de prioridade que assumiu o Haiti na agenda internacional.

Se considerarmos as taxas de mortalidade infantil, por exemplo, não é exagero dizer que o Haiti sofreu os efeitos de um verdadeiro tsunami econômico e social nos últimos dois séculos.

O Haiti é uma prova contundente da necessidade de desenvolver mecanismos adequados para impedir a deterioração das situações nacionais e para assistir os países recém-saídos de situações de conflito ou mesmo para evitá-las.

O papel do Conselho Econômico e Social e de seu Grupo *Ad Hoc* sobre o Haiti pode ser crucial para garantir a necessária coerência à ação das agências, dos fundos e dos programas das Nações Unidas, bem como dos principais países doadores.

Devemos conjugar os projetos de impacto imediato, que devolvam a esperança aos pobres e desempregados, com a assistência às instituições haitianas para o planejamento de uma estratégia de longo prazo.

Temos de acelerar o pagamento dos fundos prometidos na Conferência Internacional de Doadores, facilitando os trâmites necessários para a execução de projetos. No caso do Haiti, a ajuda que atrasa é uma ajuda que se perde.

Sob as instruções do Presidente Lula, fizemos tudo o que se encontrava ao nosso alcance. No último dia 20 de dezembro, assinei no Haiti três acordos de cooperação, dois dos quais se concentram no apoio à agricultura familiar em matéria de processamento de mandioca e de castanha de cajú. Os recursos

serão financiados pelo Governo brasileiro, no valor de 250 mil dólares. Concluí, também, com o Banco Mundial e com o Governo do Haiti, um acordo de mais de um milhão de dólares para oferecer merenda escolar a 35 mil crianças. Entendemos que esta foi a primeira vez em que o Banco Mundial assinou um acordo com um país em desenvolvimento para apoiar um outro país do Sul. Na recente Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, firmei com o Presidente Enrique Iglesias, do BID, Memorando de Entendimento sob o qual se desenvolverão projetos de cooperação técnica, inclusive para viabilizar a utilização dos fundos já disponíveis no Banco.

O uso indiscriminado dos recursos naturais no Haiti gerou graves conseqüências ecológicas. Uma campanha nacional de reflorestamento deve fazer parte de qualquer estratégia para o desenvolvimento sustentável do Haiti.

O destino do Haiti é inseparável do destino dos seus vizinhos. O isolamento regional do Haiti não interessa a ninguém. Da nossa parte, desde o princípio da nossa participação na MINUSTAH, definimos o diálogo com a CARICOM como uma prioridade e enviamos várias missões especiais aos seus países membros para procurar conhecer melhor as suas posições. No último mês de novembro, tive a

oportunidade e a honra de reunir-me com quatro Chanceleres e outros altos representantes de países caribenhos durante minha visita a Barbados, sob a coordenação da Ministra Billie Miller. Hoje mesmo viajarei a Trinidad e Tobago para dar seguimento às conversações com as autoridades locais.

Gostaria de dizer que a terrível crise pela qual passou o Haiti em 2004 nos aproximou e ensinou muitas lições sobre o nosso próprio passado e presente. Levou os países latino-americanos a cooperarem de maneira mais estreita em prol da segurança regional.

Cabe aos haitianos a responsabilidade de reinventar o seu futuro. A comunidade internacional não pode substituí-los nessa tarefa, mas seria irresponsável da nossa parte não lhes oferecer toda a assistência possível.

Os povos da América têm, todos, uma grande dívida histórica com o Haiti. O mundo tem o dever de ajudar os haitianos a recuperar o controle da sua própria segurança e do seu futuro. Estamos diante de um difícil desafio, mas, se tivermos sucesso, teremos contribuído não somente para a redenção econômica de um país irmão, mas também para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

Muito obrigado.



Visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo do Reino da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, em Brasília, no dia 24 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor José Luis Rodríguez Zapatero, Presidente do Governo do Reino da Espanha,

Ministros da Espanha,
Ministros brasileiros,
Delegação da Espanha,
Delegação brasileira,

Sua visita ao Brasil, Presidente Zapatero, acompanhado de expressiva delegação, é extremamente significativa. Dá consistência à parceria estratégica que nossos países estão forjando. Não é casual que a sua primeira viagem à América Latina seja ao Brasil.

O Presidente Zapatero é expressão de uma nova Espanha, dinâmica e confiante que, como o Brasil, vem redefinindo seu papel no mundo contemporâneo.

A Espanha que o Presidente Zapatero representa é exemplo e inspiração para o Brasil. Um país orgulhoso de seu passado, seguro de sua capacidade de responder aos desafios do futuro.

O povo espanhol soube trilhar o caminho do desenvolvimento, reforçando sua vocação democrática. Consolidou as instituições políticas. Superou passivos sociais e econômicos. Deu passos decididos para tornar-se uma potência emergente. Integrou-se, de forma soberana, à União Européia,

ao mesmo tempo em que assume, cada vez mais, uma voz própria na comunidade das nações.

Essa nova Espanha não apenas gera prosperidade. Demonstra estar disposta a oferecer importante parcela de cooperação ao mundo em desenvolvimento. Com esse espírito construtivo tem cumprido, de maneira exemplar, as metas de ajuda externa estabelecidas na Cúpula do Milênio.

Mesmo sob o impacto da violência indiscriminada do terrorismo, que chocou a todos os brasileiros, a nação espanhola soube preservar seu compromisso com os ideais da paz e da solidariedade internacional. Reafirmou sua mensagem ao participar da missão da ONU no Haiti.

Espanha e Brasil compartilham os mesmos princípios quando defendemos o fortalecimento do multilateralismo e a reforma das Nações Unidas. Trabalhamos juntos para ampliar a eficácia da Assembléia Geral e a representatividade do Conselho de Segurança. Buscamos respostas adequadas e duradouras aos desafios de uma realidade internacional marcada por assimetrias econômicas e sociais, pela insegurança e por novas ameaças. Mas estamos unindo esforços, sobretudo, na iniciativa global de combate à fome e à pobreza, que são a face escura e indesejável da globalização.

Essa comunhão de valores fez da Espanha

um aliado de primeira hora na busca dos mecanismos financeiros inovadores para resgatar parcela significativa da humanidade, hoje mergulhada na miséria e na desesperança.

O relatório do Projeto do Milênio, lançado este mês pelas Nações Unidas, confirma a convicção que sempre nos animou: é possível varrer, até 2020, a pobreza extrema do mundo.

Brasil e Espanha, junto com o Chile e a França, chegarão à reunião de setembro próximo, em Nova Iorque, com propostas realistas para emancipar, no menor prazo possível, os esquecidos do mundo.

Senhor Presidente,

O entusiasmo com que temos trabalhado no plano multilateral é, em grande medida, reflexo da excelência de nossas relações bilaterais.

Em 2003, lançamos um “Plano de Parceria Estratégica” entre nossos países. A Declaração de Brasília que assinamos hoje dá consistência a esse relacionamento, ao criar mecanismos para pôr em prática os compromissos assumidos.

A realização do Primeiro Foro de Diálogo das Sociedades Civis Brasil-Espanha assegura que todos os nossos homens e mulheres estarão engajados nesse esforço.

A realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Espanha de Comércio e Investimentos cria bases para a implementação de estratégias capazes de consolidar e fortalecer a posição da Espanha como um dos primeiros parceiros econômicos do Brasil.

A Espanha já é o segundo maior investidor dos países estrangeiros no Brasil. Isso prova o grau de confiança que os empresários espanhóis depositam no Brasil e na capacidade do povo brasileiro.

Essa mesma visão de futuro explica o aumento expressivo de nossas trocas comerciais em tempos recentes. No entanto, os números ainda não refletem o potencial de nossas economias.

Temos de aproveitar o momento extraordinário por que passa a economia brasileira para cimentar, de uma vez por todas, a parceria entre nossos setores produtivos.

Este é o ano internacional do microcrédito. No seminário patrocinado por Sua Majestade, a Rainha Sofia, no ano passado, em Belo Horizonte, exploramos alternativas para fazer do microcrédito um instrumento para potencializar a criatividade dos trabalhadores brasileiros.

Identificamos projetos de cooperação técnica que habilitarão milhares de pequenos empreendedores a emanciparem-se profissional e financeiramente.

Quero, aqui, lançar um desafio aos grupos financeiros da Espanha e do Brasil para que se engajem nessa empreitada, criando mecanismos de incentivo ao financiamento de pequenas e médias empresas.

Também convido os homens de negócio e de visão dos dois países a apostarem no nosso futuro comum, investindo em projetos de infra-estrutura física que integrarão as vastas potencialidades do continente sul-americano.

As negociações entre o Mercosul e a União Européia são fundamentais para alcançarmos esse objetivo. Confiamos no firme empenho do Governo espanhol para que elas possam concluir-se rapidamente.

Queremos assentar as bases de uma aproximação entre dois continentes que tanto possuem em comum.

Temos urgência em demonstrar que é possível aliar competitividade com solidariedade. Vamos construir uma nova geografia comercial mundial em bases equilibradas e equânimes. Um comércio livre de distorções injustificadas assegurará a todos o direito de viver, com dignidade, do fruto do seu próprio trabalho.

Senhor Presidente,

O Brasil vive uma chance histórica de deixar

de ser o eternamente “país do futuro”. Para isso, nós brasileiros não podemos permitir que as profundas injustiças de nosso passado e as persistentes desigualdades do presente determinem nosso modelo de desenvolvimento.

Essa é a lição da Espanha de José Luis Zapatero, e também o legado de Felipe Gonzáles, que dedicou suas melhores energias para lançar as bases sólidas de uma Espanha moderna, desenvolvida e plenamente soberana.

Na caminhada para a construção de um Brasil com a cara de nossas esperanças e de nossos sonhos, continuaremos a contar com esse exemplo inspirador e estamos seguros de que encontraremos na Espanha um aliado fiel nessa jornada.

É com esse espírito de confiança e de admiração mútua que une nossos povos que saúdo a visita de Vossa Excelência ao Brasil na certeza de que abrimos novos caminhos de cooperação e fortalecemos os mecanismos que nos tem unido.

Meu caro Presidente Zapatero, eu quero que quando regressares à Espanha, leve a convicção e a certeza de que eu tenho bem na minha memória o encontro que tivemos para discutir a questão do combate à fome no Brasil e no mundo, e sei que poucos países do mundo têm a experiência do desenvolvimento em tão curto prazo como a Espanha teve a partir de 1982.

Eu penso que o exemplo de desenvolvimento da Espanha, o exemplo de política de distribuição de renda, o exemplo do ajuste de contas para resolver os graves problemas sociais e históricos na Espanha poderão servir de exemplos para que no Brasil, num breve tempo, a gente possa construir

também um Brasil mais justo, mais solidário, em que todas as pessoas possam tomar café, almoçar e jantar todo dia. E eu tenho a convicção de que a Espanha é um parceiro dos mais memoráveis para que a gente possa convencer outros países do mundo a colocarem o combate à miséria e à fome como prioridade para que possamos cumprir as Metas do Milênio.

Eu espero que o Presidente, ao deixar o território nacional, leve a certeza de que aqui no Brasil nós estamos fazendo o possível e o impossível para que possamos cumprir os próprios compromissos que nós assumimos com o povo brasileiro mas, sobretudo, para que a gente possa cumprir os ideais que nortearam a nossa própria entrada na vida política do meu país.

Esteja certo que estaremos fazendo o máximo; se não conseguirmos tudo não foi porque não quisemos, mas porque não foi possível, mas a dedicação é total e eu quero que a Espanha seja uma parceira extraordinária, não só no projeto de combater a fome, mas no projeto de ajudar na construção da integração da América do Sul porque, sem integração, a América do Sul passará mais um século apenas em vias de desenvolvimento.

Eu espero que tenha passado um bom dia no Brasil, espero que saia do Brasil com a melhor impressão possível e, certamente, estaremos nos encontrando em algum fórum internacional antes de outubro, quando vamos à Espanha, porque o convite é irrecusável e a gente poderá aprofundar a nossa discussão.

Bem-vindo ao Brasil e que o povo da Espanha tenha a felicidade que merece.



Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum Econômico Mundial, no dia 28 de janeiro de 2005

Eu trouxe um texto que vou deixar de lado para entrar num debate que começou, não por mim, mas pelos colegas que estão aqui.

Eu penso que nós estamos começando um novo século e eu penso que é preciso, sobretudo, todos nós, governantes, empresários, intelectuais, sindicatos, igrejas, artistas, pararmos para pensar no que aconteceu no século passado, para saber se vamos continuar fazendo as mesmas coisas que fizemos no século passado ou se vamos, com a criatividade e com a nossa inteligência, pensar em fazer algo novo.

O dado concreto é que, no século passado, a distância entre os países pobres e os países ricos não diminuiu, aumentou, ou seja, quem era rico ficou mais rico, e quem era pobre ficou mais pobre.

E tem uma coisa que é fundamental, que nós precisamos levar em conta: se nem na relação comercial entre os países nós conseguimos convencer os países ricos a não terem subsídios nos produtos em que os países pobres são mais competitivos, no resto, tudo mais fica difícil. Essa é a primeira coisa.

É preciso que se estabeleça uma política em que se dê condições dos países pobres poderem produzir, sobretudo produtos agrícolas, e vender em igualdade de condições para os países ricos; e os países ricos tirem o subsídio dos seus produtos agrícolas. Essa é uma coisa estrutural, que pode

ajudar muitos países pobres.

Segundo, eu penso que é importante nós termos a certeza de que, mesmo a política de doação de recursos, feita durante o século passado, é muito dispersa, ela não tem uma coisa homogênea, não tem direção. Então, o dinheiro se perde por si só.

Quando levantamos a questão da fome, aqui, em Davos, ano passado, ou melhor, em 2003, acho que tivemos um relativo avanço. E o símbolo maior do avanço foi o grande encontro que fizemos no dia 23 de setembro deste ano, do ano passado, em Nova Iorque, com 65 chefes de Estado, e com adesão ao documento por 111 chefes de Estado.

Eu imagino que não tem uma única forma de contribuição. A primeira coisa que precisamos ter claro é o seguinte: é preciso que não criemos uma nova estrutura para cuidar de qualquer fundo, porque uma nova estrutura vai gastar metade do dinheiro com a burocracia da nova estrutura. É preciso utilizar o que já tem as Nações Unidas, através do Pnud, através do ECOSOC, e a gente, então, poderá criar um fundo.

Eu propus que se criasse um fundo em função das transações de armas no mundo. Mas poderia ser um fundo sobre transações financeiras, poderia ser um fundo sobre comércio mundial, poderia ser um fundo sobre o dinheiro que está nos chamados “paraísos fiscais”. Uma coisa que fosse

substancialmente forte, uma coisa que fosse dirigida aos países mais pobres, ou seja, que nós pegássemos os países mais pobres, junto com organismos multilaterais, com os países coordenando a aplicação de recursos, a começar pela educação, a começar pela saúde, a começar pelo investimento em agricultura, no microcrédito. Coisas que pudessem dar a certeza de que daqui a 10, 15 ou 20 anos aquele país que recebeu o auxílio não seria mais um país que precisasse ser ajudado. Quando um país importante se dispõe a dar um fundo para ajudar a combater a AIDS, em qualquer país do mundo, esse país tem que comprar o remédio do país que está dando o financiamento, ou seja, o financiamento está muito mais para ajudar os laboratórios do que para ajudar os que estão com AIDS, e assim as coisas não funcionam. O país pobre vai continuar apenas vendo a sua dívida aumentar, porque não tem o compromisso, não existe uma disposição política de dizer: “a fome não é um problema de quem está com fome, a fome é um problema de quem está comendo.” Nós é que temos que assumir a responsabilidade de estendermos a mão àqueles que não estão comendo.

Então, eu não queria dizer que tem um “fundo Lula”, um “fundo Chirac”, um “fundo Lagos”, ou um “fundo Gordon Brown”, ou seja, o nome não importa, a paternidade não importa, o que importa é que a gente assuma um compromisso de que, do dinheiro que circula no mundo, uma parcela pequena pode constituir um grande fundo para que possamos, definitivamente, sonhar que daqui a 30 ou 40 anos teremos um mundo mais justo, mais equânime e mais solidário. É esse o meu sonho, é esse o meu desejo e é por isso que estou tentando brigar.

Acredito que tem uma unanimidade, aqui, de que todo mundo tem uma preocupação de ajudar os países pobres.

O que me preocupa é quando terminar este evento, aqui, quando cada um voltar para casa, para o seu país, para os seus problemas, o que vai acontecer?

Eu ia falando de Porto Alegre, porque eu acabo de participar do Fórum Social de Porto Alegre e eu sempre acreditei que nós só íamos combater a miséria quando ela se transformasse num problema político, que começasse a preocupar o mundo inteiro.

Enquanto o problema é apenas um problema social, ele vai ser escrito por muitos acadêmicos no mundo inteiro, vai ser debatido em sindicato, igreja, partido político. Agora, quando ele se transformar num problema político, nós vamos resolver esse problema.

E eu estou dizendo isso porque ontem eu participei do Fórum de Porto Alegre, e uma decisão da coordenação do Fórum é de, a partir desse Fórum que está sendo realizado agora, eles vão começar a fazer um trabalho mais próximo das instituições multilaterais, para que elas ajam e cumpram aquilo que nós acordamos em documentos, acordos e protocolos e que, muitas vezes, não conseguem avançar, não conseguem andar, por problemas de cada país, por problemas políticos internos. Às vezes, um presidente assina um protocolo, perde as eleições. O que ganha não concorda com aquele protocolo e vai deixando as coisas acontecerem. Por isso, é preciso um organismo multilateral sério, em que todo mundo acredite e deposite confiança para poder funcionar.

Eu acho que, por exemplo, o Brasil está perdendo dívida. O Brasil perdoou a dívida, no ano passado, da Bolívia, a dívida do Gabão, a dívida de Moçambique. Não temos muito mais o que perdoar, porque também não temos muito. Agora, a verdade é que esses países já não podiam pagar.

Então, é um perdão de uma coisa que as pessoas não podiam pagar. Eles já não estavam pagando; na verdade, foi um benefício que não teve resultado imediato para aquele país que recebeu. O Fundo Monetário, ao invés de receber deveria fazer um acordo para que aquele dinheiro fosse investido em educação, um acordo para que aquele dinheiro fosse investido na agricultura familiar, em pesquisa interna, porque traria muito mais benefício para o

próprio Fundo, porque, senão, fica eternamente a espada na cabeça do país, ou seja, o país nem paga e nem progride.

Eu sou otimista e acho que nós vamos dar passos extraordinários para essa ajuda ao países mais pobres.

No caso do Brasil, o Brasil é um país pobre. O Brasil tinha tudo para ser um país rico, mas não é. É um país imenso, de potencial extraordinário. Durante 30 anos foi o país que mais cresceu no mundo, a percentuais extraordinários. Mas, no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a riqueza produzida não foi distribuída, ela ficou nas mãos de poucos. Então, o que sobrou foi um saldo de pobreza que nós vamos ter que resolver em algum momento.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, no dia 28 de janeiro de 2005.

Senhor Klaus Schwab, fundador e Presidente do Fórum Econômico Mundial,

Meus amigos e minhas amigas,

Volto ao Fórum Econômico Mundial de Davos depois de dois anos. Como da primeira vez, venho diretamente do Fórum Social Mundial. Em Porto Alegre discuti iniciativa da sociedade civil para viabilizar as Metas do Milênio contra a fome e a pobreza. Lá, como aqui, carrego a mesma agenda de desafios em busca de uma ordem social mais justa. Não se trata de ignorar as diferenças ideológicas, mas de reconhecer que há problemas no mundo que afetam a todos. O Brasil está fazendo a sua parte.

Resgatar o elo perdido entre o crescimento e a justiça social é a premissa estratégica do meu governo. O Brasil conquistou a estabilidade e retomou o seu crescimento.

Eu me lembro de que quando estive aqui, em janeiro de 2003, tinha um misto de medo, de incertezas, do que um torneiro mecânico poderia fazer na Presidência do seu país. E, ali, nós anunciamos alguns compromissos. A primeira coisa que nós

fizemos no Brasil para que as coisas começassem a melhorar foi fazer algumas reformas que entendíamos necessárias e importantes para que acontecessem as coisas do jeito que o Brasil precisava. Fizemos duas reformas importantes: a reforma tributária e a reforma previdenciária. Mais recentemente, aprovamos um projeto de lei de Parceria Público-Privada; aprovamos o projeto de reforma do Poder Judiciário; aprovamos uma nova Lei de Falências; aprovamos uma nova Lei de Patentes e aprovamos uma nova Lei de Inovação. Concomitantemente, fizemos os marcos reguladores no setor de energia elétrica e no setor de saneamento básico.

O resultado dessa política significou, depois de muitos anos, a economia brasileira crescer 5,3%; o risco-Brasil ser o menor dos últimos sete anos, a inflação, que era de 12,5% em 2002, para 7,2% em 2004; a dívida do setor público reduzir-se de 55% do PIB, em 2002, para 53,7% em 2004. Tivemos um recorde de exportações, 96 bilhões de dólares, com superávit recorde de 33 bilhões de dólares. As exportações brasileiras cresceram em dois anos 60%, tendo atingido os 96 bilhões de dólares.

A produção industrial, de janeiro a novembro de 2004, cresceu 8,3%; os investimentos estrangeiros diretos, em 2003, 10 bilhões, 140 milhões de dólares; em 2004, 18 bilhões, 160 milhões de dólares.

Tomamos a decisão de fazer com que o Brasil assumisse a responsabilidade de ter uma forte política de infra-estrutura para dar vazão ao crescimento que nós imaginamos que o Brasil vai ter daqui para a frente. Priorizamos para este ano a questão das nossas ferrovias, das nossas rodovias, dos nossos portos e aeroportos, sem os quais a nossa produção não consegue escoar nem internamente e, muito menos, do Brasil para outros países.

O dado mais importante é que esse crescimento econômico permitiu que o desemprego caísse de 12,9% em 2003, para 9,6% em 2004, e foram gerados, neste período, dois milhões e 100 mil novas vagas em dois anos. Mas, o mais importante é que, quando eu vim aqui, lancei o programa de

combate à fome, anunciei que seria prioridade. E criamos no Brasil um programa chamado Bolsa Família, que faz parte do programa Fome Zero, e terminamos, no dia 31 de dezembro de 2004, atendendo a seis milhões e meio de famílias, o equivalente a mais de 20 milhões de pessoas. Até dezembro deste ano, nós chegaremos a 8,7 milhões de famílias, e até o final de 2006, se Deus permitir, nós chegaremos ao total das famílias abaixo da linha da pobreza que o Instituto de Pesquisas, o IBGE, afirma ter no Brasil.

Tivemos algumas medidas que foram muito interessantes, algumas experiências muito ricas, que colocaram a economia brasileira para funcionar mais rápido. Milhões de brasileiros, que nunca tinham tido acesso a conta bancária, passaram a ter uma conta bancária com um programa de bancarização que nós fizemos, sobretudo, para pequenos correntistas.

Fizemos uma política de financiamento para os trabalhadores com empréstimos a menos de 50% do que habitualmente ele estava acostumado a pagar, com desconto em folha.

E, mais recentemente, tivemos o privilégio, o prazer de anunciar 118 mil bolsas de estudo em convênio com as universidades privadas do meu país.

Mas o mais importante de tudo que aconteceu nesses dois anos de governo é que nós também assumimos um compromisso de tentar mudar a geografia comercial do mundo. E quando falamos isso, alguns imaginavam que nós iríamos brigar com os Estados Unidos ou que nós iríamos brigar com a União Européia. E nós afirmávamos que, primeiro, não tinha porque brigar com a União Européia, que é um grande parceiro comercial. Segundo, não tinha porque brigar com os Estados Unidos que, individualmente, são o nosso grande parceiro comercial. O que nós tínhamos era que criar novas parcerias e novas realidades no mundo dos negócios.

Por conta disso, em apenas dois anos de governo, eu viajei por 35 países: visitei todos os países da América do Sul, visitei dez países da África, visitei sete países do Oriente Médio, visitei a Índia, visitei a

China e visitei alguns da América do Sul mais de uma vez, além de alguns países da Europa que eu visitei.

Estabelecemos uma política chamada “política da similaridade”, a política daqueles que têm praticamente as mesmas condições e que, muitas vezes, têm um comércio exterior menor do que aquele que ele poderia ter. E com isso nós pudemos chegar no final de 2004 com o nosso comércio com alguns países do Oriente Médio crescendo a 70%, e o nosso comércio com a América do Sul crescendo 60%, e com a União Européia crescendo 30%, numa política vigorosa, desmontando uma doutrina que existia no Brasil de que só era para se exportar o excedente. Ora, a gente fazia uma política grande de exportação, ora a gente deixava de exportar e fazia uma política interna, e o Brasil nunca definia que era possível conviver, ao mesmo tempo exportando bem e fazendo o mercado interno crescer bem.

Fizemos uma coisa muito importante que foi o processo de recuperação do Mercosul. O Mercosul que estava fragilizado, o Mercosul que alguns falavam que ia acabar, hoje está mais vigoroso e, mais importante, todos os países da América do Sul, até a Comunidade Andina, participam ativamente como sócios do Mercosul e, mais recentemente, na cidade de Cuzco, nós criamos a Comunidade Sul-americana de Nações, numa demonstração de que a gente pode continuar olhando o mundo todo, mas nós temos que cuidar dos nossos vizinhos com uma política de integração sólida, não a integração teórica, mas a integração de ferrovias, de rodovias, de hidrovias, de telecomunicações. E, por isso, o Brasil tem feito bons investimentos para ajudar, junto com a CAF, que está aqui, junto com o BNDES brasileiro, projeto de infra-estrutura em países como o Peru, como a Venezuela, como a Bolívia, como a Colômbia, como o Equador, Argentina, Uruguai e Paraguai, porque nós entendemos que, como maior país do Continente, o Brasil tem obrigação de fazer com que essas obras de infra-estrutura sejam, muitas delas, às vezes financiadas pelo Brasil através do seu Banco de Desenvolvimento.

O resultado disso é que nós geramos uma esperança, uma expectativa muito importante na América do Sul. E geramos uma expectativa muito mais do que na América do Sul, com os países africanos que o Brasil praticamente tinha abandonado, ou seja, o Brasil normalmente olhava para os Estados Unidos e olhava para a Europa passando os olhos por cima da África. E nós resolvemos que tínhamos uma dívida histórica com a África, tínhamos que pagar essa dívida. E para pagar essa dívida era preciso restabelecer as relações políticas com a África. Por isso nós visitamos muitos países africanos, por isso melhoramos a nossa parceria com Angola, por isso melhoramos a nossa parceria com Moçambique, por isso melhoramos a nossa parceria com alguns países da África, inclusive os países de língua portuguesa.

Eu posso dizer que o Mercosul hoje é mais sólido, o Mercosul hoje está em melhores condições para fazer acordo com a União Européia, e nós sabemos que é um acordo difícil, mas necessário, para que a gente possa estabelecer essa relação comercial.

Temos uma forte parceria com a Argentina, que passou a (inaudível), temos uma forte parceria com a Índia, temos uma forte parceria com a África do Sul (inaudível), que quanto mais (inaudível) nós temos de evitar (inaudível) um momento de crise no mundo (inaudível) possa (inaudível). E pretendemos este (inaudível) que o Furlan entende que a gente deve atingir.

Mais importante ainda é que essa política de mudar, de criar uma nova geografia comercial no mundo, ela se fortaleceu muito quando nós constituímos o G-20 a partir daquela reunião de Cancún e que poderá, depois, mostrar a força, em Genebra, e poderá mostrar mais força ainda nas negociações dentro da OMC este ano ainda, se Deus quiser.

Por isso, eu poderia dizer para vocês que o Brasil, finalmente, está tendo a possibilidade de vir a Davos, depois de dois anos, e dizer que, finalmente,

o Brasil tomou a decisão de ter um ciclo de crescimento sustentando, de permitir que o Brasil possa crescer por 10, 15 ou 20 anos, sem que o Brasil faça nenhuma aventura de crescer um ano e decrescer cinco ou seis anos seguidos. E nós estamos provando que é possível ter uma forte política fiscal e, ao mesmo tempo, uma forte política social.

Nesses dois anos já foram alfabetizados cinco milhões de jovens e adultos; nesses dois anos já criamos farmácias populares para vender remédio mais barato; nesses dois fizemos um grande programa de saúde bucal no nosso país; nesses dois anos assumimos o compromisso de acabar com hanseníase no Brasil e nesses dois anos nós, certamente, só para se ter uma idéia, no Orçamento da educação deste ano, nós colocamos verbas que vão recuperar 75% da diminuição de verbas que o Estado brasileiro teve nos últimos dez anos.

Eu poderia dizer, portanto, Presidente, e por isso vim a Davos, porque amanhã tem uma grande reunião com empresários do setor, com investidores, para mostrar o que o Brasil tem a oferecer, quais são as oportunidades que o Brasil pode oferecer a quem queira investir, tanto do ponto de vista da estabilidade fiscal, quanto do ponto de vista da estabilidade econômica. E, ao mesmo tempo, nós sabemos que com a estabilidade econômica, com a garantia de que o Brasil vai ter um crescimento sustentado, é muito mais fácil, será muito mais fácil nós podermos resolver os problemas sociais que se acumularam ao longo de mais de um século no nosso país.

Portanto, eu volto, aqui, dois anos depois, vindo de Porto Alegre, mais otimista, muito mais otimista, com muito mais certeza de que o Brasil não jogará fora essa oportunidade que o momento histórico e político lhe deu. Que o Brasil vai continuar crescendo, vai continuar gerando empregos, vai continuar fazendo com que haja aumento da massa salarial, vai continuar distribuindo renda e vai continuar a criar essa força internacional para que a gente possa ter muito mais peso nas negociações comerciais, com muito mais parceiros pensando da mesma forma, agindo

da mesma forma para que possamos nos proteger, muitas vezes, do poderio econômico dos parceiros que negociam conosco, sobretudo na OMC.

É por isso que eu, depois de dois anos, estou aqui. Estou aqui para dizer ao Presidente, para dizer aos meus amigos brasileiros, para dizer aos empresários, para dizer aos interessados, que podem acreditar que o Mercosul hoje é uma realidade mais forte do que já foi em qualquer momento; que a integração da América do Sul é mais forte do que já foi em qualquer outro momento. E, muito mais do que isso, que a solidez do Brasil é muito mais forte do que já foi em qualquer outro momento.

Por isso, volto feliz aqui, volto alegre, e me coloco à inteira disposição para aqueles que queiram fazer perguntas para que a gente possa esclarecer ainda mais. E os empresários que quiserem participar amanhã, vamos ter um grande debate sobre a economia brasileira, com vários ministros fazendo exposição: Ministro da Economia, Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Casa Civil falando sobre infra-estrutura. E quem tiver curiosidade de conhecer o potencial do Brasil, amanhã, de manhã, estaremos aqui, no Belvedere, fazendo esse debate.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Sessão Plenária com Investidores, no Fórum Econômico Mundial, no dia 29 de janeiro de 2005.

Quero não só cumprimentar a todos vocês, como agradecer o convite feito pelo meu governo, através do Ministro Furlan, para que pudéssemos ter essa conversa hoje.

Nós estamos aqui com o Ministro da

Fazenda, Antonio Palocci; o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Furlan; o Ministro José Dirceu, da Casa Civil; e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Esta reunião é uma idéia do Ministro Furlan, e foi por isso que eu me convenci a vir. Depois de dois anos de trabalho, fazemos todas as reformas que nós entendíamos serem necessárias para o desenvolvimento do Brasil, de aprovarmos projetos importantes, como a reforma tributária, a reforma Previdenciária, a Lei de Falências, a Lei de Inovação Tecnológica, o Ministro Furlan entendeu que era importante vir aqui, chamar um grupo de empresários e fazer uma apresentação não só das perspectivas futuras do Brasil mas, sobretudo, das coisas que estão acontecendo em nosso país.

Isso para que vocês tenham mais clareza do potencial do Brasil, da perspectiva que nós, do governo, temos e daquilo que nós acreditamos que seja possível construir junto com vocês. Não apenas do ponto de vista de atração de investimentos para o Brasil mas, sobretudo, de parcerias de empresas estrangeiras com empresas brasileiras. Uma coisa que eu tenho provocado sistematicamente nos empresários brasileiros é que eles não devem ter medo de virar empresas multinacionais, que não devem ter medo de fazer investimentos em outros países, até porque isso seria muito bom para o Brasil.

Eu vou pedir ao Ministro Furlan que coordene a reunião, pois vou ter que sair daqui a pouco para atender o Primeiro-Ministro da Noruega. Nós vamos ter uma pequena exposição dos ministros, e depois, então, vamos fazer um debate para que possamos responder as dúvidas, as inquietações, que por acaso vocês tenham.

Visita Presidencial à Venezuela

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005

Meu caro companheiro Hugo Chávez, Presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meus queridos amigos, Ministros e autoridades do Governo venezuelano,

Meus companheiros Ministros do meu governo e demais integrantes da comitiva brasileira,

Senhor Embaixador da Venezuela no Brasil,

Senhor Embaixador do Brasil na Venezuela,

Empresários da Venezuela e do Brasil,

Empresárias brasileiras e empresárias venezuelanas,

Meus amigos e minhas amigas,

É muito significativo que estejamos iniciando nossa programação na Venezuela com este Encontro Empresarial.

Tenho insistido que as ações externas dos governos precisam de um forte apoio dos nossos setores empresariais. É, portanto, com grande alegria que constato que parcela altamente representativa dos homens de negócio, brasileiros e venezuelanos, estejam aqui presentes.

O evento de hoje dá continuidade a uma bem-sucedida série de encontros iniciada em 2003. Mas ele é também especial, pois se dá em um momento em que nossos dois governos decidiram tornar realidade o sonho de forjar uma verdadeira aliança estratégica. Essa associação dará complementaridade inédita às nossas duas economias.

Prova disso é a notável recuperação do intercâmbio comercial, que passou de 880 milhões de dólares, em 2003, para 1 bilhão e 600 milhões de

dólares em 2004. Eu prefiro ficar com o número citado pelo representante dos empresários brasileiros, que prevê uma perspectiva de 3 bilhões de dólares na nossa relação comercial para 2005.

Estamos, por outro lado, preocupados em buscar um maior equilíbrio em nossas trocas, de maneira que os ganhos com esse comércio produzam benefícios para os dois países.

A integração da América do Sul é prioridade número um da política exterior de meu governo e ela exige um aumento das trocas comerciais, no contexto de um comércio regional mais equilibrado.

Por isso, lançamos um Programa de Substituição Competitiva de Importações, já conhecido do segmento empresarial venezuelano. Ele é uma ferramenta que vem permitindo ao consumidor brasileiro conhecer melhor os produtos venezuelanos.

Esse conhecimento mútuo é fator decisivo para o tão desejado aumento da corrente de comércio. Nesse sentido, a macro-rodada de negócios, prevista para realizar-se em Caracas proximamente, será de grande importância.

Querido companheiro Chávez,

Se quisermos estimular a crescente complementaridade de nossas economias, precisamos também continuar dedicando especial atenção ao tema dos investimentos e à questão da infra-estrutura. São muito promissoras as perspectivas para 2005, sobretudo no setor energético.

Refiro-me entre outros, aos entendimentos

entre PDVSA e Petrobrás, para a construção conjunta de uma refinaria no Brasil e também para a prospecção na Venezuela.

Refiro-me, igualmente, à cooperação entre PDVSA e BRASKEM, para a construção de uma petroquímica binacional. São enormes as possibilidades de exploração de ferro, carvão, bauxita e níquel por empresa constituída pela Vale do Rio Doce e pela Carbozulia.

Destaco os entendimentos com a Embraer, que permitirão que Venezuela se associe ao processo de montagem de aviões. Destaco, também, o compromisso da participação brasileira com a terceira ponte sobre o rio Orinoco; o significativo investimento que empresas brasileiras vêm realizando ou pretendem realizar em breve, bem como a cooperação nos processos de monitoramento do espaço aéreo da Amazônia.

Essas notícias nos enchem de orgulho e de esperança, pois representam uma oportunidade de geração de empregos e de riqueza nos dois lados da fronteira.

Significa que despertamos para a imensa potencialidade de nossas economias e para a busca de soluções próprias para os desafios do nosso desenvolvimento. Um desenvolvimento que se dê efetivamente em benefício de nossas populações.

Deixo aqui, para os empresários dos dois países, o desafio e a provocação: associem-se, façam negócios, gerem rendas e postos de trabalho.

O sucesso individual de vocês será também o sucesso de todos nós, pois, como tem dito o presidente Chávez, e aqui faço questão de repetir, “unidos, alcançaremos níveis superiores de liberdade”.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu quero crer que todos nós temos a exata dimensão do que estamos fazendo hoje, aqui, neste encontro. Não é mais uma reunião entre empresários brasileiros e empresários venezuelanos. Não é mais uma reunião entre o Presidente Chávez e o Presidente Lula, até porque já fizemos muitas reuniões.

O que estamos fazendo, aqui, é concretizando

uma aspiração daqueles que lutaram pela libertação da Venezuela, daqueles que lutaram pela libertação do Brasil, daqueles que sonharam com duas nações soberanas, livres e autônomas, daqueles que sonharam com a auto-determinação dos seus povos.

O que estamos fazendo, aqui, é estabelecendo e concretizando uma aliança estratégica.

Uma aliança estratégica profunda, que leve em conta a potencialidade dos dois países, que leve em conta o conhecimento científico e tecnológico dos dois países, que leve em conta a possibilidade da ajuda mútua entre os dois países. E tem que ser feito de uma forma tão sólida, que mesmo quando não existir mais Lula e Chávez, na Presidência dos seus países, a sociedade da Venezuela e a sociedade brasileira estejam com tanta convicção do processo, que ele tenha continuidade para que as duas nações possam usufruir da riqueza que Deus nos deu.

Eu tenho dito todo santo dia: o século XIX, uma parte do século XX foi europeu, uma outra parte do século XX, a grande parte, foi dos Estados Unidos. Eu penso que se nós tivermos consciência e agirmos com ousadia, nós teremos condições de transformar o século XXI no século do Venezuela, no século do Brasil, no século da América do Sul, no século da América Latina.

Nós não temos o direito de jogar fora essa oportunidade. Eu tenho dito, sempre, que nós podemos mudar a geografia comercial do mundo, restabelecer uma política de complementaridade se acreditarmos mais em nós mesmos, na criatividade do nosso povo, na capacidade de produção do nosso povo, no conhecimento do nosso povo. Isso não depende de nenhum presidente de outro país, isso depende única e exclusivamente da nossa disposição.

Dediquei meus dois primeiros anos de mandato para dar uma contribuição para a construção de uma aliança muito forte na América do Sul. Terminamos no ano passado, em Cuzco, criando a comunidade Sul Americana de Nações. Não é tudo que nós queremos, mas já é muito se nós imaginarmos o que tínhamos há dois anos.

Chávez tem mais dois anos de mandato, até 2006, eu tenho até 2006. Possivelmente, se nós dedicarmos mais esses dois anos à integração da América do Sul, à política de complementaridade entre os países, certamente, nós iremos dar um passo gigantesco e todos iremos perceber que os sonhos de Simón Bolívar estarão muito mais próximos de serem concluídos com a nossa atuação política ousada, com a nossa perseverança e, sobretudo, com a paciência que todos nós temos que ter nos momentos de adversidade.

Por isso, companheiro Chávez, estou feliz de estar aqui num momento bom da política da Venezuela. Apesar das enchentes e do excesso de chuva, quero aproveitar e transmitir a minha solidariedade ao Presidente Chávez e ao povo da Venezuela, e dizer que estamos dispostos a ajudar naquilo que for possível. E quero também te dar os parabéns pela sabedoria nesse início de divergência com a Colômbia e, sobretudo Chávez, eu não poderia deixar de aqui, numa reunião com empresários brasileiros e venezuelanos, dizer do orgulho que tenho de saber que o referendo consolidou, possivelmente, o momento mais importante da democracia na Venezuela.

Acho que as divergências políticas são inerentes à democracia e elas existirão onde existir democracia. Aliás, só existirá onde existir democracia. Eu acho que o povo da Venezuela deu uma demonstração extraordinária de que é dono do seu nariz, que é dono da sua consciência e que é dono dos seus atos, com o resultado do referendo que consolidou a democracia na Venezuela. E hoje estamos percebendo a economia da Venezuela crescer, estamos percebendo o governo da Venezuela preocupado com a industrialização do país, até para tirar proveito da grande quantidade de petróleo que tem a Venezuela.

No Brasil, estamos vivendo a mesma situação. Eu estou feliz porque a produção industrial do meu Brasil teve o maior crescimento desde 1986, se bem que o crescimento de 1986 foi muito curto por causa do “cruzado”. Estamos convencidos, Presidente

Chávez, que entramos numa rota de solidez para a nossa economia.

O Brasil já teve dezenas de oportunidades. Acho que poucos países tiveram as oportunidades que o Brasil teve de se tornar uma economia sólida e estável mas, possivelmente, os desejos eleitorais de alguns políticos brasileiros permitiram que eles não tirassem proveito dos bons momentos que nós tivemos. E eu tenho dito, todo santo dia, que não jogarei fora esta oportunidade. O Brasil precisa de um novo ciclo de crescimento, que dure 10 ou 15 anos, mas que seja constante, porque somente assim nós iremos pagar a dívida social que temos com o nosso povo e que eu, particularmente, tenho o compromisso de pagá-la. E com essa aliança estratégica entre Venezuela e Brasil, com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, eu fico com mais esperanças de que logo, logo, nós estaremos colhendo os frutos de nossa ousadia política.

Quero dizer aos empresários: vocês não têm que ter medo de fazer parcerias. A solução para a economia da Venezuela, do Brasil e para a economia de outros países da América do Sul não está no Norte, não está além do oceano, está na nossa integração, está na credibilidade que tivermos em nós mesmos. Por isso, formem parcerias, estabeleçam acordos, vamos fazer as estradas que temos que fazer, vamos fazer as pontes que temos que fazer, vamos fazer o que tivermos que fazer em telecomunicações.

Se tiver algum legado que um presidente da República pode deixar para o povo é, daqui a alguns anos, alguém dizer que graças à atuação do Presidente Chávez, do Presidente Lula, do Presidente Kirchner, do Presidente Toledo e de tantos outros Presidentes, a América do Sul, finalmente, atingiu a sua maioria política, econômica, e adotou a liberdade, a soberania e a auto-confiança como instrumentos do desenvolvimento e de repartição de riquezas.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela, no dia 14 de fevereiro de 2005.

Meu caro companheiro Hugo Chávez,
Presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meus amigos e amigas Ministros e Ministras
do Governo venezuelano,

Meus companheiros e companheiras,
Ministros do meu governo e demais companheiros
que integram a nossa comitiva,

Meu caro Embaixador da Venezuela no
Brasil,

Meu caro Embaixador do Brasil na
Venezuela,

Meus amigos Empresários brasileiros,
Empresários da Venezuela,

Dirigentes de entidades empresariais dos dois
países,

Meus amigos Ministro Celso Amorim,
Ministro Alí Rodríguez,

É com grande satisfação que retorno à
Venezuela, onde sempre sou recebido com carinho
pelo povo e por suas autoridades. Hoje é um dia
histórico nas relações entre Brasil e Venezuela.
Nossos países nunca estiveram tão próximos e
irmãos. Nossos mais ambiciosos projetos de
integração começam a materializar-se.

O comunicado conjunto que assinamos hoje
estabelece uma ampla aliança estratégica entre
Venezuela e Brasil.

Essa associação pode e deve servir como
modelo de integração que desejamos levar adiante
com os demais parceiros da região. Ela está baseada
em uma decisão política de nossos governos, em seu
mais alto nível, e no engajamento de nossos setores
empresariais. Traduz-se em um programa de trabalho
concreto e realista, cuja execução vamos monitorar
cotidianamente.

É sintomático, meu caro Presidente Chávez
e amigos da Venezuela, que para preparar esta aliança
estratégica tenhamos restabelecido os trabalhos da

Comissão Binacional de Alto Nível, a Coban, que
não se reunia desde fevereiro do ano 2000. A partir
de agora, a agenda da cooperação entre os nossos
dois países retoma todo o seu vigor.

Nossa aliança estratégica está solidamente
apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação
do comércio de bens e serviços e integração da infra-
estrutura. Acabamos de definir objetivos ambiciosos
em todos esses campos.

Quero ressaltar a enorme importância da
nossa associação no setor energético. O que a
Petrobras e a PDVSA podem fazer juntas no Brasil,
na Venezuela e em terceiros países, é de um potencial
inestimável. Estamos estabelecendo parceria nas
áreas de exploração, refino, transporte e
comercialização. Vamos trabalhar conjuntamente
para produzir combustíveis renováveis, como o
biodiesel e o etanol. Vamos também explorar a fundo
a complementaridade dos nossos sistemas de geração
de energia hidrelétrica. O Norte do Brasil já recebe,
hoje, serviços de excelente qualidade fornecidos pela
Edelca. O estabelecimento de uma comissão mista
em matéria de energia assegurará um
acompanhamento contínuo desses projetos.

Com a participação decidida do nosso setor
privado, vamos também avançar na mineração do
carvão e valorizar a complementaridade de nossas
economias no setor siderúrgico.

O Brasil tem abundância de minério, e a
Venezuela abundância da energia necessária para o
processamento desse minério. Juntos, vamos agregar
valor e escala aos nossos processos produtivos.

Outro vetor que merece destaque na aliança
que estamos estabelecendo é da infra-estrutura.
Vamos seguir promovendo a ativa participação de
empresas brasileiras na realização de grandes obras
de transportes na Venezuela. E vamos seguir
implementando mecanismos inovadores de
financiamentos desses empreendimentos. É preciso
avançar nesse sentido em âmbito sul-americano.

Temos também planos significativos para o
setor aeronáutico e uma plataforma de cooperação

na área militar. Trataremos de cooperar não apenas na vigilância e defesa da Amazônia e de seus recursos, mas também no desenvolvimento conjunto em ciência e tecnologia. São prova disso os entendimentos alcançados para o reaparelhamento da Força Aérea Venezuelana pela Embraer e a exploração de possibilidades de exercícios conjuntos na Amazônia por nossas forças militares.

Vamos seguir colaborando no combate ao narcotráfico, ao crime organizado, ao terrorismo, e na proteção de nossa extensa fronteira comum.

É também por essa razão que decidimos cooperar, de maneira mais estreita, em matéria de políticas sociais, com ênfase na saúde e na educação.

Meu querido companheiro Chávez,

Nossas economias têm demonstrado claros sinais de recuperação. A Venezuela e o Brasil aumentaram significativamente suas trocas comerciais.

Esperamos superar, já neste ano de 2005, a cifra de 3 bilhões de dólares. O meu número, aqui, era 2 bilhões de dólares, mas como os empresários foram mais otimistas e falaram em 3 bilhões de dólares, e eu estou numa fase de muito otimismo, eu prefiro os 3 bilhões de dólares. Desde que, nós, brasileiros, aprendamos que relação comercial é uma via de duas mãos: a gente vende, mas a gente compra, para que haja um equilíbrio nas balanças comerciais dos dois países, porque senão esse desequilíbrio pode prejudicar a saudável relação que queremos ter com a Venezuela. Desejamos dar maior equilíbrio ao intercâmbio comercial.

Estamos também facilitando os investimentos nos dois sentidos, com a assinatura de acordo para evitar a bitributação.

No plano regional, compartilhamos o desejo de fortalecer a unidade dos países sul-americanos.

Estamos afirmando a auto-confiança do Continente na superação dos nossos grandes desafios econômicos e sociais.

A construção e o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações e da

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica são instrumentos fundamentais para a promoção e a defesa dos interesses da nossa região no cenário internacional.

Estamos contribuindo, assim, para mudar a correlação de forças internacionais para conformar uma nova geografia econômica e comercial mundial, tendo como cenário um mundo de paz, politicamente mais democrático.

E, aqui, eu quero aproveitar para agradecer ao presidente Hugo Chávez o apoio de primeira hora que ele deu, tanto para o Conselho de Segurança da ONU quanto para a disputa na Diretoria Geral da OMC.

Meu querido Hugo Chávez,

Quero, por seu intermédio, felicitar mais uma vez o povo venezuelano pelo seu firme compromisso com a democracia. A sociedade venezuelana soube superar, de forma serena e soberana, momentos muito difíceis. O Brasil acompanhou de perto e com grande atenção esses momentos. Nunca faltamos com nossa solidariedade

Quero também congratular-me com o governo e o povo venezuelanos pela superação das dificuldades recentes nas relações entre a Venezuela e a Colômbia. Os dois países e toda a América do Sul demonstraram, uma vez mais, a sua maturidade política. Reafirmamos, dessa forma, nossa capacidade de resolver as divergências por meios próprios e pela via pacífica do diálogo.

Meus amigos,

Minhas amigas,

Saúdo o empenho e a visão do nosso setor empresarial. Sua participação foi e continuará sendo fundamental nos projetos de parceria que assumimos.

O trabalho de todos, governo e sociedade, tornou possível esta imensa plataforma de cooperação que hoje lançamos.

Tenho consciência de que ainda teremos de superar muitos desafios na construção da aliança estratégica entre a Venezuela e o Brasil.

Estou seguro de que o caminho que estamos

trilhando nos levará à construção de um espaço sul-americano mais solidário, comprometido com a eliminação da fome, da pobreza e das grandes disparidades sociais que persistem em nosso Continente.

A democracia é um processo de construção permanente. Para acelerá-lo, necessitamos desencadear um ciclo de prosperidade com altas taxas de crescimento, sólidas políticas de emprego e de distribuição de renda e iniciativas que garantam efetiva inclusão social.

Esses são os passos decisivos para garantir a soberania e a auto-determinação.

Meu caro Presidente Chávez,

Forjamos nos últimos anos uma forte amizade. Nossa solidariedade mútua ganha, hoje, outra qualidade com o estabelecimento de nossa aliança estratégica.

Sem me alongar muito tempo, eu queria, meus caros Ministros brasileiros e venezuelanos, empresários brasileiros e da Venezuela, meu querido Presidente Chávez e amigos da imprensa, dizer mais uma palavra.

Faz muito tempo, eu era candidato à Presidência da República do Brasil e fui a um grande instituto de pesquisa fazer um debate com alguns grandes técnicos brasileiros. E lá, pela primeira vez, eu tive contato com uma realidade que, até então, eu pouco conhecia: o mapa do Brasil me mostrava que, durante 500 anos de história, nós tivemos toda a nossa relação comercial, política e de desenvolvimento voltada para a Europa. E mais, no século XX, para os Estados Unidos. E o mapa do Brasil mostra isso claramente. Somente a partir de 1956 é que o Presidente Juscelino resolveu levar o Brasil para o Centro-Oeste brasileiro. Até então, o nosso desenvolvimento se dava na orla marítima, fazendo o mesmo trajeto que os nossos colonizadores fizeram 500 anos atrás.

E foi dessa reunião, Presidente Chávez, que me surgiu quase uma obsessão da necessidade de o Brasil se voltar para a América do Sul. Não era

compreensível que o Brasil continuasse a olhar o mundo desenvolvido sem olhar os seus irmãos que têm, praticamente, 15 mil quilômetros de fronteira seca com o Brasil.

Essa visão de olhar para o mundo rico e esquecer os pobres era um pensamento de uma elite política no Brasil. Eles eram capazes de olhar para a Europa sem ver o continente africano. Eram capazes de olhar para os Estados Unidos sem ver a Venezuela, sem ver o Suriname, sem ver a Guiana.

Não era possível continuar acreditando nessa visão de mundo.

Quando assumimos o governo tomamos uma decisão: nós seremos muito mais fortes, teremos muito mais influência política se conseguirmos unificar os iguais, os pobres, os em desenvolvimento, aqueles que não faziam parte do chamado “mundo rico” do nosso Planeta.

E você sabe da nossa dedicação com a América do Sul para chegarmos ao dia de hoje. É por isso que, para mim, essa reunião de hoje não pode ser vista como mais uma reunião e, muito menos, como uma coisa eminentemente comercial, é mais do que isso.

O dia em que a América do Sul tiver as estradas que precisa ter, interligando os países; o dia em que a América do Sul tiver as hidrovias de que precisa interligando os países; o dia em que a América tiver os sistemas de telecomunicações interligando os países; e o dia em que a América do Sul tiver um conjunto de governantes e uma grande parte do povo acreditando na América do Sul, nós teremos concretizado o sonho de muitos que antes de nós acreditaram nisso, lutaram e morreram sem ver o seu sonho ser concretizado.

Possivelmente, Chávez, nem você nem eu venhamos a ver a plenitude do projeto. Nem sempre o pioneiro consegue desfrutar da primeira produção da terra descoberta. O que é importante é que ele faça as coisas bem feitas, para que os que vierem depois dêem continuidade e façam melhor do que nós estamos fazendo.

Eu não tenho dúvidas, Chávez, que ainda exista no nosso meio, no Brasil e na Venezuela, gente que ache que o que estamos fazendo não tem futuro, que nós precisamos aprofundar a nossa relação apenas com os países ricos, vamos ser criticados. E eu estou feliz por isso, feliz porque estou fazendo uma coisa em que acredito; estou fazendo junto com empresários que acreditam; estou mantendo relações com governantes que acreditam. E, mais ainda, nós estamos descobrindo um mundo novo. Aqueles que diziam que nós não devíamos fazer relações com os países em vias de desenvolvimento, é só pegarem o número das exportações brasileiras, e vão perceber o quanto cresceu o nosso comércio com a América do Sul, o quanto cresceu com a África, o quanto cresceu com a Índia, o quanto cresceu com o mundo árabe, o quanto cresceu com a China e o quanto pode crescer, não agindo enquanto Brasil, mas enquanto Comunidade Sul-Americana de Nações. É o sonho maior que eu carrego, de poder negociar conjuntamente, não enquanto país, mas enquanto conjunto de países, para que a gente consiga que o nosso povo possa ter, neste século, a oportunidade de conquistar a cidadania plena. E não é muito, Chávez: é morar, trabalhar, comer, estudar, ter acesso à cultura e ao lazer, ou seja, é tão pouco, que todo mundo poderia ter.

Eu acho que o gesto que estamos fazendo aqui, hoje, com a participação de empresários tão importantes dos dois países, não pode terminar aqui, Chávez. O próximo passo nosso é, como fizemos hoje com os empresários, fazermos na área social, fazer um encontro dos nossos Ministros da área social, dos nossos representantes dos movimentos sociais, para que a gente possa, com a mesma seriedade com que tratamos este encontro, com o mesmo respeito que recebemos dos empresários, e que demos a eles, a gente possa fazê-lo com o movimento social, porque a integração é mais do que isso. A integração passa pelo transitar livre dos nossos povos, passa pela repartição das riquezas que produzimos e passa, sobretudo, pelo fato de sabermos utilizar corretamente as experiências bem-sucedidas em cada país.

Eu vou repetir uma coisa aqui, Chávez. Você, que tem no Bolívar a sua grande bússola de vida, vai perceber que se nós fizermos as coisas como estamos fazendo, com a ousadia que estamos fazendo mas, também, com a tranquilidade que estamos fazendo, pode ter certeza que Simon Bolívar estará dizendo: “Valeu a pena morrer acreditando na integração da América do Sul”.

Muito obrigado.



Visita Presidencial à Guiana

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega das chaves da cidade de Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Hamilton Green,
prefeito da cidade de Georgetown,

Minha querida companheira Marisa,
Senhor Samuel Hinds, Primeiro-Ministro da
República Cooperativista da Guiana,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado e
demais integrantes das comitivas da Guiana e do
Brasil,

Eu queria especialmente nominar aqui o meu
Ministro da Educação, Tarso Genro; meu Ministro
do Turismo, Walfrido dos Mares Guia; meu Ministro
da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior,
Luiz Fernando Furlan; meu Ministro da Saúde,
Humberto Costa,

Quero cumprimentar as autoridades do
Estado de Roraima, que estão aqui presentes,
Secretários que representam o Governador do
estado,

Cumprimentar o Senhor Robert Williams,
Vice-Prefeito de Georgetown,

Cumprimentar os conselheiros e conselheiras
do município,

Cumprimentar a imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

É com grande alegria que recebo as chaves
de Georgetown. Esta é uma cidade irmã que em suas
origens guarda semelhanças com a formação histórica
dos núcleos urbanos brasileiros, surgidos a partir de
plantações, e com forte presença de populações
trazidas de outros continentes para o duro serviço

da produção.

Mas Georgetown tem algo único, foi erguida
em terras conquistadas ao mar. A construção do muro
de contenção do oceano é um exemplo vitorioso da
audácia do povo guianense. Estou sensibilizado com
esta homenagem, pois ela ocorre num momento de
sofrimento para a cidade e sua população em
decorrência das chuvas torrenciais de janeiro
passado.

O Brasil apressou-se em prestar assistência
com o envio de mantimentos e água. Enviamos
medicamentos destinados especificamente às
necessidades por que passa Georgetown. Por
solidariedade e amizade, a população vizinha do
Estado de Roraima prestou sua ajuda direta ao povo
guianense nesse difícil momento. A Guiana poderá
sempre contar com o apoio e a cooperação do
governo e do povo brasileiro.

Georgetown é, na América do Sul, única com
suas construções em madeira. O prédio da Prefeitura,
a Catedral e a Corte de Justiça são exemplos dessa
bela arquitetura que enriquece a cultura do nosso
continente.

O Governo brasileiro deu sua contribuição
para a preservação das características arquitetônicas
de Georgetown. Como disse Sua Excelência, o
Prefeito, restauramos, em 2001 e 2002, as
residências da Embaixada do Brasil, obra que
mereceu o prêmio “Obrei Barker”, conferido pela
Unesco e pela Universidade da Guiana.

Outro sinal de amizade é a proposta desta Prefeitura de declarar Georgetown e Boa Vista cidades irmãs.

Senhor Prefeito,

Interpreto a honra que me é agora distinguida como claro sinal da excelente fase por que atravessam as relações entre Brasil e Guiana. A cordialidade e a cooperação são, hoje, as marcas de nossos laços.

Da integração física e a cooperação para o controle de doenças, Guiana e Brasil avançam juntos para a construção de uma América do Sul próspera e coesa.

Por tudo isso, agradeço esta homenagem e a acolhida calorosa que eu e minha comitiva recebemos desde que aqui chegamos.

Estamos seguros de que, com a ajuda de nações amigas, e com a grande capacidade de trabalho do povo guianense, Georgetown saberá superar as dificuldades presentes e construir um futuro melhor para seus cidadãos.

Temos muito a fazer e o povo da Guiana pode estar certo de que, depois desta viagem nossa à Guiana, a relação Guiana-Brasil será muito mais forte, muito mais produtiva e produzirá muito mais frutos para os dois povos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo Presidente da República da Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005.

Meu caro amigo, Presidente da Guiana, meu companheiro Jagdeo,

Meu caro amigo Samuel Hinds, Primeiro-Ministro da República da Guiana,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Membros da comitiva do Brasil e da Guiana,

Queria dizer ao Presidente Jagdeo que em 1989 eu perdi uma eleição para Presidente da República do meu país. E, terminada a campanha, eu descobri que não conhecia o Brasil e resolvi, então,

fazer Caravanas da Cidadania para percorrer de barco, de trem, de ônibus o meu país.

Foram, praticamente, 91 mil quilômetros percorridos entre 1991 e 1994. Foram essas caravanas que me deram mais convicção e me deram uma certeza de que era preciso mudar o governo brasileiro, para que o Brasil pudesse ser governado para a totalidade do seu povo e não apenas para uma parcela da sociedade que tinha participação no mercado.

Perdi, ainda, mais duas eleições e ganhei na quarta. E tomamos a decisão de que era preciso conhecer a América do Sul para que nós pudéssemos carregar, dentro da nossa consciência, não apenas o sentimento, mas a certeza de que a integração é a única possibilidade de desenvolvimento da nossa região.

Percorri todos os países da América do Sul e recebi no Brasil praticamente todos os Presidentes da América do Sul. E firmei mais ainda a minha convicção de que não era importante apenas o discurso da integração, de que era preciso tornar realidade o nosso discurso, compreendendo que sem integração cultural, sem integração comercial, sem integração física, era humanamente impossível dar a cada um dos povos da América do Sul, independentemente do país em que ele resida, a esperança e a oportunidade de se desenvolver.

Por mais que eu olhasse o mapa do Brasil e, em volta do mapa do Brasil, eu visse a Guiana, eu jamais teria a dimensão de quão próximos nós estamos. A cor do povo da Guiana, o jeito do povo da Guiana, o sorriso do povo da Guiana, é muito, mas muito parecido, com uma grande parcela da sociedade brasileira.

E é difícil entender que durante séculos e séculos não se concretizou a integração deste continente. Apenas uma ponte, apenas uma estrada, apenas um vôo ou, quem sabe, uma linha de ônibus, poderiam permitir que a nossa cultura, o nosso comércio e a nossa gente pudessem transitar com mais facilidade pelo nosso continente.

Imagine, Presidente, em 500 anos de história eu tive a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Bolívia. Em 500 anos de história eu vou ter a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre o Peru e o Brasil. E, se Deus quiser, no menor espaço de tempo possível, eu terei o prazer de inaugurar a primeira ponte entre Guiana e o Brasil.

Quero lhe dizer, Presidente, que cada membro do meu governo que está aqui, e aqueles que ficaram no Brasil; e a cada empresário brasileiro com quem eu tenho conversado, tenho feito desafios para que eles acreditem, com muita força, na integração; para que façam investimentos, para que troquem os nossos conhecimentos na área de ciência e tecnologia, para que a gente possa ter força econômica, ter força política para negociar com o mundo desenvolvido.

Eu, em dois anos de Presidência, fico, às vezes, envergonhado de ver quantos protocolos são assinados entre os países e passam-se anos e anos e aquilo não deixa de ser um mero protocolo. E, muitas vezes, isso se repete a cada encontro.

A nossa determinação é mudar um pouco essa história. Primeiro, mudando o nosso comportamento, transformando os protocolos de intenções em ações políticas concretas. Segundo, dando importância aos países pequenos tanto quanto damos aos países grandes, porque, muitas vezes, todos nós passamos anos e anos fazendo carinho nos Estados Unidos da América do Norte, fazendo carinho na União Européia, e, quando precisamos de um voto na ONU não nos damos conta de que um país do tamanho da Guiana, do tamanho do Suriname, do tamanho do Uruguai ou do tamanho de uma ilha qualquer aqui, do Caribe, tem o mesmo poder de voto que tem o Brasil, o mesmo poder de voto de um país que tem 1 bilhão de habitantes.

A integração, ela é mais do que uma ação comercial, ela tem que ser uma profissão de fé, ela tem que ser a crença de que com a junção e a unidade das centenas de países pobres que existem no mundo – se agirem conjuntamente, se acreditarem nas suas próprias

forças e deixarem de acreditar que vai aparecer alguém para ajudar, e firmarem posições, como firmamos no G-20 – nós teremos muito mais chance de mudar a geografia comercial do mundo, de mudar a geografia política do mundo e permitir que os nossos povos tenham oportunidade no século XXI.

Nós não temos que inventar nada, não precisamos criar nada novo, é só olhar o que aconteceu no século passado, quem foram nossos aliados, quem nos ajudou, quem tirou proveito de nós. E, depois de um século, como é que nós estamos? Mais pobres? Com mais necessidade de educação? Com mais necessidade de conhecimento científico e tecnológico? E isso, quem tem, não dará para nós, se nós não nos transformamos numa força política ativa, ousada e corajosa, e não tenhamos medo de enfrentar o debate político.

E o Brasil, que durante muito tempo voltou as costas para a América do Sul, para outros países pobres, quer agora recuperar o tempo perdido e construir uma parceria em todos os níveis, levando em conta as suas dificuldades também, mas, sobretudo, uma parceria que tenha um conteúdo muito forte de lealdade, que tenha um compromisso muito forte com as políticas sociais. E embora todos nós tenhamos que cumprir todos os contratos que fizemos, não nos esqueçamos que tem um contrato que não está escrito, mas que está na nossa origem e na nossa consciência, que é o contrato que estabelece o compromisso com o pagamento da dívida social que nós temos com o nosso povo.

Com essas palavras, eu quero convidar a todos os presentes a levantarem um brinde ao Presidente Jagdeo e ao povo da Guiana.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Jagdeo, Presidente da República da Guiana,

Excelentíssimo Senhor Samuel Hinds,
Primeiro-Ministro da República da Guiana,
Minha querida companheira Marisa,
Senhoras e Senhores membros da
Assembléia Nacional,
Senhoras e Senhores Ministros de Estado e
demais integrantes das comitivas da Guiana e do
Brasil,

Senhores Deputados,
Senhoras Deputadas,
Imprensa aqui presente,
Meu querido povo da Guiana,

É uma grande honra participar desta sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana. Esta casa encarna valores democráticos, fundamentais em todas as sociedades.

A democracia é essencial para assegurar o bem-estar, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos do povo. Ela se fortalece e produz consensos quando articulada com medidas de democracia econômica e social. Com vontade política, podemos traduzir esses valores em ações para o combate à fome e à pobreza. Vemos com satisfação que a Guiana se encontra plenamente engajada nessa luta que é uma prioridade fundamental de meu governo.

Mas os valores democráticos precisam afirmar-se também no plano internacional. Unidos na defesa desse objetivo, nossos países estão permanentemente empenhados na defesa do multilateralismo.

Defendemos uma ampla reforma das Nações Unidas, especialmente do seu Conselho de Segurança. A composição e métodos de trabalho do Conselho devem assegurar maior legitimidade e representatividade às suas decisões. A ONU precisa refletir a crescente importância dos países em desenvolvimento no mundo. Por isso agradeço, mais uma vez, o apoio do Governo da Guiana à postulação do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Senhor Presidente,

Os países sul-americanos buscam hoje sua integração. A união de nossos povos nos planos econômico e comercial, político e social, científico e cultural mudará a nossa região. Dar-nos-á outro lugar no mundo.

A integração permite explorar os recursos complementares de nossas economias, gerando maior auto-confiança no nosso destino. Ela é poderosa ferramenta para defender nossas posições nos foros internacionais.

Para o Brasil, o caminho da integração passa pelo fortalecimento das relações do Mercosul com todos os países da América do Sul, reconhecendo plenamente a situação específica da Guiana, e também do Suriname, na Caricom.

A decisão dos Chefes de Estado sul-americanos, em Cuzco, de criar a Comunidade Sul-Americana de Nações é histórica. Contribui para a construção de um futuro de paz e prosperidade em nosso Continente. A Comunidade promoverá a convergência e coordenação política dos países-membros; aprofundará a articulação entre Mercosul, CAN e Chile, com plena associação da Guiana e Suriname; e buscará integrar a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações entre nossos países.

O Brasil sediará, ainda neste ano, a 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Alimentamos grandes expectativas em torno das decisões coletivas que haveremos de tomar para fazer da comunidade um instrumento do desenvolvimento soberano dos nossos países.

Contamos com a participação ativa da Guiana para o êxito desse esforço, que estará centrado, em um primeiro momento, na estrutura institucional da Comunidade.

Senhor Presidente,

As relações entre Brasil e Guiana caracterizam-se historicamente pela cordialidade e pelo entendimento. Tive o prazer de receber o Presidente Jagdeo em Brasília, em julho de 2003.

Meu Ministro das Relações Exteriores esteve aqui, em Georgetown, em junho do ano passado, quando da Primeira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais.

A partir desta minha visita, espero que os contatos em todos os níveis sejam mais freqüentes e intensos.

Senhor Presidente,

Quero expressar, uma vez mais, ao governo e ao povo guianenses, a solidariedade de meu país diante das inundações de várias regiões do país. Queremos, nesse quadro, desenhar programas de cooperação técnica em áreas como o manejo de resíduos sólidos, controle de doenças e proliferação de mosquitos.

Senhor Presidente,

A Guiana é, ao mesmo tempo, um país caribenho e sul-americano. Compartilha com o Brasil e outros seis países a imensa riqueza da Amazônia.

Somos reconhecidos do entusiasmo com que apóia a aproximação entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul com a Caricom. Um acordo de livre comércio entre Mercosul e Caricom estimulará o intercâmbio de bens e serviços entre as regiões. Criará novas oportunidades de negócios e projetos de cooperação além da esfera comercial.

Temos de levar em consideração as assimetrias existentes entre nossas economias, dentro do espírito de generosidade e flexibilidade que devem reger as negociações bilaterais e inter-regionais de comércio. Devemos agora concluir, o mais breve possível, o programa de trabalho para concretizar essas negociações. A entrada em vigor, no ano passado, do Acordo de Alcance Parcial, abre novas possibilidades para incrementar o fluxo de bens e serviços entre nossos países.

Por esse motivo, vim acompanhado de missão empresarial brasileira para identificar novas oportunidades de comércio, especialmente a ampliação das exportações guianenses para o Norte do Brasil. Estamos estudando implementar regime especial aduaneiro para agilizar o intercâmbio na

região de fronteira.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares,

Um dos principais temas de nossa agenda bilateral é a interconexão viária entre a capital de Roraima e Georgetown. Essa conexão contribuirá significativamente para aumentar o intercâmbio entre os dois países.

Meu Governo quer reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu.

Estamos preparando medidas para acelerar a implementação dos mecanismos previstos no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Guiana e Brasil, enquanto este aguarda aprovação formal por nosso Congresso.

Senhor Presidente,

Nossos países estão envolvidos em intensas e complexas negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio. O Brasil vem lutando para que os benefícios do comércio cheguem a todos.

Estabelecemos o G-20 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o êxito da Rodada de Doha.

Queremos o fim de práticas abusivas que distorcem o comércio internacional, prejudicando, sobretudo, os países em desenvolvimento.

Entendemos que as necessidades de nossos países não são idênticas. Por isso, estimulamos o diálogo produtivo entre os membros do G-20 e do G-90, no qual a Guiana tem papel de relevo. Somos reconhecidos à iniciativa da Guiana em estimular o entendimento entre os dois grupos. O essencial é não deixar que a dimensão do desenvolvimento seja diluída em acordos de interesse exclusivo ou predominante dos países ricos. Essas foram as motivações do Governo brasileiro ao lançar a candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Não posso deixar de tratar de tema que provoca interpretações equivocadas e que diz respeito diretamente aos interesses do Brasil e da Caricom. Quero assegurar a todos que o Brasil compreende e respeita os interesses das economias

caribenhas. Os interesses dos países da Caricom sempre tiveram o apoio do Brasil na Organização Mundial de Comércio.

No processo que movemos contra os subsídios concedidos pela União Européia, que ferem as normas internacionais de comércio, o Brasil jamais questionou as preferências comerciais concedidas pela União Européia aos países caribenhos. A eliminação desse regime preferencial jamais foi solicitada pelo Brasil. Rechaçamos energicamente qualquer sugestão de que a ação brasileira na OMC tenha visado a impor prejuízo às exportações caribenhas de açúcar para o mercado europeu. Esse equívoco é estimulado pelos que se negam a respeitar as normas do sistema de comércio internacional. Por isso, esse equívoco precisa ser desfeito.

O Brasil está disposto a organizar amplo esquema de cooperação com os países da Caricom e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucro-alcooleiro. Comprometemo-nos também a ajudar na modernização e diversificação da produção agrícola da Guiana.

Os setores público e privado do Brasil podem e devem participar desses esforços, com espírito construtivo e solidário.

Favorecemos também iniciativas que incrementem o intercâmbio comercial por meio de programas de promoção conjunta e da participação coordenada na Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

A cooperação entre Brasil e Guiana avança com passos seguros, desde a visita do Presidente Jagdeo a Brasília. Já levamos adiante várias iniciativas. São também muito animadoras as perspectivas para a realização de novos projetos de cooperação.

Queremos criar uma comissão binacional para examinar e propor projetos na área de saúde na região fronteiriça.

Decidimos estabelecer um Programa

Executivo de cooperação na área educacional.

O lado humano do nosso relacionamento é prioritário. Estamos definindo um acordo bilateral para regularizar a situação migratória de brasileiros na Guiana e de guianenses no Brasil.

Queremos documentar os cidadãos que se encontrem em situação irregular, melhorando as condições sócio-econômicas para os trabalhadores e suas famílias.

Senhor Presidente,

Senhores Parlamentares,

Ao encerrar minhas palavras, quero agradecer-lhes por essa valiosa oportunidade de dirigir-me aos representantes do povo guianense.

Deixo-lhes meus melhores votos de felicidade e reafirmo o compromisso do governo brasileiro de trabalhar pelo futuro de nossas relações para o bem-estar de nossos povos.

Antes de terminar, eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente, aos Parlamentares, que estamos tentando rever todos os entraves burocráticos que fizeram com que o Tribunal de Contas da União no Brasil suspendesse, em 2001, a construção da ponte. E o nosso compromisso é cumprir todas as exigências do Tribunal de Contas no Brasil para que, no mais breve tempo possível, eu possa me encontrar com o Presidente Jagdeo na divisa do Brasil com a Guiana, para que a gente possa inaugurar um novo tempo nas nossas relações, garantindo o direito de ir e vir dos nossos povos, garantindo o direito de ir e vir dos nossos produtos e, sobretudo, garantindo o direito de aperfeiçoarmos as nossas cidadanias.

Que Deus guarde a Guiana.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira, em Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005.

Muito mais extraordinário foi ter ouvido, hoje, do Presidente Jagdeo a afirmação – e o Embaixador acabou de dizer, agora – do respeito, do

comportamento e da seriedade com que os brasileiros e brasileiras que estão aqui têm se comportado na sua relação de trabalho, na sua relação com o povo da Guiana, fazendo com que, durante três anos, a gente não tenha tido nenhum problema sério diplomático entre os dois países, tanto por conta de vocês, aqui, quanto dos guianenses que estão no Brasil.

Quero dizer para vocês que nós estamos vivendo um momento importante no Brasil. Um momento, eu diria, o mais importante dos últimos tempos, pelo sonho que nós tínhamos de fazer a economia brasileira voltar a crescer, de fazer a produção industrial voltar a crescer. Nós terminamos o ano de 2004, um ano excepcional, fazendo com que a produção industrial fosse a maior desde 1986, portanto, tivemos, no ano passado, a maior produção industrial dos últimos 18 anos.

Isso significa o surgimento de mais empregos, significa mais pagamento de salário, significa mais distribuição de renda. Significa que nós estamos conseguindo colocar o Brasil num caminho que era o nosso desejo: fazer com que o Brasil volte a crescer economicamente e que não seja um crescimento de um ano ou de dois anos, mas que seja um ciclo de crescimento que permita que o Brasil possa crescer 10 ou 15 anos sucessivamente, para que a gente possa pagar as dívidas que o Brasil tem com o seu povo, acumuladas durante tantos e tantos anos de descaso, sobretudo, com a parte mais empobrecida da nossa população. Eu acho que nós encontramos o caminho e nós não queremos jogar fora essa oportunidade. Nós queremos que o Brasil continue, de forma serena, trilhando um caminho de crescimento.

Este ano, nós batemos o recorde de exportação de toda a história do Brasil. Nós exportamos 96 bilhões de dólares. Se Deus quiser, nós vamos chegar no mês de março e atingir a meta histórica de 100 bilhões de dólares de exportação. Você vai até poder comprar uma máquina nova, das mais modernas que tem por aí. Ele está dizendo que vai ter ônibus novo este ano, aqui, fazendo a rota até a fronteira.

Nós tivemos um problema da ponte do rio Tacutu. Essa ponte tem um problema sério, porque o Tribunal de Contas brasileiro, em 2001, paralisou a obra por conta de irregularidades. Segundo o Tribunal de Contas, tinha corrupção; segundo o Tribunal de Contas, a metragem da ponte é maior do que o rio. Então nós, agora, estamos, junto com o Ministério dos Transportes, trabalhando junto com o Tribunal de Contas, que deu uma série de coisas para que o Ministério dos Transportes possa cumprir. E nós achamos que em 60 dias nós poderemos cumprir as tarefas que o Tribunal de Contas deu para que o Ministério dos Transportes regularize as obras. Vamos ter que entrar em contato com a empresa que estava construindo, porque há suspeita de irregularidades. E se a empresa não estiver disposta a mudar o contrato, nós vamos tentar construir a obra com o batalhão de engenharia do nosso Exército. Mas a gente assumiu o compromisso hoje, aqui, com o governo da Guiana.

Como o Ministro da Educação veio aqui fazer alguns acordos, na área da educação, o nosso Ministro da Saúde veio fazer alguns acordos na área da saúde, para ajudar. E nós achamos que isso está dentro de uma visão política que nós estabelecemos quando eu ganhei as eleições, ou seja, tentar aproximar o máximo possível a América do Sul.

Muitas vezes a gente fica olhando os países mais distantes, olhando a Europa, olhando os Estados Unidos, se bem que são parceiros extremamente importantes e nós precisamos cultivá-los bem, precisamos tratá-los bem. Mas a América do Sul está muito próxima de nós, nós fazemos fronteira com todos os países, menos com o Equador e com o Chile.

Este ano nós criamos a Comunidade Sul-Americana de Nações, todos os países da América do Sul já estão participando do Mercosul. Nós estamos com um grande processo de integração da América do Sul e, sábado, nós inauguramos a primeira ponte entre Brasil e Bolívia, depois de 500 anos. O Brasil está financiando uma estrada que liga o Acre ao Pacífico, ou seja, uma estrada enorme que nós

estamos financiando via BNDES. E vamos, também, discutir o financiamento da estrada que liga a ponte até Georgetown, para facilitar o escoamento da produção não apenas da Guiana, mas facilitar o escoamento da produção do Brasil. E, quem sabe, encontramos empresários brasileiros dispostos a fazerem um porto em águas profundas, aqui, para que a gente possa transitar parte da produção do Norte do país por aqui. E, ao mesmo tempo, criar as condições para que as Guianas estejam mais próximas. Nós temos um bom desenvolvimento industrial, agroindústria de ponta que, por isso, pode ter aqui um canal muito grande das nossas exportações.

Brevemente nós vamos fazer com que o Brasil seja o primeiro país da América do Sul a ter fronteira com a Europa, ver se a gente consegue fazer com que os nossos produtos cheguem lá. Ontem fomos à Venezuela fazer um grande acordo com o Presidente Chávez. E penso que num menor espaço de tempo a gente vai estar conseguindo integrar a América do Sul. Nós recuperamos o Correio Nacional e, agora, vamos criar o Correio Internacional, que é um avião brasileiro que vai percorrer os países da América do Sul.

E nós, também, estamos conscientes – está aqui o Ministro do Turismo, está aqui o Ministro da Indústria e do Comércio – nós estamos conscientes que o Brasil, embora seja um país pobre, do ponto de vista do seu PIB, da sua produção, nós, como a maior economia do Continente, temos a obrigação de ajudar os países mais pobres. Então, vejam, nós nunca vamos esperar que a Guiana possa ter um avião levando pessoas para o Brasil. Nós é que temos que fazer com que um avião brasileiro venha aqui buscar os brasileiros que queiram viajar para lá, e guianenses que queiram voltar para lá.

Quando eu voltar, agora, para o Brasil, vamos ter uma reunião com o nosso Ministério da Defesa, com as nossas Forças Armadas, com o nosso Departamento de Aviação Civil e com o Ministro do Turismo. Eu pedi para ele me apresentar uma proposta porque, muitas vezes, a gente está em São Paulo, a

gente está em Brasília, está no Rio de Janeiro, está em Minas Gerais, e a gente não tem dimensão do sofrimento das pessoas que estão mais distantes.

Eu vou dizer para vocês uma coisa, o nosso Governador do Acre, para estar numa reunião em São Paulo, ele tem que andar a noite inteira, porque só tem um vôo por noite. E, aqui, não tem nenhum por noite, nem por dia. Aqui tem um aviãozinho lá de Roraima, de uma empresa, acho que é semanal. Eu acho que o Brasil tem que assumir essa responsabilidade.

Vejam, se nós temos mais indústria, se nós temos mais possibilidade de trazer coisas para a Guiana, para nós é interessante que o empresário da Guiana tenha possibilidade de ir ao Brasil, porque, se ele não puder ir, pegará um navio daqui e irá para a Inglaterra, irá para outro lugar qualquer.

Da mesma forma que nós precisamos garantir que vocês, brasileiros, que estão aqui, possam ir à terra de vocês, trazer coisas para vender aqui, comprar novas máquinas e transitar com mais tranquilidade, para poderem até sentir prazer na vida e não estarem tão distante dos parentes.

Tem até uma coisa, viu, companheiros: nós estamos importando carvão da China. A Venezuela é rica em carvão. Então, ao invés de ficar andando 15 mil quilômetros para ir buscar carvão na China, a Venezuela está mais próxima de nós. Nós temos que fazer parceria com a Venezuela, nós vendemos alguma coisa para eles e compramos o carvão deles, e fica tudo mais próximo, tudo mais perto, e desenvolve-se a Venezuela e desenvolve-se o Brasil.

E a Guiana precisa muito do Brasil. Vocês conhecem bem e sabem que é um país pobre, pequeno, que tem um PIB muito pequeno. E com qualquer ajudazinha que o Brasil der, no desenvolvimento da cana-de-açúcar, aqui, pode ajudar muito. O Brasil pode ajudar na agricultura, aqui, e pode ajudar muito. Nós temos a Embrapa, que tem um conhecimento como poucas instituições no mundo têm.

Então nós, agora, vamos recuperar um pouco

o erro que a elite política brasileira cometeu ao longo de 500 anos. Durante 500 anos, a gente ficou de costas para o nosso continente e de frente para a Europa e para os Estados Unidos. Isso foi muito bom, isso foi interessante, mas agora nós temos que olhar um pouco para os nossos irmãos aqui, da banda, e ajudarmos, porque a gente pode ganhar muito mais com isso.

Então é isso, meus queridos companheiros e companheiras. Em função do horário, eu e a Marisa queremos pedir desculpas a vocês, nós vamos ter que sair, porque é uma hora até o aeroporto, mais uma hora até Paramaribo e, depois, já temos uma hora de atraso. Temos umas dez reuniões, ainda, hoje, para fazer. E vocês sabem que eu não sabia que era o “Dia do Namorado”, não vim nem preparado para namorar, senão não tinha preparado uma agenda tão longa como nós fizemos, hoje, para chegar no hotel à meia noite, uma hora da manhã.

Gente, um grande beijo. Que Deus abençoe a todos vocês que estão aqui. E podem ficar certos que logo, logo, as coisas irão melhorar. E, certamente, vai chegar, aqui, um churrasco de boa qualidade.

Gente, um abraço.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa, em Georgetown, Guiana, no dia 15 de fevereiro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Bharrat Jagdeo,
Presidente da República da Guiana,

Excelentíssimo Senhor Samuel Hinds,
Primeiro-Ministro da República da Guiana,

Ministros do Brasil e da Guiana,

Demais integrantes das comitivas da Guiana
e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero, inicialmente, agradecer ao Presidente Jagdeo pelo honroso convite para visitar a amiga Guiana. Contatos pessoais entre Chefes de Estado muito contribuem para o estreitamento das relações entre países, como é o caso da Guiana e do Brasil,

países unidos por laços tradicionais de entendimento, cooperação e amizade.

Antes de comentar brevemente os resultados dos encontros, queria expressar, novamente, a solidariedade do governo e do povo brasileiros para com a Guiana, nesse momento difícil por que passa o país, em razão das chuvas torrenciais em janeiro passado. O Brasil foi o primeiro a enviar doações de mantimentos e acaba de fazer doação de medicamentos do nosso Ministério da Saúde. Estamos, também, atendendo o pedido do Governo guianense para que enviemos médicos e especialistas em leptospirose para assistir o povo irmão da Guiana.

Registro, também, o gesto de amizade e solidariedade da população vizinha, do Estado de Roraima, que fez doação de alimentos para as vítimas das inundações. O Governo do Brasil permanece à disposição da Guiana para seguir cooperando, com vistas a superar as consequências desse desastre.

Considero que os resultados de minha visita estão sendo muito positivos. O Presidente Jagdeo e eu reafirmamos o elevado nível de entendimento político entre nossos países.

Desde a visita do Presidente Jagdeo ao Brasil, em julho de 2003, a cooperação bilateral tem produzido muitos avanços, em diversas áreas. Já concluímos projeto de cooperação técnica no passado, e decidimos implementar novos projetos a partir desta visita.

Na área de saúde, por exemplo, queremos criar uma comissão binacional sobre saúde fronteiriça, que deve beneficiar a população da região.

Estamos, também, identificando novos projetos na área de agricultura, de interesse do governo guianense. Queremos ajudar a Guiana a modernizar e diversificar a sua produção. Podemos transferir tecnologia e estimular investimentos privados em setores essenciais, como o do açúcar.

Sobre este ponto quero reafirmar que a disputa do Brasil com a União Européia diz respeito aos subsídios à exportação e não às preferências de que gozam os países do Caribe, inclusive a Guiana,

no quadro dos Acordos ACP.

Na área consular, avançamos nas negociações dos acordos sobre extradição e sobre regularização migratória. Com a conclusão desses passos, estaremos contribuindo para a criação de melhores condições de vida e de trabalho para os nossos povos.

Acordamos, igualmente, estabelecer um programa executivo na área de educação que prevê cooperação bilateral e intercâmbio de informações. E, em breve, deverá ser firmado acordo de cooperação entre nossas academias diplomáticas.

No que se refere à infra-estrutura, passamos em revista os principais temas, como a integração viária. A construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu permanece uma prioridade do governo brasileiro. Sei perfeitamente da importância dessa ponte para Guiana e para os estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima. A conclusão da obra deverá facilitar o fluxo de pessoas e o aumento do comércio. Estou pessoalmente empenhado em superar os problemas que têm impedido o prosseguimento dos trabalhos de construção dessa obra.

O Presidente Jagdeo e eu também conversamos sobre a necessidade de incrementarmos o volume do intercâmbio bilateral. Vamos examinar novos mecanismos e formas para elevar o comércio. Por isso, me fiz acompanhar de uma missão empresarial, que manteve encontros produtivos com empresários guianenses para identificar oportunidades de negócios.

O Governo brasileiro está disposto a organizar amplo esquema de cooperação que inclua programas de apoio técnico no setor produtivo sulcro-alcooleiro e iniciativas de dinamização do intercâmbio comercial.

Passamos também em revista temas regionais, como o da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom, e o

fortalecimento das atividades da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Na OMC, nossos países estão comprometidos com a conclusão da Rodada de Doha, que deve ser uma verdadeira agenda para o desenvolvimento.

Compreendemos as circunstâncias de economias vulneráveis e dependentes da exportação de poucos produtos primários. Para isso, a cooperação entre o G-20, que o Brasil integra, e o G-90, do qual faz parte a Guiana, deve ser aprofundada.

Queria registrar, por fim, meu agradecimento ao Presidente Jagdeo pelo apoio à candidatura brasileira a um assento de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Agradecemos também, sensibilizados, a calorosa acolhida que minha comitiva e eu recebemos do povo e autoridades da Guiana.

Aqui, Presidente, tem os compromissos que eu quero firmar com Vossa Excelência. A ponte do rio Tacutu tem um problema de irregularidade, constatada pelo Tribunal de Contas da União do Brasil, e está paralisada desde 2001. Nós já fizemos gestão junto ao Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas fez algumas exigências ao Ministério dos Transportes. Eu penso que em 60 ou 90 dias nós estaremos cumprindo as exigências do Tribunal de Contas da União. Tem que ser rediscutido o acordo feito com a empresa que estava construindo a estrada. Se isso não for possível, nós vamos tentar envolver o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, eu possa voltar ao seu país para que, juntos, inauguremos essa ponte porque, definitivamente, não haverá integração política, cultural e comercial se não houver integração física.

O Brasil tem interesse, a Guiana tem interesse, o Brasil precisa e a Guiana precisa. Portanto, nós temos que inaugurar essa ponte. Esse é um compromisso e logo, logo estaremos nos reunindo

para, finalmente, garantir ao nosso povo um pouco mais de liberdade para transitar livremente nas nossas fronteiras e para os nossos empresários poderem

transitar os seus produtos.
Muito obrigado.



Visita Presidencial ao Suriname

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, CARICOM, em Paramaribo, Suriname, no dia 16 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Venetiaan, Presidente do Suriname,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Governo da Caricom,

Senhor Secretário-Geral da Caricom,

Senhoras e Senhores,

Ministros da Caricom,

Ministros do Brasil,

Meus amigos, minhas amigas,

Companheiros e companheiras,

Aceitei honrado o convite de meu amigo Presidente Venetiaan para falar aos Chefes de Estado da Caricom. Pela primeira vez, um presidente brasileiro se dirige aos líderes da região.

Penso ter chegado a hora de estabelecer uma sólida parceria entre o Brasil e os países do Caribe. O Suriname, país que soube aproximar mundos, raças e culturas distantes, é um parceiro privilegiado nesse diálogo.

Estamos maduros para uma aliança que realize nosso potencial de cooperação na luta por um mundo mais justo e solidário.

O Brasil é como o Caribe, uma terra de muitas culturas. Temos a segunda maior população de origem africana do mundo, somente menor que a Nigéria. Temos orgulho de haver acolhido, como o Caribe, grande número de imigrantes europeus e asiáticos. A miscigenação e a convivência harmônica

marcam nossas identidades.

Estamos empenhados na promoção do desenvolvimento econômico e determinados a combater a fome, a pobreza e a desigualdade social. Queremos fortalecer a democracia, como base para a construção da paz na região.

Senhores Chefes de Estado,

É prioridade de meu governo a integração com países e regiões vizinhas. Unindo forças e compartilhando objetivos, seremos mais respeitados política e economicamente. Juntos, seremos capazes de melhor nos inserir neste mundo em que vivemos e mudar a relação de forças internacional atual.

Unidos, poderemos construir uma nova geografia econômica e comercial, que leve os países em desenvolvimento a realizar plenamente suas potencialidades. Por isso, fortalecemos o Mercosul. Por essa razão, participamos com entusiasmo do lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Para construir esse mundo novo, cruzamos mares e cordilheiras, estreitando vínculos políticos, econômicos e culturais com países irmãos do Caribe, África e Ásia.

Os rápidos avanços na integração da América do Sul e os resultados que já começamos a colher reforçam nossa convicção.

O comércio regional cresceu de forma

exponencial. Estamos articulando os nossos setores produtivos. Por meio de significativos investimentos da infra-estrutura de comunicações, transporte e energia, estamos criando as bases de um espaço econômico integrado sul-americano.

Com os acordos de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, formou-se uma aliança econômica estratégica com uma população de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares que vai da Amazônia à Antártica.

Essa é a resposta à aspiração histórica de nossos povos, de criar um espaço de paz, desenvolvimento econômico e estabilidade política com justiça social.

Tomamos essas iniciativas porque o Brasil acredita no multilateralismo como solução para os problemas que enfrenta o nosso mundo. Essa vocação, levou-nos a indicar o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correia para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Com o mesmo espírito, decidimos apoiar o nome do chileno José Miguel Insulza para Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Meus amigos e minhas amigas,

A integração de nossas duas comunidades já começou. Ao acolher a Guiana e o Suriname, a Comunidade Sul-Americana de Nações ganhou um sabor caribenho.

Daremos outro passo decisivo nessa direção quando terminarmos a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom.

O Brasil está disposto a avançar com ousadia, flexibilidade e generosidade para aprofundar essa associação. Vamos estimular negócios e projetos de cooperação que vão além da relação comercial. Fomentaremos a circulação de bens e serviços e buscaremos uma maior concertação inter-regional em todos os níveis.

Acolhi, com grande interesse, a sugestão do Presidente Jagdeo, da Guiana, de que o Brasil considere associar-se ao Banco Caribenho de Desenvolvimento.

Senhores,

Não existem atalhos para conquistar a paz e a justiça no mundo. É essa a mensagem que levei ao Fórum Social de Porto Alegre e ao Fórum de Davos. Reiterei nossa expectativa de que os países desenvolvidos se comprometam a dar passos concretos para reduzir a assimetria nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

É indispensável que as Nações Unidas recobrem sua credibilidade e que o Conselho de Segurança, em particular, reflita o crescente peso dos países em desenvolvimento nas grandes questões internacionais. O Brasil está disposto a assumir nele as responsabilidades de membro permanente.

Meus amigos e minhas amigas,

Para garantir condições mais dignas de vida para todos, defendemos a criação de um fundo mundial de combate à pobreza e à fome.

Foi com grande satisfação que constatei a forte presença e apoio do Caribe na reunião de setembro passado, em Nova Iorque.

Defendemos uma nova atitude das instituições financeiras internacionais, que possibilite aos governos realizar maior investimento em programas sociais e em infra-estrutura produtiva.

Precisamos, na Rodada de Doha, superar as barreiras protecionistas que impedem o acesso de nossos produtos aos grandes mercados internacionais.

O Brasil vem lutando, nas negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos.

Estabelecemos o G-20 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso da Rodada de Doha e acreditamos que uma articulação entre o G-20 e o G-90 é também positiva nesse sentido.

Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial naqueles setores em que somos competitivos. A coordenação de esforços entre países em desenvolvimento deve ser ainda mais ambiciosa.

Durante a 11ª UNCTAD, em São Paulo, lançamos a terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, na certeza de que podemos multiplicar os ganhos com nossa integração econômica e comercial.

Senhores,

Os interesses dos países da Caricom sempre estiveram resguardados na atuação do Brasil na OMC. Sempre defendemos a revisão de práticas que ferem as normas internacionais de comércio e que provocam sérias distorções no mercado internacional, em prejuízo dos interesses dos países em desenvolvimento.

Por essa razão, o Brasil questionou os subsídios ilegalmente concedidos pela União Européia em matéria de açúcar. Mas é preciso que fique claro que jamais questionamos as preferências comerciais concedidas pela União Européia aos países caribenhos. A OMC reconheceu a ilegalidade e os prejuízos causados pelos inaceitáveis subsídios europeus às exportações de açúcar.

Como expressão de nossas intenções, desejamos ampliar a cooperação com os países da Caricom.

Queremos lançar programas de capacitação técnica no setor sucro-alcooleiro e de promoção comercial conjunta.

O setor privado do Brasil, já está também tomando iniciativas nesse sentido com o apoio do governo brasileiro.

Senhores Chefes de Governo,

Quando pensamos em cooperação entre o Brasil e a Caricom, não podemos deixar de falar da questão do Haiti. O desarmamento e a manutenção da ordem são essenciais para criar as condições mínimas de segurança para a consolidação institucional e a participação de todos no debate político e eleitoral. Ao mesmo tempo, é preciso haver desarmamento dos espíritos, para que haja diálogo político e se retome o desenvolvimento econômico e social.

Aplaudimos a liberação de pessoas que estavam presas e que tinham ligação com forças que

não estão representadas no governo provisório.

Mas o diálogo político só é possível se os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os grupos de interesse no Haiti se juntarem num esforço de reconciliação nacional em torno de premissas democráticas.

Compete ao povo haitiano encontrar as soluções para seus próprios problemas. Mas o apoio da comunidade internacional é essencial para que o Haiti reencontre o caminho da superação dos conflitos e dilemas do país.

O Brasil e os demais integrantes sul-americanos da Missão de Estabilização da ONU querem fazer do Haiti um paradigma de colaboração internacional, baseada na reconciliação política e na reconstrução econômica.

Por isso, o Brasil está empenhado em assegurar que os recursos tão generosamente prometidos na Conferência de Doadores, no ano passado, cheguem rapidamente aos mais necessitados.

A Caricom sempre defendeu a legitimidade de governos democraticamente eleitos e a necessidade de preservar as instituições. O Brasil comparte integralmente os princípios defendidos pelos países caribenhos.

O Brasil engajou-se no Haiti motivado pela solidariedade e pela crença na possibilidade de devolver uma nova esperança de paz e justiça aos irmãos haitianos, por meio de um esforço sucessivo e legítimo, sob a chancela das Nações Unidas.

A colaboração da Caricom é fundamental nesse processo. Temos procurado levar essa mensagem, também, ao governo de transição do Haiti.

Amigos Chefes de Estado,

O espírito de cooperação solidária marca os laços históricos entre América do Sul e Caribe. Queremos que ele se traduza em uma aproximação concreta em todas as áreas, queremos que nossas regiões sejam um pilar do mundo fraterno que almejamos construir.

Por isso, contamos com o entusiasmo e a

comunhão de idéias e esforços dos países irmãos do Caribe nesse empreendimento.

Permita-me, Presidente Venetiaan, Chefes de Estado aqui presentes, abusar por mais uns minutos da paciência de vocês.

Eu estou devidamente orgulhoso de ter sido convidado para este encontro. O fato de ter sido convidado para participar de uma reunião da Caricom, não é uma coisa pequena que aconteceu na política internacional.

Eu fui um dirigente sindical importante no meu país de 1975 a 1980 e, nesses cinco anos eu viajei várias vezes ao Japão, à Europa, aos países nórdicos, ao Canadá e aos Estados Unidos, e nunca vi uma única reunião na América do Sul, uma única reunião no Caribe e uma única reunião na África. Isso por quê? Embora o meu país tenha conquistado a independência em 1822, a verdade é que a cabeça política da elite brasileira esteve, durante todo esse tempo, voltada para os países desenvolvidos e pouca importância se dava aos países pobres.

Quando assumimos a Presidência da República, faz dois anos e um mês agora, resolvemos priorizar a nossa relação com os países em desenvolvimento. Já viajei para mais de 40 países nesses dois anos, em muitos casos já fiz mais de uma reunião ou mais de uma visita. E faço isso porque aprendi a lição, quando era dirigente sindical, de que a unidade dos trabalhadores possibilitava que nós tivéssemos mais conquistas no enfrentamento com o empresariado.

Na política de Estado a coisa não é diferente. Ou seja, se o Brasil ou qualquer outro país da Caricom tentar encontrar solução para os seus problemas sozinhos a chance é muito reduzida.

Normalmente, nós nos apresentávamos numa reunião com a União Européia ou com os Estados Unidos reclamando da nossa pobreza, reclamando da nossa miséria ou reclamando da pouca chance que tínhamos de exportar os nossos produtos. O que acontece quando vocês criam a Caricom? Já não é

mais um negociando, são vários, negociando interesses comuns.

O Mercosul estava falido, ninguém acreditava mais. Em dois anos recuperamos o Mercosul e aconteceu uma coisa que, até então, era inacreditável de acontecer: todos os países da América do Sul hoje são associados do Mercosul. Num tempo que era impossível imaginar, aconteceu.

E por que não pode acontecer o Acordo Caricom-Mercosul, como aconteceu Mercosul e Comunidade Andina? O que aconteceu em Cancún, com a criação do G-20, foi a demonstração viva de que existe um espaço político muito grande para que façamos valer os nossos interesses nas negociações internacionais.

O Brasil está disposto a recuperar o tempo perdido. O Brasil está disposto a fazer todas as parcerias e todos os movimentos possíveis para que a gente possa fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a integração deixe de ser uma peça de oratória, em época de campanha eleitoral, para se tornar uma prática concreta das nossas ações cotidianas.

Eu tenho mais dois anos de governo e quero, aqui, assumir um compromisso com os presidentes da Caricom, de que o que já consolidamos na América do Sul vai se estender pela África, países árabes, América Latina, América Central, Caribe, porque nós achamos que o que pode contrabalançar o poder econômico dos ricos é o poder político dos pobres. Mas isso só dará certo se todos nós chegarmos à conclusão que a Comunidade Caribenha chegou: somos pequenos, somos pobres, mas temos um povo que sabe o que quer e tem consciência e, portanto, tem o direito de viver com a mesma dignidade com que vivem os povos dos países ricos.

Por isso, meus parabéns. Posso afirmar a vocês que (inaudível) com muitos Chefes de Estado de países grandes, mas nenhuma de que eu já participei ou nenhuma outra que eu vá participar até o final do meu mandato foi ou será tão significativa quanto esta oportunidade que vocês me deram, de

conviver alguns dias com um povo que, embora fale uma língua diferente da minha, na cor, na alegria, no jeito de viver, no jeito de pensar são iguais às pessoas do meu país. No fundo, no fundo, somos todos um

povo filho da miscigenação, da mistura das etnias e, sobretudo, somos todos filhos de índios e africanos.
Muito obrigado.



Fórum Econômico de Jedá

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Fórum Econômico de Jedá, Arábia Saudita, no dia 20 fevereiro de 2005

(Tradução para o português do original em inglês)

Revolução na política externa: uma perspectiva brasileira

Aceitei com satisfação o convite para falar neste Fórum, que já se encontra em sua sexta edição e vem-se tornando importante “think-tank” para a discussão de questões econômicas e sociais de impacto tanto regional quanto global.

Esta sessão anual oferece-nos oportunidade para focalizar estratégias de crescimento econômico e desenvolvimento social. Como vocês sabem, sob o Governo do Presidente Lula, o Brasil tem enfatizado a dimensão humana e social do desenvolvimento nas suas agendas interna e externa.

Quando tomou posse, o Presidente Lula apresentou, durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, sua visão de um paradigma de globalização baseado em mais solidariedade e menos exclusão; compartilhou sua convicção de que apenas o crescimento econômico com justiça social pode promover a paz, a segurança e o desenvolvimento em escala mundial. Estive em Davos novamente há algumas semanas. Pareceu-me ter havido uma mudança no pensamento dos participantes. Líderes, empresários e representantes parecem estar cada vez mais preocupados com a necessidade de uma ação global contra a fome e a pobreza.

Tem-se dito que o Presidente Lula ajudou a mudar a agenda de Davos. Não sou a melhor pessoa para opinar sobre isto. Mas acredito que poucas pessoas têm demonstrado grau comparável de

comprometimento com a luta contra a fome e a pobreza e com a busca de soluções novas e criativas para este flagelo que continua a afligir a humanidade.

É, portanto, com um sentido de gratidão que nós no Brasil registramos desdobramentos como a inclusão da pobreza na África como tópico central para discussão na agenda deste ano do G-8. Aguardamos com ansiedade o evento de alto nível das Nações Unidas, ao longo do ano, para revisão da implementação das Metas do Milênio.

No seguimento da reunião mantida no ano passado em Nova York, sob o patrocínio dos Presidentes do Brasil, Chile, França, Espanha e do Secretário-Geral Kofi Annan – que contou com a participação de mais de 50 Chefes de Governo e de 100 delegações –, deu-se novo impulso para a promoção de novo consenso sobre mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento.

Várias boas idéias foram apresentadas. Precisamos continuar a empregar a nossa imaginação para esta causa. Como tem dito freqüentemente o Presidente Lula, a fome tem sido até agora um problema “social”. Agora é uma questão de torná-la um problema “político”.

Este ano, em Davos, foi possível observar um novo processo de convergência entre líderes do governo, do setor privado e da sociedade civil. O Fórum de Jedá tem importante contribuição a fazer, em sintonia com este novo espírito que agora se faz perceber em muitos encontros, como as reuniões do Banco Mundial e do FMI.

Senhoras e Senhores,

Nos últimos dois anos, o Brasil deu passos significativos para retomar o crescimento econômico sustentável e enfrentar o desafio imposto pela desigualdade social. Temos trabalhado sob a premissa de que não é apenas moralmente desejável, mas economicamente prudente conciliar responsabilidade social e melhor distribuição de renda. Na esfera econômica, importantes reformas têm sido adotadas nos setores de tributação e de seguridade social. Foi aprovada nova legislação para permitir Parceiras Público-Privadas. Também foram aprovadas novas leis sobre falência, patentes e inovação.

Estas políticas têm dado frutos. Após muitos anos de estagnação e baixo crescimento, a economia brasileira cresceu mais de 5% no ano passado. A inflação está sob controle. As exportações cresceram 32%, atingindo recorde de 96 bilhões de dólares e gerando superávit sem precedente de 33 bilhões de dólares. O crescimento industrial cresceu mais de 8%. Em 2003, os investimentos diretos do exterior situaram-se no patamar de 10 bilhões de dólares; em 2004, ultrapassaram 18 bilhões de dólares.

Como resultado, o desemprego caiu de 12,9% para 9,6%. Mais de dois milhões de novos empregos foram criados. O crescimento real no setor industrial aumentou 9%. Mais importante, nosso programa de transferência de renda (Bolsa-família) beneficiou 6,5 milhões de famílias – ou 20 milhões de pessoas – até o final de 2004. Para este ano, nosso objetivo é atingir 8,7 milhões de famílias como beneficiárias do programa. Para 2006, esperamos estender este benefício à totalidade das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil, ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas (aproximadamente um quarto da população brasileira).

Estamos implementando esquemas inovadores de microcrédito, que beneficiam milhões de pessoas que nunca tiveram acesso a uma conta bancária, incluindo trabalhadores rurais e urbanos, assim como aposentados.

Na mesma linha desses esforços no plano nacional, o Brasil tem promovido um sistema internacional democrático, com instituições multilaterais fortes e melhor instrumentalizadas para associar crescimento econômico e justiça social.

Estamos todos cientes de que o comércio pode ser uma ferramenta importante para a redução da disparidade entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento. Mas, para que o comércio possa desempenhar este papel, precisamos eliminar os obstáculos e as distorções que hoje prevalecem. Precisamos construir uma nova geografia econômica e comercial internacional.

Quem acompanha negociações internacionais sabe que a criação do G-20, no âmbito da OMC, foi uma resposta a este desafio. O G-20 tem organizado, de modo eficaz, os interesses dos países exportadores agrícolas no mundo em desenvolvimento, de modo pragmático e não-confrontacionista.

Graças ao G-20, estamos testemunhando o começo de um processo de tomada de decisão mais justo e mais legítimo na OMC. O G-20 está ajudando a introduzir uma dinâmica realmente multilateral na organização, notoriamente conhecida por acordos fabricados pelas maiores potências comerciais atrás de portas fechadas com pouca participação de países menores e em desenvolvimento. A esse respeito, uma coordenação estreita entre o G-20 e o G-90, grupos que congregam economias mais vulneráveis, tem sido e continuará sendo da maior importância.

A eliminação de todos os subsídios distorcivos do comércio pagos pelos países ricos a seus produtores ineficientes - da ordem de centenas de bilhões de dólares – gerará imensos benefícios para os países em desenvolvimento, cujo desenvolvimento econômico depende de acesso ampliado e mais equitativo aos mercados excessivamente protegidos das economias ricas.

Como demonstrado pelas análises e projeções do Banco Mundial, a liberalização comercial de produtos agrícolas criará algo em torno

de 200 bilhões de dólares de renda adicional, o que é suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da pobreza.

Um passo importante para assegurar que a Rodada de Doha se atenha aos seus objetivos de Desenvolvimento foi dado em julho último, com a adoção de uma estrutura de negociação. Está naturalmente longe do ideal e muito ainda resta a ser feito para assegurar que o progresso conceitual já atingido seja traduzido em resultados concretos. Se queremos que a Agenda de Desenvolvimento de Doha seja condizente com seu nome, a sociedade civil e os governos devem estar alertas para a tentação de retroceder para atitudes protecionistas e de renegar compromissos previamente assumidos.

Além da OMC, estivemos participando de outros exercícios de negociação, envolvendo tanto os nossos vizinhos imediatos na América do Sul quanto parceiros no mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Por uma questão de prioridade, estamos engajados em fortalecer nossa aliança estratégica com nosso parceiro comercial mais importante na região – a Argentina – e em construir uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida. Os países que constituem o MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) tem logrado estreitar os seus laços comerciais, enquanto constroem novas e promissoras relações de livre comércio com a Comunidade Andina, bem como com a Guiana e o Suriname. Esses fatos, a seu turno, preparam o terreno para o nascimento da Comunidade Sul-Americana de Nações, um objetivo que nos tem escapado há muito tempo.

Além dos acordos comerciais que agora abrangem virtualmente toda a América do Sul, inúmeros projetos estão em andamento em áreas estratégicas, como transporte, energia e comunicações, com financiamento regional e brasileiro.

As exportações do Brasil para a América do Sul aumentaram 60% em 2004, outro recorde

histórico, de 10 para 16 bilhões de dólares, com produtos de alto valor agregado (produtos manufaturados representando 91% das exportações brasileiras para a região).

Como tendência geral, nossos laços comerciais com países em desenvolvimento expandiram-se extraordinariamente tanto em termos absolutos quanto como proporção de nosso comércio global. De 2003 a 2004, exportações para os EUA aumentaram 16% e para a União Européia, 32%. Tais dados estão longe de ser modestos. E, mais ainda, países em desenvolvimento respondem atualmente por cerca de metade de nossas vendas no exterior.

A criação do G-3 ou IBAS – formado por Índia, Brasil e África do Sul -, reuniu três grandes democracias da África, Ásia e América Latina, de modo a estabelecer laços econômicos, políticos e culturais mais estreitos entre si, mas também entre as regiões a que pertencem. Na linha dos nossos objetivos declarados, concluímos acordos comerciais entre o MERCOSUL e a Índia, bem como com a SACU (Southern Africa Customs Union).

Estamos negociando acordos comerciais com diversos outros parceiros, abrangendo do México ao Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), a Comunidade Caribenha (CARICOM), o Egito, Marrocos e os países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na XI UNCTAD – que ocorreu em São Paulo, em junho último – foi lançada nova rodada de negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre os países em desenvolvimento.

Com a China e a Rússia, as relações políticas e comerciais estão ganhando impulso. Com a China, temos uma parceria estratégica e nosso segundo maior fluxo de comércio. Naturalmente, temos interesse em expandir as relações comerciais com nossos parceiros mais tradicionais, os países desenvolvidos na Europa, América do Norte e Ásia. Mas devemos garantir que qualquer novo acordo comercial e econômico seja mutuamente benéfico e

não cause assimetrias ainda mais profundas.

Conferimos grande importância a nossas relações com o continente africano. O fortalecimento de nossos vínculos com a África é uma aspiração de longa data, mas nenhum outro Governo do Brasil tem perseguido este objetivo com tanta determinação quanto o do Presidente Lula. Nosso comércio com a África aumentou de forma significativa, alcançando cerca de 6 bilhões de dólares em 2004. Mas o comércio é somente parte do quadro. Durante as visitas presidenciais nos últimos dois anos, as discussões também foram concentradas em programas relacionados ao desenvolvimento agrícola, HIV/AIDS e à luta contra a fome e a pobreza, entre outros.

Preocupações similares levaram o Brasil a liderar a operação de manutenção da paz das Nações Unidas no Haiti. O Haiti é o país mais pobre das Américas. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países sul-americanos, no Haiti não encontra precedentes não apenas em termos de mobilização de tropas, mas também, acima de tudo, em nosso desejo comum de promover três objetivos principais: (1) estabilização por meio de ações de manutenção de paz; (2) promoção do diálogo entre as diversas forças políticas e (3) apoio internacional efetivo para a reconstrução institucional, social e econômica do Haiti.

Distintos participantes,

Venho a Jedá no contexto de visita que me levará a 9 países árabes em 10 dias. Gostaria, portanto, de fazer referência especial ao crescente adensamento das relações entre o Brasil e os países árabes.

O nosso comércio com a região cresceu de forma impressionante – cerca de 70% - no ano passado e está apto a crescer ainda mais, à luz da natureza complementar das nossas economias. Ambos os lados encontram-se, na realidade, recuperando participação nos respectivos mercados que foi perdida na última década – após a primeira Guerra do Golfo – e estão prontos para explorar novas e promissoras possibilidades de cooperação em diversos campos, incluindo comércio, finanças, cultura, ciência e tecnologia.

No Brasil, estamos vivendo novo despertar em relação ao mundo árabe, inspirado em fortes vínculos forjados pela História e pela Cultura. Nem todos aqui devem ter ciência do fato de que mais de 10 milhões de brasileiros têm ancestrais cujas origens remontam ao Oriente Médio. Temos a maior comunidade de pessoas de ascendência árabe fora do mundo árabe. No Brasil, cristãos, muçulmanos e judeus vivem juntos em harmonia e contribuíram e continuam a contribuir decisivamente para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Minha viagem à Arábia Saudita e a oito outros países árabes beneficia-se de oportunidades criadas pela visita do Presidente Lula à região em dezembro de 2003. Durante sua viagem, acordos comerciais foram assinados, missões empresariais foram organizadas, seminários sobre investimentos e oportunidades de negócios foram promovidos e feiras comerciais para a promoção de exportações foram montadas.

Além das iniciativas no plano bilateral, o Brasil tem procurado fortalecer os laços com organismos regionais, como a Liga de Estados Árabes - da qual nos tornamos, em 2003, o primeiro país da América Latina com estatuto de observador – e o Conselho de Cooperação do Golfo, que visitarei em Riad.

O Presidente Lula também propôs a realização, sem precedentes, de uma Cúpula de países da América do Sul e Estados árabes. A reação dos líderes árabes foi rápida e positiva. A Cúpula, que se realizará em Brasília em maio próximo, será provavelmente o primeiro encontro de Chefes de Estado de duas importantes regiões do mundo em desenvolvimento, excetuando-se possivelmente as conferências de países africanos e asiáticos que deram origem ao Movimento Não-Alinhado nos anos 50.

Estamos convencidos de que esta Cúpula abrirá caminho para projetos concretos em benefício dos povos das duas regiões. Ademais, o evento criará condições para o estabelecimento de diálogo político mais intenso, capaz de abrir novos horizontes para o encaminhamento de causas comuns, tais como o

combate à pobreza e à fome, e a promoção do desenvolvimento com justiça social.

O mundo está lidando com novas e reais ameaças. Nas semanas e meses que precederam a intervenção militar no Iraque, o Brasil empenhou-se ao máximo para contribuir para uma solução pacífica da questão. O Presidente Lula fez gestões pessoais junto ao Secretário-Geral Kofi Annan e a outros líderes mundiais. Dentre as inúmeras vítimas do conflito figura o Alto Representante das Nações Unidas Sérgio Vieira de Mello, meu compatriota, que honrou a comunidade internacional com seu exemplo de completa devoção à causa da paz, com uma inquestionável sensibilidade com relação aos pobres e destituídos - que são os mais duramente afetados em situações de conflito. Neste momento, outro brasileiro está desaparecido, possivelmente seqüestrado. Aproveito esta oportunidade para fazer apelo solene, em nome do povo brasileiro, que sempre emprestou seu apoio à paz e à cooperação com nossos irmãos árabes, para o seu pronto retorno ao seio de sua família.

O Brasil reconhece o risco real para a humanidade representado pela escalada do terrorismo internacional e pela proliferação de armas de destruição em massa. Ao mesmo tempo, não nos furtaremos a recordar à comunidade internacional a importância da eliminação dos arsenais existentes dessas armas mortíferas. Este ano, o Brasil presidirá a VII Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação. Esperamos sinceramente que a Conferência não apenas examinará aspectos muito

importantes relacionados aos riscos da proliferação nuclear, como também será capaz de avaliar as razões para a falta de progressos nas medidas conducentes ao desarmamento que deveriam ter sido adotadas pelos Estados detentores de arsenais nucleares.

Os objetivos almejados pelas Nações Unidas desde 1945 permanecem válidos. As estruturas e mecanismos da Organização, todavia, requerem urgentes reformas. As assimetrias e limitações do Conselho de Segurança são notórias. Não podemos contemplar a ampliação das responsabilidades do Conselho – em áreas como a não-proliferação e o combate ao terrorismo – sem uma revisão de sua composição.

Um Conselho de Segurança mais representativo, legítimo e eficiente, que pressupõe novos membros permanentes de países em desenvolvimento, contribuirá para a estabilidade internacional e imprimirá novo impulso ao exame de questões que têm figurado na agenda internacional por muito tempo.

O sistema multilateral de comércio, segurança coletiva e cooperação internacional continuam essenciais. Mas o melhor mecanismo possível, por si só, não criará um mundo melhor e mais seguro. Somente por meio de um real engajamento na luta contra a fome e a pobreza teremos êxito. É firme a minha convicção de que, pela diplomacia e pelo diálogo, poderemos começar a cooperar mais efetivamente, através de regiões e culturas, para a construção de um mundo com face humana.

Obrigado.



Visita ao Brasil dos Príncipes das Astúrias

Brinde oferecido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em Brasília, em homenagem aos Príncipes das Astúrias, no dia 23 de fevereiro 2005

Suas Altezas Reais,
Meu caro Renan Calheiros, Presidente do Senado,

Meu caro Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meus amigos,
Minhas amigas,

A visita de Vossas Altezas é mais um gesto de apreço e amizade da Casa Real de Espanha para com o Brasil.

Renova-se o compromisso espanhol de dar mais conteúdo e visibilidade à parceria estratégica entre nossos dois países.

O Presidente Zapatero e eu celebramos esta parceria no encontro que mantivemos em janeiro último, aqui em Brasília. A força de nossas relações se expressa numa crescente presença de nossos países no mundo.

Espanha e Brasil buscam juntos, soluções democráticas e duradouras aos desafios de um mundo marcado pela insegurança e por ameaças, como a do terrorismo.

Golpeada cruelmente pelo terror insano, a Espanha tem dado exemplo de como se pode combater esse flagelo no marco do fortalecimento do Estado democrático de direito e no respeito aos

direitos humanos. Tem, por isso, mais do que nossa solidariedade. Merece nossa admiração.

Altezas,

O momento internacional que vivemos é marcado por desequilíbrios econômicos e fortes injustiças sociais. Brasil e Espanha estão hoje irmanados na busca de um mundo mais justo e próspero. Nossa parceria fortalece-se com a decisão do governo espanhol de se associar à iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Juntos queremos e vamos encontrar novos recursos para atender à causa do desenvolvimento econômico e social das nações pobres. Nossas relações bilaterais avançam.

O Grupo de Trabalho Brasil-Espanha formulou estratégias exitosas de promoção de comércio e investimentos. Espanha é hoje um dos principais parceiros econômicos do Brasil.

Altezas,

A economia brasileira vive um bom momento. Entramos em um novo ciclo de crescimento sustentado. Expande-se o comércio exterior. Diminui sensivelmente nossa vulnerabilidade externa. E, o mais importante, há forte expansão do emprego e crescimento da massa salarial.

Temos diante de nós uma oportunidade única para aprofundar ainda mais a parceria com a Espanha. Este é o ano internacional do microcrédito. Ocasão

para dar vida às conclusões do seminário patrocinado por Sua Majestade, a Rainha Sofia, em 2003, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Temos de explorar alternativas para fazer do microcrédito um instrumento de estímulo à prosperidade dos pequenos e médios empreendedores brasileiros. Temos de estimular a presença dessas pequenas e médias empresas em nossos dois países.

O Foro de Investimentos e Cooperação Empresarial Hispano-Brasileiro, que se inicia amanhã em São Paulo, é oportunidade valiosa para concretizar projetos. Os empresários devem voltar sua atenção para iniciativas de integração, sobretudo da infra-estrutura, dos países sul-americanos. Queremos um continente mais unido por suas comunicações, redes energéticas e transportes.

Altezas,

Em nossos embates pela democracia na América do Sul, aprendemos muito com a experiência

da política espanhola. Acompanha-nos até hoje a imagem da Casa Real como guardiã da democracia espanhola durante os anos difíceis de Vossa transição. Foram momentos em que se pôde medir o valor da coragem e do patriotismo para construir o futuro de um país.

São situações como estas que habilitam países a desempenhar um papel importante no mundo, sobretudo em nossa América, onde a Espanha goza de merecido respeito e admiração.

É com este espírito de visões comuns, de aproximação econômica e de amizade e confiança mútua entre nossos povos, que proponho a todos um brinde à saúde e à felicidade pessoal de Dona Letizia Ortiz e de Dom Felipe de Borbón, e ao continuado aprofundamento das relações entre o Brasil e a Espanha.

Muito obrigado.

Reunião de Cúpula da Liga Árabe

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Reunião de Cúpula da Liga Árabe, realizada em Argel, Argélia, no dia 22 de março de 2005

Senhor Presidente,
Majestades,
Excelências,

Em nome do Presidente Lula e em meu próprio, agradeço o Presidente Abdelaziz Bouteflika pelo convite para me dirigir aos Chefes de Estado e de Governo da Liga Árabe. Trata-se, sem dúvida, de grande honra estar hoje aqui. Esta é a primeira vez que um Ministro brasileiro é convidado a participar de uma Cúpula Árabe.

Ao longo dos séculos, a contribuição do mundo árabe para a cultura, a arte, a filosofia e a ciência tem sido imensa. Tal contribuição desempenhou papel vital no desenvolvimento da nossa civilização global. No caso do Brasil e da América do Sul, essa influência enriquecedora remonta à presença árabe na Península Ibérica. A presença árabe também floresceu na América do Sul com o influxo de imigrantes. Somente no Brasil, há mais de dez milhões de pessoas de ascendência árabe, a maior comunidade fora do mundo árabe.

Estes laços profundos não se têm traduzido em relação igualmente intensa entre os países árabes e sul-americanos. Por esta razão, o Presidente Lula decidiu lançar iniciativa sem precedente envolvendo as nossas duas regiões. O Presidente Lula pediu-me que frisasse a grande importância por ele atribuída à participação de todos os líderes árabes na Cúpula de Brasília, em maio próximo, a ser co-presidida pelo Presidente Bouteflika.

É importante assinalar que a Cúpula terá lugar na América do Sul, em um momento em que a integração encontra-se muito acelerada. Em dezembro passado, os Presidentes da América do Sul reuniram-se em Cuzco, Peru, onde lançaram oficialmente a Comunidade Sul-Americana de Nações. Eles se reunirão novamente em agosto próximo, no Brasil, para decidir sobre os aspectos institucionais da Comunidade. É extremamente significativo que a Cúpula com a Liga Árabe será o primeiro evento do gênero envolvendo a recém-criada Comunidade e outra região.

A Cúpula de Brasília tem por objetivo intensificar o diálogo no mais alto nível político. Ao mesmo tempo, ajudará a ampliar os vínculos culturais, comerciais, bem como outros vínculos por meio de uma agenda positiva bi-regional, unindo os povos dessas duas vastas áreas do mundo. As palavras-chave para definir estes objetivos são, portanto, diálogo e cooperação. Ao fomentar os laços entre nossas regiões mediante projetos concretos, estaremos contribuindo, de forma pragmática, para fortalecer as relações Sul-Sul.

Compartilhamos valores e objetivos na esfera multilateral. Podemos fazer mais em áreas de interesse mútuo, como a reforma das instituições financeiras internacionais, o combate à fome e à pobreza, a reforma das Nações Unidas e a eliminação das distorções no sistema multilateral de comércio. Nossas vozes serão melhor ouvidas se falarmos

juntos. Nesse sentido, é fundamental que países em desenvolvimento sejam incluídos como membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado. Se escolhido, o Brasil está preparado para fazer face a suas responsabilidades aumentadas. Concordamos também com a presença permanente do mundo árabe no Conselho, sem prejuízo de dois assentos para a África.

Senhor Presidente,
Majestades,
Excelências,

Desde o surgimento da idéia da Cúpula entre países árabes e a América do Sul, setores privados de nossos países começaram a buscar oportunidades mútuas de negócios. Apesar de este potencial estar longe de ser atingido, nos doze meses seguintes à visita do Presidente Lula a cinco países árabes, o comércio total entre o Brasil e o mundo árabe ampliou-se de 5,4 bilhões para 8,1 bilhões de dólares norte-americanos. Para explorar todo o potencial dessas relações, será realizado fórum de negócios, durante a Cúpula, com a participação de representantes de nossas duas regiões.

Mas há muito mais do que simplesmente relações comerciais e econômicas. Em ciência e tecnologia, poderemos conceber soluções comuns para nossos problemas. Poderemos ampliar nossa cooperação em saúde e educação. Deveríamos engajar nossas sociedades em iniciativas para melhorar o conhecimento mútuo por meio da promoção de atividades culturais.

Espero encontrar-me com meus colegas Ministros dos Negócios Estrangeiros esta semana em

Marraqueche. Deveremos fazer os últimos acertos no projeto de declaração que será submetido aos líderes durante a Cúpula. O texto deverá refletir nossa visão comum sobre temas da nossa cooperação bilateral e da agenda internacional. Estou convencido de que ao dar início a esse Diálogo de Alto Nível entre duas importantes regiões do mundo em desenvolvimento, que reunirá 34 nações sinceramente devotadas à promoção do entendimento entre povos, a Cúpula de Brasília servirá à causa da Paz.

Este é um momento importante para muitos no Oriente Médio. Saudamos o Plano Árabe de 2002. Recentes desdobramentos no processo de paz despertaram esperança no coração daqueles que sinceramente desejam solução duradoura e pacífica para os problemas do Oriente Médio. O Brasil apóia plenamente o direito do povo palestino de ter um Estado próprio que seja economicamente viável e respeite a dignidade humana, assegurando, dessa forma, a coexistência pacífica de todos os países na região. Baseados em nossa própria experiência de tolerância e aceitação mútua, estamos preparados para oferecer nossa contribuição para esse processo. É a crença na força do diálogo e na capacidade dos seres humanos de compreender uns aos outros que inspirou muitas das iniciativas do Presidente Lula, inclusive a Cúpula América do Sul – Países Árabes. Essa mesma crença guiará qualquer participação que venhamos a ser chamados a ter no Processo de Paz.

Permitam-me reiterar a minha mais profunda honra de participar deste importante evento.

Muito obrigado.

Reunião Ministerial Preparatória da Cúpula América do Sul-Países Árabes

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Reunião
Ministerial Preparatória da Cúpula América do Sul-
Países Árabes, realizada em Marraqueche, Marrocos, no
dia 25 de março de 2005*

Bom dia,

Primeiramente, creio que devo agradecer à cidade de Marraqueche e ao Reino do Marrocos, não somente em meu nome, mas em nome de todos os delegados e, particularmente, em nomes dos delegados latino-americanos aqui presentes. É também para mim uma experiência muito especial, porque estive aqui há onze anos. Tive a oportunidade de assinar, na época, o Acordo de Marraqueche e creio que foi um grande evento não somente do ponto de vista da organização - tudo que o Governo do Reino do Marrocos fez - mas também um grande evento do ponto de vista histórico, mesmo considerando que podem haver divergências em uma ou outra disposição do acordo da OMC que estamos modificando e aperfeiçoando, a partir do ponto de vista dos países em desenvolvimento. É óbvio que estamos muito melhor com a OMC do que sem a organização. Temos pelo menos um sistema que regula as diferenças, uma normatização internacional, e acho que é nesse espírito de criação de regras e de normas que facilitam o diálogo e a solução pacífica das diferenças que essa hospitalidade marroquina se exprime. Esse país, que é evidentemente árabe e ao mesmo tempo com uma diversidade de cores, cultura, mesmo de religião, e que é um grande exemplo para nós todos.

É para mim, então, uma honra estar mais uma

vez aqui no Marrocos, país onde tive essa importante experiência e, evidentemente, onde posso aproveitar a beleza da cidade de Marraqueche.

Gostaria de agradecer a meu amigo Mohamed Benaissa e, por intermédio dele, ao Governo do Marrocos, pela decisão de se encarregar dessa Reunião Ministerial, uma vez que ainda estamos iniciando as conversas a respeito dos diferentes aspectos da organização da Cúpula, o que demonstra um forte engajamento, que foi um dos fatores de impulso para a preparação da nossa Cúpula.

É para mim um privilégio dividir essa parte da nossa mesa com um grande amigo da Argélia, Adelaziz Benhaden, que será, é claro, co-presidente – a Argélia será co-presidente da Cúpula no Brasil, com o Presidente Bouteflika. Também com Amra Moussa, que criou, desde os primeiros momentos, as condições para que possamos avançar na idéia da Cúpula. Ele teve a generosidade de me receber duas vezes, além do Presidente Lula. Tive, nessa ocasião, a oportunidade de abordar com nossos colegas árabes, pela primeira vez no âmbito ministerial, os assuntos da Cúpula.

É claro que saúdo a presença de todos os amigos sul-americanos e, em particular, o Presidente Duhalde, ex-Presidente da Argentina e Presidente da Comissão Permanente do MERCOSUL.

Já que tudo foi dito sobre os objetivos e o

conteúdo dos documentos que espero sejam submetidos aos nossos Chefes de Estado, gostaria de fazer alguns comentários pessoais, que exprimem também, eu espero, o pensamento do Presidente Lula sobre o assunto.

Lembro-me, quando estávamos no início do nosso Governo, quando, em viagem que havíamos feito ao exterior, o Presidente Lula falou pela primeira vez sobre a possibilidade de reunião com o mundo árabe. Estávamos ao mesmo tempo fortalecendo a integração sul-americana. Por causa disso, essa idéia que teve início por impulso do Presidente do Brasil, foi proposta, desde os primeiros momentos, como possibilidade de uma reunião sul-americana e do mundo árabe. Essa idéia é justamente interessante porque, talvez vocês tenham percebido pelo próprio Presidente Lula ou de mim mesmo, quando falo em seu nome, sempre falamos de uma nova geografia econômica e comercial no mundo, o que evidentemente tem muita ressonância política, a qual altera a geopolítica ou a geo-economia mundial, além da maneira pela qual organizamos o comércio. É interessante notar que essas duas experiências já estavam ao mesmo tempo no espírito do Presidente Lula. Eis a idéia da Cúpula Países Árabes-América do Sul e de uma nova geografia comercial. E por qual razão? Porque são duas regiões importantes no mundo em desenvolvimento, de regiões que já têm muito em comum, pelas tradições, pela migração, pelas influências culturais recíprocas. De certa forma, foi a cultura árabe que influenciou a cultura sul-americana e, entretanto, não tinham esses dois mundos ligações concretas e poucas ligações políticas.

Trata-se, então, da idéia de construir um edifício de cooperação baseado na visão e nas tradições comuns, sem deixar de lado nossas tradicionais e evidentes relações com os países desenvolvidos, que devem continuar e mesmo se aperfeiçoarem e se aprofundarem, e de começar a olhar de maneira concreta as potencialidades que existem nas relações entre nossas duas regiões. Não

se trata de algo abstrato. Não é, diríamos, para ter posições comuns em relação aos grandes problemas mundiais. Evidentemente o faremos também. É também uma chance de criarmos uma verdadeira cooperação, uma cooperação concreta entre duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento e, justamente, essas duas grandes regiões que tinham, é claro, contatos bilaterais entre os países, além de bons contatos nas Nações Unidas, mas nunca houve um esforço de traçar os caminhos das regiões em conjunto.

Creio que, para o Presidente Lula, esse aspecto de fazer alguma coisa que poderia ter influência na política mundial é muito importante, quando normalmente falamos muito do Norte-Sul e do Sul-Sul. Mas a realidade é que o Sul esta sempre olhando para o Norte e pedindo coisas ao Norte, e nós fazemos relativamente pouco entre nós.

É nesse espírito que o Presidente Lula também lutou pela integração sul-americana, da mesma forma que se fala, no mundo árabe atualmente, cada vez mais da integração árabe. Tive o privilégio de ter sido convidado, pelo Presidente Bouteflika, para a Cúpula Árabe, e pude ver como a palavra integração, assim como a palavra livre comércio, tornou-se importante entre os países árabes. É evidente que o fortalecimento vai muito além do aspecto puramente econômico e comercial. Trata-se de um diálogo de futuro.

Fala-se muito em aliança de civilizações, e nós a apoiamos. Ela faz parte de nosso compromisso também. Mas, do meu ponto de vista, francamente penso que se trata de oportunidade para fazer uma aliança de civilizações, porque, na realidade, a civilização árabe já é parte de nossa civilização. A civilização sul-americana ou latino-americana seria incompreensível e não saberia quem é se não tivesse tido a influência e a contribuição do mundo árabe, primeiro via a Península Ibérica e os grandes filósofos - os Averroes, os Ibn Sina, e a arte de toda a Península Ibérica, ainda vistas na América do Sul. Ao visitar a América do Sul, por exemplo, vê-se os

elementos da arquitetura, os moucharrabieh que vieram, obviamente, do mundo árabe, além da música em tudo. Então, quando falamos em diálogos de civilizações, devemos considerar que a civilização árabe está profundamente ligada à nossa civilização. Nós não compreenderíamos nossa civilização sem olhar para a civilização árabe.

Vivem me dizendo que os marroquinos e os argelinos conhecem bem a literatura brasileira, falam de Jorge Amado. Mas há outros. Jorge Amado escreveu romances brasileiros que têm sempre personagens injustamente chamados de turcos, porque, como vocês sabem, nessa época eles entravam na América do Sul com passaporte otomano. E eles fazem parte da nossa cultura.

Isso é apenas um exemplo. Não vou me ater aos detalhes. Evidentemente, temos a declaração, nós vamos aprová-la. Se ainda restar algum detalhe, que não será mais do que detalhe, será certamente retificada. Creio que o mais importante é não ver a Cúpula como o ponto de chegada. A Cúpula é um ponto de partida. A Cúpula é apenas o começo. Não é o fim. A declaração desta Cúpula não é o nosso objetivo. É claro que ela tem de ser feita, é natural, porque nós temos uma Cúpula, e temos de dizer porque estamos aqui. É normal. Mas é preciso olhar o futuro. E digo uma coisa, não é um sonho. Falo de coisas muito concretas. Creio que a Cúpula, mesmo antes de acontecer, já é um sucesso. As relações entre os países árabes e os países sul-americanos aumentaram muito nos últimos meses. Aconteceram muitas visitas de altas autoridades, de Presidentes, de Ministros das Relações Exteriores, ao menos de nosso país aos países árabes. Foi um movimento que nunca acontecera antes. Não quero atribuir tudo à Cúpula, mas é evidente que ela ajuda a criar um clima favorável.

Ao mesmo tempo, no que diz respeito aos negócios, o comércio entre o Brasil – falo do Brasil porque conheço melhor suas estatísticas – e o mundo árabe aumentaram 50% em um ano, nos dois sentidos. Então, não é algo a nosso favor ou a favor

do mundo árabe. Aumentou nos dois sentidos, importação e exportação. Não exatamente equilibrada com todos, mas, de qualquer maneira, o conjunto foi suficientemente equilibrado. 50% não é pouca coisa. Mesmo nos assuntos econômicos, muito rapidamente, gostaria de dizer que é interessante, porque, ao pensar em comércio com os latinos, os sul-americanos pensaram “eles estão interessados nos investimentos árabes”. É verdade, estamos interessados nesses investimentos. A verdade é que nos últimos 12 meses após a primeira visita do Presidente Lula a alguns países da região, o que vejo é sobretudo investimentos brasileiros nos países árabes. Petróleo na Argélia, mineração na Arábia Saudita, e muitos outros. Menciono apenas dois ou três. Mas acho que se trata de um movimento nos dois sentidos com, naturalmente, o forte componente cultural já mencionado.

Quando poderíamos pensar em realizar um seminário sobre a utilização de terrenos semi-desérticos, que é um problema que diz respeito a praticamente todos nós, se não houvesse a Cúpula como motivação?

Quando faríamos um Seminário Cultural como o que acabou de acontecer em Marraqueche, ou o Festival de Cinema que acontecerá no Brasil, organizado pelos tunisianos, se não houvesse esse impulso vindo da Cúpula?

É por isso que digo que a Cúpula lançou um movimento de aproximação política, econômica e cultural. Esse é o primeiro passo.

É preciso, evidentemente, que nós nos compreendamos, e acho também que se trata de algo muito positivo que as duas regiões se vejam não como um problema, mas como uma fonte de soluções, uma fonte de construção, uma fonte de criatividade, e é sob esse ângulo que gostaria que todos vissem a Cúpula.

Quase todos os Ministros árabes que estão aqui tiveram muita paciência em me ouvir, alguns há alguns meses, reiterando o convite do Presidente Lula. A mídia, porém, não lerá os detalhes da nossa

Declaração. Ela repete o que dissemos na Assembléia Geral, ela repercute o que falamos nas nossas reuniões, mas ela verá todos os líderes que estarão presentes. Eis a verdadeira medida do nosso sucesso, a verdadeira medida da nossa possibilidade, de como queremos continuar esse esforço.

Gostaria, com essas palavras, de exprimir nossa esperança e agradecer a todos que trabalharam para seu sucesso e, se me permitem, terminar com

um pensamento.

Imagino um historiador do futuro que analisa esse esforço que vivemos. Penso, evidentemente, nessa reunião. Não se trata de um terremoto, mas precisamente de um pequeno movimento sísmico que será registrado pelos historiadores. E é por isso que conto, assim como meus colegas, com a colaboração de todos.

Obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente do Uruguai

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos por ocasião da Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, no dia 1º de abril de 2005

Meu caro companheiro Tabaré Vázquez,
Presidente da República Oriental do Uruguai,

Delegação do Uruguai e Delegação
brasileira,

Ministros uruguaios e Ministros brasileiros

Há exatamente um mês, tive o prazer de estar em Montevidéu participando da cerimônia de posse do Presidente Tabaré Vázquez. Testemunhei nas ruas de Montevidéu e no dia seguinte, em Paysandú, o fervor popular que expressava a grande esperança de transformação que o povo uruguaio deposita em seu Governo.

Sua eleição, amigo e companheiro Tabaré, é um marco histórico, não apenas para o Uruguai. Sua vitória demonstra que nossa região caminha na direção da renovação política, que escolhemos um modelo de crescimento econômico com inclusão social.

Estamos honrados com sua visita, sobretudo porque sabemos que é a primeira viagem que realiza ao exterior na condição de Chefe de Estado de seu país. Somos extremamente sensíveis a este sinal que o novo Governo uruguaio emite.

Queremos que a aliança entre o Brasil e o Uruguai, uma aliança histórica, esteja mais do que nunca fundada na defesa intransigente da democracia, na proteção dos direitos humanos, na busca do crescimento sustentado, no compromisso de

combater a fome e a pobreza e na integração de nosso Continente. Com esses princípios em mente, estamos decididos a dar uma nova qualidade às relações entre o Brasil e o Uruguai.

O Uruguai, de forma pioneira, no começo do século passado, ensinou aos demais países da América do Sul o caminho das políticas sociais, especialmente o valor da educação e a difusão da cultura.

Apesar das duras crises que golpearam o país, os uruguaios puderam preservar índices de desenvolvimento humano invejáveis em nossa região. Mas estava represado na sociedade um desejo avassalador de mudança.

O Presidente Tabaré Vázquez encarnou o anseio de seu povo de retomar as rédeas do seu destino, resgatando o legado histórico deixado por Artigas.

Como afirmei há um mês no Uruguai, tive o privilégio de acompanhar a trajetória política de Tabaré Vázquez. Sei de seu compromisso pessoal com a construção de uma sociedade justa, desenvolvida e democrática. Sei também que o novo Presidente do Uruguai está firmemente engajado no fortalecimento do Mercosul e no processo de integração sul-americana. Essa sintonia evidente entre nossos governos abre grandes perspectivas para as relações entre nossos dois países.

Querido companheiro, Presidente do Uruguai,

O Brasil certamente tem muito a aprender com o Uruguai e, como economia maior, tem também muito a oferecer.

Sabemos do empenho do seu Governo na área social e queremos conhecer melhor e apoiar o Plano Nacional de Emergência Social implementado desde a primeira hora do seu mandato.

Estamos dispostos a compartilhar com o Uruguai a experiência brasileira em programas como o Fome Zero, o crédito vinculado, a habitação popular e o apoio à microempresa.

Esperamos poder acelerar os entendimentos para a realização das obras de infra-estrutura em nossa fronteira comum, sem as quais nossa integração nunca estará completa.

Vamos levar adiante a construção da segunda ponte sobre o rio Jaguarão, recuperar a ponte Mauá e acelerar a integração energética entre nossos países.

É auspiciosa a assinatura do memorando de entendimento entre nossos Ministérios de Minas e Energia, que cria uma Comissão Binacional nas áreas de energia, geologia e mineração. É vital para o desenvolvimento de nossa região traçar estratégias coordenadas para o aproveitamento dos nossos recursos energéticos.

Ainda recentemente, demos um exemplo claro da visão solidária que temos a esse respeito: apesar da forte estiagem no sul do Brasil, temos feito o possível e o impossível para manter o suprimento de energia elétrica ao nosso querido Uruguai.

Outra frente de cooperação é a do desenvolvimento científico e tecnológico. Acabamos de assinar um acordo que prevê a transferência de conhecimentos brasileiros para a instalação de uma Agência Uruguaia de Cooperação Internacional.

Queremos ampliar nossa associação na área da pesquisa agrícola, por meio da Embrapa, com ênfase em projetos que tenham impacto sobre a agricultura familiar. Estamos também dando início à cooperação na área de Comunicação Social,

envolvendo a Radiobrás e os órgãos de comunicação do Governo do Uruguai.

Esse é apenas o princípio de uma cooperação estratégica entre nossos países, que se fará sempre no benefício direto de nossas sociedades.

Querido companheiro e amigo Tabaré Vasquez,

Ao tratar das relações entre Brasil e Uruguai, não posso deixar de mencionar nossa zona de fronteira, onde convivem irmanados mais de 700 mil cidadãos brasileiros e uruguaios.

A cooperação que temos desenvolvido ao abrigo da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço é um modelo de associação com amplo impacto social.

Instituímos na nossa franja de fronteira comum, praticamente uma cidadania binacional, que pode ser vista como o embrião da cidadania do Mercosul que tanto queremos construir.

Estou seguro de que nossos Governos vão aprofundar ainda mais os programas de integração fronteiriça em matéria de cooperação policial e judicial, na área da educação, da saúde, do meio ambiente e do saneamento.

O acordo que assinamos hoje sobre os Institutos Binacionais Fronteiriços é prova de nossa determinação. Criaremos, na zona de fronteira, institutos de ensino binacionais de nível técnico, com professores e alunos brasileiros e uruguaios.

Querido amigo,

Sei que o Uruguai é um parceiro fundamental na construção do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações.

A integração regional que queremos, e nisso sei que estamos totalmente afinados, é uma integração que amplia mercados, gera investimentos, traz prosperidade aos nossos países e se traduz em benefícios concretos para nossas populações.

Quando falamos que queremos a integração de nossas cadeias produtivas, estamos pensando em ganhar escala de produção, mas, sobretudo, estamos pensando em gerar postos de trabalho e riqueza nos

nossos países.

Queremos uma nova divisão do trabalho na região, equânime, sem hegemonismos.

Como muitos sabem, no dia seguinte à posse do Presidente Tabaré, fomos juntos à cidade de Paysandú, no interior do Uruguai. Lá, inauguramos uma maltaria construída com investimentos brasileiros. Essa fábrica é um exemplo do tipo de integração que desejamos.

Pude perceber ali o entusiasmo dos trabalhadores locais e sua certeza de que, juntos, podemos encontrar soluções para o nosso desenvolvimento.

Esse é o Mercosul vibrante que desejamos, legitimado pela vontade das populações locais. É por isso também que temos insistido na necessidade do reforço institucional do nosso bloco regional e na criação de um Parlamento do Mercosul eleito pelo voto direto.

Conheço as posições do companheiro Tabaré nesse particular e sei que seremos aliados também nessa aspiração. Não tenho dúvidas de que o Brasil e o Uruguai, daqui por diante, atuarão de forma cada vez mais coordenada nos foros internacionais, e aproveito a ocasião para saudar o ingresso do Uruguai no G-20, garantindo que o Mercosul se apresente com voz única nas negociações comerciais multilaterais.

Atuaremos em favor dos interesses dos países em desenvolvimento e, em particular, dos países da nossa região.

Brasil e Uruguai têm uma longa tradição de cooperação e convivência pacífica. Nossos países

desfrutam de elevado grau de convergência em temas da mais alta relevância.

Enfim, amigo Tabaré, temos uma vastíssima agenda de projetos e iniciativas que vai exigir de nossos dois governos muita determinação, muita coordenação e muito trabalho.

Vamos aprofundar nosso diálogo político. Estamos reativando canais de coordenação entre nossas Chancelarias e criando também um mecanismo de consultas regulares sobre temas comerciais. Estamos decididos a ampliar nosso comércio e incentivar investimentos. Vamos consolidar uma cooperação estratégica em áreas vitais para nossos países nos setores energético e de desenvolvimento científico e tecnológico. Fico muito feliz por já termos começado, neste curto espaço de tempo, a dinamizar a cooperação entre o Brasil e o Uruguai.

Faço votos de sorte ao Presidente Tabaré e a todos os companheiros membros do seu Governo, dentre os quais vejo tantos amigos e companheiros de velhas lutas. Desejo felicidade para esse povo magnífico ao qual nós, brasileiros, estamos unidos pelos laços da mais profunda simpatia e amizade.

Tenha certeza, meu querido Presidente Tabaré, que as palavras que acabo de proferir agora são mais do que palavras. Eu pretendo transformar cada palavra dita no meu discurso em gestos práticos para que possamos, definitivamente, concretizar um sonho que alimentamos há tantos anos, de uma sólida e verdadeira integração na nossa querida América do Sul.

Muito obrigado.



Visita Presidencial à República de Camerun

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República de Camerun, Paul Biya, em Iaundê, no dia 10 de abril de 2005

Minha visita a Camerun tem um sentido muito especial. Vim aqui descobrir a “miniatura da África”, como é carinhosamente conhecido vosso país. País de riquezas e de diversidade étnica, que espelham as potencialidades de um continente. Aqui se forjou uma nação que superou diferenças e fundiu heranças para criar um futuro comum.

Senhor Presidente,

Camerun foi um dos países mais receptivos à nossa iniciativa de relançar as relações com a África. Em reconhecimento, decidimos reabrir nossa embaixada em Iaundê. Nossa decisão é uma aposta na reaproximação com o Camerun e com todo o Continente.

Asseguro-lhe que, desta vez, o Brasil veio para ficar. A reativação da Embaixada consolida nossa cooperação. Já colhemos os primeiros frutos do renovado impulso dos últimos dois anos.

Graças às missões que Camerun enviou ao Brasil em 2004, multiplicaram-se iniciativas bilaterais. Exploramos complementaridades para multiplicar nossas potencialidades. É o caso do programa de cooperação técnica sobre o cacau.

O Brasil pode ajudar a aperfeiçoar essa cultura agrícola tradicional, uma das grandes riquezas deste país e fonte inestimável de recursos para o agricultor local.

Os altos níveis de alfabetização da população

de Camerun refletem a consciência do papel central da educação na superação do atraso. Queremos também assegurar a todos esse direito de tornarem-se cidadãos plenos. O Programa Executivo em Educação Superior, que assinaremos, favorece o intercâmbio de professores universitários.

Estamos criando condições para nos conhecermos melhor. Com esse mesmo intuito, meu Governo está empenhado em aumentar o número de bolsas de estudo para estudantes de Camerun no Brasil. Agradeço, de modo particular, a disposição de seu país de indicar professores visitantes de História e Literatura Africana para lecionarem no Brasil.

Como repositório da cultura Bantu, Camerun contribuiu decisivamente para a formação da identidade brasileira. A vinda desses professores permitirá aos brasileiros melhor conhecer nossa herança e, portanto, a nós mesmos.

A assinatura de Protocolo de Intenções no campo da saúde pública abre possibilidades de colaboração em prol do desenvolvimento e do bem-estar de nossos povos.

Nossas complementaridades são promissoras no campo do comércio bilateral, que ainda não reflete o potencial de nossas economias. Um poderoso impulso nessa direção pode vir de uma retomada na atuação de empresas de engenharia brasileiras na

construção da infra-estrutura de energia e transportes de Camarões.

Estou empenhado em que possam contribuir, de forma expressiva, para o desenvolvimento de uma das mais dinâmicas economias da Comunidade de Países da África Central.

Presidente Biya,

A prosperidade que estamos construindo para nossos povos tem de ser usufruída por todas as nações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta. Os avanços do conhecimento humano não foram suficientes para garantir a todos o indispensável à sobrevivência.

Agradeço a acolhida de seu Governo às iniciativas que o Brasil avançou no Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, em Nova Iorque, setembro passado. Contamos com o apoio de Camerun a propostas concretas para arrecadar recursos para o financiamento do desenvolvimento.

Esses recursos, além da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, são fundamentais para os países pobres desenvolverem estratégias de crescimento de longo prazo.

Precisamos mudar as relações de força no mundo. Não podemos ser observadores passivos de decisões que afetam diretamente nosso destino. O comércio internacional pode ajudar a erradicar a pobreza e a fome. Juntos, temos de lutar pela eliminação dos pesados subsídios e de outras medidas protecionistas praticadas pelos países ricos.

Por meio do G-20, temos lutado para que os

produtos agrícolas dos países em desenvolvimento sejam remunerados em níveis compatíveis com seu valor de mercado e com a dignidade de seus produtores. Só assim conseguiremos derrubar o muro que divide a Humanidade entre ricos e pobres.

A democratização do mundo passa também pela reforma da ONU. Por isso, o Brasil apoiou, desde o início, os esforços do Secretário-Geral da ONU para ampliar o Conselho de Segurança, tornando-o mais legítimo e representativo da realidade atual.

O Brasil saúda a decisão tomada pela União Africana de defender maior presença de países em desenvolvimento como membros permanentes do Conselho de Segurança. É inaceitável que continentes inteiros, como a África – com 54 países e centenas de milhões de habitantes – não tenham representação permanente em um Conselho de Segurança renovado.

O Brasil defenderá com firmeza essa posição, ao mesmo tempo em que agradecemos o gesto de simpatia de países como Camarões em relação às nossas aspirações.

Caro Presidente Paul Biya,

Agradeço a calorosa recepção e a generosa hospitalidade dispensada a mim e à minha delegação. Espero poder retribuí-las em solo brasileiro.

Convido os presentes a brindarem a amizade entre os povos do Brasil e de Camerun e a felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Chantal Biya.

Muito obrigado.

Reunião Ampliada com o Presidente da Nigéria

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião Ampliada com o Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo em Abuja, Nigéria, no dia 11 de abril de 2005

Quero cumprimentar os Ministros brasileiros, as Ministras e toda a minha delegação,

Quero dizer ao Presidente Obasanjo que a alegria de estarmos aqui é muito grande.

Eu disse ao Presidente Obasanjo que nós temos que definir uma escolha, nesse momento que estamos começando o novo século. Temos que olhar para o Brasil, para a América do Sul, para a Nigéria e para a África e ver o que aconteceu conosco no século XX, tirar os ensinamentos de todas as coisas boas que nos aconteceram e aperfeiçoá-las. E não permitir que as coisas ruins que aconteceram voltem a acontecer.

Durante muito tempo o Brasil e outros países da América do Sul tiveram seus olhos voltados para a União Européia e para os Estados Unidos. Na África, durante muito tempo, os países africanos tiveram seus olhos voltados também para o continente europeu e, também, para os Estados Unidos.

Eu penso que chegou o momento de nos olharmos um pouco e percebermos que nós temos muita coisa a fazer juntos, que ainda não fizemos. A nossa relação comercial pode ser infinitamente maior, a nossa relação cultural pode ser infinitamente maior e a nossa relação política pode ser infinitamente maior. Para isso, nós estamos fazendo esta reunião e, quem sabe, precise de muitas outras reuniões para que Nigéria e a África saibam o que o Brasil e a América

do Sul podem lhes oferecer de parceria. E, ao mesmo tempo, nós sabermos o que a África pode nos oferecer de parceria.

O século XX termina com um bilhão de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza, numa demonstração de que nem a evolução da biotecnologia garantiu a distribuição de alimentos para toda a humanidade. E, possivelmente, o problema da fome não seja falta de alimento, seja falta de renda, ou seja, a riqueza do mundo não foi distribuída de forma mais equânime. Os que eram ricos continuam ricos e os que eram pobres continuam pobres.

Eu, agora, junto com o Presidente Obasanjo e, certamente, outras dezenas de líderes dos países em desenvolvimento, temos que tomar uma decisão: queremos continuar sendo pobres ou queremos dar um passo adiante?

Se o século XIX foi da Europa, se o século XX foi dos Estados Unidos, por que o século XXI não pode ser nosso? Depende apenas de nós acreditarmos nisso e descobrirmos, nas nossas relações, aqueles setores em que podemos nos ajudar mutuamente e fazer do Oceano Atlântico não um obstáculo, mas um caminho para facilitar essa nossa relação.

Eu convidei o Presidente Obasanjo para ir ao Brasil. Se tudo der certo, ele será nosso convidado especial para o dia da nossa Independência. E, se tudo der certo, depois dessa visita do Presidente ao

Brasil, nós teremos muito mais acordos para assinar e tornar mais práticos os nossos discursos de integração da América do Sul e da África.

Por isso, Presidente Obasanjo, eu quero agradecer, nesta reunião junto ao seu governo, o carinho com que temos sido tratados na Nigéria.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo, em Abuja, Nigéria, no dia 11 de abril de 2005.

Caro Presidente Obasanjo,

Nossos dois Governos promovem hoje um reencontro de duas nações. Nações unidas pela história, pela cultura e por crescentes laços de cooperação. Quase cinco séculos da história brasileira foram construídos com o trabalho de irmãs e irmãos africanos.

A Nigéria, berço de culturas tradicionais africanas, deu-nos uma contribuição fundamental. Somos orgulhosos dessa contribuição.

Somos orgulhosos de possuir a segunda maior população negra do planeta, atrás apenas da própria Nigéria. Essa proximidade afetiva e cultural explica por que a Nigéria é um dos mais importantes parceiros africanos do Brasil.

Vejo nas relações entre nossos países um potencial imenso que precisa ser explorado com mais vigor e ousadia. Somos duas grandes nações. Nossas economias se complementam. Temos visões convergentes, interesses que coincidem na construção de um futuro de prosperidade e justiça.

O principal resultado de minha visita deve ser a redescoberta da Nigéria pelo Brasil.

Seu país ocupa, graças à vitalidade econômica e ao dinamismo de seu povo, lugar de destaque na África e no mundo.

Essa posição se vê fortalecida pela consolidação do processo democrático no país. Reconhecemos o papel que o Presidente Obasanjo vem tendo nessa evolução histórica.

Diversas missões nigerianas visitaram o Brasil nos dois últimos anos. Estão avançadas as negociações para a transferência de tecnologia brasileira na produção de medicamentos anti-retrovirais. Aprofundamos a cooperação em outros campos da saúde pública. Estamos aprofundando a cooperação na área energética. Assinaremos amanhã um Protocolo de Cooperação em matéria agrícola. Aí estão exemplos do vasto potencial de nossas relações.

Nosso intercâmbio comercial registra cifras importantes. Atinge quase 4 bilhões de dólares, mas ainda não reflete a diversidade e o equilíbrio desejáveis para as trocas entre as duas economias. Vamos estimular nossos agentes econômicos a desenvolver o intercâmbio bilateral.

A visita recente do meu Ministro das Relações Exteriores foi importante passo nessa direção. A comitiva empresarial que o acompanhou voltou ao Brasil com a consciência de que há excelentes oportunidades de negócios neste país.

Caro Presidente Obasanjo,

Os países em desenvolvimento vivem hoje um momento crucial de sua história. Enfrentamos enormes desafios. A pobreza extrema atinge hoje mais de um bilhão de pessoas. A fome, a falta de acesso à água potável, carências de assistência médica e de educação são males que o século XX não soube resolver. Devemos resgatar a secular hipoteca do subdesenvolvimento.

Lancei, juntamente com outros líderes mundiais e com o Secretário-Geral da ONU, no ano passado, a Ação contra a Fome e a Pobreza. Realizamos uma reunião histórica com mais de 50 chefes de Estado e de Governo, em Nova Iorque, no último dia 20 de setembro. Desejo agradecer publicamente seu apoio, Presidente Obasanjo, a essa iniciativa. Continuamos trabalhando intensamente para que a iniciativa dê frutos.

Precisamos atuar em conjunto, Nigéria e Brasil, para que a comunidade internacional se comprometa com o cumprimento das Metas de

Desenvolvimento do Milênio, dentro dos prazos estabelecidos.

Senhoras e Senhores,

Brasil e Nigéria estão empenhados na reforma das Nações Unidas. Queremos tornar o Conselho de Segurança mais democrático, representativo e legítimo, com a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes. O Brasil saúda a recente decisão da União Africana sobre a reforma do Conselho de Segurança. Seguiremos defendendo firmemente a presença permanente da África em um Conselho de Segurança reformado.

Os laços que nos unem aparecem também em nossa ação conjunta no G-20. Transformamos esse Grupo em um agente essencial na luta por um sistema internacional de trocas que respeite o justo valor de nossos produtos agrícolas.

Devemos aproximar nossas regiões. Podemos nos beneficiar de uma maior articulação entre o Mercosul e a Comunidade Econômica de Países da África Ocidental.

Caro Presidente Obasanjo,

Ao assumir o governo, determinei prioridade às relações do Brasil com a África. Essa prioridade se reflete também em nosso plano interno. Criei a Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial, chefiada por minha querida amiga Matilde Ribeiro, aqui presente. Queremos eliminar o preconceito, a discriminação e a exclusão social que pesaram sobre sucessivas gerações de brasileiros afro-descendentes.

Lançamos programas específicos de cotas para afro-descendentes nas universidades. Determinei a inclusão do estudo da história da África em todos os currículos escolares. Agradeço a Vossa Excelência por ter tornado disponíveis professores e estudiosos africanos para lecionar essa disciplina no Brasil.

É preciso que a juventude nigeriana também conheça melhor seus irmãos brasileiros. Para isso, estou empenhado em estabelecer mecanismos de concessão de bolsas de estudo no Brasil, e em apoiar

o intercâmbio de docentes, em nível de pós-graduação.

Presidente Obasanjo,

Levarei da Nigéria a grata sensação de ter reencontrado um amigo e de ter podido renovar o diálogo franco e afetivo. Uma nova etapa nas nossas relações inaugurou-se hoje. Agradeço a Vossa Excelência, em meu nome e no de minha comitiva, a esplêndida acolhida que nos proporcionou.

Queria dizer a Vossa Excelência e aos membros do Governo da Nigéria que Brasil e Nigéria ainda estão por se descobrir. A possibilidade econômica, cultural e comercial dos dois países não pode ter, no Oceano Atlântico, as suas dificuldades.

É verdade que, durante muito tempo, o Brasil olhou para a Europa e para os Estados Unidos. É verdade que, durante muito tempo, a Nigéria também olhou para a Europa. Eu acho que, agora, é hora de nos olharmos e percebermos que dois países, um com 140 milhões de habitantes, outro com 180 milhões de habitantes, somados, viram uma população que só perde para a China e para a Índia.

Portanto, o potencial de estabelecermos políticas de complementaridade, de fazermos sociedade no campo da ciência e tecnologia, de fazermos parceria entre indústrias nigerianas e indústrias brasileiras, de fazermos com que o comércio se transforme numa via de duas mãos, onde possamos comprar e vender o máximo que pudermos produzir.

Este mundo está à nossa disposição. Precisamos apenas acreditar e fazer com que o século XXI seja, de fato, o século que transforma os países pobres e em desenvolvimento em países definitivamente desenvolvidos.

Não é possível que um bilhão de seres humanos, que vive abaixo da linha da pobreza, não nos faça compreender que nós já conquistamos a nossa independência, já afastamos os nossos colonizadores. Agora, precisamos acreditar em nós mesmos.

O século XXI está nos desafiando, está à nossa espera. Por isso, fortalecer a democracia,

acreditar na paz e criar um modelo econômico de desenvolvimento sustentável, fazendo parcerias com países que têm similaridades é o caminho pelo qual haveremos de criar uma nova geografia comercial, uma nova geografia econômica, uma nova geografia social, e fazer com que a globalização chegue ao estômago de todos.

Com esse espírito, peço aos presentes que se unam a mim em um brinde à Nigéria, a seu povo e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de assinatura de atos, em Abuja, Nigéria, no dia 12 de abril de 2005.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer ao Presidente Obasanjo, antes da assinatura do protocolo, pelo carinho com que fomos recebidos na Nigéria.

Dizer a vocês que pela manhã me reuni com o secretário-geral da Comunidade Econômica da África Ocidental, o Secretário-Geral Chambas, para discutirmos um pouco a relação da África com o Mercosul e a relação da África com a América do Sul.

Vocês ouviram, ontem, o Presidente Obasanjo dizendo que vai consultar a Comunidade Africana para saber do interesse de fazer uma reunião entre América do Sul e Comunidade Africana. E nós ficamos de consultar a Comunidade Sul-Americana de Nações para saber da disposição de realizarmos essa reunião com a União Africana.

Nós ainda temos três países africanos para visitar: Guiné Bissau, Gana e Senegal. Eu penso que esta viagem para a Nigéria obriga o Brasil a pensar o mundo africano com mais ênfase. A Nigéria, como maior país de comunidade negra do mundo e um país com quase 150 milhões de habitantes, já é um extraordinário parceiro comercial do Brasil. O Brasil importa da Nigéria 3 bilhões, 499 milhões de dólares. E o Brasil exporta aproximadamente 500 milhões de dólares.

Primeiro, é da responsabilidade do Brasil, entendendo que política de comércio é uma via de duas mãos, em que você compra e vende e precisa haver um equilíbrio nessa relação, e entendendo que essa relação pode crescer muito mais do que é hoje, cabe a nós desafiarmos os nossos empresários para que visitem a Nigéria, para que descubram que tipo de parceria os nossos empresários podem fazer com os nigerianos, que tipo de produtos podemos comprar além do petróleo, e que tipo de produtos podemos vender além dos que já vendemos hoje.

Certamente o Brasil pode ter uma relação comercial infinitamente maior com a Nigéria, o Brasil pode exportar serviços, ciência e tecnologia, pode fazer com que a sua indústria de implementos agrícolas tenha uma participação mais ativa na Nigéria.

Eu espero que o encontro da Comissão Mista Nigéria-Brasil, que vai ser em junho aqui na Nigéria, possa fazer essas descobertas que tanto a Nigéria quanto o Brasil precisam, e que quando o Presidente Obasanjo visitar o Brasil em setembro, nós já tenhamos uma realidade mais concreta das possibilidades comerciais, políticas e culturais entre Nigéria e Brasil.

Eu, particularmente, estou convencido de que essa relação do Brasil com o continente africano vai permitir que a nossa relação comercial continue crescendo, que os países em desenvolvimento tenham uma participação ainda maior na balança comercial brasileira, e que o Brasil possa ter uma participação maior na balança comercial da Nigéria e de outros países africanos.

Por isso, eu acredito que esta política do Brasil para a África seja uma política sem volta. O Brasil está definitivamente decidido a contribuir para que essa relação se aprimore, a cooperar com o fortalecimento da democracia e da paz no continente africano.

Da mesma forma que tivemos uma grande cooperação para a paz em São Tomé e Príncipe, vamos trabalhar para a manutenção da paz e o

fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau. Estaremos dispostos a trabalhar junto com todos os países africanos, coordenado pela União Africana e orientado pelas Nações Unidas, para cooperar numa consolidação da democracia do continente africano.

Por fim, eu acredito que o desenvolvimento

da Nigéria, o desenvolvimento do Brasil, o crescimento da nossa relação comercial, pode gerar mais riquezas, pode gerar mais empregos e pode contribuir, decisivamente, para que possamos ter uma melhor distribuição de renda nos dois países. Era isso.



Visita Presidencial a Gana

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pela família ganense-brasileira Tabom, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005

Senhor Ministro das Relações Exteriores de Gana,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado que me acompanham nesta visita a Gana,

Excelentíssimo Senhor Paulo Wolowski, Embaixador do Brasil em Acra,

Demais integrantes da comitiva do Brasil, aqui presentes,

Senhor Nii Azuma, 5º, Rei dos Tabom,

Cara comunidade brasileira em Acra,

Meus amigos e minhas amigas jornalistas do Brasil em Gana,

Senhoras e Senhores,

Acredito que poucos brasileiros tenham tido a oportunidade de conhecer suas origens e ver de perto alguns dos cenários onde se construiu a trama da nacionalidade brasileira.

Esta é uma dessas oportunidades. Oportunidade privilegiada. É uma honra para mim ser recepcionado pelos mais altos dignitários do povo Tabom. Um povo, cujos antepassados no Brasil jamais esqueceram seu berço africano, mas que, ao retornar a sua terra natal, seguiu cultivando a memória da nação brasileira que ajudou a fundar.

Os Tabom levaram para o Brasil a força de seus braços, a habilidade de suas mãos e o tesouro cultural que animou seus espíritos no exílio forçado da escravidão.

De volta à África, trouxeram as novidades

que conheceram no outro lado do Atlântico: o cultivo da manga, da mandioca e do feijão; técnicas de irrigação, carpintaria, arquitetura e alfaiataria.

Os “retornados” trouxeram também para cá um pouco do jeito de ser do brasileiro. No seu falar, nas suas festividades, na sua culinária, em todas as suas manifestações culturais, enfim, vemos um pouco do Brasil.

A comunidade brasileiro-ganense Tabom é o exemplo vivo da orgulhosa irmandade entre brasileiros e africanos.

E a “Brazil House”, a Casa do Brasil, a primeira casa ocupada pelos brasileiros-ganenses.

Mantse Nii Azuma 5º,

Rei dos Tabom, meu irmão,

Nossa história comum simboliza a capacidade dos seres humanos de superar as dificuldades e o sofrimento, e transformá-los em respeito e amor pelo próximo.

Minha presença aqui tem esse propósito, o de trazer ao povo Tabom o respeito e o amor dos brasileiros.

Agradeço mais uma vez, emocionado, a honra com que me distinguem.

A beleza desta cerimônia e a alegria deste reencontro ficarão para sempre marcadas em minha memória.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005.

É uma alegria imensa do meu Governo estar, neste momento histórico, representando essa forte ligação com a África Ocidental e com Gana.

Senhor Presidente,

Quando tomei posse, no dia 1º de janeiro de 2003, no Brasil, assumimos o compromisso de recuperar a presença do Brasil na África como prioridade do nosso governo. Desde então, já visitamos mais países africanos do que todos os presidentes na história do Brasil.

E visitar Gana é mais do que uma visita política, é mais do que uma visita de chefe de Estado, precisa ser encarada como uma visita de um irmão, de um companheiro que faz parte de um povo que deve parte da sua cultura e parte do que o Brasil é, hoje, ao povo de Gana.

O senhor sabe que o Brasil é a segunda nação negra do mundo, só perdemos para a Nigéria. E se não fosse a presença africana no Brasil e, dentre os africanos, o povo de Gana, certamente o povo brasileiro não teria essa miscigenação que o tornou um povo bonito, alegre, muito feliz. Possivelmente não tivéssemos o samba nas veias de cada mulher e de cada homem do nosso país.

Dentre todas as coisas que nós aprendemos com os africanos e, certamente, com o povo de Gana, uma está presente nas nossas vidas toda quarta-feira e todo sábado, a nossa famosa feijoada.

Portanto, estejam certos que, mesmo tendo o Oceano Atlântico como divisor, vocês deixaram raízes no Brasil, religiosas, políticas, culturais e, possivelmente, muitos ensinamentos na arte, no trabalho que hoje o nosso povo pratica.

A nossa viagem, Presidente, tem como objetivo dizer ao povo de Gana que queremos recuperar o tempo perdido, que a nossa relação com Gana será uma relação verdadeira, que precisamos dinamizar as nossas relações políticas, culturais,

comerciais, e em todas as outras atividades que pudermos aperfeiçoar as nossas relações.

Eu estou convencido, Presidente, de que o século XXI pode ser o século da América do Sul e pode ser o século da África, basta que acreditemos em nós mesmos. Com muita determinação e muita ousadia, todos nós, governantes africanos e da América do Sul, digamos a nós mesmos que queremos fortalecer a democracia, que queremos construir a paz em nosso país, que queremos desenvolvimento sustentável em nosso país, que queremos gerar riqueza em nosso país, que queremos fazer justiça social em nosso país.

Se nos levantarmos todos os dias com esta determinação, podem ficar certos de que em menos tempo do que imaginamos, nós iremos consolidar o nosso crescimento econômico e a nossa democracia. E o Brasil quer ser parceiro, fazer parte desse processo. A nossa relação, a nossa aliança no Brasil deve ser uma aliança forte, uma relação de confiança e, sobretudo, uma relação de crença de que o nosso povo merece o melhor.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor, em Acra, Gana, no dia 12 de abril de 2005.

Excelentíssimo Senhor Mahama, Vice-Presidente da República de Gana,

Excelentíssimo Senhor Líder do Congresso,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Federal,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado, e demais representantes das comitivas,

Senhoras e Senhores membros da Assembléia Nacional,

Membros do Corpo Diplomático,
Embaixador brasileiro e sua esposa,
Embaixadores acreditados em Gana,
Meus amigos e minhas amigas,

Foi com grande prazer que atendi o convite de Vossa Excelência para visitar este país, com o

qual o Brasil mantém relações históricas e afetivas.

Gana constitui hoje um modelo de democracia política na África. Admiramos a firme convicção democrática do Presidente Kufuor, um defensor incansável das liberdades civis. Festejamos também os resultados de sua política econômica que tem permitido índices auspiciosos de crescimento. O Presidente Kufuor tem tido papel relevante na solução de conflitos que ainda atingem o continente africano.

Caro Presidente,

Brasil e Gana vivem um momento privilegiado de suas relações. Temos muito o que fazer juntos. A 2ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana, em Brasília, em 2004, estabeleceu um quadro de cooperação amplo e diversificado. Estamos trabalhando juntos em áreas cruciais do desenvolvimento humano: saúde, recursos energéticos e agricultura. Pretendemos explorar nosso potencial de cooperação no campo da produção de sal, recurso importante para a economia ganense.

A educação é outro tema-chave em nossa agenda bilateral. Estou empenhado em ampliar a concessão de bolsas de estudos para universitários africanos no Brasil. Também quero promover o intercâmbio de professores em nível de pós-graduação. Essas medidas permitirão uma maior aproximação entre as novas gerações de africanos e brasileiros.

As perspectivas no campo comercial são alentadoras. Em pouco tempo, Gana transformou-se no quarto importador de produtos brasileiros na África sub-saariana. A balança bilateral de comércio passou de 30 milhões de dólares, em 2002, para 170 milhões de dólares em 2004.

Temos de reconhecer, no entanto, que ela ainda está bastante desequilibrada em favor do meu país. Espero que, junto com nossos empresários, possamos aumentar o fluxo de produtos ganenses para o Brasil. Vamos nos empenhar também para estimular novos investimentos brasileiros em Gana.

Um primeiro passo nessa direção está sendo dado hoje. As relações econômicas entre nossos

países receberão novo impulso com a assinatura do Acordo Aéreo, que possibilitará uma linha direta entre nossos países.

Caro Presidente,

Os países em desenvolvimento encontram-se diante de importantes desafios impostos pelos rumos que seguiu a globalização, especialmente nas últimas décadas. Precisamos mudar, com determinação e criatividade, a herança que nos foi legada.

A persistência da fome e da pobreza constitui o maior obstáculo à construção de um futuro digno para nossas sociedades. É preciso erradicar essas chagas. É possível fazê-lo. Para tanto, é necessário que esse objetivo seja assumido por toda a comunidade mundial. A fome é consequência de perversas estruturas econômicas e sociais. Mas ela deve ser tratada como um problema político.

Fome e pobreza estão na origem de boa parte da violência que nos atinge ou nos ameaça. Um mundo menos desigual será certamente um mundo mais seguro para todos. Por isso, valorizo e agradeço o apoio do Governo de Gana à Ação contra a Fome e a Pobreza que lançamos, que reuniu mais de 50 chefes de Governo em Nova York, no ano passado.

A consecução plena das Metas do Milênio deve ser prioridade da comunidade internacional. Não é tolerável que um mundo capaz de produzir tanta riqueza seja, ao mesmo tempo, o cenário de calamidades como as doenças que devastam continentes. A maioria delas poderia estar controlada com medidas básicas de saneamento, garantia de boa alimentação e distribuição em escala de medicamentos.

Acreditamos no potencial do comércio internacional para assegurar o desenvolvimento equilibrado das nações. Para isso, é necessário que os produtos agrícolas - base de muitas de nossas economias - sejam remunerados em seu justo valor. Não se justificam os pesados subsídios e outras medidas protecionistas praticadas pelos países ricos, que afetam diretamente nossos agricultores.

Senhor Presidente,

A democracia, que valorizamos em nossos países, deve prevalecer também nas relações internacionais. Por isso apoiamos a reforma das Nações Unidas. Para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, a ONU tem de refletir a realidade internacional de hoje, e não a de 1945.

Apoiamos o apelo do Secretário-Geral Kofi Annan para que as decisões sobre a reforma da ONU e do Conselho de Segurança sejam feitas antes da Cúpula do Milênio. É preciso ampliar o Conselho, incorporando novos países em desenvolvimento, para que ele seja mais democrático, representativo, legítimo.

O Brasil saúda a decisão tomada pela União Africana em Adis Abeba, sobre a reforma do Conselho de Segurança.

Meu caro Presidente Kufuor,

Nossos países compartilham um importante patrimônio histórico e cultural. Essa herança comum se manifesta na comunidade Tabom, que reúne escravos que retornaram do Brasil a Gana.

Na tarde de hoje, tive a honra de ser recepcionado pelos mais altos dignitários da comunidade. Comoveu-me o sentimento de ligação com o Brasil que ainda guardam seus integrantes, mais de um século após o retorno à terra natal. Esse elo entre o Brasil e Gana está, pois, fundado em vínculos afetivos que não podem ser esquecidos.

Por isso, estou determinado a prosseguir, junto com o seu Governo, nos esforços para a restauração da casa original dos Tabom, no antigo e belo centro histórico de Acra.

A “Brazil House”, restaurada, será um símbolo material da profunda amizade entre o Brasil e Gana, um verdadeiro monumento à memória compartilhada por nossos povos.

Querido Presidente,

Espero muito poder recebê-lo no Brasil ainda este ano e retribuir a excepcional acolhida dispensada pelo Governo e pelo povo de Gana a mim e à minha comitiva.

O símbolo de Gana significa justiça e liberdade. Portanto, meu caro Presidente, nada mais justo do que transformar o slogan “justiça e liberdade” num grande slogan de combate à fome e à miséria no mundo, porque sem justiça e sem liberdade não haverá possibilidade do povo mais pobre do planeta tomar café, almoçar e jantar todos os dias.

O povo pobre do planeta Terra clama por liberdade, por muitas coisas; clama por justiça, clama por democracia. Mas a coisa mais importante é a definição de que democracia não significa apenas o direito de gritar que está com fome, portanto, democracia significa o direito de comer.

E com justiça e liberdade, com igualdade nas relações internacionais, com respeito aos países pobres do mundo, certamente transformaremos o século XXI no século em que os países pobres do Planeta e os países em desenvolvimento se transformarão em países ricos, garantindo que todos os seres humanos, homens, mulheres e crianças, possam tomar café, almoçar e jantar todos os dias.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana, em Acra, Gana, no dia 13 de abril de 2005.

Caros empresários,

Considero o lançamento desta Câmara de Comércio Brasil-Gana, uma etapa muito importante para a dinamização das nossas relações comerciais.

A corrente de comércio entre Gana e o Brasil cresceu muito nos últimos anos. Atingiu, em 2004, 170 milhões de dólares. Gana é, hoje, o quarto maior importador de produtos brasileiros na África subsaariana, sendo superada apenas por Nigéria, África do Sul e Angola.

Gana também ocupa uma posição estratégica, do ponto de entrada de produtos brasileiros na África ocidental. Pelo porto de Tema, ingressam cerca de 80% das exportações brasileiras para esta região.

O aeroporto de Acra também tem papel importante para o comércio de maior valor agregado. O comércio bilateral entre Gana e o Brasil sempre teve papel de destaque e seu crescimento nos últimos dois anos, apesar de espetacular, ainda não reflete o potencial das duas economias.

Podemos aumentar o volume e, em particular, diversificar os produtos que compramos uns dos outros. Para isso, é preciso, em primeiro lugar, que as comunidades empresariais dos dois países se conheçam, estabeleçam relações de confiança e identifiquem oportunidades de negócios.

A formação de “*joint ventures*” entre empresas brasileiras e ganenses e de investimentos brasileiros em Gana são caminhos que merecem todo o apoio de meu governo e, tenho certeza, do Governo do Presidente Kufuor.

O estabelecimento de ligação aérea direta regular entre os dois países poderá servir como elemento de aproximação, que deverá surtir importantes efeitos. Será certamente fator de conhecimento entre nossas sociedades, seja pela via do turismo, seja pela via dos negócios.

Assinamos, ontem, um Acordo de Serviços Aéreos que vai regulamentar esse setor de grande importância para nossos dois países.

Ao melhorar os transportes e as comunicações entre os nossos países estaremos evitando a triangulação que tem ocorrido no comércio.

Sempre me surpreendeu que os viajantes tenham de passar pela Europa para ir e voltar da África.

Conclamo os empresários aqui presentes a aproveitar esse estímulo que a Câmara de Comércio vai oferecer e trabalhar com determinação e ousadia, a fim de fazer crescer ainda mais o intercâmbio entre Gana e o Brasil.

Está provado que temos opções à tradicional dependência dos países do Norte. Devemos e podemos promover o comércio entre as nações do Sul e nos unir a fim de defender os nossos interesses econômicos e comerciais.

Senhor Presidente,

Quando visitei a África do Sul pela primeira vez, e depois de alguns meses encontrei-me com o Presidente da África do Sul, ele me contava um fato que merece ser contado nesta reunião. Ele me disse que depois da minha visita à África do Sul, até o segundo encontro que tive com ele, que nunca na história Brasil-África do Sul tantos empresários, ou gente do governo brasileiro, tinham viajado tanto à África do Sul como depois da nossa visita.

Eu estou dizendo isso porque muitas vezes quando viajamos a um país da África, as pessoas no Brasil ficam inquietas querendo saber o que nós vendemos ou o que nós compramos. Primeiro: não é possível vender com a rapidez que alguns querem e muito menos comprar com a rapidez que alguns querem. Política de comércio exterior é como se tivéssemos plantando uma árvore. Primeiro aramos a terra, colocamos a sementes e precisamos adubar sistematicamente, para, algum tempo depois, sentarmos à sombra daquela árvore e podermos degustar os frutos que ela produz. O que estamos fazendo aqui é isso. Pelo fato de termos uma relação comercial de 174 milhões de dólares, temos que ter consciência que podemos muito mais, pelo potencial de Gana, pelo potencial do Brasil. Até porque no meu governo, nós defendemos uma relação comercial como se fosse uma via de duas mãos. Nós não queremos um comércio onde o Brasil apenas leve vantagem.

Nós queremos um comércio equilibrado em que vendemos e compramos e mais do que isso: poderemos fazer associações entre os nossos empresários. Poderemos financiar o setor de serviços, poderemos ajudar a construir pontes e estradas. Poderemos ajudar no conhecimento científico e tecnológico. Podemos ajudar no campo da educação, no campo da saúde. Enfim, o desafio que está colocado para a nossa Câmara de Comércio Gana-Brasil é um desafio de descobrir as potencialidades dos dois países. Hoje, o homem de negócios não pode ficar no seu escritório, esperando

as coisas acontecerem. Muito menos um brasileiro tem que ir a Paris para visitar Gana. E muito menos um ganense tem que ir a Londres para chegar ao Brasil. Se nós colocarmos um bom colírio nos olhos de manhã e pensarmos de forma muito otimista e positiva, no Palácio do Presidente nós vamos olhar além mar, e vamos enxergar o Brasil bem próximo de Gana e vamos enxergar Gana bem próxima do Brasil.

Portanto meus amigos, minhas amigas, nós agora temos que trabalhar, trabalhar e trabalhar. E é a única forma de Gana se desenvolver de forma sustentável, criar riquezas e distribuir essa riqueza para o seu povo. E o que vale para Gana, vale para o Brasil. E o que vale para o Brasil e para Gana, vale para toda a América do Sul e para toda a África.

Muito Obrigado.

Reunião Ampliada em Guiné Bissau

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Reunião Ampliada Brasil-Guiné Bissau, Bissau, no dia 13 de abril de 2005

Quero cumprimentar o Primeiro-Ministro, Carlos Gomes,

Cumprimentar os Ministros de Guiné-Bissau,

Cumprimentar os meus companheiros Ministros brasileiros que estão acompanhando a delegação e dizer ao Presidente Henrique Rosa e ao Governo de Guiné-Bissau que, desde a campanha que fizemos no Brasil, em 2002, quando disputávamos a Presidência da República, nós anunciamos ao povo brasileiro que íamos ter uma política prioritária com relação ao continente africano. E dentro do continente africano, obviamente, com os países de língua portuguesa.

Nesses dois anos e quatro meses de governo, nós já visitamos mais países no continente africano do que certamente todos os outros presidentes da história do Brasil. Não apenas o Presidente, mas os Ministros têm visitado, sistematicamente, países africanos, numa orientação do meu governo de que é preciso que a gente mantenha uma política de relação exterior muito plural com todo mundo, mas que a gente leve em conta que a África e a América do Sul merecem ser tratadas como prioridade porque, depois de tantos séculos, continuam sendo parte pobre do planeta Terra.

E estamos fazendo isso porque acreditamos na capacidade do povo do Brasil, acreditamos na capacidade do povo da América do Sul, acreditamos na capacidade do povo da América Latina e, sobretudo, acreditamos na capacidade do povo da África. Foram anos de muita luta para que os países

da África conseguissem a sua independência. Certamente o povo inteiro acreditou que, a partir da independência, tudo iria melhorar para o trabalhador e sua família, para os países africanos. E eu penso que chegou a hora da África dar uma chance à própria África.

E digo isso porque eu já visitei todos os países da América do Sul e com cada país eu tenho discutido exatamente as coisas que eu quero discutir aqui em Guiné-Bissau.

Eu penso que muitas vezes é mais fácil nós dizermos ao mundo que somos pobres por causa dos outros. Muitas vezes é mais fácil a gente afirmar que não progrediu ou não cresceu por causa de algum inimigo externo, por causa de algum problema em outro país. E nós nunca – e isso vale para o Brasil – nós nunca discutimos quais os erros que nós cometemos e o que precisamos fazer para que a gente deposite na consciência da nossa gente a confiança de que, a partir da ação de cada um, a gente pode ir construindo, nos nossos países, um modelo de desenvolvimento sustentável, com a economia crescendo, porque somente assim é que a gente vai fazer a distribuição de renda, e somente assim é que a gente vai produzir riquezas.

Nós entendemos que a relação do Brasil com Guiné-Bissau, a relação do Brasil com o continente africano, pode ajudar, e muito, não apenas Guiné-Bissau, os países da África, mas pode ajudar o Brasil.

Da parte do Brasil, nós temos uma dívida histórica com o continente africano, porque foi dessa

parte do Planeta que surgiu o que é hoje o povo brasileiro, a sua cor, a sua beleza, a sua criatividade, a sua inteligência. O seu jeito de trabalhar tem muito a ver com o povo deste continente. E também porque o Brasil tem conhecimento tecnológico, o Brasil tem estrutura empresarial, o Brasil tem base intelectual para, dentro das suas possibilidades, ajudar para que os países mais pobres tenham um mínimo de ajuda para dar os passos seguintes. É por isso que estamos aqui com o Ministro da Educação, viemos aqui com o Ministro da Saúde, viemos aqui com o Ministro da Cultura, estamos aqui com representantes do Senai para tentar estabelecer escolas de formação profissional, e queremos contribuir em várias outras áreas. Quero dizer para vocês que acabou o tempo em que o Brasil olhava apenas para a Europa e para os Estados Unidos. Olhávamos apenas para os ricos. Nós estamos, primeiro, olhando para nós mesmos, com o Projeto Fome Zero, para garantir que as pessoas tenham três refeições ao dia, e estamos olhando para os nossos parceiros, tanto da América do Sul quanto da África, para os que precisam ter uma chance de dar um passo seguinte.

Nós conseguimos vencer as colônias, conquistamos a independência, dispersamos esperança no nosso povo, e daí? A pergunta que o povo faz: “e daí?”. Conseguimos tudo isso, o que vai acontecer agora? Agora, eu digo em todos os países, é preciso juntar toda a nossa inteligência, toda a nossa competência, todos os homens e mulheres de bem em cada país e, juntos, decidir qual o futuro que queremos para os próximos anos. É preciso pensar um projeto, da mesma forma que temos que pensar para o Brasil, o Peru, a Bolívia, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, para todos os países. Que país nós queremos daqui a 20 ou 30 anos? O que queremos deixar para os nossos filhos? Um mundo igual ou pior do que aquele que recebemos de nossos pais, ou um mundo melhor? Esse desafio, Presidente, só pode ser construído na democracia. Esse objetivo só pode ser construído em um mundo de paz. Esse país só pode ser construído se tivermos confiança

de que temos que investir mais em educação, na formação profissional, nos pequenos e médios agricultores de nosso país. Temos que pensar em industrializar o nosso país. E a pergunta que nós fazemos é: como pensar tudo isso se passarmos parte do nosso tempo tentando resolver os nossos conflitos internos que, muitas vezes, se transformam em conflitos maiores do que todos os problemas externos que nós temos?

Quando nós decidimos fazer a disputa eleitoral de 2002, eu resolvi assumir esses compromissos porque um presidente da República nunca será medido pela quantidade de asfaltos que fez no seu país, ele será medido pelo que construiu de relação no seu Estado e seu povo, e entre os povos no mundo inteiro.

Nós resolvemos nos dedicar, gastar todo o tempo que for necessário, viajando o máximo de países que for possível viajar, tentando estabelecer uma melhora na nossa relação comercial, tentando levantar aquilo que os países precisam e que o Brasil pode ajudar. E quero dizer, gente, que o Brasil pode ajudar mais do que está ajudando, o Brasil pode fazer mais do que está fazendo, porque também temos uma cultura secular que precisamos desmontar, que é a cultura da relação com os países ricos. Até porque é muito mais fácil ter relação com os países ricos. Mas nós queremos ajudar os países pobres, para que tenham uma oportunidade, e tenham a chance de acreditar no seu futuro para que o povo não perca nunca a esperança. E o mundo que queremos, nós mesmos temos que construir. É por isso que criamos a campanha contra a fome. Eu quero agradecer o seu empenho, a sua participação. É por isso que criamos um fundo (inaudível) para poder dar um exemplo concreto em um país como Guiné-Bissau, de que estamos aqui dispostos a fazer novos acordos, e eu disse ao Presidente Henrique Rosa que o importante, daqui para frente, não é a quantidade de acordos que podemos fazer, o importante é que, se fizermos apenas um acordo, esse acordo tem que sair do papel para a prática, para poder acontecer,

porque, muitas vezes, os acordos são feitos e não passam de protocolo de intenções. Nós achamos que a confiança que nós queremos passar e queremos receber, que a ajuda que nós queremos dar e queremos receber, necessita de ações concretas e objetivas.

E o Brasil, como país que tem maior economia, como país que tem mais conhecimento científico e tecnológico, como país de maior inserção nesse mundo globalizado, o Brasil tem a obrigação, não de ser generoso, o Brasil tem a obrigação de dar a sua contribuição para que os países menores e mais pobres possam crescer, se desenvolver e gerar qualidade de vida para o seu povo.

É com esse espírito que eu estou aqui, no seu país, Presidente. É com esse espírito, mesmo

passando aqui poucas horas, esteja certo que depois desta visita, a relação do Brasil com Guiné-Bissau, que já é boa, vai melhorar e vai melhorar muito, porque outras pessoas virão aqui, outros acordos acontecerão. E, certamente, nós temos tudo para garantir que o processo democrático da Guiné-Bissau, que o processo eleitoral que está determinado, vai acontecer da forma mais tranqüila, e que Guiné-Bissau pode passar a servir como exemplo de um país que sabe conviver democraticamente na diversidade.

É esse um desejo, é um sonho, é uma esperança que eu quero dizer ao Presidente, aos Ministros e ao povo de Guiné-Bissau.

Obrigado.



Visita Presidencial ao Senegal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente Abdoulaye Wade, do Senegal, em Dacar, no dia 13 de abril de 2005

Caro Abdoulaye Wade, Presidente da República do Senegal,
Senhoras e Senhores integrantes do Governo do Senegal,

Senhoras e Senhores integrantes da comitiva brasileira,

Meus amigos e minhas amigas,

É um prazer reencontrá-lo, agora em seu país. Piso em solo senegalês com clareza sobre nossas afinidades.

Os vínculos entre o Brasil e o Senegal são antigos e foram fundamentais em nossas relações com o continente africano. A presença de representação brasileira no Senegal remonta ao século XIX. Em 1854 já tínhamos instalado um Consulado do Brasil em território senegalês. Aqui foi instalada a primeira Embaixada brasileira na África, em abril de 1961, logo após a independência do Senegal.

Temos uma história comum de luta pela afirmação dos valores democráticos e pela superação dos graves constrangimentos que afetam o mundo em desenvolvimento.

O Senegal destaca-se, na África de hoje, como exemplo de democracia e de gestão responsável da economia. É conhecida a determinação com que o Presidente Wade afirma a presença do continente africano no cenário internacional. Por isso está entre os mais respeitados líderes da África moderna. Uma África que enfrenta seus problemas com soluções criativas, distantes do

conformismo e da submissão.

Presidente Wade,

O Senegal desenvolve iniciativas que apontam para uma nova agenda para os países do Sul. No centro está a preocupação em reverter a exclusão social que vitima nossos povos. Projetos como o Fórum Dacar Agrícola têm os mesmos objetivos que nossa Ação Internacional contra a Pobreza e a Fome. Partimos da mesma convicção de que a fome deve ser vista, também, como um problema político, dando origem à violência que nos ameaça.

Um mundo mais seguro exige outra distribuição da riqueza. É inaceitável que, no mundo de hoje, marcado por enormes avanços tecnológicos, tenhamos que conviver com a fome e a miséria.

Agradeço, por isso, o apoio do Senegal à nossa decisão de colocar o combate à fome e à pobreza no topo da agenda mundial. Seguiremos trabalhando para identificar recursos adicionais, que possibilitem implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

Não podemos esquecer que o comércio internacional tem papel central na luta contra a pobreza e a fome. Precisamos unir esforços para corrigir as graves distorções que afetam o comércio internacional, sobretudo o de produtos agrícolas. É justamente nesse setor, tão protegido, que nossos produtores são competitivos. O aumento da renda de nossos agricultores cria empregos no campo, oferece abundância de alimentos à sociedade e gera

excedentes exportáveis.

O Brasil recebeu, com satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da OMC relativo ao contencioso do algodão. O resultado do contencioso beneficia os produtores brasileiros do algodão, mas também a todos os países que se dedicam a esse cultivo, em especial à África Ocidental.

Caro Presidente e amigo,

É também no espírito de defesa dos interesses do mundo em desenvolvimento que o Brasil e o Senegal apóiam a reforma do sistema das Nações Unidas.

Como recordou o Secretário-Geral da ONU, este é o momento para que a comunidade internacional escolha. De um lado, está a ampliação dos conflitos, o aprofundamento das desigualdades e a erosão do Estado de Direito. De outro, a possibilidade de renovar as instituições multilaterais dedicadas à promoção da paz, da prosperidade e dos direitos humanos.

O Brasil saúda a decisão tomada pela União Africana em Adis Abeba. O novo consenso africano aumenta a coincidência de visão com a posição brasileira sobre a importância da presença de países em desenvolvimento como membros permanentes do Conselho de Segurança. O Brasil tem defendido com firmeza a presença permanente da África em um Conselho de Segurança renovado.

Meu caro Presidente Wade,

Minha visita a Dacar reflete meu empenho pessoal em fortalecer nossa cooperação bilateral. Vejo grande potencial para ações conjuntas nos domínios da agricultura, da saúde e da educação.

Também estamos trabalhando juntos na luta para superar a exclusão digital que afasta as populações de nossos países dos benefícios das tecnologias da informação. Conte com todo o apoio do Brasil em suas ações para superar essa deficiência.

Estamos empenhados em aumentar nosso comércio bilateral. Nossas trocas comerciais ainda não refletem o potencial de nossas economias. Tenho insistido junto aos empresários brasileiros para

estarem atentos às oportunidades de negócios existentes no Senegal. A recente visita a Dakar de meu Ministro das Relações Exteriores, foi passo importante nessa direção. Estou certo de que estamos no bom caminho.

Por muito tempo, nossos países olharam para os países do Norte, deixando de explorar o enorme potencial de negócios e de cooperação que existe dentro do mundo em desenvolvimento.

Hoje, estamos decididos a reverter essa tendência e a forjar uma nova geografia econômica e comercial no mundo.

Meu caro Presidente Wade,

Não posso deixar de evocar a influência do pensamento do Presidente Léopold Sangór sobre toda uma geração de intelectuais e ativistas políticos brasileiros dedicados aos estudos africanos e à questão da igualdade racial. Sua concepção de negritude como um conjunto de valores que transcendem a situação geográfica é uma fonte de inspiração para a diáspora africana.

O Brasil, como se sabe, é a segunda maior nação negra do mundo. Nossos milhões de afro-descendentes estão cada vez mais conscientes e orgulhosos de suas origens.

Por isso, ao assumir o Governo, procurei imediatamente colocar as relações com o continente africano em lugar privilegiado na política externa brasileira.

No plano interno, com a ajuda da Ministra Matilde Ribeiro, aqui presente, estou implementando políticas de promoção da igualdade racial. Queremos resgatar definitivamente a dignidade da população brasileira afro-descendente. Sobre ela, pesa ainda a hipoteca decorrente da escravidão, que se traduz em preconceito, discriminação e exclusão social.

Além de programas específicos, como cotas para afro-descendentes nas universidades brasileiras, determinei a inclusão, nos currículos escolares, do estudo da rica história da África, que o Brasil se orgulha de compartilhar. Considero fundamental para o futuro de nossas nações que os jovens brasileiros

e africanos se conheçam melhor.

Com alegria, observamos um crescente número de estudantes africanos, entre eles muitos senegaleses, beneficiados com bolsas de estudo oferecidas pelo governo brasileiro. A diáspora africana é hoje um tema que interessa a toda a sociedade brasileira.

Por isso aceitamos, honrados, a proposta senegalesa de que a próxima Conferência de Intelectuais Africanos na Diáspora seja sediada em território brasileiro.

Caro amigo Presidente Wade,

Aguardo com ansiedade a visita que farei amanhã à Ilha de Gorée. Dali partiram, em séculos passados, homens e mulheres que, arrancados das suas terras africanas, ajudaram a construir uma nova nação, o Brasil. Visitar Gorée é conhecer um dos berços da nacionalidade brasileira.

Agradeço a calorosa acolhida em solo senegalês e a excepcional hospitalidade que vem sendo dispensada a mim e à minha comitiva.

Para celebrar este encontro fraterno entre o Senegal e o Brasil, convido os presentes a brindarem à amizade e prosperidade de nossos povos e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Wade.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com a comunidade brasileira residente no Senegal, em Dacar, no dia 14 de abril de 2005.

Eu queria pedir para vocês se sentarem, se tiver lugar para todos, porque não é que eu vá falar muito, é que ouvir sentado é mais fácil que ouvir em pé.

Vocês precisam apenas ter, da minha parte, a demonstração do orgulho que eu tenho de ver mulheres, homens e crianças do meu país peregrinando por vários países da África onde eu passei, todos prestando um extraordinário e relevante serviço: serviço de integração religiosa, de integração política, de integração comercial, de integração cultural.

Vocês sabem que nós tomamos uma decisão antes de eu ser eleito Presidente da República, de que era preciso resgatar a nossa relação com a África, não só porque somos devedores do que o povo africano fez por nós durante tantos e tantos séculos, mas também porque não era possível continuar admitindo que a África e a América do Sul nasceram para ser pobres, ou seja, eu tenho 59 anos de idade, e desde muito menino eu ouvia as palavras “terceiro mundo, país subdesenvolvido, país em desenvolvimento e país desenvolvido.”

E nós resolvemos colocar, primeiro, a integração da América do Sul, que está muito próxima do Brasil. Nós só não fazemos fronteira com o Equador e com o Chile e fazemos com todos os outros. E não era possível continuar de costas para os nossos companheiros irmãos e vizinhos do Brasil. Fizemos uma forte política para a América do Sul, tentando fazer uma integração definitiva com todos os países da América do Sul, tentando convencer os companheiros, dirigentes políticos dos países, de que a possibilidade que nós teríamos de dar um salto de qualidade no crescimento econômico, no desenvolvimento dos nossos países e na melhoria de vida do nosso povo, era se juntar e fazer como faz a gente pobre do mundo inteiro, que repassa aquilo que tem.

Eu me lembro sempre de uma coisa que marcou profundamente a minha vida e eu vejo até hoje isso. É que quando você vai na casa de uma pessoa pobre, por mais pobre que ela seja, se ela tiver uma galinha no quintal, ela mata para oferecer almoço para você. E a minha mãe era muito pobre, a gente vivia num quarto e cozinha com 13 pessoas e ela falava assim: “na casa em que come um, comem dois; na casa que comem dois, comem dez”. Ou seja, colocar um pouco mais de água no feijão, aumentar a porção de farinha e estava pronto o almoço de todo mundo. Ninguém estava preocupado com a mistura.

Então, a nossa tentativa é fazer essa pregação junto às pessoas.

Em que o Brasil pode ajudar vocês e em que vocês podem ajudar o Brasil? O que a gente pode

trocar de experiência, o que o Brasil tem para oferecer no campo científico, no campo tecnológico, no campo da agricultura. O Brasil pode contribuir extremamente é por isso que o Presidente da Embrapa tem andado conosco para todos os lugares. Nós temos tecnologia para ajudar esses países.

Na área da saúde nós podemos ajudar muito, não que a gente tenha dinheiro, a gente tem conhecimento, tem gente disposta a viajar esse mundo para tentar ajudar, para tentar organizar, para ajudar a formar enfermeira, para ajudar a formar técnico. No campo da indústria nós podemos ajudar, os nossos empresários são competitivos, é possível convencer os empresários brasileiros a fazerem parcerias com o empresário africanos e que a gente ajude a dinamizar a economia deste continente, afinal de contas, o continente africano não é pobre porque nasceu para ser pobre.

Nós que somos crentes, acreditamos em Deus e achamos Deus o símbolo da bondade, não podemos entender que Deus fez a África para sofrer, não podemos entender. E nós descobrimos o quê? Nós descobrimos que uma das razões da pobreza da África é que, durante três séculos e meio, se tirou daqui as pessoas que tinham mais saúde, as pessoas mais fortes, as pessoas no auge da sua juventude. Meninas, rapazes, homens, mulheres e crianças foram tirados para trabalhar como escravos no Brasil, para trabalhar como escravos nos Estados Unidos, em Cuba, no Haiti e em tantos outros lugares do mundo. Trezentos anos tirando gente com saúde e na flor da idade, obviamente que você está contribuindo, de forma definitiva, para que este continente leve mais tantos anos para poder se reencontrar.

Uma coisa que eu acho marcante é que também aqui na África, que está passando por um processo de reestruturação política e consolidação do processo democrático, as pessoas estão percebendo que apenas o exercício da democracia e a paz é que podem garantir a construção do passo seguinte porque se permanecer em guerra o tempo inteiro, com guerra interna, vão gastar todas as

energias e assim passam décadas, passam séculos, e não se resolve o problema.

A nossa pregação é no sentido de fazer com que as pessoas compreendam que só tem um caminho para nós, que é construir uma convivência harmônica entre a sociedade. Mesmo que a gente tenha divergência é possível conviver democraticamente na diversidade, é preciso que a gente tenha muita tolerância com aqueles que não concordam conosco, muita tolerância, muita generosidade e, ao mesmo tempo, temos que nos juntar, porque, a África, tem 54 países, a América Latina tem outros tantos, vocês imaginem se esse monte de países pobres se juntam, a gente passa a ter uma influência nos organismos multilaterais na Organização Mundial do Comércio, na ONU. Nós temos de resgatar nossa história, tentar ver o seguinte: o que podemos usufruir do ponto de vista da relação de troca com os países africanos e o que podemos oferecer.

No caso do Brasil, além da dívida histórica que temos, o Brasil é um país economicamente mais forte, o Brasil tem uma boa base intelectual, universitária, o Brasil tem uma boa base industrial. O Brasil é um país pobre, mas tem uma parte do Brasil que é rica. Portanto, o Brasil tem que ser despojado, o Brasil tem que ser generoso. Não que vá abdicar de fazer as suas relações com o mundo rico, porque nós também precisamos deles. É por isso que nesses 2 anos e 3 meses de governo, eu já visitei mais a África do que todos os presidentes da história do país juntos.

Historicamente, a gente esqueceu a África durante muito tempo.

O século XIX foi o século da Europa, o século XX foi o século dos Estados Unidos, o século XXI está sendo um pouco da China, mas tem que ser nosso também. Nós estamos fazendo as coisas que são possíveis fazer, no Brasil, com o pouco tempo que temos no governo. Nós estamos dando prioridade a parte pobre do Nordeste. Este ano começamos a fazer a transposição das águas do rio São Francisco para a parte mais pobre do Brasil,

que D. Pedro já queria fazer em 1846 e não lhe permitiram fazer. Nós estamos construindo algumas estradas importantes para o Nordeste.

Estamos fazendo um projeto de biodiesel, que é produzir óleo diesel da mamona para substituir o diesel do petróleo, porque é menos poluente e gera muito mais empregos, sobretudo para a parte mais pobre do Nordeste. Esse projeto de biodiesel pode ser uma coisa muito importante para o Senegal, para Guiné-Bissau e para todos os países da África que têm, na agricultura, a base da sua economia.

É por isso que nós estamos fazendo essa viagem. Estou de retorno agora ao Brasil. Fomos à Nigéria, a Guiné-Bissau, Camerun e fomos a Gana. Já tínhamos visitado Namíbia, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, África do Sul. Visitamos também alguns países árabes africanos, em dezembro de 2003. E vamos continuar. No ano que vem faremos mais viagens para a África, porque eu acho que esse é o mínimo que podemos fazer. E por que visitar? Por uma razão simples: a relação humana é feita de contatos, é feita de aperto de mãos, é feita de olhar no olho, é feita das pessoas se compreenderem entre si. Não dizem que quando dois seres humanos se encontram ou eles se gostam ou eles se odeiam? Eu, uma vez conheci a Marisa, pintou uma química, estamos casados há 31 anos.

Então, o que eu quero, na verdade, é que essas pessoas que governam os países africanos, o povo da África, percebam que nós somos um país de irmãos, que nós somos um país de companheiros, que nós somos um país que quer uma integração efetiva. Nós não queremos explorá-los, nós não queremos fazer escravos, nós não queremos tirar coisas deles, como no passado. Nós queremos repartir o pouco que nós temos com eles para eles repartirem um pouco do que têm conosco, numa política de fazer com que cresça o Brasil, cresça a América Latina e cresça o continente africano. Quando isso acontecer, todos nós talvez vejamos, os nossos netos verão, nossos filhos verão. Nós não fazemos as coisas para nós mesmos. Quando o

pioneiro planta uma coisa, às vezes não é para ele, às vezes é para o que vem depois dele. E eu espero que os nossos filhos, os nossos netos e bisnetos consigam ver o Brasil e a África infinitamente melhores, com mais progresso, com mais qualidade de vida, com mais educação, com mais saúde e com mais fé em Deus do que nós, porque o homem sem esperança e sem fé não vai a lugar nenhum, ele não consegue dar os passos que a vida exige que ele dê.

Por isso, queria dizer para vocês da emoção, do carinho de poder, em cada país que eu visitei, encontrar pessoas com a cara tão boa como vocês. Com a cara de pessoas que, embora não estejam financeiramente ricas, são, na verdade, espiritualmente realizadas, porque estão fazendo exatamente o que gostam de fazer. Por isso eu acho que feliz o Brasil, não apenas por causa das nossas coisas lá dentro, feliz o país que tem Deus como Senhor, mas feliz o Brasil que tem vocês como brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Ilha de Gorée, Senegal, no dia 14 de abril de 2005.

Eu queria dizer ao Presidente Wade que estamos terminando a nossa agenda na África, no Senegal e na Ilha Gorée. Portanto, terminando a nossa viagem melhor do que qualquer um pudesse pensar ou organizar.

O senhor sabe, Presidente, que quando resolvemos transformar a África num continente prioritário da nossa ação política, dentre as coisas que tínhamos na cabeça e que definiu a nossa estratégia de política internacional, não foi apenas fazer negócios, foi, sobretudo, uma estratégia de um dirigente político que tem consciência da dívida histórica que temos com o continente africano. E não poderia ser melhor o lugar para dizer isso, que ao longo de três séculos exportou milhões e milhões de seres humanos livres que se transformaram em escravos, tratados como mercadoria. E esta casa,

aqui, possivelmente seja o único monumento para a história mostrar à humanidade. Muitas vezes nós aprendemos mais sobre as atrocidades que a humanidade cometeu contra etnias, contra raças, contra países, mas a questão da escravidão é tratada muito por cima, porque os escravos eram tratados como figuras, ou seja, não eram seres humanos. Aqui, nesta casa, eles eram transformados num número. Eles não tinham nome nem sobrenome.

Eu acredito que quando tomamos a decisão de recontar a história africana dos nossos escravos no ensino fundamental do Brasil, o objetivo era fazer com que as nossas crianças aprendessem que isso aqui não era um paraíso de escravos, isso era um paraíso de homens livres que uma parte da Europa transformou em escravos para poder, quem sabe, começar a se transformar no chamado continente rico do planeta.

É muito importante que as nossas crianças aprendam que o fato de a África ser um continente economicamente, industrialmente atrasado, se comparado ao chamado Primeiro-Mundo, não é porque o africano não tem competência, não é porque o africano não é inteligente, é porque durante três ou mais séculos se tirou, desse território, as pessoas mais saudáveis, as pessoas mais fortes e as pessoas com mais condições de trabalhar.

Milhões deixaram este continente e sabe Deus quantos milhões saíram por esta porta. A porta do “nunca mais” é como se fosse a própria morte. Ou seja, eu vou, sem saber, ou melhor, tendo consciência de que não tenho retorno. Mas essas pessoas no seu sofrimento, Presidente, ajudaram a construir o meu país.

Eu penso que, se a gente levar em conta o valor histórico da passagem dos negros pelo Brasil, condenando tudo que tenhamos que condenar, o resultado para o Brasil foi da criatividade extraordinária do povo brasileiro e uma miscigenação

que criou um povo extraordinariamente bonito. A esse povo nós devemos a nossa culinária, grande parte dela; devemos a musicalidade que o Gil demonstrou aqui, o samba no pé da mulher e do homem brasileiro. Esse gingado e essas coisas a gente não aprende na Alemanha, a gente não aprende na Suécia, a gente aprende aqui, na Ilha Gorée, porque isso não se aprende na universidade. Isso está no nosso DNA.

Essa intensificação do meu governo, do meu país, com a África, é porque nós acreditamos que o século XXI pode ser o grande século daqueles que foram premiados no século XX. E que o século XXI pode ser o século em que nós, países da África, países da América do Sul e da América Latina, Senegal e Brasil, descobramos que só fomos pequenos porque não pensamos grande. Quando começamos a pensar grande, a ter objetivos definidos, a não fazer a nossa ação política apenas no período do nosso mandato, mas fazer da ação política uma trajetória histórica para o futuro, eu não tenho dúvida de que os nossos filhos e netos ou, quem sabe, bisnetos, daqui a 40 ou 50 anos estarão aqui não apenas chorando a escravidão, mas estarão também vivendo o momento privilegiado, que eu acho que nós estamos buscando e, certamente, vamos encontrar.

Eu sei da quantidade de autoridades que vêm aqui. Eu vi fotografias de muitas personalidades, mas uma teve humildade – uma que morreu e foi enterrada na última sexta-feira – teve a grandeza de vir aqui, naquela porta do “nunca mais” pedir perdão.

Eu queria dizer, Presidente Wade, ao povo do Senegal e ao povo da África, que não tenho nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu no século XVIII, no século XVI, XVII, mas eu penso que é uma boa política dizer ao povo do Senegal e ao povo da África: Perdão pelo que fizemos aos negros.

Visita ao Tribunal Regional Federal de São Paulo

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sede do Tribunal Regional Federal de São Paulo, proferida em 22 de abril de 2005

Senhora Presidente do TRF de São Paulo,
Senhoras e Senhores,

Quando a Senhora Presidente me fez o convite pela primeira vez, durante um Seminário de Tribunais do Mercosul em Brasília, logo me entusiasmei. Tomou algum tempo para que eu pudesse concretizá-lo, mas me animei com a idéia por achar que seria muito interessante falar sobre política externa para uma platéia voltada para a área jurídica. Estou muito longe de ter capacidade de teorizar sobre essas coisas, filosofar sobre elas, mas creio que, embora ao jurista caiba, acima de tudo, aplicar as normas, o pano de fundo social em que elas estão inseridas é sempre importante e, sem dúvida alguma – como foi muito bem dito pela desembargadora Anna Maria Pimentel – o mundo de hoje é um mundo globalizado e tudo o que se passa em qualquer lugar do planeta de alguma maneira nos afeta.

Lembro-me de quando, há doze anos, Francis Fukuyama publicou um artigo chamado “*O Fim da História*”. Era um artigo interessante e provocador, que, na época, procurava mostrar o marxismo de cabeça para baixo, ao querer argumentar que, ao contrário do que diziam outros teóricos, a história tinha fim. O fim não era o socialismo, nem a ditadura do proletariado, mas sim a democracia e o capitalismo que então se instalariam.

Era muito interessante a maneira como Fukuyama começava e concluía o artigo, porque, em determinado momento, ele próprio – uma pessoa estimulante, inteligente – dizia: obviamente, quando estamos falando do “fim da história”, não queremos dizer que as coisas vão parar de acontecer ou que não haverá evoluções específicas em lugares específicos. Quando falava em fim da história, referia-se à história que inclui o conjunto da Humanidade. Nesse sentido, o sistema capitalista, como forma de organização econômica, e a democracia, como forma de organização política, representavam essa culminância, que antes Hegel e depois Marx procuravam, com conclusões diversas. Evidentemente que pode haver fatos importantes na Albânia ou no Burundi, mas esses fatos não alteram a história no sentido global. Podem afetar a história do Burundi, a história da Albânia, mas não vão afetar a história do mundo.

Pouco depois, escrevi um artigo, inspirado em parte no artigo de Francis Fukuyama, que depois virou livro. Eu começava com uma citação de um conto de Anatole France, que vinha muito a propósito. Era um conto chamado “O Procurador da Judéia”, que havia sido escrito talvez com outro objetivo, mas que, na medida em que se desenvolvia, rapidamente levava à impressão de que o Procurador da Judéia a que se estava referindo era Pôncio Pilatus. Há um encontro entre esse procurador, Pôncio Pilatus, com

outro patrício romano. Os dois então começam a rememorar episódios de sua vida pública e de sua vida privada, mais ou menos como dois Embaixadores que se lembram de momentos passados no exterior: “você se lembra daquele episódio em Paris?” Hoje em dia não é só Paris; hoje temos também que passar por Abuja, na Nigéria, e muitos outros lugares, Nova Delhi etc.

Enfim, estão os dois conversando e um deles começa a se referir à região da Galiléia; diz que ficou impressionado com as mulheres judias: – Havia mulheres belíssimas e uma delas, especialmente, me impressionou muitíssimo! Era uma tal de Madalena, uma mulher “de vida fácil” e que depois se juntou a um grupo de fanáticos e nunca mais a pude ver...

Pôncio Pilatus, acompanhando aquela conversa, ouviu do outro: – O líder desses fanáticos, aliás, era da sua época, você deve se lembrar, Pôncio, do tempo em que você estava lá. Era um tal de Jesus...

Pôncio Pilatus, depois de alguns momentos de silêncio, murmurou: – Jesus! Jesus de Nazaré? Não me recordo...

O que há de interessante no conto de Anatole France é que, para os dois patrícios romanos, naquela situação, por volta do ano 40 ou 50 da era cristã, o que se passava na Galiléia não tinha a menor importância para a história. A história era o que se passava em Roma, nas cercanias de Roma ou no máximo numa província como Cartago, talvez, ou a Grécia. Tanto assim que o episódio sequer era lembrado. Hoje, nós sabemos a importância daquele fato que sequer era lembrado.

Tudo isso para voltar a Francis Fukuyama e dizer que o que acontece no Burundi ou na Albânia pode não ter importância. É muito relativo.

Eu lembrava ontem, em uma palestra que fiz no Instituto Rio Branco, comemorando os 60 anos do Instituto e também o dia do diplomata, um episódio que se passou comigo quando eu era Embaixador na ONU, em Nova York. Em determinado momento fui escolhido para ser o

Presidente do Comitê de Sanções sobre a Iugoslávia, no episódio do Kosovo, em função, naturalmente, do comportamento histórico do Brasil de procurar soluções para conflitos, de ter uma posição de equilíbrio e conciliação. O Presidente do Conselho era um japonês e foi um momento de muita tensão entre os países mais próximos à Iugoslávia, sobretudo a Rússia, e os países ocidentais. Isso aconteceu antes da guerra da OTAN na Iugoslávia. Eles chegaram à conclusão de que o escolhido era eu, que estava de férias na Grécia. Recebi um telefonema em que me perguntavam se eu aceitaria a posição. Não tinha remédio, não havia outro país que fosse aceitável para os dois lados. Alguns eram aceitáveis pelo inglês, pelo americano e outros eram aceitáveis para o russo etc. Mas o único que era aceitável pelos dois lados era o Brasil. Então, caiu sobre mim essa função.

Eu me lembro de um colega que me ligou do Brasil, dizendo: “pôxa vida, Celso, o Kosovo é longe à beça!”. A propósito disso, lembrei-me de outro livro que tinha lido anos atrás, chamado “Manhattan Transfer”, um livro de John dos Passos, um escritor americano muito bom, muito famoso na década de 30, 40 e até mais tarde. Nesse livro, há um momento em que, no início do capítulo, dois personagens conversam e uma das mulheres principais diz: “Saraievo, não consigo pronunciar esse nome”. Isso se passa em 1914 e marca o início da Primeira Guerra Mundial. Todos nós, no mundo inteiro, mesmo nos lugares mais afastados dos centros da política internacional, fomos afetados de uma maneira ou de outra. Fomos afetados no preço do café, no suprimento de produtos industriais, entre outras áreas. Tudo isso para mencionar, inspirado no que disse a Doutora e Professora Anna Maria Pimentel, o fato de que hoje não podemos viver alienados do mundo ou ignorar o que nele se passa.

Há alguns anos, na época do governo militar, eu lecionava na Universidade de Brasília e costumava dizer aos meus alunos: “vocês podem não se interessar pela política, mas garanto que a política vai se interessar por vocês”. Acho que essa frase

hoje em dia é válida também para a política internacional. A pergunta “por que se interessar pela política internacional?” tem uma resposta que vem daí: porque a política internacional se interessa por você! Se discutirmos, por exemplo, questões mais óbvias, como as que aqui foram mencionadas, alguma coisa que influencie o preço da soja, o subsídio ao algodão ou os subsídios ao açúcar, isso tem um impacto imediato. Mas outras coisas que não mencionei, que parecem um pouco mais remotas, também terão impacto, de uma maneira ou de outra.

O Brasil está hoje, por exemplo, envolvido em buscar uma solução para a questão do Haiti. Sobre essa questão, ouve-se frequentemente a pergunta “por que a gente tem que se meter com o Haiti se o país não é da nossa fronteira?”. Sabemos, no entanto, que, se amanhã, um país como o Haiti se transformar em um narco-Estado, dominado por forças totalmente anômicas, isso terá uma influência nos seus vizinhos, certamente, e mesmo nos que não estão tão próximos. Essas coisas todas se passam de maneira integrada e têm impactos. Acho que essa observação ressalta a importância da política internacional. O fato é que não devemos ter uma visão pequena – como também dizia a Professora Anna Maria, olhando aqui para São Paulo. Certamente, com a política internacional é a mesma coisa. Não só porque o mundo é vasto, como dizia Carlos Drummond de Andrade, mas porque o Brasil é grande.

Eu servi com o Ministro Azeredo Silveira, nos anos 70 – época difícil ainda no Brasil; a política internacional estava um pouquinho na vanguarda –, e ele dizia: “O Brasil não pode renunciar à sua grandeza”. Isso é algo que nós temos que entender. Uma das coisas que mais me deprimiam, me deixavam triste, foi ver algum chefe, algum líder, querendo olhar as coisas sempre por um ângulo pequeno. “Ah, vamos ver o que podemos fazer, não podemos dar um passo além das pernas...” É natural, temos que ser realmente cuidadosos para não exagerar as nossas ações e procurar realizar coisas para as quais não temos

condições. Mas também não podemos cair no erro oposto de só fazer aquilo que temos segurança absoluta de que vai dar certo. Um pouco de ousadia, acho que é necessário, em qualquer ramo da vida. Certamente na vida política e, com mais razão, na política internacional. Se não tivermos um pouco de ousadia, diria que não só faríamos algo muito medíocre, mas também que não valeria a pena.

Acho que a pessoa não ocupa um cargo como o de Ministro das Relações Exteriores ou mesmo de Presidente da República – não posso falar pelo Presidente da República, mas sei que ele sente assim – apenas para registrar a história; você está lá um pouco para influir na história, ainda que de maneira modesta. Sabemos que não podemos ter ilusões sobre o grau de influência que podemos exercer. Mas temos, ainda que modestamente, que colocar um pequeno grão de areia na construção de uma coisa maior e isso, certamente, terá importância para todos. Creio que isso é verdade para um país como o Brasil, mas também para os menores países do mundo. Acho que é muito importante a visão de que podemos, de alguma maneira, influir nas relações internacionais e não simplesmente sermos receptores passivos do que vem de fora.

O Presidente Lula, desde o primeiro dia de mandato, tem dito que a nossa política externa deve ser ativa e ativa. E não há nenhuma tentativa de se vangloriar de nada, mas de reconhecer o que é o Brasil, de reconhecer a impossibilidade de renunciarmos à nossa grandeza e de atuarmos nas relações internacionais de maneira correspondente, conscientes de que, no mundo de hoje, as hegemonias que existem por aí estão dadas. O que queremos não é fazer uma nova hegemonia, de modo algum, nem regional, nem sub-regional. O que buscamos no mundo é encontrar um equilíbrio de forças que permita a todos – certamente ao Brasil, mas também a outros – mais liberdade de movimentação, mais liberdade de escolher os seus caminhos.

O Presidente procurou fazer isso em várias dimensões, em várias linhas. Não sei se terei tempo

de esgotá-las a todas. Normalmente, evito fazer muitas citações, mas lembro-me de que uma vez perguntaram a Hegel se ele não podia resumir sua obra em 10 minutos e ele disse: “escrevi dezenas de volumes; como posso fazer um resumo em dez minutos?” Acho que a política externa do Presidente Lula é muito difícil de ser resumida em meia hora, quarenta minutos, uma hora, porque, se há algo que a caracteriza hoje e sobre o que as pessoas constantemente perguntam é: “o que mudou”. Se tem alguma coisa que mudou, dizem elas “bom, mas aí mudou para pior”; quando tem alguma coisa que elas próprias reconhecem que é boa, dizem “não, mas isso aqui é continuação do que já existia”.

Não quero dizer se ela mudou em tudo, em muito ou em pouco. Acho que os princípios, os interesses do Estado brasileiro como um todo continuam os mesmos. É claro que cada Governo traz a suas maneiras e isso se repete na política externa. A preocupação social do Governo do Presidente Lula tem, evidentemente, uma correspondente externa, sendo a mais óbvia a Campanha Mundial de Combate à Fome e à Pobreza. Mas eu diria que, quando relacionamos, pela primeira vez, de maneira muito explícita – coisa que não sabíamos fazer antes, porque só pensávamos no interesse do agronegócio, que é legítimo – o tema da liberalização comercial com o da justiça social, isto é, quando vimos que o fim dos subsídios agrícolas é importante não só para dar mais lucro a essa ou aquela empresa, ou mesmo mais empregos, o que é altamente desejável, mas também porque ajuda a justiça social, em termos globais, e melhora a distribuição de renda no mundo, essa era uma nova maneira de ver a questão.

Eu diria que, dentro dessa visão e com esse sentimento, o Presidente Lula definiu algumas linhas estratégicas. Em muitas delas, há uma mudança de intensidade, mais do que uma mudança total. Não sei se aqui há também estudantes de Relações Internacionais, mas se lermos os discursos – tirando os momentos muito dramáticos da história do Brasil,

como golpe de Estado militar de 64, que obviamente mudou em relação à política externa independente – há uma linha de continuidade muito grande, com ênfases diferentes. Agora, se procurarmos não só o discurso, mas o que efetivamente é feito, aí sim veremos mudanças mais notáveis. É nesse ponto que, creio, o Governo do Presidente Lula inovou profundamente, na intensidade de buscar certos objetivos.

Por exemplo, a integração da América Latina e, no caso mais recente, a integração da América do Sul, há muito tempo é um objetivo da política externa brasileira. A ênfase em América do Sul não era tão grande quanto em América Latina e Caribe como um todo; mas temos também que fazer justiça ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que convocou duas Cúpulas da América do Sul, que foram momentos importantes. Mas o que fez o Presidente Lula? Ao colocar ênfase no Mercosul, inicialmente, e na América do Sul, ele não simplesmente ressaltou o ponto de vista retórico, ou mesmo o ponto de vista de algumas poucas reuniões. Ele se debruçou profundamente para obter avanços nessa integração e o fez de maneira intensa.

O Presidente deu grande ênfase à América do Sul. Visitou, em dois anos de Governo, todos os países da América do Sul, alguns dos quais duas ou três vezes. Recebeu visitas de todos os Presidentes da América do Sul, alguns dos quais duas ou três vezes. Eu, nem falar, porque já tinha sido Ministro antes. Só para dar um exemplo, na primeira vez que fui Ministro, no Governo Itamar Franco, não fui nenhuma vez ao Peru. Agora, acho que já fui umas sete vezes. No primeiro ano de Governo, fui umas cinco vezes. É essa intensidade que acaba trazendo resultados.

Agora vou mencionar um dado citado hoje no jornal “Folha de S. Paulo”: as exportações brasileiras para a América do Sul atualmente superam as exportações brasileiras para os Estados Unidos e estão quase iguais às exportações brasileiras para União Européia. Quer dizer, se continuarmos com

essa mesma tendência, dentro de dois anos, a América do Sul será o principal cliente comercial do Brasil.

Vou falar muito de comércio ao longo desta palestra e não quero que vocês me interpretem de maneira exclusivamente materialista. Sei que estou em São Paulo, que as pessoas dão muito interesse e têm muito interesse em comércio, mas não é por isso; é porque o comércio é mais fácil de medir, enquanto outras coisas são mais difíceis. Quando há um crescimento dessa natureza, em que a América do Sul passa a ser o segundo principal parceiro comercial do Brasil, quase igual à União Européia, essa é uma evolução notável. Creio que o crescimento foi, no ano passado, de mais de 50% e, no ano interior, muito grande também. Claro que esse crescimento está relacionado, também, à crise argentina, mas o fato de estarmos hoje nessa situação, de ter 22% do comércio com América do Sul, 23% com a União Européia e 21% com Estados Unidos, números grosseiros, é algo impressionante.

Isso ilustra também outra coisa que me parece importante e que as outras pessoas costumam relacionar ao tema. Recentemente, durante reunião interna, conversávamos sobre a publicidade que o Governo faz das exportações, que têm aumentado muito, e o Presidente Lula relacionou, com muita razão, esse aumento às viagens que têm sido feitas. No caso da América do Sul, isto é evidente; o que foi desbravado, o que existe hoje de olhar novo na América do Sul em relação ao Brasil e à integração sul-americana é algo notável.

Há doze anos, quando era ministro do Presidente Itamar Franco, a idéia de uma área de livre comércio sul-americana foi, pela primeira vez, explicitamente mencionada. O Presidente Itamar Franco lançou o tema no Grupo no Rio, em Santiago e, logo em seguida, enviou-me a uma reunião da Aladi, em Montevideu, para ver os detalhes de como isso poderia ser alcançado. Fui recebido, na melhor das hipóteses, com um certo ceticismo. Alguns eram contra, outros achavam que aquilo não iria sair

mesmo. Todo mundo naquela época só pensava na expansão do NAFTA – não se falava ainda em ALCA; a ALCA veio pouco depois. Quem seria o próximo candidato a entrar no NAFTA? América do Sul era um conceito até um pouco exótico, porque no campo conceitual o que se havia tornado comum era a noção de América Latina. América do Sul, embora tivéssemos aprendido muito nos estudos de geografia, era um conceito quase exótico do ponto de vista da política internacional. Quando então se falou nisso, alguns países reagiram até abertamente, porque temiam que isso pudesse interferir em outros projetos de integração.

O esforço foi muito grande. Mencionei o Peru, mas quantas vezes estivemos na Colômbia, no Chile, para não falar dos próprios países do Mercosul. Também tivemos de consolidar o Mercosul, que se vinha desgastando. Passados mais de dez anos desse esforço, quando estávamos protocolizando os acordos entre a Comunidade Andina e o Mercosul, entre o Peru e o Mercosul, em conformidade com toda essa rede de acordos, a Ministra de um país que estava muito longe de ser entusiasta no passado, que tinha mesmo resistido à idéia da Área de Livre Comércio Sul-Americana, fez uma observação que eu não ousei fazer, por achar que poderia parecer alguma provocação da nossa parte – não era obviamente. Disse ela: “com essa rede de acordos, estamos criando uma Área de Livre Comércio Sul-Americana”.

Fazia exatamente dez anos que eu tinha estado naquele mesmo fórum e apresentado a mesma idéia, que tivera uma recepção não digo hostil, mas pelo menos fria, ou tépida, na melhor das hipóteses. Ouvir de outro país, que tinha resistido a essa idéia, a essa formulação, achei algo extraordinário. É claro que isso se deve ao esforço que o Presidente Lula colocou e que tem muitas vertentes. Em uma dessas viagens, por exemplo, o Presidente foi à Colômbia e teve que sair daqui. Teve um encontro na Associação Israelita, que terminou por volta da meia-noite e meia, uma da manhã, pegou o avião, foi a Cartagena das

Índias, na Colômbia, participou de uma reunião com o Presidente Uribe, ficou quatro horas e voltou. Quando as pessoas dizem que o Presidente Lula fez várias viagens internacionais, têm que contar como são as viagens e para onde são as viagens, como elas têm desbravado novos horizontes.

Eu me referi à América do Sul, mas gostaria fazer um outro comentário mais amplo, sempre com essa ressalva de que eu estou usando o “comércio”, porque tem números, ao passo que outras coisas não têm, mas que, nem por isso, são menos importantes. No caso dos países árabes – estamos nos preparativos finais para a Cúpula, daqui a três semanas – o Presidente Lula foi aos países árabes e muitos perguntaram: “quais são os contratos?”; “cadê os contratos?”; “o que se fez?”; “o que estamos ganhando com isso?”. Bem, no intervalo de um ano da viagem do Presidente Lula até o final de 2004, o nosso comércio com os países árabes aumentou 50% – claro que, do lado deles, houve muito o efeito petróleo, de seu preço, mas do nosso lado não tinha petróleo. Nós aumentamos 46%, 47%, num comércio de alto valor agregado em muitos casos. Exportamos também muita carne, muito frango, começamos a exportar aviões, ônibus...

Há pouco tempo, durante preparação dessa visita, quando estava passando, por vários países árabes, presenciei duas missões comerciais, organizadas em paralelo à minha visita, uma na Arábia Saudita e outra no Kuwait. Passamos também pelo Catar, que é um país muito rico, mas onde não tínhamos feito nada. Não havia nenhuma missão comercial, mas havia uns empresários brasileiros que tinham acabado de vender quinhentos ônibus; então tudo isso, vai criando um clima. Mesmo aquelas pessoas que buscam ver o reflexo apenas do ponto de vista econômico – o que a meu ver é um erro, pois as relações internacionais vão muito além disso – terão respostas adequadas. É claro que essas coisas não se dão do dia para noite; o Presidente Lula não foi lá fechar contrato de ônibus, contrato de ônibus vem depois. Investimento da Petrobrás, em vários

desses países, na Argélia, por exemplo, vem depois.

Mas qual é a nossa principal preocupação? É fortalecer a América do Sul. Fortalecer primeiro o Mercosul. Eu diria que, se fôssemos pelo caminho que estávamos percorrendo, o Mercosul estaria muito próximo da desintegração. Aliás tinha gente que defendia, e tem gente que defende até hoje, a desintegração do Mercosul, pelo menos do Mercosul como união aduaneira. Sempre houve críticas dos dois lados, mas o Mercosul veio e ficou, sendo responsável por um número fenomenal: o comércio do Mercosul cresceu de maneira extraordinária, passando de cerca de 4,5% das nossas exportações, para cerca de 15%. Depois caiu um pouco, bastante aliás, com a crise argentina, mas veio se recuperando. Tudo isso ilustra que uma realidade importante, mas que estava correndo um risco sério. Nós vimos sintomas claros disso, posições divergentes em relação a ALCA, posições divergentes com relação à negociação com a União Européia, acordos feito em separado – que contrariam a própria índole da união aduaneira, que caracteriza o Mercosul. O Brasil e os demais países abriram as portas para, por exemplo, o Uruguai fazer um acordo, no Governo anterior com o México, o que nos dará um enorme trabalho agora que voltamos a ter o Mercosul mais unido.

Isso se demonstrava em vários aspectos da ALCA, por exemplo. O Brasil é um país muito mais complexo, que tem uma indústria grande – aliás é um problema que se revela em outras negociações também. O Brasil tem que defender posições, não só em termos do que existe hoje, mas do potencial de criação tecnológica, do potencial de desenvolvimento industrial. Já alguns dos outros países – o caso da Argentina é diferente – ou ficavam, na prática, pautando qual seria a linha brasileira ou, quando não conseguiam, procuravam o caminho de um acordo separado. Nós fizemos um trabalho muito importante na minha primeira viagem como Ministro, por instrução do Presidente Lula, à Argentina e ao Uruguai, justamente para tentar consolidar o

Mercosul, coisa que nós conseguimos, apesar dos problemas que existem na relação comercial, porque isso é normal.

Costumo sempre dizer sempre para pessoas que fui Embaixador em Genebra duas vezes, entre outras funções como Embaixador na OMC, e o que eu mais via em casos de disputa comercial – sobretudo na primeira vez, quando já havia o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá – na lista das ações que vinham para o Conselho Geral, na época, Conselho do GATT, era “Canadá contra Estados Unidos”. Você só tem problema comercial quando você tem uma relação intensa. O Brasil, que eu saiba, não tem muito problema comercial com, por exemplo, as Ilhas Fiji. Não me lembro de nenhum caso; pode ter até algum ligado a coco ralado, mas não me lembro. Agora, é claro que, com a Argentina, sempre vamos ter. E teremos que analisá-los, superá-los, encontrar soluções, avançar. Quer dizer, a cada problema, procurar soluções que nos levem para frente e não para trás. Mas problema existe e é normal que exista.

A despeito de todos esses problemas, conseguimos algo notável. O Mercosul se acertou internamente. A mídia, por exemplo, dá pouca importância às vezes a certas questões, mas na última reunião do Mercosul em Belo Horizonte, que antecedeu a reunião Presidencial em Ouro Preto, nós acertamos algo muito importante, que tem relação com o livre trânsito das mercadorias dentro do Mercosul, sem o qual não conseguimos negociar nem com a União Européia, porque a primeira coisa que a União Européia nos disse foi: “como vamos negociar com vocês, se eu pago uma tarifa externa de, por exemplo, 12% no Brasil e, se essa mercadoria for transportada para o Paraguai, vamos pagar a tarifa de novo?” É um absurdo, dentro de uma união aduaneira e até em uma área de livre comércio, mas estava ali, e ninguém estava nem tocando no assunto. Agora, enfrentamos o problema, não sei se demos a solução definitiva, mas a encaminhamos, levando em conta as diferentes situações, as necessidades de

receita etc.

O Mercosul avançou, certamente. Na negociação da ALCA, acho que a nossa coordenação foi perfeita, mesmo no Governo anterior do Uruguai, que tinha uma visão do conjunto das relações bem diferente da nossa. Mesmo assim, mantivemos uma posição unida e, certamente, teremos mais possibilidade de mantê-la unida daqui para frente, não só em relação à ALCA, mas com relação a União Européia e, oxalá, possamos também definir uma posição também na OMC – creio que seja possível porque o Uruguai acabou de entrar para o G20. Essa consolidação do Mercosul foi algo extraordinário e permitiu que trabalhássemos com os demais países da América do Sul num curto prazo. É muito difícil fazer acordo de livre comércio como nós fizemos com a Comunidade Andina no período de tempo que nós tivemos, consolidando, portanto, a Área de Livre Comércio Sul-Americana. Ainda temos que fazer ajustes, naturalmente, mas ela já está consolidada e, com isso, criamos as bases para mais projetos de infra-estrutura do que já temos, lançando os fundamentos econômicos reais para uma Comunidade Sul-Americana. Não sei se vocês leram jornais, mas publicamos ontem uma nota importante sobre a crise no Equador em nome da Comunidade Sul-Americana de Nações. Passamos a ser um ator. Não só publicamos uma nota, mas previmos um curso de ação inicial e estamos naturalmente acompanhando para ver como isso se desdobra. Vejam bem como essa é uma mudança muito importante.

Eu poderia me estender muito sobre muitas outras coisas, mas deixem-me mencionar mais duas ou três.

Primeiro dia de governo depois da posse, dia dois, na parte da tarde, recebo a Ministra da África do Sul, minha boa amiga Nkosazana Zuma – que é uma mulher de grande vigor e de muita visão – e ela me fala da idéia do Presidente Thabo Mbeki de ter um grupo de países em desenvolvimento. Mas, como existem tantos grupos de países em desenvolvimento,

alguns com objetivo específico, outros mais genéricos, tomei a idéia dela e disse para começarmos pelo mais simples. Por que nós não pegamos três grandes democracias, bem estabelecidas, cada uma de um continente, África do Sul, Brasil e Índia, e formamos o G3, que chamamos de IBAS ou IBSA, dependendo da língua que se esteja falando. O IBAS já possibilitou muitas coisas, tendo inclusive facilitado a formação do G20 em Cancun, porque como já havia uma relação de confiança entre esses três atores importantíssimos nas negociações comerciais, isso facilitou muito formarmos um grupo que nunca tinha havido antes, um grupo programático, com propostas. Muito atrás no passado, houve grupos de países em desenvolvimento mas era só para impedir que as coisas avançassem no sentido que naturalmente eles achavam contrário à ele, mas não eram grupos propositivos. O G20 tem conseguido bons frutos. É um outro exemplo de agrupamento, aí até despertando às vezes algumas dúvidas, ciúmes, em outros países, que nos perguntam: “Como fazemos para entrar para o IBAS? Como é que a gente faz para entrar para o G3?; G3 não pode virar G4, não pode virar G5, não pode virar G6?” Pode, mas se a gente deixasse tudo andar dessa maneira, acabaria ocorrendo o que já ocorre com muitos grupos que têm a sua utilidade mas não têm a coesão, que esse grupo tem. Nós fizemos algo verdadeiramente interessante; temos que esperar o longo prazo, para ver se gera bons frutos. Mas, além da coordenação política, temos também projetos de cooperação trilateral, que é uma coisa nova. Esses projetos às vezes existem quando se trata de uma mesma região, mas é muito difícil. No Programa de Projeto de Cooperação Trilateral, envolvendo três grandes países em desenvolvimento, já nos reunimos três vezes com esse objetivo; vamos nos reunir em breve uma quarta vez, e as coisas estão avançando.

Os temas são variados e vão desde política social até questões de comércio, questões de ciência e tecnologia. Às vezes, as pessoas têm uma percepção errada e acham que a idéia de

complementaridade só existe entre economias totalmente diferentes, ou seja, entre país industrial e países agrário, ou entre país produtor de matéria-prima e país que produz serviço tecnológico. Não é verdade. Se assim o fosse, o comércio mais amplo não seria entre os países desenvolvidos, porque todos produzem muitos serviços tecnologicamente avançados e muitos produtos industriais. A complementaridade se dá hoje em dia dentro das indústrias, dentro do próprio setor. Muitas vezes, é fazendo uma peça, ao passo que o parceiro faz outra peça, ou faz o serviço tecnológico que está ligado àquele produto. Ao contrário do que se pensa, há sim, grande complementaridade mesmo entre países em desenvolvimento, até maior complementaridade porque estão em busca da mesma coisa.

Bem, essa foi outra iniciativa tomada pelo Presidente Lula. Obviamente, as ações em relação à China, à Rússia, aos países árabes são todas componentes do que o Presidente Lula tem chamado de uma nova geografia econômica e comercial do mundo, uma geografia que procura aproximar mais os países em desenvolvimento, com o objetivo de estimular o comércio e as relações econômicas entre eles próprios. Dei exemplos da América do Sul, dos países Árabes, mas poderia dar uma cifra de 2004 que, a meu ver, é muito impressionante: se tomássemos, há 15 anos, o comércio entre o Brasil e os países em desenvolvimento, não tínhamos muito mais que 10% a 12%; com Mercosul era de 4%. Hoje é de 49% do nosso comércio. Quando vemos esse resultado espetacular das exportações do Governo, que chegam a 100 bilhões de dólares, claro, estão crescendo também com a União Européia, estão crescendo com os Estados Unidos também, mas estão crescendo principalmente e exponencialmente para mercados de países em desenvolvimento, se nós considerarmos também a Rússia um país em desenvolvimento.

Claro que aí a China tem um peso grande, a Rússia nem é tão grande assim, mas os demais são, América do Sul, países árabes, e todos eles com

grande participação. Fiz uma comparação com quinze anos atrás, porque obviamente ela chama mais atenção, mas mesmo que eu compare com dois ou três anos atrás, acho que devemos ter passado de cerca de 30%, 32%, no máximo, para 49% em dois anos. São proporções de um comércio crescente. Não estamos dizendo que aumentou 49% porque diminuiu para os Estados Unidos e a Europa; não. Para a Europa, aumentou mais de 30% no ano passado; para os Estados Unidos, aumentou também, substancialmente, no ano passado, com taxas muito acima do aumento do comércio mundial. Esse aumento para os países em desenvolvimento é ainda mais notável. As pessoas dizem: “Com os países africanos, cresceu 50%, mas é em cima de muito pouco”. Não, não é em cima de muito pouco, porque já começa da ordem de 6 bilhões de dólares; com os países árabes, é de 8 bilhões de dólares, as exportações representando mais ou menos a metade de cada uma dessas cifras. Não são cifras tão pequenas.

Então, essa nova geografia econômica e comercial do mundo está ocorrendo na prática. Aumenta-se o comércio e, por outro lado, aumenta também a nossa capacidade de negociação nos foros internacionais, porque diminui a nossa dependência exclusiva de países desenvolvidos. Vou dar um exemplo: há pouco tempo, quando tivemos um problema com a Rússia em matéria fitossanitária, grande parte dos produtos foram exportados para outros países desenvolvidos, países exigentes que aplicam critérios diferentes. A Rússia aplicava ou aplica um critério que é parecido com o dos Estados Unidos e, quando você tem um problema em qualquer região do país, o país como um todo é considerado banido, diferente do critério da União Européia, diferente do critério que aplicam os países árabes, por exemplo. Então, essas coisas são muito reais, muito concretas. Não estamos falando de nenhuma retórica.

A África, naturalmente esteve nos jornais ultimamente. O Presidente esteve na África quatro

vezes, sendo três concentradas mais na África subsaariana, a África não-árabe, que tem relação próxima com o Brasil. O Presidente visitou quatorze países no total. Eu acompanhei todas essas viagens, já que tinha estado nesses países, além de alguns outros em que o Presidente ainda não esteve, mas que, espero, ainda possa estar.

Sinto às vezes uma certa incompreensão nas relações internacionais, quando as pessoas tomam certos aspectos de maneira isolada. Por exemplo, na última viagem à África, ouvi o comentário de que “no Senegal foi tudo bem, houve a visita à Ilha de Goré, com impacto muito grande, houve o pedido de perdão do Presidente Lula, mas que no restante dos países não, porque não fizemos grandes negócios, ele não teve nenhuma cena sensacional”.

Acho que essa é uma visão totalmente equivocada. E volto ao ponto que eu tinha mencionado antes: o Presidente da República não vai numa viagem para assinar contratos de exportações de calçados, de aviões, etc. Se ocorrer assinatura, tanto melhor, mas o Presidente da República vai criar um clima propício aos negócios. Muitas vezes, você pode fazer-se acompanhar de missões empresariais, em muitas vezes não é possível, porque a agenda do Presidente não se compatibiliza com a agenda dos empresários ou com outras agendas e aí você tem de optar entre não fazer a vigem e desperdiçar a chance de um bom contato, ou então fazê-la com as condições de que você disponha.

Essa viagem à África foi muito interessante. Eu acompanhei as outras e não vou dizer que uma é mais importante que a outra, porque todas tiveram a sua importância, mas essa foi mais impactante. Em primeiro lugar porque foram países muito diferentes; as pessoas que estão no Brasil, inclusive muitos do afro-descendentes – a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, foi comigo na preparação dessa viagem do Presidente Lula – pensam que a África é uma coisa só, mas não é. A África é muito variada. Nem vamos falar da

África do Sul, que é um país com renda per capita parecida com a do Brasil e que tem uma indústria tão desenvolvida quanto a brasileira, embora em setores diferentes. Vamos pensar na África que nós estamos mais acostumados a encarar como África: a África Ocidental. Os países são muito diferentes. Você vai ao Camerun, um país razoavelmente organizado, talvez um pouco mais pobre, mas não muito diferente de certas cenas que você vê no interior do Brasil, ou que era o interior do Brasil talvez há vinte, trinta anos. É um país organizado e lá fizemos contatos comerciais. Você vai à Nigéria, um país de 130 a 140 milhões de habitantes, que vai ser a maior potência africana, indiscutivelmente, e já o é, em muitos sentidos, mas indiscutivelmente o será. O país é rico em petróleo, tem alto grau de construção – quem me acompanhou nessa última viagem observou os guindastes na capital, Abuja, uma cena só comparável, com o que eu tenho visto ultimamente na China; a China tem mais, mas eu não vi em nenhum outro lugar, tantos guindastes, tantas construções, e não são só de prédios públicos; são bancos, são companhias petrolíferas...

Em Abuja, o que aconteceu de mais importante? O contato entre os líderes. E por que os contatos entre os líderes são importantes? Não é só por importância política, não é só para o Presidente Obasanjo e quando o Presidente Lula voltar convocar, se voltar a convocar uma reunião sobre a fome em Nova York, ou para obter o apoio ao pleito de um assento permanente no Conselho Segurança, ou para qualquer outra razão desse tipo, que não são desprezíveis. É importante porque hoje você tem os dois líderes dos maiores países podendo dialogar, tanto sobre temas políticos, como Guiné Bissau por exemplo – um tema que sempre nos interessou e, sobre isso, há uma aceitação geral da população brasileira, muito positiva aliás, com relação aos países de língua portuguesa – mas sobre temas econômicos. O que as pessoas às vezes não compreendem é que um contato desse entre os líderes possibilita que questões se resolvam mais facilmente. O contato dos

líderes pode ajudar, por exemplo, os empresários.

Mas, há muitas situações em que as condições econômicas ficam cinzentas. Várias vezes, nós temos que tomar decisões desse tipo. No Brasil mesmo, pensamos em fazer um determinado gasoduto com a China, com o Japão. Às vezes há uma linha cinzenta, as ofertas são parecidas. Então, em um momento desse, o fato de Presidente poder pegar o telefone, ligar para o Presidente Obasanjo, da Nigéria, e saber com quem está falando, é algo fundamental. Sinceramente, para mim, isso vale mais do que muitas feiras comerciais que nós próprios do Itamaraty organizamos, que também têm seu papel.

O próprio Presidente Obasanjo propôs ao Presidente Lula a realização de uma reunião entre a União Africana e a Comunidade Sul-Americana de Nações. Isso é uma descoberta. Esses países todos só estavam acostumados a olhar para a Europa ou os Estados Unidos. Se você pega a pauta de exportação desses países, tudo que eles importam, nós exportamos, ou quase tudo: máquinas agrícolas, equipamentos diversos, material de transportes, automóveis. Simplesmente, como eles vão comercializar com a Europa, com os Estados Unidos, eles não compram do Brasil.

O Presidente esteve também na Guiné Bissau, que é o país mais pobre da África, em Gana e no Senegal. Resumindo, ele esteve em dois países lusófonos, dois países francófonos e dois países anglófonos, entre eles o maior país da África, em termos de população e de potencial, que é a Nigéria, e talvez o mais pobre país da África, senão o mais pobre país do mundo, a Guiné Bissau. Até no Haiti, que também é muito pobre, há alguma riqueza; ela está muito mal distribuída, mas há um equipamento, você vê algumas escolas bem construídas, você vê um palácio presidencial até muito bem construído e vê outras casas também. Na Guiné Bissau, você só vê pobreza, uma pobreza média, uma pobreza miserável, mas é só pobreza. Nas duas vezes recentes em que estive na Guiné Bissau – uma eu próprio, com uma pequena missão, e a outra com o Presidente

– os nossos aviões, no caso, os aviões da FAB, eram os únicos aviões no pátio o dia inteiro; não havia uma avioneta, mais nada. É esse o nível de pobreza. O Senegal é um país mais organizado e Gana também, mas eu não vou entrar em muitos detalhes.

Essa é a nova geografia econômica e comercial que o Presidente Lula tem querido fazer e, como ele sempre frisa, isso não é para diminuir nossa relação com os países desenvolvidos. Ao contrário, é para melhorá-la e aprimorá-la, tanto assim que as nossas exportações para eles têm também aumentado e os investimentos também. É para nos ajudar a obter deles, melhores condições, seja pela nossa diversidade, seja pela nossa capacidade de negociação conjunta em torno do G20. Comparemos, por exemplo, o que iria ocorrer em Cancun – graças à Deus não ocorreu. As pessoas dizem que Cancun foi um fracasso; graças à Deus foi um fracasso, porque se tivesse sido êxito, teria sido um êxito às nossas custas. E o acordo a que nós chegamos em Genebra, que ainda é um acordo parcial, por ser um arcabouço, é um acordo que pelo menos aponta na direção certa, em que se consolida, por exemplo, a eliminação de subsídios de exportação, o que já é um ganho. Há uma luta muito grande que ainda temos de travar contra os subsídios internos, mas eu acho que as nossas ações na OMC – como a do algodão e a do açúcar – estão contribuindo para isso também.

Então, esse é o panorama que nós temos. Nisso tudo, você poderia dizer: “Puxa vida, o Presidente Lula se dedicou a esses países pobres do terceiro mundo, para quê?” Aliás, é a mesma conversa que ouvi de gente muito competente quando o Mercosul começou a ser discutido, gente que hoje em dia, tenho certeza, não ousaria dizer isso. “Ah, por que a gente vai perder tempo com a Argentina? Por que a gente não negocia com a Europa, com os Estados Unidos?” Quatro anos depois, o nosso comércio já teria quadruplicado; no ano passado, foi recorde e todo mundo diz: “Mas o Senhor está comparando com outra cifra, está comparando com

a cifra anterior, a Argentina”. Recorde é recorde, não adianta dizer que comparei com outra cifra, que é recorde.

É a mesma conversa, só que, desta vez, talvez por sorte ou pelas circunstâncias do momento, os resultados estão aparecendo até mais rápido do que nós poderíamos imaginar. Quando eu estava nos países árabes com o Presidente Lula, perguntavam-me sobre os contratos que seriam firmados, eu jamais ousaria dizer que as nossas exportações para os países árabes iriam aumentar 45% no ano. É um número tão grande para os que não estão acostumados a lidar com comércio, que o Secretário Geral da Liga Árabe, citando-me, disse: “.. o comércio cresceu 5%”; e eu disse “não é 5%, é 50%”. Para eles, 5% já eram uma boa porcentagem. É uma mudança notável.

Creio que poucos Presidentes, poucas vezes a política externa brasileira foi tão acompanhada pelos países desenvolvidos quanto tem sido agora. Se formos ver o número de visitantes, o número de pessoas que convidam o Presidente, eu sempre costumo dizer que a demanda de Lula é muito maior que a oferta de Lula. Não dá para ir a todos os lugares a que o Presidente é convidado. Temos de ver, então, aqueles que terão um impacto maior na nossa relação, seja político, seja cultural... Como dizia um antigo chefe, “tudo é político, você tem o político-econômico, o político-cultural e o político-político.

Uma campanha como a da fome, imediatamente atraiu o Presidente Chirac, que quis aderir a ela. Também o Chanceler Schröder e, agora mais recentemente, o Presidente Zapatero e outro país em desenvolvimento, o Chile. Mas, se nós abríssimos a porta para outros entrarem, garanto que entrariam mais uns dez; não podemos fazê-lo porque tem que ser manejável; com um grupo muito grande não dá. Acredito que há um interesse enorme, um respeito como nunca vi pela Ação contra a Fome e a Pobreza. Claro que isso tem a ver também com ação interna, com o equilíbrio macroeconômico, com as políticas sociais, com a curiosidade pelo “Fome

Zero”, com a personalidade do Presidente Lula. Mas faz parte também de uma política externa, de uma política internacional respeitosa da dimensão do Brasil e, ao mesmo tempo, respeitosa do interesse e da visão dos nossos parceiros.

Algumas vezes, eu disse que na nossa negociação, por exemplo, com outros países em desenvolvimento, sobretudo com os que são mais pobres do que nós ou menores, é importante que nós tenhamos uma certa generosidade. Quando falo em generosidade, lembro-me da frase do Presidente Roosevelt, de que “os países não tem amigos, têm interesses”. E, é verdade, não vou dizer que não seja. A generosidade da política externa e em política geral é uma boa visão do seu interesse a longo prazo. E o seu interesse a longo prazo é conviver com países também prósperos, conviver com países que vejam você pacificamente, sem ciúmes desnecessários, e é assim que nós temos procurado conduzir a nossa

política externa.

Tivemos há pouco a visita do Secretário de Estado Colin Powell; agora vamos ter a da Condoleezza Rice, num prazo relativamente curto. Não vou fazer comparações, porque não as tenho na cabeça. A Secretária Condoleezza Rice fez declarações muito positivas sobre a política nuclear brasileira, como tinha feito, aliás, Colin Powell, o que desperta sempre grande interesse, porque muitas vezes aquilo que é negativo é o que pode soar notícia. Mas é bom que a gente veja também as coisas que são positivas.

Sinto-me portanto, muito honrado, Senhora Presidente, de estar aqui, com meus colegas, meu porta-voz que me acompanha, Ricardo Neiva Tavares, minha assessora Andrea Watson, porque é para nós uma oportunidade excelente.

Muito Obrigado.

III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de abertura da III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias, realizada em Santiago no Chile, no dia 28 de abril de 2005

Desejo inicialmente expressar meu agradecimento ao Governo do Chile, por meio do Chanceler Ignacio Walker Prieto, pela acolhida que nos deu em Santiago. Gostaria também de externar meu reconhecimento pelo trabalho realizado pelo Embaixador Carlos Portales na qualidade de presidente de turno do “Grupo Convocador” da Comunidade das Democracias.

Venho renovar em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o compromisso brasileiro de contribuir para fortalecer a democracia, nas esferas nacional e internacional.

Em março passado, completaram-se 20 anos do fim do regime militar no Brasil. As liberdades fundamentais e o Estado de Direito encontram-se plenamente enraizados. As instituições absorveram o impacto da transição democrática e se encontram fortalecidas e consolidadas. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário convivem hoje no Brasil de forma harmônica e independente. Vivemos a rica experiência do multipartidarismo. A imprensa é livre, vibrante e saudavelmente crítica. O reconhecimento da primazia dos direitos humanos está acima de dúvida. Temos feito avanços notáveis no combate à impunidade.

Estamos agora engajados em um esforço vigoroso de aprofundamento da democracia.

Lutamos pelo exercício pleno da cidadania dos milhões de excluídos de nossa população: buscamos garantir a sua real incorporação à vida nacional, com efetiva igualdade de oportunidades. O Governo do Presidente Lula implementa uma política econômica e social decididamente voltada para atender às necessidades das camadas mais pobres da população. Milhões de novos empregos têm sido gerados pelo setor produtivo. O Programa Fome Zero tem sido reconhecido internacionalmente como uma iniciativa abrangente e profunda de inclusão social, que visa a atacar as raízes da miséria.

O Governo do Presidente Lula está empenhado em pôr fim a todas as formas de discriminação. Além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criamos a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Estamos implementando programas incisivos de ação afirmativa, com vistas a eliminar as formas sutis de discriminação, baseadas no preconceito ostensivo ou disfarçado. No Brasil, vive a segunda maior população negra do planeta. Ainda há poucas semanas, na Ilha de Goré, o Presidente Lula tomou a iniciativa inédita e necessária de pedir perdão pelo sofrimento imposto aos afrodescendentes pelos séculos de submissão ao trabalho escravo. Estamos trabalhando para melhorar a situação da população

indígena brasileira, que ainda não goza de cidadania plena.

Enfrentamos desafios, contudo, que ultrapassam a dimensão nacional. O Presidente Lula tem salientado em inúmeras ocasiões que “a questão social é a grande fronteira a ser defendida e ampliada no mundo globalizado”. A mais mortífera arma de destruição em massa é a miséria. Derrotá-la só será possível com o empenho de líderes comprometidos com o progresso social: os mecanismos de mercado são úteis para incentivar a produtividade, mas a experiência demonstrou não serem capazes, por si sós, de assegurar o fim das brutais desigualdades e injustiças que caracterizam o mundo de hoje.

A fome, a miséria e a doença, em meio à abundância, à sofisticação do consumo e ao progresso tecnológico, são o verdadeiro escândalo do nosso tempo.

Relembrar o consenso de Monterrey, como o faz a Declaração que aprovaremos, é extremamente oportuno. Todos temos - países desenvolvidos e em desenvolvimento - compromissos importantes para por fim à fome e à pobreza. É com grande satisfação que registro no projeto de documento final desta Conferência menção expressa à Ação contra a Fome e a Pobreza. Mais de 110 países juntaram-se ao apelo que os Presidentes Lula, Lagos, Chirac e Zapatero lançaram na Reunião de Líderes Mundiais realizada nas Nações Unidas em setembro passado em favor de mecanismos inovadores de financiamento.

A consolidação da democracia em escala global depende em muito da criação de um ambiente internacional mais favorável ao desenvolvimento. Fortalecer a governabilidade democrática no mundo em desenvolvimento supõe a integração dos excluídos. Para isso, nenhuma solução é mais urgente do que a eliminação das ajudas bilionárias aos produtores ineficientes dos países ricos, sobretudo em agricultura. Devemos aproveitar a Agenda para o Desenvolvimento de Doha para eliminar de uma vez por todas essas distorções históricas do sistema

multilateral de comércio, de forma a garantir aos produtos dos países pobres acesso desimpedido aos mercados dos países desenvolvidos. Devemos também eliminar as restrições à promoção, nos países pobres, de políticas de desenvolvimento econômico, social, industrial e tecnológico. A conclusão exitosa da Rodada de Doha tem o potencial de resgatar da miséria centenas de milhões de pessoas em todo o globo, o que constituiria uma contribuição da maior importância para o fortalecimento de nossos valores democráticos. Mas a Rodada só poderá ser concluída com êxito se os países ricos encararem as negociações não como uma simples máquina de extrair concessões dos países pobres, mas como uma verdadeira oportunidade para reequilibrar as condições do comércio.

A democracia se desenvolve com maior intensidade em um ambiente internacional de paz e segurança. O Presidente Lula tem ressaltado, em diversas oportunidades, que o multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, a contrapartida à democracia em termos nacionais. As ações decorrentes do processo democrático são duradouras porque se assentam em base legítima. Da mesma forma, decisões emanadas de foros multilaterais são mais efetivas a longo prazo por gozarem de credibilidade, engajando genuinamente os Governos em sua implementação.

Precisamos democratizar as instâncias decisórias internacionais. Devemos ampliar a composição do G-8, de modo a que as posições do mundo em desenvolvimento sejam tomadas em conta nas suas deliberações. Não podemos desperdiçar o momento atual para reformar o sistema das Nações Unidas, tornando mais representativos os seus órgãos e mais eficaz o seu trabalho. A incorporação ao Conselho de Segurança de países em desenvolvimento como membros permanentes é condição fundamental para o sucesso dessa empreitada.

O sentido maior da Comunidade das Democracias talvez esteja em contribuir para o

fortalecimento das instituições multilaterais. Consideramos positivas as menções realizadas à Comunidade das Democracias no relatório “In Larger Freedom”, recentemente publicado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. A proposta do Secretário-Geral de criação, no âmbito das Nações Unidas, de um “Fundo para Democracia” (Democracy Fund) para a assistência a países que estejam em processo de restauração, estabelecimento ou consolidação de seu regime democrático, merece atenta consideração no processo de discussão da reforma da Organização.

No continente sul-americano, alcançamos grandes progressos. Há muito terminamos com os regimes de exceção. Mas alguns de nossos países continuam sujeitos a crises político-institucionais. Desde o ano 2000, 5 presidentes democraticamente eleitos deixaram de concluir seus mandatos apenas na América do Sul, 4 deles em meio a profundas crises sociais.

Temos provado em nossa região como a cooperação e o engajamento podem dar resultados. No âmbito das Nações Unidas, os países sul-americanos e latino-americanos têm contribuído para a manutenção da ordem e o reerguimento econômico do Haiti, o que permitiu o início de um diálogo nacional com vistas à reconstrução do país. Temos dialogado intensamente com os países da CARICOM, que têm um papel crucial na reconciliação interna do Haiti. O Grupo de Amigos para a Venezuela contribuiu para o encaminhamento institucional do que parecia ser uma grave crise política em nosso continente. No interior do MERCOSUL, contamos com o Protocolo de Ushuaia, que condiciona o uso das prerrogativas e direitos de Estado Parte do bloco à manutenção da ordem institucional e democracia.

Temos trabalhado pelo desenvolvimento econômico equitativo da região. Redinamizamos o

MERCOSUL e reconhecemos as assimetrias entre suas economias. Criamos uma área de livre comércio de proporções continentais com a assinatura do acordo MERCOSUL-CAN, respeitando os ritmos e as dificuldades dos setores produtivos de cada país. Estamos em negociações com a América Central, o Caribe e o México. Estabelecemos a Comunidade Sul-Americana de Nações. Estamos empreendendo importantes obras de infra-estruturas que ligarão as duas costas do continente. A integração da América do Sul não é excludente de outros processos de liberalização comercial nos níveis regional ou global. Ao contrário, prepara melhor nosso continente para tais desafios e reforça novas democracias.

A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) engaja-se pela retomada da normalidade e da institucionalidade no Equador. Os Chanceleres da tróica da CASA iremos, amanhã, em missão a Quito para dialogar com as forças políticas equatorianas e colaborar na construção de um clima de entendimento para que o povo do Equador encontre seu próprio caminho. O momento é de olhar para a frente. Queremos apoiar o diálogo entre os equatorianos na busca de soluções que apontem para instituições democráticas fortes, em conformidade com a Carta Democrática Interamericana. A democracia não se impõe. Ela nasce do diálogo.

O Brasil sempre se pautou pela não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Esse é um preceito básico da nossa diplomacia. Mas a não-intervenção não pode significar descaso ou falta de interesse. Ou dito de outra forma: o princípio da não-intervenção deve ser visto à luz de outro preceito, baseado na solidariedade: o da não-indiferença.

Senhor Presidente,

O Brasil espera que esta III Conferência das Democracias reforce essa visão.

Muito obrigado



Aniversário do jornal “Valor Econômico”

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia em comemoração ao quinto aniversário do jornal “Valor Econômico”, em São Paulo, no dia 2 de maio de 2005

Meu caro Senador Renan Calheiros,
Presidente do Senado,

Meus caros companheiros Ministros José Dirceu, da Casa Civil; Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; Palocci, da Fazenda; Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dilma Rousseff, de Minas e Energia; Eunício de Oliveira, das Comunicações,

Meu caro João Roberto Marinho, Vice-Presidente das Organizações Globo,

Meu caro Senhor Luis Frias, Diretor-Presidente do Grupo Folha,

Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy,

Deputados Jamil Murad, Paes Landim e Pedro Correia,

Meu caro Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo,

Meu caro Guido Mantega, Presidente do BNDES,

Senhoras e Senhores representantes dos veículos de comunicação,

Funcionários e funcionárias do Valor Econômico,

Funcionárias, funcionários e diretores da Fiesp,

Meus amigos e minhas amigas,

Quando me levantei para falar, com um catatau de papel, o João Marinho se assustou. Daria

um “especial dos 41 anos de aniversário da Globo”. Mas, como estamos aqui para comemorar os cinco anos do jornal Valor Econômico, queria dizer a todos vocês que, se puderem, quando chegarem em casa, hoje ou amanhã, se são daqueles que costumam guardar jornais antigos, é preciso fazer uma comparação do jornal Valor de cinco anos atrás com o jornal Valor de hoje. Não apenas para que possamos medir a evolução, a qualidade, tanto editorial, quanto a qualidade, ou não, dos números da economia brasileira. Não pode haver referencial melhor para que comparemos corretamente o Brasil de 2000 com o Brasil de 2005, se lermos pelo menos uma semana do jornal Valor Econômico de 2000 e lermos agora, de 2005.

Vamos perceber que as coisas estão mudando, e estão mudando de forma definitiva, para que não sejamos mais vítimas de nenhum modelo, de nenhuma política que nos deixe alegres e felizes durante a noite, muitas vezes pensando até que somos mais ricos do que somos, e acordamos, no dia seguinte, mais pobres ou pobres como éramos antes.

Sabem vocês que, nesses dois anos e quatro meses de governo, temos trabalhado, primeiro, para combater a depressão quando deparamos com uma notícia de jornal dando a impressão de que o Brasil acabou. Ao mesmo tempo, trabalhamos para conter a euforia quando, no mesmo jornal, sai uma matéria extremamente favorável ao governo. Quando

achamos que o Governo deve ter um procedimento – como se fosse um ponto de equilíbrio, o pêndulo – para que não nos deixemos levar pelas euforias ou pelas depressões, mas por uma definição de objetivos muito bem consolidada na cabeça daqueles que têm a obrigação de elaborar tanto a política de desenvolvimento, quanto a política econômica e social do país.

Não foram poucos os momentos em que parecia um desafio inatingível, para alguns até inalcançável, quando nos propusemos a fazer uma política de comércio exterior mais arrojada do que a que acontecia até então no Brasil. Uma política acreditando que era necessário diversificar, tornar mais plurais os parceiros, os vendedores e os compradores das coisas que o Brasil quer comprar e das coisas que o Brasil quer vender.

Lembro que foi na sede da CNI, em Brasília, no primeiro debate entre os candidatos à Presidência da República disse que tinha vontade de criar uma secretaria de comércio exterior, especializada no comércio, para colocar nela um mascate, alguém que colocasse os produtos do Brasil embaixo do braço e fosse bater palma de porta em porta para tentar vender, como o mascate convencia as nossas mães a comprarem as coisas 35, 40 anos atrás, para quem já tem a minha idade. Foi exatamente isso que fizemos. Os resultados estão aí para quem quiser ver. Atingimos, ontem, a cifra de 104 bilhões de dólares com o nosso comércio exterior, com superávit de 37 bilhões e 600 milhões. São dados frescos, Palocci. O Ministro Furlan me ligou de São José do Rio Preto para me contar esses números.

Isso, obviamente, é alentador, porque demonstra que o Brasil tem um leque de opções para fazer comércio exterior sem precisar ficar dependendo apenas das duas economias já consolidadas, estabilizadas, de um lado, os Estados Unidos da América do Norte, que são um grande parceiro – precisamos, agora, nos dedicar um pouco mais a fazer com que seja fortalecida a nossa relação com os Estados Unidos no âmbito comercial – e, de

outro, a União Européia, com um agravante que temos que levar em conta: a União Européia adotou 10 novos filhos, 10 novos países do Leste Europeu foram adotados como filhos da forte União Européia, portanto, filhos mais empobrecidos, em que a União Européia vai ter que gastar, obrigatoriamente, parte da sua energia política e da sua energia econômica para ajudá-los a se desenvolverem, porque senão essa conformidade de União Européia acrescida terminará sendo um grave problema político para a Europa e não uma solução.

Ora, o que está acontecendo neste momento? Primeiro, tiramos uma carga ideológica muito forte que estava na questão da ALCA. Ou seja, ser favorável à ALCA parecia ser subserviente aos Estados Unidos. Não concordar com a ALCA tal como ela estava, a partir dos próprios documentos da Federação das Indústrias de São Paulo, era ser xiita, radical e anti-imperialista. Na medida em que definimos uma ação de governo e resolvemos correr o mundo e fazer com que as opções do Brasil se alargassem e que pudéssemos distensionar essa discussão que estava colocada muito precipitada e com uma carga ideológica muito grande, o que aconteceu na verdade? Primeiro, para os descrentes, a nossa relação comercial com a África cresceu 48%, e pode crescer mais; a nossa relação com o Oriente Médio cresceu 64%, e pode crescer muito mais; e a nossa relação com a América do Sul cresceu 58%, e pode crescer muito mais. Basta que acreditemos que o mundo é maior do que as relações costumeiras que estávamos habituados a fazer, e que mercados como os Estados Unidos e a União Européia, que são extremamente importantes, também têm uma certa limitação, na medida em que eles, pela sua forte economia, são as relações preferenciais de todos. Na verdade, é a noiva que todo mundo quer ter, é o noivo que todo mundo quer ter, mas que nem todos conseguem chegar perto com a força que deveriam chegar.

Fortalecemos, por isso, a nossa relação com a China, com a África do Sul, estamos fortalecendo a nossa relação com a Rússia. Vamos, por isso, agora,

para o Japão e para a Coréia, e eu espero que muitos empresários brasileiros estejam dispostos a pegar um avião e ir para o Japão para podermos fazer negócios. Os companheiros da UNICA, que está aqui representada pelo Eduardo, sabem que vamos ter que chegar ao Japão falando uma única linguagem sobre o etanol; não tem a linguagem da UNICA e de outro grupo, não tem a linguagem do Governo e da ÚNICA. Vamos ter que chegar lá falando uma única linguagem, um único discurso, porque temos o objetivo de fazer com que os japoneses passem a adotar o etanol como seu combustível e, de preferência, o etanol produzido no Brasil por brasileiros.

Para podermos fazer isso, temos que ter mais seriedade do que apenas querer vender. É preciso assinar um contrato de longo prazo e garantir o fornecimento, porque na hora em que estamos oferecendo combustível, temos que oferecer seriedade e compromisso.

Ao mesmo tempo, estamos produzindo uma outra coisa que os senhores, certamente, estão atentos. Há muito tempo não tínhamos o prazer de poder chegar em uma reunião e dizer que estamos tendo um superávit na conta de turismo muito grande. No primeiro trimestre, tivemos 1,8 bilhão de entrada de dólares via Banco Central. Se levarmos em conta mais 30% que entram na cadeia de hotéis e no transporte, estaríamos com um bilhão e trezentos milhões, tendo um superávit razoável para um setor que todos sempre falaram que era novidade na geração de emprego no Brasil, que é a fonte mais geradora de emprego, que é uma fonte que pode ser dinamizada. Mas é só lembrar que o turismo, no Brasil, já esteve ligado ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Esporte, a dezenas de órgãos. O turismo sempre foi tratado como ministério penduricalho, sempre um apêndice de algo mais importante.

Na medida em que acreditamos que o turismo pode ser uma grande fonte de desenvolvimento do nosso país, criamos um

Ministério com cara, com programa, e resolvemos vender as coisas boas que o Brasil produz ao mundo, porque as coisas ruins, não falta quem divulgue. Minha mãe dizia sempre: “meu filho, notícia boa engatinha, notícia ruim corre”.

Temos a determinação de viajar o mundo vendendo as coisas do Brasil. A Fiesp participou, inclusive discutiu. Criamos uma marca do Brasil, em que acreditamos que todos os produtos exportados terão a cara do Brasil.

Tudo isso não poderia ser feito se não houvesse a crença e a vontade dos empresários em acreditar que aquilo que estávamos falando era verdadeiro.

Para que chegássemos à situação que chegamos hoje, temos que ver quais foram os caminhos que percorremos. O aperto de 2003 não foi uma tarefa fácil, todo mundo sabe que foi uma tarefa extremamente difícil. O meu companheiro Ivoncy Iochpe é que sabe quantas vezes conversamos e quantas vezes líamos, dizendo: “o Brasil acabou. Definitivamente acabou. Foi para o bebeléu”. E entendíamos que não só não tinha acabado, como era preciso fazer aquele esforço para que pudéssemos consolidar, com certa tranqüilidade, a volta do crescimento econômico deste país.

Estamos conseguindo isso, porque muitos e muitos de vocês não só acreditaram, mas trabalharam. Muitos, no jornal Valor, escreveram favoravelmente a essa determinação do Governo de não permitir que, ou a eleição municipal, ou a futura eleição presidencial, determinassem a ganância deste país, a política de juros neste país. Vocês estão lembrados que faltavam 15 dias para a eleição da prefeitura de São Paulo e aumentamos os juros, algo que não é habitual fazer no Brasil. No Brasil, normalmente as pessoas esticam a corda até passar as eleições. Passadas as eleições, solta-se a corda, e fica quem quiser com o prejuízo. Por experiência, sei que arreventa do lado mais fraco. Foi assim com o Plano Cruzado, com a necessidade da desvalorização cambial. Todos nós conhecemos a

história. Em tempo de eleição, ninguém quer mexer com nada; perto de eleições, todos apresentam soluções fáceis.

Mas, possivelmente, estejamos vivendo momento diferente, porque não tenho a minha vida marcada por uma eleição. Construí uma história. Essa história é o único legado que posso deixar para este país. Aprendi, na minha vida, que não se pode brincar com economia. Você faz aventura em qualquer lugar do mundo, pode até subir uma montanha pendurado numa corda mas, na economia, você tem que agir com seriedade, principalmente em um país que tem a vulnerabilidade que ainda temos.

Eu chamava a atenção, outro dia, tanto do Governo, mas também na entrevista coletiva, que é importante medir – aliás, o jornal Valor tem dado isso muito bem – a quantidade de recursos que não estavam previstos estar no mercado e que estão no mercado; a quantidade de esforço, por conta do dinheiro, por conta do Bolsa Família; a quantidade de dinheiro por conta do Estatuto do Idoso; a quantidade de dinheiro, por conta do crédito consignado; a quantidade de dinheiro, agora, por conta da extensão aos aposentados; a quantidade de dinheiro pela qual os trabalhadores estão tendo acesso a juros bem mais baratos do que tinham antes. Tudo isso ainda não é suficiente se não tivermos a competência de, nos próximos anos, fazer com que o déficit da Previdência Social diminua e que possamos ter as contas da Previdência mais ou menos equilibradas.

Por isso, vamos jogar pesado. Está anunciado que vamos conter esse déficit e fazer com que a nossa Previdência passe, definitivamente, se não a ser superavitária, a não ser um bolsão de prejuízo ao Orçamento da União, como tem sido nos últimos anos. Ao mesmo tempo, anotamos na LDO que mandamos ao Congresso Nacional que não apenas vamos limitar o dinheiro via Receita Federal, em 16%, como vamos limitar os gastos em 17%.

Tudo isso porque achamos que o Brasil não pode jogar fora essa chance. O Brasil não pode jogar

fora e perder uma chance excepcional de se consolidar, de sair desse patamar de país emergente, de sair desse patamar de país em vias de desenvolvimento. Precisamos nos transformar em um país em desenvolvimento de forma definitiva e, para isso, estamos trabalhando fortemente nessa participação e nessa luta com os nossos adversários econômicos, sobretudo no mundo comercial que, quem sabe, quem já brigou – o Rubens Barbosa está aqui, o nosso querido, sempre, Embaixador – sabe que essa disputa é difícil, sabe como os americanos são duros na queda, sabe como eles são duros.

E o que eu dizia para o Rubens, desde a primeira vez que me encontrei com ele? Não queremos afrontar os americanos, não sou louco! O que queremos é tratá-los como eles nos tratam. É dizer a eles que queremos os mesmos direitos que eles querem. Na lógica comercial, é a única chance de levarmos, pelo menos, o jogo para o empate e não perder de goleada, como sempre perdemos.

Sei que há muitos empresários, Paulo – e é importante, vamos discutir isso no Governo – preocupados porque em alguns setores está entrando muito, muito, principalmente para o setor têxtil, a indústria chinesa, os produtos chineses, você está lembrado disso.

É importante que, em um processo de educação da sociedade brasileira, lembremos que a entrada dos produtos chineses no Brasil não tem nada a ver com a recente aliança Brasil e China. Tem a ver com a Rodada Uruguaí de 1994, que estabeleceu para 2005 o fim da cota, e vale para o mundo inteiro. Então, é uma coisa que foi feita 11 anos atrás, e que se nós não nos preparamos nesses 11 anos, vamos ter que nos preparar agora.

Se bem conhecemos o potencial de produção dos chineses, eles vêm fortes. Ao invés de ficarmos chorando, temos que nos preparar. É preciso que paremos de nos achar coitadinhos. Temos problema no setor de calçados? Vamos discutir com o setor de calçados, vamos procurar novos mercados. Porque, de repente, eu vejo pessoas

querendo que o Palocci determine quanto vai ser o dólar, os mesmos que, algum tempo atrás, pediam para que o dólar fosse flutuante, que o câmbio fosse flutuante.

Ora, vamos fazer reuniões, Paulo Skaf, com todos os setores, com todos que estão se sentindo mais ou menos prejudicados, que estão deixando de vender. Vamos ajudá-los a procurar novos mercados, vamos melhorar a nossa qualidade, vamos ver se conseguimos reduzir custos para dar a eles maior densidade de produção, mais preço, menos custo, para que tenhamos vantagens comparativas. O que não podemos é ficar parados assistindo as coisas acontecerem, porque isso já vimos.

Todo mundo aqui se lembra da euforia causada pelo Plano Cruzado lançado pelo nosso querido companheiro Dílson Funaro, Vice-Presidente desta Casa e Ministro da Fazenda. Todo mundo viu a euforia quando dissemos que “nós vamos fazer moratória com o FMI”. E, depois, vimos o desastre que aconteceu neste país. Eu, que passei parte da minha vida gritando “fora FMI”, não sei se aqui alguém gritou; eu gritei muito. De repente, sou Presidente da República e saímos do FMI pela porta da frente, sem um único grito, apenas dizendo: olha, construímos a base necessária para que possamos sair, não precisamos mais. Se um dia precisarmos, voltaremos de cabeça erguida, porque somos cotistas do FMI. Não precisei fazer nenhum discurso ideológico. Pelo contrário, até pedi voto para o atual presidente do FMI, veja que evolução. Essas coisas, meus companheiros, acontecem com a participação do Senado da República, da Câmara dos Deputados, porque as leis que nós passamos no Congresso não foram fáceis, outros tentaram passar; a reforma tributária, que ainda falta uma parte, a parte que depende dos governadores; a reforma da Previdência, que vai começar a dar resultados em médio prazo; a reforma do Poder Judiciário, a Lei de Falências, a Lei de Biossegurança, não foram poucas as coisas que fizemos, e as PPPs passaram.

Tem muita gente que, às vezes, vende a idéia

de que o Congresso é inimigo do Executivo, que o Executivo é inimigo do Congresso. Veja, vivemos uma relação das mais democráticas possíveis, civilizada. A eleição do companheiro Severino é a eleição do resultado de um debate interno da Câmara. O Severino, como qualquer outro brasileiro, como o Renan, como qualquer outro, vai ter a maior responsabilidade em fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma possível para o Brasil, e temos as dificuldades normais.

Benjamim, eu vou lhe contar algo: passei 20 anos da minha vida ouvindo falar da Transnordestina, e agora vamos começar a fazer a Transnordestina, obviamente se tivermos todo o dinheiro que precisa e, certamente, vamos ter. Vamos este ano, se Deus quiser, começar a revitalização do rio São Francisco. Pode ser que tenha gente que não goste. Eu, se morasse, se tivesse nascido em São Bernardo, onde moro, e morasse onde moro, com a quantidade de água que tem onde eu moro, até demais, eu, talvez, fosse contra. Mas o Cipriano sabe que agora está apostando no Gabriel, nas cisternas. Aliás, ouvi dizer que foi um ato maravilhoso, que até teve muita gente da Febraban que chorou, na semana passada, no ato das cisternas. Veja, eles estão contribuindo com pessoas que não têm contas em banco, aliás, nunca entraram em banco – já construíram 10 ou 20 mil, vão construir mais 10 ou 20 mil –, pessoas que carregam um pote d’água na cabeça de 20 litros durante seis léguas, 18 quilômetros, não é brincadeira. Vamos levar água para lá. Alguns não querem, porque acham que são donos do rio São Francisco, mas vamos levar, porque é preciso levar para desenvolver 18 milhões.

Queria falar do grande programa que vocês têm que estar atentos, que é o programa do Biodiesel. Na minha cabeça é o grande programa estratégico deste país, um reforço da matriz energética brasileira por um combustível renovável, gerador de empregos que, na minha opinião, terá para o Brasil o mesmo efeito que teve o Pró-Álcool. Só espero que não inventem de produzir biodiesel de cana-de-açúcar,

mantenham-se no álcool que vocês vão estar bem.

E o mundo, depois da aprovação do Protocolo de Kioto, vai, inexoravelmente, precisar utilizar o biodiesel e utilizar o etanol. Os mais céticos contra a nossa capacidade de produzir ficam dizendo: “não, mas nos Estados Unidos vai criar um motor tocado a hidrogênio”, porque sempre inventam as coisas melhores para eles, para diminuir as coisas que a gente faz. A verdade é que o biodiesel é menos poluente, o biodiesel é mais gerador de empregos e o biodiesel pode fazer a combinação de desenvolver a parte mais pobre do nosso país.

E mais ainda, meu querido Roberto Rodrigues, o biodiesel pode ser para a soja aquilo que o álcool é para o açúcar, ou seja, na medida em que não se ofereça um preço razoável pela soja,

vamos moê-la e vamos fazer bioediesel e aí, quem sabe, a gente consiga ter um certo equilíbrio do preço da soja para que, também, não fiquem os produtores comendo “o pão que o diabo amassou”, por conta das intempéries.

Tenho certeza de que tudo que estou falando aqui vocês já leram no jornal Valor. Não com as palavras que eu estou dizendo, mas com outras, coordenadas pelo Celso Pinto, mais sofisticadas. Mas, de qualquer forma, como dizia Paulo Freire: “a gente tem que caprichar é na escriba. Todo mundo tem que entender, o português tem que ser correto. Na palavra, o que vale é a comunicação”. E, portanto, tenho certeza que nos entendemos, e o Brasil precisa disso.

Muito obrigado e parabéns ao jornal Valor pelos seus cinco anos.

Visita ao Brasil do Presidente de Angola

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante visita do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Brasília, no dia 3 de maio de 2005

Acolhemos, em Brasília, o Presidente e amigo José Eduardo dos Santos com o mesmo carinho com que fui recebido em Luanda, no final de 2003. Lembro que sua primeira visita ao Brasil, há dez anos, despertou entusiasmo e expectativas.

Nossos países passaram desde então por grandes transformações. Permaneceu, porém, a determinação de trabalharmos juntos para fortalecer a parceria de dois povos decididos a lutar por um mundo mais justo e solidário.

Há poucas semanas, celebrou-se o terceiro aniversário do histórico acordo que pôs fim ao conflito fratricida que deixou um devastador rastro de ruína e sofrimento. Saudamos a perseverança e visão de futuro com que Vossa Excelência soube liderar Angola na conquista da paz.

Admiramos este povo que não sucumbiu à desesperança de tantos anos de guerra. Apesar dos muitos campos ainda minados, os agricultores angolanos voltaram a semear essa terra, que voltará a ser um celeiro na África. Apesar da destruição da infra-estrutura física, estão sendo implantados projetos ambiciosos que transformarão a riqueza do país em bem-estar para seu povo.

Hoje, Angola começa a colher os frutos de um processo de reconciliação inspirado no saudoso Agostinho Neto. Dizia ele que: “Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza

e a justiça existam dentro de nós”. Tenho confiança de que as eleições de 2006 reafirmarão o desejo dos angolanos de reconstruir seu país por meio do diálogo democrático.

Senhor Presidente,

Estive em Angola, em 2003, para expressar pessoalmente a determinação do Brasil de colaborar nessa empreitada. Quis renovar uma aliança que remonta à histórica decisão brasileira de ser o primeiro país a hastear sua bandeira na Luanda independente. Esse gesto de confiança resistiu aos longos anos de incerteza e guerra civil. Foi inspirado por diplomatas brasileiros como Azeredo da Silveira, Ovídio de Melo e Ítalo Zappa.

Lutamos com as armas do diálogo e da diplomacia, em todas as esferas, para que Angola lograsse, de forma soberana, a paz.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil nos permite avançar. A Comissão Mista Brasil-Angola, que se reuniu na semana passada, apontou o caminho a seguir.

Exploramos novas possibilidades de cooperação em matéria de ciência e tecnologia, educação, administração pública, formação profissional, agricultura, meio ambiente e pesca. Alguns resultados já estão à vista, nos acordos que acabamos de assinar nas áreas jurídica e de geologia e mineração.

Queremos que essa parceria se assente em

sólidas relações econômicas e comerciais. Angola vem criando condições para retomar o crescimento consistente e durável, o que abrirá oportunidades de negócios. A adoção em Angola de nova lei de investimentos representa estímulo adicional para empresários atraídos por uma economia que cresce a mais de 10% ao ano, com inflação em queda.

O Brasil sempre confiou na economia angolana. Fomos o primeiro país a equacionar a dívida bilateral de Angola. Continuamos confiantes. Por isso, o Brasil está aumentando significativamente suas linhas de crédito para exportações de bens e serviços brasileiros para Angola. Angola passará a dispor, a partir deste ano, de recursos à altura de suas enormes demandas da reconstrução nacional.

Reforçamos, assim, um mecanismo financeiro que tem sido o grande motor da expansão dos investimentos brasileiros em Angola. A hidrelétrica de Capanda, símbolo maior da presença econômica brasileira em Angola, não teria sido possível sem a linha de crédito. Com os novos recursos, Angola poderá dobrar a capacidade dessa usina, gerando energia e trabalho.

O grande número de participantes do seminário realizado, semana passada, no Rio de Janeiro, mostra que o empresário brasileiro também aposta em Angola.

Quero convidar a comunidade internacional a fazer uma aposta. A nação angolana não será construída apenas explorando suas riquezas naturais. Exige também investimentos vultosos, especialmente em educação e saúde, para superar os desafios sociais que entram o desenvolvimento nacional. Angola espera da comunidade de doadores mais do que palavras de cobrança e de condicionalidades. Quer uma parceria solidária que ajude a capacitar o povo angolano para o seu futuro.

Senhoras e Senhores,

Acabo de retornar de minha quarta viagem à África. Nos 14 países que visitei, observei os mesmos sinais da “renascença africana” tão presentes em Angola. Uma renovação que vai além dos índices de

recuperação econômica, mas que fala do amadurecimento das instituições e do fortalecimento da cidadania, no nível nacional e regional.

O continente africano pode contar com o Brasil nesse esforço que une os dois lados do Atlântico. Compartilhamos com Angola um sentimento único de irmandade étnica e de afinidade cultural. Mas também somos unidos à África por uma solidariedade ainda mais fundamental. Só superaremos definitivamente nossa herança colonial de injustiça e iniquidade se juntarmos esforços na construção de um futuro de cooperação e justiça.

Em 2003, o Brasil contribuiu para a pacificação da República Democrática do Congo, passo fundamental para os destinos da vizinha Angola e de toda a África sub-saariana. No Conselho de Segurança e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, colaboramos com Angola na estabilização de Guiné Bissau e do Timor Leste. Juntamos forças contra as iniquidades provocadas por políticas protecionistas dos países desenvolvidos. Acabamos de vencer mais uma importante questão na Organização Mundial do Comércio contra os subsídios impostos pela União Européia ao açúcar e pelos Estados Unidos ao algodão.

Cada vitória nossa nos foros multilaterais é a vitória da competência e da determinação dos pequenos produtores agrícolas que sustentam a economia de muitos países mais pobres. Esperamos sempre contar com Angola e com toda a África nessa luta para legar às futuras gerações um sistema comercial fundado na competitividade – e não na fome e miséria - de nossos filhos.

Os entendimentos em curso entre o MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP são importante passo nessa direção. Por meio do comércio, vamos estabelecer mais um elo de solidariedade entre nossos continentes.

Senhoras e Senhores,

Brasil e Angola estão destinados a uma longa e produtiva aliança.

Espero poder traduzir, em nossa língua

comum, todo o afeto e apreço que desperta sua presença entre nós.

Com esse espírito de confraternização, quero saudar sua visita ao Brasil, que muito favorecerá a

intensificação dos laços de amizade entre o povo de Angola e o povo do Brasil.

Seja bem-vindo ao território brasileiro.

Meus parabéns.



Reunião Ministerial da OCDE

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Reunião Ministerial da OCDE, sobre a Rodada Doha, em Paris, França, no dia 4 de maio de 2005

Thank you, Mr Chairman,

It is always a pleasure to come here to the OECD, which we learnt to appreciate also as a centre for reflection not only on the problems that affect its own members, but also on the problems that all of us in the world - particularly in the developing world - face.

I still remember the days when I worked at the Ministry of Science and Technology, how important the studies of the OECD were for us.

Mr Chairman,

Let me first of all say that of course we are here today because we give a great importance to trade as an instrument for development. I think it is very clear from the performance of many of our countries, including my own, how much trade can help in solving the problems of growth and employment.

We do see that we can operate at several levels in the question of trade. My own country has been active in trade agreements within our region, more specifically in South America, more broadly in the Americas and other areas, as in relation to Europe, and with other developing countries, which are not an unimportant part of our recent trade dealings, such as with India and the South African Customs Union.

These have been part of our effort to diversify our trade goals, and this has paid in a very important way. I don't want to bother you with statistics but it is very telling that our exports grew by a quite significant

amount and our trade now shows an even balance between different regions and categories of countries.

We know that there is no substitute for the multilateral trade negotiations, because it is only through multilateral trade negotiations that we will be able to address the main problems that beset our countries. For one, the question of subsidies and, namely, the agricultural subsidies, which are probably the single most distorting element in world trade. This is a question that we will not be able to solve in bilateral dealings with developed or developing countries or in any kind of regional discussion or negotiation, but only in the WTO.

I agree with my friend Rob Portman - and I welcome him as I do with Peter Mandelson for I think this his first time that he is here - when he says that market access in agriculture is essential. But we all have to learn that market access in agriculture will not be sufficiently pushed if there is no solution for the question of subsidies. In a way, although the biggest benefits - as the World Bank has shown - will come probably from the market access opening, these are inextricably linked to the question of domestic and export subsidies.

This is what we hope we will be able to address.

There are other areas as well. As it has been said several times, the Doha Development Agenda (DDA) is not about agriculture alone. I am very

thankful that my thought was mentioned here that indeed agriculture is the engine, is the locomotive of this round. And if the locomotive stalls, nothing else will move. This is one thing that has to be clear.

We of course have other interests, like anti-dumping. We are also very interested in the development dimension. Sometimes I am a bit afraid that the development dimension is seen only as a concept to be applied to LDCs or to very small economies. We are the first to recognise the special situation of LDCs and weak economies. In all the bilateral dealings in which Brazil has entered with not only LDCs but with countries that have more vulnerable or small economies than Brazil we have applied the principle of asymmetry. We have applied the principle of asymmetry together with Argentina in Mercosul vis-à-vis our smaller partners. But we cannot accept that the development dimension that is enshrined in the title of the DDA is only about LDCs. It is also about the broader dimension of development for all countries.

In this respect, I would also say that another important aspect of DDA is flexibility for development policies. This is something that somehow we renounced to an extent at the Uruguay Round. At the time, the prevailing ideology was a different one. If you opened your markets unilaterally, everything

would happen automatically. And this was not the case. So, we do need some flexibility in terms of social policy, technological policy and industrial policy. We have got something in terms of social policy for instance in the question of TRIPs and medicaments, and I hope we will be able to do a similar thing when we address questions like TRIMs or the relation between the bio-diversity convention and TRIPs.

Mr Chairman,

I think the WTO is very rich and very creative in always coming up with new names and acronyms. If one spends three or four months outside Geneva, one seems to be lost because the names are totally new. The name in vogue now is "gateway", and I think sometimes the gateway is not seen as a passage, as something you go through, but as an obstacle. The problem of the AVEs that was mentioned here before is precisely one of these cases. This was not a gateway that was there. It was a block that was put on our road, as the road was unimpeded. So, I would hope that since people are so creative - especially in the OECD circles, where much more is spent in terms of research and development and in intellectual programmes than we can do in our countries - that this creativity should be used not to invent new problems but find solutions.

Thank you very much.

Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da Reunião de Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes, em Brasília, no dia 9 de maio de 2005

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer da grande satisfação do Governo brasileiro e também – creio que assim o posso fazer – em nome dos Governos da América do Sul que aqui estão representados, de receber os Ministros dos Países árabes. É claro que, para o Brasil, a satisfação é dupla, pois, além de estarmos recebendo os nossos irmãos latino-americanos, estamos também recebendo nossos irmãos do Mundo árabe.

Esta reunião tem já uma história, que data de meados de 2003, quando o Presidente Lula ainda se preparava para visitar alguns países árabes e teve a idéia de que seria algo importante que nós, como regiões, nos conhecêssemos melhor. O Presidente fez uma primeira visita a cinco países árabes e, nessa visita, expôs pela primeira vez a intenção de realização desta cúpula.

Em paralelo, os nossos contatos na América do Sul se desenvolviam, o Mercosul se aprofundava, a América do Sul como um todo começava a tecer laços mais profundos de cooperação. Em nossa região, firmamos acordos de livre comércio entre todos os países da América do Sul, pode-se dizer, de tal modo que hoje, basicamente, existe uma área de livre comércio da América do Sul.

É claro que é ainda um avanço em duas ou três velocidades. Nós temos o Mercosul, mais profundo em certo sentido, porque é uma união

aduaneira, como também o é a Comunidade Andina. E temos a América do Sul, com uma área de livre comércio. Isto, no terreno econômico. No terreno político, também avançamos. Na prática, antes de termos escolhido qualquer nome para esse fenômeno, já estávamos criando uma Comunidade Sul-Americana de Nações, pois, ao mesmo tempo que alguns países da América do Sul não-membros do Mercosul a ele se associavam por meio de acordos de livre comércio – e, portanto, passavam a integrar o que nós chamamos de “o Mercosul político” –, alguns dos nossos países também passavam a se entender como membros, ainda que associados, da Comunidade Andina.

O que eu quero dizer com isto é que este processo de integração sul-americana e o de aproximação com o mundo árabe são dois processos que se passaram praticamente de forma simultânea. E é esta reunião que nós mantemos aqui – com os nossos presidentes, monarcas, primeiros-ministros, membros de família real e seus representantes, aqui amanhã – a primeira ocasião em que a Comunidade Sul-Americana terá uma reunião para fora. Nós temos tido por enquanto, América Latina e Caribe, reuniões com a União Européia. No âmbito hemisférico, temos tido também reuniões que dizem respeito ao conjunto da América Latina e Caribe. Mas, enquanto América do Sul, uma Comunidade que recém nasceu em

Cuzco, no Peru, esta é a primeira reunião, é o primeiro evento.

Nós nascemos, de certa maneira, com o compromisso político de levar adiante a nossa integração e de levar adiante a nossa cooperação com o mundo árabe, mas também, de certa maneira, sob a benção – se é que posso usar essa expressão; não sei como ela se traduziria em árabe – também do mundo árabe, que tanta influência teve na evolução da nossa cultura, da nossa civilização, da nossa gente. Quando eu falo da nossa cultura – vejo aqui a Leila Rachid, mas é apenas um exemplo, talvez o mais bonito, o mais belo aqui presente, a Ministra do Paraguai –, da nossa civilização, da nossa gente, não me estou referindo apenas ao Brasil, não me estou referindo apenas ao Mercosul, estou me referindo ao conjunto da nossa região sul-americana. Gostaria até de sugerir, para aqueles que encontrarem quinze minutos de tempo, que visitem uma exposição aqui no Centro Cultural Banco do Brasil – aqui em Brasília, tudo é perto; o meu colega, Sua Alteza da Arábia Saudita, se queixava um pouco de não fazermos a reunião no Rio de Janeiro; uma das vantagens de fazermos esta reunião em Brasília, além de ser uma homenagem a um amigo da Argélia, que é o Oscar Niemeyer, é de tudo ser perto – de fotografias sobre a herança árabe na América do Sul, influência que vem da Península Ibérica, que atravessou e se fez presente nas nossas línguas, nas nossas culturas, nas nossas músicas, na nossa culinária, mas que se consolidou e se desenvolveu mais ainda com a imigração dos últimos 150 anos.

Quando falamos e apoiamos o diálogo de civilizações ou aliança de civilizações, no nosso caso é preciso ter presente que há quase um entrelaçamento de civilizações. Esse entrelaçamento de civilizações se faz sentir – vocês terão uma pequena mostra disso nessa exposição fotográfica, porque ela abrange quase todos os países do nosso continente – no dia-a-dia, no nome das pessoas, nas coisas que elas comem, nas músicas que elas cantam, na nossa arquitetura. É uma proximidade muito

grande e que estava um pouco ocultada, não por nenhuma barreira propriamente física, mas pela incapacidade que até hoje havíamos demonstrado de nos olharmos frente a frente.

Eu acho que este é o sentido principal desta Cúpula: sermos capazes de nos olharmos diretamente, desenvolvendo as nossas ligações aéreas, desenvolvendo as nossas ligações marítimas. Estando aqui presentes os nossos homens e mulheres de negócio, estando presentes os nossos artistas, do cinema, da dança, da música, das artes plásticas, tudo isso além da filosofia da tolerância que já nos inspirou muito, que se manifestou de maneira clara na Península Ibérica, nos anos em que lá estiveram também os nossos irmãos árabes.

Eu diria que o sentido desta Cúpula é esse, uma reaproximação simbolizada neste logo que inclui o Crescente e o Cruzeiro do Sul, esses dois símbolos tão fortes de nossas duas regiões. É uma aproximação cultural, é uma aproximação espiritual, mas ela também terá resultados práticos. Hoje mesmo foi inaugurado um seminário empresarial e lá estava, entre outros, a Leila Rachid, outros ministros brasileiros, outros ministros de outros países sul-americanos e árabes. Lá se inscreveram 1.200 empresários. Eu me recordo de poucos eventos dessa dimensão no Brasil em termos empresariais. Desses 1.200, 250 dos inscritos eram árabes, 300 eram de outros países sul-americanos e os restantes eram brasileiros. Só isso já demonstra o grande interesse, o grande potencial da nossa relação.

Nós teremos, evidentemente, algumas tarefas pela frente de natureza prática para essa reunião. Tratarei delas depois que a imprensa se for. Mas, antes de passarmos à aprovação da agenda e aos demais itens que nos trazem aqui para a preparação da Cúpula, gostaria de oferecer a palavra ao meu colega Abdel Aziz Bel Khadem, Ministro de Estado Representante Pessoal do Presidente da Argélia, que tão bem nos acolheu em Argel recentemente, na Cúpula dos Países Árabes, que, juntamente comigo e com o Ministro marroquino e também com a

presença do Ministro peruano e de todos os demais, nos permitiu chegar às conclusões a que chegamos em Marraqueche.

Gostaria de agradecer a todos e dizer que este, sem dúvida, é o início de um momento histórico. O verdadeiro momento histórico evidentemente virá amanhã, quando estiverem presentes os nossos Chefes de Estado e de Governo. Este é o início de um momento histórico em que nós estamos – creio que para outras regiões do mundo – dando um exemplo de que é através do diálogo, através do entendimento, através da busca do conhecimento do outro, através da compreensão que poderemos evoluir para um mundo melhor, mais pacífico, mais justo e mais democrático.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília, no dia 10 de maio de 2005.

Senhores Chefes de Estado e Chefes de Delegação dos Países Árabes e da América do Sul,

Senhores Ministros integrantes das delegações presentes à Cúpula América do Sul –

Países Árabes,

Senhores convidados,

Autoridades brasileiras,

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Em nome do povo brasileiro, dou as boas-vindas a todos.

É uma honra para mim e para meu governo recebê-los em Brasília, cidade que simboliza nossa capacidade de realizar sonhos e construir o futuro.

Sei que a alegria de ter entre nós importantes líderes do mundo árabe não é só nossa, brasileiros, mas de todos os dirigentes sul-americanos, que igualmente nos honram com suas presenças.

O Brasil acolhe a todos com os braços abertos, na melhor tradição de nossa hospitalidade, que é aquela da América do Sul e que herdamos do mundo árabe.

Quero saudar, de modo particular, meu amigo, o Presidente Bouteflika, da Argélia. Na qualidade de Presidente da Liga de Estados Árabes, ele co-presidirá este evento.

Esta Cúpula exprime o compromisso que assumimos de trabalhar, de forma pioneira, para aproximar duas regiões geograficamente distantes.

É uma reunião ousada por seus objetivos e ambiciosa em suas aspirações. Queremos dar passos concretos e duradouros na luta pelo desenvolvimento e pela justiça social.

Nosso encontro é uma demonstração de confiança no diálogo como forma de aproximar países distantes, culturas distintas e percepções diferentes do mundo. Ele expressa a confiança no poder do conhecimento mútuo como fator de aproximação e entendimento.

Compartilhamos valores: a tolerância e o respeito mútuo, o culto à diversidade, a aspiração ao desenvolvimento.

Hoje, estamos diante da oportunidade histórica de lançar os fundamentos de uma ponte de sólida cooperação entre a América do Sul e o Mundo Árabe.

No caminho que nos trouxe a esta reunião, nos motivou, sobretudo, o entusiasmo e a emoção que a iniciativa provocou nas comunidades de origem árabe na América do Sul. Para o Brasil e o nosso Continente esta cúpula tem o sabor de um reencontro. O reencontro dos sul-americanos com uma civilização que nos chegou primeiro pela herança ibérica e, depois, pela imigração. Esses valores são hoje parte indissociável de nossa própria identidade.

Mais do que resgatar vínculos sentimentais, buscamos valorizar esse patrimônio para abrir um novo capítulo nas relações entre duas importantes regiões do mundo em desenvolvimento.

Queremos aproveitar esse imenso potencial para a realização de objetivos comuns à América do Sul e ao Mundo Árabe. Vamos identificar oportunidades de comércio e investimentos que permitam a nossos países explorar as possibilidades

da economia global.

É necessário promover a equidade em um sistema multilateral de comércio profundamente marcado por assimetrias e distorções. Devemos nos afirmar perante uma ordem econômica resistente à transformação e aos interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

Nosso grande desafio é desenhar uma nova geografia econômica e comercial internacional. Podemos traçar novos rumos na busca do desenvolvimento, sem desconsiderar caminhos tradicionais, mas com autonomia, criatividade e ousadia. Mas esse esforço só será recompensado se soubermos transformar os frutos do desenvolvimento em instrumentos eficazes para diminuição das desigualdades sociais, a promoção dos direitos humanos e o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Não estamos reunidos apenas em busca de vantagens econômicas e comerciais. Defendemos a democratização dos organismos internacionais para que a voz dos países em desenvolvimento seja ouvida. Buscamos um comércio justo e equilibrado, livre de subsídios impostos pelos países ricos e que assegure aos países pobres os benefícios da globalização.

Queremos estabelecer uma nova relação de colaboração solidária com os organismos financeiros internacionais. Logramos, o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, concluir um acordo de cooperação econômica. É uma alegria estar aqui hoje com o Emir do Catar, Al-Thani, com os representantes dos demais países do Conselho de Cooperação do Golfo e com os presidentes, nossos sócios do Mercosul.

Em suma, o que move os líderes aqui presentes é a necessidade de fortalecer um espaço político que contribua para a construção de um mundo de paz, democracia e justiça social.

Podemos nos orgulhar do muito que já foi alcançado na preparação desta Cúpula. Canais de comunicação foram abertos e revitalizados entre nossos governos e, o que é mais importante, em todos

os segmentos da sociedade civil.

Vencemos o ceticismo dos que duvidavam de nossa capacidade de trabalhar juntos. Prevaleceu a coragem de romper padrões estabelecidos e explorar alternativas na busca de um futuro melhor para nossos povos.

É, portanto, com grande satisfação e expectativa e, sobretudo, com muita esperança, que declaro abertos os trabalhos desta Cúpula América do Sul - Países Árabes.

Boa sorte e muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 2ª Reunião Plenária da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília, no dia 10 de maio de 2005.

Eu queria, primeiro, dizer a todos os Chefes de Estado e a todos os membros de governos aqui presentes que esta reunião demonstrou, mais uma vez, o quanto nós podemos avançar, na medida em que nos dispomos a trabalhar conjuntamente para alargar o mundo em que vivemos.

Amanhã nós teremos a 3ª Reunião Plenária e é importante lembrar a todos que nós teremos uma apresentação sintética do Relatório, pelo Ministro da Indústria do Brasil e pelo Ministro do Petróleo da Argélia, que irão apresentar o relatório dos encontros empresariais que aconteceram nesses dias.

Eu quero agradecer a todos vocês. Daqui a pouco vamos ter um jantar no Itamaraty em que eu espero recebê-los todos. E amanhã eu quero convidá-los a fazer quantas bilaterais forem necessárias para que a gente possa fortalecer ainda mais essa Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Amanhã, portanto, às 11 horas da manhã, nós estaremos reunidos aqui, para fazermos a nossa 3ª Reunião Plenária.

Palavras do Ministro Celso Amorim

Sim, a pedido do Ministro do Marrocos, eu, com muita alegria, comunico a todos que o Marrocos se ofereceu para ser a sede da próxima Cúpula, na

primavera marroquina, que será outono aqui, mas, enfim, no segundo trimestre de 2008. Seria útil que todos pudéssemos tomar esse oferecimento por aclamação.

Presidente: Bom, já estamos preparando as malas para ir para o Marrocos em 2008. Eu quero agradecer a todos vocês. Boa noite e até amanhã às 11 horas.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília, no dia 11 de maio de 2005.

Diferentemente do Chávez, eu prometo ser breve, muito breve.

Primeiro, quero dizer a todos vocês, que vieram dos seus países a convite do Brasil, do Mercosul e da América do Sul para participar deste evento, quero que saibam que é profundo o respeito e a admiração que eu tenho pelo gesto de vocês.

Eu mesmo já deixei de ir a algumas reuniões importantes, mas quando vai um representante meu, seja o meu chanceler ou outro funcionário qualquer, ele vai com procuração do Presidente da República para fazer o que tiver que ser feito, porque nós não temos tempo a perder.

Por isso meus agradecimentos a vocês.

Quero agradecer aos nossos chanceleres e à diplomacia de todos os países participantes desta Cúpula. Eu, particularmente, sou um crítico feroz da burocracia, mas sem bons burocratas nós erraríamos muito mais do que erramos e faríamos muito menos do que fazemos. E eu sei que realizar esta Cúpula, preparar a declaração, não foi uma tarefa fácil, foi uma tarefa gigantesca. E eu quero agradecer a todos os chanceleres de todos os países que contribuíram para que nós pudéssemos concluir com muito êxito esta reunião.

Quero também cumprimentar a imprensa que veio aqui, de outros países, a imprensa brasileira, porque também tiveram um comportamento altamente civilizado. E poucas vezes eu vi imprensa tão ordeira

como essa em eventos internacionais.

Quero agradecer aos funcionários deste hotel que, sem dúvida nenhuma, fizeram todo o possível para que nós tivéssemos um tratamento digno, respeitoso e de boa qualidade.

Quero agradecer às pessoas dos mais diferentes chefes de Estado que trabalharam na sua segurança e também na segurança do hotel e dos eventos, porque muitas vezes nós ficamos incomodados com alguma coisa desagradável que nos aconteça, mas também sem eles seria muito mais difícil exercitarmos o nosso governo.

Quero também desejar ao Presidente da Autoridade Palestina e ao povo palestino, toda sorte do mundo para que a gente possa conquistar a paz definitiva.

Eu fiquei impressionado com a conversa que tive com o Presidente da Autoridade Palestina, pela sua sabedoria e pela sua tranqüilidade em saber que a paz será, sobretudo, um jogo de paciência, como um jogo de xadrez, ao mesmo tempo em que temos pressa de conquistá-la, temos que ter paciência para construir as oportunidades políticas para alcançá-la.

Eu nasci na política brasileira defendendo o Estado Palestino, mas também nunca neguei a necessidade do Estado de Israel, e penso que o ser humano é muito inteligente para aprender que a paz é a única coisa que pode permitir a construção de um mundo harmonioso, democrático e socialmente justo.

Quero desejar ao povo do Iraque toda sorte do mundo. O Brasil foi daqueles países que contestou a ocupação porque entendia que era preciso negociar mais. Agora, o que nós queremos é que o povo iraquiano tenha a possibilidade de reconstruir o seu país, reconstruir instituições sólidas, consolidar a democracia, consolidar o desenvolvimento, porque eu acho que, como outros povos, o povo iraquiano tem o direito de construir a sua própria felicidade e seu próprio país.

Por fim, quero dizer aos meus amigos aqui presentes que se olharmos este painel tão bonito, que

mostra a diversidade cultural deste encontro, cada um de nós, certamente, verá uma coisa nele a ser destacada. Cada um de nós achará defeito em alguma coisa e virtude em outra coisa. É assim que eu vejo este encontro.

Muitas vezes ficamos ansiosos. Nos encontramos tão pouco que quando nos encontramos muitas vezes cobramos de nós mesmos coisas que sabemos ser impossíveis de serem feitas num pequeno espaço de tempo.

Para mim, esta Cúpula tem o sabor da construção de um alicerce, um alicerce qualquer que dará sustentação a uma casa sólida, um alicerce muito forte para dar sustentação a um monumento de relações internacionais que acabamos de concluir com a aprovação da Declaração de Brasília.

Eu acredito que muito mais que as perspectivas comerciais imediatas, muito mais do que qualquer outra coisa que aconteceu nesses dois dias, o mais importante foi que nós nos conhecemos, que nós pudemos perceber o quanto somos parecidos, o quanto temos interesses comuns e o quanto poderemos construir juntos, num mundo onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre; num mundo em que o conhecimento científico-tecnológico ainda não chegou a todos; num mundo em que, apesar dos avanços da ciência e da tecnologia, um bilhão de seres humanos vão dormir, toda noite, sem ter comido as calorias e as proteínas necessárias ao ser humano.

Poderia aqui citar muitos culpados, e não faltam culpados. Para qualquer lado que olhássemos poderíamos ver um culpado pelas coisas que acontecem no mundo. Mas eu aprendi também, desde pequeno, que antes de condenar alguém, antes de culpar outrem, eu aprendi a me olhar por dentro e saber que as nossas debilidades não são frutos de erros históricos cometidos por gente que, antes de nós, governaram os nossos países. Nós temos toda uma história para analisar o que aconteceu em cada um dos nossos países. Eu miro muito no meu país, no século XX. E é por mirar o século XX que eu

desejo, ardentemente, construir um século XXI diferente do que foi o século XX. É possível construir um mundo sem guerras, é possível construir um mundo sem muros e sem fronteiras ideológicas, racistas, preconceituosas, econômicas e culturais. Esse mundo depende mais da nossa cabeça e das nossas atitudes do que das atitudes dos outros.

Esta reunião tem para mim o início de um novo momento histórico nas nossas relações; ela é para mim o início de uma nova era na relação América do Sul, Mundo Árabe; Mundo Árabe, América do Sul; Mundo Africano, América do Sul; Mundo Africano, países asiáticos; ou seja, uma junção dos países que têm similaridade, dos países que têm algo entre si para trocar sem que seja uma mera exploração, países que estejam pensando no comércio internacional como uma mão de duas vias, em que nós precisamos comprar e precisamos vender, e que o equilíbrio dessa relação é a única possibilidade de permitir que cresçamos juntos, porque se apenas alguns crescerem, essa árvore poderá ser muito alta, mas os seus galhos serão frágeis e poderão quebrar com a falta de democracia, com o terrorismo existente por causa da má distribuição da riqueza produzida no planeta Terra.

Eu tenho apenas dois anos e quatro meses de governo. Parecia que quatro anos seriam intermináveis, mas já está terminando. Mais da metade do meu mandato eu dediquei para fazer política internacional. E fazer política internacional porque eu não acredito que exista saída individual para qualquer país do mundo. O país pode ter petróleo, o país pode ter muito minério de ferro, o país pode ter muito ouro, diamante. Tudo isso tem um fim. O que não acabará nunca são as relações sólidas que formos capazes de construir enquanto passamos pelo governo.

E neste encontro, aqui, podem ficar certos que o aperto de mão que vocês se deram, o bom dia, o boa tarde, o boa noite que vocês se deram, os abraços que vocês se deram nesses dois dias vale, possivelmente, para o futuro que queremos construir, muito mais do que um negócio que façamos no

imediatismo das nossas conquistas comerciais.

Quero que vocês, ao saírem do Brasil, tenham a clareza de que o que viram é a mais pura realidade. Há muita similaridade entre os nossos povos, afinal de contas, o Brasil é a segunda população negra do mundo. Só perdemos para a Nigéria, e são poucos os países árabes que têm a quantidade de árabes e descendentes de árabes que moram neste país, que aqui convivem em paz, participam da política, comungam suas religiões sem serem importunados pelo nosso governo e pelo nosso povo, mas respeitados no exercício das suas atividades. Essa gente ajudou a construir este país, essa gente dá uma demonstração da convivência pacífica com o povo judeu, essa gente, portanto, tem muito a nos ensinar, e o que vocês viram aqui, nas ruas de Brasília, é o que vocês verão em qualquer cidade brasileira, em qualquer estado deste país.

Verão gente pobre, verão gente que mora em favelas, verão gente que protesta contra o governo, verão gente das mais diferentes cores, dos mais diferentes credos religiosos, mas uma coisa vocês encontrarão: seres humanos que têm um otimismo extraordinário, que têm uma vontade de estabelecer relação com o mundo como poucos e que acreditam,

firmemente, de que somente com paz e democracia nós poderemos construir o mundo que queremos, até porque o mundo que nós queremos precisa de desenvolvimento. O desenvolvimento que nós queremos precisa de investimento em saúde, em educação, precisa de investimento em ciência e tecnologia, precisa de investimento em infra-estrutura, e é por conta desse sonho de construir países desenvolvidos mais justos que nós precisamos nos abraçar, nos dar as mãos e, definitivamente, nunca nos cansar quando olharmos para o mapa e vermos a distância que nos separa, e dizermos: eu não posso ir naquela reunião. Eu digo: vale a pena.

Eu já saí do Brasil a uma hora da manhã para chegar num país às nove, para fazer uma palestra às dez, para sair de lá às onze e para chegar no Brasil às sete da noite e, mesmo assim, eu digo: vale a pena, porque é esse aperto de mão, é esse abraço, é esse olho no olho que vai permitir que a gente construa no século XXI um mundo mais humano, mais solidário, mais desenvolvido e socialmente mais justo do que o mundo que nós deixamos para trás no século XX.

Muito obrigado a todos, boa sorte ao regressar ao seu país e vamos trabalhar, porque as portas estão abertas.



Visita ao Brasil do Presidente da Argélia

Brinde oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço em homenagem ao Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, no dia 12 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Bouteflika, Presidente da República Argelina Democrática e Popular; Senhor Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhores Ministros e demais integrantes da comitiva da Argélia e do Brasil; meu caro companheiro Deputado Miguel Arraes, de tantas lembranças boas da Argélia e más, também, porque estava exilado; Parlamentares; Embaixadores, meus amigos e minhas amigas,

Com imensa alegria, recebo o Presidente Bouteflika, nesta etapa bilateral de sua visita ao Brasil. Que seja esta a ocasião para expressar, de público, minha gratidão a este grande líder e estadista argelino por seu apoio e participação central na Cúpula América do Sul - Países Árabes, que ambos presidimos.

Temos acompanhado com admiração o importante trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo desde o seu primeiro mandato, em favor da concórdia política e do desenvolvimento econômico crescentes de seu país. O êxito desse esforço certamente contribuiu para reforçar mais ainda a projeção da Argélia em todo o mundo.

A Argélia é um país que aprendemos a admirar por sua atuação vigorosa na defesa do desenvolvimento, da justiça social e da paz. Nessa luta se consolidou, ao longo de décadas, como tradicional aliado do Brasil na arena internacional e multilateral.

Presidente Bouteflika,

A Argélia tem particular significado para nós, brasileiros. Seu país acolheu solidariamente muitos compatriotas nossos que foram forçados a deixar o Brasil em tempos sombrios da nossa história. Dentre eles, encontravam-se inúmeros companheiros que vieram desempenhar relevante papel na vida social, política e cultural do Brasil. Alguns deles integraram as fileiras de meu partido e de partidos aliados. Quero deixar aqui aos irmãos argelinos, uma vez mais, nosso agradecimento por essa solidariedade.

O Brasil mudou muito desde então. Restauramos as instituições e as liberdades democráticas. Expandiu-se consideravelmente a participação popular em nossa vida pública. Podemos desfrutar hoje de abertura e transparência democráticas conquistadas pelo povo brasileiro. Mas não conseguimos resolver ainda graves formas de exclusão social. Por isso, meu Governo tem o compromisso fundamental com o resgate dessa enorme dívida social. Tenho dedicado especial atenção à necessidade de combater a fome e a pobreza, inclusive no plano mundial. Buscamos dar maior visibilidade a esses problemas na agenda internacional, conforme o espírito da Declaração de Nova Iorque, adotada em setembro de 2004, com o endosso de mais de cem países.

Registro o reconhecimento brasileiro pelo valioso apoio pessoal de Vossa Excelência à iniciativa,

marcada por sua participação destacada na reunião de Nova Iorque. É com alegria que incorporamos a Argélia no grupo de trabalho para o combate à fome.

A coincidência de interesses do Brasil e da Argélia quanto à prioridade dada ao desenvolvimento social constitui um dos muitos exemplos das nossas posições comuns.

Também nos contatos que mantivemos durante sua presença em Brasília, e mesmo em oportunidades anteriores, como em Evian, pudemos comprovar nossa ampla sintonia em diversos temas. É o caso do trabalho desenvolvido pela União Africana e as possibilidades de cooperação abertas pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África – NEPAD.

Torna-se relevante, por isso mesmo, continuar a estreitar a coordenação entre os nossos países no âmbito dos organismos e reuniões internacionais.

Ressalto, a propósito, a co-presidência da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que tornou possível o grande êxito deste evento pioneiro, concluído ontem.

Recordo também o convite para o Chanceler brasileiro dirigir-se à 17ª Cúpula da Liga Árabe, realizada em Argel em março passado, oportunidade em que tratou da organização do encontro birregional.

Na esfera bilateral, nossos países têm diante de si variadas perspectivas para fortalecer e diversificar as relações. O comércio crescente é claro

indicador das potencialidades existentes. Dobramos o intercâmbio de 2003 para 2004, que passou de um bilhão e duzentos milhões de dólares para significativos dois bilhões e trezentos milhões. Sei que nossa pauta de produtos ainda reflete a concentração do comércio em uns poucos itens. Isso apenas nos mostra que existe considerável espaço para diversificação e aumento das trocas em bases sustentáveis e equilibradas.

Devemos continuar a trabalhar sobre as muitas afinidades entre nossos países e sociedades. Sua visita, Presidente Bouteflika, cria a valiosa oportunidade de impulsionar o comércio e as nossas relações. Estou confiante e seguro de que nossas sociedades têm muito a ganhar com essa aproximação, que pode ser modelar, inclusive como expressão de um diálogo entre culturas.

Celebro, portanto, este encontro de amigos e parceiros no Palácio Itamaraty. Esta é uma obra do grande arquiteto Oscar Niemeyer, construtor de Brasília e que deixou também as marcas de sua genialidade nas cidades da Argélia.

É assim, com esse espírito de fraternidade e de companheirismo, que peço a todos que se unam a mim, mesmo que com água, neste brinde à prosperidade de nossos povos e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

Visita Presidencial à Coréia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, realizado em Seul, Coréia do Sul, no dia 24 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Roh Moo-Hyun, Presidente da República da Coréia; Excelentíssimo Senhor Lee Hae-Chan, Primeiro-Ministro da República da Coréia; Senhores Chefes de Estado; Senhores Vice-Presidentes; Senhores Chefes de Governo; Senhor Subsecretário das Nações Unidas; Senhoras e Senhores participantes do VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, meus Senhores e minhas Senhoras,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela acolhida que tem sido dispensada a mim e à minha comitiva nesta primeira viagem que faço à Coréia.

O tema deste seminário, Uma governança transparente e democrática, está no centro das preocupações do mundo de hoje. Tem significado particular para países como a Coréia e o Brasil.

Nossos países enfrentam o desafio do crescimento econômico acelerado, combinado com a conquista da justiça social e com uma presença soberana no mundo.

A democracia é, para nós, um valor fundamental. Muitos dos nossos países sofreram, no passado, privação de liberdades públicas. Por essa razão, sabemos valorizá-las. A democracia não é apenas um modelo de governo ou um fim a ser alcançado. É também um processo, um caminho que nos leva, sem hesitações ou esmorecimento, a uma sociedade cada vez mais livre e participativa.

Entretanto, constatamos em certos setores de

nossos países, alguma dose de ceticismo em relação ao regime democrático. Essa descrença, que felizmente não é ampla nem profunda, é, freqüentemente, reflexo direto da pobreza e do estado de exclusão social.

Não é fácil celebrar a democracia quando se tem fome, quando se está desempregado ou privado de direitos elementares como os do acesso à educação, saúde, habitação, cultura e saneamento básico.

Por outro lado sabemos, não só por teoria, mas por experiência vivida, que sem democracia não superaremos esses males.

Enganam-se os que pensam que democracia é um mero conjunto de regras que encobre a desigualdade e a opressão. Ao contrário, a democracia tem de ser constantemente aprimorada e aprofundada. As liberdades civis precisam ser respeitadas e ampliadas. O Estado democrático de direito necessita ser fortalecido. A independência e a harmonia dos poderes e uma imprensa livre são elementos essenciais do Estado de Direito.

Mas, no mundo moderno, é necessário complementá-los com mecanismos que assegurem a transparência a todas as ações do governo, nos diversos níveis. A busca incessante de democracia, no plano político, deve ser acompanhada da melhoria das condições de vida dos expressivos segmentos da população que vivem marginalizados em muitas partes do mundo.

O Brasil, como tantos outros países em

desenvolvimento, viveu duas décadas de baixo crescimento. O desafio que enfrentamos é o de retomar o crescimento acelerado sem crises fiscais ou monetárias, que causam endividamento excessivo do Estado ou aumentam a sua vulnerabilidade externa.

É fundamental criar condições para um longo período de desenvolvimento sustentável, que aumente a renda e reduza as desigualdades.

A boa política econômica, essencial para uma boa governança, tem de combinar a racionalidade das soluções técnicas com a compreensão das demandas sociais legítimas.

O bom governante articula razão e paixão. Entende que deve ajustar instrumentos sem abandonar compromissos e convicções. Entende que é preciso crescer com estabilidade e distribuição de renda.

Crescer, criando sempre condições de financiamento desse crescimento. Crescer, abrindo-se para o mundo e preservando a capacidade de condução autônoma da economia. Aqui estão alguns dos desafios que devemos enfrentar em países de industrialização tardia e grandes carências sociais.

A democracia é, portanto, fundamental para superar esses desafios. A democracia pressupõe regras claras para as relações no seio da sociedade civil e desta com o Estado. Pressupõe também, a participação da sociedade nas grandes decisões nacionais.

Uma cidadania ativa e participante é a melhor maneira de garantir a transparência do Estado, de combater a corrupção, de assegurar o bom uso dos recursos públicos.

Amigos e amigas,

Temos que ampliar o leque de nossas ações econômicas, com criatividade e sensibilidade social. Adotar medidas que estimulem a economia popular e que sejam capazes de dar novo alento ao sistema produtivo.

Por isso, no Brasil, ao lado de uma agricultura empresarial altamente competitiva, estamos valorizando a agricultura familiar como importante fator de inclusão social. Programas como os do

microcrédito contribuem para o fortalecimento de uma mentalidade empreendedora. Já o crédito com desconto na folha de pagamento, estendido a trabalhadores e aposentados, representa considerável alívio para milhões de famílias que vivem marginalizadas do mercado de consumo. Ao lado disso, colocam-se os programas sociais, como o Fome Zero, que hoje já beneficiam quase oito milhões de famílias. Além de atender setores que vivem em situação de exclusão social, esses programas de transferência de renda têm considerável impacto nas economias das comunidades locais. Todas essas iniciativas e ações contribuem, também, para dinamizar o mercado de bens de consumo popular.

A boa governança implica também uma boa administração de nossos recursos naturais e do meio ambiente. No Brasil, enfrentamos o desafio de pôr fim a práticas predatórias, responsáveis por verdadeiros desastres ambientais no passado e que ainda hoje nos afetam. O meu Governo tomou medidas e adotou projetos que terão o efeito de coibir essas ações criminosas, ao mesmo tempo em que estimulam o manejo sustentável das florestas. Estou seguro de que em prazo curto colheremos os resultados positivos dessas ações.

Meus amigos e minhas amigas,

Nas três últimas décadas, o mundo passou por muitas e profundas transformações tanto econômicas como políticas. Paralelamente ao extraordinário incremento do comércio, ocorreu forte internacionalização dos fluxos financeiros. Novos centros produtivos surgiram ou se desenvolveram a partir de inovações científicas e tecnológicas.

A globalização tornou os Estados nacionais mais interdependentes. Isso trouxe benefícios e oportunidades, difundindo tecnologia e conhecimentos, mas não foi capaz de diminuir as imensas desigualdades dentro dos países e entre os países. Os países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis a choques econômicos externos e a ataques especulativos, com impacto sobre a sua própria governabilidade.

Neste contexto complexo, a política externa de nossos países passa a ter importância crescente. Ela é um instrumento decisivo de nossa projeção no mundo e de defesa de nossos interesses nacionais. A defesa desses interesses nacionais será mais efetiva na medida em que formos capazes de construir sólidas alianças regionais. Foi o que fizemos ao impulsionar o MERCOSUL e ao lançar as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Reforçamos, também, nossos laços com a África, com o mundo árabe e com a Ásia. Hoje, as nossas exportações para os países do Sul já representam metade do total de nossas vendas para o mundo.

Quando falo de uma nova geografia comercial e econômica não estou aludindo a uma abstração. Trata-se de oportunidades concretas que não havíamos explorado e que não são concorrentes com as excelentes relações que queremos manter e aprofundar com as nações desenvolvidas.

Tratamos, também, de assegurar que o comércio internacional seja um instrumento efetivo de crescimento para os países pobres. Para isso, nos unimos com outros países em desenvolvimento, formamos o G-20, e estamos lutando na Rodada de Doha pela eliminação dos escandalosos subsídios agrícolas, que distorcem o comércio e privam nossos produtos de um acesso justo ao mercado internacional.

A construção de uma nova relação de forças mundial, inspirada nos princípios do multilateralismo, não se esgota no plano econômico. Ela se estende aos planos político e social. Por isso, apoiamos o Secretário-Geral da ONU em seus esforços por reformas nas Nações Unidas. Por isso também lancei, juntamente com outros líderes, uma campanha mundial de combate à fome e a pobreza, que deverá valer-se, inclusive, de mecanismos inovadores de financiamento no espírito das Metas do Milênio.

Vivemos em um mundo marcado por profundas assimetrias. Um mundo ameaçado por armas de destruição em massa, pelo terrorismo mas,

sobretudo, por profundas desigualdades econômicas e sociais que alimentam ódios e paixões fundamentalistas. O narcotráfico, crimes transnacionais e a corrupção exigem um combate internacional articulado. Nesse espírito, o Brasil sediará proximamente o IV Foro Global de Combate à Corrupção.

Não haverá governabilidade em nossos países se não formos capazes de instaurar uma nova governabilidade internacional. Por essa razão, é importante que organismos financeiros multilaterais revejam concepções e práticas arcaicas que tiveram graves conseqüências para os países em desenvolvimento.

Se é verdade que o mundo mudou nesses últimos sessenta anos, é razoável propor que mudem as instituições que, de alguma maneira, asseguram a governança mundial. É o caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja legitimidade e eficácia só serão completas quando os países em desenvolvimento estiverem devidamente representados, sobretudo entre os membros permanentes.

Quando aprofundamos a democracia em todas as suas dimensões, em cada um de nossos países, estamos dando uma grande contribuição para a democratização do mundo como um todo.

Ao mesmo tempo, a democratização das relações internacionais é fator fundamental para a democratização de nossos países.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento do Seminário “Brasil-Coréia: Oportunidades de Comércio e Investimentos”, em Seul, no dia 24 de maio de 2005.

É uma enorme satisfação participar do encerramento deste seminário, que reuniu importantes lideranças empresariais de nossos países.

Este encontro confirmou o que já sabemos: há um imenso potencial a ser explorado no comércio,

nos negócios e nos investimentos entre o Brasil e a Coréia do Sul.

Nossos países, apesar da distância geográfica e das diferenças culturais, têm muito em comum. Somos países de industrialização tardia, mas acelerada, animados por um grande espírito empreendedor. Temos o mesmo desafio de garantir espaço privilegiado na economia globalizada e de forjar um crescimento sustentado em benefício de nossos povos.

Nossos povos venceram o autoritarismo. Construimos instituições democráticas sólidas. Dispomos de economias diversificadas e de um ambiente seguro para os negócios. Temos um significativo patrimônio já conquistado em nossas relações econômicas e comerciais. Estamos trabalhando para ampliá-las e dar nova dimensão à nossa parceria.

Saúdo o entusiasmo dos empresários brasileiros que me acompanham nesta visita. Conto com sua sensibilidade e dinamismo para que mostrem todo o potencial econômico do Brasil. Queremos também ouvir os empresários sul-coreanos. O conhecimento mútuo é a melhor ferramenta para o aproveitamento das oportunidades de negócio e de cooperação.

Senhoras e Senhores empresários,

A economia brasileira vive um momento especial. Lançamos as bases para um longo ciclo de crescimento. Os indicadores são os melhores dos últimos dez anos. Realizamos profundas reformas nas áreas fiscal e previdenciária. Sedimentamos a estabilidade macroeconômica e ingressamos em um processo de desenvolvimento duradouro, com a inflação sob controle e uma base sólida para os investimentos.

As medidas tomadas ao longo dos dois primeiros anos de meu mandato exigiram sacrifícios de todos os segmentos da população. Agora, estamos colhendo os frutos de nossa força de vontade. No ano passado, a economia brasileira cresceu 5,2%. Estamos trabalhando para manter este

ritmo nos próximos anos. Controlamos a dívida interna e reduzimos a dívida externa.

Desde 2003, criamos mais de dois milhões e setecentos mil novos empregos, o maior número em mais de uma década. O comércio exterior brasileiro também apresenta resultados animadores. Nossas exportações, nos últimos dois anos, cresceram 75%, atingindo 105 bilhões de dólares em 12 meses. O grau de abertura da economia brasileira é hoje superior a 30%. A relação dívida externa – exportações é a melhor dos últimos vinte anos. É o resultado de uma ofensiva na ampliação e diversificação da pauta de produtos e na busca de novos mercados. Tudo isso demonstra que é possível alcançar crescimento econômico sustentado sem prejuízo da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal.

Tampouco descuidamos do resgate de nossa enorme dívida social. Ademais da criação de empregos, os projetos e programas sociais do governo, como o Bolsa Família e o Fome Zero, contribuirão para diminuir os índices de pobreza, melhorando a distribuição de renda e a coesão de nossa sociedade. A paz e a harmonia sociais também melhoram o clima para os negócios.

Meus amigos e minhas amigas,

A Coréia já é o terceiro maior parceiro do Brasil na Ásia. Em 2004, nosso comércio ultrapassou os 3 bilhões de dólares. Os investimentos coreanos vêm ajudando a fortalecer setores importantes do parque industrial no Brasil, como o automotivo, o eletrônico, a construção, as telecomunicações e o transporte.

Estamos levando essa parceria para novas fronteiras. Empresas brasileiras e coreanas estão desenvolvendo associações estratégicas nos campos da energia e da mineração. O tamanho e o peso da comitiva empresarial presente neste seminário atestam a decisão de dar um sentido renovado a essa parceria. Todos queremos, governos e empresários, identificar novas frentes de cooperação e novas oportunidades para o comércio e os investimentos. Nesse esforço,

contamos com o apoio das agências de promoção de exportações, a nossa Apex e a Kotra, da Coreia.

Temos todas as condições para dinamizar e diversificar o comércio bilateral. Sessenta por cento das exportações brasileiras para a Coreia são de produtos semimanufaturados, minérios e soja. Temos uma ampla gama de produtos com maior valor agregado, de aviões ao *software*, já exportados com sucesso para outros mercados, mas ainda ausentes aqui. É também o caso das carnes de frango e bovina, dos couros e peles, de produtos alimentares, dos cereais, das frutas frescas, das jóias e bijuterias, das pedras preciosas e semipreciosas, dos móveis e insumos de aço.

A Coreia, por sua vez, é uma potência mundial na produção de navios e componentes eletrônicos.

São inúmeras as oportunidades de cooperação no setor automotivo, de combustíveis renováveis e de mineração. Um projeto, em especial, ilustra todo esse potencial de nossas relações. É o caso do etanol como aditivo à gasolina. Juntamente com o biodiesel, o etanol permitirá à Coreia diversificar sua matriz energética e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases, no espírito do Protocolo de Quioto.

O Brasil representa, seguramente, uma enorme oportunidade de investimento para os capitais coreanos. Penso, por exemplo, nos setores da mineração e das grandes obras de infra-estrutura, fundamentais para eliminar os gargalos que ainda existem em energia e transporte.

A interação física da América do Sul, na qual meu Governo está profundamente engajado, também gera condições propícias a parcerias mutuamente vantajosas. Contamos com o apoio do Banco Coreano de Desenvolvimento para viabilizar o financiamento de alguns desses projetos. As Parcerias Público-Privadas, as PPP's, representam alternativa inovadora para atrair capital privado nacional e estrangeiro.

Convidamos empreendedores coreanos a

realizar investimentos diretos no Brasil, inclusive mediante *joint-ventures*, e também os empresários brasileiros a investirem na Coreia.

A "Parceria Especial para o Século XXI" que estamos lançando unirá nossos esforços e recursos para pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas como a aeroespacial, a biotecnologia, a eletroeletrônica e as tecnologias limpas.

A cooperação científica e tecnológica pode e deve ser o prelúdio para a cooperação industrial. A criação de empregos e a capacitação de mão-de-obra são indispensáveis à construção de uma sociedade mais justa e solidária que almejamos. Por isso, queremos explorar, juntos, setores como o do turismo, cujo crescimento exponencial tem atraído vultosos investimentos.

Senhores e Senhoras empresários,

Coreia e Brasil têm as credenciais e a competência para ocupar espaço cada vez maior de destaque na economia mundial, sobretudo, se souberem somar juntos seus esforços.

Os empresários são peça central dessa empreitada. Estejam certos de que os governos da Coreia e do Brasil serão aliados de primeira hora daqueles que tiverem a ousadia de apostar na construção deste projeto comum.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira na Coreia do Sul, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005.

Primeiro, quero apresentar os meus companheiros, aqui, porque vocês nem conhecem todos. O nosso Embaixador está aqui, que é mais conhecido de vocês; o nosso Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; o nosso Ministro das Relações Exteriores, o companheiro Celso Amorim; minha querida companheira Marisa; o nosso Deputado do Rio Grande do Sul, o companheiro Beto Albuquerque; o nosso companheiro Deputado pelo Paraná, o Takayama; o nosso Deputado do Estado de Alagoas, João Caldas; o nosso Ministro da

Fazenda, Antonio Palocci; a nossa Ministra Dilma não está aqui porque está gripada - penso que ela está acamada; o Ministro Furlan deve estar em reunião tentando comprar ou vender alguma coisa para os companheiros da Coreia, e um monte de companheiros da nossa delegação.

Quero cumprimentar os homens, as mulheres e as crianças que compõem a Associação Coreia-Brasil, dos coreanos amigos do Brasil que têm negócios no nosso país. E cumprimentar a Associação Brasil-Coreia, dos brasileiros que moram aqui, que trabalham aqui e que têm negócios aqui.

É imensa a satisfação de ver duas comunidades vivendo de forma harmoniosa, e penso que não poderia ser diferente o exemplo que vocês dão. Enquanto em vários países do mundo temos um problema sério em que pessoas de um país não aceitam estrangeiros dentro do seu país, temos casos excepcionais, temos casos até com atletas brasileiros importantes, jogadores da Seleção brasileira que, muitas vezes, são provocados nos estádios, são ofendidos nos estádios por serem estrangeiros naquele país. E chegamos aqui na Coreia e encontramos a comunidade de brasileiros na Coreia junto com a comunidade de coreanos que têm negócios no Brasil vivendo nessa harmonia. Eu poderia dizer para vocês que só por esse espetáculo já valeu a pena vir visitar a Coreia.

Aqui, mais do que em qualquer outro país do mundo, em que a diferença entre brasileiros e coreanos fica muito visível pela fisionomia, pelos olhos e, mesmo assim, vocês estão dando uma demonstração de harmonia que, quem sabe, sirva de exemplo para outros países do mundo.

Em segundo lugar, quero dizer para vocês que estamos vivendo um momento muito importante nas relações Coreia-Brasil. É importante lembrar a vocês que não é nova a relação do Brasil com a Coreia e que depois de recebermos a visita do Presidente Moo no ano passado, no Brasil, resolvemos fazer essa visita à Coreia, exatamente porque acreditamos no potencial dos dois países. Todo mundo sabe que a

Coreia tem algumas similaridades importantes com o Brasil. A Coreia sai de um regime autoritário, entra em um processo democrático e a Coreia se constitui numa das potências industriais, com indústrias de ponta, indústria de alta tecnologia, competindo em igualdade de condições com outras tradicionais potências. Todo mundo sabe também que o Brasil tomou uma decisão de se transformar em uma grande nação.

O Brasil está cansado de ser chamado de um país em desenvolvimento. Tomamos a decisão de fazer com que o país se transforme definitivamente em um país desenvolvido. Sabemos que isso não é rápido, sabemos que essas coisas não acontecem em um ano, em quatro anos, em cinco anos, mas resolvemos apostar nas medidas corretas, em um alicerce correto para que o Brasil dê passos progressivamente, que o Brasil não retroceda.

É por isso que estabelecemos uma política econômica que fez o Brasil voltar a crescer; é por isso que estamos provando que é possível crescer exportando e crescer fortalecendo o mercado interno; é por isso que estamos dando passos decisivos para que o Brasil tenha uma política de comércio exterior mais agressiva; é por isso que conseguimos reaproximar toda a América do Sul, criando a Comunidade Sul-Americana de Nações; é por isso que fizemos uma forte aproximação com os países da África; é por isso que fizemos uma forte aproximação e realizamos no Brasil, no dia 10 deste mês, a Cúpula América do Sul-Países Árabes, para estreitar esses dois lados do mundo; e é por isso que estamos aqui na Coreia, agora, porque acreditamos que os países que têm similaridade com o Brasil, seja no seu potencial de desenvolvimento, seja no seu potencial econômico, precisam se juntar para que juntos possamos criar uma força política e econômica capaz de mudar a geografia mundial.

Todo mundo sabe que o Brasil tem uma parceria excepcional com os Estados Unidos e com a União Europeia, mas queremos mais. Queremos alargar os nossos parceiros no mundo, não queremos

ficar dependentes apenas de um país ou de um conjunto de países. Queremos aumentar a nossa relação, democratizá-la, torná-la mais plural e menos dependente para que o Brasil possa não apenas criar parcerias das empresas brasileiras com empresas de outros países, no caso com a Coreia, mas também criar as condições para que empresários de outros países possam ver no Brasil um potencial receptor dos seus investimentos para ajudar a desenvolver o nosso país.

Temos consciência de como esse povo coreano aprendeu, na dura luta da sobrevivência da guerra, a se constituir na nação forte que é hoje. Sabemos que nem todos os problemas estão resolvidos, mas que o único caminho para resolver é o caminho do diálogo, é o caminho da construção da paz, é o caminho do desenvolvimento, e a Coreia apostou corretamente, depois de tantos e tantos anos de sofrimento, apostou em investimento na educação como forma de garantir o alto grau de conhecimento que tem a Coreia hoje.

E não viemos aqui ensinar aos coreanos a fazer nada. Viemos aqui, humildemente, dizer que queremos melhorar a nossa parceria, que temos muito a aprender com aquilo que os coreanos fizeram aqui para esta chegar a ser a nação que é e que esperamos que essas lições possam fazer com que eu e os meus companheiros de Governo voltemos ao Brasil com muito mais força de achar que é possível transformar o Brasil em uma potência econômica. Eu, particularmente, estou convencido de que esse século XXI é o século do Brasil.

Digo todo dia: se o século XIX foi da Europa, se o século XX foi dos Estados Unidos, se o final do século XX e o começo do século XXI foi de alguns países asiáticos como a Coreia, como a China, podem ficar certos que não iremos abdicar, não iremos jogar fora a oportunidade de fazer com que o Brasil se transforme em uma grande potência no século XXI e estamos apenas começando. Talvez nem vejamos o Brasil se transformar nessa potência que sonhamos, mas se não fizermos as coisas certas agora,

certamente o Brasil poderá ter o mesmo retrocesso que teve em tantos momentos da sua história, em que parecia que as coisas iam bem e, de repente, as coisas desandavam e o Brasil quase voltava para trás.

Todo mundo conhece essa história, o que foi a década de 80, o que foi a década de 60, e nós não queremos repetir erros históricos que já aconteceram no Brasil.

E muito mais esperança temos quando chegamos na Coreia e encontramos um conjunto de brasileiros e brasileiras com essa cara alegre com que vocês estão, com essa disposição. Aqui, vocês não estão sentindo a diferença de clima, de raça, aqui vocês estão apenas dizendo o seguinte: é possível um brasileiro vencer em qualquer lugar do mundo se ele tiver disposição. Cunhamos uma palavra no Brasil que ficou famosa, de dizer todo dia o seguinte, levantar e dizer: “Eu sou brasileiro, eu sou brasileira e não desisto nunca.” Vamos à luta porque é com a luta que a construímos a nossa família, a nossa vizinhança, construímos uma nação.

Quero agradecer a todos vocês por esse carinho que demonstraram aqui. Quero dizer para vocês que depois dessa visita, certamente, estaremos construindo uma coisa muito mais sólida entre Coreia e Brasil. Estou convencido, e disse hoje aos empresários na hora do almoço, que possivelmente só vamos ter dimensão do resultado da visita do Presidente Moo ao Brasil e da minha, aqui, daqui a uns dez anos, quando estivermos avaliando os resultados daquilo que conseguimos produzir como acordos, como protocolos e como intenções, tanto de empresários brasileiros como de empresários coreanos.

E estou convencido de que a Coreia encontrou o seu caminho e estou convencido de que o Brasil encontrou o seu caminho. Agora é olhar para a frente, velejar bem esse barco para que possamos nos encontrar em alto mar e estourar um dia um champanhe, parabenizando Coreia e Brasil por essa aliança estratégica que estamos montando.

Muito obrigado, e boa sorte a todos vocês.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da Coreia, Roh Moo-Hyun, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005.

Minha vinda à República da Coreia completa um ciclo iniciado com a visita do Presidente Roh ao Brasil, no ano passado.

Vim aqui reafirmar os compromissos que enunciamos em Brasília. Mas vim também, colher os primeiros frutos da nova parceria que lançamos ao estabelecer uma Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI.

Apesar da distância, o Brasil e a República da Coreia têm fortes complementaridades e afinidades. Enfrentamos o comum desafio de forjar um futuro de segurança e prosperidade para nossos povos em meio às incertezas de uma globalização sem regras justas e sem solidariedade. A Coreia e o Brasil vêm respondendo positivamente a esses desafios.

Aprendemos, no Brasil, a respeitar a determinação e a disciplina que guiaram seu país na busca da prosperidade e do bem-estar social, que fez a indústria coreana ser internacionalmente reconhecida por sua excelência tecnológica.

Admiramos, em particular, uma política de universalização da educação e dos serviços básicos de saúde que permitiu à Coreia desbravar caminho autônomo em direção ao desenvolvimento. A escrita coreana criada no século XV, bem ilustra a inventividade e poder de adaptação desta nação.

Pela sua precisão e poder expressivo, essa escrita tornou-se a grande guardiã da integridade cultural coreana diante de sucessivas invasões por poderosos vizinhos. Pela sua simplicidade, favoreceu os esforços de alfabetização maciça da população.

Essas mesmas características ajudam a Coreia a ser, hoje, um dos países mais adiantados em matéria de inclusão digital. Como no passado, a Coreia continua a preservar sua personalidade, sem abdicar de uma integração dinâmica na economia mundial.

O Brasil tem procurado traçar para si mesmo

uma trajetória semelhante. Avançamos muito nos planos político e na macroeconomia, temos um longo caminho a percorrer, no entanto, nos planos tecnológico e social.

Senhor Presidente,

Nossos países dispõem de sólidas instituições democráticas e economias estáveis e diversificadas. Estamos empenhados em promover a transparência administrativa, reforçar o papel da iniciativa privada, promover a inclusão social e dinamizar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A história de lutas que o Presidente Roh e eu compartilhamos nos ensinou que só alcançaremos esses objetivos se houver ampla consulta e coordenação com todos os segmentos sociais.

Nossos povos sofreram as conseqüências do autoritarismo, conheceram a privação das liberdades cívicas e a ausência de diálogo. Ao tomar posse, Vossa Excelência afirmou que estava inaugurando um governo participativo. É o mesmo nome que damos às práticas inovadoras que meu governo vem introduzindo no Brasil para a formulação e execução de políticas públicas. As economias do Brasil e da Coreia são dinâmicas, pujantes e em acelerado processo de modernização.

Superamos as crises do mercado financeiro internacional dos anos 90 e estamos empenhados em aumentar nossa presença nos fluxos de comércio internacional.

Os acordos que concretizamos asseguram que nossas trocas logo superarão o atual nível de 3 bilhões de dólares, o que já faz da Coreia o terceiro maior parceiro do Brasil na região.

As fortes complementaridades entre nossas economias abrem promissoras avenidas de cooperação. Empresas coreanas estão presentes em vários setores da economia brasileira como o automotivo, o eletrônico, da construção, de telecomunicações e de transportes.

A expressiva comitiva empresarial que me acompanha nesta visita veio propor novas parcerias nessas e em outras áreas estratégicas. O seminário

empresarial, de que tive a honra de participar, confirmou que são muitas as oportunidades para nossos homens de negócios. A “Parceria Especial para o Século XXI” desenha o futuro que vislumbramos para nossa colaboração.

Estamos trabalhando juntos em tecnologia aeroespacial, eletroeletrônica, metalurgia, tecnologias limpas e projetos de infra-estrutura.

A criação de um Centro de Tecnologia da Informação, a ser instalado no Brasil, é uma aposta em nossa capacidade de gerar um pólo autônomo de desenvolvimento científico. Outra área de cooperação especialmente promissora é a do uso do etanol como aditivo à gasolina. Juntamente com o biodiesel, abre à Coréia, como ao Brasil, a perspectiva de desenvolvimento com base em uma matriz energética limpa e diversificada.

Senhor Presidente,

O conjunto de instrumentos que assinamos ajuda a dar forma concreta a nossas aspirações. Isso nos faz confiar que a ambiciosa agenda que traçamos será plenamente concretizada.

O bem-estar e segurança que almejamos para nossos cidadãos só estarão garantidos se caminharmos para um mundo menos marcado por turbulências políticas, pela ameaça do armamentismo e por uma globalização que acirra as desigualdades.

Por essa razão, defendemos o respeito estrito ao direito internacional, única garantia de um sistema multilateral mais justo e pacífico. O papel decisivo das Nações Unidas nesse esforço torna inadiável que o Conselho de Segurança se democratize e recupere sua legitimidade.

A atenção da comunidade internacional está voltada para a Península Coreana. O Brasil solidariza-se com o empenho do governo do Presidente Roh para reduzir as tensões na região. Compartilhamos a convicção de que será por meio do diálogo e do engajamento construtivo que se alcançará a reconciliação definitiva do povo coreano.

Em nossa região, por meio da integração, o Brasil e seus vizinhos sul-americanos estão buscando

respostas democráticas e solidárias para o desafio do desenvolvimento sustentável. Foi com esta convicção que meu governo patrocinou no início deste mês, em Brasília, a Primeira Cúpula América do Sul – Países Árabes. Estamos construindo consensos, baseados no conhecimento mútuo e na tolerância. São essas nossas armas na construção de um mundo de paz, segurança e prosperidade.

Com essa mesma motivação, Brasil e Coréia estão colaborando, na qualidade de Coordenadores Regionais do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste. Uma aproximação baseada nos princípios da gradualidade e do interesse mútuo entre a Coréia e o Mercosul, atualmente objeto de estudos preliminares, poderá ser igualmente benéfica.

Todas essas iniciativas e projetos serão beneficiados pela criação, durante esta visita, do Fórum Brasil-Coréia, com o objetivo de formular ações estratégicas de longo prazo para o relacionamento entre nossos países.

Senhor Presidente,

Minha visita reforçou a admiração que sempre cultivei pelo seu país: uma nação orgulhosa de seu passado e confiante na construção de seu futuro.

A Coréia descobrirá no Brasil uma nação determinada a realizar seu destino e a aprofundar o imenso potencial de cooperação entre nossos países.

É com esse espírito que convido os presentes a juntarem-se em um brinde à amizade entre os povos do Brasil e da República da Coréia e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido pela Câmara de Comércio e Indústria, Federação das Indústrias Coreanas, Associação de Comércio Internacional da Coréia e Federação das Pequenas e Médias Empresas, realizado em Seul, no dia 25 de maio de 2005.

Acredito que os encontros bilaterais entre os meus Ministros e os Ministros da Coréia do Sul foram extremamente positivos, e alguns encontros ainda

acontecerão no dia de hoje.

O encontro empresarial que aconteceu ontem à tarde foi extremamente positivo. Foram seis ou sete acordos assinados entre grupos empresariais brasileiros e grupos empresariais coreanos.

A conversa que tivemos hoje com o Presidente Moo demonstra claramente que Coréia e Brasil vivem um novo período nas suas relações. Acho que o Governo da Coréia e o Governo brasileiro estão convencidos de que a distância geográfica entre os dois países não pode significar distanciamento político, econômico e comercial.

No Brasil, estamos construindo uma política econômica sólida, uma política econômica que faça com que o Brasil tenha um crescimento sustentado, um crescimento duradouro, e que tenhamos a capacidade de combinar o controle das nossas contas públicas com grande capacidade de investimento na construção de parcerias, para que o Brasil se transforme definitivamente em um país desenvolvido.

O Brasil quer construir parcerias fortes com a Coréia. Os nossos empresários querem construir parcerias fortes com os empresários da Coréia. O Brasil pode melhorar, e muito, a qualidade dos produtos exportados para a Coréia. Muitos pensam que o Brasil é apenas um exportador de produtos in natura, e o Brasil, com suas indústrias de ponta, pode exportar não apenas produtos in natura, mas tecnologia com muito valor agregado.

Todos sabem que o Brasil é o maior exportador de carne do mundo, um dos maiores exportadores de minério, o maior exportador de café e de suco de laranja do mundo. O que as pessoas

não sabem é que o Brasil tem uma indústria aeronáutica para a produção de aviões regionais que compete com qualquer empresa de aviação do mundo.

Esta minha passagem pela Coréia permitiu que pudéssemos estreitar os laços de amizade, permitiu que conhecêssemos mais profundamente a criatividade dos empresários e do povo coreano. As empresas coreanas que estão no Brasil conhecem a criatividade do povo brasileiro, a competência do trabalhador brasileiro e a solidez da economia brasileira.

Neste mundo globalizado, não temos o direito de ficar esperando que as pessoas nos visitem. Neste mundo globalizado, a competitividade é cada vez maior e mais forte. Isso aumenta a construção de parcerias, como a que estamos construindo com a Coréia. Isso é que poderá permitir que tenhamos economias mais fortes, mais sólidas e mais competitivas. Eu dizia ao Presidente Moo, ao terminar a nossa reunião, que é impensável que a relação comercial entre Brasil e Coréia seja tão pequena, e o que estamos construindo hoje, possivelmente, só daqui a dez anos teremos a exata dimensão do que fomos capazes de produzir.

Quero terminar comunicando às associações empresariais que estão presentes aqui, aos empresários brasileiros e coreanos, que decidimos que o Banco de Desenvolvimento da Coréia vai criar a sua agência no Brasil, para que possa facilitar o entrosamento e os investimentos da própria Coréia no Brasil.

Muito obrigado e bom almoço.

Visita Presidencial ao Japão

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento japonês, no dia 26 de maio de 2005

É uma honra muito especial poder me dirigir aos representantes eleitos do povo japonês. Desta Casa emanaram decisões que construíram a sólida democracia e vibrante sociedade que é o Japão de hoje.

Como ex-deputado, sinto-me, aqui, entre companheiros.

Minha experiência parlamentar ensinou-me o papel decisivo do Poder Legislativo na concretização de nossas aspirações e sonhos. Aprendi que é no contato pessoal, na conversa franca, olhando olho no olho, que temos condições de superar diferenças e preconceitos.

Aqui, no Parlamento, construímos consensos, damos forma e expressão à vontade coletiva.

Foi a confiança na capacidade das instituições democráticas de canalizar demandas da sociedade que me levou, quando ainda era um dirigente sindical, a fundar o Partido dos Trabalhadores.

Senhoras e Senhores parlamentares,

Volto ao Japão após trinta anos. Em 1975, aqui estive a convite dos trabalhadores japoneses. Venho a este Parlamento manifestar a determinação do Brasil de renovar uma parceria que forjamos há quase cem anos, quando os primeiros japoneses chegaram ao Brasil.

Aprendemos a admirar, no povo japonês e nos imigrantes que foram para o Brasil, a perseverança diante da adversidade, a determinação em avançar, o espírito de solidariedade comunitária.

Temos motivos para voltar a crer na promessa que levou os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil a bordo do *Kasato Marú*, em 1908.

O nosso otimismo é o mesmo que levou os investimentos do Japão no Brasil, desde a década de 60, a se confundirem com a própria história de modernização e industrialização do país. Hoje, o Brasil colhe os frutos dessa cooperação.

Minha visita coincide com uma forte retomada do dinamismo econômico em nossos dois países. A determinação japonesa, que superou a crise dos anos 90, é a mesma que reergueu uma nação devastada pela guerra e que produziu o extraordinário desenvolvimento tecnológico que fez do Japão a segunda potência econômica mundial.

O Brasil também está voltando a crescer. Estamos reencontrando o caminho do desenvolvimento, de forma sustentável e com justiça social.

O programa Fome Zero hoje já beneficia quase oito milhões de famílias. Criamos quase três milhões de novos empregos formais desde o início de meu governo. Estamos colhendo os frutos de uma política econômica consistente e responsável.

Queremos criar bases sólidas de um crescimento sustentável para os próximos vinte anos. Saneamos as contas públicas; aprimoramos o marco regulatório; aumentamos extraordinariamente as nossas exportações; reduzimos a vulnerabilidade externa; estamos superando as históricas

desigualdades sociais que ainda retardam nosso avanço.

No caso do Brasil, como no do Japão, as transformações estruturais corajosamente aprovadas pelos Parlamentos de nossos países foram determinantes para esses avanços. Apenas reformas emanadas em um ambiente democrático, de livre discussão, são verdadeira-mente duradouras. Os Parlamentos têm papel fundamental e insubstituível nessa procura pelo atendimento dos anseios populares.

A presença do ex-Primeiro Ministro Ryutaro Hashimoto à frente da Liga Parlamentar de Amizade Nipo-Brasileira é uma garantia de que saberemos também transformar nossa agenda bilateral.

Quero prestar uma homenagem ao presidente da seção brasileira, Deputado Paulo Kobayashi, falecido recentemente. Sentimos sua ausência no momento em que estamos alcançando alguns dos objetivos por que tanto lutou.

Queremos voltar a ser o destino preferencial dos empreendimentos japoneses.

Pretendemos que o Brasil volte a ser referência prioritária para os investimentos japoneses.

Nessa nova fase de nossa histórica associação, queremos que o Japão veja o Brasil não apenas como fornecedor de matérias-primas, mas como um produtor eficiente de produtos de valor agregado. Cada vez mais, o Brasil deseja ser um exportador de aviões, software e energia limpa. A soja, que fez do Brasil um grande exportador agrícola, foi primeiro semeada no projeto de irrigação do cerrado com apoio técnico do Japão.

Hoje, desejamos reeditar essa experiência com outro projeto voltado para a exploração das ricas potencialidades da terra brasileira. O emprego do etanol como aditivo à gasolina permitirá ao Japão alcançar a redução de emissão de gases acordada no Protocolo de Kioto e, ao mesmo tempo, diversificar sua matriz energética.

O memorando em matéria de ciência e tecnologia, oferece oportunidade para

aprofundarmos nossa cooperação também em outras áreas estratégicas, como a biotecnologia, a biomassa e tecnologias ambientais.

O Conselho Brasil-Japão para o Século XXI, que estamos inaugurando proximamente, oferecerá valiosas recomendações sobre o caminho a seguir nesse e em outros campos de colaboração.

A presença do Deputado Kawamura – amigo do Brasil e da comunidade brasileira - na Presidência do lado japonês reforça nossa confiança no muito que poderemos realizar juntos.

Senhores e Senhoras,

A parceria entre Brasil e Japão tem uma vocação global. Apostamos no multilateralismo como a língua do diálogo e da cooperação solidária.

É necessário promover a equidade em um sistema multilateral de comércio profundamente marcado por assimetrias e distorções.

Contamos com o apoio do Japão, no âmbito da Rodada de Doha, para transformar uma ordem econômica muitas vezes adversa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento.

Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial, incorporando plenamente a agricultura ao sistema multilateral de comércio e promovendo uma globalização mais equitativa.

No âmbito regional, o Mercosul vive um momento de grande dinamismo. Incorporamos três novos Estados associados: Venezuela, Equador e Colômbia, e, um ano antes, o Peru. Chile e Bolívia já eram associados ao Mercosul, que hoje praticamente abarca a totalidade da América do Sul numa ampla área de livre comércio.

Essas ações, juntamente com projetos de integração física, impulsionados pela forte vontade política dos governantes da região é que possibilitaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. E avançam múltiplas negociações de liberalização comercial com a União Européia, a Índia, a União Aduaneira da África Austral e o Caribe.

Senhoras e Senhores Parlamentares,
Renunciamos à força devastadora das armas de destruição em massa. Nossas constituições rechaçam a lógica insana do terror e da ameaça de aniquilamento mútuo.

Precisamos reequilibrar a agenda internacional, colocando em destaque a relação entre segurança e desenvolvimento e a prioridade que devemos dar à erradicação da pobreza e da fome.

A presença de mais de 50 líderes ao encontro de Nova York, em setembro de 2004, demonstra que o mundo está entendendo a mensagem. São esses os princípios que orientam nossa atuação nas Nações Unidas. Queremos democratizar as Nações Unidas. Isso passa pelo reforço da Assembleia-Geral e do ECOSOC. Passa também por uma reforma do Conselho de Segurança que o torne mais representativo e eficaz.

Todos devem compreender que um Conselho de Segurança que não reflita as atuais realidades e não assegure representação adequada a países em desenvolvimento dentre seus membros permanentes, terá sua legitimidade contestada em detrimento do multilateralismo que queremos reforçar.

É natural que o Brasil e o Japão se apoiem mutuamente nesse processo inadiável de atualização das instituições das Nações Unidas às exigências do mundo contemporâneo.

Saudamos também o empenho do governo do Primeiro Ministro Koizumi em ajudar a reduzir as tensões na Península Coreana.

Somente por meio do diálogo e do engajamento construtivo se alcançará a reconciliação do povo coreano e a pacificação definitiva da região. O Brasil tem igualmente procurado dar a sua contribuição à paz e à harmonia, especialmente em nossa região.

Nossa atuação pauta-se, como sempre, pelos princípios da auto-determinação e da não-intervenção, bases de um sistema internacional juridicamente sólido.

Mas temos igualmente sabido combinar a

adesão a esses princípios a uma atitude de cooperação ativa sempre que solicitados e quando julgamos que podemos desempenhar um papel verdadeiramente útil.

O Brasil e seus vizinhos sul-americanos também apostam em soluções consensuais e democráticas para garantir a integração, estabilidade regional e o diálogo entre diferentes culturas e regiões do mundo.

Foi com essa convicção que realizamos, este mês, em Brasília, a Primeira Cúpula América do Sul – Países Árabes. Nesse verdadeiro parlamento internacional, lançamos as bases de uma cooperação efetiva entre países distantes que só se olhavam através da percepção recebida de fora. São essas nossas armas na construção de um mundo de paz, segurança e prosperidade.

Senhores e Senhoras,

Diálogo franco e cooperação solidária são os valores que me trouxeram a Tóquio e que fundam os laços de sangue e de história que unem nossos povos.

Uma união antiga, que remonta à presença, no Brasil, de uma expressiva e laboriosa colônia japonesa – a maior do mundo. Durante minha estada no Japão, estarei visitando a comunidade brasileira em Nagóia.

Quero agradecer à Dieta o apoio que vem prestando para que a comunidade brasileira possa beneficiar-se da mesma oportunidade de integrar-se à sociedade japonesa que os imigrantes japoneses tiveram no Brasil.

As medidas de apoio a esses brasileiros, sobretudo no campo da Educação, Saúde e Previdência Social, lhes permitirão construir um futuro melhor, seja aqui ou no Brasil.

Estou seguro de que essa comunidade está construindo um novo capítulo na história de amizade e solidariedade entre japoneses e brasileiros.

Em 2008, iremos festejar o centenário desse ir e vir incessante de pessoas e de idéias entre nossos países. Vamos lembrar as duas vertentes desse fluxo

humano, primeiro do Japão para o Brasil e, depois, do Brasil para o Japão.

Vamos celebrar a saga daqueles que construíram uma ponte de amizade que cruza oceanos, aproxima culturas e atravessa séculos.

Conheço bem o sentimento, ao mesmo tempo de incerteza e de expectativa dessa travessia. Eu mesmo percorri caminho semelhante, ao deixar, ainda menino, o lar e a vizinhança conhecidos em busca do sonho da prosperidade.

Solidariedade e cooperação na diversidade são os valores que nos uniram no passado. Devem ser os mesmos princípios a nos guiar no momento em que estamos relançando a parceria entre nossos povos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da comunidade brasileira, realizado em Nagóia, Japão, no dia 28 de maio de 2005.

Nós, com essa visita que fizemos ao Japão, demos um passo muito importante para que as relações Brasil-Japão sejam alavancadas e a gente possa construir uma relação mais forte com o Japão.

Essa relação a ser construída, mais forte do que hoje, ela passa por uma grande relação política, cultural e comercial. E ela passa por discutir com o Governo japonês e com o Primeiro-Ministro, com a Câmara Japão-Brasil, com a Câmara de Deputados, com os brasileiros que estão aqui e os deputados japoneses, para que a gente consiga fazer com que o povo brasileiro, que está aqui, tenha o mesmo tratamento que os japoneses têm no Brasil, que já estão lá há muito tempo.

Lógico que esse é um processo que demanda acordos políticos. O Ministério da Educação vai ter que vir muitas vezes ao Japão, o Ministro da Educação do Japão vai ter que ir muitas vezes ao Brasil, passa pelo fato de o Ministro da Saúde do Brasil vir aqui e o Ministro da Saúde do Japão ir ao

Brasil, os técnicos visitarem, conhecerem a realidade para que a gente vá construindo a possibilidade de os brasileiros que estão no Japão terem cidadania total, como têm os japoneses que estão no Brasil. Esse é um desejo, esse é um compromisso do governo, de trabalhar, o governo do Brasil e o governo do Japão, para que a gente possa atingir essa plenitude de tratamento entre os dois povos.

Vocês sabem que em 2008 completam 100 anos da imigração japonesa para o Brasil. Aliás, está aqui a nossa querida Tizuka Yamasaki, que acaba de lançar o *Gaijin II*. É a saga do povo japonês do começo do século passado, mas também termina com a saga do povo brasileiro, já aqui no Japão. É um filme belíssimo, deve estar nos cinemas aqui, de Nagóia. Quem quiser assistir vá, leve um lenço, porque certamente vai chorar no cinema. Mas compensa ir ver.

Eu queria só dizer a vocês o seguinte: nós tivemos reuniões com as comissões que o nosso Consulado, que o nosso Cônsul nos apresentou, nós temos uma demanda dos problemas que vocês estão passando aqui, essa demanda eu vou levar para o Brasil e os ministros de cada área, junto com o Embaixador do Japão no Brasil, o Embaixador brasileiro no Japão, o nosso Cônsul, e com os ministros do Japão, nós vamos tratar de encaminhar soluções para todos esses problemas que hoje ainda perturbam a vida do povo brasileiro, sobretudo na questão da educação e na questão da saúde.

A questão da saúde não é um problema do Japão, é um problema do mundo. Nenhum país aceita que médico de outro país faça atendimento naquele país. No Brasil, hoje, nós temos problemas com os jovens que se formaram em Cuba, voltaram para o Brasil e não podem exercer a profissão de médico. Nós temos problemas de médicos italianos que vão para o Brasil para trabalhar de graça e não podem exercer a profissão. Então, esse é um problema delicado, que passa por um profundo acordo entre os governos, mas sobretudo entre as entidades que representam os médicos no Japão e no Brasil. O ideal é que a gente possa criar condições de ter médicos

brasileiros aqui, atendendo à comunidade brasileira em todo o Japão. Esse é o ideal. Vamos ver que tipo de convênio podemos fazer, porque o primeiro-ministro Koizume demonstrou total boa vontade, quem participou da reunião ficou encantado com a disposição do Primeiro-Ministro Japonês, de tentar a fundo esse entrosamento entre o Brasil e o Japão, de forma mais forte, de forma mais positiva.

Vocês receberam aqui, em Nagóia, há um mês, o Presidente do Sebrae que, num acordo com o Banco Interamericano, vai investir 3 milhões de dólares no programa para dar formação de empreendedorismo aos brasileiros que estão aqui no Japão, para tentar dar a eles um mínimo de iniciação de empreendedor, para que eles possam cuidar melhor das coisas que estão fazendo aqui ou para que eles possam se preparar melhor quando quiserem voltar ao Brasil, e isso o Consulado já tem informado, o projeto já está pronto e nós vamos começar a preparar os brasileiros para que eles possam estar melhor preparados para o retorno à sua terra natal ou para até continuar trabalhando aqui no Japão.

Por último, dizer para vocês que meu desejo mesmo é que um dia todos vocês possam regressar ao Brasil com a possibilidade de ter emprego, com a possibilidade de levar a vida com a dignidade que todos nós precisamos levar. Eu sei que a maioria que sai do Brasil, sai para trabalhar, sai em busca de oportunidades, sai na tentativa de construir fora do Brasil aquilo que não pode construir no Brasil. Sei das dificuldades dos nossos adolescentes que estão aqui, que não terminaram o ensino do segundo grau no Brasil, que não falam japonês e que têm dificuldade para entrar numa escola particular porque não podem pagar. Nós vamos ter que encontrar uma solução porque não nos interessa que nenhum jovem brasileiro se vá da escola porque não tem condições de pagar essa escola.

Nós vamos tentar encontrar um jeito de fazer um convênio com o governo do Japão para ver o que cada país pode fazer para dar um atendimento a esses adolescentes, e também cuidar para que as

nossas crianças, que estão aqui, tenham a melhor formação possível. Mesmo aquelas que não podem estudar nas escolas particulares, nós vamos ter que cuidar para que aquela criança tenha qualidade de educação, e eu acho que isso nós vamos alcançar a partir dessa visita que fizemos ao Japão.

Quero dizer a vocês que regresso ao Brasil convencido de que a relação do Brasil com o Japão e do Japão com o Brasil vai melhorar substancialmente, vai melhorar do ponto de vista do comércio. Acho que o Brasil vai comprar mais e vai vender mais, vai melhorar do ponto de vista do turismo. Eu acho que os japoneses... vejam aqui, os japoneses cantando música nordestina, os japoneses cantando “Luar do Sertão”, ora, se com tanta facilidade eles aprenderam a cantar essas duas músicas que são dois símbolos brasileiros, muito mais fácil será para eles quando estiverem no Brasil, na rota do Rio para o Japão, para que possam conhecer as belezas que o Brasil pode oferecer aos turistas japoneses.

Um povo japonês que aprende capoeira e que aprende a cantar com a facilidade que já cantaram aqui, tem muito a ver da sua relação com o povo brasileiro. O que fica demonstrado, com esse show aqui, é que quando há disposição e vontade, não tem idioma, não tem cultura que não permita que a gente não aprenda as coisas do país em que a gente está vivendo.

O Japão não é um país estranho, o Japão está dentro do Brasil há 100 anos, a nossa relação já existe há 100 anos, e eu acho que a partir de agora ela vai melhorar substancialmente para o benefício dos brasileiros, aqui, e para o benefício dos japoneses lá no Brasil.

Quero me despedir de vocês dizendo, do fundo do coração, porque eu não poderia vir a Tóquio e de Tóquio ir embora, sem passar em Nagóia para apertar a mão, se não de todo mundo, do conjunto muito grande de pessoas aqui. E é importante que eu esteja com deputados, com ministros, com governadores, para que eles percebam

que vocês, mesmo aqueles que estão fazendo um baita sacrifício, são vencedores. Vieram para cá, não abaixaram a cabeça, levantaram a cabeça e estão trabalhando como sempre trabalharam no Brasil. E, se Deus quiser, daqui construirão a possibilidade de ter um retorno que lhes permita uma vida muito melhor.

Eu quero, do fundo do coração, dar um beijo

em cada criança, em cada mulher, em cada homem, e dizer que se eu pudesse transmitir, daqui, eu transmitiria um abraço e um beijo para os familiares de vocês que estão no Brasil.

Muito obrigado, que Deus os abençoe, boa sorte, nós vamos fazer a nossa parte.

XXXV Assembléia Geral da OEA

Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da XXXV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos “Tornando realidade os benefícios da Democracia”, realizada em Fort Lauderdale, EUA, no dia 6 de junho de 2005

Senhores Ministros,
Senhor Secretário-Geral da OEA,
Senhores Delegados,
Caros colegas,

Agradeço ao Governo dos Estados Unidos, especialmente à Secretária de Estado Condoleezza Rice e às autoridades do estado da Flórida, pela calorosa acolhida em Fort Lauderdale.

Ao Secretário-Geral José Miguel Insulza, reitero a confiança do Brasil e os votos de êxito em sua gestão.

Quero também cumprimentar o Secretário-Geral-Adjunto, Luigi Einaudi, inclusive pelo discurso que pronunciou ontem.

Estou acompanhado de duas Ministras brasileiras: a Ministra Nilcéa Freire, encarregada de Políticas para as Mulheres, que em abril passado foi eleita Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres. E a Ministra Matilde Ribeiro, responsável pelas Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que participará das deliberações sobre a proposta brasileira, apoiada por vários países, de uma convenção interamericana para prevenção do racismo e de todas as formas de discriminação e intolerância.

A presença dessas Ministras brasileiras reflete a prioridade que o Presidente Lula atribuiu às

dimensões social e humana da democracia. O racismo, a discriminação e a intolerância são incompatíveis com a verdadeira democracia.

Quero, nesse particular, cumprimentar a senhora Secretária de Estado pela maneira franca com que abordou o tema, inclusive com referência à história recente de seu país. É um exemplo que deve ser seguido.

Nas últimas décadas, a democracia registrou avanços notáveis em nosso continente. Além de eleições periódicas, as legislações nacionais passaram a incluir instâncias para promover a cidadania, ouvir e proteger as minorias, defender e garantir os direitos humanos.

Na América do Sul, a integração econômica tem sido acompanhada por progresso importante no sentido da consolidação democrática. Em julho de 1998, os países membros do Mercosul, juntamente com Bolívia e Chile, assinaram o Protocolo de Ushuaia pelo qual acordaram que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o processo de integração. Os novos membros associados - Peru, Venezuela, Colômbia e Equador – expressaram sua adesão a este importante instrumento de defesa da democracia.

A Comunidade Sul-Americana de Nações, lançada em dezembro de 2004, na Cúpula de Cuzco,

no Peru, assenta-se igualmente no compromisso com a democracia. A Declaração de Cuzco ressalta a importância do estado de direito e da promoção da cidadania e transparência.

A adoção da Carta Democrática Interamericana, em setembro de 2001, é parte desse processo, que envolve organismos regionais, subregionais e continentais. Foi um passo importante, que resultou do consenso sobre os princípios, os parâmetros e as normas da democracia no Hemisfério. A Carta evoca princípios essenciais ao mesmo tempo em que apresenta a flexibilidade necessária para dar resposta às situações em que a ordem democrática é rompida ou ameaçada. Sua aplicação deve ser firme, mas equilibrada. Cooperação e diálogo, mais do que mecanismos intervencionistas, devem ser os conceitos-chave.

Esse instrumento deve ser lido, também, em conjunção com a Carta da OEA, onde estão os princípios basilares, os fundamentos e a razão de ser da Organização, que são a paz, a justiça, a cooperação, o desenvolvimento, a solidariedade e o respeito à soberania e a não-ingerência.

A Carta Democrática foi aplicada em relação à situação recente no Equador. Também, em abril passado, integrei, com o Chanceler da Bolívia e o Vice-Ministro peruano, missão da Comunidade Sul-Americana de Nações com o objetivo de oferecer ao Governo e às forças políticas equatorianas apoio para o restabelecimento da estabilidade política. Ilustram-se assim a necessidade e a conveniência da atuação coordenada entre as instâncias hemisféricas e as instâncias regionais ou subregionais.

Senhora Presidente,

A democracia não pode ser imposta; ela nasce do diálogo.

Alguns países da região têm experimentado dificuldades recorrentes em função, sobretudo, dos graves problemas econômicos e sociais, que ainda persistem em nosso continente. Diante de tais situações, é preciso estimular o diálogo entre os diferentes setores sociais, valorizar e fortalecer as

instituições e apoiar soluções que podem e devem ser encontradas no plano nacional. A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não-ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O Governo do Presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como de “não-indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo.

A democracia deve resultar também em maior inclusão e justiça social. Não se pode falar em sistema político verdadeiramente democrático se milhões de pessoas são privadas de seus benefícios e de suas promessas.

O Presidente Lula tem reiterado que, somente pela via democrática, é possível alcançar soluções para os problemas sociais. O Programa Fome Zero e a iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza ilustram o nosso compromisso com a dimensão social da democracia.

O pleno florescimento da democracia em países mais pobres pressupõe também um ambiente internacional favorável. Na área comercial, é necessário, sobretudo, eliminar os subsídios bilionários concedidos a produtores ineficientes de países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, inclusive os da nossa região, necessitam de regras de comércio internacional justas, que garantam acesso de seus produtos aos mercados dos países ricos e não criem constrangimentos insuperáveis à promoção de políticas industriais, tecnológicas e de desenvolvimento social.

Devemos reconhecer a existência de assimetrias entre os países do continente americano. É inegável que a integração se processa de maneira mais suave entre países de nível de desenvolvimento semelhante. É com esse espírito que o Brasil tem conduzido negociações no âmbito do Mercosul e com outros parceiros da região.

No nosso continente, há uma situação particularmente trágica. É o caso do Haiti, que

continua a requerer a nossa solidariedade ativa.

Com base em experiências passadas, ficou comprovado que a situação no Haiti não se normalizará apenas com o uso da força militar. A realização de eleições nas quais participem todas as correntes políticas criará condições para uma legítima reconciliação nacional.

O Brasil e outros países da América Latina têm feito a sua parte com dedicação e espírito de sacrifício e solidariedade.

O compromisso do Brasil – e, creio, de muitas outras nações latino-americanas que para lá enviaram tropas – está baseado na expectativa de que se concretizem as promessas e o oferecimento de assistência feitos pela comunidade internacional. Sem que estas promessas de ajuda se concretizem, a frustração do povo haitiano aumentará e o próprio

sentido da nossa presença naquele país ficará comprometido.

Senhora Presidente,

Referência foi feita aqui a um assento vazio em nossa organização. Nós também consideramos isso uma anomalia e também lamentamos que assim o seja. Já em 1994, o Brasil, com o apoio de outros países, propunha que se abrisse um diálogo sobre essa situação. Não queremos fazer julgamento sobre a política de qualquer outro Estado membro. Mas quero reiterar que, no nosso entender, a cooperação construtiva, mesmo quando há diferença de percepções, algumas vezes diferenças profundas, é o melhor caminho para assegurar que os objetivos da Carta sejam plenamente alcançados.

Muito obrigado.



VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sessão de Encerramento da VI Reunião da Comissão Mista Brasil- Senegal, realizada em Brasília, no dia 9 de junho de 2005

Boa tarde. Queria, em primeiro lugar, dar as boas-vindas a meu amigo, Cheikh Tidiane Gadio, Ministro das Relações Exteriores do Senegal, e a toda sua delegação para esta Comissão Mista. Sei que há sempre muita impaciência, sobretudo da parte da nossa mídia, muito vigilante, naturalmente, com o bom uso do dinheiro público, de saber quais são os resultados concretos das visitas presidenciais. Acho que esta Comissão Mista é uma ilustração bastante evidente desse seguimento que se dá às visitas. Como tive ocasião de dizer na época, e o próprio Presidente Lula, a visita à África, mas em particular, ao Senegal, já se justificaria mesmo que não houvesse nenhum outro seguimento, quer dizer, o mero reencontro cultural, reencontro sentimental, reencontro espiritual mesmo, que ela possibilitou foi algo extraordinário.

Costumo dizer que – com experiências bastante amplas com cerimônias desse tipo – é muito raro ver jornalistas chorarem; chorarem por motivos dentro da sua função profissional. A cerimônia em Gorée foi tão emocionante, que ao final não só as autoridades, os membros das comitivas, o intérprete, mas até mesmo os jornalistas estavam com lágrimas nos olhos, em pleno exercício da sua função – um de vocês estava lá, creio eu. Enfim, foi em si mesmo um evento de grande importância e relevância, não só para o Brasil, porque é um reconhecimento de uma dívida que temos como sociedade brasileira independentemente das pessoas, individualmente, com o que ocorreu no período da escravidão, uma dívida mais ampla com a África e o pedido de perdão

do Presidente Lula será algo que certamente ficará marcado. Espero que possa ser também um exemplo para outros países.

Além disso, foram discutidos muitos outros temas, de cooperação econômica, de cooperação técnica, diálogo político. Tivemos ocasião de discutir e vamos prosseguir na hora do almoço com nosso diálogo político sobre temas de interesse comum, que dizem respeito a Reforma das Nações Unidas, que dizem respeito a cooperação que o Brasil pode prestar à África, aos acordos que o Mercosul pode ter com a União Econômica e Monetária da África Ocidental. Há uma série de temas que têm uma natureza política que estão tendo prosseguimento e que terão prosseguimento na visita que, espero, possa nos fazer Presidente Wade.

Mas há também temas bastante específicos que foram discutidos pelos representantes dos vários ministérios e do setor empresarial. Alegro-me muito ver, entre nós, também empresários. Isso demonstra que a nossa visita está tendo continuidade também sob esse aspecto e que negócios que já se haviam entabulado começam a se concretizar, que surgem perspectivas não só para exportação, mas também para investimentos brasileiros no Senegal. Há grande interesse de empresas tradicionais e conhecidas, mas há também interesse, por exemplo, de um Estado do Nordeste brasileiro em estar presente de maneira mais ampla no Senegal. Expressei ao Ministro a expectativa de que também possa haver investimentos brasileiros em áreas que facilitem a nossa importação

de produtos senegaleses, porque, como o Presidente Lula tem dito, não há possibilidade de manter sustentável a longo prazo um comércio de mão única. O comércio tem que ser sempre de duas mãos.

Seria longo listar todos os temas sobre os quais falamos, Haverá atos que serão assinados, creio que em seguida. A Ata será assinada mais tarde, porque ainda está sendo terminada. Mas a cooperação na área agrícola; a cooperação na área de saúde, inclusive em medicamentos anti-retrovirais; a cooperação na área da cultura; na área da educação, bolsas de estudo, ensino de Português no Senegal, além do que já mencionei sobre a área empresarial, demonstram claramente o potencial da nossa relação, que é uma relação importante, histórica. O Brasil tem um Consulado em Dacar desde mil oitocentos e cinquenta e pouco, e abriu a Embaixada pouco depois da Independência, em 1961. Foi a nossa primeira embaixada na África sub-saariana.

Esse potencial que estava implícito nas nossas afinidades começa agora a se traduzir em fatos concretos, há uma linha marítima que opera entre Santos e Dacar, há discussões sobre linha aérea, várias possibilidades estão sendo examinadas, todas essas questões de investimentos, aumento do comércio, como disse, ainda muito desequilibrado, mas que tem aumentado de maneira notável no que diz respeito às nossas exportações para o Senegal, esperamos que possa também ocorrer no sentido das nossas importações.

Mas não é só disso que se faz a relação entre os países, repito, ela se faz também de contatos entre outras áreas. Algo muito importante, é o protocolo que vamos assinar na área de direitos humanos, que tem a ver também com a igualdade racial e outros aspectos, a nossa participação no festival de arte negra no ano que vem. Gostaria de singularizar algo especialmente, que a partir de um convite do Senegal, o fato de que o Brasil deverá sediar no ano que vem – o Presidente Lula já aprovou também essa decisão – um grande encontro de intelectuais africanos. É interessante frisar, não apenas de intelectuais da

diáspora africana. O encontro vai se realizar num país da diáspora, mas será um encontro de intelectuais africanos. Isso, evidentemente, para nós é motivo de grande orgulho e, seguramente, esse seminário será de grande importância.

Queria mencionar também que, além desses temas, acordamos que a nossa Comissão Mista deve se reunir mais amiúde. A última antes desta, faz mais de dez anos. Por acaso, este servidor de vocês, lá estava como Ministro do Governo do então Presidente Itamar Franco. E é com grande alegria – tristeza por um lado, por ver que demorou tanto, mas alegria por outro – que presido agora esta reunião também da Comissão Mista com Senegal. Então, ela deve se reunir amiúde, possivelmente, a cada dois anos, mas ser entremeada também de uma reunião de seguimento. Não quero me estender mais do que isso, vocês verão na Ata, a importância dos setores, mas sei que a nossa mídia é sempre muito interessada no aspecto econômico, tem aqui representantes. Então, há projetos brasileiros, vamos ver como eles se realizam, mas que vão desde a participação na malha ferroviária, transporte no Senegal, como também investimentos, em áreas como motocicletas, móveis, equipamentos ortopédicos, bombas de água etc., só para mencionar alguns.

Então, gostaria, mais uma vez, de dizer da nossa alegria de sediar esta reunião, pedir que transmita ao Presidente Wade a grande alegria que teve o Presidente Lula de fazer uma viagem verdadeiramente histórica do Senegal. E a expectativa de receber o Presidente Wade, que além de ser o Presidente do Senegal, é um grande líder africano, de um país democrático, que tem tido grande estabilidade, tem tido rotação inclusive de partidos no poder. É com grande alegria que esperamos o Presidente Wade no Brasil no mais breve prazo. Vamos discutir uma data, provavelmente será entre novembro e janeiro, para que não se perca o “momentum” dessa relação.

Muito obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da República do Congo

Brinde do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço oferecido ao Presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, realizado em Brasília, no dia 13 de junho de 2005

Presidente da República do Congo,
Senhoras e Senhores Embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu governo,

Senhoras e Senhores Ministros de Estado e demais integrantes das comitivas do Congo e do Brasil,

Senhoras e Senhores Parlamentares,
Meus amigos e minhas amigas,
É com grande alegria que dou as boas-vindas ao Brasil ao Presidente Nguesso.

Nas últimas décadas, nossos países passaram por importantes transformações.

Permanecem, contudo, os desafios que o século XX não soube resolver, sobretudo a exclusão social.

No século XXI, a globalização nos oferece a oportunidade de criar um novo eixo de diálogo e cooperação entre os países do Sul.

Estamos unidos na busca da verdadeira autodeterminação, que nos conduzirá pelo caminho do progresso soberano e do bem-estar de nossos povos.

A África deu passo importante nessa direção. Ao criar a União Africana, a região voltou-se definitivamente para a consolidação de suas instituições e a integração de suas economias.

Sob a liderança de Vossa Excelência, a República do Congo vem contribuindo ativamente para os esforços de pacificação da Comunidade

Econômica e Monetária da África Central.

O Brasil confia na vocação de seu país e de toda a África para a paz e a conciliação. Apoiamos a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, a NEPAD, que traduz a determinação de seus líderes de encontrarem soluções próprias para os problemas do continente.

Presidente Nguesso,

O Brasil, tal como a África, está empenhado na reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais democrático e representativo. Isto só será possível com novos membros permanentes do mundo em desenvolvimento. Esperamos poder contar com o apoio da República do Congo, da mesma forma que a África terá nosso endosso para as candidaturas que vier a apresentar.

Também almejamos a democratização das relações comerciais internacionais e a inserção competitiva de nossos países na economia global. Somente nossa estreita coordenação no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio assegurará que o comércio se converta em um instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento econômico.

Senhor Presidente,

A expressiva comitiva ministerial que acompanha Vossa Excelência no Brasil nos permite

explorar caminhos inéditos de intercâmbio bilateral. O mecanismo de consultas políticas que estamos instituindo expressa nossa determinação de intensificar nosso diálogo e cooperação.

No Foro Brasil-África, realizado em Fortaleza, em 2003, confirmamos que são muitas as oportunidades para aproximar nossas trocas econômico-comerciais do seu potencial.

A competência do Brasil na área de engenharia pesada, construção civil e mineração permitirá explorar as fortes complementaridades entre nossas economias.

A área de cooperação energética, em especial, espelha as possibilidades de nossas relações. A liderança tecnológica da Petrobrás na exploração de petróleo em águas profundas poderá ser comprovada durante os encontros que sua

delegação manterá no Rio de Janeiro.

A experiência brasileira no emprego do etanol como aditivo à gasolina, juntamente com o biodiesel, é outra tecnologia brasileira que poderá ajudar a República do Congo a valorizar seus recursos naturais.

Senhor Presidente,

Nessa sua segunda viagem ao Brasil, Vossa Excelência sentirá uma vez mais com intensidade, a importância de nossa herança africana. Uma herança de que nos orgulhamos profundamente e que aproxima nossos dois países.

É com esse espírito que convido os presentes a erguerem um brinde à nova etapa das relações entre nossos países, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade da República do Congo.

Reunião do Conselho do Mercosul

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Assunção, Paraguai, no dia 20 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado, Excelentíssimo Eduardo Duhalde, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul,

Senhores Chefes de Delegação, Senhores convidados especiais, Senhoras e Senhores Ministros das Relações Exteriores de Estado do Mercosul e associados,

Senhoras e Senhores Ministros, Senhoras e Senhores Embaixadores, Meus amigos e minhas amigas,

Quero, inicialmente, felicitar nossos irmãos paraguaios pela condução da Presidência Pro Tempore do Mercosul. Agradeço sua calorosa acolhida.

A realização das Cúpulas do Mercosul em Assunção evoca a visão de futuro e o espírito de confiança presentes na origem de nosso processo de integração, há quase 15 anos.

Ao longo desse período, o Mercosul provou ser um projeto de Estado, que une nossos países para além de interesses imediatos e dificuldades conjunturais. Pelo diálogo e esforço conjunto, conformamos este espaço de integração, hoje um dos principais blocos comerciais do mundo.

A força dessa idéia fez com que quase todos os países do continente estejam associados a esse

projeto. Vejo, com grande satisfação, a presença aqui de tantos presidentes sul-americanos. É uma demonstração concreta que está se tornando realidade o sonho da união sul-americana.

A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cuzco, foi um passo histórico. Mas para que ela ganhe realidade, é necessário um Mercosul cada vez mais forte.

Senhores Presidentes,

Não podemos negar que temos enfrentado dificuldades nessa caminhada. Não há como esconder a existência de um certo mal-estar. Nosso esforço não se tem traduzido em benefícios reais, principalmente para os países menores. Basta olharmos para os números de comércio.

Faltou-nos, em muitos momentos, agilidade para pôr em prática decisões que adotamos e compromissos assumidos. Muitos dos esperados ganhos da integração não se materializaram. Persistem, por isso, questionamentos e mesmo recriminações mútuas.

Tenho presente a complexidade de se elaborarem políticas públicas comunitárias. Mas os obstáculos podem ser vencidos com ousadia e determinação.

Temos que encontrar soluções criativas para os setores afetados por situações adversas. Soluções que atendam as dificuldades conjunturais, mas que apontem no sentido de melhorar a nossa

competitividade como bloco.

Estou certo de que saberemos dar respostas positivas a esses problemas, inerentes aos processos ambiciosos de integração. Vimos as recentes dificuldades que enfrenta a União Européia, cuja integração começou há mais de cinquenta anos. Temos de enfrentar esses problemas.

Com o tempo, vistos em perspectiva, ganharão realce os benefícios de longo prazo. A integração é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da região e para a definição de nosso lugar no mundo de hoje. Não podemos desperdiçar a oportunidade histórica que temos em nossas mãos. Vivemos hoje a retomada do crescimento de nossas economias e contamos com uma singular sintonia política entre nossos governos.

Devemos aproveitar este momento para canalizar todas as nossas energias e dar um salto qualitativo em nossa associação. Temos um patrimônio invejável de regras, instituições e realizações.

Temos também um roteiro a seguir. O Programa de Trabalho 2004-2006 constitui uma agenda ambiciosa em matéria institucional, política e social. O funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão e a próxima instalação do Centro de Promoção do Estado de Direito mostram que o Mercosul se fortalece institucionalmente.

Estamos acelerando o processo de internalização das normas do Mercosul. Determinei a meu governo que acelere esse processo, que estava atrasado no Brasil.

Estamos fortalecendo a dimensão social do nosso bloco. A realização da reunião do Grupo Mercado Comum com o Foro Consultivo Econômico e Social valoriza a presença da sociedade civil no processo decisório do Mercosul.

Saudamos o empenho do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes na elaboração da Cartilha do Mercosul. Ela garante maior participação cidadã no processo de integração.

A cidadania do Mercosul só estará completa,

no entanto, quando houver canais efetivos de participação democrática. A criação do Parlamento do Mercosul dará uma nova dinâmica ao processo de aproximação de nossas sociedades e de construção de nosso destino comum.

Seguimos determinados a cumprir o prazo de 31 de dezembro de 2006 para a instalação de nosso Parlamento. Estou certo de que teremos a inteligência política para encontrar fórmula que assegure representação equilibrada de cada um de nossos países e nossos povos, em pleno respeito à igualdade jurídica dos Estados.

Se outros antes de nós trilham esse caminho, por que não poderíamos fazê-lo? O Parlamento pode começar como um foro, que avançará em suas competências à medida que o Mercosul ganhe consistência e se expanda.

Estamos atentos também às expectativas das nossas regiões de fronteira, que sempre estiveram na vanguarda da integração. Esperamos poder concluir ainda este ano o Acordo sobre Comunidades de Fronteira.

Senhoras e Senhores Presidentes,

É certo que queremos um Mercosul que vá além da simples eliminação de tarifas. Não podemos recuar, porém, no aperfeiçoamento da União Aduaneira. Não devemos ceder à tentação das soluções fáceis para questões pontuais de comércio, que não refletem a realidade maior dos ganhos que a integração oferece.

Para que o Mercosul siga como motor de nosso desenvolvimento, precisamos de respostas afirmativas. É exemplo disso o programa para a eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum, que abre caminho para a livre circulação de mercadorias no bloco.

Temos de avançar na harmonização de políticas públicas comunitárias. Precisamos conformar uma política industrial comum, que pense de maneira integrada nossos sistemas produtivos.

Um passo crucial foi reconhecer a necessidade de superar as assimetrias econômicas

entre nossas economias. O estabelecimento do Fundo Estrutural do Mercosul é um divisor de águas nesse processo.

Estamos todos convencidos de que o fundo, com valores realistas, mas consistentes com as necessidades de nossos países, é um instrumento indispensável de integração.

Senhores Presidentes,

Para avançarmos na agenda interna do Mercosul, precisamos da mesma ousadia que tem orientado nossa atuação externa. O Mercosul tornou-se plataforma de negociação privilegiada que potencializa a capacidade individual de nossos países de competir na economia global.

Concluímos negociações comerciais com Índia e África do Sul. Estamos avançando em acordos com Canadá, Egito, Israel, Marrocos e o Conselho de Cooperação do Golfo. Seguimos firmemente empenhados em concluir os entendimentos com a União Européia.

Em nossa vizinhança, fizemos progressos históricos. Congratulo-me pela plena vigência do Acordo de Livre-Comércio do Mercosul com a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Somado aos acordos que já temos com Bolívia, Chile e Peru, cria as condições econômicas para o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Por isso, espero recebê-los todos em Brasília, ainda este ano, para avançarmos na consolidação institucional da Comunidade.

Estamos engajados em diálogo com o Sistema da Integração Centro-Americana, a República Dominicana, o Panamá e a Comunidade do Caribe.

O Mercosul está ganhando o mundo, estabelecendo parcerias e desbravando novos mercados.

Senhores Presidentes,

O Brasil tem consciência de suas obrigações e responsabilidades como economia maior do bloco.

Sabemos que os benefícios reais e efetivos do Mercosul, em particular para os sócios menores,

dependem de uma diversificação de nossa pauta de importações, sobretudo para produtos de maior valor agregado.

Estamos prontos a iniciar um trabalho de superação efetiva dos entraves e dificuldades pontuais no nosso comércio.

Nesse sentido, e a título de contribuição para a Presidência Pro Tempore uruguaia, sugerimos que se faça um levantamento minucioso dos obstáculos e compromissos pendentes na agenda econômico-comercial do Mercosul. E, meu caro Tabaré, pode contar com a nossa colaboração para que a Presidência Pro Tempore produza o máximo que for possível produzir.

Esse balanço orientará uma pronta resposta nossa aos problemas pendentes. Temos dado demonstrações significativas de confiança no nosso futuro comum.

Estimulamos e realizamos importantes investimentos em setores estratégicos da economia de nossos vizinhos.

Capitais brasileiros estão presentes nos setores de indústria, agropecuária, energia e infraestrutura, gerando riqueza e empregos. Mas ainda não concretizamos plenamente as potencialidades dos investimentos conjuntos e do uso das compras de governo como instrumento de desenvolvimento e integração.

Temos a responsabilidade de viabilizar esquemas financeiros que permitam tais investimentos. Reitero nosso compromisso de fazer com que o BNDES seja não apenas um banco de desenvolvimento nacional mas, também, junto com outros instrumentos e instituições, um banco de fomento regional.

Queridos Amigos,

Em nosso processo de integração não há lugar para hegemonismos, nem podem prevalecer interesses imediatos e visões de curto prazo. Queremos construir um Mercosul solidário, em que todos estejam dispostos a ceder algo em prol do desenvolvimento coletivo.

Num momento em que nossa região enfrenta os desafios da consolidação democrática, o Mercosul é um patrimônio inestimável que contribui para a estabilidade política e institucional de nossos países.

Estamos todos comprometidos com o Protocolo de Ushuaia e com a preservação da democracia. E sabemos que sem democracia não haverá verdadeiro desenvolvimento.

Antes de terminar, gostaria de fazer uma reflexão. Neste momento rico, mas cheio de contradições, em que o Mercosul demonstra sua vitalidade alargando os horizontes da integração, não seria correto esperar que todas as iniciativas venham dos governantes.

Presidentes e Ministros podem e devem exercer a liderança que a sociedade espera deles.

Mas, para que a integração se enraíze de fato em nossos países e produza os frutos que queremos colher, todos – empresários, trabalhadores, parlamentares e sociedade civil – devem olhar para além de seus interesses específicos e momentâneos.

Não basta que exerçam a crítica legítima. Devem, igualmente, de forma criativa, contribuir com propostas e soluções para as questões que a própria integração suscita.

Por isso, convoco todos a se engajarem nesse esforço, com grandeza e muita visão de futuro.

A prosperidade virá de nossa aliança. A força virá da nossa união. E eu tenho certeza de que o Mercosul será um grande benefício para todos os países que dele participam.

Muito obrigado.

Conferência Internacional sobre o Iraque

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Conferência Internacional sobre o Iraque, realizada em Bruxelas, Bélgica, no dia 22 de junho de 2005

(versão em português do original em inglês)

Senhor Secretário-Geral Kofi Annan,
Senhor Abul Gheit, Ministro dos Negócios
Estrangeiros do Egito,
Senhor Zebari, Ministro dos Negócios
Estrangeiros do Iraque,
Caros colegas,

Gostaria de congratular, de modo muito sincero, os organizadores desta Conferência em apoio ao Iraque.

Como firme defensor do multilateralismo, o Brasil sempre defendeu um papel proeminente das Nações Unidas. Como se lembrarão o Secretário-Geral Annan e outros aqui presentes, o Presidente Lula assinalou, repetidas vezes, a necessidade de que haja o maior engajamento possível da comunidade internacional na questão do Iraque.

Concordamos com os que afirmam que precisamos agora olhar para frente. Precisamos todos contribuir para a normalização e a plena reintegração do Iraque à família das nações.

No mês passado, tivemos a honra de sediar no Brasil a primeira Cúpula de Países Sul-Americanos e Árabes. O Presidente Talabani, do Iraque, esteve presente. Essa, entendo eu, foi sua primeira visita oficial ao exterior.

A Cúpula de Brasília preparou o cenário para a intensificação da cooperação entre essas duas regiões do Sul. A Declaração de Brasília estabelece compromissos para que se busque o diálogo e

iniciativas comuns em questões de paz e segurança, comércio e finanças, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável e erradicação da fome e da pobreza. A Declaração também ressaltou que o povo iraquiano precisa decidir livremente o seu próprio futuro e saudou medidas no sentido de um Iraque democrático e soberano.

A instabilidade contínua no Iraque é questão de grave preocupação. Deploramos profundamente os atos de violência que vêm ocorrendo diariamente.

Nós, brasileiros, ficamos especialmente chocados com a trágica morte, entre outros funcionários da ONU, de Sergio Vieira de Mello, que legou um histórico de vida dedicado à causa da paz e da reconciliação.

No confuso quadro do Iraque, outro cidadão brasileiro está desaparecido: o senhor João Vasconcellos, um engenheiro que trabalhava pela reconstrução do Iraque. Aproveito esta oportunidade, em nome do povo brasileiro, para reiterar apelo solene pelo imediato retorno do senhor Vasconcellos a sua família.

Senhoras e Senhores,

Definiu-se cronograma para a eleição de governo constitucional no Iraque até final deste ano.

É importante que forças iraquianas estejam em posição de assumir total responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança. É imperativo o estrito respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário.

O processo de transição precisa ser conduzido de maneira inclusiva e transparente, com a participação de todos os segmentos étnicos, políticos e religiosos. Saudamos, a este respeito, o recente acordo que permitiu aumento da presença sunita na elaboração da Constituição. Caso lhe seja solicitado pelas Nações Unidas, o Brasil está pronto a oferecer assistência eleitoral, domínio no qual temos experiência amplamente reconhecida.

O Brasil está seriamente comprometido em elevar as relações com o Iraque ao alto patamar que alcançaram no passado. Estão atualmente em curso planos para a reabertura da nossa Embaixada em Bagdá. Será realizada, em setembro próximo, feira comercial relacionada à reconstrução do Iraque, com o patrocínio da Câmara de Comércio Brasileiro-Iraquiana.

Na Cúpula América do Sul-Países Árabes, o Presidente Talabani propôs a criação de banco bi-regional para fomentar o comércio entre a América do Sul e o mundo árabe. Sem prejuízo de posições de princípio, achamos que é possível explorar fórmulas para utilizar, por exemplo, parte da dívida oficial do Iraque na capitalização inicial do banco.

Senhor Secretário-Geral,

Amigos,

Em 1999, durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas, recebi mandato para presidir três Painéis sobre o Iraque. Eles eram parte de tentativas mais amplas de encontrar solução pacífica, durável e de base multilateral para a crise do Iraque. Esta Conferência oferece-nos valiosa oportunidade para retomar uma abordagem coletiva, com a participação indispensável das Nações Unidas, a ajuda dos Estados vizinhos e o apoio de países de todos os continentes.

Obrigado.

(versão em inglês)

Mr. Secretary General Kofi Annan,

Mr. Abul Gheit, Minister of Foreign Affairs
of Egypt,

Mr. Zebari, Minister of Foreign Affairs of Iraq,

Dear colleagues,

I wish to congratulate very sincerely the organizers of this Conference in support of Iraq.

As a staunch supporter of multilateralism, Brazil has always advocated a prominent role for the United Nations. As Secretary General Annan and others here will recall, President Lula stressed time and again the need for the broadest possible engagement of the international community on the question of Iraq.

We agree with those who state that we must now look ahead. We must all contribute to the normalization and the full reintegration of Iraq in the family of nations.

Last month we had the honor to host in Brazil the first Summit of South American and Arab countries. President Talabani of Iraq was present. That, I understand, was his first official trip overseas.

The Brasilia Summit set the stage for intensified cooperation between these two regions from the South. The Brasilia Declaration sets forth commitments to pursue dialogue and common initiatives in matters of peace and security, trade and finance, culture, science and technology, sustainable development, eradication of hunger and poverty. The Declaration also stressed that the Iraqi people must freely decide its own future and welcomed steps towards a democratic and sovereign Iraq.

The continuing instability in Iraq is a matter of grave concern. We deeply deplore the acts of violence that are taking place everyday.

We, Brazilians, were especially shocked by the tragic death, among other UN officials, of Mr. Sergio Vieira de Mello, who left behind a lifetime record of dedication to the cause of peace and reconciliation.

In the maelstrom of Iraq, another Brazilian citizen is missing: Mr. João Vasconcellos, an engineer working for the reconstruction of Iraq. I take this opportunity, on behalf of the Brazilian people, to reiterate a solemn appeal for the prompt return of Mr. Vasconcellos to his family.

Ladies and Gentlemen,

A timetable has been set for the election of a constitutional government in Iraq by the end of this year.

It is important that Iraqi forces be in a position to take full responsibility for the maintenance of peace and security. Strict respect for human rights and humanitarian law is imperative.

The transition process must be carried out in an inclusive and transparent manner, with the participation of all ethnic, political and religious segments. We welcome, in this regard, the recent agreement allowing an increase of the Sunni presence in the drafting of the Constitution. If required by the UN, Brazil is ready to provide electoral assistance, a domain on which we have widely recognized experience.

Brazil is seriously committed to bringing relations with Iraq to the high level they attained in the past. Plans to reopen our Embassy in Baghdad are now underway. A trade fair related to the Iraqi reconstruction will take place next September, with

the sponsorship of the Brazilian-Iraqi Chamber of Commerce.

At the South-American-Arab Summit, President Talabani proposed the creation of a bi-regional bank to foster trade between South America and the Arab world. Without prejudice to principled positions, we think it is possible to explore formulas to use, for instance, part of Iraq's official debt in the bank's initial capitalization.

Mr. Secretary General,
Friends,

Back in 1999, during Brazil's presidency of the UN Security Council, I was mandated to chair three Panels on Iraq. They were part of broader attempts to find a peaceful, durable and multilaterally based solution to the Iraqi crisis. This Conference presents us with an invaluable opportunity to resume a collective approach, with the indispensable participation of the United Nations, the help of neighboring States and the support of countries from all continents.

Thank you.



Painel Internacional sobre “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura do Painel Internacional “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”, realizada no Auditório Finatec, Campus da Universidade de Brasília, no dia 29 de junho de 2005

Ministra Matilde Ribeiro, Embaixadores de outros países, líderes religiosos e participantes deste Seminário,

Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Ministra Matilde e seus colaboradores da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial pela realização deste Painel Internacional que é extremamente oportuno. Este é um debate que devemos desenvolver e aprofundar em nosso país. Eu dizia antes - a um jornalista que me perguntava o que nós esperávamos como resultado desse Painel - que na área de direitos humanos, e também na área de convivência dos povos, das religiões, das culturas e das raças, não há aqueles que ensinam e aqueles que aprendem. Todos ensinam e todos aprendem e é somente demonstrando nossa capacidade, nossa abertura para o pleno entendimento do problema do outro que nós teremos condições de fazer reais progressos.

Os Senhores já terão ouvido, ou ouvirão durante o dia de hoje, sobre a importância que a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial tem no Brasil. Aqui no Brasil sempre tivemos a pretensão de dizer que éramos uma democracia racial e nos orgulhávamos de não termos dispositivos legais ou dispositivos regulamentares que criassem diferenças entre raças ou entre credos religiosos ou entre

culturas. Mas todos nós sabemos que há formas, algumas delas bem sutis, outras nem tanto, de manter sempre presente a discriminação. A criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial pelo Presidente Lula, com nível de Ministério, foi algo excepcionalmente importante porque deu status político a um problema que existia de forma latente na sociedade, o qual muitos de nós reconhecíamos, mas que a sociedade como um conjunto procurava disfarçar. A criação dessa Secretaria e o trabalho que a Ministra Matilde e seus colaboradores têm feito é de extrema importância, não só para aqueles que podem se beneficiar da promoção da igualdade racial, mas para todos os brasileiros. Usando uma expressão do filósofo, que agora faria cem anos, Jean-Paul Sartre, “você não tem o homem integral enquanto não tiver todos os homens”, ou mulheres, no caso também. Nós, brasileiros, independentemente da origem e do nível escolar que tenhamos, só poderemos nos sentir integralmente brasileiros quando todos estivermos totalmente participantes na sociedade brasileira.

Embora o Brasil seja um país em que curiosamente o convívio, sobretudo nos momentos de lazer, entre as raças e os povos sempre foi muito fácil, na hora do trabalho, na hora das posições políticas, na hora das posições elevadas na burocracia

civil e militar as diferenças apareciam. Basta olhar para o serviço diplomático brasileiro onde até hoje a presença de negros é muito pequena e não decorreu isso, pelo menos no período da minha vida profissional, de nenhuma discriminação ativa, mas de formas sutis de discriminação, de formas que se baseiam, inclusive, em diferenças sociais e em diferenças de formação cultural e educacional. Isso, a meu ver, justifica a ação afirmativa. A ação afirmativa nada mais é do que tentar igualar as possibilidades daqueles que tiveram condições menos favoráveis durante a sua infância e adolescência.

Como todos sabemos por várias pesquisas feitas no Brasil, se você é mulher e negra a chance de ser pobre é muito maior. Na minha geração havia uma crença, mesmo das pessoas que se consideravam progressistas, de que no Brasil não há um problema racial, e sim um problema social, e que se resolvermos o problema social nós resolveremos o problema racial. Creio que a questão é mais complexa e que, hoje em dia, ela se coloca mais no sentido inverso: se você resolver o problema racial você resolve em grande parte o problema social, porque número significativo dos pobres são negros ou são de origem indígena ou são de outras origens. Por esse motivo, introduzimos no Ministério das Relações Exteriores um programa de ação afirmativa. Para ser justo, esse programa se iniciou no Governo anterior, mas nós o temos desenvolvido com afinco.

E, quando digo isso, não é porque as pessoas de origem africana precisam ter acesso ao Ministério das Relações Exteriores. Nós no Itamaraty é que precisamos que elas façam parte do nosso Ministério, para que nosso país esteja adequadamente representado. Eu me lembro, quando jovem ainda, de que tinha colegas de colégio que eram judeus e eles achavam que não podiam entrar no Ministério das Relações Exteriores porque seriam discriminados. Nunca vi efetivamente discriminação ativa nesse caso, mas se a percepção existe é porque algo estava errado. Precisamos vencer os elementos que levam a essas percepções. Muitas vezes, a sensação de

que existe ou de que pode existir uma discriminação já é, em si mesmo, uma forma de discriminar, de fazer com que o outro tenha essa sensação. Quando desenvolvemos a ação afirmativa no Itamaraty por um sistema de bolsas, um sistema que eu acho que ajuda inclusive na própria auto-estima dos candidatos, estamos realmente atacando diretamente esse ponto.

Queria dizer que a parceria entre o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial tem sido intensa, dentro e fora do Brasil. Eu e a Ministra Matilde visitamos vários países; ela também participou de visitas do Presidente da República e fez suas próprias visitas em que eu não estava. Nossa intensa relação com a África hoje em dia tem um aspecto muito importante que é a dimensão interna. E talvez o momento de auge desse sentido de que a nossa relação com a África não é apenas uma relação com um outro continente, mas uma relação conosco mesmo, foi dada quando o Presidente Lula esteve no Senegal e lá, em nome dos brasileiros, em nome de todos nós, independentemente da nossa cor, independentemente do nosso credo religioso, independentemente do nosso passado cultural, mas todos nós que de alguma maneira fazemos parte da elite econômica, comercial, política, cultural deste país, salientou que temos uma dívida muito forte com a África. Foi por isso que o Presidente Lula pediu perdão aos africanos, aos descendentes daqueles que foram escravos e que ajudaram de maneira dramática por vezes, de maneira muito importante, a construir este país.

A mesma coisa eu diria sobre nossa relação com o Haiti. Recomendaria muito aos que estão aqui, se tiverem a ocasião, de irem ver uma exposição de pintura que está no Centro Cultural Banco do Brasil, que tenho certeza enriquecerá a alma de todos. Trata-se de uma exposição sobre pintura naif do Brasil e do Haiti. E é muito difícil distinguir o que é do Brasil e o que é do Haiti nessas pinturas. Essas aproximações que têm como instrumento a política externa nos ajudam a nos redescobrir a nós próprios, a nos orgulharmos da contribuição africana, da

contribuição indígena, como também da contribuição de árabes, de judeus, de todas as religiões que formam este nosso país tão rico, tão diversificado, mas um país onde há muito por fazer para chegarmos à sociedade sempre diversificada e harmoniosa que desejamos.

Queria com muita alegria saudar os Ministros e Vice-Ministros que estão aqui. Fico muito feliz de ver, por exemplo, os Ministros do Senegal e do Cameroun, países que visitamos recentemente, e também o Ministro de Cuba e outras autoridades. Queria dizer que esse encontro internacional é parte de iniciativa maior ainda: uma grande Conferência Nacional sobre essas questões. Ele testemunha a vitalidade da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial como uma Secretaria que certamente tem lugar importante no nosso Governo, uma Secretaria que nos orgulha porque não podemos olhar a existência de Ministérios ou de Secretarias apenas pelo volume de recursos que eles movem. Creio que muitas vezes

é até o contrário, você pode ter Secretarias, Ministérios e Ministros que movem recursos relativamente pequenos comparados com o conjunto do orçamento do país, mas que movem idéias, sentimentos, relações sociais, e certamente esse é o papel da nossa Secretaria, da Ministra Matilde e de toda a equipe que ela chefia.

Espero que neste dia de hoje quem tiver também ocasião de ficar para a Conferência Nacional possa se beneficiar um pouco das experiências que nós temos tido e, ao mesmo tempo, que nós possamos também ouvir um pouco da experiência de outros porque, como disse há pouco, nessas questões de direitos humanos, de direitos sociais, ninguém pode se arrogar a posição de estar ensinando para outro que estaria aprendendo. Todos nós estamos ensinando e todos nós estamos aprendendo. Então muito obrigado.

Parabéns, Matilde, parabéns a todos.



1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Abertura da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 30 de junho de 2005

Minha querida companheira Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial,

Meus queridos companheiros Ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Agnelo Queiroz, dos Esportes;

Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; José Fritsch, da Agricultura e Pesca,

Nossa querida Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política das Mulheres,

Meu caro companheiro Governador Waldez Góez, Governador do Amapá,

Meus queridos companheiros Senadores, Deputados Federais e Estaduais,

Senhores membros do Conselho Nacional de Política de Igualdade Racial,

Meu querido companheiro Abdias do Nascimento,

Minha querida companheira Benedita da Silva,

Meus caros companheiros participantes da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Senhores e Senhoras,

Companheiros e companheiras,

Esta 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela forma como foi preparada – 27 Conferências estaduais com a intensa participação de mais de 90 mil pessoas – e pelo que significa na história do nosso país, já é, por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial.

Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisa, e que a consciência democrática da sociedade, em especial a do nosso povo negro, sempre buscou.

Vejo com muita alegria que também participaram desse belíssimo processo de debates, e estão aqui presentes, representantes de muitos segmentos que compõem a riqueza da nossa multiplicidade étnica: indígenas, ciganos, árabes, palestinos, judeus, pernambucanos de Caetés, como eu, e tantos outros do nosso país. Tem até mineiro aqui; tem até baiano; tem até gente do Rio de Janeiro; tem gente do Rio Grande do Sul; tem gente de Santa Catarina; tem gente... de onde mais? Tem gente da Bahia; tem gente de Sergipe; tem gente de Alagoas; tem gente da Paraíba, do Rio Grande do Norte; tem

gente do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Amapá, de Roraima, do estado do Amazonas, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul; de Rondônia, do Acre. Até de Fernando de Noronha tem gente aqui. Tem gente de outros países, tem gente do DF e tem gente de São Paulo aqui presente.

Nós sabemos que o preconceito e a discriminação racial no nosso país têm uma longa história. O Brasil foi a maior potência escravocrata do mundo colonial, a última nação do planeta a abolir o tráfico humano. Quase 4 milhões de vidas – 40% do comércio mundial de escravos – foram desembarcadas aqui para erguer um império feito de açúcar e açoite.

Foi uma longa noite de 300 anos. A sombra da escravidão cobriu quase 70% da nossa história. E alimentou uma economia exportadora que moía cana e gente com igual eficiência e produtividade.

Esse sistema canalizou a riqueza para uma elite poderosa e cavou um abismo social que até hoje marca a vida nacional. E a verdade é que essa desigualdade secular trava o desenvolvimento; concentra riquezas e oportunidades nas mesmas mãos; condena o país a viver o seu potencial pela metade.

A questão negra e quilombola é a herança mais visível desse passado. Um passado que cobra, por isso mesmo, a reinvenção do futuro, com a mesma dose de coragem e humanismo que tiveram os abolicionistas e os libertários, negros e brancos, do século XIX.

Por isso, a promoção da igualdade racial é, para nós, além de um compromisso ético, uma diretriz política e econômica de desenvolvimento.

Meus companheiros e minhas companheiras, Estamos, juntos, governo e sociedade, empenhados em superar essas heranças históricas. Foi por isso que criamos, no início do governo, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com status de ministério, para transformar nosso anseio comum de justiça em políticas públicas efetivas.

Pelas razões históricas que relembrei e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria tem o seu foco principal nos problemas dessa etnia. Mas não só. Qualquer parcela da população que seja vítima de discriminação racial tem recebido, e continuará recebendo, a devida proteção e atenção da Secretaria.

Os povos indígenas, por exemplo. Eles conquistaram há muito tempo um espaço próprio na administração federal e têm conseguido fazer valer seus direitos com o apoio de amplos setores da nossa sociedade.

É isso que a companheira Matilde, ministra que está à frente da SEPPIR e sua equipe, vem fazendo com dedicação, realizando ações integradas e agindo em conjunto com os Ministérios e governos estaduais e municipais por todo o Brasil.

Isso significa, além de medidas administrativas concretas, um constante trabalho de alerta, de conscientização e de articulação para dar cada vez maior visibilidade a essa causa.

Vejam, por exemplo, a situação das comunidades remanescentes dos quilombos, que vivem até hoje em terras nas quais viveram e lutaram seus antepassados. Trata-se de uma situação extrema, mas sem dúvida reveladora do destino do povo negro no nosso país.

O Estado brasileiro praticamente as desconhecia. Estimava-se que existiam cerca de 750 dessas comunidades. Para fazer o trabalho que estamos fazendo, era necessário que tivéssemos informações precisas. Tomamos, portanto, a decisão de fazer um mapeamento sério e rigoroso dos quilombolas em todo o país.

Hoje, concluído o trabalho feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, liderado pelo nosso companheiro Miguel Rossetto, foram localizadas e identificadas 1.800 comunidades remanescentes dos quilombos, que agora passaram a ser consideradas de fato nas políticas sociais brasileiras.

Uma das reivindicações principais dessas

comunidades é a regularização de suas terras. Por isso, ao mesmo tempo em que estamos avançando nesse trabalho, e queremos torná-lo cada vez mais ágil, o Incra está modernizando os processos administrativos para facilitar essa tarefa.

Além disso, temos procurado assegurar um conjunto de direitos de cidadania – educação, saúde e infra-estrutura – a essas comunidades. O objetivo é melhorar a qualidade de vida em todas elas.

Suas famílias estão tendo a máxima prioridade na expansão do Programa Bolsa Família, coordenado pelo companheiro Patrus Ananias. Comunidades no Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Goiás estão sendo incluídas no cadastro único e já começam a receber os benefícios. Estamos também distribuindo, este ano, 32 mil cestas básicas para essas comunidades quilombolas.

Com o Programa Luz Para Todos, estamos instalando energia elétrica em 151 comunidades quilombolas ainda neste ano. Em 2006, os benefícios chegarão a outras 128 comunidades. Com isso, nós vamos praticamente triplicar, em dois anos, a quantidade de comunidades que já contam com eletrificação rural. E quem nasce na cidade não dá nenhuma importância. Só dá importância quando acaba a luz. Mas quem nasceu no meio do mato sabe o que significa um bico de luz aceso durante a noite para facilitar a vida das pessoas.

A Fundação Nacional de Saúde, a Funasa, está levando água tratada a 35 comunidades quilombolas e construindo banheiros em 15 outras. E o Ministério da Saúde destinou recursos extras para 55 municípios enviarem equipes de Saúde da Família aos antigos quilombos, praticamente dobrando a abrangência do atendimento a essas comunidades.

O Ministério da Educação também aumentou o repasse da merenda escolar para alunos de comunidades quilombolas, beneficiando 44 mil crianças. E firmou convênios com 46 municípios para capacitação de professores e com outros 28 municípios para construção de escolas.

Mas isso não é tudo. Entre outras, estão em

andamento as seguintes medidas: construção e reforma de 1.200 residências nas comunidades quilombolas; implantação de sistema de abastecimento de água tratada e construção de 1.200 instalações sanitárias; atendimento médico-oftalmológico com fornecimento de óculos e realização de cirurgias a quem precisar, bem como capacitação de Agentes Comunitários de Saúde e distribuição de kits de saúde bucal; balcão de Direitos, para acelerar a documentação de toda a comunidade quilombola, possibilitando assim o acesso aos programas sociais, à aposentadoria, aos créditos destinados à agricultura familiar, entre outros benefícios; tele-salas para o ensino fundamental à distância também serão implantadas, bem como quadras e centros poliesportivos para que a comunidade quilombola possa viver com a dignidade que todo ser humano gostaria de conviver.

Além de medidas destinadas a comunidades específicas, o governo tem trabalhado duramente para criar novas oportunidades para a população mais pobre do nosso país. É o caso do ProUni, que rompe o ciclo perverso em que pais e mães de família, que não puderam fazer curso superior, ocupam sempre os piores postos de trabalho e recebem os menores salários. Isto praticamente condena os seus filhos a não terem, também, as condições para cursar uma universidade.

Este ciclo criou, ao longo de nossa história, verdadeiros grupos sociais de cidadãos e cidadãs sem universidade: jovens pobres, especialmente negros, indígenas, habitantes da periferia e portadores de deficiência física, entre outros.

O ingresso no ensino universitário de mais de 110 mil alunos que não poderiam arcar com as mensalidades é, portanto, o primeiro resultado concreto do ProUni. E, dessas 112 mil vagas, aproximadamente 40 mil vagas são destinadas à população negra do nosso país que, possivelmente, tenha, nesse programa, a maior inclusão universitária já feita na história do nosso país.

Mas seus grandes efeitos sobre a sociedade

brasileira serão sentidos em alguns anos, quando os alunos do programa passarem a exercer suas atividades profissionais e a mudar, na prática, o perfil social de nosso país. E isso ocorrerá também porque, em cada universidade, há uma parcela de bolsas, proporcional à composição étnica de sua região, reservada para negros e indígenas. Essas cotas são trilhas republicanas de igualdade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu queria até prestar uma homenagem aqui à nossa companheira Nilcéa Freire que, reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi a primeira companheira a colocar o funcionamento das cotas na universidade estadual do Rio de Janeiro. E não foi fácil, porque o preconceito, ele só não é maior porque não está escrito na testa das pessoas. Se estivesse escrito na testa das pessoas, a gente saberia que o preconceito, neste país, é uma doença grave, porque o preconceito é contra o negro, o preconceito é contra o pobre, o preconceito é contra aqueles que pertencem... com menos possibilidade na escala social do nosso país.

Quando nós fazemos uma Conferência como esta, e esta é a 12ª Conferência Nacional de que eu participo em 30 meses. Em todas as áreas do governo já houve conferência e todas com a participação de muita gente. E por que fazemos isso? Nós fazemos isso porque eu quero reafirmar, mais uma vez: a grande coisa que um governo pode deixar, depois que não for mais governo, é a consolidação da relação entre a sociedade e o Estado brasileiro, entre o Estado e a sociedade brasileira, para que os governantes não mudem aquilo que significou conquista da sociedade brasileira.

É verdade que a companheira Leci Brandão disse aqui que essa SEPPIR é conquista do trabalho do movimento negro no país. Mas é verdade, também, que eu mal tinha amizade com a companheira, com a nossa querida companheira Matilde, e também foi o Movimento que a indicou para ser Ministra.

Esta conferência é, também, um dos marcos

do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e tem por objetivo construir um plano nacional de política de promoção da igualdade.

Tenho certeza de que esse plano contribuirá decisivamente para que possamos aperfeiçoar o trabalho que estamos fazendo, para aperfeiçoar o trabalho que estamos fazendo juntos, avançando na superação do racismo por meio de políticas públicas e ações afirmativas, cada vez mais concretas.

Nós todos temos um grande orgulho de viver em um país que se destaca cada vez mais no mundo por sua profunda diversidade étnica e convivência harmoniosa. Essa tendência, essa é a tendência que estamos aqui a reforçar.

Quero dar os meus mais sinceros parabéns aos homens e às mulheres que vieram para cá, para participar desta conferência, aos homens e às mulheres que, como a Bibi, a Benedita e tantas outras, durante décadas e décadas, têm contribuído, com seu esforço, talento, persistência, para que a igualdade racial, no nosso país, torne cada vez mais substantiva a democracia brasileira.

Quero encerrar minhas palavras, dizendo a todos os companheiros: é bem possível que, em um encontro como este, tenha e exista profundas divergências que nem a sociologia, nem a antropologia conseguiram ainda resolver. E é bem possível que esses temas apareçam aqui. O que eu queria pedir a todos os delegados e a você, companheira Matilde, é que as divergências, elas são a razão até da motivação da nossa própria luta. Nós, na verdade, agimos muito como um time de futebol. Parecia que tudo estava acabado quando perdemos da Argentina de 3 a 1, e ontem lavamos a nossa alma, ganhando o jogo de 4 a 1.

Eu acho, e disse à Matilde, um terceiro conselho que ela não contou aqui. É que eu disse à Matilde: eu sei dos problemas que existem no Movimento Negro no Brasil inteiro, até porque já participei de muitos debates ao longo dessa militância política. Agora, Matilde, tem uma coisa concreta. Enquanto a gente fica discutindo as nossas diferenças,

vamos tratar de fazer o que tem que ser feito em nível de políticas públicas para este país. Não vamos permitir que as divergências conceituais existentes entre nós façam com que a gente atrase para levar os benefícios para as pessoas mais pobres da periferia deste país, para as comunidades quilombolas, para as comunidades indígenas. Vamos fazer uma política de dois tempos, ou seja, vamos ter o tempo da discussão, o tempo de filosofar, o tempo de divergir, e vamos ter o tempo de construir coisas muito concretas, que é isso que o nosso povo está precisando.

Eu tenho consciência de que nesta Plenária tem grande parte da grande qualidade das organizações do Movimento em todo o território nacional. Portanto, cabe a todos que estão aqui a responsabilidade de dizer ao Brasil, de dizer ao Presidente da República, e de dizer ao Congresso Nacional: nós existimos, nós sabemos protestar, nós sabemos construir. Mas, o que é mais importante neste momento, é que nós criamos, definitivamente, a consciência de que é bonito ser negro neste país e que metade da população é negra.

Muito obrigado e boa sorte para vocês!



ATOS INTERNACIONAIS

Os textos integrais dos atos abaixo relacionados encontram-se disponíveis na página eletrônica da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (<http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm>).

JANEIRO DE 2005

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Bulgária sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países. (Brasília, 12 de janeiro de 2005)

Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério da Juventude e dos Desportos da República da Bulgária. (Brasília, 12 de janeiro de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico. (Praia, 14 de janeiro de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para Implementação do “Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS – FASE II”. (Praia, 14 de janeiro de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para apoiar a Implementação da III Fase do Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde. (Praia, 14 de janeiro de 2005)

Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. (Praia, 14 de janeiro de 2005)

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do “Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS – FASE II”. (Bissau, 15 de janeiro de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre Cooperação Técnica na Área do Controle Biológico de Gafanhotos. (Dacar, 16 de janeiro de 2005)

Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Camerum, sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço. (Iaundé, 18 de janeiro de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva”. (Brasília, 19 de janeiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente do Reino da Espanha sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima para o Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. (Brasília, 24 janeiro de 2005)

Memorando de Entendimento no Âmbito Educacional entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência do Reino da Espanha. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)

Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)

Protocolo de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação do Reino da Espanha na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal e Outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, de 13 de abril de 1989, para o estabelecimento de um Programa de Capacitação Profissional Brasil/Espanha/América Latina. (Brasília, 24 de janeiro de 2005)

FEVEREIRO DE 2005

Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa

do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação nas Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela. (Caracas, 14 de fevereiro de 2005)

Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana a Respeito de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países. (Georgetown, 15 de fevereiro de 2005)

Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana na Área da Educação. (Georgetown, 15 de fevereiro de 2005)

Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana. (Georgetown, 15 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Saúde.

(Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. (Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Co-produção cinematográfica. (Berlim, 17 de fevereiro de 2005)

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires. (Brasília, 18 de fevereiro de 2005)

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite. (Kuaite, 23 de fevereiro de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns. (Zagreb, 25 de fevereiro de 2005)

Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Argelina Democrática e

Popular. (Argel, 26 de fevereiro de 2005)

MARÇO DE 2005

Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Realização de um Plano Piloto de Automatização do Voto na República do Panamá Convênio Suplementar no. 4. (Washington, 03 de março de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a Implementação do Projeto “Políticas Públicas de Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional na Guatemala”. (Brasília, 04 de março de 2005)

Protocolo relativo à Instrução de uma Força de Escalão Pelotão de Polícia Militar das FALINTIL – FDTL entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste. (Díli, de março de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia. (Nairóbi, 07 de março de 2005)

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 13 de dezembro de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Saúde na Fronteira. (Bogotá, 07 de março de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde. (Addis Abeba, 08 de março de 2005)

Acordo, por troca de Notas entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, Relativo à Incorporação dos Conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental ao Planejamento das Atividades de Itaipu Binacional. (Assunção, 31 de março de 2005)

ABRIL DE 2005

Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai. (Brasília, 01 de abril de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação e Transferência de Metodologia para o Zoneamento do Cultivo da Videira no Uruguai e Caracterização Enológica dos Vinhos Regionais”, (Brasília, 01 de abril de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços. (Brasília, 01 de abril de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração da República Oriental do Uruguai. (Brasília, 01 de abril de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Aportes de Conhecimento sobre os Fatores que Incidem na Necrose de Gemas da Flor da Pera no

Uruguai”. (Brasília, 01 de abril de 2005)
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Estabelecimento de uma Comissão Binacional de Cooperação Técnica. (Brasília, 01 de abril de 2005)

Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. (Londres, 07 de abril de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Camerun para Implementação do Projeto “Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento de uma Cacaucultura Sustentável na República do Camerun”. (Yaundê, 11 de abril de 2005)

Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Camerun, firmado em Yaundê, em 14 de novembro de 1972, Relativo ao Ensino Superior. (Yaundê, 11 de abril de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Camerun sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde Pública. (Yaundê, 11 de abril de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. (Abuja, 12 de abril de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana. (Acra, 12 de abril

de 2005)

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana. (Acra, 12 de abril de 2005)

Programa Executivo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para o Período 2005 – 2008. (Dacar, 14 de abril de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Senegal sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço. (Dacar, 14 de abril de 2005)

MAIO DE 2005

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste – Proformação”. (Dili, 02 de maio de 2005)

Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Automatização do Voto na República do Paraguai. (Brasília, 02 de maio de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola nas Áreas de Geologia, Mineração e Tecnologia Mineral. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola sobre Extradicação. (Brasília, 03 de maio de 2005)

Programa Executivo do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito. (Brasília, 09 de maio de 2005)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão. (Brasília, 11 de maio de 2005)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal. (Brasília, 12 de maio de 2005)

Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular. (Brasília, 12 de maio de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço. (Brasília, 12 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto de Cooperação com os Órgãos Estaduais Brasileiros de Meio Ambiente (PROEMA), (Brasília, 13 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto Proclima - fundo de ozônio/projeto de treinamento de oficiais de aduana e de mecânicos refrigeristas no sub-setor de serviços em refrigeração doméstica e comercial. (Brasília, 13 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17/09/96 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais no Brasil, no âmbito do programa de proteção e manejo sustentável das florestas tropicais. (Brasília, 13 de maio de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 17/09/96 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, sobre o Projeto de Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Região da Mata Atlântica de Minas Gerais (Doces Matas), (Brasília, 13 de maio de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica na Área de Açúcar e de Etanol. (Brasília, 16 de maio de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica na Área de Agricultura Tropical. (Brasília, 16 de maio de 2005)

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados. (Bridgetown, 17 de maio de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel. (Jerusalém, 29 de maio de 2005)

JUNHO DE 2005

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados. (Berlim, 01 de junho de 2005)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize. (Brasília, 07 de junho de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais. (Brasília, 07 de junho de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico. (Brasília, 09 de junho de 2005)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social. (Brasília, 09 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal nas Áreas de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural. (Brasília, 09 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Francofonia da República do Congo. (Brasília, 13 de junho de 2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Congo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. (Brasília, 13 de junho de 2005)

Ajuste Complementar, por trocas de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto “Ações para a Disseminação de Fontes Renováveis de Energia em Áreas Rurais no Norte e Nordeste do Brasil”. (Brasília, 15 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados. (Assunção, 20 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento sobre ensino de Português e Espanhol na Região Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia. (Bogotá, 27 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países. (Bogotá, 27 de junho de 2005)

Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia. (Bogotá, 27 de junho de 2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto de Aplicação de Modelos Econométricos. (Brasília, 27 de junho de 2005)

Emenda, por troca de Notas, ao Ajuste Complementar de 7 de julho de 2000, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre o Projeto “Gestão Ambiental Urbana”. (Brasília, 28 de junho de 2005)

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Cheick Tidiane Gadio (5 de janeiro de 2005)

Encontra-se no Brasil, para breve Visita de Trabalho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Cheick Tidiane Gadio. O Chanceler Gadio foi recebido na tarde de hoje, 5 de janeiro, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou mensagem do Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade.

A visita do Chanceler senegalês antecipa a visita do Ministro Celso Amorim ao Senegal, a realizar-se nos dias 15 e 16 de janeiro corrente. Ocorre em momento de grande vitalidade das relações bilaterais e inscreve-se no contexto da intensificação da ação externa brasileira no continente africano, uma das prioridades da política externa do Governo do Presidente Lula.

Comunicado à imprensa sobre o Acordo de Paz no Sudão (7 de janeiro de 2005)

O Governo brasileiro expressa viva satisfação com respeito à solenidade da celebração do acordo de paz do Sudão, a realizar-se no dia 9 de janeiro corrente em Nairóbi.

Havendo sistematicamente acompanhado, com preocupação e interesse humanitário, o grave conflito interno norte-sul que se arrastou, por vários anos, naquela nação amiga, o Brasil saúda o desfecho das negociações entre as partes envolvidas, consubstanciado em acordo que deverá permitir não apenas a pacificação, mas também uma nova etapa de harmonia, comunhão de esforços e

desenvolvimento da sociedade sudanesa.

O Governo brasileiro felicita, igualmente, as Nações Unidas, a União Africana e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) pelo papel construtivo e eficaz que desempenharam em prol dos entendimentos finalmente alcançados.

Conforme manifestado por ocasião da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se realizou em Nairóbi em novembro de 2004, o Brasil confia em que o presente acordo influencie, de forma positiva e vigorosa, o encaminhamento de pronta solução para a crise remanescente de Darfur e o fim do sofrimento da população local, que tanto aflige as comunidades brasileira e internacional.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República da Bulgária, Gueórgui Parvánov (10 de janeiro de 2005)

O Presidente da República da Bulgária, Gueórgui Parvánov, acompanhado de expressiva comitiva, realizará Visita Oficial ao Brasil de 11 a 14 de janeiro corrente. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado búlgaro ao país.

Em Brasília, o Presidente Parvánov manterá conversações com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será homenageado com almoço oferecido pelo Presidente da República no Palácio Itamaraty. Será recebido ainda pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente, em exercício, do Supremo Tribunal Federal.

No plano bilateral, a visita confere oportunidade para a intensificação do diálogo entre os dois países. As trocas comerciais vêm

apresentando resultados crescentes. Outra área de interesse é a cultural, na qual cabe mencionar a participação de músicos búlgaros na renovação da Orquestra de Manaus.

Com vistas à intensificação das relações bilaterais, serão assinados, durante a visita, Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bulgária e Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte do Brasil e o Ministério da Juventude e dos Desportos da Bulgária.

Em São Paulo, o Presidente Parvánov terá encontro com o Governador do Estado, que o homenageará com almoço, no Palácio dos Bandeirantes. Manterá, também, contatos com empresários brasileiros, na FIESP.

O Presidente Gueórgui Parvánov e Senhora visitarão ainda o Rio de Janeiro, onde cumprirão programação privada.

Comunicado a respeito das Eleições na Palestina (10 de janeiro de 2005)

Transcrevem-se, a seguir, as mensagens enviadas hoje, 10 de janeiro, pelo Presidente da República ao Senhor Mahmoud Abbas, Presidente eleito da Autoridade Nacional Palestina, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Nabil Shaath, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina:

“Apresento a Vossa Excelência as mais sinceras congratulações pela expressiva vitória nas eleições do dia 9 de janeiro para a Presidência da Autoridade Nacional Palestina. Estou certo de que o seu espírito democrático e a sua vocação negociadora conduzirão sua gestão ao almejado estabelecimento de um Estado palestino independente e soberano. É chegada a hora de o povo palestino rumar em direção à paz e à prosperidade. Conte com o apoio do Governo e do povo brasileiros nessa tarefa.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil.”

“Tomei conhecimento com satisfação das bem sucedidas eleições presidenciais palestinas e da escolha democrática do Senhor Mahmoud Abbas, por expressiva margem de votos.

O resultado das eleições constitui marco decisivo para a retomada das negociações com vistas ao estabelecimento do Estado palestino, independente e soberano.

Como sabe Vossa Excelência, o Brasil acompanha com grande interesse a situação na Palestina e busca prestar contribuição em prol da construção de um futuro de justiça e prosperidade para todos os povos do Oriente Médio.

Celso Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores”

Comunicado a respeito da Reunião do Conselho de Segurança sobre o Haiti (11 de janeiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará, em 12 de janeiro corrente, de reunião especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, com o objetivo de avaliar a situação no Haiti e possíveis cursos de ação da ONU naquele país.

A iniciativa constituirá oportunidade para que o Governo brasileiro reitere aos demais membros do Conselho de Segurança a importância do apoio da comunidade internacional ao Haiti, bem como da presença das Nações Unidas para solução de longo prazo dos problemas enfrentados pelo povo haitiano. Tal solução requer ações nas áreas de segurança, reconciliação política e reconstrução sócio-econômica.

O Brasil, juntamente com vários países latino-americanos, atendeu prontamente à solicitação do Secretário-Geral das Nações Unidas de envio de contingente militar para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), estabelecida pela Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança em 30 de abril do ano passado.

O Brasil está presente no Haiti com 1.212

militares e detém o comando da Força Militar da Missão. Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai contribuem com mais de 50% do contingente a serviço da MINUSTAH.

Além dessa presença, o Brasil tem apoiado o Haiti por meio de vários projetos de cooperação bilateral e tem-se empenhado em foros e organizações internacionais, inclusive financeiras, na mobilização da comunidade doadora para a reconstrução haitiana e no estabelecimento de estruturas institucionais que reflitam compromisso de longo prazo com o desenvolvimento do Haiti.

Comunicado sobre o Maremoto no sul da Ásia - Doações (11 de janeiro de 2005)

Conta de emergência, aberta no Banco do Brasil para recolher doações da sociedade civil para as vítimas do maremoto na Ásia, recebeu R\$ 36.983,86.

Tais recursos estão sendo transferidos para a conta do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Banco do Brasil (agência 3382-0; conta corrente 404700-1), que continuará a receber eventuais depósitos em benefício das vítimas do maremoto.

As doações serão oportunamente remetidas, por intermédio das Nações Unidas, aos países da região afetada.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Trinidad e Tobago (12 de janeiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, fará visita oficial a Trinidad e Tobago, em 13 de janeiro corrente. O Ministro Amorim estará acompanhado da Ministra Matilde Ribeiro, Chefe da Secretaria Especial para a Política de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, e de comitiva que inclui representantes de diversos setores governamentais e da iniciativa privada.

Estão previstas reuniões de trabalho com o

Chanceler Knowlson Gift e com o Ministro do Comércio e Indústria, Kenneth Valley, bem como encontros paralelos dos membros da comitiva brasileira com autoridades de Trinidad e Tobago, a fim de que sejam identificados projetos de cooperação em áreas diversas, entre as quais as de comércio, educação e saúde.

A visita oferecerá oportunidade para intensificar o diálogo político e fortalecer a cooperação bilateral, em conformidade com o interesse brasileiro em estreitar laços com os países caribenhos.

Comunicado a respeito do Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança sobre o Haiti, Nova York (12 de janeiro de 2005)

(versão em português do original em espanhol)

Senhor Presidente,

Gostaria, antes de mais nada, de felicitá-lo, meu amigo Rafael Bielsa, pela brilhante condução dos trabalhos e, em especial, pela iniciativa de convocar esta reunião pública sobre o Haiti. Permita-me também assinalar a cooperação exemplar entre as nossas delegações no Conselho de Segurança com a experiência inédita da participação de um diplomata argentino na delegação brasileira, experiência sem precedentes no Conselho e testemunho do grau de confiança entre os nossos povos e governos. Agora que tenho o satisfação de saudar o regresso da Argentina à condição de membro do Conselho, permita-me estender-lhe todo o apoio do Brasil ao êxito desta reunião e do período da sua Presidência.

Senhor Presidente,

A independência do Haiti, a primeira na América Latina, demonstrou a força e o valor dos milhões de africanos que haviam sido trasladados às Américas como escravos. Desde então, por várias razões que apenas começamos a tratar, a esperança que representava o Haiti não se realizou. Ao contrário, o país foi às vezes tratado com arrogância ou negligência.

Nós – as Nações Unidas, os países da

América Latina e do Caribe e os próprios haitianos - temos o dever de contribuir para a realização dessa esperança. O futuro do Haiti tornou-se hoje um tema de interesse do conjunto da comunidade internacional; a MINUSTAH e as iniciativas de cooperação técnica e financeira constituem um teste da mais alta importância para que as Nações Unidas demonstrem a sua capacidade de atender a situações cuja solução se situa além da simples estabilização político-militar e envolve uma verdadeira reconstrução nacional.

Muitas vezes repeti que o sucesso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti se baseia em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Não se trata de três “passos” diferentes, nem podem seguir-se uns aos outros no tempo. O atendimento simultâneo aos três pilares é condição indispensável para a reconstrução do Haiti. O que necessitamos é de um acordo entre todos, que una a comunidade internacional e as forças políticas haitianas em um compromisso de longo prazo.

Os ingredientes mais importantes para a paz no Haiti são a esperança, a confiança e a legitimidade. A prioridade no Haiti é o desarmamento, como forma de restabelecer as condições mínimas de segurança para a consolidação institucional. Mas buscamos ao mesmo tempo o desarmamento dos espíritos, por meio do diálogo político. A estabilidade no Haiti não poderá ser alcançada somente através da repressão.

Os desafios que enfrentamos no Haiti são extremamente complexos. A responsabilidade crucial do Governo é criar as condições básicas para o êxito dos três pilares. Saudamos a libertação de três políticos da Família Lavalas como um passo fundamental no sentido de envolver todos os haitianos no esforço de reconstrução nacional.

A reconciliação nacional recebeu, além disso, um importante impulso com o lançamento do Diálogo

Político pelo Presidente Boniface Alexandre. Incentivamos todos os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os grupos de interesse no Haiti a que se juntem a esse esforço e encorajamos as autoridades a que assegurem condições que permitam a todos participar do debate político e eleitoral sem temores quanto à sua segurança.

Gestos simples da comunidade internacional podem, ademais, constituir incentivos importantes à normalização da vida no Haiti. O Jogo da Paz, realizado no último mês de agosto, entre as seleções do Brasil e do Haiti, por exemplo, ajudou os haitianos a retomar a esperança, ao ver que era real a atenção e a boa vontade dos países da região.

O progresso alcançado nos últimos três meses demonstrou o quanto eram infundadas as análises pessimistas sobre a capacidade da MINUSTAH em matéria de segurança. Os primeiros meses foram marcados por atrasos na chegada do contingente planejado, pela falta de diálogo político e pela deterioração da economia, agravada por desastres naturais. No entanto, foram alcançados progressos à medida que o número de soldados e policiais em campo aumentava e que os primeiros projetos de reconstrução começavam a ser implementados.

Devemos o nosso reconhecimento à MINUSTAH pelas provas que deu da sua capacidade de reduzir a violência no cumprimento do seu mandato, de acordo com a Resolução 1542.

Está claro que a normalização no Haiti não se dará sem a decidida participação da comunidade internacional na promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Esta é a área em que menos fizemos e em que o Haiti mais necessita do nosso apoio.

Por piores que sejam outras tragédias, as quais acompanhamos atentamente e que merecem uma resposta urgente e coordenada da comunidade internacional, não nos podemos permitir baixar o grau de prioridade que assumiu o Haiti na agenda internacional.

Se considerarmos as taxas de mortalidade

infantil, por exemplo, não é exagero dizer que o Haiti sofreu os efeitos de um verdadeiro tsunami econômico e social nos últimos dois séculos.

O Haiti é uma prova contundente da necessidade de desenvolver mecanismos adequados para impedir a deterioração das situações nacionais e para assistir os países recém-saídos de situações de conflito ou mesmo para evitá-las.

O papel do Conselho Econômico e Social e de seu Grupo Ad Hoc sobre o Haiti pode ser crucial para garantir a necessária coerência à ação das agências, dos fundos e dos programas das Nações Unidas, bem como dos principais países doadores.

Devemos conjugar os projetos de impacto imediato, que devolvam a esperança aos pobres e desempregados, com a assistência às instituições haitianas para o planejamento de uma estratégia de longo prazo.

Temos de acelerar o pagamento dos fundos prometidos na Conferência Internacional de Doadores, facilitando os trâmites necessários para a execução de projetos. No caso do Haiti, a ajuda que atrasa é uma ajuda que se perde.

Sob as instruções do Presidente Lula, fizemos tudo o que se encontrava ao nosso alcance. No último dia 20 de dezembro, assinei no Haiti três acordos de cooperação, dois dos quais se concentram no apoio à agricultura familiar em matéria de processamento de mandioca e de castanha de caju. Os recursos serão financiados pelo Governo brasileiro, no valor de 250 mil dólares. Concluí, também, com o Banco Mundial e com o Governo do Haiti um acordo de mais de um milhão de dólares para oferecer merenda escolar a 35 mil crianças. Entendemos que esta foi a primeira vez em que o Banco Mundial assinou um acordo com um país em desenvolvimento para apoiar um outro país do Sul. Na recente Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, firmei com o Presidente Enrique Iglesias, do BID, Memorando de Entendimento sob o qual se desenvolverão projetos de cooperação técnica, inclusive para viabilizar a

utilização dos fundos já disponíveis no Banco.

O uso indiscriminado dos recursos naturais no Haiti gerou graves consequências ecológicas. Uma campanha nacional de reflorestamento deve fazer parte de qualquer estratégia para o desenvolvimento sustentável do Haiti.

O destino do Haiti é inseparável do destino dos seus vizinhos. O isolamento regional do Haiti não interessa a ninguém. Da nossa parte, desde o princípio da nossa participação na MINUSTAH, definimos o diálogo com a CARICOM como uma prioridade e enviamos várias missões especiais aos seus países membros para procurar conhecer melhor as suas posições. No último mês de novembro, tive a oportunidade e a honra de reunir-me com quatro Chanceleres e outros altos representantes de países caribenhos durante minha visita a Barbados, sob a coordenação da Ministra Billie Miller. Hoje mesmo viajarei a Trinidad e Tobago para dar seguimento às conversações com as autoridades locais.

Gostaria de dizer que a terrível crise pela qual passou o Haiti em 2004 nos aproximou e ensinou muitas lições sobre o nosso próprio passado e presente. Levou os países latino-americanos a cooperarem de maneira mais estreita em prol da segurança regional.

Cabe aos haitianos a responsabilidade de reinventar o seu futuro. A comunidade internacional não pode substituí-los nessa tarefa, mas seria irresponsável da nossa parte não lhes oferecer toda a assistência possível.

Os povos da América têm, todos, uma grande dívida histórica com o Haiti. O mundo tem o dever de ajudar os haitianos a recuperar o controle da sua própria segurança e do seu futuro. Estamos diante de um difícil desafio, mas, se tivermos sucesso, teremos contribuído não somente para a redenção econômica de um país irmão, mas também para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

Muito obrigado.

Comunicado à imprensa sobre os Atos assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Bulgária, Gueórgui Parvánov (12 de janeiro de 2005)

Declaração Conjunta Sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva, e o Presidente da República da Bulgária, Gueórgui Parvánov

Nas conversações mantidas em 12 de janeiro de 2005, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República da Bulgária, Gueórgui Parvánov, sublinharam o caráter histórico da primeira visita de um Chefe de Estado búlgaro ao Brasil e sua especial importância para o desenvolvimento das relações bilaterais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou a consolidação das instituições democráticas, a expansão da economia de mercado e a promoção, pela via pluralista, do desenvolvimento na Bulgária, sem descuidar das questões sociais, assim como o ambiente de tolerância existente na convivência pacífica entre as diversas etnias naquele país.

Os Presidentes do Brasil e da Bulgária expressaram sua satisfação com o elevado nível alcançado nas relações bilaterais, com base nos valores compartilhados da paz, da democracia e da estabilidade, do desenvolvimento com equidade e do respeito e promoção dos direitos humanos.

Os dois Presidentes constataram, com satisfação, o crescimento do comércio bilateral e se propõem a incentivar os segmentos público e privado de seus respectivos países a fortalecerem os mecanismos que possam incrementá-lo quantitativamente, bem como a aprofundar a troca de informações que facilitem o conhecimento recíproco das realidades nacionais e potencialidades econômico-financeiras de ambos os países, de modo a possibilitar a diversificação da pauta do intercâmbio entre o Brasil e a Bulgária.

Ambos os mandatários se comprometeram

a envidar os melhores esforços, em parceria com o setor privado, no sentido de estimular e facilitar a realização de missões comerciais, mostras, feiras e seminários que permitam ao público de ambos os países conhecer o vasto potencial produtivo e os avanços setoriais do Brasil e da Bulgária, além de propiciar uma maior familiarização com marcas e produtos.

Os Mandatários recordaram que Brasil e Bulgária são membros do Tratado da Antártida e concordaram no grande potencial existente para o desenvolvimento da cooperação bilateral naquele continente, onde ambos os países possuem bases permanentes.

Presidente Lula expressou reconhecimento pela participação de músicos búlgaros na revitalização da Orquestra Sinfônica de Manaus. O Presidente Parvánov mencionou a receptividade aos cursos de português e cultura brasileira ministrados nas Universidades de Sófia e de Veliko Turnovo. Ambos expressaram interesse em incrementar a cooperação bilateral nas áreas educacional e cultural.

Os Presidentes expressaram sua satisfação com a assinatura, no decorrer da visita, de uma série de documentos bilaterais que deverão dar impulso à cooperação concreta em várias áreas.

As conversações possibilitaram constatar convergência de visões entre os dois países sobre os principais problemas internacionais, em particular o interesse comum do Brasil e da Bulgária na formação de uma ordem mundial democrática e justa, baseada na igualdade soberana e no respeito recíproco dos interesses legítimos de todos os Estados, na supremacia do direito internacional, na indissociabilidade entre paz, segurança e desenvolvimento com justiça social.

Os dois mandatários apreciaram o elevado nível do diálogo político bilateral e da cooperação entre os dois países nas Nações Unidas e em outros foros multilaterais. Manifestaram-se a favor da coordenação das ações de Brasil e Bulgária na criação das condições indispensáveis para a solução pacífica das situações de conflito em diversos pontos

do planeta, em conformidade com as resoluções aprovadas no âmbito das Nações Unidas.

O Presidente Lula e o Presidente Parvánov congratularam-se pelo papel desempenhado pelo Brasil e pela Bulgária na manutenção da paz e da democracia na América Latina e nos Bálcãs, respectivamente. O Presidente Parvánov manifestou o reconhecimento pelo Governo búlgaro da importância da liderança brasileira na Minustah.

Em relação ao Oriente Médio, expressaram seu apoio à implementação do “Mapa do Caminho”, com vistas a uma solução justa e pacífica do conflito israelo-palestino. Os Presidentes expressaram a expectativa de que as eleições palestinas, realizadas em 9 de janeiro corrente, venham a facilitar a retomada das negociações de paz.

Os dois Chefes de Estado reconheceram a importância da elaboração, sob a égide das Nações Unidas e em conformidade com o direito internacional, de uma estratégia global para combater os novos desafios e ameaças, tais como o terrorismo, o crime organizado transnacional e o tráfico ilícito de narcóticos e armas.

Os Presidentes concordaram com a necessidade de reforma do sistema da Organização das Nações Unidas. Parte integrante deste processo visa a promover maior eficiência do Conselho de Segurança e aumentar seus membros, de forma a melhor refletir as realidades do mundo contemporâneo. Nesse contexto o Presidente Parvánov manifestou apreço pela disposição do Brasil de assumir as responsabilidades de membro permanente do Conselho de Segurança, considerando-o assim forte candidato a ocupar este lugar.

Ambos os mandatários manifestaram sua satisfação com o êxito do Encontro de Líderes Mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza, realizado em Nova York, em setembro passado, durante o qual se tornou patente a necessidade de uma renovada ação internacional de combate à fome, à pobreza e à injustiça social.

Os Presidentes manifestaram satisfação pelo

êxito da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), realizada em São Paulo, em junho de 2004. Reforçaram seu compromisso com os termos acordados no “Consenso de São Paulo” e no “Espírito de São Paulo”. Saudaram o reforço do papel da UNCTAD como ponto focal no sistema das Nações Unidas para tratamento integrado de temas econômicos, financeiros, comerciais e tecnológicos sob a perspectiva do desenvolvimento.

O Presidente Lula congratulou o Presidente Parvánov pela conclusão das negociações sobre a adesão da Bulgária à União Européia, prevista para 2007.

O Presidente Parvánov formulou convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para realizar visita à Bulgária em data de sua conveniência. O convite foi aceito com satisfação e as datas da visita serão oportunamente definidas por via diplomática.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Trinidad e Tobago - Comunicado Conjunto (13 de janeiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Port of Spain, em 13 de janeiro de 2005, quando manteve conversações com o Senador Knowlson Gift, Ministro das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago. O Ministro Amorim esteve acompanhado da Ministra Matilde Ribeiro, Chefe da Secretaria Especial para a Política de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, e de importante comitiva que incluiu representantes de diversos setores governamentais e da iniciativa privada.

Na oportunidade, os Chanceleres repassaram os temas da agenda bilateral, regional e internacional de interesse comum, destacando-se aqueles referentes a comércio, integração regional, cooperação e conjuntura política regional e internacional.

Houve ainda encontro do Ministro Amorim com o Ministro do Comércio e Indústria, Kenneth

Valley, em que foram repassadas as iniciativas em curso para a assinatura de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a CARICOM, de acordo com Programa de Trabalho acordado na reunião entre os Chanceleres do MERCOSUL e o Ministro Valley, em representação da CARICOM, realizada em Belo Horizonte no dia 16 de dezembro último.

O Ministro Celso Amorim demonstrou satisfação com a decisão do Governo trinitário de apoiar o envio ao Brasil de uma missão privada de comércio e investimento, com o objetivo de explorar novas oportunidades de negócio. A referida missão deverá ser precedida, em fevereiro de 2005, por missão de pesquisa de mercado, integrada por membros da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turismo de Trinidad e Tobago. O Governo brasileiro se comprometeu a dar total apoio para o sucesso da iniciativa.

Saudaram a presença de uma comitiva representativa de empresários brasileiros e a importância dos encontros que mantiveram com a “Trinidad e Tobago Manufacturers Association (TTMA)” e com a Companhia de Desenvolvimento de Turismo e Indústria de Trinidad e Tobago (TIDCO), em que puderam agendar encontros de interesse mútuo.

Na ocasião, a comitiva brasileira confirmou a participação do Brasil na “Trade and Investment Convention”, a realizar-se em Port of Spain entre 7 e 10 de março de 2005. Na mesma oportunidade, informou do encontro que será realizado na Cidade do Panamá entre 3 e 6 de março de 2005 entre empresários do MERCOSUL, do SICA e da CARICOM.

Os Chanceleres reafirmaram as relações cordiais entre o Brasil e Trinidad e Tobago, que têm sido aprofundadas e fortalecidas por posições coincidentes em questões tais com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da solução pacífica de controvérsias. Ambos os Ministros concordaram em trabalhar juntos para promover o reconhecimento desses valores e princípios.

Os Ministros reconheceram as assimetrias existentes entre as economias de Trinidad e Tobago e do Brasil e comprometeram-se a examinar mecanismos que permitam reforçar os laços comerciais bilaterais. Coincidiram em que a retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial muito contribuiria nesse sentido.

Os Ministros avaliaram extremamente oportuna a presença da numerosa comitiva governamental e empresarial, que permitiu o intercâmbio de informações sobre projetos de interesse comum, especialmente nas áreas de educação, saúde, cultura, desenvolvimento industrial e promoção da igualdade racial.

Os Ministros reconheceram a importância do multilateralismo e o papel central das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, referiram-se à recomendação de que o Conselho de Segurança seja mais representativo, o que se poderia atingir por meio da expansão do número de membros permanentes. Foram reconhecidas as aspirações do Brasil para ocupar um dos novos assentos propostos no Conselho de Segurança.

Os Ministros examinaram a situação política e humanitária no Haiti e sublinharam a importância do apoio, tanto regional como internacional, aos esforços para a restauração da democracia naquele país. Foi reconhecido o papel de liderança do Brasil.

Os Chanceleres reconheceram a importância da coordenação de posições dos países sul-americanos e caribenhos nas negociações comerciais internacionais e hemisféricas. Concordou-se em que as delegações do Brasil e de Trinidad e Tobago deveriam coordenar posições no processo negociador da ALCA e da OMC, respeitadas as características específicas das respectivas economias.

Foi reconhecido que Port of Spain tem as condições adequadas, como centralidade geográfica e qualidade do setor de serviços e infra-estrutura,

para sediar secretarias de organizações internacionais. Referência específica foi feita à candidatura de Trinidad e Tobago e da CARICOM para sediar a Secretaria da ALCA.

Os Ministros reconheceram que a luta contra a pobreza e a política de inclusão social são elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas. Nesse sentido, os Ministros endossaram as recomendações contidas na Declaração de Nova York sobre a iniciativa internacional de combate a fome e a pobreza, que tem por objetivo a criação de mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento.

O Chanceler Celso Amorim agradeceu ao Ministro Knowlson Gift pela hospitalidade recebida do Governo e do povo de Trinidad e Tobago e pela oportunidade de haver mantido diálogo franco e construtivo sobre temas que servem ao fortalecimento das relações bilaterais.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Países Africanos (13 de janeiro de 2005)

No contexto da intensificação das relações do Brasil com o continente africano, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Camerun, de 14 a 18 de janeiro corrente. A comitiva do Chanceler incluirá a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Ministra Matilde Ribeiro, além de representantes de diversos órgãos públicos e delegação de empresários. A viagem terá por objetivo aprofundar contatos com aqueles países, parceiros tradicionais do Brasil, bem como identificar oportunidades de cooperação e diálogo nos planos governamental e empresarial, em consonância com as diretrizes da política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em Cabo Verde, por onde começará sua viagem, o Ministro dará continuidade ao diálogo estabelecido pelo Presidente Lula com o Presidente

Pedro de Verona Rodrigues Pires, ao ensejo da visita do Chefe de Estado brasileiro àquele país, em julho de 2004. Estão programados encontros com o Presidente Pires, o Primeiro-Ministro José Maria Neves e o Chanceler Victor Borges, quando deverão ser assinados atos bilaterais nas áreas da educação e da saúde. O Ministro descerrará, também, placa alusiva à instalação do futuro Centro de Formação Profissional na Cidade da Praia – projeto conjunto do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores.

No domínio educacional, será firmado Programa de Trabalho que estabelecerá as bases da cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, com vistas à criação da primeira Universidade Pública daquele país. O Programa resulta de entendimentos iniciados, durante a visita presidencial de julho último, pelos Ministros da Educação do Brasil, Tarso Genro, e de Cabo Verde, Filomena Martins, já tendo propiciado contatos aprofundados entre os dois Governos, no âmbito de missão brasileira enviada a Praia, em setembro de 2004. Prevê-se, ainda, a assinatura de Ajuste Complementar para a implementação da terceira fase do Projeto Alfabetização Solidária, que contempla o fortalecimento da equipe de gestão local, a consolidação da formação dos coordenadores e alfabetizadores e a adaptação de material didático de alfabetização às necessidades cabo verdianas.

No campo da saúde, será assinado Ajuste Complementar para a implementação da segunda fase do Projeto de Cooperação Internacional em HIV/AIDS, concebido pelo Ministério da Saúde. O projeto prevê tratamento clínico para toda a população de soropositivos de Cabo Verde, bem como ações de fortalecimento da sociedade civil, capacitação de profissionais da saúde e outras iniciativas de combate ao HIV/AIDS.

Na Guiné-Bissau, onde chegará no dia 15, o Ministro Celso Amorim será recebido pelo Presidente Henrique Rosa, pelo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e pelo Ministro dos Negócios

Estrangeiros, Soares Sambu. O Ministro Amorim deverá ouvir, relato sobre a situação política da Guiné-Bissau, que vem suscitando ações de solidariedade por parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Será assinado Ajuste Complementar na área de saúde, que prevê, entre outras ações, a distribuição de medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil. O Chanceler anunciará, igualmente, a decisão do Governo brasileiro de transferir 500 mil dólares para o Fundo Especial da CPLP, a serem destinados a iniciativas de cooperação para reforma das Forças Armadas bissau-guineenses. Discutirá, ademais, a implementação do projeto de apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário da Guiné-Bissau, a ser financiado pelo Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, criado pelo Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto, no valor de 550 mil dólares, já foi aprovado e deverá ter início em curto prazo. Trata-se de iniciativa emblemática da cooperação Sul-Sul, sendo a primeira ação do gênero empreendida pelo IBAS.

Ainda como parte da programação na Guiné-Bissau, o Ministro Celso Amorim descerrará placa alusiva à instalação do futuro Centro de Formação Profissional de Bissau.

O Chanceler brasileiro chegará ao Senegal na tarde do dia 15, quando será recebido pelo Presidente Abdoulaye Wade. No dia 16, terá reunião privada com o Chanceler Cheikh Tidiane Gadio, com quem presidirá reunião ampliada de trabalho. Na sessão, serão examinadas medidas de intensificação da cooperação bilateral e possibilidades de incremento das trocas comerciais. Será assinado, ainda, Protocolo de Intenções para a cooperação em matéria de combate biológico à larva do gafanhoto peregrino, praga que afeta com regularidade os países do norte da África, entre eles o Senegal, causando graves prejuízos econômicos.

Na Nigéria, maior parceiro comercial do

Brasil na África (o intercâmbio ultrapassou, em 2004, 3 bilhões de dólares), o Ministro Celso Amorim cumprirá programação em Abuja, nos dias 16 e 17, quando será recebido pelo Presidente Olusegun Obasanjo e manterá reuniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Olu Adeniji e com outras altas autoridades. Durante as conversações, será examinada a cooperação bilateral, que inclui, na área de saúde, a possibilidade de transferência de tecnologia brasileira em fabricação de medicamentos anti-retrovirais. Serão avaliadas, ainda, perspectivas de aumento das exportações brasileiras, hoje na faixa de 600 milhões de dólares. No domínio da agricultura, está prevista a assinatura de Protocolo de Intenções que estende a outros Estados da Nigéria a experiência bem-sucedida de cooperação da EMBRAPA com o Estado nigeriano de Jigawa.

Será dada especial atenção aos assuntos multilaterais, tendo em vista que a Nigéria ocupa, atualmente, a Presidência da União Africana e tem atuação importante no G-20. O Ministro Celso Amorim visitará, ainda, a sede da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO), organismo de integração regional de grande influência na União Africana, pelo importante papel que desempenha na solução dos conflitos regionais e nas decisões sobre o futuro econômico dos países do Continente.

A última etapa da visita do Chanceler Celso Amorim à África será a República do Camerun. Em Iaundê, o Ministro terá reuniões de trabalho com o Chanceler Laurent Eso e com outras autoridades, com vistas a consolidar a cooperação bilateral, que vem registrando rápido incremento nos últimos anos. A visita do Chanceler Amorim marcará, igualmente, a reativação da Embaixada do Brasil em Iaundê, desativada desde 1999.

Está prevista a assinatura dos seguintes atos bilaterais: Protocolo de Cooperação na área da cacauicultura, com a participação da EMBRAPA; Protocolo de Cooperação na área da saúde, com ênfase no combate à malária, à tuberculose e ao HIV/

SIDA; Protocolo de Cooperação Desportiva; e Acordo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. Serão analisadas, também, modalidades para a vinda de professores cameruneses para ministrar cursos de História da África em universidades brasileiras.

Em todos os países do périplo africano, estão previstos eventos específicos para os empresários que integram a comitiva do Ministro Celso Amorim, de modo a propiciar contatos com interlocutores locais. Consta, ademais, da agenda do Chanceler o exame de propostas para a consolidação, nos países visitados, de programas de cooperação na área cultural e que dizem respeito às políticas de promoção e valorização da língua portuguesa, ao tratamento intercontinental dos conceitos ligados à diáspora africana e à participação em festivais de arte e cinema na África e no Brasil, em seguimento aos entendimentos mantidos pelo Ministro Gilberto Gil durante recente visita a países africanos.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República de Cabo Verde – Comunicado Conjunto (14 de janeiro de 2005)

Respondendo ao amável convite de Sua Excelência o Dr. Victor Manuel Barbosa Borges, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades da República de Cabo Verde, o Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Embaixador Celso Amorim, efetuou uma visita de amizade e trabalho a Cabo Verde no dia 14 de janeiro de 2005.

O Embaixador Celso Amorim veio acompanhado pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Sua Excelência a Ministra Matilde Ribeiro, e de delegação formada por funcionários governamentais e empresários.

O Ministro brasileiro teve encontro de trabalho com seu homólogo cabo-verdiano, durante o qual os dois Ministros passaram em revista as relações bilaterais e as principais questões regionais e internacionais.

No âmbito da visita foram passados em revista diferentes aspectos da cooperação bilateral institucional e empresarial.

No domínio da educação, os Ministros congratularam-se pela assinatura do documento bilateral que estabelece o “Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência”, fixando atividades de cooperação no sentido de apoiar o Governo cabo-verdiano no esforço de criação da Universidade de Cabo Verde.

Felicitarão-se, igualmente, pela assinatura do Ajuste Complementar ao “Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde, III Fase”, que permitirá dar continuidade ao projeto em curso de alfabetização de jovens e adultos, com grande impacto na inclusão social de populações desfavorecidas.

No campo da educação profissional, os Ministros Victor Borges e Celso Amorim regozijaram-se com o lançamento do projeto de estabelecimento, na Cidade da Praia, de um Centro de Formação Profissional e Promoção Social, iniciativa que conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil.

No domínio da saúde, celebraram o recente lançamento, pelo Governo brasileiro, do “Programa de Cooperação Internacional em HIV/SIDA – Fase II”, que inclui Cabo Verde entre os países beneficiários, e pelo qual o Brasil desenvolverá ações que se enquadram nas prioridades do Governo cabo-verdiano neste domínio e visam a contribuir para o esforço da sua capacidade de implementação de políticas de prevenção, aconselhamento e tratamento universal de seropositivos.

Os dois Ministros manifestaram satisfação pela assinatura do Acordo celebrado entre os dois Ministérios sobre o exercício de Atividades Remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, em serviço nos respectivos países.

No que tange às relações econômicas entre os dois países, salientaram a oportunidade da oferta do Mercosul de iniciar negociações comerciais com

os países em desenvolvimento da CPLP, o que poderá contribuir para a intensificação das trocas comerciais e o desenvolvimento dos países envolvidos. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde reiterou o interesse do seu Governo em analisar tais possibilidades e agradeceu a iniciativa brasileira de promover curso de capacitação em negociações comerciais para técnicos dos países em desenvolvimento da CPLP, que se deverá concretizar no primeiro semestre do corrente ano. Caso se decida pela realização do curso em um dos países beneficiários, Cabo Verde oferece-se para sediá-lo.

Os Ministros debruçaram-se sobre a situação da Guiné-Bissau e, recordando as decisões da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, de 1º de novembro último, reiteraram seu apoio às autoridades legítimas daquele país e a seus esforços para a normalização institucional, e exprimiram, de forma inequívoca, sua condenação a todas as manifestações de força que tendam a constranger a ação do Governo democraticamente eleito.

Reiteraram, nesse sentido, a disposição de ambos os países de cooperar intensamente e apoiar aquele país irmão, seja bilateralmente, seja no marco multilateral. Nesse contexto, felicitaram-se pela recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que fortalece o papel do UNOGBIS, e elogiaram as importantes ações que vêm sendo realizadas pela CEDEAO e pela CPLP. O Ministro Victor Borges registrou a doação de quinhentos mil dólares feita pelo Brasil ao Fundo Especial da CPLP, com o objetivo de custear atividades de reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Ambos incentivaram os países da comunidade doadora, bem como, na medida de suas possibilidades, outros Estados-membros da CPLP a cooperarem com esse urgente esforço.

Os Ministros reafirmaram seu entendimento sobre a importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, o Embaixador Celso Amorim reiterou o apoio do Brasil ao processo

de acesso de Cabo Verde à OMC. As duas autoridades expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC sejam concluídas com êxito, com vistas a assegurar a construção de um sistema de comércio multilateral justo, transparente e não-discriminatório, e assinalaram a importância dos preparativos para a VI Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Hong Kong, em dezembro deste ano, saudando a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha, que deverá ser intensificada até a mencionada Conferência.

Reafirmaram a determinação de seus respectivos Governos de contribuir decididamente para a plena realização das metas aprovadas na Declaração do Milênio, no Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento e em outras conferências no domínio econômico e social, convocadas pelas Nações Unidas.

O Ministro Victor Borges reiterou o apoio de Cabo Verde à “Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza”, que afirma a determinação dos países envolvidos de lutar contra a pobreza e a injustiça social no mundo, mediante novas iniciativas que façam do desenvolvimento econômico e social uma das altas prioridades nacionais e internacionais.

Os Ministros coincidiram quanto à necessidade de reforma das Nações Unidas e manifestaram entendimento comum de que o Relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança aporta relevante contribuição ao debate sobre o processo de reforma.

Na ocasião, Cabo Verde reiterou seu apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado.

No que concerne à problemática da graduação de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados (PMA), o Brasil reiterou o apoio ao pedido cabo-verdiano, no sentido de contribuir para a definição de uma estratégia de transição suave, devidamente monitorada pelas Nações Unidas, e que

garanta uma verdadeira transição do país a novos patamares de desenvolvimento.

No final da visita, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, manifestou seu profundo agradecimento ao seu homólogo, Dr. Victor Borges, e demais Autoridades Governamentais cabo-verdianas, bem como ao Povo de Cabo Verde, pela calorosa recepção e generosa hospitalidade que lhe foram reservadas, assim como à sua comitiva, durante sua visita à República de Cabo Verde.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil convidou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades da República de Cabo Verde a visitar a República Federativa do Brasil, convite que foi aceito com satisfação, devendo a data ser posteriormente definida pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre a reunião do Grupo de Países Megadiversos Afins (14 de janeiro de 2005)

Nos dias 17 a 21 de janeiro corrente, realizar-se-á em Nova Delhi, Índia, reunião do Grupo dos Países Megadiversos Afins. Criado em 2002, o Grupo dos Países Megadiversos Afins é um mecanismo de coordenação política e de cooperação entre dezessete países em desenvolvimento que abrigam, juntos, mais de 70% da biodiversidade do planeta. Além do Brasil, são seus membros: África do Sul, Bolívia, China, Costa Rica, Colômbia, Congo, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia e Venezuela. A principal atividade do Grupo vem sendo a articulação política em torno de posições comuns na negociação de importantes temas referentes à biodiversidade, em especial, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

O Brasil, membro fundador do Grupo, atribui especial importância às suas atividades em razão do potencial para atuar como frente única de negociação em discussões de interesse do país. Estima-se que de 20 a 25% da biodiversidade do planeta estejam

sob jurisdição brasileira. Em cumprimento a obrigação assumida na Convenção, o Brasil definiu uma estratégia nacional de biodiversidade, consubstanciada na Política de Biodiversidade, estabelecida pelo Decreto 4339, de 2002. Por sua vez, a Medida Provisória 2186-16, de 2001, criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabeleceu as normas para acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios e acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

O principal tema sobre o qual o Grupo dos Países Megadiversos Afins vem trabalhando é o da negociação, no contexto da CDB, de um regime internacional sobre repartição de benefícios resultantes do acesso aos recursos genéticos. O Brasil contribuiu ativamente para a criação do único mandato negociador resultante da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002). A importância estratégica da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do país levou o Governo do Presidente Lula a oferecer o Brasil para sediar, em 2006, a VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O mencionado regime internacional será discutido na terceira reunião do Grupo de Trabalho Aberto Ad Hoc sobre Acesso e Repartição de Benefícios da CDB - que se reunirá em Bangcoc, Tailândia, de 14 a 18 de fevereiro de 2005 - e deverá ser o principal tema de discussões do Grupo de Países Megadiversos na reunião em Nova Delhi. A delegação brasileira deverá atuar com o objetivo de se alcançar posição concertada sobre a natureza, o escopo e os elementos que conformarão o regime que disciplinará o acesso aos recursos biológicos e genéticos, a proteção dos conhecimentos tradicionais associados e a correspondente repartição dos benefícios auferidos de sua utilização.

A delegação do Brasil à reunião será chefiada pela Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, e integrada por funcionários do Itamaraty, do

Ministério do Meio Ambiente e do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. O segmento ministerial ocorrerá nos dias 20 e 21 de janeiro.

Comunicado à imprensa a respeito da Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres (14 de janeiro de 2005)

Entre os dias 18 e 22 de janeiro corrente, realizar-se-á em Kobe (Japão) – onde ocorreu há dez anos devastador terremoto – a Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres. Convocada em 2003 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a Conferência de Kobe tem despertado grande interesse, acentuado em face do recente maremoto que atingiu países asiáticos.

A iniciativa dá seguimento a processo iniciado com a inauguração, pela ONU, da Década Internacional para Redução de Desastres Naturais (1990-1999), em cujo contexto foi realizada em 1994, em Yokohama, Japão, a primeira conferência mundial sobre o tema. Dessa reunião, resultou o documento “Estratégia de Yokohama para um Mundo mais Seguro: Diretrizes para Prevenção, Resposta e Mitigação de Desastres Naturais” e Plano de Ação correspondente. Em 1999, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a “A Estratégia Internacional para Prevenção de Desastres (ISDR)”, visando a promover a consciência acerca do vínculo entre prevenção de desastres e desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Kobe tem como objetivos: (i) concluir e relatar a revisão da Estratégia de Yokohama e seu Plano de Ação; (ii) identificar atividades específicas para assegurar a implementação dos dispositivos do Plano de Joanesburgo sobre vulnerabilidade, avaliação de risco e gerenciamento de desastre; (iii) compartilhar experiências relativas a ações de desastre no contexto do desenvolvimento sustentável; (iv) elevar a consciência sobre a importância de políticas de redução de desastres, para facilitar sua implementação; e (v) aumentar a confiabilidade e disponibilidade de informações ao público e a agências

relacionadas ao gerenciamento de desastres.

A delegação brasileira em Kobe será chefiada pelo Itamaraty e contará com a participação, entre outros, do Secretário Nacional de Defesa Civil. A atuação do Brasil na Conferência incluirá o copatrocínio de projeto de resolução sobre a criação de mecanismos regionais de vigilância, alerta antecipado e avaliação de risco, bem como o pedido de provisão de recursos financeiros adicionais, com vistas a fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento de prevenir e enfrentar desastres naturais. A delegação também fornecerá informações sobre os esforços que o Governo brasileiro vem realizando para ajudar as vítimas do maremoto na Ásia, incluindo a remessa de alimentos, remédios e roupas para as áreas atingidas.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia (18 de janeiro de 2005)

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe terão encontro de trabalho na cidade de Letícia, em 19 de janeiro corrente. A visita do Presidente da República a Letícia atende a convite do Presidente Uribe e representará passo adicional na aproximação entre o Brasil e a Colômbia, no contexto da prioridade de política externa atribuída à América do Sul.

A visita constituirá oportunidade para intercâmbio de idéias em torno dos temas das agendas bilateral, regional e internacional.

Os principais temas da agenda bilateral a serem tratados dizem respeito à segurança na região amazônica, integração física, assuntos fronteiriços, comércio e investimentos. Será dado início aos preparativos para a Visita de Estado que o Presidente Lula fará a Bogotá, no segundo semestre do corrente ano.

No que se refere à agenda regional, os principais temas a serem tratados dizem respeito à conformação da Comunidade Sul-americana de Nações e à intensificação da cooperação amazônica no âmbito da OTCA.

O encontro em Letícia, que reflete também a atenção concedida às comunidades da região, será o primeiro entre os dois Presidentes na fronteira comum. Desde o início do atual Governo, os Presidentes Lula e Uribe já se reuniram várias vezes, com resultados frutíferos e a abertura de novas áreas de interesse comum. O encontro mais recente ocorreu em São Paulo, em 21 e 22 de junho de 2004, quando, além de manterem reunião privada, inauguraram a Macro-Rodada de Negócios.

A Colômbia é o mais populoso país da América do Sul após o Brasil e é membro importante da Comunidade Andina, em virtude do tamanho de seu mercado e de sua economia, bem como da dimensão e diversificação do seu parque industrial.

A partir da conclusão do acordo MERCOSUL – CAN e da conformação em Cusco, em dezembro passado, da Comunidade Sul-americana de Nações, ampliaram-se ainda mais as possibilidades de fortalecimento das relações bilaterais. A esse respeito destaca-se o intercâmbio comercial recorde alcançado em 2004, que totalizou US\$ 1,074 bilhão. Embora o comércio tenha crescido nos dois sentidos, as exportações brasileiras para a Colômbia são atualmente muito maiores (US\$ 943 milhões) do que as importações (US\$ 131 milhões).

Existe igualmente forte interesse de empresas brasileiras em investir na Colômbia. A Petrobras, com investimentos de US\$ 400 milhões, extrai 40 mil barris diários de petróleo naquele país.

A hidrovía Meta-Orinoco e a construção de rodovia de 150 km entre Pasto e Moncoa, que faz parte do Eixo Multimodal do Amazonas, constituem os principais projetos de infra-estrutura em que a Colômbia tem interesse na participação brasileira.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim, à República da Guiné-Bissau – Comunicado Conjunto (18 de janeiro de 2005)

A convite do Governo da República da Guiné-Bissau, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Embaixador Celso Amorim, visitou Bissau no dia 15 de janeiro de 2005, acompanhado pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Ministra Matilde Ribeiro, e de uma delegação constituída por funcionários governamentais e empresários. Durante a visita, o Ministro foi recebido pelas seguintes individualidades: Sua Excelência o Senhor Henrique Pereira Rosa, Presidente da República da Guiné-Bissau; Sua Excelência o Senhor Carlos Gomes Júnior, Primeiro-Ministro; Sua Excelência o Senhor Soares Sambú, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades.

Durante os encontros oficiais, os dois Ministros procederam a uma análise das relações bilaterais e das principais questões internacionais e regionais.

O Ministro Celso Amorim reafirmou o empenho do Brasil em apoiar o Governo guineense junto das instituições financeiras internacionais e da comunidade de países doadores, bem como no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido de obter o apoio internacional necessário para a normalização política-institucional do país e a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social. Os Ministros congratularam-se pelos esforços que, nesse sentido, vêm sendo empreendidos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e por organismos regionais africanos, em especial a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O Ministro Soares Sambú agradeceu a doação, do Brasil, ao Fundo Especial da CPLP, da soma de quinhentos mil dólares (500.000 USD), a ser destinada para atividades de cooperação visando à reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau, tendo solicitado à parte brasileira o seu apoio na luta contra os gafanhotos que invadiram várias regiões do país, às próximas eleições presidenciais que se avizinham e à realização da mesa redonda sobre a Guiné-Bissau. Os Ministros apelaram aos países da Comunidade doadora, bem como, na medida de suas possibilidades, a outros Estados-Membros da CPLP,

a contribuírem para esse esforço indispensável sobre o Financiamento para o Desenvolvimento e suas Conferências nesse domínio. Os Ministros regozijaram-se pelo lançamento do primeiro projeto a ser financiado pelo Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que apoiará o desenvolvimento agrícola e pecuária da Guiné-Bissau, ilustrando um modelo de cooperação Sul-Sul.

No domínio da saúde, celebraram o recente lançamento pelo Governo brasileiro do Programa de Cooperação Internacional em HIV/SIDA – Fase II, pelo qual o Brasil oferecerá a um número selecionado de países, entre os quais a Guiné-Bissau, o provimento gratuito de medicamentos anti-retrovirais de primeira linha e a capacitação de profissionais de saúde para gerir e executar políticas de prevenção e tratamento para soropositivos, estando previsto para a Guiné-Bissau o tratamento de todos os pacientes locais.

No âmbito da educação profissional, constataram os avanços registados no projeto de estabelecimento, em Bissau, de um Centro de Formação Profissional e Promoção Social, iniciativa que conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil.

Os Ministros reafirmaram sua convergência de pontos de vista sobre a importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

As duas delegações expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC sejam concluídas com êxito, com vistas a assegurar a edificação de um sistema de comércio multilateral justo, transparente e não-discriminatório, e assinalaram a importância dos preparativos para a VI Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Hong Kong, em dezembro deste ano, saudando a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha, que deverá ser intensificada até a projetada Conferência.

O Ministro Soares Sambú destacou que a

candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa à Direção-Geral da OMC conta com o apoio de seu país, em reconhecimento à sua capacidade e competência profissional e ao papel do Brasil na formação de consensos nas negociações em curso. O Ministro Celso Amorim agradeceu o apoio brindado pela Guiné-Bissau neste particular.

Os dois Ministros reafirmaram a determinação dos seus respectivos Governos de contribuir decididamente para a plena realização das metas aprovadas na Declaração do Milênio, no Consenso de Monterrey sobre o Financiamento para o Desenvolvimento e outras Conferências no domínio econômico e social, realizadas sob a égide das Nações Unidas. O Ministro Soares Sambú reiterou o apoio da Guiné-Bissau à Declaração de Nova Iorque sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza, que afirma a determinação dos países envolvidos na luta contra a pobreza e a injustiça social no mundo, mediante novas iniciativas que façam do desenvolvimento econômico e social uma das prioridades nacionais e internacionais.

Os Ministros concordaram sobre a necessidade da reforma das Nações Unidas e manifestaram mútuo entendimento no que respeita ao Relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, que trouxe uma contribuição relevante ao debate sobre o processo da reforma.

Em relação ao Conselho de Segurança, os dois Ministros sublinharam a necessidade de uma reforma estrutural que tome em conta a integração nas duas categorias de membros (permanentes e não permanentes) e a inclusão de países em desenvolvimento num Conselho de Segurança alargado.

Neste contexto, a Guiné-Bissau reiterou seu apoio ao pleito brasileiro para um assento permanente no Conselho de Segurança alargado.

No final da visita, o Ministro Celso Amorim manifestou seu profundo agradecimento ao Presidente Henrique Pereira Rosa, ao Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, ao Ministro Soares

Sambú, a todas as demais autoridades governamentais e ao Povo guineense pelo caloroso acolhimento e generosa hospitalidade que lhe foram reservados, assim como à sua comitiva, durante a sua visita à República da Guiné-Bissau, e convidou seu homólogo a visitar a República Federativa do Brasil, convite aceito com satisfação, devendo a data da sua realização ser posteriormente comunicada por via diplomática.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República do Camerun – Comunicado Conjunto (18 de janeiro de 2005)

No quadro da dinamização e do reforço das relações entre o Brasil e a República do Camerun, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial ao Cameroun nos dias 17 e 18 de janeiro, acompanhado pela Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e por delegação de funcionários governamentais e empresários.

Na qualidade de emissário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Amorim foi recebido em audiência pelo Chefe de Estado, Senhor Paul Biya, a quem entregou mensagem de amizade do seu homólogo brasileiro.

O Ministro Celso Amorim foi também recebido pelo Senhor Laurent Esso, Ministro das Relações Exteriores da República do Camerun. Nas reuniões de trabalho, os dois Ministros mantiveram conversações sobre temas de interesse bilateral e multilateral.

No plano da cooperação bilateral, os dois Ministros congratularam-se pelas excelentes relações tradicionalmente mantidas pelos dois países, fundadas em um quadro jurídico constituído por acordos em matéria comercial, cultural, científica e técnica, que comportam ainda grande margem de ampliação. Os dois Ministros tomaram nota com satisfação dos entendimentos mantidos nessa ocasião nos domínios

da agricultura e da circulação de pessoas.

O Ministro das Relações Exteriores do Camerun tomou conhecimento dos projetos apresentados por seu homólogo nos campos da cooperação em matéria de desporto e de saúde. Manifestou a disposição do Governo camerunês de examinar com boa vontade esses projetos, com vistas à sua assinatura proximamente.

O Ministro Celso Amorim e a Ministra Matilde Ribeiro assinalaram a importância do aporte dos povos africanos à formação da consciência histórica do povo brasileiro e insistiram na necessidade de preservar, por meio de estreita cooperação, os valores culturais comuns. Expressaram o desejo de que a curto prazo possam ser indicados nomes de professores universitários cameruneses para ministrar, no Brasil, cursos de história, filosofia e sociologia africanas. Sobre essa solicitação, o Ministro Laurent Esso assegurou a seu homólogo que os professores seriam enviados muito brevemente.

No plano internacional, os dois Ministros se felicitaram pela convergência de vistas entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Paul Biya sobre os grandes problemas internacionais, notadamente sobre a necessidade de uma mundialização com face humana, que leve em conta a especificidade dos países em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, assinalaram a necessidade de reforçar cada vez mais a cooperação Sul-Sul. Acentuaram, ademais, a necessidade de apoiar a ação das Nações Unidas e de suas agências especializadas em favor do progresso econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento. Reconheceram igualmente, com satisfação, a convergência de suas opiniões sobre a importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Reafirmaram o desejo de que os dois países mantenham diálogo mais estreito no âmbito da OMC para contribuir eficazmente para a conclusão exitosa das negociações, com vistas a assegurar a

implantação de um sistema de comércio multilateral justo, transparente e não-discriminatório.

Nesse sentido, os dois Ministros apontaram para a importância dos preparativos para a V Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Hong-Kong, em dezembro deste ano, e saudaram a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha, que, segundo entendem, deverá ser intensificada até a mencionada Conferência.

O Ministro Laurent Esso registrou com interesse a candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

O Ministro Laurent Esso reiterou, outrossim, o apoio do Camerun à “Declaração de Nova Iorque sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza”, que afirma a determinação dos países envolvidos de lutar contra a pobreza e a injustiça social no mundo, mediante novas iniciativas que façam do desenvolvimento econômico e social uma das altas prioridades da agenda internacional.

Os dois Ministros destacaram a necessidade de colocar as Nações Unidas no centro das ações da comunidade internacional.

Os dois Ministros reiteraram seu apoio à reforma das Nações Unidas, sobretudo ao fortalecimento da Assembléia Geral e à expansão e democratização do Conselho de Segurança, de forma a que sejam melhor levados em conta os pontos de vista dos países em desenvolvimento da América Latina e da África. Nesse contexto, o Ministro Laurent Esso tomou nota com simpatia da aspiração brasileira a tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança.

O Ministro de Estado brasileiro agradeceu ao seu homólogo a calorosa acolhida que lhe foi dispensada e a generosa hospitalidade de que ele e sua delegação foram objeto durante a estada em território camerunês.

O Ministro Celso Amorim convidou seu homólogo a visitar oficialmente o Brasil em data a

ser definida pelos canais diplomáticos. O Ministro camerunês aceitou o convite.

Comunicado à imprensa sobre a reunião dos Países Sul-Americanos para a Segurança dos Cidadãos (20 de janeiro de 2005)

Será realizada no Brasil, no corrente ano, em data a ser definida, reunião dos países sul-americanos para tratar da questão da segurança dos cidadãos.

A iniciativa brasileira de convocar esta reunião foi acolhida pelos Presidentes dos países da América do Sul, em Cuzco, no dia 8 de dezembro passado, quando decidiram criar a Comunidade Sul-Americana de Nações.

A questão da segurança dos cidadãos é tema central na agenda de todos os Governos da região, uma das mais afetadas por índices crescentes de violência e criminalidade.

O objetivo central da reunião convocada pelo Brasil será o de promover a cooperação sul-americana em matéria de segurança pública.

No dia 18 de janeiro corrente, realizou-se no Itamaraty o primeiro encontro de coordenação entre os órgãos do Governo e da sociedade civil, com vistas a dar início à preparação da mencionada reunião.

Comunicado à imprensa sobre o envio de Auxílio Humanitário para a Guiana (20 de janeiro de 2005)

O Governo brasileiro está enviando hoje, 20 de janeiro, a Georgetown, Guiana, aeronave militar transportando gêneros alimentícios de primeira necessidade, a fim de amenizar o sofrimento da população guianesa afligida por fortes chuvas, ininterruptas desde sexta-feira passada.

O Governo brasileiro expressa sua solidariedade com o Governo e o povo da Guiana pelas dificuldades enfrentadas e transmite seus sinceros votos de que se possam restabelecer, com a maior brevidade possível, as condições normais de vida no país.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia – Comunicado Conjunto Brasil – Colômbia (21 de janeiro de 2005)

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe mantiveram encontro de trabalho na cidade de Letícia, no dia 19 de janeiro, para tratar da agenda de temas de interesse bilateral. Repassaram também as principais questões da agenda regional e internacional.

Os Presidentes saudaram a conformação em Cusco, por ocasião da III Cúpula de Presidentes da América do Sul, em 8 de dezembro de 2004, da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), que promoverá o fortalecimento do diálogo e a coordenação política entre os países da região, a convergência entre os mecanismos regionais de integração econômica e comercial, e a integração da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações no continente sul-americano. A concertação política no âmbito da Comunidade permitirá também promover e defender de maneira muito mais efetiva os interesses dos países da América do Sul.

Os Presidentes congratularam-se com a recente protocolização, no âmbito da ALADI, do Acordo de Complementação Econômica n. 59 entre o Mercosul e a Colômbia, Equador e Venezuela como países membros da Comunidade Andina, mediante o qual se conforma uma zona de livre comércio.

Os Presidentes reiteraram sua satisfação com a incorporação da Colômbia como Estado Associado do Mercosul e manifestaram o grande interesse que ambas as Partes atribuem à pronta associação dos países membros do MERCOSUL à Comunidade Andina, com o propósito de lograr uma associação recíproca que permita a convergência gradual entre ambas as organizações.

Os dois Presidentes recordaram a decisão da III Reunião de Presidentes da América do Sul de acolher o oferecimento brasileiro de sediar uma Reunião Sul-Americana sobre Segurança dos Cidadãos e Temas Afins, em Fortaleza, no mês de

junho, com o propósito de possibilitar exame conjunto dos problemas de segurança enfrentados pelos países sul-americanos e o estabelecimento de um programa sul-americano de cooperação em matéria de segurança.

Os dois mandatários acordaram renovar o mandato de suas autoridades nacionais para avançar nos diferentes aspectos de cooperação e coordenação em matéria de segurança.

Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com os progressos alcançados no seio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e saudaram a realização, em Manaus, da VIII Reunião de Chanceleres dos Estados Membros da OTCA e o oferecimento da Colômbia para sediar a reunião temática ministerial sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, a realizar-se antes da Reunião Sul-americana sobre Segurança dos Cidadãos e Temas Afins. Recordaram, nesse contexto, a crescente relevância do tema da defesa e segurança integral para a cooperação amazônica.

Os Presidentes celebraram o espírito de amizade que anima as relações bilaterais e que se traduz, entre outros aspectos, na coordenação de posições sobre a agenda internacional e regional e na vocação integracionista compartilhada por ambos os países.

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo precípuo de dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia. Com relação ao Conselho de Segurança, os dois Presidentes sublinharam ser necessária reforma ampla. Os dois Presidentes reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho, questões que devem ser

consideradas de maneira construtiva.

Os Presidentes salientaram a importância de coordenar as posições dos países da região nas negociações comerciais internacionais. Saudaram a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha, que deverá ser intensificada até a VI Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Hong Kong, em dezembro deste ano. Expressaram a expectativa de que as negociações em curso na OMC sejam levadas a bom termo e respondam aos anseios dos países em desenvolvimento por um sistema de comércio multilateral mais justo, transparente e não-discriminatório. Essas negociações, para alcançar resultados equilibrados e equitativos, têm de levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério, as estratégias de desenvolvimento nacional e as enormes carências sociais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou que o Governo brasileiro apresentou a candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa à Direção-Geral da OMC. Os dois Presidentes assinalaram que o processo consensual para designação do novo Diretor-Geral deve favorecer candidato do mundo em desenvolvimento. Nesse entendimento, expressaram a conveniência de que a América Latina tenha um candidato de consenso para essa importante designação.

Os Presidentes se congratularam com o fortalecimento do diálogo para a consolidação de uma cooperação integral nas áreas social, financeira, agrícola, comercial, energética, turística e de construção de infra-estrutura entre os setores produtivos de ambos os países.

Assinalaram a necessidade de ações continuadas de ambos os Governos e das empresas para que a Colômbia possa utilizar plenamente as oportunidades que se abrem no mercado brasileiro com a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica n. 59.

Os Presidentes reafirmaram sua intenção de seguir cooperando para implementação dos projetos

da Hidrovias Meta-Orinoco e do Corredor Multimodal Tumaco-Porto Assis–Belém do Pará, através do exame da possibilidade de concessão de financiamento pelo Brasil, por solicitação do Presidente da Colômbia, que permita a execução daqueles projetos, que são de real significado para a integração física na América do Sul.

Com relação a gastos de investimento público, especialmente em obras de infra-estrutura, reiteraram a necessidade de aprofundar a discussão e promover iniciativas para a adoção de mecanismos financeiros inovadores, com o propósito de ampliar os investimentos públicos que tenham efeito multiplicador sobre as economias da região e sobre os fluxos de comércio e de investimentos. Para tanto, as instituições financeiras internacionais deveriam dar tratamento mais flexível à contabilização do investimento público. Como passo inicial, se propõem a insistir junto às instituições financeiras internacionais para que outorguem tratamento mais flexível à contabilização do gasto de investimentos, para ampliar o espaço fiscal em benefício do setor produtivo da América Latina.

Concordaram com a conveniência da realização da VIII Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, instrumento relevante para o adensamento das relações bilaterais. Essa reunião deverá ter lugar no primeiro semestre de 2005 no Brasil e, sem prejuízo do exame de outros temas, deverá tratar das questões da cooperação na área da saúde e do saneamento básico nas regiões de fronteira.

17) Da mesma forma, os Presidentes ressaltaram a importância de promover ações complementares que permitam fomentar a integração e o desenvolvimento das comunidades fronteiriças, particularmente de Letícia e Tabatinga, cidades que representam um vivo modelo de integração entre nossos povos. Para esse efeito, instaram as autoridades de Planejamento e das Chancelarias dos dois países a concertar, com a maior brevidade possível, programas e projetos de cooperação em áreas como saneamento básico, soluções energéticas sustentáveis, ecoturismo, educação e comércio transfronteiriço, dentre outras.

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe se felicitaram pela conclusão do Ajuste Complementar sobre Saúde na Fronteira brasileiro-colombiana, que representa aporte importante para o bem-estar das comunidades da fronteira comum.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero (21 de janeiro de 2005)

O Presidente de Governo do Reino da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, realizará visita oficial ao Brasil no período de 23 a 25 de janeiro de 2005, no contexto de sua primeira visita oficial à América Latina.

No dia 24 de janeiro, em Brasília, o Presidente de Governo manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será recebido pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Naquele mesmo dia, seguirá para São Paulo, onde manterá encontros com o Governo do Estado e com representantes da comunidade espanhola residente no Brasil.

O Presidente José Luis Rodríguez Zapatero viajará acompanhado de expressiva delegação, que incluirá o Ministro de Assuntos Exteriores, Miguel Ángel Moratinos, e o Ministro de Indústria, Comércio e Turismo, José Montilla.

As relações Brasil-Espanha têm sido marcadas por ampla convergência quanto à necessidade de construir uma ordem internacional justa e baseada no respeito mútuo entre os Estados e na promoção do desenvolvimento com equidade. Nesse contexto, e especialmente no que se refere à Ação contra a Fome e a Pobreza, ambos os países têm demonstrado grande empenho no cumprimento das Metas do Milênio, estabelecidas pelas Nações Unidas visando à promoção do desenvolvimento social.

Será assinada, durante a visita do Presidente de Governo espanhol, a “Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-

Espanha”, com o intuito de colocar em prática os objetivos e projetos descritos no “Plano de Parceria Estratégica”, firmado pelos dois Governos em novembro de 2003, em Santa Cruz de la Sierra. Ao atualizar o diálogo entre os dois Governos, redimensionar as prioridades no plano bilateral e estabelecer vias de cooperação e assistência em terceiros países, tais como o Haiti, a Declaração de Brasília constituirá marco político-institucional para a atuação conjunta dos dois países.

Prevê-se, ademais, a assinatura de acordos nas áreas de turismo, mudança do clima e implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

A visita dará ensejo, também, à realização da primeira reunião do grupo de trabalho Brasil-Espanha sobre investimento e comércio, que passará em revista a agenda econômica bilateral.

Comunicado à imprensa sobre a situação no Iraque – Desaparecimento de cidadão brasileiro (21 de janeiro de 2005)

O Governo brasileiro acompanha com atenção a ocorrência do desaparecimento de funcionário da construtora Norberto Odebrecht na cidade de Beiji, no Iraque. O Itamaraty mantém estreito contato com a direção daquela empresa para o rápido e favorável desfecho do caso.

Comunicado sobre a situação no Iraque (21 de janeiro de 2005)

A situação de segurança no Iraque se deteriorou gravemente, atingindo patamares sem precedentes de violência.

Diante das eleições no Iraque, programadas para 30 de janeiro, militantes armados têm intensificado seus atos de violência. Os cidadãos estrangeiros são visados por aqueles grupos, que apontam como alvos prioritários os representantes da imprensa internacional.

O Governo recomenda aos brasileiros, que pretendam viajar ao Iraque por razões profissionais,

que levem em conta o alto risco da atual conjuntura iraquiana.

Comunicado sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (22 de janeiro de 2005)

Ao tomar conhecimento do noticiário veiculado hoje pela TV Al Jazeera e agências internacionais, segundo o qual o funcionário da empresa Norberto Odebrecht, João José Vasconcelos, foi seqüestrado pelos grupos auto-denominados Brigadas Al Mujahidin e Exército de Ansar al-Sunna, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, reuniu seu Gabinete e manteve contato e reuniões com outras agências do Governo.

Determinou igualmente que as Embaixadas e representações brasileiras na região fossem mobilizadas, a fim de analisar todas as informações relevantes para o caso. O Itamaraty mantém-se em estreito contato com a empresa Norberto Odebrecht, com vistas a buscar o melhor curso de ação para a liberação do cidadão brasileiro. Como é natural em situações desse tipo, eventuais iniciativas serão tomadas com a necessária discrição.

O Ministro Celso Amorim tem mantido o Presidente Lula informado sobre a evolução do assunto.

Comunicado sobre o seqüestro do cidadão brasileiro no Iraque (24 de janeiro de 2005)

O Ministério das Relações Exteriores permanece em estreito contato e coordenação com a empresa Norberto Odebrecht e com as Representações do Brasil no exterior, com o objetivo de buscar o fim do seqüestro do cidadão brasileiro João José Vasconcelos.

O Governo brasileiro se associa aos apelos humanitários feitos pela empresa e pela família do Senhor Vasconcelos, no sentido de que este lamentável episódio se encerre o mais rapidamente possível, e tem, com a necessária discrição, feito valer os canais de que dispõe.

Comunicado sobre a declaração de Brasília a respeito de Consolidação da Parceria Estratégica Brasil – Espanha (24 de janeiro de 2005)

Com o fito de implementar e consolidar os objetivos e projetos descritos no Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero decidem adotar a presente Declaração, de modo a refletir o atual estágio de afinidade política entre os dois países.

Entre as iniciativas concretas que respaldam essa convergência, destacam-se a atuação conjunta dos dois Governos na iniciativa contra a fome e a pobreza, no âmbito das “Metas do Milênio” da Organização das Nações Unidas, a participação dos dois países em esforços da comunidade internacional em missões de paz e de estabilização, com vistas à promoção da democracia e do desenvolvimento social, caso da Missão da ONU no Haiti, e a convergência em relação à necessidade de se discutir e implementar no nível multilateral medidas ambiciosas e eficazes de promoção da integração cultural no mundo, chamando as Nações a se unirem em torno de uma “Aliança das Civilizações”.

I - Fortalecimento do diálogo político bilateral

1. Dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero, celebraram reunião de Cúpula em 24 de janeiro, em Brasília, e reiteraram a intenção de continuar mantendo reuniões de Cúpula em bases anuais, em data e local a serem mutuamente acordados.

2. Os Presidentes Lula e Zapatero instruíram seus Ministros das Relações Exteriores a continuar mantendo reuniões periódicas com o objetivo de assegurar um diálogo fluido, que permita desenvolver relações bilaterais privilegiadas, bem como de analisar temas da atualidade mundial e de identificar ações conjuntas no cenário internacional voltadas sobretudo para a redução da pobreza, erradicação da fome e ajuda internacional a países atingidos por catástrofes naturais.

3. Os dois Presidentes instruíram o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Brasil e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores e para Ibero-América da Espanha a manterem encontros em bases anuais e decidiram que o primeiro encontro realizar-se-ia no primeiro semestre de 2005, em data e local a serem acordados. Coincidiram também sobre a realização de Reuniões de Consultas Políticas em nível de Subsecretário, em bases semestrais, a serem realizadas alternadamente em Brasília e Madri, ou à margem de encontros multilaterais, a fim de intercambiar posições sobre temas da agenda internacional.

4. Ambos os Presidentes convergiram sobre a importância de estimular encontros anuais entre representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário de ambos os países. Nesse sentido, o Governo espanhol estendeu convite ao Presidente brasileiro do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Espanha para reunião bilateral em Madri, em março de 2005.

5. Ambos os Governos conferem especial relevância à preparação e realização da XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo iberoamericanos a ser realizada em Salamanca, de 14 a 15 de outubro de 2005, ocasião em que caberá à Espanha, na qualidade de Secretária Pro-Tempore, a função de coordenar o processo preparatório. As Cúpulas Iberoamericanas são a mais alta instância do valioso mecanismo de concertação política e de cooperação que é a Conferência Iberoamericana. A Conferência deverá contar em 2005 com o apoio permanente da Secretaria Geral criada pelo Convênio Constitutivo de Santa Cruz de la Sierra cujo processo de ratificação já iniciaram e estão impulsionando. Reiteraram seu desejo de avançar na cooperação iberoamericana nas áreas da cultura, do conhecimento, da educação e da pesquisa e a sua disposição em trabalhar na elaboração de uma Carta Cultural Iberoamericana e, nesse contexto, se comprometeram, em consonância com o Artigo XXIV da Declaração de São José, em promover nos foros multilaterais o exame e a adoção de mecanismos financeiros inovadores, incluída a

conversão de porcentagem do montante do serviço da dívida por investimentos nos sistemas educativos dos países iberoamericanos, bem como outras iniciativas que permitam administrar recursos financeiros que constituem fundos adicionais ao orçamento destinado à educação.

6. Ambos os Governos manifestaram disposição de unir forças para promover a iniciativa do Presidente Rodríguez Zapatero em torno de uma “Aliança das Civilizações”. Nesse sentido, reconheceram a importância de se continuar defendendo o multilateralismo, a legalidade internacional e o diálogo entre as culturas, e concordaram com a necessidade de se discutir e implementar, no âmbito das Nações Unidas, medidas ambiciosas e eficazes de promoção da integração cultural no mundo, chamando as nações a se unirem em torno dessa importante iniciativa.

7. Os dois países concordaram em continuar intercambiando informações sobre as negociações Mercosul-União Européia, a fim de permitir a ambos os Governos apreciação mais pormenorizada de posições com relação ao processo negociador inter-regional. Brasil e Espanha estão firmemente comprometidos com a finalidade de alcançar resultado equilibrado e ambicioso nas negociações do Acordo Inter-regional Mercosul-UE, de acordo com a Declaração de Guadalajara de 2004. Foi lembrado que o Acordo visa a melhorar o intercâmbio comercial entre as duas regiões e abarca aspectos do diálogo político e de cooperação inter-regional, o que permitirá estreitar ainda mais os vínculos entre o Mercosul e a União Européia. Reiteraram o compromisso de trabalhar de forma construtiva e intensa no sentido de concluir as negociações inter-regionais Mercosul-UE no mais breve prazo possível.

8. Na qualidade de membros do Quarteto de Genebra, os dois Presidentes coincidiram sobre a importância de se assegurar resultados concretos à “Ação contra a fome e a pobreza”, que possam ser apresentados em setembro próximo em Nova York, quando se realizará, nas Nações Unidas,

evento de alto nível para a avaliação da implementação da Declaração do Milênio.

9. Ambos os Governos concordaram em manter consultas mútuas permanentes em foros internacionais, em especial na Organização das Nações Unidas, por intermédio das Chancelarias e das respectivas representações diplomáticas no exterior com o fito de intercambiar opiniões sobre temas como a reforma da ONU, a cooperação no âmbito das operações de paz, com especial menção ao compromisso dos dois Governos com a estabilização e reconstrução do Haiti, o combate ao terrorismo e a utilização conjunta de meios no combate ao narcotráfico.

10. Decidiram que seria privilegiado o apoio recíproco às candidaturas de ambos os países em foros multilaterais, sempre que possível.

11. Manifestaram concordância em estabelecer no primeiro semestre de 2005 acordo de colaboração entre as respectivas academias diplomáticas.

12. Relembrou que estão previstas reuniões bilaterais em 2005, à margem de reuniões multilaterais, sobre prevenção e combate a incêndios florestais (março, em Roma), sobre recursos hídricos, gerenciamento de resíduos sólidos e sistemas de controle da qualidade do ar (abril, em Nova York), sobre a implementação do Memorando de Entendimento sobre Mudança do Clima e do gerenciamento de resíduos sólidos no contexto daquele mecanismo (maio, em Bonn) e sobre o uso sustentável da biodiversidade e uso e gestão de áreas protegidas (dezembro, em Montreal).

13. Instruíram seus Ministros a continuar negociando o Convênio sobre Cooperação em Matéria de Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delitivas, bem como o Tratado sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal.

14. Os dois Governos concordaram em manter conversações periódicas sobre a situação de emigrados nacionais residentes, respectivamente, nos territórios de cada um dos dois Estados.

II - Emprego e desenvolvimento social

15. Os dois Presidentes concordaram em realizar em 2005 o primeiro foro de diálogo das sociedades civis Brasil-Espanha, voltado para o intercâmbio de idéias e a reflexão conjunta sobre assuntos de interesse comum, em particular o fortalecimento das instituições, cuja composição será multidisciplinar.

16. Os dois Presidentes determinaram que os Ministérios do Trabalho iniciarão negociações com vistas à assinatura de Memorando de Entendimento em matéria de trabalho para desenvolverem ações em áreas a serem mutuamente identificadas.

III - Crescimento econômico e oportunidades

17. Ambos os Governos manifestaram satisfação pela realização da primeira reunião do grupo de trabalho Brasil-Espanha sobre investimentos e comércio, em 24 de janeiro de 2005, durante a qual foi passada em revista a agenda bilateral na matéria, com ênfase no encaminhamento de soluções para problemas bilaterais ou na concretização de projetos de interesse comum e recomendaram a atenção para suas conclusões. Acordou-se que esse grupo de trabalho se reuniria em bases anuais, em data e local a serem mutuamente acordados.

18. Manifestaram satisfação pela assinatura do Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo e do Acordo de Cooperação sobre Cessão de Tecnologia Turística.

19. Ambos os Governos decidiram que a primeira reunião do grupo de trabalho hispano-brasileiro de transportes, encarregado de estudar projetos de infra-estrutura e formas de financiamento, seja realizada em abril de 2005 com a presença do setor privado e de instituições dos dois governos, em local a ser acordado entre as partes. Concordou-se que ambos os países devem buscar parcerias em torno de projetos de infra-estrutura, inclusive no setor gás-químico, em terceiros países no âmbito ibero-americano, com vistas a desempenhar importante fator na geração de empregos e de inclusão social

para os habitantes das regiões envolvidas.

20. Os dois países concordaram em realizar em 2005 seminário em Brasília para a discussão do tema “seguro agrícola” como estratégia para a redução da fome e da pobreza. Acordou-se que a Espanha poderia contribuir para um eventual projeto-piloto no MERCOSUL, que possa ser reproduzido posteriormente em outros países. O Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) também estão dispostos a cooperar para a realização do seminário em apreço e o eventual projeto-piloto.

21. Os dois Governos se felicitaram pela assinatura do Protocolo na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal e outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo.

IV - Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente

22. Ambos os Mandatários reconheceram a notável convergência de pontos de vista em relação à crescente cooperação hispano-brasileira no campo da educação e da cultura, evidenciada, sobretudo no último ano, pela pluralidade de iniciativas e de avanços significativos na consolidação de uma agenda abrangente e promissora, marcada pela conjugação de esforços de diferentes agentes governamentais, instituições acadêmicas, entidades empresariais ligadas às indústrias da criatividade e outras organizações da sociedade civil. Com a finalidade de impulsionar as atividades de cooperação bilateral na área de educação e cultura e de modo a fortalecer as relações de amizade entre os dois países, os dois Governos resolveram firmar o Memorando de Entendimento em Matéria Educacional.

23. Os dois Presidentes coincidiram, igualmente, em promover o projeto de Convênio da UNESCO sobre Proteção da Diversidade dos Conteúdos Culturais.

24. Mencionaram-se ainda os planos do Governo espanhol de ampliar seus instrumentos de

cooperação cultural, incluídos os Institutos Cervantes e os Centros Culturais da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e salientaram o fato de o Brasil ser o país convidado para a Exposição de Artes Plásticas ARCO 2008, organizada pela Espanha.

25. Os dois Governos manifestaram satisfação pelas assinaturas do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Mudança do Clima e Implementação de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto.

V - Cooperação para o desenvolvimento

26. Em seguimento à IIIª Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha de Cooperação, realizada em julho de 2003, bem como ao Plano de Parceria Estratégica, ambos os Governos, por intermédio de suas respectivas Agências de cooperação – Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) - darão continuidade às ações identificadas como prioritárias para o período de 2003 a 2006. No segundo semestre de 2005 será celebrada a Reunião de Seguimento da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Espanha com o objetivo de realizar balanço da execução dos programas e estabelecer bases para o novo programa de cooperação, à luz das prioridades do Governo brasileiro e do novo Plano Diretor de Cooperação espanhola.

27. São as seguintes as áreas e setores prioritários já definidos, objeto de programas e projetos de cooperação, cujo plano de execução é detalhado no anexo I da presente Declaração:

1. Desenvolvimento Social
 - a) Segurança Alimentar;
 - b) Apoio a Jovens Carentes. Programa de Oficinas-Escola para a Formação de Mão-de-Obra em áreas vinculadas à Restauração do Patrimônio Histórico e Outros Imóveis;
 - c) Erradicação do Analfabetismo.
2. Infra-Estrutura e Promoção do Tecido Econômico
 - a) Pesca;

- b) Turismo;
 - c) Microcrédito.
 - 3. Proteção ao Meio Ambiente
 - a) Apoio ao Desenvolvimento do Ecoturismo na Região Amazônica, de interesse do Governo do Pará;
 - b) Desenvolvimento Sustentável da Ecoregião do Bosque Atlântico do Alto Paraná, iniciativa tripartite entre os Governos do Brasil, Argentina e Paraguai.
 - 4. Fortalecimento Institucional
 - Administração Pública.
 - 5. Investimento no Ser Humano
28. Conforme mencionado no parágrafo 9, os Presidentes reiteraram seu compromisso com a estabilização e a reconstrução do Haiti. Além da participação conjunta na MINUSTAH, os Presidentes urgiram a imediata concretização dos compromissos expressos no Comunicado Especial adotado na XIV^a Cúpula Iberoamericana de São José.

29. Ambos os países manifestaram acordo em identificar, no primeiro semestre de 2005, ações conjuntas de cooperação em terceiros países iberoamericanos. Essa ação conjunta terá seu primeiro projeto na Bolívia para estender-se posteriormente a outros países. Ambos os países concordaram que essa ação na Bolívia, junto com a iniciativa de cooperação conjunta no Haiti, servirá também para a consolidação de projetos de cooperação técnica conjunta em outros terceiros países.

30. Dentro da estratégia de suas atividades de cooperação para o desenvolvimento, ambos os Governos reiteraram sua prioridade em atuar na iniciativa de combate à fome e à pobreza, em trabalhar no sentido de fortalecer as iniciativas de cooperação emanadas das Cúpulas Iberoamericanas, em implementar ações de cooperação no Haiti e em identificar possibilidades de cooperação em terceiros países.

31. Com vistas à ampliação do relacionamento de cooperação entre Brasil e Espanha, a Secretária de Estado de Cooperação Internacional do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha e o Secretário-Geral da Agência Espanhola de Cooperação Internacional

convidaram o Subsecretário-Geral de Cooperação, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e o Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para realizarem missão à Agência Espanhola de Cooperação Internacional, em março de 2005.

Movidos pelo amplo leque de objetivos comuns traçados na presente Declaração e inspirados pela crescente convergência que se verifica entre Brasil e Espanha nos grandes temas da atualidade internacional, os Presidentes da República Federativa do Brasil e o Presidente de Governo da Espanha decidem que o seguimento desta primeira reunião de cúpula seja objeto de revisão contínua por parte de nossos Governos.

Brasília, em 24 de janeiro de 2005

Luiz Inácio Lula da Silva

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

José Luis Rodríguez Zapatero

PRESIDENTE DE GOVERNO DO REINO DA
ESPANHA

ANEXO AO PONTO V COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**PLANO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE
COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO BRASIL-ESPANHA, A
SER COORDENADO PELA AGÊNCIA
BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO E PELA
AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

- 1. Desenvolvimento Social
 - a) Segurança Alimentar

Elaboração, no primeiro semestre de 2005, de projeto de cooperação técnica na área de segurança alimentar, a ser executado, no Brasil, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o apoio da ABC e da AECI.

- b) Apoio a Jovens Carentes

- Programa de Oficinas-Escola para a Formação de Mão-de-Obra em áreas vinculadas à Restauração do Patrimônio Histórico e Outros Imóveis

- Março de 2005. Brasília. Quarta Reunião do Grupo de Trabalho do Programa de Oficinas-Escola para a Formação de Mão-de-Obra em áreas vinculadas à Restauração do Patrimônio Histórico e Outros Imóveis. Participam a ABC, AECI, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

- Março de 2005. São Luís do Maranhão. Missão de identificação de projeto piloto. Participam a ABC, a AECI e os membros do Grupo de Trabalho acima mencionados visando a implementação de projeto-piloto de Oficina-Escola, já contemplando as experiências anteriores efetivadas nos Estados da Bahia e Paraíba, bem como as sugestões do Grupo de Trabalho de Oficinas-Escola.

- Abril de 2005. Quinta Reunião do Grupo de Trabalho do programa de Oficinas-Escolas, com vistas à estruturação da estratégia de sustentabilidade do Programa de Oficinas-Escola para a Formação de Mão-de-Obra em áreas Vinculadas à Restauração do Patrimônio Histórico e Outros Imóveis. O programa, destinado ao apoio aos jovens carentes, contempla ações de preservação do patrimônio histórico com inclusão de jovens em situação de risco, tomando por base o modelo de oficinas-escola já implementado nas cidades de João Pessoa e Salvador.

- O IPHAN está em via de assinar acordo-marco de cooperação com o Conselho de Cultura da Junta de Andaluzia. O Acordo tem caráter genérico sendo que sua implementação deverá se dar preferencialmente na preservação, conservação e valorização do Conjunto Arquitetônico das Missões Jesuíticas dos Guaranis, localizadas no Sul do Brasil, por se tratar de área de especial interesse das autoridades culturais espanholas.

- Com relação ao programa de intercâmbio

de técnicos nas áreas de restauração arquitetônica e peças históricas, e de revitalização urbana, o IPHAN informou que manteve em dezembro de 2004 reunião com a Embaixada da Espanha em Brasília para detalhar as áreas que poderão ser objeto do referido intercâmbio, bem como propor, tentativamente, os períodos de realização do mesmo.

c) Erradicação do Analfabetismo

- Março de 2005. Brasília. Missão de consultores espanhóis da AECI, junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a participação da ABC e do Escritório da AECI em Brasília, para diagnóstico do futuro projeto de erradicação do analfabetismo.

d) Atenção a necessidades básicas

- Construção e colocação em funcionamento de Escola maternal na comunidade de Candeal, Salvador, Bahia.

2. Infra-Estrutura e Promoção do Tecido Econômico

a) Pesca

- Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal na área de Influência do Parque dos Lençóis Maranhenses. Participam a ABC, AECI, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), Governo do Estado do Maranhão e Prefeitura de Barreirinhas.

Atividades previstas para execução em 2005: Criação de oficina para reparação dos equipamentos utilizados no projeto (1º semestre); revisão do Plano de Manejo e Legislação Pesqueira existente referente ao tema de zoneamento do Lençóis Maranhenses e regulamentação do tamanho das redes segundo orientações do IBAMA (2º semestre); aquisição de meios de comunicação para a comunidade local (2º quadrimestre); elaboração de cursos para conhecimento de novas técnicas de captura e cultivo, além de assistência técnica e intercâmbio para transmissão de conhecimentos e experiências (1º semestre); elaboração de cursos em capacitação de pescadores no âmbito legislativo e administrativo com o objetivo de otimizar a administração dos recursos

pesqueiros baseando-se em um estatuto de conduta pesqueira elaborado e aprovado pelas comunidades atendidas pelo projeto (2º semestre); aquisição de equipamentos e construção de instalações frigoríficas de conservação: fábrica de gelo, câmaras frigoríficas, sala de aproveitamento e equipamentos, túnel refrigerado, sala para embalagem de produtos, câmara de armazenamento, tratamento de água e resíduos industriais, equipamentos ferramentas para manipulação (3º quadrimestre).

- Projeto de criação de Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha. Participam a ABC, AECI, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), Prefeitura Municipal de Cabedelo e a Junta de Galícia.

- Dentre as atividades previstas destacam-se: início das obras de reforma do Centro (1º quadrimestre); homologação do programa curricular baseando-se no sistema educacional brasileiro (1º trimestre); início de oficinas sobre a temática de recultivo de marisco (1º semestre).

b) Turismo

- Projeto de “Desenvolvimento Turístico na Serra da Capivara”, de interesse do Governo do Estado do Piauí. Participam a ABC, AECI e Ministério do Turismo.

Dentre as atividades previstas, destacam-se : disseminação de campanhas de conscientização social sobre o tratamento de lixo (1º semestre); instalação de lixeiras para coleta nas áreas cobertas pelo projeto (1º semestre); criação de programa de coleta seletiva, transporte, disposição e tratamento de lixo. (1º semestre); diagnóstico dos serviços hoteleiros oferecidos na região (1º semestre); análise de outros serviços turísticos potenciais a serem oferecidos (1º semestre); elaboração de cursos de capacitação profissional no setor de hotelaria (1º semestre); habilitação de residências locais para hospedagem de turistas (2º semestre); divulgação (panfletagem) dos serviços hoteleiros oferecidos (2º semestre); oferta de cursos de capacitação na área hoteleira para moradores locais (2º semestre); oferta

de curso de especialização para guias da região (1º semestre); realização de diagnóstico para levantamento das atividades turísticas disponíveis na região (1º semestre); e oferta de curso de capacitação nas comunidades rurais para beneficiamento da cultura pecuária, comercialização de doces e comidas típicas, bebidas e artesanato (2º semestre).

- Projeto de “Desenvolvimento Turístico na Costa Norte do Brasil”, de interesse dos Governos dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Participam a ABC, AECI e o Ministério do Turismo.

Dentre as atividades previstas, destacam-se: elaboração do plano de marketing do projeto (1º semestre); criação de um ponto de informação turística (1º semestre); capacitação de pessoal para atendimento turístico (1º semestre); elaboração de material de divulgação e orientação sobre as novas rotas turísticas atendidas pelo projeto (3º quadrimestre).

c) Microcrédito

-Abril de 2005. Brasília. Missão de Negociação e Implementação de projeto na área de Microcrédito. Participam a ABC, AECI e Banco do Nordeste.

3. Proteção ao Meio Ambiente

- Março de 2005. Belém. Missão de identificação do projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Ecoturismo na Região Amazônica”, de interesse do Governo do Pará. Participam a ABC, AECI, Ministério do Meio Ambiente (MMA).

- Abril de 2005. Porto Alegre. Missão de identificação do projeto “Desenvolvimento Sustentável da Ecoregião do Bosque Atlântico do Alto Paraná”, iniciativa tripartite entre os Governos do Brasil, Argentina e Paraguai. Participam a ABC, AECI, Ministério do Meio Ambiente além dos Governos de Estado do Rio Grande do Sul e Paraná. O projeto tem previsão de início das atividades para o 2º semestre de 2005.

4. Fortalecimento Institucional

- Administração Pública

- Projeto “Desenvolvimento Gerencial Estratégico no Governo Federal”. Participam a ABC, AECI e a Escola Nacional de Administração Pública

(ENAP).

- Maio de 2005. Brasília. Missão de Avaliação do projeto “Desenvolvimento Gerencial Estratégico no Governo Federal”. Participam a ABC, AECI e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Dentre as atividades previstas, destaca-se: workshop sobre Governo Eletrônico que contará com a participação de dois especialistas espanhóis e pretende atingir um público-alvo de quarenta dirigentes e gerentes estratégicos de instituições do Governo brasileiro, responsáveis pela implementação de programas e iniciativas de governo eletrônico no setor público federal. Tem como objetivo estratégico a promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências bem sucedidas relativas ao governo eletrônico e suas implicações para as organizações públicas (mudanças, avanços, inovações, desafios e dificuldades) nos países ibero-americanos, contribuindo para a melhoria e inovação de práticas nesse setor (1º semestre); visita de um representante de Escola à Espanha com vistas a conhecer a experiência espanhola, apresentar a experiência brasileira, e identificar práticas aplicáveis à realidade nacional, bem como possíveis áreas de colaboração entre as instituições dos dois países (1º semestre); realização de visitas técnicas de dois representantes estratégicos do Governo Federal brasileiro em instituições espanholas de referência em gestão pública com vistas a promoção de intercâmbio de conhecimentos entre técnicos de alto nível do Governo Federal brasileiro e técnicos espanhóis em temas relativos à melhoria da gestão pública (1º semestre); realização de seminário sobre padrões de atendimento e medidas de satisfação do usuário-cidadão (2º semestre); e realização de palestra, em conjunto com o Projeto de cooperação apoiado pela Canadian International Development Agency (CIDA), sobre a situação da mulher no setor público (2º semestre).

5. Investimento no Ser Humano

- Com o objetivo de dar renovado impulso à cooperação cultural e educacional, as autoridades brasileiras e a Agência Espanhola de Cooperação

Internacional (AECI) intensificarão em 2005 suas ações nesse contexto, com base na implementação dos programas constantes da Ata da III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Espanha, em cujo anexo terceiro está disposto os resultados da III Reunião de Cooperação Educacional e Cultural Brasil-Espanha para os anos 2003-2006, celebrada no Rio de Janeiro em maio de 2003.

- Entre as atividades previstas para 2005, a AECI consolidará programas de formação, como nos seguintes casos: Programa de bolsas MAEC-AECI - que será melhor divulgado por ambas as partes-, o Programa de Cooperação Interuniversitária - que será igualmente melhor divulgado pelas partes -, o Programa de Leitorados AECI - que será ampliado em 2005 por meio de novos leitores-, o Programa de Bolsas da Fundação Carolina - que será melhor divulgado-, e o Programa de Visitantes da Fundação Carolina. Ademais, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a AECI desenvolverão, em 2005, o Programa de Formação Técnica Especializada para a capacitação de profissionais brasileiros. A AECI desenvolverá, ao mesmo tempo, uma série de atividades de cooperação cultural para o desenvolvimento durante os próximos anos de vigência da presente Comissão Mista de Cooperação, por intermédio de novos Centros Culturais da AECI que serão criados no Brasil. As prioridades serão o desenvolvimento de oficinas de formação e administração cultural.

- Nessa renovada cooperação educacional e cultural participam igualmente outras instituições do dois Governos como o Ministério da Cultura com as seguintes iniciativas: Programa de Formação de Profissionais Iberoamericanos no Setor Cultural - que será melhor divulgado por ambas as partes -, o Programa de Bolsas Endesa de Patrimônio Cultural e o Programa de Intercâmbio e Apoio a Instituições Culturais Brasileiras, sobretudo no âmbito de museus, arquivos e bibliotecas - em 2005 realizar-se-á novo seminário desse programa -. Outras instituições intensificaram igualmente, em 2005, a

cooperação cultural e educacional, tais como o Instituto Cervantes por meio da criação de novos centros no Brasil.

6. Cooperação conjunta em terceiros países - Março de 2005. Reunião conjunta entre a ABC e AECI para discussões sobre a cooperação bilateral Brasil-Espanha em Terceiros Países, com vistas a elaboração e implementação de projetos de cooperação em benefício do Haiti. Posteriormente, a experiência adquirida no referido projeto-piloto poderá estender-se a outros países.

Comunicado sobre a assinatura de Memorando de Entendimento para cooperação em projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero (24 de janeiro de 2005)

Os Chanceleres do Brasil e da Espanha assinaram hoje, por ocasião da visita a Brasília do Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, Memorando de Entendimento destinado a incrementar a cooperação entre os dois países em temas relacionados à mudança do clima, particularmente à implementação, no Brasil, de projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a serem financiados por entidades privadas ou públicas espanholas.

O Governo brasileiro atribui grande importância aos projetos do MDL, tendo adequado, sob a coordenação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, a estrutura legal e institucional do País para a implementação da Convenção do Clima e do Protocolo de Quioto. Nesse sentido, ressalte-se a aprovação, em novembro passado, pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do primeiro projeto do MDL em todo o mundo – o projeto NovaGerar, em Nova Iguaçu, RJ.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, derivado de proposta brasileira apresentada durante

as negociações do Protocolo de Quioto, em 1997, possibilita que os países industrializados cumpram parte de suas metas de limitação e redução de emissões implementando projetos em países em desenvolvimento que contribuam para a estabilização das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa. Os projetos devem dar contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável destes países, envolvendo investimentos em áreas como energias renováveis, processos industriais, aterros sanitários e reflorestamento.

O Protocolo de Quioto entrará em vigor em 16 de fevereiro próximo. A regulamentação dos projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto foi concluída na X Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 10), realizada em Buenos Aires, de 6 a 17 de dezembro de 2004.

Comunicado sobre Atos celebrados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero (24 de janeiro de 2005)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística

Em Brasília, no dia 24 de Janeiro do ano 2005, reúnem-se as delegações abaixo mencionadas, para a firma do Acordo de Cooperação sobre Cessão de Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.

Manifestam que:

As novas tecnologias de informação e de comunicação têm revolucionado o setor turístico, o qual sofreu uma profunda evolução dirigida na busca de modernas soluções para melhorar a relação com o turista.

Do qual se deriva a conveniência de aproveitar todas as oportunidades que oferecem estas novas ferramentas, para potencializar a competitividade do setor.

De forma que a utilização e facilitação do uso da Internet e das tecnologias a ela associadas constituem uma grande oportunidade para o setor turístico.

Portanto, os abaixo assinantes consideram de especial interesse que sejam aproveitados a plataforma tecnológica e os desenvolvimentos do portal do turismo espanhol www.spain.info, para mútuo benefício.

Acordam

PRIMEIRO. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A Secretaria Geral de Turismo coloca à disposição do Brasil os desenvolvimentos e funcionalidades do portal do turismo espanhol www.spain.info, bem como da própria central de reservas.

Os termos desta transferência de tecnologia ficam concretizados nos pontos que seguem:

- Cessão do uso dos produtos software que estão sendo empregados no portal e na central de reservas;

- Cessão na modalidade de código aberto dos produtos software e das utilidades desenvolvidas para o portal e a central de reservas;

- Cessão das estruturas de informação das bases de dados desenvolvidas para o portal e a central de reservas;

- Cessão do sistema de gestão do conteúdo do portal e da central de reservas.

Não obstante, o Brasil compromete-se à implantação do seu novo portal de turismo e central de reservas, assim como à instalação e determinação dos parâmetros das estruturas de informação das bases de dados, bem como do desenho do portal e da central de reservas, assumindo todas as despesas derivadas da implantação e funcionamento do referido portal e central de reservas.

SEGUNDO. HOSTING TECNOLÓGICO

O Brasil compromete-se a implantar o hosting tecnológico, o Datawarehouse e o DataCenter, para

o serviço de webhousing dos servidores da plataforma do portal e da central de reservas do turismo brasileiro.

TERCEIRO. OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Levando em consideração o conhecimento que já existe referente ao desenvolvimento do portal de turismo e da central de reservas da Espanha, a Secretaria Geral de Turismo, através da Sociedade Estatal de Gestão da Informação Turística (SEGITUR), prestará consultoria e assistência técnica nos termos que serão acordados posteriormente, na implantação destes projetos, para poder lançá-los na maior brevidade e nas melhores condições.

No caso de que o Brasil esteja interessado, SEGITUR, poderá também cooperar com o Brasil nos seguintes âmbitos de atuação:

- Definição do modelo de gestão da informação turística e do modelo de negócio e/ou comercialização: a Espanha colaborará junto com o Brasil na definição do modelo de negócio e comercialização online do portal de turismo devido ao conhecimento adquirido, que facilitou a comercialização do setor turístico espanhol, assim como do modelo de gestão brasileiro de informação turística, em função à experiência do lançamento de SEGITUR.

- Gestão de conteúdos: a Espanha colaborará junto com o Brasil na definição do seu modelo de gestão de conteúdos, devido ao conhecimento adquirido no desenvolvimento do portal spain.info;

- Busca de Financiamento: a Espanha colaborará na procura de financiamento internacional, a fim de cobrir todas as necessidades econômicas derivadas da implantação e funcionamento do portal de turismo brasileiro e central de reservas.

QUARTO. DIREÇÃO E GESTÃO

O Brasil compromete-se à direção e gestão do portal de turismo e central de reservas do Brasil, envolvendo nestes projetos as diferentes instituições nacionais que possam estar interessadas nos mesmos,

assim como da definição dos objetivos, parâmetros, critérios e programas que precisem de um seguimento para o desenvolvimento do portal e da central de reservas brasileira.

QUINTO. CONTEÚDOS

Igualmente, o Brasil assume o compromisso de contribuir com o conteúdo descritivo e multimídia de tipo turístico do país, e com as diferentes bases de dados de conteúdo turístico que deverão ser incluídas no portal de turismo e na central de reservas do Brasil, com objeto de provê-los do conteúdo informativo que seja necessário.

Além do mais, deverão ser realizados os investimentos e atividades necessários para garantir uma completa integração entre as diferentes bases de dados existentes em todas as organizações nacionais que possam ser atingidas pelo projeto.

SEXTO. DESENVOLVIMENTO POSTERIOR DO ACORDO

Finalmente, a Secretaria Geral de Turismo, através da SEGITUR, e o Governo do Brasil, deverão implementar o presente acordo de cooperação em diversas reuniões bilaterais entre ambos os países e que será encerrado mediante a firma de um documento que definirá o alcance e o conteúdo de todos os aspectos deste acordo e materializará o aporte de cada uma das partes, podendo ser estabelecidos grupos de trabalho.

Comunicado a respeito da reunião do Brasil e da Argentina sobre Integração e Comércio (25 de janeiro de 2005)

As delegações dos Governos do Brasil e da Argentina reuniram-se, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro corrente, para continuar a análise do processo de integração e da situação do comércio bilateral.

Na área comercial, o Governo brasileiro apresentou uma proposta de mecanismo para a expansão equilibrada do comércio bilateral e a integração produtiva de suas economias. O Governo

argentino examinará esta proposta no contexto de suas apresentações anteriores.

Adicionalmente, nessa área foram discutidas outras hipóteses para a consolidação do comércio bilateral, com uma agenda positiva que contribua para o fortalecimento da indústria regional através da integração produtiva, do financiamento conjunto e do aprofundamento dos elementos constitutivos da União Aduaneira. Isso possibilitará o crescimento dos intercâmbios recíprocos e com o resto do mundo, em benefício de ambas as economias.

No que diz respeito às políticas comuns na área industrial, os Governos da Argentina e do Brasil decidiram conformar um primeiro grupo de análise setorial sobre linha branca, com vistas à formulação de uma política industrial comum que leve em conta as assimetrias e a necessária complementação e articulação de seus setores produtivos.

No contexto mais geral dos investimentos, a parte brasileira apresentou uma contra-proposta que compreende a definição de uma agenda de trabalho a ser desenvolvida pelos Pontos de Contato Nacionais estabelecidos de conformidade com as Diretrizes para as Empresas Multinacionais da OCDE.

A parte brasileira confirmou a possibilidade de financiar projetos de infraestrutura na Argentina, em especial obras que favoreçam a integração física e produtiva na região. Fez entrega de uma planilha com o volume de obras já aprovadas pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG). Sem prejuízo dos projetos já existentes no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR), a parte Argentina assinalou a necessidade de facilitar o acesso fluido ao financiamento de projetos de interesse comum, equiparando as condições e requisitos do BNDES nos planos nacional e regional.

Mais do que tratar de algumas questões pontuais de natureza conjuntural, os representantes da Argentina e do Brasil coincidiram em ressaltar o caráter estratégico da relação bilateral, assim como o papel central que têm para o desenvolvimento de

ambos os países tanto a integração como o aprofundamento e o fortalecimento do MERCOSUL.

Nesse contexto:

- A parte brasileira apresentou os principais projetos do processo de integração de transportes do MERCOSUL, assim como os mecanismos de financiamento para viabilizar sua realização. A parte argentina idicará suas prioridades a esse respeito.

- Decidiu-se realizar, em abril próximo, uma reunião para tratar dos aspectos relacionados à Hidrovia Paraná-Paraguai.

- Decidiu-se realizar uma reunião, antes de abril de 2005, das autoridades de transportes, aduaneiras, de agricultura, de saúde, policiais e migratórias, para agilizar os trâmites em fronteira.

- Foram passadas em revista as iniciativas recentes para promover a cooperação entre os dois países nas áreas de tecnologias inovadoras, entre elas a nanotecnologia e a biotecnologia, os programas de intercâmbio de cientistas e estudantes, e a cooperação estratégica entre as entidades responsáveis pela política de desenvolvimento nessa área.

- No âmbito da cultura, salientou-se a importância dos acordos de distribuição de produtos audiovisuais, como instrumentos para o melhor conhecimento das duas sociedades e a afirmação da identidade regional e a promoção da diversidade cultural.

- Na área da defesa, evidenciou-se a excelência da cooperação entre os dois países, com a utilização comum de facilidades militares, o intercâmbio de oficiais e o intercâmbio de experiências na área industrial.

Nesse contexto, acordou-se estabelecer mecanismos e realizar reuniões, de forma sistemática e regular, para assegurar que as tarefas substantivas em curso nos diferentes âmbitos da integração tenham uma adequada articulação e sinergia, que possibilite um maior aproveitamento das oportunidades e do potencial da associação de ambos os países.

Por último, as delegações expressaram a vontade de seus governos de continuar com o processo de conformação da Comunidade Sul-

americana de Nações, assim como de fortalecer instâncias regionais, como o Grupo do Rio, que tendem a garantir a paz e o desenvolvimento.

As delegações acordaram manter uma nova reunião na primeira quinzena de março.

Comunicado sobre a assinatura de programa de co-financiamento entre o Brasil e o Banco Mundial para o Haiti (27 de janeiro de 2005)

Ao ensejo da próxima visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Davos, Suíça, o Chanceler Celso Amorim e o Vice-Presidente de Relações Exteriores do Banco Mundial, Ian Goldin, assinarão instrumento de co-financiamento para a implementação, a partir de fevereiro próximo, de projetos sociais no Haiti. O programa contará com aporte de 500 mil dólares do Banco Mundial e contribuição brasileira de 125 mil dólares.

A iniciativa terá duração de doze meses e envolverá a prestação de serviços de coleta de lixo, mediante a execução de cinco projetos-piloto em regiões carentes de Porto Príncipe, com a utilização de trabalho comunitário, técnicas simples e equipamentos disponíveis localmente. Incluirá, também, o fornecimento de serviços de consultoria para tratamento de resíduos, bem como a definição de estratégia de longo prazo (dez anos) para o Haiti nesta área.

Trata-se da segunda iniciativa do gênero desenvolvida com o Haiti. Durante a missão que o Governo brasileiro realizou a Porto Príncipe, em dezembro passado, o Brasil e o Banco Mundial concluíram projeto de co-financiamento, para fortalecimento da capacidade institucional e de distribuição de merenda escolar no Haiti. O projeto – o primeiro do Banco com um país em desenvolvimento em benefício de outro país em desenvolvimento – teve por objetivo viabilizar a montagem de cozinhas escolares e o fornecimento diário de refeições balanceadas e nutritivas a aproximadamente 35 mil crianças de escolas primárias de áreas pobres.

A assinatura deste segundo programa de co-

financiamento Brasil–Banco Mundial está prevista para realizar-se no próximo dia 28 de janeiro, às 12 horas, no Hotel Belvedere, em Davos.

Comunicado sobre o 60º Aniversário da Libertação do Campo de Concentração de Auschwitz (27 de janeiro de 2005)

Celebram-se hoje os 60 anos da libertação dos sobreviventes do campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia, um dos mais atrozes símbolos do genocídio cometido contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em expressão dos sentimentos do povo brasileiro, deplora a barbárie que vitimou milhões de judeus. Associa-se às manifestações internacionais de solidariedade, no dia de hoje, às vítimas do Holocausto e reitera a rejeição pelo Brasil da intolerância sob todas as formas. Ao manter viva a memória dos sacrificados e da tragédia que se abateu sobre a humanidade, o Governo brasileiro continuará a envidar esforços para que atos semelhantes jamais se repitam.

Os brasileiros que se sacrificaram em combate contra o totalitarismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, lutavam pela construção de um mundo solidário, justo e pacífico. Para promover esses ideais, as Nações Unidas foram fundadas em 1945, com o ativo apoio do Brasil. Hoje, cabe reforçar a ONU para garantir que seus princípios e objetivos sejam alcançados, de modo a prevenir a ocorrência de conflitos armados, assegurar a prevalência da solução pacífica de controvérsias e fomentar o desenvolvimento econômico com justiça social.

O Holocausto obrigou a humanidade a examinar seus valores e a reconhecer a importância da defesa dos direitos humanos no cenário internacional e no plano doméstico. O contínuo aprimoramento dos instrumentos de proteção dos direitos humanos é fundamental para assegurar o fim das tiranias, da intolerância, do racismo, da xenofobia e de todas as formas de discriminação contra seres humanos.

Comunicado sobre o final da busca por brasileiros na Ásia (28 de janeiro de 2005)

Em 29 de janeiro de 2005, 33 dias após o desastre natural que atingiu o sudeste da Ásia em 26 de dezembro passado, o Ministério das Relações Exteriores encerrou a busca por brasileiros que estariam na região atingida na data do desastre.

Foram feitos 411 pedidos de busca, por parentes e amigos daqueles compatriotas. Todos foram localizados, em boa saúde e sem nenhum ferimento.

O Ministério só tem a lamentar o falecimento da Conselheira Lys Amayo de Benedek D'Avola, e de seu filho menor, Gianluca.

Comunicado sobre o Encontro Empresarial MERCOSUL – SICA – CARICOM, Cidade do Panamá (28 de janeiro de 2005)

Encontram-se abertas, no portal eletrônico da BrazilTradenet (www.braziltradenet.com.br), inscrições para empresários interessados em integrar a delegação do MERCOSUL ao Encontro Empresarial MERCOSUL-SICA-CARICOM, a realizar-se, no próximo dia 4 de março, na Cidade do Panamá. O encontro ocorrerá à margem da Exposição Comercial Internacional (EXPOCOMER), maior evento internacional na América Central, que se realizará naquela cidade no período de 2 a 6 de março.

A iniciativa insere-se no contexto do aprofundamento dos laços econômicos e comerciais entre o MERCOSUL, o SICA (Sistema de Integração Centro-Americano) e a CARICOM (Comunidade do Caribe), em seguimento ao programa de trabalho para o primeiro semestre de 2005, adotado por ocasião das Cúpulas do Grupo do Rio (novembro de 2004) e do MERCOSUL (dezembro de 2004). O programa prevê ações e reuniões com vistas ao lançamento de processo negociador de acordo de livre comércio entre as partes.

A EXPOCOMER é uma feira multissetorial que abrange, entre outros, os setores de alimentos; bebidas e tabaco; artigos de couro em geral e

calçados; têxteis e confecções; cosméticos e medicamentos naturais; móveis e utilidades domésticas; ferramentas, maquinarias e peças de reposição; material gráfico e de escritório. Na edição de 2004, participaram 492 empresas (124 brasileiras) e 1.359 marcas, de 32 países.

O Encontro Empresarial MERCOSUL-SICA-CARICOM será dividido em duas partes, sendo a primeira expositiva e a segunda dedicada a rodadas de negócios.

Após o evento na Cidade do Panamá, a delegação brasileira seguirá para Port-of-Spain, em Trinidad e Tobago, onde participará, entre os dias 7 e 10 de março, da "Trade & Investment Convention 2005", que contará com espaço de 100m2 reservado para os empresários do MERCOSUL.

Dados adicionais, como sugestões de vôos, procedimento para obtenção de vistos, e reservas de hotéis, estarão disponíveis após a efetivação do cadastro. Outras informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico

encontroempresarial@braziltradenet.gov.br.

Comunicado sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (31 de janeiro de 2005)

No contexto das iniciativas que vêm sendo tomadas pelo Governo brasileiro, referentes ao seqüestro no Iraque do Senhor João José Vasconcelos Júnior, o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, manteve, nos últimos dias, conversações com autoridades na Jordânia e na Síria. Encontrou em todos os seus interlocutores atitude de muito boa vontade e disposição de prestar apoio.

As gestões de iniciativa do Brasil têm incluído autoridades, entidades e indivíduos, em diferentes países, dentro e fora da região, com experiência em situações semelhantes. Vêm sendo feitos também contatos com organizações religiosas e de assistência humanitária, que se têm comprometido a cooperar.

Amanhã, 1 de fevereiro, o Embaixador Ouro-Preto viajará para o Líbano e, em seguida, retornará

à Jordânia. Poderá viajar a outros países do Oriente Médio, caso julgue produtivo ou necessário.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chanceler de Cuba, Felipe Pérez Roque (1 de fevereiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Deputado Felipe Pérez Roque, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2005.

No dia 2, o Chanceler Pérez Roque será recebido pelo Presidente do Senado Federal, José Sarney, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e pelo Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Ainda no dia 2, manterá encontro com representantes da comunidade cubana em Brasília.

No dia 3, o Chanceler Pérez Roque terá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, quando deverão passar em revista temas da agenda bilateral e tópicos de interesse comum da agenda regional e mundial.

Ainda no dia 3, o Chanceler cubano será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá reunião com o Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial do Presidente da República.

A visita oferecerá oportunidade para intensificar o diálogo e fortalecer a cooperação, dando seguimento aos entendimentos de alto nível que se desenvolvem entre autoridades dos dois países.

Comunicado à imprensa sobre a reunião do Ministro Celso Amorim com a Doutora Ruth Dreifuss (1 de fevereiro de 2005)

O Ministro Celso Amorim recebeu, hoje, 1 de fevereiro de 2005, a Presidente da Comissão de Direitos sobre Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Saúde Pública da Organização Mundial de Saúde (OMS), Doutora Ruth Dreifuss.

No curso da entrevista, a Doutora Ruth Dreifuss fez elogios à política de saúde pública do Brasil, que qualificou de exemplo para outros países em desenvolvimento. Ressaltou a continuidade e a

durabilidade de tal política; a visão conjunta que permite integrar os interesses da propriedade intelectual com a necessidade de acesso a medicamentos pelas populações mais pobres; e, ainda, a participação da sociedade civil na formulação das ações de política pública na área de saúde.

O Ministro Celso Amorim assinalou que o trabalho conjunto com a sociedade civil tem reforçado a posição brasileira junto a organizações internacionais tais como a OMS, a OMC e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O Ministro mencionou que essa parceria com a sociedade civil tem sido importante para mostrar que o direito à vida e à saúde deve ter precedência sobre outros interesses.

A Comissão de Direitos sobre Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Saúde Pública da OMS foi estabelecida pela Assembléia Mundial de Saúde em 2003. Tem como finalidade produzir análises dos direitos sobre propriedade intelectual, inovação e saúde pública, inclusive no tocante a mecanismos de incentivo e financiamento apropriados para a criação de novos medicamentos e outros produtos contra doenças que afetam, em proporções desmedidas, os países em desenvolvimento. O Brasil desempenhou papel de liderança na criação da Comissão.

A Doutora Ruth Dreifuss foi Presidente da Suíça em 1999 e Ministra Federal do Interior. Nessa última função, suas responsabilidades incluíram, entre outras, a formulação de políticas de saúde pública e a elaboração de pesquisa científica.

Comunicado à imprensa sobre o seqüestro de cidadão brasileiro no Iraque (3 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro continua envidando todos os esforços para encontrar solução positiva para o seqüestro do Senhor João José Vasconcellos Júnior no Iraque.

Como é do conhecimento público, o Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio,

Affonso Celso de Ouro-Preto, vem mantendo contatos na Jordânia, onde se encontra no momento, Síria e Líbano. Outros contatos vêm sendo feitos por intermédio das Embaixadas e representações brasileiras dentro e fora da região. As gestões brasileiras têm incluído autoridades governamentais, entidades, indivíduos e organizações religiosas e de assistência humanitária do Brasil e de diferentes países.

Enquanto permanecer o quadro de alto risco que caracteriza a atual situação de segurança no Iraque, o Governo brasileiro não considera aconselhável que, a não ser em caso de extrema necessidade, os cidadãos brasileiros viajem para aquele país ou lá permaneçam.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente da República ao Papa João Paulo II (3 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu, em 2 de fevereiro corrente, a seguinte mensagem ao Papa João Paulo II:

“Em meu nome e no de todos os brasileiros que têm por Vossa Santidade especial carinho e apreço, transmito os votos da mais pronta e plena recuperação da enfermidade que o acometeu nos últimos dias, desejando que em breve possa retornar às suas relevantes atividades em prol da paz e da boa convivência entre os homens.”

Comunicado à imprensa sobre o vigor do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela (3 de fevereiro de 2005)

O Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados Partes da Comunidade Andina (ACE-59), assinado em 18 de outubro de 2004, entrou em vigor no Brasil no dia 1º de fevereiro corrente, com a publicação no Diário Oficial da União do Decreto nº. 5361, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 31 de janeiro.

O ACE-59 constitui avanço substantivo no

processo de aproximação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Cria-se, com os benefícios e concessões do Acordo, mecanismo privilegiado para o comércio regional, com impacto positivo imediato para as empresas e consumidores dos países signatários. O comércio preferencial entre os dois blocos é passo de fundamental importância em direção ao aprofundamento da integração das economias dos países envolvidos, processo que incluirá a complementação de cadeias produtivas e o aumento da competitividade dos produtos regionais.

Os Acordos do MERCOSUL com os países da Comunidade Andina e com o Chile fornecerão a base econômica para o fortalecimento político e institucional da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), conferindo dimensão concreta à inequívoca vocação integracionista de nossos povos.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe (4 de fevereiro de 2005)

Transcreve-se, a seguir, mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviada hoje, 4 de fevereiro, ao Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe:

“Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe,
Presidente da República da Colômbia

Tomei conhecimento de sua internação no Hospital Naval de Cartagena, em 3 de fevereiro, para tratamento de saúde. Em nome de todos os brasileiros e de meu Governo, transmito a Vossa Excelência votos de pronta recuperação.

No contexto dos significativos laços de amizade que unem nossos dois países, reitero a Vossa Excelência minha disposição de continuar a trabalhar para o fortalecimento sempre crescente das relações de cooperação e amizade entre Brasil e Colômbia.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Comunicado à imprensa a respeito da Cúpula Quadripartite de Charm el-Cheikh (9 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro registrou, com satisfação, a realização, em 8 de fevereiro corrente, da Cúpula Quadripartite de Charm el-Cheikh entre o Presidente egípcio Hosni Mubarak, o Rei Abdullah II, da Jordânia, o Primeiro-Ministro israelense Ariel Sharon e o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas.

O Governo brasileiro considera que a realização da Cúpula – um mês após as eleições palestinas – e o compromisso assumido pelas lideranças palestinas e israelenses de conter a violência que vitima ambos os povos constituem marcos de importância fundamental para restaurar a confiança entre as partes e facilitar a retomada das negociações de paz, no contexto do Mapa do Caminho, com vistas a uma solução justa, abrangente e duradoura do conflito.

Comunicado à imprensa sobre a ação terrorista na Espanha (9 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro condena a recente ação terrorista ocorrida esta manhã, em Madri, atribuída pelas autoridades espanholas ao grupo terrorista basco ETA, a qual deixou como saldo dezenas de feridos, além de danos materiais.

Solidário às vítimas desse ato de barbárie, o Governo brasileiro reitera seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos autores e motivações.

Comunicado sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela (10 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita de trabalho a Caracas nos dias 13 e 14 de fevereiro corrente.

O propósito da visita será o lançamento de ampla parceria entre o Brasil e a Venezuela. Essa aliança estratégica será concretizada por meio de programas e atividades de cooperação entre os Governos e empresas dos dois países, com ênfase

nas áreas de defesa e proteção da Amazônia, energia elétrica, exploração de petróleo e gás, petroquímica, produção de etanol e biodiesel, mineração de carvão, siderurgia, cooperação em ciência e tecnologia, projetos de infra-estrutura, promoção comercial, telecomunicações, comunicação social, pesca e desenvolvimento agrário.

Com esse propósito, deverão ser assinados durante a visita vários memorandos de entendimento entre instituições dos dois Governos. Será também assinado acordo bilateral para evitar a bi-tributação.

Dentre os projetos específicos que integram a construção dessa aliança, cabe mencionar a intensificação da cooperação entre a PETROBRÁS e a PDVSA na exploração conjunta de áreas, atuação em terceiros mercados, transporte de óleos e derivados, atividades de refino e petroquímica; o estabelecimento de comissão mista em matéria de energia; a criação de empresa binacional com participação da CVRD e da CORPOZULIA para a exploração das reservas carboníferas de Socuy, na Venezuela; a agilização da linha de crédito do BNDES para financiamento da exportação de bens e serviços brasileiros para projetos de infra-estrutura na Venezuela; a ampliação do uso do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI; o exame da possível criação de fundo de garantia e de mecanismos de compensação de compras entre instituições públicas; e a realização de macro-rodadas binacionais de negócios, no quadro do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), o que contribuirá para estimular ainda mais o intercâmbio comercial entre os dois países, cujo valor superou 1,6 bilhão de dólares, em 2004.

Existem também promissoras possibilidades de cooperação na área de defesa e no que se refere à vigilância da Amazônia. Espera-se que a EMBRAER venha a reaparelhar e fornecer novos aviões “Tucano” para a Força Aérea Venezuelana. Será examinada a possibilidade de realização de exercícios conjuntos na Amazônia. A Venezuela tem interesse no desenvolvimento de sistema próprio de

vigilância da Orinoquia e da Amazônia, para o qual poderiam contribuir empresas brasileiras.

Grandes projetos de infra-estrutura, que já contam ou poderão contar com a participação de construtoras brasileiras, incluem, dentre outros, a segunda e terceira pontes sobre o rio Orinoco, as linhas 3 e 4 do metrô de Caracas, a hidrelétrica de La Vueltoza e o projeto de irrigação El Diluvio.

A execução dos programas incluídos nessa aliança estratégica será supervisionada pela Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), cujas atividades estão sendo reativadas. A VIII Reunião da COBAN será realizada em Brasília, no dia 11 de fevereiro corrente, e deverá concluir a consideração dos textos a serem assinados durante a visita do Presidente Lula à Venezuela.

O Brasil e a Venezuela estão comprometidos com a promoção dos objetivos da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), a intensificação da cooperação no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a intensificação de reuniões de consultas entre as duas Chancelarias, a coordenação de iniciativas nos organismos multilaterais e a defesa do multilateralismo.

A Venezuela apóia a candidatura do Brasil a um assento como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre a 8ª Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (11 de fevereiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, manterá encontro amanhã, 11 de fevereiro, às 9:00hs, no Gabinete, com o Chanceler da Venezuela, Sr. Ali Rodriguez Araque. Em seguida, os Ministros participarão da cerimônia de abertura da 8ª Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela, na Sala de Coordenação do Palácio Itamaraty. Os dois eventos serão abertos, em seu início, aos profissionais de imagem.

Comunicado a respeito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Suriname (11 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita oficial ao Suriname nos dias 15 e 16 de fevereiro, onde se encontrará com o Presidente Runaldo Ronald Venetiaan.

Os dois Presidentes examinarão o processo de conformação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), cuja primeira Reunião de Chefes de Estado terá lugar no Brasil, no segundo semestre de 2005. Tratarão também do processo de aproximação entre o MERCOSUL e a Comunidade do Caribe (CARICOM), para o que foi estabelecido programa de trabalho com vistas à negociação de acordo de livre comércio. Tratarão igualmente do fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

No plano bilateral, os Presidentes examinarão a criação de mecanismo de consultas políticas entre as duas Chancelarias e o aprofundamento da cooperação nas áreas de saúde, educação, pesquisa agrícola, defesa e combate aos ilícitos transnacionais.

Poderão ser assinados durante a visita acordos específicos na área de regularização de imigrantes, transferência de presos e cooperação em matéria judicial. Estão sendo examinados, também, possíveis acordos nas áreas de cooperação em serviços postais, a ampliação dos serviços aéreos entre os dois países e protocolo de intenções na área de saúde.

O Presidente Lula discursará, no dia 16 de fevereiro, na cerimônia de abertura da 16ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Estado da CARICOM e participará, em seguida, de diálogo informal com os Chefes de Estado da Comunidade.

O Presidente Lula manterá, ainda, encontro com a comunidade de brasileiros residentes no Suriname.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiana (11 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará

visita à Guiana nos dias 14 e 15 de fevereiro corrente.

Os Presidentes Lula e Bharrat Jagdeo terão a oportunidade de repassar os principais temas da agenda bilateral, regional e internacional. Examinarão questões relacionadas com a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a negociação de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade do Caribe (CARICOM) e o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

No plano bilateral, os dois Presidentes tratarão do aprofundamento da cooperação nas áreas de saúde, educação, pesquisa agrícola e combate aos ilícitos transnacionais. O Brasil prestou assistência humanitária diante das recentes inundações ocorridas na Guiana, com o envio de duas aeronaves com mantimentos.

Poderão ser assinados durante a visita acordos sobre regularização da situação migratória de nacionais e sobre extradição. Poderão também ser assinados acordos nas áreas de saúde fronteira e um programa de cooperação na área de educação. Os dois países estão também examinando acordo de cooperação entre as respectivas academias diplomáticas.

Questão importante no relacionamento bilateral é a integração rodoviária e o término da construção, pelo Brasil, da ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira entre os dois países. Os dois Governos procurarão agilizar os procedimentos para a constituição da comissão binacional prevista no Acordo sobre Transporte Terrestre e também os procedimentos alfandegários no transporte de mercadorias.

As exportações para a Guiana somaram US\$ 13,5 milhões em 2004. Os dois Presidentes examinarão meios de incrementar os fluxos de comércio. Com esse propósito, a visita presidencial será acompanhada de importante missão comercial.

O Governo brasileiro está disposto a organizar amplo esquema de cooperação com a Guiana, abrangendo programas de cooperação técnica no setor produtivo sucro-alcooleiro, bem como iniciativas de dinamização do intercâmbio por meio de programas de promoção comercial conjunta

e participação ativa dos dois países na Terceira Rodada de Negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (SGPC).

O Presidente da Guiana tem manifestado interesse na possível associação do Brasil ao Banco Caribenho de Desenvolvimento, questão que poderá ser objeto de contatos exploratórios em visita de missão técnica do Banco para troca de informações com as autoridades brasileiras.

O Presidente Lula discursará em sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana e receberá as chaves da cidade de Georgetown em cerimônia na Prefeitura local. Manterá, também, encontro com a comunidade de brasileiros residentes na Guiana.

Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a Países Árabes (11 de fevereiro de 2005)

Em consonância com as diretrizes da política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e no contexto da intensificação das relações do Brasil com países árabes, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita à Jordânia, Autoridade Nacional Palestina, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Omã, Catar, Kuaite, Tunísia e Argélia, de 17 a 26 de fevereiro do corrente.

A viagem terá por objetivo aprofundar contatos com aqueles países, identificar oportunidades de cooperação e diálogo nos planos governamental e empresarial, bem como dar continuidade aos preparativos da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes.

Comunicado à imprensa a respeito da reunião do Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores para o Combate à Fome e à Pobreza (11 de fevereiro de 2005)

Realizou-se, em 10 e 11 de fevereiro, no Palácio Itamaraty, reunião do Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores para o Combate à Fome e à Pobreza, com a presença de

representantes dos Governos do Brasil, França, Chile e Espanha, além de enviado do Secretário-Geral das Nações Unidas. Pela primeira vez desde que foi estabelecido, após a assinatura da Declaração de Genebra, em janeiro de 2004, o Grupo contou com a participação e a colaboração da Alemanha.

O objetivo da reunião foi o de dar continuidade aos trabalhos relativos à identificação de fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento e combate à fome e à pobreza, em seguimento ao Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, realizado em setembro do ano passado na sede da ONU em Nova York.

Desde o Encontro de Líderes, os trabalhos do Grupo centram-se no aprofundamento técnico das propostas apresentadas, assim como na ampliação do apoio político necessário à sua implementação. A reunião de Brasília é a terceira do Grupo desde o Encontro de Líderes – a primeira ocorreu em Nova York, em outubro, e a segunda em Madri, em novembro de 2004.

Os membros do Grupo discutiram em Brasília, em essência, assuntos relativos à facilitação das remessas dos emigrantes, a mecanismos de taxação aplicados nacionalmente e coordenados internacionalmente, à alocação de Direitos Especiais de Saque do FMI para fins de desenvolvimento e a instrumentos de natureza voluntária. Os outros mecanismos propostos no Relatório do Grupo Técnico continuam em consideração.

O Grupo aprovou comunicado que serve como base para ações futuras conjuntas e desenvolve caminhos alternativos para se lidar com as fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento que foram incluídas no Relatório Técnico divulgado em setembro de 2004. O Grupo também aprovou documento de trabalho que inclui plano de ação para facilitar e reduzir os custos das remessas dos emigrantes a seus países de origem. Ambos os documentos serão apresentados ao Secretário-Geral das Nações Unidas, com o objetivo de contribuir para as discussões em andamento naquele foro.

Com relação a mecanismos voluntários que

envolvam a participação do setor privado e da sociedade civil, representantes das bolsas de valores de São Paulo, Madri e Santiago uniram-se ao Grupo para analisar possíveis esquemas de cooperação a partir da experiência pioneira da BOVESPA de estabelecer uma “Bolsa de Valores Sociais”.

O Grupo foi recebido pelo Presidente Lula, que encorajou os técnicos a aprofundarem seus estudos para a identificação de mecanismos inovadores que possam beneficiar os países mais pobres do mundo. O Presidente Lula exortou o Grupo a atrair outros países – seus governos e sociedade civil – à iniciativa, de forma a transformar a luta contra a fome e a pobreza não apenas em um tema social, mas em uma prioridade política na agenda internacional.

Comunicado à imprensa a respeito do anúncio da Coreia do Norte sobre posse de armas nucleares (11 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro tomou conhecimento da declaração da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), de 10 de fevereiro corrente, sobre a decisão de suspender sua participação nas conversações hexapartites, bem como do anúncio de que possui armas nucleares e de que pretende continuar a desenvolvê-las.

O Governo brasileiro lamenta a decisão anunciada pela Coreia do Norte.

O Brasil apoiou, desde o começo, o processo de negociação hexapartite e o considera mecanismo hábil para chegar a entendimentos que levem em conta, de maneira equilibrada, as preocupações de segurança da RPDC, assim como as dos demais Estados que delas participam.

A decisão chega em momento delicado, em que a comunidade internacional se prepara para a VII Conferência do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Nessa Conferência, serão considerados aspectos relevantes da não-proliferação de armas nucleares, bem como avaliados os passos concretos por parte das potências nucleares na direção do desarmamento, conforme

compromissos por elas assumidos.

O Brasil reafirma a convicção de que as questões relativas à paz e à segurança internacionais devem ser tratadas pela via da negociação, com espírito construtivo, de modo a favorecer soluções que fortaleçam a estabilidade e a confiança da comunidade dos Estados.

Comunicado à imprensa sobre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri (14 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro condena com veemência o atentado terrorista que ceifou a vida do deputado e ex-Primeiro-Ministro do Líbano Rafik Hariri, bem como do ex-Ministro Bassel Fleihan, e feriu dezenas de outros cidadãos libaneses em Beirute.

Na qualidade de Primeiro-Ministro do Líbano, o Senhor Rafik Hariri realizou visitas oficiais ao Brasil em 1995 e 2003, contribuindo para o adensamento das relações bilaterais e para o fortalecimento dos laços de amizade entre os povos brasileiro e libanês.

O Governo brasileiro reconhece a importante contribuição que o ex-Primeiro-Ministro Hariri prestou para a paz civil, para a estabilização política e para a reconstrução do Líbano, após longos anos de guerra.

O Governo brasileiro manifesta sua preocupação com os eventuais desdobramentos dessa ação terrorista e confia em que as autoridades libanesas consigam identificar e punir os culpados e seus instigadores.

O Presidente da República enviou, hoje, mensagem de condolências ao Governo libanês e à família do Senhor Rafik Hariri, em que expressa seu pesar e o do Governo brasileiro diante do trágico acontecimento.

Comunicado à imprensa a respeito da mensagem de condolências em razão do falecimento do ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri (14 de fevereiro de 2005)

Transcreve-se, a seguir, a mensagem de

condolências enviada hoje, dia 14 de fevereiro, pelo Presidente da República em razão do falecimento do ex-Primeiro-Ministro Rafik Hariri:

“Tomei conhecimento, com profunda consternação, do atentado que custou a vida, dentre outros, do ex-Primeiro-Ministro Rafik Hariri. Político de grande projeção, a figura de Hariri se encontra intimamente associada à reconstrução do Líbano e à restauração de suas instituições.

Rafik Hariri havia recentemente realizado visita ao Brasil, quando lançamos as bases de novo e mais dinâmico relacionamento entre os dois países. Em um momento em que o Líbano encontra-se em meio a processo político que deverá trazer importantes definições, a recorrência de episódios de violência é motivo de grande preocupação.

Apresento, em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, as mais sentidas condolências ao Governo do Líbano e aos familiares do ex-Primeiro-Ministro.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado à Guiana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (15 de fevereiro de 2005)

A convite do Excelentíssimo Senhor Bharrat Jagdeo, Presidente da República da Guiana, o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou visita de Estado à Guiana no período de 14 a 15 de fevereiro de 2005.

O Presidente Lula da Silva esteve acompanhado da Excelentíssima Senhora Marisa Letícia Lula da Silva e de delegação de alto nível.

Durante a visita de Estado, o Presidente Lula da Silva recebeu as chaves da cidade de Georgetown e proferiu discurso por ocasião de Sessão Especial da Assembléia Nacional. Recebeu visita de cortesia do Senhor Robert Corbin, líder do partido “Congresso Nacional do Povo/Reforma” e líder da Oposição.

O Presidente do Brasil manteve encontro com representantes da comunidade brasileira na Guiana.

Os Presidentes do Brasil e da Guiana mantiveram conversações oficiais no Gabinete Presidencial. No encontro, os dois Presidentes reafirmaram os sólidos laços que unem Brasil e Guiana, assim como o elevado nível de entendimento político e cooperação econômica e social que caracterizam as relações entre os dois países.

O Presidente Lula da Silva expressou sua grande consternação pela perda de vidas e pelos danos materiais decorrentes das recentes fortes chuvas e inundações que atingiram a Guiana. Manifestou solidariedade e sinceras condolências aos familiares das vítimas e reiterou o compromisso de continuar colaborando no atendimento às populações atingidas. O Presidente Jagdeo expressou seus sinceros agradecimentos pela mensagem de solidariedade, pela doação generosa de mantimentos de maior necessidade e pela cooperação técnica prestada pelo Brasil. O Presidente Jagdeo notou que essas inundações, sem precedentes, evidenciaram as vulnerabilidades dos Estados constituídos por pequenas ilhas e com costas abaixo do nível do mar. Os Presidentes sublinharam, a esse respeito, a necessidade de medidas eficazes de cooperação internacional para reduzir a vulnerabilidade dos países afetados por desastres naturais.

Renovaram o compromisso dos seus Governos com a democracia, o Estado de Direito e a justiça social. Reafirmaram a prioridade que seus Governos atribuem à continuação do combate à fome e à pobreza e aos esforços para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Ao reiterar seu apoio à iniciativa do Brasil “Ação contra a Fome e a Pobreza”, o Presidente Jagdeo notou que a proposta da Guiana de uma Nova Ordem Humana Global já se encontra na agenda das Nações Unidas.

Ao passarem em revista as relações bilaterais, os Presidentes saudaram os resultados da Primeira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, realizada por ocasião da visita do Ministro

Celso Amorim a Georgetown, no dia 2 de junho de 2004. Decidiram que a segunda reunião do Mecanismo deverá realizar-se no segundo semestre de 2005, em local e datas a serem acordados por via diplomática, para dar seguimento às decisões deste encontro presidencial.

Congratularam-se pelos resultados positivos da III Reunião do Grupo Permanente de Cooperação Consular Brasil-Guiana, realizada no período de 2 a 4 de fevereiro corrente, em Georgetown.

Nesse sentido, reconheceram a importância de fortalecimento da cooperação para promover a segurança na fronteira e determinaram a realização, no primeiro semestre de 2005, dos encontros previstos nos mecanismos bilaterais apropriados nas áreas de combate às drogas, cooperação policial e assuntos aduaneiros.

Saudaram os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites e registraram com satisfação a conclusão bem-sucedida da campanha conjunta de inspeção de marcos realizada em outubro de 2004.

Os Presidentes destacaram a importância da cooperação educacional entre os dois países e manifestaram satisfação com a conclusão pelas autoridades competentes de um Programa Executivo nessa área. O Presidente brasileiro comprometeu-se a examinar, com urgência, proposta da Guiana de que seja indicado um leitorado de português no Departamento de Línguas Modernas da Universidade da Guiana. O Presidente Jagdeo reiterou seu oferecimento no sentido de que nacionais brasileiros possam realizar cursos de inglês na Guiana.

Manifestaram satisfação pela assinatura do Acordo entre o Instituto Rio-Branco e o Instituto de Serviço Exterior da Guiana.

O Presidente brasileiro reiterou o compromisso com a conclusão da Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu, que propiciará a ligação por via terrestre de Bonfim, no Estado de Roraima, a Lethem, na Guiana. O término da obra constituirá passo para a efetiva comunicação da

Região Norte do Brasil com a Guiana e também com o Caribe. O Presidente guianense recebeu essa informação com satisfação e saudou os progressos registrados. Informou que a construção de um Posto de Imigração e Alfândega em Lethem deverá ser finalizada neste ano, no contexto do término das obras da Ponte Internacional.

Os dois Presidentes determinaram a adoção de medidas para colocar em marcha, assim que possível, os mecanismos de coordenação previstos no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre os dois países.

Concordaram em identificar meios de melhorar as ligações aéreas e de estabelecer um serviço regular de transporte marítimo entre os dois países. Assinalaram, em particular, a importância da interconexão viária entre o Brasil, a Guiana, o Suriname e o Departamento francês da Guiana para o aumento dos fluxos comerciais e turísticos na América do Sul setentrional e entre a região do Caribe e a América do Sul.

No contexto do aperfeiçoamento das ligações de transporte e comunicações entre os dois países, os Presidentes decidiram que o Ministro dos Transportes e Hidráulica da Guiana deverá visitar o Brasil no segundo semestre de 2005, para conversações com seu homólogo brasileiro e com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Acordaram que uma visita do Ministro da Saúde da Guiana ao Brasil no segundo semestre de 2005 seria muito benéfica para avançar a cooperação em matéria de saúde entre os dois países, com vistas a concluir acordos relativos a cooperação bilateral nas áreas de prevenção do HIV/AIDS, imunização transfronteiriça contra doenças endêmicas, tais como febre amarela e malária, e serviços de saúde na área de mineração.

Registraram, com satisfação, a incitativa brasileira de enviar à Guiana, em março próximo, missão conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o objetivo

de examinar oportunidades de cooperação técnica na área de fruticultura e avaliar a potencialidade agrícola de regiões de savana.

Acordaram que, em função das recentes inundações na Guiana, as agências de cooperação dos dois países deverão elaborar, com urgência, projetos específicos nas áreas de manejo de resíduos e controle de doenças. Com relação a este último item, o Presidente Jagdeo expressou sua profunda satisfação pelo envio de dois especialistas em leptospirose da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela doação de “kits” para inundações.

Os Presidentes saudaram as ações positivas implementadas pelos dois países com vistas a fortalecer o intercâmbio comercial e a implementar o Acordo de Alcance Parcial. Acordaram que os dois lados deverão iniciar os trabalhos da Comissão Administradora Conjunta prevista no Acordo. Os Presidentes registraram, com satisfação, a realização bem-sucedida de encontro entre empresários brasileiros e guianenses, durante a visita do Presidente Lula da Silva. O encontro concentrou-se nos setores bancário, de seguros, de transportes e de agronegócios, entre outros.

Passaram em revista os temas hemisféricos e reafirmaram seu compromisso com o estreitamento dos vínculos políticos, econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade do Caribe (CARICOM) e manifestaram sua satisfação pela adoção de um programa de trabalho conjunto e pelas conversações exploratórias em andamento sobre um acordo de livre comércio.

A pedido do Presidente Jagdeo, o Presidente Lula da Silva indicou que o Brasil deverá enviar dentro de 60 dias à Guiana uma missão da Petrobras para explorar possibilidades de operações conjuntas em exploração de gás e óleo na plataforma continental.

O Presidente Jagdeo referiu-se à necessidade de promover a ampliação dos fluxos de comércio de bens e serviços e de investimentos entre Brasil e os países caribenhos, incluindo parcerias em obras de infra-estrutura e projetos de investimento. Nesse

contexto, reiterou interesse em que o Brasil venha a associar-se ao Banco Caribenho de Desenvolvimento. O Presidente Lula da Silva reafirmou a prioridade atribuída à integração da infraestrutura física na América do Sul e indicou que o Governo brasileiro está disposto a receber missão técnica do Banco para troca de informações que permita o exame do assunto.

Reiteraram seu decidido apoio à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como a disposição de dar impulso à concertação política no âmbito, daquele organismo. Saudaram, nesse sentido, os resultados positivos da VIII Reunião de Chanceleres dos Estados Membros da OTCA, realizada em Manaus, em setembro de 2004.

Saudaram a conformação em Cuzco, por ocasião da III Cúpula de Presidentes da América do Sul, em 8 de dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que promoverá o fortalecimento do diálogo e a coordenação política entre os países da região, a convergência entre os mecanismos regionais de integração econômica e comercial e a integração da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações no continente sul-americano. A concertação política no âmbito desse mecanismo permitirá também promover e defender de maneira muito mais efetiva os interesses dos países da América do Sul.

O Presidente Jagdeo reiterou o apoio da Guiana à iniciativa brasileira de organizar a Reunião de Cúpula América do Sul – Países Árabes, em maio de 2005. O Presidente Lula saudou a disposição da Guiana de contribuir para o êxito da reunião. Os dois Presidentes expressaram sua expectativa de que a Reunião de Cúpula torne possível a criação de um novo quadro para a cooperação e para o diálogo entre as duas regiões.

O Presidente Jagdeo saudou o Presidente Lula da Silva pela liderança exemplar do Grupo do Rio em 2004. Na condição de membros da Troika, os Presidentes reiteraram seu apoio à presidência da Argentina do Grupo do Rio em 2005.

Sublinharam a importância da coordenação de posições nas negociações comerciais internacionais com vistas a assegurar resultados equilibrados e equitativos, levando em consideração os diferentes tamanhos das economias e níveis de desenvolvimento econômico entre os países.

O Presidente Lula da Silva recordou que o Governo brasileiro apresentou a candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa à Direção-Geral da OMC, e ressaltou a representatividade das posições brasileiras em favor dos países em desenvolvimento em geral. Os dois Presidentes concordaram que seria desejável que um candidato do mundo em desenvolvimento venha a ser o próximo Diretor-Geral daquela organização.

O Presidente Lula da Silva afirmou que o Governo brasileiro está disposto a organizar amplo esquema de cooperação com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucro-alcooleiro. Os Presidentes acordaram, outrossim, a promoção de iniciativas para o estímulo do intercâmbio bilateral, mediante programas de promoção comercial conjunta, e para a participação ativa na Terceira Rodada de Negociações do SGPC.

O Presidente Lula da Silva referiu-se ao litígio aberto pelo Brasil na OMC contra a UE e afirmou que o Brasil jamais pusera em questão as preferências ora existentes em favor dos países caribenhos que integram o Grupo ACP.

Os Presidentes destacaram a importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas. Quanto à reforma do Conselho de Segurança, o Presidente Bharrat Jagdeo recordou o apoio da Guiana a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente Lula expressou seu vivo agradecimento a esse importante apoio. Os Presidentes reafirmaram seu compromisso com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e nesse sentido sublinharam a importância crucial do financiamento para o desenvolvimento para alcançar tais metas.

Os Presidentes reconheceram que o fortalecimento da democracia no Haiti e a criação de uma ordem política, social e econômica estável requerem um compromisso de longo prazo por parte do povo haitiano e de seus parceiros da comunidade internacional. Notaram que a posição da CARICOM baseia-se em princípios relativos ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à boa governança. Notaram, ademais, que a CARICOM tem apoiado o Haiti em várias formas, em particular mediante a ajuda humanitária ao povo haitiano. Os Presidentes reiteraram a importância da participação latino-americana na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH – e demonstraram confiança em que essa participação contribuirá para o restabelecimento das instituições democráticas e para a promoção do desenvolvimento econômico e social do povo irmão haitiano.

Os Presidentes acordaram que uma missão técnica brasileira de alto nível deverá realizar visita à Guiana no primeiro semestre de 2005, com vistas a avançar o processo de implementação de programas bilaterais de cooperação.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a hospitalidade e atenção dispensada à comitiva brasileira por ocasião de sua permanência na Guiana e estendeu convite ao Presidente Gharrat Jagdeo para realizar visita ao Brasil em data a ser acordada pelas Chancelarias.

Comunicado à imprensa sobre o vigor do Protocolo de Quioto (16 de fevereiro de 2005)

O Brasil considera que a entrada em vigor hoje, 16 de fevereiro, do Protocolo de Quioto representa um marco histórico, contribuindo para o fortalecimento e a credibilidade dos esforços multilaterais de enfrentamento das causas da mudança do clima. O Protocolo de Quioto complementa os princípios e diretrizes políticas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – assinada no Rio de Janeiro, em 1992 – ao estabelecer metas quantitativas de limitação e redução de

emissões de gases de efeito estufa por parte dos países industrializados, os quais têm a maior parte da responsabilidade histórica pelo problema do aquecimento global.

O Protocolo estipula que os países industrializados signatários deverão, no período de 2008 a 2012, reduzir suas emissões agregadas de gases de efeito estufa em 5% em relação aos níveis verificados em 1990. Esses países poderão cumprir essas metas adotando medidas internas, como a alteração de padrões de produção e consumo, ou por meio de dispositivos de cooperação internacional previstos no Protocolo de Quioto, dentre os quais o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O MDL, que deriva de proposta apresentada pelo Brasil durante as negociações do Protocolo de Quioto, prevê a possibilidade de países industrializados cumprirem parte de suas metas por meio do financiamento de projetos que reduzam as emissões agregadas de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento sustentável destes países.

O Projeto NovaGerar, em Nova Iguaçu – RJ, primeiro projeto MDL registrado em todo o mundo, ilustra as enormes perspectivas abertas por esse mecanismo para países como o Brasil. O projeto envolve a desativação do antigo “lixão da Marambaia” e a construção de moderno aterro sanitário, com significativos benefícios ambientais e sociais para a população local. Além disso, o projeto contribui duplamente para a mitigação da mudança do clima, visto que prevê a coleta do metano – poderoso gás de efeito estufa – proveniente do aterro e seu emprego para acionar pequena usina termoelétrica, substituindo, assim, o uso de combustíveis fósseis.

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Países Árabes (17 de fevereiro de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, iniciou nesta quinta-feira

visita a Jordânia, Palestina, Síria, Arábia Saudita, Omã, Catar, Kuaite, Tunísia e Argélia. O Ministro Celso Amorim será portador de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A viagem, que se estenderá até o dia 26 de fevereiro corrente, servirá para dar continuidade à concertação política e à preparação da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes, bem como para reiterar o convite feito aos mandatários árabes para participar do encontro. A Cúpula se realizará em Brasília, nos dias 10 e 11 de maio próximo.

A viagem terá como objetivos adicionais aprofundar contatos e identificar oportunidades de cooperação e diálogo nos planos governamental e empresarial com os países árabes. Na Arábia Saudita e no Kuaite, estão previstos eventos específicos voltados para o setor empresarial, de modo a propiciar contatos de empresários brasileiros com interlocutores locais.

O Ministro Celso Amorim iniciou sua viagem por Amã, na Jordânia, país que desempenha papel importante nas conversações sobre a situação no Oriente Médio. O roteiro da visita incluiu encontro com o Chanceler jordaniano, Hani Mulki.

Na tarde do dia 17, o Chanceler brasileiro será recebido, em Ramalá, Palestina, pelo Presidente Mahmoud Abbas e pelo Primeiro-Ministro Ahmed Qorei, além de manter conversações com o Chanceler palestino, Nabil Shaath, e participar de cerimônia de oferenda floral junto ao túmulo do Presidente Yasser Arafat.

No dia 18, o Ministro Celso Amorim retornará a Amã, de onde seguirá para Damasco, Síria, no dia 19. A agenda da visita à capital síria incluirá audiência com o Presidente Bashar Al Assad e encontro com o Chanceler Farouq Al Charaa. O Chanceler Amorim visitará, ainda, a histórica Mesquita dos Omíadas, local de culto muçulmano, que já abrigou, no passado, templo cristão.

Na Arábia Saudita, o Ministro Celso Amorim participará do VI Fórum Econômico de Jedá, dia 20. No dia 21, em Riade, presidirá a abertura do

Seminário “Brasil-Arábia Saudita: Oportunidades para Comércio e Investimento” e será recebido pelo Rei Fahad Bin Abdul Aziz, pelo Príncipe Herdeiro e Primeiro Vice-Premiê Abdullah Bin Abdul Aziz e pelo Secretário-Geral do Conselho de Cooperação do Golfo, Abdul Rahman Bin Hamad Al Attiyah.

Em Mascate, Omã, o Ministro Celso Amorim será recebido, na manhã do dia 22, pelo Representante Especial do Sultão Qaboos Bin Said, Sayyid Assaad Bin Tareq Bin Teymour Al Said, e manterá conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yussuf Bin Alawi Bin Abdallah.

O Chanceler brasileiro chegará a Doha, Catar, na tarde do dia 22, onde será recebido pelo Emir do Catar, Hamad Al Thani e pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequê Hamad bin Jassim bin Jaber Al Thani. Na ocasião, o Ministro anunciará oficialmente a abertura da Embaixada do Brasil naquele país.

No dia 23, o Ministro Celso Amorim visitará o Kuaite, onde manterá reuniões de trabalho com o Primeiro-Ministro, Xequê Sabah, e com o Chanceler kuaitano, Mohammed Al Sabah. O Ministro participará, igualmente, de almoço na Câmara de Comércio e Indústria do Kuaite, juntamente com empresários brasileiros e kuaitanos.

No dia 24, o Ministro partirá para Túnis, Tunísia, onde se encontrará com o Chanceler Abdelbaki Hermassi. A Tunísia vem defendendo, ao lado do Brasil, ações de combate à fome e à pobreza em escala mundial.

O Chanceler Amorim encerrará sua viagem pela Argélia, país que passará a presidir a Liga dos Estados Árabes em março de 2005. O Ministro será recebido pelo Chanceler argelino, Abdelaziz Belkhaden, com quem assinará Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre os dois países.

A visita do Chanceler Celso Amorim ao Líbano, originalmente prevista para o dia 18/2, será realizada em data futura, a ser acordada pelos Governos brasileiro e libanês.

Comunicado à imprensa sobre a publicação do Edital do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (17 de fevereiro de 2005)

Com base na Portaria 467, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, serão abertas as inscrições, no período de 21 de fevereiro a 28 de março de 2005, para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O Edital do Concurso, que inclui as datas e programas das provas, encontra-se disponível nos endereços eletrônicos do Instituto Rio Branco (www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005). São oferecidas 32 vagas, acrescidas de outras que poderão surgir até o término do prazo de validade do Concurso. O salário inicial é de R\$ 4.615,53.

São requisitos para concorrer ao cargo: a) ser brasileiro nato; b) possuir curso superior completo; c) estar em dia com as obrigações eleitorais e no gozo dos direitos políticos; d) estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

O Concurso será realizado em três Fases: na Primeira, de caráter eliminatório, será aplicado Teste de Pré-Seleção, com questões objetivas e discursivas de Português, História do Brasil, História Mundial e Geografia; na Segunda Fase, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada prova de Português; e finalmente, na Terceira Fase, de caráter classificatório, serão realizadas provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Inglês e, como opções de segunda língua estrangeira, prova de Francês ou de Espanhol. Será exigida nota mínima de 390 pontos para o conjunto das provas da Terceira Fase, o que corresponde a 60% de 650 pontos (seis provas com valor de 100 pontos e uma prova – francês ou espanhol – com valor de 50 pontos).

Pela primeira vez, o Concurso passará a ser realizado integralmente em 17 capitais brasileiras, em todas as regiões do país. Não será mais necessário

que o candidato se desloque a Brasília para a realização das provas finais. Até o último Concurso, apenas as primeiras fases eram realizadas em 10 capitais estaduais, além do Distrito Federal. Em 2005, o Concurso será aplicado simultaneamente em: Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

A aprovação no Concurso de Admissão habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, realizado em período integral ao longo de dois anos. Esse Curso envolve treinamento intenso e contínuo, complementando o nível de excelência exigido pelo Concurso.

Desde a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, todos os diplomatas brasileiros são selecionados por meio de concurso público, o que proporciona ao Itamaraty quadros selecionados exclusivamente pelo mérito intelectual. Dando continuidade a essa política, a sistemática agora introduzida deverá encorajar o interesse pela carreira diplomática de um maior número de candidatos. Ao reunir as provas que se seguem ao exame de Português numa única Fase, e ao adotar nota mínima para o seu conjunto, o Concurso permite uma seleção mais equilibrada e abrangente. Todos os aprovados na Segunda Fase poderão participar do restante do Concurso até a última prova. Assim, um maior contingente de candidatos estará apto a demonstrar sua capacidade de integrar os quadros da Carreira Diplomática, o que torna o processo de recrutamento mais competitivo e ao mesmo tempo mais democrático.

Comunicado à imprensa sobre a Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (17 de fevereiro de 2005)

Por iniciativa da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, o Bloco participará na Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (CeBIT), no período de 10 a 16 de março, em Hannover, Alemanha, onde estará disponível, gratuitamente para as empresas participantes dos quatro países, estande com 81 m² localizado no Pavilhão 4 – Setor de Software.

A CeBIT é a maior exposição internacional em matéria de tecnologia de informação, telecomunicações, software e serviços. Em 2004, a CeBIT contabilizou 6.411 expositores, de 64 países, recebeu 510 mil visitantes, entre os quais destacaram-se, além dos da própria Comunidade Européia, os dos países asiáticos, africanos e norte-americanos. Os setores com maior índice de crescimento têm sido os serviços de comunicação móvel, software para empresas e a eletrônica digital para consumo.

Para a edição de 2005, prevê-se maior participação dos setores de Business Processes: telecomunicações, equipamentos e sistemas digitais, para Bancos e Finanças, Tecnologia de Cartão, Parque do Futuro, Parque do Setor Público e centros de comerciantes (Planet Reseller).

A Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, criada em 2000, tem por objetivo divulgar no mercado externo bens e serviços do Bloco, assim como a marca MERCOSUL. Nos últimos quatro anos, organizou missões comerciais para a África do Sul, México e China, participou de forma conjunta nas feiras de alimentação em Seul, Hannover e Paris, organizou o I Fórum Empresarial do MERCOSUL, ocorrido, em dezembro último, em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre outras iniciativas.

As inscrições para participar da CeBIT 2005 deverão ser efetuadas por meio da BrazilTradeNet

(www.braziltradenet.gov.br). Pedidos de informações adicionais poderão ser dirigidos ao endereço eletrônico cebit2005@braziltradenet.gov.br.

Comunicado a respeito de Contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Europeias sobre a classificação aduaneira de cortes de frango salgado (17 de fevereiro de 2005)

Relatório preliminar do Painel

A Missão do Brasil em Genebra recebeu hoje, 17 de fevereiro, o relatório preliminar do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examina a reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado pelas Comunidades Europeias. As Partes da controvérsia - Brasil, Tailândia e CE - têm até 3 de março para encaminhar eventuais comentários sobre o documento, de caráter confidencial. O relatório final do painel deverá estar disponível para as Partes em 24 de março de 2005. A circulação deste documento para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização.

O painel – integrado por Hugh McPhail (Nova Zelândia), Elisabeth Chelliah (Cingapura) e Manzoor Ahmad (Paquistão) – foi estabelecido em novembro de 2003, a pedido de Brasil e Tailândia. China e Estados Unidos participaram dos procedimentos do painel na condição de terceiras partes interessadas.

O contencioso foi iniciado em 2002 em decorrência da publicação da Resolução N° 1223/02 das Comunidades Europeias, que alterou a classificação aduaneira de cortes de frango salgado na nomenclatura combinada comunitária e determinou, como consequência, o aumento da tarifa de importação para o produto brasileiro. A partir dessa reclassificação, os cortes de frango salgado do Brasil, que vinham sendo importados pelas Comunidades Europeias sob o código 0210.99.39 (carne salgada), passaram a ser classificados sob o código 0207.14.10 (frango congelado) da nomenclatura comunitária.

A medida europeia afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgado ao determinar, na prática, aumento da tarifa de importação do produto de 15,4% ad valorem para 1.024 euros/tonelada (aproximadamente 75% em termos ad valorem). No entendimento do Brasil, a Resolução n° 1223/02 fere o disposto no artigo II do GATT/1994, uma vez que estaria sendo dado ao frango salgado brasileiro tratamento menos favorável que aquele previsto na lista (“schedule”) dos compromissos comunitários assumidos na OMC.

A estimativa da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) é de que, por força da medida comunitária de 2002, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofreram redução de 80%, representando, aproximadamente, US\$ 300 milhões em exportações não realizadas por ano, desde então.

O Governo brasileiro espera que sejam confirmados os termos do relatório preliminar do painel.

* * *

Informações adicionais

A) A medida comunitária

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias editaram a Resolução n° 1223/02, que alterou a definição do produto corte de frango desossado e congelado do código 0207.14.10 da Nomenclatura comunitária (Combined Nomenclature – CN). A nova classificação aduaneira afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgada e congelada, que antes da medida eram classificadas sob o código CN 0210.99.39 (outras carnes salgadas, em salmoura, secas ou defumadas) e estavam sujeitas ao pagamento de tarifa de 15,4% em termos “ad valorem”. A tarifa de importação europeia para produtos do código CN 0207.14.10 é de 1.024 euros/tonelada, o que equivale a tarifa de importação de 75% ad valorem aproximadamente.

B) Consultas na OMC

O Brasil procurou, em repetidas ocasiões, buscar solução mutuamente satisfatória para o

contencioso, inclusive em consultas formais ao amparo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) da OMC, realizadas em dezembro de 2002 e março de 2003. A Tailândia, outro importante fornecedor de carne de frango salgada para o mercado europeu, também realizou consultas com as CE sobre o mesmo tema em maio de 2003.

Apesar dos esforços de Brasil e Tailândia, não foi possível chegar a solução mutuamente satisfatória, e os dois países decidiram solicitar ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de painel, o que ocorreu em novembro de 2003.

A partir dessa data foram realizadas várias reuniões entre as Partes com o objetivo de selecionar nomes para compor o painel. Não foi possível, no entanto, chegar a um consenso sobre a seleção dos painelistas, motivo pelo qual os co-demandantes recorreram ao Diretor-Geral da OMC para a indicação dos nomes, o que ocorreu em 28 de junho de 2004. Após o processo de composição, o painel realizou 2 audiências com as partes nos meses de setembro e novembro de 2004.

Em 17 de fevereiro de 2005, o painel divulgou às Partes seu relatório preliminar e confidencial. O relatório final do painel deverá estar disponível para as Partes em 24 de março de 2005. A circulação do documento para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização.

D) O pleito do Brasil:

O Brasil entende que, como consequência da Resolução nº 1223/02, o comércio de carne de frango salgada para as CE passou a receber tratamento menos favorável que aquele estabelecido pelos compromissos tarifários comunitários perante a OMC (Schedule LXXX), o que está em desacordo com o Artigo II:1(a) e (b) do GATT 1994.

E) Os prejuízos sofridos

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) estima que, por força da medida de 2002 da Comissão, as

exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofreram redução em 80%, o que representaria US\$ 300 milhões em exportações não realizadas por ano, aproximadamente, desde então.

Comunicado à imprensa do MERCOSUL sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (18 de fevereiro de 2005) *(versões em português e espanhol)*

As delegações dos Estados Partes do MERCOSUL mantiveram reunião em Assunção, em 18 de fevereiro de 2005, com o objetivo de analisar a situação atual das negociações da ALCA. Na oportunidade, receberam a visita do Co-Presidente dessas negociações, Embaixador Adhemar G. Bahadian, que informou sobre os últimos acontecimentos no âmbito do mencionado processo.

A partir das conversações mantidas, as delegações coincidiram em reiterar que o MERCOSUL continua disposto a negociar um acordo equilibrado com vistas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas.

Do mesmo modo, o MERCOSUL expressou que firmou acordos com o Chile, a Bolívia e a Comunidade Andina. Da mesma maneira, foram iniciados diversos processos de negociação do MERCOSUL com o Canadá, o México, o Sistema de Integração Centro-americano (SICA) e a Comunidade de Países do Caribe (CARICOM), todos em matéria de acesso a mercados. Nesse sentido, as delegações recordaram que já anteriormente outros países ou grupos de países envolvidos nas negociações da ALCA também concluíram ou levam adiante negociações comerciais bilaterais.

A partir do acima exposto, as delegações concordam em que todas essas negociações convergem para o objetivo de ampliar o livre comércio, o que é coerente e coincidente com os objetivos da ALCA, razão pela qual o MERCOSUL reitera sua disposição de concretizar com os demais países do hemisfério negociações bilaterais de acesso a mercados, para contribuir, assim, efetivamente para

a evolução geral do processo negociador da ALCA.

Nesse contexto, o MERCOSUL continua preparado a retomar o diálogo negociador da ALCA, em uma primeira etapa, no marco de negociações informais.

Comunicado del MERCOSUR sobre las negociaciones del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)

Las delegaciones de los Estados Partes del MERCOSUR mantuvieron una reunión en Asunción, en fecha 18 de febrero de 2005, con el objeto de analizar la situación actual de las negociaciones del ALCA. En la oportunidad recibieron la visita del Copresidente de dichas negociaciones, Embajador Adhemar G. Bahadian, quien informó sobre los últimos acontecimientos en el marco del citado proceso.

Luego de las conversaciones mantenidas, las delegaciones han coincidido en reiterar que el MERCOSUR sigue dispuesto a negociar un acuerdo equilibrado con vistas al establecimiento del Area de Libre Comercio de las Américas.

Asimismo, el MERCOSUR ha expresado que ha firmado acuerdos con Chile, Bolivia y la Comunidad Andina. De la misma manera, se ha dado inicio a diversos procesos de negociación del MERCOSUR con Canadá; México; el Sistema de Integración Centroamericano (SICA) y la Comunidad de Países del Caribe (CARICOM), todos ellos en materia de acceso a mercados. En el mismo sentido, las delegaciones recordaron que, ya anteriormente, otros países o grupos de países involucrados en las negociaciones del ALCA, también han concluido o llevan adelante negociaciones comerciales bilaterales.

A partir de lo anterior, las delegaciones coincidieron en que todas estas negociaciones convergen en el objetivo de ampliar el libre comercio, lo que es coherente y coincidente con los objetivos del ALCA, por lo que el MERCOSUR reitera su disposición de concretar con los demás países del hemisferio negociaciones bilaterales de acceso a mercados, para

así contribuir efectivamente a la evolución general del proceso negociador en el ALCA.

En ese contexto, el MERCOSUR sigue preparado a retomar el dialogo negociador del ALCA, en una primera etapa, en el marco de negociaciones informales.

Comunicado Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005)

Extensas fronteiras comuns, valiosos recursos energéticos, potencialidades humanas que ao longo da história se expressaram no âmbito científico, do pensamento econômico, social e político, uma rica criação cultural, vastas extensões territoriais cortadas por importantes rios, recursos naturais, extensos mares que se abrem para as comunicações, climas estáveis, e todo um somatório de possibilidades para a prosperidade de nossos povos. Esta é a nossa Grande Pátria. De maneira contrastante, esse impressionante potencial físico e humano serve hoje como pano de fundo para a pobreza que afeta nossos povos. Esse é o principal desafio para nossas nações e para suas lideranças. A maneira de enfrentá-lo com êxito é integrar nossas forças para superar e vencer essas carências no caminho em direção à união e à prosperidade.

Diante desses desafios e possibilidades, os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela, mantiveram um encontro na cidade de Caracas, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2005. Nessa oportunidade, passaram em revista os aspectos mais importantes da conjuntura internacional e regional e deram ênfase às relações bilaterais, ressaltando o espírito fraterno e coincidências substanciais de visão sobre os problemas e sobre a maneira de resolvê-los.

Reiteraram seu firme propósito de trabalhar em conjunto no fortalecimento das relações bilaterais para impulsionar os mecanismos estabelecidos entre ambos os países e unir esforços para a consolidação da integração em benefício de toda a região.

Nesse sentido, decidiram constituir uma ALIANÇA ESTRATÉGICA.

Como componentes dessa ALIANÇA ESTRATÉGICA, os dois Presidentes declaram:

1. Brasil e Venezuela entendem que seu objetivo comum fundamental é a redução e eliminação da pobreza que aflige a milhares de seus cidadãos e que constitui o maior obstáculo ao fortalecimento e prosperidade de nossas nações. Com o objetivo de superá-lo, ambos os Governos se comprometeram a implementar uma estratégia, um plano e um programa conjunto orientados a satisfazer as necessidades vitais da população, tais como alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais.

2. Ambos os Governos assumem o compromisso de explorar todas as possibilidades de complementação econômica tanto no setor público como no privado. Assim, comprometem-se a implementar uma estratégia comum para promover as capacidades de suas forças produtivas nacionais.

3. A Comunidade Sul-Americana de Nações, criada em Cuzco, Peru, em dezembro de 2004, é um instrumento fundamental para a promoção dos interesses dos países da região no cenário internacional e para a integração e complementação econômica, com o objetivo de superar os flagelos da fome, da pobreza e da exclusão social.

4. A Amazônia é uma região de extraordinária riqueza, compartilhada por países da América do Sul que têm o dever de desenvolvê-la economicamente, de forma soberana e sustentável, em estreita cooperação nos âmbitos bilateral e regional, incluindo a organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

5. A coordenação das iniciativas do Brasil e da Venezuela nos organismos internacionais hemisféricos e regionais torna mais eficaz a defesa da promoção de seus interesses. Para assegurar essa coordenação, realizar-se-ão reuniões de consultas periódicas entre as respectivas Chancelarias.

6. Brasil e Venezuela consideram que a diversificação e ampliação das relações exteriores contribuem para a criação de uma nova geografia política, econômica e comercial mundial, que é necessária para a plena superação dos obstáculos ao desenvolvimento e à sua plena participação em um sistema político multipolar, mais democrático, pacífico e justo, em que prevaleça o respeito ao direito internacional, ao princípio da não-intervenção e à afirmação plena da soberania.

7. A reforma das Nações Unidas deve assegurar a sua representatividade e legitimidade. A ampliação do Conselho de Segurança deve contemplar o aumento do número de seus membros permanentes e não-permanentes, com a participação de países em desenvolvimento nas duas categorias. Nesse sentido, a Venezuela apóia a aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança.

8. Da mesma maneira, concordam com a necessidade de trabalhar de maneira concertada para a promoção de um sistema multilateral de comércio mais justo e equitativo, que responda efetivamente às necessidades dos países em desenvolvimento. Ressaltaram que a candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização Mundial de Comércio (OMC) representa uma garantia nessa direção.

9. A existência de relações internacionais assimétricas no âmbito político, econômico, militar e cultural é fonte de desigualdades que afetam a soberania e o interesse das populações do nosso Continente. Um novo sistema nas relações internacionais, mais justo e equilibrado, é imperativo para a manutenção da estabilidade mundial, o respeito à soberania das nações, a verdadeira afirmação da democracia, começando pelos organismos multilaterais e pela paz fundada na autodeterminação dos povos e das nações.

A vontade expressa nessa ALIANÇA ESTRATÉGICA pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela não se limita aos enunciados anteriores e se inspira nos mais puros ideais de nossos grandes símbolos, como Simón Bolívar e Tiradentes.

10. Para implementar essa ALIANÇA ESTRATÉGICA se estabelece um programa detalhado de iniciativas, contidas na declaração de Governos adotada por ambos os Presidentes nesta mesma data.

Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a implementação da Aliança Estratégica

Com o fim de implementar a ALIANÇA ESTRATÉGICA acordada pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías, os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela acordaram o seguinte programa detalhado de iniciativas, cuja execução será monitorada pela Comissão Binacional de Alto Nível e seus Grupos de Trabalho.

I. Energia, petroquímica e gás

- Foram concluídas as negociações dos seguintes instrumentos:

1. Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Combustível Etanol entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela;

2. Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela;

3. Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios;

4. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento Conjunto do Projeto Mariscal Sucre entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

5. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de um Projeto Conjunto na Faixa do Orinoco entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

6. Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de produção e distribuição de lubrificantes entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

7. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Negócios e Atividades de Cooperação na Área de Refino entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

8. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Negócios e Atividades de Cooperação na Área de Comércio e Transporte Marítimo entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

9. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Negócios e Atividades de Cooperação na Área de Fertilizantes entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petroquímica de Venezuela (PEQUIVEN);

10. Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Negócios e Atividades de Cooperação na Área de Poliolefinas entre Brasken S.A. e Petroquímica de Venezuela SA (PEQUIVEN);

11. Protocolo de Intenção para a Cooperação Científica, Técnica e Capacitação de Pessoal entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA);

12. Carta de Intenção entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA) para a Identificação de Oportunidades de Negócios em Matéria de Hidrocarbonetos em Campos Maduros;

13. Carta de Intenção entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA) para a Identificação de Oportunidades de Negócios em Matéria de Hidrocarbonetos no Golfo da Venezuela;

14. Carta de Intenção entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de

Venezuela (PDVSA) para a Identificação de Oportunidades de Negócios em Matéria de Hidrocarbonetos no Bloco Cinco do Projeto Plataforma Deltana;

15. Acordo de Confidencialidade para o desenvolvimento de Negócios entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e Petróleos de Venezuela (PDVSA).

II. Mineração

- Anúncio da criação da Companhia denominada CARBOSURAMERICA S.A. com o objetivo de promover a atividade mineira de carvão.

- Assinatura do Memorando de Entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Corporación Venezolana de Guayana (CVG) para a constituição de aliança estratégica para instalar um complexo industrial mineiro – metalúrgico e para desenvolvimento e processamento de mineração.

- Estudo da possibilidade de assinatura de um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de informação científica e técnica na área de geologia.

III. Tributos e Aduanas:

- Assinatura de um acordo entre ambos os países para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal em matéria de imposto de renda, o que permitirá o fortalecimento das relações econômicas e comerciais.

- Elevação pela Venezuela, à categoria de Principal, a Aduana Secundária de Santa Elena de Uairén com o fim de incentivar o comércio binacional.

- Estudo, pelas autoridades competentes, da possibilidade de assinatura de um acordo de cooperação tributária conforme o estabelecido no Comunicado Conjunto de Imprensa, em Manaus, em 15 de setembro de 2004.

IV. Financiamento

Ambos os Governos intensificarão seus esforços para aumentar o uso dos mecanismos existentes e de novos mecanismos para reforçar a vinculação financeira entre os dois países. Nesse contexto, serão consideradas as seguintes possibilidades, com vistas a avançar de forma

equilibrada na direção desse objetivo:

- incrementar o uso do Convênio da ALADI de Compensação de Créditos Recíprocos (CCR);

- estudar a possibilidade de estabelecer instrumentos, inclusive com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), para garantir e financiar transações comerciais entre ambos os países;

- intercambiar informação sobre a possibilidade de aprofundar mecanismos de cooperação financeira no marco do MERCOSUL, inclusive sobre os fundos estruturais.

Essas possibilidades serão objeto de um intercâmbio de cartas entre os respectivos Ministros dos dois países.

V. Indústria e Comércio

- Realiza-se, no âmbito do Encontro Presidencial de 14/02/05, um foro empresarial binacional.

- Será realizada em Caracas, no mês de março de 2005, a I Macro Rodada Binacional de Negócios.

VI. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

- Firma-se um Protocolo de Intenção sobre cooperação técnica, agricultura familiar e reforma agrária, entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério da Agricultura e Terras da Venezuela.

VII. Turismo

- Estabelece-se um Grupo de Trabalho na área de turismo com vistas a examinar propostas de ação capazes de assegurar a intensificação dos fluxos turísticos entre os dois países e com terceiros países, tendo em conta a necessidade de examinar as questões que afetam o desenvolvimento turístico, inclusive na área da fronteira.

VIII. Cooperação Técnica

- Será realizada a V Reunião Binacional de Cooperação Técnica na primeira quinzena de abril, em Brasília. Serão desenvolvidos programas de cooperação técnica nas áreas de saúde, meio ambiente, turismo e agricultura.

IX. Aqüicultura e Pesca

- Definiu-se um conjunto de áreas prioritárias para desenvolver a cooperação bilateral sobre aqüicultura e pesca.

X. Ciência e Tecnologia

- Firma-se um Memorando de Entendimento em matéria de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia.

XI. Comunicação e Informação

- Firma-se um acordo bilateral entre ambos os Governos para a cooperação estratégica em matéria de comunicação.

XII. Cooperação Militar

- Serão realizadas reuniões binacionais entre os representantes dos Ministérios de Defesa a fim de dar continuidade à cooperação já estabelecida.

- Será assinado um acordo de cooperação tecnológica e industrial dirigido ao desenvolvimento aeroespacial e à vigilância amazônica de ambos os países.

XIII. Outros temas de interesse

Os Governos do Brasil e da Venezuela acordam conferir prioridade à continuação das discussões relativas aos projetos e temas que se mencionam a seguir, com o objetivo de alcançar conclusões concretas no menor prazo possível.

Fundo Humanitário Internacional

Será examinada a contribuição que poderiam dar um fundo humanitário internacional e outras iniciativas para atender aos agudos problemas derivados da grave situação social de nossos povos e das nações irmãs.

Carta Social das Américas

Os graves problemas sociais do Continente requerem atenção prioritária e urgente, pois de sua progressiva superação dependerá, de forma decisiva, a paz social e, com ela, o surgimento de condições para o estabelecimento irreversível de sistemas democráticos que, como tais, respondam às reais demandas das populações. Esse propósito poderia estar refletido em uma Carta Social das Américas.

Integração Energética

Brasil e Venezuela apóiam a integração energética sul-americana no âmbito da iniciativa Enesul/Petrosul e reiteram os termos contidos na 1ª Declaração dos Ministros da América do Sul, assinada na Ilha de Margarita, por ocasião da XXV Reunião de Ministros da Organização Latino-americana de Energia (OLADE), realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2004.

Banco de Desenvolvimento do Sul

Será dado seguimento ao intercâmbio de informação sobre um possível Banco de Desenvolvimento do Sul.

Telesul

Ambos os Governos, conscientes da decisiva influência que têm as comunicações no âmbito cultural e sua importância para a opinião pública, acordam continuar o fortalecimento da cooperação em matéria de difusão audiovisual a serviço de processos de integração da região.

Comunicado à imprensa sobre a participação do MERCOSUL na primeira rodada de negociações com SICA e CARICOM (19 de fevereiro de 2005)

Entre os dias 21 e 25 de fevereiro, o MERCOSUL realizará reuniões com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM). As reuniões estão previstas nos programas de trabalho aprovados com o SICA (Nota à Imprensa nº 512), em 3 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, e com a CARICOM (Nota à Imprensa nº 600), em 16 de dezembro de 2004, em Belo Horizonte. Ambos os programas de trabalho prevêem ações e reuniões, no primeiro semestre de 2005, orientadas a permitir o lançamento de processos negociadores de acordos de livre comércio.

A Chanceler paraguaia, Embaixadora Leila Rachid, no exercício da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, estará à frente da Delegação do MERCOSUL nos encontros com os países integrantes do SICA (Tegucigalpa, 21-22 de

fevereiro) bem como com os países membros da CARICOM (Port-of-Spain, 24 e 25 de fevereiro).

Consolidada a parceria econômico-comercial com o Chile, Bolívia e os demais países andinos e lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (Nota à Imprensa nº 591, de 9/12/2004), o MERCOSUL estende a sua agenda externa também para a América Central e o Caribe, com vistas a aprofundar as relações políticas e econômicas com os países membros do SICA e da CARICOM.

A Delegação do Brasil será chefiada pelo Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, Diretor do Departamento de Integração, e composta por funcionários do Itamaraty e de outros Ministérios.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil dos Príncipes das Astúrias (21 de fevereiro de 2005)

Os Príncipes das Astúrias, Dom Felipe de Borbón e Dona Letizia Ortiz, realizarão visita oficial ao Brasil no período de 22 a 25 de fevereiro. A visita tem caráter político e empresarial. Os Príncipes serão recebidos, no dia 22, em Brasília, pelo Presidente da República e Senhora Marisa Letícia Lula da Silva. A programação dos Príncipes no dia 23 inclui encontro de trabalho com o Presidente Lula e visitas aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Os Príncipes das Astúrias embarcam, na tarde do dia 23, para São Paulo, onde participam da cerimônia de abertura do Foro sobre Investimentos e Cooperação Empresarial Hispano-Brasileiro, organizado pelo Instituto Espanhol de Comércio Exterior (ICEX) em associação com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX).

A delegação espanhola que participará do referido Foro contará com representantes de cerca de 80 empresas daquele país e pretende ser uma plataforma para que as empresas brasileiras e espanholas, sobretudo pequenas e médias, possam iniciar projetos para formação de “joint-ventures”, investimentos em novas filiais, criação de empresas

mistas, fabricação conjunta de produtos, acordos de transferência de tecnologia e licenças de subcontratação. Está previsto, igualmente, que os Príncipes inaugurem um novo Instituto Cervantes em São Paulo. Os Príncipes viajarão, em seguida, para Salvador, a fim de visitar o projeto de cooperação de Oficinas-Escola para a formação de mão-de-obra em áreas vinculadas à restauração do patrimônio histórico e outros imóveis. Os Príncipes partem no dia 27.

Comunicado à imprensa a respeito das eleições parlamentares em Portugal (22 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação das eleições parlamentares em Portugal no dia 20 de fevereiro corrente e felicita, especialmente, o Doutor José Sócrates, Secretário-Geral do Partido Socialista, pela expressiva vitória obtida pelo seu partido no sufrágio de domingo.

As relações com Portugal têm conhecido uma crescente aproximação, em matéria de comércio, investimentos, cultura e cooperação bilateral nas mais diversas áreas, sendo significativo o intercâmbio entre cidadãos brasileiros e portugueses.

Também tem sido estreita a colaboração entre os dois países no plano internacional, merecendo particular destaque a ação decidida de ambos os países para o fortalecimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

O Governo brasileiro persistirá, ao lado do Governo português, nos esforços para levar a bom termo as negociações relativas ao acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia.

Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta Suriname-Brasil (22 de fevereiro de 2005)

A convite do Excelentíssimo Runaldo Ronald Venetiaan, Presidente da República do Suriname, Presidente da CARICOM e da 16ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Governo daquela Organização, o Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, visitou o Suriname em 15 e 16 de fevereiro de 2005.

O Presidente Lula participou do Encontro dos Chefes de Governo da Caricom, realizado em Paramaribo, por ocasião da 16ª Reunião Intersessional. Após seu discurso, ocorreu um intercâmbio de idéias em que ambas as partes expressaram o compromisso de fortalecer os laços políticos, econômicos e comerciais entre o MERCOSUL e a CARICOM e manifestaram satisfação com a adoção de um programa de trabalho conjunto para negociar uma zona de livre comércio. O Presidente Lula comentou que o litígio aberto pelo Brasil na OMC contra a União Européia não pretende colocar em questão as preferências ora existentes em favor dos países caribenhos, e anunciou que o Brasil está disposto a desenvolver programas de cooperação técnica com os países caribenhos no setor produtivo sucro-alcooleiro.

O Presidente Venetiaan e o Presidente Lula aproveitaram a oportunidade para examinar a evolução das relações entre o Suriname e o Brasil e trocar idéias sobre temas regionais e globais.

Expressaram condolências aos parentes das vítimas do desastre natural no continente asiático e na vizinha Guiana e manifestaram esperança de que os países atingidos possam recuperar-se brevemente de seus efeitos desastrosos.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus Governos com a democracia e a inclusão social, bases para a integração e o desenvolvimento da região. Reafirmaram seu compromisso com o combate à fome e à pobreza e sua determinação em estreitar os mecanismos de cooperação bilateral nessa área.

O Presidente Venetiaan reiterou o apoio do Suriname à iniciativa brasileira de organizar a Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, em maio de 2005. O Presidente Lula saudou a intenção do Suriname, na qualidade de membro da Organização da Conferência Islâmica, de contribuir para o êxito da reunião. Os dois Presidentes expressaram sua expectativa de que a reunião de Cúpula ajude a criar

um novo quadro para a cooperação e para o diálogo entre as duas regiões.

Concordaram com a avaliação de que o desenvolvimento somente pode ocorrer em um ambiente estável e enfatizaram o papel das Nações Unidas e a importância do multilateralismo na manutenção da paz e segurança mundiais.

Concluíram que a Organização das Nações Unidas deve responder de maneira mais efetiva aos interesses dos países em desenvolvimento e sublinharam a necessidade de reformar aquele organismo. Com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Presidente Venetiaan recordou o apoio do Suriname à aspiração brasileira de integrar o Conselho como Membro Permanente. O Presidente Lula manifestou sua satisfação com esse importante apoio.

Os Presidentes enfatizaram o papel da Organização dos Estados Americanos na Promoção e manutenção da democracia na região e seu papel em alcançar a justiça social, promoção e proteção dos direitos humanos e continuado crescimento econômico e estabilidade na região.

O Presidente Lula recordou que o Governo brasileiro apresentou candidatura para o posto de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Salientou que a candidatura brasileira busca avançar os interesses dos países em desenvolvimento na OMC, em particular na rodada de negociações de Doha.

Os Presidentes sublinharam a importância da participação sul-americana na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Expressaram sua confiança de que essa participação contribuirá para o reestabelecimento das instituições democráticas e para a promoção do desenvolvimento econômico e social naquele país.

Apontaram que a estreita cooperação mútua é “*conditio sine qua non*” para controlar eficazmente atividades prejudiciais ao meio ambiente, combater o crime organizado transnacional, tráfico de armas, narcotráfico e outras ilícitos similares que ameaçam a

segurança de ambos os países. Nesse contexto, os Presidentes enfatizaram a importância do SIVAM/SIPAM (Serviço de Vigilância e Proteção da Amazônia).

Reiteraram seu firme apoio à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e sua determinação em ampliar a concertação política no contexto daquela organização. Saudaram os resultados positivos da VIII Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros dos Estados membros da OTCA realizada em Manaus, em setembro de 2004.

Saudaram a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações em Cuzco, durante a III Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul, em 8 de dezembro de 2004, como um mecanismo para fortalecer a coordenação política e promover a cooperação econômica, social e cultural entre os países sul-americanos.

Os Presidentes enfatizaram a importância da integração física para o desenvolvimento econômico do continente sul-americano e conclamaram as instituições financeiras regionais a disponibilizarem recursos tão logo possível para a implementação dos projetos já aprovados. Além disso, salientaram a necessidade de uma conexão rodoviária direta entre Suriname e Brasil e concordaram em examinar a viabilidade de tal projeto.

Concordaram em que é necessário atribuir especial atenção aos interesses das pequenas economias no estabelecimento de áreas de livre comércio e enfatizaram a necessidade de “fair trade”.

Os Presidentes registraram os recentes desdobramentos do tema da dívida do Suriname para com o Brasil. No processo de reescalonamento, o Suriname fará propostas para o pagamento que levem em conta sua capacidade financeira.

Decidiram aprofundar a cooperação educacional e enfatizaram a convicção de que é necessário promover a cultura de ambos os países e assegurar maior conhecimento mútuo. Nesse sentido, manifestaram a disposição de dar continuidade à cooperação no campo educacional e decidiram implementar plenamente o “Programa Executivo para

o Triênio 2003-2005”.

Registraram a próxima realização da III Conferência do Estado-Maior Brasil-Suriname em Brasília, em outubro de 2005, quando serão considerados os programas para treinamento de pessoal militar surinamês no Brasil, assim como formas de fornecer ao Suriname acesso aos dados gerados pelo SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia).

Acolheram com satisfação a decisão dos países do MERCOSUL de conceder ao Suriname uma quota preferencial para a exportação de arroz para a região norte do Brasil.

Concordaram em intensificar a cooperação no campo da agricultura. A esse respeito, ambos os países explorarão possibilidades de fornecer apoio técnico à pesquisa agrícola. Ambos Presidentes saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação em pesquisa agrícola entre os dois Governos, que envolverá a participação do Ministério da Agricultura, Criação de Animais e Pesca do Suriname e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Sublinharam, com satisfação, a iniciativa brasileira de enviar ao Suriname em março próximo missão conjunta da ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para examinar possibilidades de cooperação técnica. Será igualmente uma oportunidade para avançar o exame de propostas de projetos de cooperação, inclusive aquele relativo à redução dos efeitos negativos do garimpo de pequena escala no Suriname.

Expressaram satisfação com os resultados positivos da III Reunião do Grupo Permanente de Cooperação Consular, realizada em 8 e 9 de fevereiro, em Paramaribo. Tomaram nota de que três acordos foram concluídos: “Acordo sobre Assistência Jurídica em Matéria Penal”, “Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas” e “Ajuste Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória”. Enfatizou-se a importância da imediata

implementação dos referidos acordos.

Os Presidentes expressaram satisfação com as iniciativas em curso no campo da saúde. Saudaram a assinatura do Protocolo de Intenções entre os dois países no campo da saúde, que dará uma dimensão nova ao combate contra doenças tropicais e HIV/AIDS. O Suriname informou sobre a situação sanitária no seu interior e expressou gratidão pelos esforços do Brasil para contribuir para o desenvolvimento da saúde pública surinamesa. O Brasil assentiu em dar continuidade a essa cooperação.

O Presidente Lula solicitou o apoio do Suriname à proposta, patrocinada pelo Brasil na Comissão Internacional da Baleia, de criação de um santuário de baleias no Atlântico Sul. Além disso, o Presidente Lula ressaltou a disposição do Brasil de cooperar com o Suriname nas áreas de conservação de mamíferos marinhos, manejo sustentável de recursos pesqueiros, técnicas de manejo florestal e gestão de unidades de conservação.

Os Presidentes decidiram convocar, em 2005, a Primeira Reunião da Comissão Mista Antidrogas, no contexto do Acordo sobre Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Uso Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, de 1989.

Concordaram em identificar meios de melhorar as conexões aéreas entre os dois países. Nesse sentido, mencionaram as negociações em curso entre as autoridades de transporte aéreo do Brasil e do Suriname com vistas à revisão do Acordo Bilateral sobre Transporte Aéreo, assinado em 1980, iniciativa que contribuirá para a expansão das rotas aéreas entre os dois países.

Os Presidentes saudaram a intenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e da Suriname Postal Corporation (Surpost) de estabelecer cooperação.

Concordaram em estabelecer grupos de trabalho setoriais para avançar a cooperação bilateral de maneira efetiva e eficiente.

Os dois Presidentes saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento que estabelece um

Mecanismo Político para Consultas Bilaterais, que se reunirá em 2005, em data a ser acordada pelas Chancelarias dos dois países.

O Presidente Lula agradeceu a hospitalidade e atenção dispensada à comitiva brasileira por ocasião de sua permanência no Suriname e estendeu convite ao Presidente Runaldo Ronald Venetiaan para realizar visita ao Brasil em data a ser acordada pelas Chancelarias.

Comunicado à imprensa a respeito do Terremoto no Irã (23 de fevereiro de 2005)

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências ao Governo da República Islâmica do Irã, assim como às famílias das vítimas e ao povo iraniano pelas dolorosas perdas humanas decorrentes do trágico sismo registrado na manhã de terça-feira última, no sudeste do país, fazendo votos de que se possam restabelecer, com a maior brevidade possível, as condições normais na região afetada.

Comunicado à imprensa sobre o status jurídico das florestas tropicais e outros recursos naturais (24 de fevereiro de 2005)

O Ministro Celso Amorim, em viagem a países árabes, tomou conhecimento das declarações do Sr. Pascal Lamy sobre o status jurídico das florestas tropicais e outros recursos naturais. O Ministro Amorim considera que as declarações do Sr. Lamy revelam uma visão preconceituosa, que subestima a capacidade dos países em desenvolvimento de gerenciar, de forma soberana e sustentável, os seus recursos naturais.

Tais declarações são incompatíveis com o cargo de Diretor-Geral da OMC, ao qual o Sr. Lamy aspira.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Papa João Paulo II (24 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou o encaminhamento da seguinte mensagem

ao Papa João Paulo II:

“Ao tomar conhecimento da cirurgia a que se submeteu Vossa Santidade no dia de hoje, desejo, com a estima que lhe dedica a população brasileira, formular, em meu nome e no de todos os brasileiros, os mais sinceros votos de pronta recuperação de seu estado de saúde “.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Uruguai para a posse do Presidente Tabaré Vázquez (25 de fevereiro de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita a Montevideu, no dia 1º de março, para participar das cerimônias de posse do novo Governo uruguaio. A presença do Presidente Lula nas solenidades reflete a importância dos vínculos entre o Brasil e o Uruguai. Além dos laços pessoais de amizade que unem os Presidentes Lula e Tabaré Vázquez, os dois mandatários compartilham os ideais políticos de construção de sociedades mais justas e democráticas e, em particular, a determinação de enfrentar os problemas sociais, buscando reduzir a pobreza e a desigualdade social nos respectivos países.

Os dois governos darão prosseguimento aos projetos de integração nas áreas de transportes, energia e comunicações. Pretende-se acelerar os entendimentos relativos à construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e uma nova linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países. O Brasil responde hoje pelo fornecimento direto ou indireto de mais de 60% da energia elétrica consumida no Uruguai. Buscar-se-á, igualmente, a intensificação dos fluxos de comércio. O comércio bilateral no ano passado somou cerca de US\$ 1 bilhão.

No dia 2 de março, o Presidente Lula participará, juntamente com o Presidente Tabaré Vázquez, da inauguração da maltaria da AMBEV, na cidade de Paysandú. O empreendimento promove a integração de um segmento importante da cadeia agrícola e industrial, com agregação de valor a produtos do Uruguai. Os investimentos da AMBEV no Uruguai

devem gerar novos empregos diretos e indiretos no campo, na logística e no transporte da cevada e malte.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil de delegação de alto nível da República Dominicana (1 de março de 2005)

Encontra-se em visita de trabalho ao Brasil, de 1º a 4 de março, delegação de alto nível da República Dominicana, integrada pelo Ministro de Governo da Presidência da República, Danilo Medina, pelo Presidente da Refinaria Dominicana SA (REFIDOMSA), Aristides Fernández Zucco, pelo Diretor do Instituto Nacional de Água Potável e Esgoto (INAPA), Victor Diaz, e pelo Deputado Juan de los Santos.

Nos dias 1 e 2, a delegação cumprirá, no Rio de Janeiro, agenda de encontros com dirigentes da PETROBRAS, do BNDES e da Fundação FIOCRUZ – Farmanguinhos.

Em Brasília, nos dias 3 e 4 de março, a comitiva será recebida pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, pela Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e pelo Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia.

A missão tem o objetivo de aprofundar o diálogo político entre os dois países e manter entendimentos com vistas à cooperação bilateral em diversos setores, tais como energia, serviços, saúde e agricultura. Deverá ainda analisar questões relacionadas ao comércio e ao financiamento de obras de engenharia civil a serem executadas por empresas brasileiras naquele país.

Comunicado a respeito da presidência brasileira do Conselho de Segurança (1 de março de 2005)

O Brasil assume hoje, 1º de março, a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Cabe à Presidência organizar a agenda do

Conselho, conduzir as sessões formais e informais e promover as consultas entre os membros a respeito das questões da agenda.

Segundo a Carta da ONU, o Conselho de Segurança tem como responsabilidade primordial a manutenção da paz e segurança internacionais. Trata-se do único órgão dotado de capacidade legal para autorizar o uso da força, em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacionais. Por meio de resoluções, decisões e declarações, o Conselho dirige suas atividades à solução pacífica de controvérsias, decide sobre a criação de operações de paz e, nos casos de ameaça à paz e atos de agressão, pode autorizar ação coercitiva. Está em curso intenso debate para a reforma do órgão, com a possível ampliação dos assentos permanentes e não-permanentes. O Brasil considera fundamental que se promova a ampliação do CSNU, de forma a torná-lo mais legítimo e representativo, inclusive com o ingresso de países em desenvolvimento entre os novos membros permanentes.

A agenda de março do Conselho de Segurança, sob a presidência brasileira, inclui a renovação dos mandatos de duas operações de paz: a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) e a Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Também estão previstas a divulgação, análise e discussão, pelo Conselho de Segurança, de relatórios sobre as operações de paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), Burundi (ONUB), Côte d'Ivoire (ONUCI), Libéria (UNMIL) e Sierra Leone (UNAMSIL).

O Conselho de Segurança discutirá, ainda, os processos de paz no Oriente Médio, no Sudão e na Somália; as atividades da Missão das Nações Unidas no Iraque (UNAMI), da Comissão de Monitoramento, Inspeção e Verificação no Iraque (UNMOVIC), da Missão das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) e do Escritório das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNOGBIS); os regimes

de sanções relativos à Côte d'Ivoire e à Libéria; a situação na Bósnia-Herzegovina e na Ilha de Bougainville (Papua-Nova Guiné); e quaisquer outros eventos, relativos à manutenção da paz e segurança internacionais, que venham a exigir a atenção urgente do Conselho.

A presidência do Conselho de Segurança é exercida rotativamente pelos quinze membros do Conselho, em ordem alfabética na língua inglesa. O mandato tem duração de um mês. Em abril, o Brasil transmitirá a presidência à China.

Os membros do Conselho, no ano de 2005, são Argélia, Argentina, Benin, Brasil, China, Dinamarca, Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Japão, Reino Unido, Romênia, Rússia e Tanzânia. O CSNU é composto de 5 membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França) e dez membros não-permanentes, eleitos para cumprir mandato de dois anos.

O Brasil cumpre, em 2004-2005, seu nono mandato eletivo no Conselho de Segurança. De todos os Estados membros das Nações Unidas, é o que foi eleito por maior número de vezes. Os mandatos anteriores do Brasil foram em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94 e 1998-99. A última vez que o Brasil exerceu a presidência do Conselho de Segurança foi em janeiro de 1999.

A agenda diária do Conselho de Segurança encontra-se disponível no endereço eletrônico www.un.org/Docs/sc/unsc_dailyprogramme.html, e o programa tentativo de trabalho em www.un.org/Docs/sc/presidency/powe.htm.

Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta dos Presidentes da Argentina, do Brasil e da Venezuela (2 de março de 2005)

(versões em português e espanhol)

Ao ensejo de sua participação nas cerimônias de Posse do Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Tabaré Vázquez, realizadas no dia 1º de março de 2005, os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da

Nação Argentina, Néstor Kirchner, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, realizaram encontro durante o qual, com espírito fraterno e de completo entendimento, acordaram formular a seguinte declaração conjunta:

1º. O triunfo eleitoral e a assunção da Presidência do Uruguai por Tabaré Vázquez representam um novo e grande passo no avanço da democracia na América Latina, haja vista o seu programa eleitoral e as importantes decisões expressas uma vez investido como Chefe de Estado. Nesse sentido, celebramos o reatamento das relações com a República irmã de Cuba, assim como o impulso que se propõe para os processos de integração sul-americana.

2º. Considerando que o maior problema que enfrentam atualmente as nossas nações é a pobreza, que contrasta com a abundância dos nossos recursos, coincidimos quanto à necessidade de elaborar programas e planos conjuntos orientados para a sua superação.

3º. Os acordos bilaterais celebrados entre a Venezuela e o Brasil, por um lado, e entre a Venezuela e a Argentina, por outro, são passos concretos e positivos, que tornam aconselhável a elaboração e a realização de acordos trilaterais em conformidade com a vontade integradora expressa pelas nações sul-americanas ao criarem a Comunidade Sul-Americana de Nações. Nesse sentido, sublinharam que, já em maio, haverá uma reunião de cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações com a Liga dos Países Árabes. O esforço trilateral, por sua vez, deve servir para fortalecer o processo de integração com os demais países sul-americanos.

4º. Os processos de integração são, ademais, uma necessidade para concretizar a idéia de ir aos organismos multilaterais regionais e internacionais com a mesma posição, a fim de fortalecer a voz dos nossos países mais do que quando se expressam individualmente em tais cenários.

5º. Os Presidentes decidiram realizar, dentro de trinta dias, reuniões:

- dos Ministros da Economia ou Fazenda;

- dos Ministros de Energia ou Petróleo;
- dos Ministros da Área Social;
- dos Presidentes de Bancos Centrais.

Da mesma maneira, trataram da conformação do Fundo Estrutural do Mercosul e da plena adesão da Venezuela à União Aduaneira.

6º. Os resultados dessas reuniões serão discutidos no marco de uma nova reunião presidencial trilateral, paralela à realização da Cúpula entre os Países Árabes e os Países da , que incluiria, além dos aspectos gerais relativos à integração, aspectos concretos, como os relativos ao fortalecimento da Telesul e da Petrosul, a criação de um Fundo não-reembolsável para atender aos problemas mais agudos que se originam na pobreza, um Banco Sul-Americano para o Desenvolvimento e outros. Esta agenda será elaborada mediante a coordenação de nossas Chancelarias, com o devido apoio técnico, durante os trinta dias que se seguem à publicação desta declaração.

7º. Finalmente, tendo em conta que Brasil e Venezuela acordaram realizar uma nova Cúpula Presidencial, com a participação de seus ministros vinculados à área do desenvolvimento social, os Presidentes concordaram em dar a essa Cúpula Presidencial um caráter tripartite, a fim de assegurar maior amplitude e maior alcance à reunião. Os preparativos programáticos, técnicos e logísticos permanecerão a cargo dos chanceleres, que, por sua vez, designarão as equipes técnicas e de apoio que sejam necessárias para a realização satisfatória desse evento.

Montevideu, 2 de março de 2005.

Declaración Conjunta de los Presidentes de Argentina, Brasil y Venezuela

En la oportunidad de asistir a los Actos de Toma de Posesión del Presidente de la República Oriental del Uruguay, doctor Tabaré Vázquez realizados durante el día 1º de Marzo de 2005, los Presidentes de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; de la Nación Argentina, Néstor Kirchner y de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, han realizado un encuentro

durante el cual, con espíritu fraternal y de completo entendimiento, acordaron formular la siguiente declaración conjunta:

1°. El triunfo electoral y la asunción de la Presidencia del Uruguay de Tabaré Vázquez, representan un nuevo y gran paso de avance de la democracia en América Latina, habida cuenta de su programa electoral y de las importantes decisiones expresadas una vez investido como Jefe de Estado. En tal sentido, celebramos la reanudación de las relaciones con la hermana República de Cuba, así como el impulso que se plantea a los procesos de integración sudamericana.

2°. Considerando que el mayor problema que enfrentan actualmente nuestras naciones es la pobreza que contrasta con la abundancia de nuestros recursos, hemos coincidido en la necesidad de trazar programas y planes conjuntos orientados hacia su superación.

3°. Los acuerdos bilaterales celebrados entre Venezuela y Brasil, por un lado, y Venezuela y Argentina, por otro lado, son pasos concretos y positivos que hacen aconsejable el diseño y realización de acuerdos trilaterales alineados con la voluntad integradora expresada por las naciones sudamericanas al crear la Comunidad Sudamericana de Naciones. En ese sentido subrayaron que ya en mayo habrá una reunión cumbre de la Comunidad Sudamericana de Naciones con la Liga de los Países Árabes. El esfuerzo trilateral, a su vez, debe servir para fortalecer el proceso integrador con los demás países sudamericanos.

4°. Los procesos de integración son, además, una necesidad para concretar la idea de ir a los organismos multilaterales regionales e internacionales, con una misma posición, para fortalecer la voz de nuestros países más que cuando se expresan individualmente en tales escenarios.

5°. Los Presidentes decidieron la realización, dentro de treinta días, de reuniones:

- de los Ministros de Economía o Hacienda
- de los Ministros de Energía o Petróleo

- de los Ministros del Área Social

- de los Presidentes de Bancos Centrales

Asimismo, trataron de la conformación del Fondo Estructural del Mercosur y de la plena adhesión de Venezuela a la Unión Aduanera.

6°. Los resultados de esas reuniones se discutirán en el marco de una nueva reunión trilateral presidencial paralelamente a la realización de la Cumbre entre los Países Árabes y Países de América del Sur que incluiría además los aspectos generales relativos a la integración; abordar aspectos concretos como los relativos al fortalecimiento de Telesur y Petrosur, la creación de un Fondo no retornable para atender los más agudos problemas que se originan en la pobreza, un Banco Sudamericano para el Desarrollo y otros. Esta agenda será elaborada a través de la coordinación de nuestras Cancillerías con el debido apoyo técnico durante los treinta días siguientes a la publicación de esta declaración.

7°. Finalmente, por cuanto Brasil y Venezuela han acordado realizar una nueva Cumbre Presidencial junto a sus ministros vinculados al área de desarrollo social, los Presidentes han acordado darle un carácter tripartito a dicha Cumbre Presidencial a fin de garantizar una mayor amplitud y un mayor alcance a la misma. Los preparativos programáticos, técnicos y logísticos, quedan a cargo de los cancilleres quienes, a su vez, designarán los equipos técnicos y de apoyo que sean necesarios para la feliz realización de ese evento.

Montevideo, 2 de marzo de 2005.

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Países da África (3 de março de 2005)

No quadro do desenvolvimento das relações do Brasil com a África, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará o Quênia, Etiópia, Moçambique e África do Sul no período de 3 a 12 de março de 2005.

O Ministro Celso Amorim viajou ontem, dia 2 de março, para o Quênia, com o objetivo de participar de encontro mini-ministerial informal da

Organização Mundial do Comércio (OMC), em Mombasa, bem como de realizar visita bilateral àquele país.

Foram convidados para o encontro os Ministros responsáveis pelas negociações comerciais de 35 membros da OMC, entre eles Brasil, Estados Unidos, Comissão Européia, Índia, Austrália, China e Japão. Os Ministros deverão tratar das negociações da Rodada de Doha, voltando-se prioritariamente para cinco temas: i) agricultura; ii) acesso a mercados para produtos não-agrícolas; iii) comércio de serviços; iv) facilitação de comércio e regras de defesa comercial; e v) temas de desenvolvimento. Em dezembro de 2005, será realizada a VI Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong.

Após a reunião da OMC, o Ministro Celso Amorim fará visita de trabalho a Nairóbi, onde manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Sr. Chirau Ali Mwakwere, e será recebido pelo Presidente Mwai Kibaki. O Ministro Celso Amorim será portador de mensagem do Presidente da República ao Chefe de Estado do Quênia.

As relações entre o Brasil e o Quênia têm sido caracterizadas pela convergência de interesses e pela coordenação de posições no tocante ao comércio internacional, ao meio ambiente e a outras questões de interesse. A visita tem por objetivo reforçar a coordenação existente, mediante a celebração de Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, bem como identificar iniciativas que permitam dinamizar a cooperação bilateral, sobretudo nos setores de saúde, da agricultura e das relações econômico-comerciais.

Na Etiópia, o Ministro Amorim deverá manter encontro no dia 8 de março com o Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konare, a fim de analisar maneiras de estreitar as relações com tal organização. A capital etíope é sede da União Africana, que vem desempenhando crescente papel no tratamento dos problemas que afetam a paz e o desenvolvimento no continente africano. O Ministro Amorim será portador, ademais, de mensagens dirigidas pelo Presidente Lula ao Presidente Girma

Woldegiorgis e ao Primeiro-Ministro Méléns Zenawi, relativas à prioridade que o Governo brasileiro atribui ao relacionamento com a África. Com o objetivo de colaborar para maior aproximação com a Etiópia, está em curso a reabertura de Embaixada brasileira em Adis Abeba.

Nos dias 9 e 10 de março, o Ministro cumprirá programação oficial em Moçambique. Em sua visita a Maputo, o Chanceler Celso Amorim terá a oportunidade de manter contatos com autoridades moçambicanas recentemente investidas em suas funções, após a posse do novo Presidente da República, Senhor Armando Guebuza, no último dia 2 de fevereiro. A programação a ser cumprida pelo Chanceler incluirá audiências com o Chefe de Estado, com a Primeira-Ministra, Senhora Luísa Diogo, e com a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Senhora Alcinda Abreu, além de outras autoridades locais.

Na pauta das relações bilaterais, notam-se projetos de grande alcance, como o que contempla a instalação, em Moçambique, de fábrica de produção de medicamentos anti-retrovirais. No plano econômico, o relacionamento entre os dois países recebeu novo ímpeto, em dezembro último, em função da vitória da Companhia Vale do Rio Doce no processo de seleção internacional para a exploração do complexo carbonífero de Moatize.

O Ministro Celso Amorim viajará, em seguida, para a Cidade do Cabo, África do Sul, onde participará, nos dias 10 e 11 de março, da 2ª Reunião da Comissão Mista Trilateral do IBAS – Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, à frente de delegação técnica interministerial.

Na oportunidade, o Ministro Amorim se reunirá com a Chanceler sul-africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, anfitriã do encontro, e com o Chanceler indiano, Natwar Singh, a fim de discutir temas de comum interesse da agenda internacional, bem como formas de incrementar a cooperação entre os três países. Os três Chanceleres serão recebidos pelo Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul.

Será organizado, ainda, encontro empresarial

trilateral, que deverá culminar na criação do Conselho Empresarial do IBAS.

Previamente à reunião ministerial, nos dias 7, 8 e 9 de março, será realizada Reunião de Altos Funcionários do Foro, além de reuniões setoriais nas áreas de ciência e tecnologia, sociedade da informação, saúde, transporte, defesa, educação, comércio, turismo e combate à fome e à pobreza.

Após as atividades na Cidade do Cabo, os Chanceleres brasileiro, indiano e sul-africano terão encontro no sábado, dia 12 de março, em Pretória, com o Presidente do Conselho e Alto Representante para Política Externa e Segurança Comum da União Européia, Javier Solana.

Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre Subsídios ao Algodão (3 de março de 2005)

O Brasil recebeu, com satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios norte-americanos à produção e exportação de algodão. O documento, circulado hoje em Genebra, deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização em até 30 dias, juntamente com o relatório do painel.

Iniciados em 13 de outubro de 2004, por iniciativa dos Estados Unidos, os procedimentos de apelação encerraram-se com a manutenção das conclusões contidas no relatório do painel. A decisão de hoje consolida a base jurídica sobre a qual se assenta a condenação do mecanismo de solução de controvérsias da OMC aos subsídios questionados pelo Brasil; e recompensa a cooperação entre o Governo e a cotonicultura brasileira.

A manifestação do Órgão de Apelação não favorece apenas o Brasil. Ela empresta renovada força jurídica aos pleitos dos países africanos produtores de algodão, para os quais os subsídios influenciam dramaticamente os números relativos à pobreza. A sentença esclarece, igualmente, o conteúdo e o alcance de importantes disciplinas multilaterais sobre o comércio agrícola, em sua

maioria examinadas pela primeira vez no presente caso. Reforça, por fim, a legitimidade dos países, grupos e cidadãos que defendem o fim das distorções no comércio agrícola mundial.

Vale notar que o resultado do contencioso do algodão não cria obrigações novas para os Estados Unidos nem modifica as existentes. A queixa brasileira baseia-se estritamente em normas em vigor desde o final da Rodada Uruguai, pelas quais os Membros da OMC fizeram concessões há mais de dez anos.

A Rodada Doha constitui oportunidade singular para que os Membros da OMC dêem novo e significativo passo em direção a maior liberalização do comércio de produtos agrícolas e ao fim das distorções introduzidas pelos vultosos subsídios desleais, que acentuam as dificuldades dos países em desenvolvimento e agravam os índices de pobreza.

O Governo brasileiro expressa a confiança em que os Estados Unidos cumprirão a decisão do mecanismo de solução de controvérsias da OMC no menor prazo possível.

* * *

Informações de Apoio Conclusões do Órgão de Apelação Cláusula da Paz

(A) O Órgão de Apelação confirmou a decisão do painel de que os principais subsídios questionados pelo Brasil não estão protegidos pela chamada “cláusula de paz” (artigo 13 do Acordo de Agricultura da OMC), pelas seguintes razões:

(a) em relação aos subsídios que, na visão dos Estados Unidos, seriam não-distorcivos (“caixa verde”), verificou-se que não poderiam ser assim classificados, em razão da proibição de que tais pagamentos sejam estendidos a produtores que cultivem, por exemplo, frutas e vegetais. O painel concordou com o argumento brasileiro de que tal proibição resulta na vinculação do subsídio ao “tipo de produção”, o que é proibido para medidas que aspirem ao status de subsídios de “caixa verde”;

(b) para os subsídios à produção que

distorcem a produção e o comércio – medidas de “caixa amarela” -, o painel constatou que o nível de apoio conferido por esses pagamentos a um produto específico ultrapassou o nível de apoio decidido em 1992. Para o painel, são os seguintes os montantes de subsídios ao algodão para efeitos da comparação: 1992 = US\$2,012 bilhões; 1999 = US\$3,404 bilhões; 2000 = US\$2,429 bilhões; 2001 = US\$4,144 bilhões; e 2002 = US\$3,140 bilhões.

(c) para os subsídios à exportação, o painel julgou que não foram respeitadas as disciplinas do Acordo de Agricultura para a sua concessão. Pelas normas negociadas durante a Rodada Uruguai, os Estados Unidos não dispõem da faculdade de subsidiar a exportação de algodão.

(B) Subsídios Acionáveis

O Órgão de Apelação confirmou a decisão do painel de que os subsídios “Market Assistance Loan”, “STEP 2”, “Market Loss Payment” e “Counter-Cyclical Payment” causam prejuízo grave ao Brasil, pelo significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do algodão, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do Acordo de Subsídios. Tais programas, diretamente vinculados ao nível de preços, isolam o produtor norte-americano dos sinais de mercado e levam à produção artificial de excedentes, que, uma vez colocados no mercado mundial, provocam quedas nas cotações ou impedem que os preços subam tanto quanto deveriam. Esse tópico constitui o cerne do caso brasileiro: os subsídios em questão correspondem a cerca de 85% do montante de subsídios questionados pelo país (US\$12,5 bilhões entre 1999 e 2002). O valor da safra norte-americana de algodão produzida nesse mesmo período de 4 anos foi de \$13,9 bilhões de dólares, o que constitui taxa de subsídios de 89,5%. Para cada dólar recebido pelos produtores norte-americanos de algodão, portanto, o Governo dos Estados Unidos pagou-lhes outros 89,5 centavos de dólar. No período 2001-2002, quando o valor da safra alcançou \$3,080 bilhões, o Governo dos

Estados Unidos pagou aos produtores de algodão quase \$4 bilhões de dólares, o que implica uma taxa de subsídios de 129,3% no período.

Uma vez que foi confirmada a violação ao artigo 6.3(c) do Acordo de Subsídios, o Órgão de Apelação não considerou necessário, para fins de solução da controvérsia, dispor sobre a interpretação dos termos “world market share”, contidos no artigo 6.3(d) do Acordo de Subsídios, e “any form of subsidy which operates to increase the export”, do artigo XVI:3 do GATT 1994.

(C) Garantias de Crédito à Exportação (a demanda brasileira, neste tópico, não se restringe a algodão, abarcando, na verdade, todos os produtos agrícolas beneficiários de tais garantias)

O Órgão de Apelação confirmou os seguintes entendimentos do painel:

- ao contrário da alegação dos Estados Unidos, o artigo 10.2 do Acordo de Agricultura não isenta garantias de crédito à exportação de produtos agrícolas do cumprimento das disciplinas sobre subsídios à exportação. O texto do dispositivo determina apenas que os Membros negociem disciplinas específicas sobre a matéria, processo já ensaiado em vários foros, mas ainda não concluído.

- as garantias de crédito à exportação oferecidas sob os programas “General Sales Manager 102”, “General Sales Manager 103” e “Supplier Credit Guarantee Program” constituem subsídios à exportação que resultam, no sentido do artigo 10.1 do Acordo de Agricultura, em tentativa por parte dos Estados Unidos de evadir-se dos compromissos relativos a subsídios à exportação, o que os torna automaticamente incompatíveis também com o artigo 8 daquele Acordo. Essa decisão é aplicável a (i) algodão, (ii) outros produtos beneficiados pelas garantias, em relação aos quais os Estados Unidos não inscreveram, ao final da Rodada Uruguai, compromissos relativos ao valor e quantidade máximos que poderiam receber subsídios à exportação (como soja e milho), e (iii) arroz

(produto em relação ao qual as autoridades norte-americanas concederam subsídios à exportação em valor superior ao qual se haviam comprometido).

- o painel condenou essas garantias de crédito à exportação também com base na alínea (j) do Anexo I ao Acordo de Subsídios e em seus artigos 3.1(a) e 3.2, uma vez que os prêmios cobrados pelo Governo norte-americano para concedê-las são inadequados para cobrir os custos e perdas dos programas no longo prazo.

Tendo em vista a confirmação das violações acima, o Órgão de Apelação considerou que o painel não errou no uso de economia judicial sobre a queixa brasileira de que as garantias de crédito à exportação em apreço constituem subsídio à exportação proibido, à luz do artigo 3.1(a) do Acordo de Subsídios, por conferirem “benefício” nos termos do artigo 1.1 do mesmo Acordo.

(D) STEP 2

O Órgão de Apelação ratificou as seguintes conclusões do painel:

- na parte do programa que exige a exportação de algodão para o recebimento do subsídio, há subsídio à exportação nos termos do artigo 9.1(a) do Acordo de Agricultura. Como o algodão é produto em relação ao qual os Estados Unidos não inscreveram compromisso em matéria de subsídios à exportação, qualquer concessão de pagamento a esse título para a “commodity” resulta em infração aos artigos 3.3 e 8 daquele Acordo. Além disso, o STEP 2 para exportadores viola os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados à exportação).

- quanto ao outro ramo do programa, que vincula o subsídio ao uso do algodão norte-americano pela indústria têxtil local, o painel julgou tratar-se de subsídio proibido à luz dos artigos 3.1(b) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados ao uso de bens domésticos em detrimento de bens importados).

(E) ETI Act of 2000

O Órgão de Apelação declinou de julgar o recurso brasileiro contra a conclusão do painel de que o Brasil não havia apresentado elementos de prova suficientes para a condenação da medida (que já fora julgada incompatível com as normas da OMC em contencioso promovido pela União Européia).

Implementação – Prazos

À luz das conclusões do Órgão de Apelação e do Painel, os EUA deverão promover:

- no que tange ao apoio interno condenado, a retirada dos subsídios ou a eliminação dos efeitos adversos por eles causados, conforme o disposto no artigo 7.8 do Acordo de Subsídios; e

- com relação às garantias de crédito à exportação e ao STEP 2, a sua eliminação “sem demora”, de acordo com o artigo 4.7 do mesmo Acordo. Para o painel, os Estados Unidos devem implementar essa recomendação no menor prazo entre as duas seguintes opções: (i) seis meses, a contar da adoção do relatório do painel pelo Órgão de Solução de Controvérsias, ou (ii) até 1º de julho de 2005.

Cronograma do Contencioso

27/Set/02 Solicitação de Consultas do Brasil aos Estados Unidos

Out/02 a Jan/03 Reuniões (3) para consultas entre Brasil e Estados Unidos

18/Mar/03 Estabelecimento do Painel

22-24/Jul/03 Primeira sessão da primeira audiência com o Painel

7-9/Out/03 Segunda sessão da primeira audiência com o Painel

2-3/Dez/03 Segunda audiência com o Painel

26/Abr/04 Relatório Preliminar do Painel

8/Set/04 Relatório Final do Painel

13/Out/04 Apelação dos EUA

12-13/Dez/04 Audiência com Órgão de Apelação

3/Mar/05 Relatório do Órgão de Apelação Descrição dos Programas Questionados

- “Marketing Loan Program”: garante aos produtores renda de 52 centavos de dólar por libra-peso da produção de algodão. Se os preços ficarem abaixo desse nível, o Governo norte-americano completa a diferença. É o mais importante subsídio doméstico concedido pelo Governo norte-americano ao algodão (US\$1.987 milhões);

- “Counter-Cyclical Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Market Loss Payments” (leis orçamentárias de 1998 a 2001): realizados tendo como parâmetro o preço de 72,4 centavos de dólar por libra-peso. Tais recursos custeiam a diferença entre os 72,4 centavos de dólar por libra-peso (“target price”) e o preço praticado no mercado ou o valor de 52 centavos de dólar por libra-peso (“loan rate”), o que for mais alto (US\$935 milhões);

- “Direct Payment” (Lei agrícola de 2002)/ “Production Flexibility Contract” (Lei agrícola de 1996): garantem renda de 6,67 centavos de dólar por libra-peso para produtores com histórico de produção de algodão - produção histórica (US\$429 milhões);

- “Crop Insurance”: dá garantia aos produtores norte-americanos de algodão, com prêmios subsidiados, contra perdas resultantes de condições climáticas adversas, doenças e preços baixos (US\$ 254 milhões);

- “Step 2”: pagamentos feitos a exportadores e a consumidores (indústria têxtil) norte-americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços do algodão norte-americano, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano (US\$ 237 milhões);

- “Export Credit Guarantees”: facilitam a obtenção de crédito por importadores não-americanos, aumentando a competitividade do produto norte-americano, em detrimento dos demais competidores naquele mercado importador (US\$349 milhões);

- “Cottonseed Payments”: recursos destinados a auxiliar a indústria do algodão norte-americana a cobrir os custos com o beneficiamento do algodão (US\$50 milhões).

*À exceção de “Export Credit Guarantees” e “Cottonseed Payments”, os valores entre parênteses representam estimativas de dispêndios dos Estados Unidos para 2004/5.

Versões eletrônicas do relatório do Órgão de Apelação e do relatório do painel podem ser obtidas, respectivamente, nos endereços:

http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/267abr_e.pdf

<http://docsonline.wto.org/DDFDdocuments/t/WT/DS/267R.doc>

Comunicado à imprensa sobre a visita do Vice-Primeiro-Ministro de Israel a Brasília (4 de março de 2005)

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Israel, Ehud Olmert, visitará oficialmente o Brasil, acompanhado por comitiva de empresários israelenses, e estará em Brasília no dia 7 de março, com vistas a estreitar os vínculos existentes entre os dois países.

Na oportunidade, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A agenda da visita do Sr. Olmert incluirá, também, encontro de trabalho com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e audiências com a Ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef, e com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.

Comunicado à imprensa a respeito das tropas sírias no Líbano (5 de março de 2005)

O Governo brasileiro tomou conhecimento do anúncio pelo Presidente Bashar Al-Assad, da Síria, em 5 de março corrente, de que as tropas sírias estacionadas no Líbano serão remanejadas para a planície de Bekaa. Trata-se de passo importante no sentido da implementação da resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de setembro de 2004, que enfatiza, entre outros

aspectos, a necessidade de respeitar a integridade territorial e a soberania política do Líbano, a retirada das forças estrangeiras e o desarmamento das milícias.

O Governo brasileiro defende a implementação integral das resoluções do Conselho de Segurança, que têm valor juridicamente vinculante. Essa posição se evidencia, no presente caso, no apoio brasileiro aos termos da Declaração Presidencial, aprovada pelo Conselho de Segurança, sobre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro libanês Rafik Hariri.

Durante sua recente viagem a países árabes, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ressaltou a seus interlocutores a importância de que a resolução 1559 fosse observada. Em Damasco, procurou engajar o Governo sírio no cumprimento da resolução e salientou a importância de encontrar formas para implementá-la.

De maneira mais ampla, o Brasil apóia a retirada de tropas estrangeiras de áreas ocupadas, em conformidade com as decisões pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre o seqüestro do cidadão brasileiro no Iraque (5 de março de 2005)

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento de informação veiculada neste sábado, 5 de março, pela agência de notícias ANSA sobre a suposta morte do cidadão brasileiro João José Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque em janeiro último.

O Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, após contato com o Chanceler Celso Amorim, que se encontra em visita à África, realizou reunião de coordenação em seu gabinete e determinou que o Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, realize gestões no sentido de obter informações adicionais sobre a notícia.

No mesmo sentido, instruiu também as Representações brasileiras na região e a Embaixada

do Brasil em Roma a que procedam ao levantamento de todos os dados disponíveis para verificar a veracidade da informação.

O Governo brasileiro mantém a esperança de que o Senhor João José Vasconcelos Júnior venha a ser libertado com vida e renova o apelo aos seqüestradores para que permitam, sobretudo à família, ter conhecimento da sua real situação.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a família do Senhor Vasconcelos Júnior têm sido informados sobre a evolução das gestões brasileiras.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Quênia (7 de março de 2005)

No quadro do desenvolvimento das relações do Brasil com o Quênia, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, efetuou visita de trabalho a Nairóbi no período de 5 a 7 de março de 2005, acompanhado de delegação de funcionários governamentais e de empresários.

Na qualidade de emissário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Celso Amorim foi recebido em audiência pelo Presidente do Quênia, Senhor Mwai Kibaki, a quem entregou mensagem do Chefe de Estado brasileiro, alusiva ao propósito de estreitar a amizade e a cooperação entre os dois países.

O Ministro foi igualmente recebido pelo Chanceler queniano, Senhor Chirau Ali Mwakwere, com quem manteve amplo e profundo intercâmbio de avaliações sobre os principais temas das agendas bilateral e multilateral.

No intuito de promover crescente coordenação de posições entre os dois Ministérios no tocante a tais temas, os dois Ministros firmaram Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, que institui a celebração de reuniões periódicas entre ambas as Partes no nível e no formato que julgarem adequados a cada circunstância.

Os Ministros congratularam-se pelo clima de entendimento e de convergência de posições que

tradicionalmente preside o relacionamento entre seus países. À luz desse quadro, consideraram de suma importância promover o adensamento da cooperação bilateral, mediante a adoção de projetos e iniciativas específicas, especialmente nos setores da agricultura, meio ambiente, saúde e outros de natureza social.

Os Ministros assinalaram a relevante contribuição cultural africana à formação do povo brasileiro e coincidiram quanto à prioridade de serem preservados, por meio da cooperação bilateral, os valores culturais comuns.

Consideraram importante, ainda, estimular as relações empresariais, de forma a gerar maior conhecimento mútuo das oportunidades de negócios que permitam dinamizar e reforçar os vínculos econômicos e comerciais entre o Brasil e o Quênia. A presença de empresários de vulto na delegação que acompanhou o Ministro Celso Amorim em sua visita representou iniciativa conducente a esse objetivo.

No plano multilateral, os dois Ministros concordaram quanto à necessidade de fortalecer a cooperação Sul-Sul. O Ministro Celso Amorim indicou, a propósito, o interesse do Brasil pela Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD), que confere renovada e original dimensão às perspectivas de cooperação com os países africanos, em geral, e com o Quênia, em particular.

Ainda nesse contexto, o Ministro salientou o interesse brasileiro em relacionar-se, cada vez mais, com a União Africana, que vem desempenhando papel de vanguarda e de reconhecido relevo no encaminhamento de soluções para os problemas que afetam a paz e o desenvolvimento do continente, bem como na concertação e integração crescentes dos países da África. Os Ministros instaram a comunidade internacional a colaborar decididamente para o êxito da missão da União Africana.

Os Ministros coincidiram na importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. A propósito, o Ministro Celso Amorim congratulou-

se com o Ministro Chirau Ali Mwakwere pelo excelente trabalho preparatório do Governo queniano na realização da reunião mini-ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Mombasa, entre os dias 2 e 5 de fevereiro corrente, a qual ofereceu uma oportunidade de diálogo e entendimento com vistas aos preparativos para a VI Conferência Ministerial da OMC, programada para Hong Kong em dezembro próximo.

O Ministro Celso Amorim agradeceu o apoio do Governo queniano, reiterado pelo Ministro Chirau Ali Mwakwere, à Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza, a qual estimula a comunidade internacional a considerar a adoção de mecanismos financeiros inovadores de financiamento ao desenvolvimento, no entendimento de que o combate à fome e pobreza deve ser visto como um objetivo prioritário da agenda internacional.

Os Ministros destacaram a importância do multilateralismo para responder aos desafios do combate à pobreza e à fome e da preservação da segurança de todos, com especial ênfase no papel das Nações Unidas. Reiteraram seu apoio à reforma da Organização, sobretudo ao fortalecimento da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e à expansão do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo e legítimo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os seus membros permanentes. Nesse contexto, o Ministro Chirau Ali Mwakwere manifestou o apoio do Quênia ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança. O Ministro Celso Amorim expressou seu reconhecimento pelo apoio queniano.

O Ministro Celso Amorim agradeceu ao Ministro Chirau Ali Mwakwere a generosa e hospitaleira acolhida que recebeu, juntamente com sua delegação, e convidou-o a visitar o Brasil oficialmente, em data de mútua conveniência a ser definida pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre a declaração dos Vice-Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações a respeito da situação na Bolívia (7 de março de 2005)

Transcreve-se, a seguir, versão em português da Declaração emanada da I Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre a situação na Bolívia.

“A I Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações solicitou ao Chanceler do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, em sua qualidade de Secretário Pro Tempore da Comunidade, fazer chegar ao Presidente da Bolívia, Dr. Carlos Mesa Gisbert, seu mais firme respaldo ao objetivo de manter e de consolidar a institucionalidade democrática na Bolívia e de encontrar solução para a crise que vive neste momento aquele país irmão, que marque o início da conciliação nacional.

Lima, 7 de março de 2005”

(texto original em espanhol)

“Declaración de la Comunidad Sudamericana de Naciones sobre la situación de Bolivia

La I Reunión de Vice Ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Sudamericana de Naciones ha solicitado al Canciller del Perú, Embajador Manuel Rodríguez Cuadros, en su calidad de Secretario Pro-Tempore de la Comunidad, hacer llegar al Presidente de Bolivia, Dr. Carlos Mesa Gisbert, su más firme respaldo en el objetivo de mantener y consolidar la institucionalidad democrática en Bolivia y encontrar una solución a la crisis que vive en estos momentos este hermano país, que marque el inicio de la conciliación nacional.

Lima, 7 de marzo de 2005”

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Etiópia - Comunicado Conjunto (8 de março de 2005)

(Versão em português do original em inglês)

O Ministro das Relações Exteriores da

República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho à Etiópia de 7 a 9 de março de 2005, acompanhado de delegação integrada por funcionários governamentais e empresários. Durante sua visita, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro foi recebido pelo Senhor Ato Seyoum Mesfin, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Democrática da Etiópia, e manteve amplas discussões sobre assuntos bilaterais e multilaterais de interesse.

Os Ministros concordaram em que é necessário aprofundar as relações bilaterais, em consonância com os interesses mútuos dos dois países. O Ministro Seyoum Mesfin expressou satisfação com a reabertura da Embaixada do Brasil em Addis Abeba, que permitirá contatos conducentes ao estabelecimento de projetos e iniciativas de cooperação que promoverão sólida parceria entre o Brasil e a Etiópia nas áreas de agricultura, saúde, educação e outras.

Os Ministros ressaltaram a relevante contribuição cultural da África para a formação do povo brasileiro e o fato de o Brasil possuir a maior população de afro-descendentes fora do continente africano. Consideraram, desse modo, a cooperação bilateral instrumento relevante para preservar esses valores comuns.

Os Ministros concordaram quanto à necessidade de aumentar os contatos entre companhias brasileiras e etíopes, visando a gerar melhor conhecimento recíproco das oportunidades de negócio, que devem ajudar a fortalecer os laços econômicos e comerciais entre o Brasil e a Etiópia. A presença de empresários como integrantes da Delegação que acompanhou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil em sua visita à Etiópia é, por si só, clara demonstração dos esforços para atingir essa meta.

No plano multilateral, os dois Ministros concordaram sobre a necessidade de fortalecer a cooperação Sul-Sul.

No tocante às relações com o continente

africano, o Ministro brasileiro ressaltou a necessidade de cooperar com os países africanos e, em particular, com a Etiópia.

O Ministro Celso Amorim salientou o fato de que Addis Abeba sedia a Comissão da União Africana, que desempenha papel fundamental na busca de soluções para problemas relativos à paz e ao desenvolvimento do continente, bem como na integração dos países africanos. Os dois Ministros conclamaram a comunidade internacional a cooperar decididamente para o êxito da missão da União Africana.

Os Ministros concordaram quanto à importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

Os Ministros sublinharam a importância do multilateralismo no tratamento dos desafios da pobreza e da segurança, para todos, com ênfase especial no papel das Nações Unidas. Reiteraram seu apoio à reforma da Organização e, especialmente, à expansão do Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo e legítimo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes.

O Ministro Celso Amorim, em nome de sua Delegação, agradeceu o Ministro Seyoum Mesfin pela generosa hospitalidade e convidou seu anfitrião a realizar visita oficial ao Brasil.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Bolívia, Carlos Mesa Gisbert (9 de março de 2005)

Reproduz-se, a seguir, mensagem encaminhada hoje, 9 de março, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Bolívia, Carlos Mesa Gisbert:

“Querido amigo,

Sua confirmação como Presidente da Bolívia foi lograda de forma altamente democrática e graças a uma ampla convergência de opiniões entre o Governo e o Congresso bolivianos. Isso nos enche de alegria e confiança quanto ao futuro do país e de

nossas relações.

Felicito o povo irmão da Bolívia, em meu nome e no do povo brasileiro, e reitero a segurança de que o Brasil será parceiro da Bolívia em busca de nossas aspirações comuns pela integração da América do Sul, pelo desenvolvimento e prosperidade de nossos países e pelo bem-estar de nossos povos, com inclusão social, paz e democracia.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Moçambique - Comunicado Conjunto (11 de março de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Maputo nos dias 9 e 10 de março de 2005.

Durante sua estadia, foi recebido pelo Senhor Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, pela Senhora Luísa Dias Diogo, Primeira Ministra, e pela Senhora Alcinda António de Abreu, Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

O Ministro das Relações Exteriores fez entrega de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que convida o Chefe de Estado de Moçambique a visitar oficialmente o Brasil, em data a ser mutuamente acordada.

A visita do Ministro Celso Amorim permitiu a ambos os Governos examinar questões regionais e globais de mútuo interesse, bem como a evolução das relações entre Brasil e Moçambique.

Os dois Governos reafirmaram o compromisso de trabalharem conjuntamente para o combate à fome e à pobreza, e continuarem a unir esforços em prol do desenvolvimento sustentável.

Reafirmaram ainda a determinação dos dois países de contribuir para o pleno cumprimento das metas aprovadas na Declaração do Milênio.

Enfatizaram o papel das Nações Unidas e a importância do multilateralismo na manutenção da paz

e da segurança mundiais. Reiteraram o seu apoio ao fortalecimento da Assembléia Geral e do Conselho Econômico Social (ECOSOC) e a expansão do Conselho de Segurança, de forma a tornar este órgão mais representativo e legítimo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes. O Ministro Amorim expressou o agradecimento do Governo brasileiro ao importante apoio de Moçambique à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança.

As autoridades enalteceram o papel da União Africana (UA), em particular da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), na promoção do desenvolvimento e manutenção da democracia, justiça social e da proteção dos direitos humanos no continente. Na ocasião, o Ministro brasileiro realçou o papel importante que Moçambique vem desempenhando com vistas à afirmação da UA no contexto internacional.

Durante a visita, o Ministro Celso Amorim recordou a candidatura do Brasil para o posto de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em prol dos interesses dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais internacionais.

Os dois países acolheram com satisfação a decisão dos membros do MERCOSUL de iniciar negociações comerciais com os países em desenvolvimento membros da CPLP, conforme anunciado pelo Brasil na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP decorrida em 2004. Neste contexto, o Brasil reafirmou seu compromisso de organizar, no próximo mês de maio, em Genebra, um curso sobre negociações comerciais com a participação de dezoito representantes dos países em desenvolvimento da CPLP.

As autoridades dos dois países congratularam-se com a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que fortalece o papel do Escritório das Nações Unidas de Apoio à Guiné-Bissau (UNOGBIS). Reiteraram sua determinação de apoiar a normalização institucional da Guiné-

Bissau e registaram, com satisfação, o esforço que vem sendo empreendido pela CPLP em benefício daquele país-irmão.

Os dois Governos manifestaram satisfação pelo desenvolvimento do projeto PCI-Ntwanano, que visa a fortalecer a capacidade moçambicana no combate ao HIV/SIDA. No mesmo contexto, o Brasil informou sobre o início, em breve, do estudo de viabilidade técnica e financeira da fábrica de anti-retrovirais, a ser elaborado em parceria com a parte moçambicana.

Foi acordado que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do lado brasileiro, desenvolverá, conjuntamente com o Ministério da Saúde de Moçambique, programas de cooperação no domínio do ensino e da pesquisa em saúde, que compreenderão atividades de intercâmbio de pessoal acadêmico, científico e técnico, formação de docentes e investigadores e outras ações correlacionadas.

As altas autoridades congratularam-se pela decisão brasileira de impulsionar o Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (PROAFRICA).

Reafirmaram que o referido Programa poderá potencializar as ações previstas no Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado bilateralmente em 2003.

Os dois Governos felicitaram o compromisso da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) de incluir, no projeto de exploração do carvão de Moatize, diversos programas de desenvolvimento econômico e social em Moçambique.

Decidiram reativar a Comissão Mista, importante mecanismo de consulta e de avaliação da cooperação entre o Governo da República de Moçambique e a República Federativa do Brasil.

No final da visita, o Ministro Celso Amorim manifestou seu profundo agradecimento pela calorosa recepção e generosa hospitalidade que lhe foram reservadas, assim como a sua comitiva, e convidou a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique a visitar a República

Federativa do Brasil, convite que foi aceito com satisfação, devendo a data ser posteriormente definida pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim à Índia (16 de março de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará, nos dias 18 e 19 de março corrente, em Nova Delhi, de Reunião Ministerial do G-20, grupo que reúne países em desenvolvimento membros da OMC com especial interesse em agricultura. A reunião de Nova Delhi dará continuidade aos encontros mantidos em Cancún, Brasília e São Paulo e terá por objetivo aprofundar a coordenação dos países do G-20 para a adoção de estratégias conjuntas durante a próxima Conferência Ministerial da OMC, a realizar-se em Hong Kong no fim deste ano.

O Ministro Celso Amorim participará, também, da cerimônia de assinatura dos Anexos ao Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia. O texto principal deste Acordo foi assinado por ocasião da visita do Presidente Lula à Índia, em janeiro de 2004. Com a assinatura dos Anexos, o Acordo poderá ser submetido aos trâmites domésticos necessários para sua internalização nos países do MERCOSUL e na Índia e, em seguida, entrará em vigor. O Acordo prevê a concessão de margens de preferência sobre as tarifas de cerca de 900 produtos em diversos setores das economias do MERCOSUL e da Índia.

O Ministro Amorim participará, ainda, de Reunião do IBAS (Fórum Índia-Brasil-África do Sul) sobre questões econômico-comerciais. Serão examinados, entre outros temas, a expansão do comércio entre os três países, promoção de investimentos, transferência de tecnologia, aprimoramento de linhas de transporte e cooperação econômica. O encontro dará seguimento às discussões realizadas por ocasião II Reunião da Comissão Mista do IBAS, realizada na Cidade do

Cabo, de 7 a 11 de março.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Ministro Celso Amorim ao Representante de Comércio designado dos Estados Unidos (18 de março de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, enviou hoje a seguinte mensagem ao Senhor Robert Portman, Representante de Comércio designado dos Estados Unidos:

(Versão em português)

“Prezado Colega,

Tendo sido informado em Nova Delhi, onde participo de Reunião Ministerial do G-20 sobre as negociações da Rodada de Doha, da sua designação pelo Presidente Bush como novo Representante de Comércio dos Estados Unidos, congratulo-o e formulo meus melhores votos de êxito no seu novo cargo.

Estou certo de que trabalharemos de forma construtiva sobre todos os assuntos comerciais nos planos bilateral, regional e global. Em particular, espero muito desenvolver estreita colaboração para uma conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha no contexto da OMC, bem como assegurar progressos nas negociações da ALCA, com base no marco de trabalho acordado em Miami. A esse respeito, é meu entendimento que contatos estreitos e diretos entre o Mercosul e os Estados Unidos, voltados para acesso a mercado, seriam muito úteis. Espero termos em breve a oportunidade de discutir esses e outros assuntos.

Cordialmente,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores do Brasil”

Comunicado à imprensa sobre a preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul - Argel (21 de março de 2005)

O Ministro Celso Amorim participará, nos dias 22 e 23 de março corrente, em Argel, da XVII Cúpula da Liga dos Estados Árabes. Trata-se da primeira oportunidade em que um Chanceler brasileiro

é convidado a participar de uma Reunião de Cúpula da Liga. A participação do Ministro Celso Amorim visa fundamentalmente a discutir com os Chefes de Estado e de Governo da Liga Árabe o estado da preparação da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul, que se realizará em Brasília nos dias 10 e 11 de maio próximo por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nos dias 24 e 25 de março, o Ministro Celso Amorim co-presidirá, em Marraqueche, Reunião Ministerial preparatória à Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul, com a presença de homólogos das duas regiões. A Reunião é a segunda a ser realizada em nível de Chanceleres para a preparação da Cúpula: a primeira teve lugar em Nova York, em setembro de 2004.

A proposta fundamental da Cúpula é promover mecanismo de aproximação bi-regional no âmbito da cooperação Sul-Sul e estimular a cooperação entre duas regiões com afinidades históricas, que enfrentam desafios semelhantes em relação à promoção do desenvolvimento.

Além do diálogo político bi-regional, a Cúpula incluirá em sua agenda temas como cooperação econômica e comercial, cooperação cultural, cooperação científico-tecnológica, coordenação em foros multilaterais econômicos e comerciais e colaboração em temas sociais e de desenvolvimento.

Comunicado à imprensa sobre o Grupo dos 4 e o relatório “Uma Liberdade mais Ampla – Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos”, do Secretário-Geral das Nações Unidas (21 de março de 2005)

Foi publicado hoje o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, com propostas para uma reforma abrangente da Organização.

O relatório, intitulado “Uma Liberdade mais Ampla: Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos” (o texto do relatório

está disponível na página www.un.org/largerfreedom), propõe revitalizar a Organização das Nações Unidas e o sistema multilateral com base em três objetivos comuns e inter-relacionados: desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos. Com esse fim, propõe uma série de mudanças institucionais na Organização, inclusive a reforma e expansão do Conselho de Segurança, com o acordo mais amplo possível.

As reformas devem ser aprovadas até a realização do Primeira Cúpula de Alto Nível para Revisão Quinquenal da Declaração do Milênio (Nova York, 14 a 16 de setembro de 2005). No entanto, a decisão sobre a reforma do Conselho de Segurança deve ser tomada antes da Cúpula, como propõe Kofi Annan, para fornecer impulso decisivo ao processo abrangente de reforma. Como apontou Kofi Annan, não se pode mais adiar a decisão sobre esse tema.

Os países do Grupo dos 4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), que reúne os Estados que se declararam prontos a assumir os direitos e deveres inerentes à condição de membro permanente do Conselho de Segurança, divulgaram hoje o seguinte comunicado a respeito do relatório do Secretário-Geral Kofi Annan:

“Brasil, Alemanha, Índia e Japão consideram bem-vindo o relatório do Secretário-Geral “Uma Liberdade mais Ampla – Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos”. O Grupo dos 4 saúda o relatório como mais um sinal da forte liderança do Secretário-Geral na promoção de um sistema multilateral que habilitará a comunidade internacional a enfrentar, de modo eficaz, os desafios do século XXI.

O Grupo dos 4 apóia plenamente o apelo por uma abordagem abrangente para a reforma. As ameaças de hoje estão inter-relacionadas. Um desafio individual é um desafio coletivo.

Brasil, Alemanha, Índia e Japão compartilham a opinião do Secretário-Geral de que as Nações Unidas são o foro apropriado para confrontar, de forma coletiva, as ameaças que enfrentamos atualmente. Ao mesmo tempo, é verdade que suas

instituições precisam ser adaptadas para refletir as realidades políticas atuais.

Esta afirmação é especialmente válida com relação ao Conselho de Segurança. O Secretário-Geral, a esse respeito, é muito claro e o Grupo dos 4 apóia plenamente suas propostas de que:

“Os Estados membros deveriam concordar em tomar uma decisão sobre esta importante matéria antes da Reunião de Cúpula de setembro de 2005”.

“Seria preferível que os Estados membros tomem esta decisão vital por consenso, mas, se não for possível, isto não deverá tornar-se uma desculpa para adiar ação”.

Debates na Assembléia Geral ao longo dos últimos meses têm demonstrado que uma maioria clara de países é a favor de uma reforma do Conselho de Segurança com base no Modelo A, ou seja, a favor da expansão em ambas as categorias de membros - permanentes e não-permanentes - ao incluir tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. A África também precisa estar representada em ambas as categorias de membros.

Nas próximas semanas, portanto, Brasil, Alemanha, Índia e Japão estão dispostos a trabalhar em conjunto com todos os Estados membros, com o Presidente da Assembléia Geral, assim como com os seus facilitadores, no sentido de alcançar acordo sobre esta importante questão. O Grupo dos 4 espera que, com o apoio da grande maioria dos membros, venha a ser possível adotar uma resolução sobre a reforma do Conselho de Segurança até meados deste ano. Após mais de uma década de discussão, as Nações Unidas finalmente precisam fazer com que a reforma aconteça.

Segunda-feira, 21 de março de 2005.”

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Presidente da República Democrática do Congo, Jean Pierre Mbemba Gombo (22 de março de 2005)

Encontra-se em Visita Oficial ao Brasil, de 21 a 24 de março, o Vice-Presidente da República

Democrática do Congo (RDC), Jean Pierre Mbemba Gombo, que se faz acompanhar dos Vice-Ministros do Planejamento, e das Minas e Cooperação, e de delegação de 20 integrantes, composta por assessores econômicos, jornalistas, diplomatas e funcionários da Embaixada congoleza em Brasília.

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Financeiros na RDC e um dos quatro Vice-Presidentes que compõem o Governo de Transição chefiado pelo Presidente Joseph Kabila, Mbemba Gombo tem experiência empresarial e é especialista em temas econômico-financeiros, havendo contribuído, de forma importante, para o programa de estabilidade econômica que vem sendo implementado em seu país, em coordenação com a comunidade financeira internacional.

Durante sua permanência de dois dias em Brasília (21 e 22 de março), o Vice-Presidente da RDC manteve encontros com o Senhor Vice-Presidente da República José Alencar; os Ministros de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e de Minas e Energia; o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; autoridades do Itamaraty, e representantes do meio empresarial brasileiro. Em São Paulo, está agendada visita à sede da FIESP.

A visita do Vice-Presidente Jean Pierre Mbemba Gombo tem por objetivo dar continuidade ao processo de revitalização das relações Brasil-RDC, que se insere tanto na prioridade conferida pelo Governo Lula da Silva às relações do Brasil com a África.

A RDC vem tendo uma experiência favorável de pacificação interna e de recuperação econômica, com o apoio das Nações Unidas e da comunidade internacional. Nesse contexto, a reabertura da Embaixada do Brasil em Kinshasa, em dezembro último, constitui medida voltada para ampliar os contatos e a cooperação entre o Brasil e a RDC.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará o Marrocos, no dia 26 de março corrente, na sequência da realização

da II Reunião Ministerial Preparatória da Cúpula de Chefes de Estados e de Governo dos Países Árabes e da América do Sul.

No dia 26, o Ministro Celso Amorim se reunirá em Marraqueche com o Chanceler marroquino, Mohammed Benaïssa. Os dois Chanceleres darão seguimento à discussão dos temas da agenda bilateral, incluindo a cooperação nas áreas de habitação e de recursos hídricos. Os dois Chanceleres examinarão, igualmente, o andamento das negociações para a assinatura do texto principal de Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e o Marrocos, como etapa subsequente ao Acordo-Quadro entre o Mercosul e o Marrocos, assinado durante a visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, em novembro de 2004.

As iniciativas de cooperação entre os dois países têm progredido e as visitas de autoridades marroquinas ao Brasil e de missões brasileiras ao Marrocos têm sido freqüentes nos últimos anos. Antes da visita do Rei Mohammed VI, o Chanceler Mohammed Benaïssa havia visitado o Brasil em abril de 2004. Durante a visita do Rei, foram assinados, além do Acordo-Quadro entre o Mercosul e o Marrocos, Acordo de Cooperação entre as Academias Diplomáticas e Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana na Venezuela (24 de março de 2005)

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), Alvaro Uribe (Colômbia) e José Luis Zapatero (Espanha) deverão encontrar-se em Ciudad Guayana, na Amazônia venezuelana, no dia 29 de março corrente.

Desde a visita do Presidente Lula a Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, estava previsto encontro presidencial tripartite - Brasil, Colômbia e Venezuela – com o objetivo de fortalecer os vínculos entre os três países e de examinar alternativas de cooperação com a Colômbia, no contexto do combate ao narcotráfico e

ao crime organizado transnacional. Posteriormente, o Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, foi convidado a participar.

Além de fortalecer os vínculos de cooperação, especialmente no que se refere a projetos de desenvolvimento e de atenção às necessidades sociais das populações fronteiriças diretamente afetadas por situações de conflito e pelo narcotráfico, os quatro mandatários tratarão do fortalecimento dos canais de diálogo político entre os seus Governos e da promoção de iniciativas de integração.

Nesse sentido, deverão aprovar Programa de Ação voltado para o fortalecimento do diálogo e da coordenação política, o combate ao narcotráfico e ao tráfico ilícito de armas, a integração econômica e comercial e a criação de infra-estrutura física de transportes, energia e comunicações na América do Sul.

Os Presidentes deverão também tratar de questões da agenda regional e internacional, como a reforma das Nações Unidas, o combate à fome e à pobreza, o diálogo de civilizações, a Comunidade Sul-americana de Nações e as Conferências Ibero-americanas. A agenda do encontro prevê, também, o exame de questões de segurança regional, comércio, investimentos, infra-estrutura, turismo e cooperação.

O encontro de Ciudad Guayana oferecerá, ainda, oportunidade para que os Presidentes Lula e Chávez passem em revista o estágio de implementação das iniciativas acordadas no âmbito da aliança estratégica lançada durante a visita presidencial a Caracas no dia 14 de fevereiro último.

Comunicado à imprensa sobre o Contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Européias a respeito da classificação aduaneira de cortes de frango salgado - Entrega do relatório final do Painel às Partes (24 de março de 2005)

O Brasil recebeu hoje, 24 de março de 2005, o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examinou a reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado

pelas Comunidades Europeias. Uma vez que o relatório foi entregue às Partes do contencioso (Brasil e Tailândia como demandantes, e UE como demandada) em caráter confidencial, o Governo brasileiro não se pronunciará sobre seu conteúdo. Não obstante, é possível indicar que o Brasil observou, com grande satisfação, que o painel manteve a essência das conclusões de seu relatório preliminar, de 17 de fevereiro de 2005. A circulação do relatório final para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização.

O painel – integrado por Hugh McPhail (Nova Zelândia), Elisabeth Chelliah (Cingapura) e Manzoor Ahmad (Paquistão) – foi estabelecido em novembro de 2003, a pedido de Brasil e Tailândia. China e Estados Unidos participaram dos procedimentos do painel na condição de terceiras Partes interessadas.

O contencioso foi iniciado em 2002 em decorrência da publicação da Resolução N° 1223/02 das Comunidades Europeias, que alterou a classificação aduaneira de cortes de frango salgado na nomenclatura combinada comunitária e determinou, como consequência, o aumento da tarifa de importação para o produto brasileiro. A partir dessa reclassificação, os cortes de frango salgado do Brasil, que vinham sendo importados pelas Comunidades Europeias sob o código 0210.99.39 (carne salgada), passaram a ser classificados sob o código 0207.14.10 (frango congelado) da nomenclatura comunitária.

A medida europeia afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgado ao determinar, na prática, aumento da tarifa de importação do produto de 15,4% ad valorem para 1.024 euros/tonelada (aproximadamente 75% em termos ad valorem). No entendimento do Brasil, a Resolução n° 1223/02 fere o disposto no artigo II do GATT/1994, uma vez que estaria sendo dado ao frango salgado brasileiro tratamento menos favorável que aquele previsto na lista (“schedule”) dos

compromissos comunitários assumidos na OMC.

A estimativa da ABEF é de que, por força da medida comunitária de 2002, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofreram redução de 80%, representando, aproximadamente, US\$ 300 milhões em exportações não realizadas por ano, desde então.

Informações adicionais

A) A medida comunitária

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias editaram a Resolução n° 1223/02, que alterou a definição do produto corte de frango desossado e congelado do código 0207.14.10 da Nomenclatura comunitária (Combined Nomenclature – CN). A nova classificação aduaneira afetou as exportações brasileiras de carne de frango salgada e congelada, que antes da medida eram classificadas sob o código CN 0210.99.39 (outras carnes salgadas, em salmoura, secas ou defumadas) e estavam sujeitas ao pagamento de tarifa de 15,4% em termos “ad valorem”. A tarifa de importação europeia para produtos do código CN 0207.14.10 é de 1.024 euros/tonelada, o que equivale a tarifa de importação de 75% ad valorem aproximadamente.

B) Consultas na OMC

O Brasil buscou, em repetidas ocasiões, solução mutuamente satisfatória para o contencioso, inclusive em consultas formais ao amparo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) da OMC, realizadas em dezembro de 2002 e março de 2003. A Tailândia, outro importante fornecedor de carne de frango salgada para o mercado europeu, também realizou consultas com as CE sobre o mesmo tema em maio de 2003.

Apesar dos esforços de Brasil e Tailândia, não foi possível chegar a solução mutuamente satisfatória, e os dois países decidiram solicitar ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC o estabelecimento de painel, o que ocorreu em novembro de 2003.

A partir dessa data foram realizadas várias reuniões entre as Partes com o objetivo de selecionar

nomes para compor o painel. Não foi possível, no entanto, chegar a um consenso sobre a seleção dos painelistas, motivo pelo qual os co-demandantes recorreram ao Diretor-Geral da OMC para a indicação dos nomes, o que ocorreu em 28 de junho de 2004. Após o processo de composição, o painel realizou duas audiências com as Partes nos meses de setembro e novembro de 2004.

Em 17 de fevereiro de 2005, o painel divulgou às Partes seu relatório preliminar e confidencial. O relatório final do painel foi entregue às Partes em 24 de março de 2005. A circulação do documento para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização.

C) O pleito do Brasil:

O Brasil entende que, como consequência da Resolução nº 1223/02, o comércio de carne de frango salgada para as CE passou a receber tratamento menos favorável que aquele estabelecido pelos compromissos tarifários comunitários perante a OMC (Schedule LXXX), o que está em desacordo com o Artigo II:1(a) e (b) do GATT 1994.

D) Os prejuízos sofridos

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF) estima que, por força da medida de 2002 da Comissão, as exportações brasileiras de cortes de frango salgado para a Europa sofreram redução em 80%, o que representaria US\$ 300 milhões em exportações não realizadas por ano, aproximadamente, desde então.

E) Próximas etapas

A circulação do relatório final do painel para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização: inglês (versão já existente), espanhol e francês. O prazo para a tradução do relatório foi estimado pelo Secretariado em dois meses. Transcorridos 20 dias após sua “circulação” entre os Membros, o relatório final do painel será levado à consideração do Órgão de Solução de

Controvérsias (OSC) da OMC para sua adoção, em prazo não superior a 60 dias contados a partir da data de “circulação”. As Partes podem recorrer ao Órgão de Apelação a qualquer momento antes da adoção do relatório do painel pelo OSC. Como regra geral, os procedimentos da apelação devem ser concluídos em 60 dias, podendo chegar a 90 dias em casos excepcionais.

Comunicado à imprensa sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Comores (25 de março de 2005)

Em encontro realizado por ocasião da reunião preparatória da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizado hoje, dia 25 de março, em Marraqueche, Marrocos, o Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores e o Senhor Mohamed El-Amine, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Comores, assinaram ato pelo qual foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países.

Comunicado à imprensa sobre a cerimônia de lançamento do II Festival América do Sul (29 de março de 2005)

Terá lugar, no dia 29 de março de 2005, às 19 horas, no Palácio Itamaraty, cerimônia de lançamento do II Festival América do Sul, a ser presidida pelo Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, com a presença do Senhor José Orcírio Miranda dos Santos, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Durante o Festival, promovido pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá, no período de 21 a 28 de maio de 2005, serão apresentadas atividades culturais no âmbito da música, das artes cênicas, do artesanato, do cinema e das artes plásticas, bem como seminários, painéis e palestras destinados a fomentar o intercâmbio cultural entre os países sul-americanos e a estimular a integração regional.

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, ao Brasil (31 de março de 2005)

O Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Ramón Vázquez Rosas, fará Visita de Estado ao Brasil, no dia 1º de abril de 2005, acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, Reinaldo Gargano, do Ministro de Pecuária, Agricultura e Pesca, José Mujica, do Ministro de Indústria, Energia e Mineração, Jorge Lepra, e de outras autoridades do novo Governo uruguaio.

Trata-se da primeira visita ao exterior feita pelo Presidente Tabaré Vázquez desde que assumiu a Presidência do Uruguai. O Presidente Lula compareceu à posse do Presidente Tabaré Vázquez em 1º de março passado.

Durante a visita, os dois Presidentes tratarão, com especial ênfase, do fortalecimento do MERCOSUL, da consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações e da realização da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes.

Os dois Presidentes deverão anunciar a reativação da Comissão Geral de Coordenação em nível de Ministros das Relações Exteriores, a intensificação dos mecanismos de coordenação entre as duas Chancelarias e o estabelecimento de Comissão de acompanhamento de questões comerciais.

Serão mantidos entendimentos no sentido de intensificar os projetos de integração da infra-estrutura física de transportes, energia e comunicações entre os dois países. O Brasil tenciona acelerar os entendimentos relativos à construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e de nova linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países.

Os dois países buscarão, igualmente, intensificar os fluxos de comércio e a interação de suas cadeias produtivas. O comércio bilateral no ano passado somou cerca de US\$ 1 bilhão e teve comportamento relativamente equilibrado. Na área de investimentos e integração produtiva, os dois

Presidentes inauguraram, em 2 de março, na cidade de Paysandu, a maltaria da AMBEV, cujos investimentos no Uruguai geram novos empregos diretos e indiretos no campo, na logística e no transporte de cevada e malte.

O programa da Nova Agenda de Cooperação de Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai deverá receber impulso renovado nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e saneamento, bem como em matéria de cooperação policial e judicial.

Está prevista a assinatura de acordos nas áreas de energia, cooperação técnica, comunicação e institutos de educação binacionais fronteiriços.

Além dos laços pessoais de amizade que unem os Presidentes Lula e Tabaré Vázquez, os dois mandatários compartilham os ideais políticos de construção de sociedades mais justas e democráticas e, em particular, a determinação de enfrentar os problemas sociais, buscando reduzir a pobreza e a desigualdade nos respectivos países. Nesse marco, o Governo brasileiro manifestou a disposição de cooperar com a implementação do Plano de Emergência Social apresentado pelo novo Governo uruguaio.

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, ao Brasil - Comunicado Conjunto (1º de abril de 2005)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez, realizou visita de Estado ao Brasil no dia 1º de abril de 2005.

O Presidente Tabaré Vázquez esteve acompanhado pelo Ministro das Relações Exteriores, Reinaldo Gargano, pelo Ministro de Pecuária, Agricultura e Pesca, José Mujica, e pelo Ministro de Indústria, Energia e Mineração, Jorge Lepra.

A visita marcou, no mais elevado nível político, o ponto de partida de uma nova etapa das relações entre o Brasil e o Uruguai, caracterizada pelo estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre duas nações irmãs.

O Presidente Lula registrou que a eleição do Presidente Tabaré Vázquez foi um fato altamente positivo e que aponta para a consolidação da América do Sul como espaço democrático, para o fortalecimento do MERCOSUL em todas as suas dimensões e para a intensificação do espírito de unidade em nossa região, onde prevalecem hoje governos fortemente comprometidos com a promoção da justiça social e do crescimento econômico sustentado. Além de refletir expectativas de mudança e de realizações concretas em benefício do povo uruguaio, a assunção do novo Governo uruguaio fortalece as convergências políticas e o clima de entendimento entre dois países vizinhos e amigos.

O Presidente Vázquez agradeceu tais afirmações e ratificou seu compromisso com os princípios de amizade, cooperação e integração regional assinalados, assim como em relação à necessidade de implementar mecanismos específicos para a melhoria da qualidade de vida dos povos. Ao mesmo tempo, enfatizou que faz suas as afirmações do Presidente Lula relativas à consolidação da América do Sul como um espaço democrático, ao fortalecimento do MERCOSUL em todas as suas dimensões e à intensificação do espírito de unidade em nossa região.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso de seus Governos com os valores democráticos e o empenho na luta pelo desenvolvimento econômico e social, com ênfase no combate sem tréguas à fome e à pobreza.

Com vistas a aprimorar o diálogo político bilateral, os Presidentes decidiram intensificar o intercâmbio de visitas mútuas de alto nível, o que proporcionará uma dinâmica renovada de trabalho entre os dois Governos. Decidiram reativar as reuniões da Comissão Geral de Coordenação, em nível de Ministros das Relações Exteriores. Da mesma forma, resolveram constituir um mecanismo de consultas e concertação política em nível de Vice-Ministros das Relações Exteriores, dedicado à análise conjunta de temas da agenda bilateral e multilateral de interesse comum.

Os Presidentes comprometeram-se a dar seqüência aos esforços de cooperação e, para tanto, decidiram implementar iniciativas inovadoras que enriqueçam ainda mais sua longa história de convivência fraterna.

Os Presidentes decidiram promover o apoio mútuo à implementação dos programas sociais de seus Governos, com a participação ativa da sociedade civil. Nesse sentido, será estabelecido um programa de visitas das autoridades da área social. O Presidente Lula colocou à disposição do Presidente Vázquez a experiência brasileira na gestão de programas sociais como o Programa Fome Zero, o programa de crédito vinculado, habitação popular, programas de apoio à micro-empresa desenvolvidos pelo SEBRAE, e outras atividades capazes de gerar formas de cooperação na implementação do Plano de Atenção Nacional à Emergência Social (PANES), o que foi agradecido pelo Presidente Vázquez.

Os Presidentes reafirmaram que a promoção dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero constitui um dos eixos prioritários de seus respectivos programas de governo. Coincidiram quanto à necessidade de fortalecer a cooperação bilateral, regional e do MERCOSUL nessa matéria, particularmente quanto ao intercâmbio de informações e experiências tanto sobre o presente como em relação ao passado recente, assim como de promover a educação, a divulgação e a conscientização de seus povos nesta área. Da mesma forma, os Presidentes ressaltaram a importância de conjugar esforços entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai.

Os Presidentes reafirmaram a prioridade do MERCOSUL para ambos os países como instrumento de desenvolvimento e reconheceram a necessidade imperiosa de promover seu fortalecimento político e institucional. Nesse contexto, apoiaram a proposta de criação do Parlamento do MERCOSUL, mediante eleições diretas, no entendimento de que tal iniciativa

implicará maior envolvimento e participação dos cidadãos dos quatro Estados Partes no processo decisório do bloco. Dessa forma, concordaram quanto à necessidade de fortalecer o conjunto da estrutura institucional do MERCOSUL.

Os Presidentes ressaltaram que o MERCOSUL constitui a principal plataforma para a inserção de seus Estados Partes na economia global, bem como para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus povos. Assinalaram o firme compromisso de seus Governos em assegurar o aumento dos fluxos comerciais, mediante a eliminação de restrições, a fim de alcançar a livre circulação de bens e consolidar a União Aduaneira, tendo presente o objetivo maior da constituição de um Mercado Comum.

Os Presidentes acordaram que no processo de consolidação do MERCOSUL devem ser tidas em conta as assimetrias existentes entre as economias dos Estados Partes, pelo que deverão ter continuidade os esforços para atender essa realidade.

Ressaltaram que, nas negociações com terceiras partes, o MERCOSUL deve sempre visar a objetivos concretos que contemplem de forma equilibrada as necessidades e peculiaridades de todos os seus integrantes, mantendo e aprofundando a competitividade dos setores produtivos dos países do bloco. A projeção externa adquirida pelo MERCOSUL como agrupamento político e comercial se reflete em sua intensa agenda de negociações externas com outros países e agrupamentos como a União Européia, o Canadá, a Índia, o México, o Japão, a China, a SACU, a Caricom, a Comunidade Andina, e a SICA.

Nesse contexto, os Presidentes ressaltaram o interesse mútuo na conclusão das negociações do Acordo de Associação Inter-Regional com a União Européia.

Diante dos desafios da Rodada de Doha e das demais negociações comerciais externas do MERCOSUL, ressaltaram o objetivo permanente de fortalecer a coesão interna do bloco regional e seu

desenvolvimento de forma sustentável. Os Presidentes ressaltaram a importância de que o MERCOSUL atue sempre de forma coordenada, procurando adotar posições comuns nas negociações econômico-comerciais internacionais, em particular no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Essas negociações, para alcançar resultados equilibrados e equitativos, devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países.

O Presidente Lula saudou com grande entusiasmo a incorporação do Uruguai ao G-20. Os dois Presidentes reafirmaram a importância da unidade do G-20 e determinaram trabalhar em coordenação compatível com os objetivos do Grupo.

Os Presidentes reconheceram igualmente a necessidade de manter a estreita coordenação de posições do MERCOSUL no processo para a conformação da ALCA.

Os Presidentes reconheceram que uma maior integração do MERCOSUL requer a intensificação das atividades de coordenação macroeconômica entre os Estados partes, reforçando a estabilidade e o crescimento equitativo e sustentável das economias dos países do bloco.

Os Presidentes destacaram a importância de promover a complementação produtiva no MERCOSUL como forma de melhorar o intercâmbio tecnológico, promover a inovação e reforçar a competitividade do bloco na economia mundial, a partir do desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e de serviços dos países membros.

Os Presidentes assinalaram igualmente a conveniência de que o MERCOSUL, ao definir marcos normativos comuns, tenha como objetivo fortalecer a capacidade de formulação e execução de políticas públicas no âmbito do bloco.

Ao notarem com satisfação a comunhão de interesses e propósitos dos Governos da região, os Presidentes reconheceram que a conjuntura atual oferece oportunidades sem precedentes para avançar na construção de uma América do Sul integrada, próspera, socialmente justa e com maior

voz e presença no mundo. Para atingir esse objetivo, comprometeram-se a trabalhar conjuntamente no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), transformando-a num foro dinâmico e propulsor de iniciativas para a integração do continente, nos termos da Declaração de Cuzco de 08 de dezembro de 2004.

Os Presidentes sublinharam a importância de que os países da América do Sul fortaleçam seus vínculos políticos, comerciais e de cooperação com os demais países em desenvolvimento. Expressaram, nesse contexto, sua satisfação com a realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a realizar-se em Brasília, de 10 a 11 de maio de 2005, e manifestaram seu empenho em assegurar o êxito dessa iniciativa.

Os Presidentes ressaltaram que a integração física deve receber especial ênfase nos esforços de integração da América do Sul, tendo em vista que o desenvolvimento da infra-estrutura é imprescindível para a recuperação econômica regional não só por gerar o imediato incremento da atividade produtiva, mas também por criar novas oportunidades de negócios e habilitar para exportação produtos que, em razão dos elevados custos de transporte, deixam de integrar a pauta de comércio exterior dos países.

Os Presidentes decidiram selecionar projetos específicos de fortalecimento da infra-estrutura física de transportes, energia e comunicações entre os dois países que deverão ser implementados em um esforço comum. Nesse sentido, determinaram a conclusão, nos próximos 60 dias, de entendimentos entre as autoridades de transportes e de financiamento dos dois Governos.

O Presidente Lula mencionou a possibilidade de financiamentos do BNDES e do PROEX na exportação de bens e serviços para projetos de infra-estrutura no Uruguai. Os dois Presidentes manifestaram a intenção de promover a utilização de mecanismos tais como o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI (CCR) para facilitar as relações econômicas recíprocas.

Os Presidentes decidiram que deverão ser

retomados, em um prazo não maior de 60 dias, trabalhos da Comissão Mista Binacional de Licitação da Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão e recuperação da Ponte Barão de Mauá. Os estudos de viabilidade da segunda ponte deverão iniciar-se no mais breve prazo possível e incluir alternativas operacionais na malha viária capazes de ampliar o volume de tráfego.

Os Presidentes assinalaram que ambos os Governos deverão igualmente dar seguimento a projetos concretos na área de transportes ferroviários e hidroviários, com especial ênfase na consecução dos projetos relativos ao Terminal de Grãos em Nova Palmira, no âmbito da dinamização da Hidrovia Paraguai-Paraná, e a revitalização da Ferrovia Rivera-Montevidéu, com atenção aos aspectos de sua interconexão com a malha brasileira.

Os Presidentes analisaram a associação VARIG-PLUNA e expressaram a disposição dos Governos brasileiro e uruguaio de aprofundá-la.

Os Presidentes manifestaram sua satisfação com o andamento da cooperação entre Brasil e Uruguai em matéria energética, cuja coordenação decidiram sistematizar em alto nível político através da criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente. Congratularam-se, nesse sentido, pela assinatura de um memorando de entendimento que cria tal Comissão, com o objetivo de, a curto, médio e longo prazos, avaliar e identificar as necessidades e interesses de ambos os países nos campos energético, geológico e de mineração, definindo iniciativas, providências e procedimentos para concretizar a cooperação mútua nesses campos. Baseada nos princípios de reciprocidade e de complementaridade e respeitando a legislação específica de cada país, essa Comissão terá seus participantes designados pelos Ministérios aos quais estão afeitas suas atividades em cada país, envolvendo geração de energia elétrica térmica e hidráulica, e outras fontes de energia, assim como no campo da geologia e da mineração, de interesse para ambos os países no que se refere à maior integração

energética e do setor de mineração.

Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com os entendimentos que têm permitido o fornecimento de energia brasileira ao Uruguai, bem como com o êxito de iniciativas relativas à transferência de conhecimentos nos campos de conservação energética e no tema de usinas elétricas emergenciais.

Os Presidentes recomendaram que a cooperação no campo energético inclua o estudo da construção de uma nova linha de transmissão de energia elétrica entre Brasil e Uruguai, bem como a conexão dos gasodutos uruguaios com o sistema gasífero no Brasil.

Os Presidentes manifestaram sua satisfação diante das perspectivas de acrescida cooperação entre a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a ANCAP e a UTE. Recomendaram também aprofundar atividades de cooperação tecnológica referentes a fontes alternativas de energia, tais como eólica, biomassa, pequenas usinas hidrelétricas, solar, biodiesel e álcool, privilegiando projetos que associam a geração de energia à agricultura, sobretudo familiar.

Os dois Presidentes salientaram a importância de fomentar a cooperação bilateral no campo da comunicação e da informação e se congratularam pela assinatura de um acordo de cooperação em matéria de comunicação entre os dois Governos com o propósito de promover o intercâmbio regular de conteúdos, troca de experiências e o fortalecimento institucional da cooperação nessa área.

Os Presidentes defenderam a integração de cadeias produtivas como forma não só de construir um espaço sul-americano comum, mas também de incrementar a competitividade internacional e a qualidade e o nível de emprego dos Estados Partes do MERCOSUL. Isso contribui para que mais valor seja agregado aos produtos dos países do bloco, devendo ter-se especialmente em conta os países com economias menores. Nesse sentido, congratularam-se com a inauguração das obras de ampliação de maltaria em Paysandú, à qual

compareceram juntos no dia 2 de março de 2005, como exemplo de investimento que amplia o fluxo comercial intra-bloco, promove a transferência de tecnologias, assegura e amplia o número de postos de trabalho e combate a desindustrialização de áreas do bloco.

Os Presidentes manifestaram sua satisfação pelos trabalhos da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, que passou a uma fase especialmente relevante com a entrada em vigor do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços. Resolveu-se, para benefício da população da fronteira, o problema dos “indocumentados” com a regulamentação dos respectivos documentos especiais de fronteira.

No âmbito da Nova Agenda, os dois Presidentes determinaram as seguintes ações:

a) estabelecimento de um mecanismo bilateral para decidir sobre os projetos da Nova Agenda e encaminhá-los, com o endosso dos dois Governos, aos organismos internacionais de financiamento, notadamente a Corporação Andina de Fomento (CAF), o FONPLATA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o exame das possibilidades de seu financiamento;

b) negociação de um acordo para regular o acesso da população fronteiriça aos sistemas de saúde dos dois lados da fronteira, bem como para permitir o uso integrado, equitativo e eficiente dos recursos médico-hospitalares da região;

d) imediata reativação dos trabalhos das Comissões Mistas Bilaterais da Lagoa Mirim e da Bacia do Rio Quaraí; e

e) execução dos projetos de Planos Diretores para os conurbanos de Santana do Livramento/Rivera e Jaguarão/Rio Branco.

Os Presidentes enfatizaram o papel da cooperação em matéria de educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e concordaram em fomentar a cooperação entre as instituições estatais competentes. Ainda no âmbito

da Nova Agenda, os dois Presidentes manifestaram sua satisfação com a assinatura do acordo para a criação das Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos.

Com vistas a aumentar a eficiência da ação policial nos dois países, em especial no que concerne aos delitos cometidos na zona fronteiriça, os Presidentes comprometeram-se a buscar a pronta aprovação, pelos respectivos poderes legislativos, do “Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos”, cuja implementação deverá ser objeto de coordenação permanente entre as respectivas autoridades.

O Presidente Tabaré Vázquez manifestou sua satisfação pela ampliação do leitorado mantido pelo Governo brasileiro na Universidade da República, que se constituirá, no corrente ano, em Núcleo de Estudos Brasileiros, servindo de espaço para a realização de seminários e cursos sobre a realidade brasileira. Ressaltaram que a projetada inauguração, em 2006, de um Mestrado em Língua Portuguesa e Cultura Brasileira na Universidade da República significa um passo extremamente positivo para as relações culturais e educacionais entre os dois países. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, felicitou o Governo uruguaio pela bem sucedida experiência das escolas bilíngües na zona de fronteira.

Os Presidentes instaram a pronta execução do Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas das Chancelarias de ambos os países, assinado em Montevideu em 21 de agosto de 2002, com vistas a contribuir para a capacitação dos funcionários das Chancelarias e para a consolidação do momento de convergência da política externa dos dois países.

Os Presidentes decidiram fortalecer o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Uruguaio, intensificando as ações conjuntas previstas no Acordo Básico, de 1975, e no Memorando de Entendimentos, de 2002. Nesse sentido, foram trocadas notas sobre o fortalecimento da cooperação institucional das entidades que se ocupam da

cooperação internacional. A parte brasileira ofereceu apoio aos estudos sobre cooperação em matéria de governo eletrônico.

Os Presidentes felicitaram-se pelos acordos firmados nesta ocasião com vistas a intensificar a cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA) e o Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI).

Os Presidentes ressaltaram a importância de estimular e promover intercâmbios entre as comunidades científicas de ambos países com vistas a fortalecer suas capacidades e seu potencial de desenvolvimento por meio de centros de pesquisa. Nesse contexto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o apoio do Brasil ao interesse do Uruguaio de ingressar como membro pleno do Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO) e manifestou a disposição de seu governo de cumprir de maneira imediata as formalidades necessárias para esse fim. Da mesma forma, o Presidente Lula congratulou-se com o Presidente Tabaré Vázquez pela instalação na cidade de Montevideu, no próximo mês de outubro, do Centro Regional do Instituto Pasteur, cujas atividades poderão contribuir de modo relevante para o progresso da cooperação regional em ciência e tecnologia na medida em que sejam articuladas no marco das atividades da RECYT.

Os Presidentes, com o objetivo de alcançar um maior desenvolvimento do intercâmbio comercial entre ambos os países, decidiram constituir um Mecanismo de Monitoramento do Comércio para promover o equacionamento expedito de questões específicas que possam prejudicar a fluidez do intercâmbio bilateral. Esse mecanismo deverá ser coordenado em nível de Vice-Ministro. O Presidente Lula indicou a disposição de examinar a possibilidade de participação de produtos alimentícios uruguaiois no programa de merenda escolar brasileiro.

Os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de imprimir novo impulso à presença de todos os países do MERCOSUL nas atividades de

promoção comercial conjunta. Nesse sentido, alentaram a participação do setor privado e dos organismos dedicados à promoção de investimentos no evento empresarial que se realizará paralelamente à Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e Países Árabes.

Os Presidentes enfatizaram o papel do turismo no processo de integração e na geração de empregos, concordando em fomentar o estudo de novas possibilidades de cooperação, especialmente no que se refere à consolidação de rotas turísticas conjuntas, à incorporação de novas localidades ao mercado turístico regional e ao turismo social.

O Presidentes saudaram a atual situação favorável ao incremento dos investimentos brasileiros no Uruguai, materializada nos setores de serviços, infra-estrutura, agropecuária e indústria, e à intensificação da presença empresarial uruguaia no Brasil, e incentivaram as associações entre pequenas e médias empresas dos dois países, bem como o fortalecimento dos instrumentos que favoreçam as cadeias produtivas binacionais. Celebraram a realização de investimentos da Petrobrás no Uruguai, por meio da aquisição da Conecta, bem como a possibilidade de expansão de operações nos setores petrolífero e gasífero.

Os Presidentes manifestaram o interesse pela reabertura do Banco do Brasil no Uruguai. Sobre o assunto, ressaltaram a importância da missão que o Banco do Brasil enviou a Montevideu no dia 29 de março, oportunidade em que foram mantidos contatos com representantes do Governo uruguaio e do sindicato de trabalhadores.

Os Presidentes ressaltaram a importância de assegurar a liberalização do comércio agrícola internacional, mediante a diminuição substancial de barreiras para o acesso dos produtos do MERCOSUL a terceiros mercados, a redução dos instrumentos de apoio doméstico e eliminação de subsídios a exportações agrícolas.

Os Presidentes assinalaram a importância da cooperação regional para a erradicação de epizootias,

tais como a febre aftosa, que prejudicam as economias do MERCOSUL. Congratularam-se com o êxito das atividades do Conselho Agrícola do Sul e de seus grupos de apoio. Reconheceram com satisfação o elevado nível de cooperação existente entre as autoridades sanitárias dos dois países. Enfatizaram a importância de que o intercâmbio comercial de produtos de origem animal entre os dois países se dê em bases mutuamente satisfatórias, de acordo com os padrões de sanidade animal reconhecidos internacionalmente.

Ao considerarem as possibilidades de diversificação da pauta das exportações uruguaias ao Brasil, os Presidentes reconheceram a importância do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) do Governo brasileiro e sugeriram a coordenação entre os organismos responsáveis pela promoção comercial nos dois países, com vistas ao aperfeiçoamento das ações propostas dentro daquela iniciativa.

Para tanto, determinaram a realização de rodadas de negócios a cada semestre, alternadamente no Brasil (São Paulo, Porto Alegre ou Belo Horizonte) e no Uruguai (Montevideu ou Punta del Este), com participação de empresários dos dois países. Essas rodadas de negócios deverão focalizar iniciativas nas áreas do comércio, dos investimentos e do turismo.

Ao avaliarem a conjuntura internacional, os Presidentes reiteraram seu firme compromisso com os princípios do Direito Internacional, com a solução pacífica dos conflitos, com a proteção e promoção dos direitos humanos, com a promoção do desenvolvimento econômico e da justiça social de forma sustentável e com o reforço do multilateralismo. Reafirmaram o papel central das Nações Unidas nas relações internacionais como o principal instrumento universal para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Os Presidentes trocaram opiniões sobre temas multilaterais. Com relação à reforma das Nações Unidas, identificaram muitas afinidades e

decidiram trabalhar em estreita coordenação, com base no relatório apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Quanto à ampliação do Conselho de Segurança, o Presidente Tabaré Vázquez afirmou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Governo uruguaio tomará uma posição consistente com seus interesses integracionistas e sua relação histórica com o Brasil.

Salientaram a importância da participação dos países sul-americanos na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) como contribuição à pacificação desse país e reafirmaram seu empenho em continuar comprometidos com o alcance desse objetivo. Reconheceram que os esforços no campo militar devem ser complementados por iniciativas de cooperação que contribuam para a superação dos graves problemas sociais do Haiti. Nesse sentido, instaram a pronta concretização da cooperação internacional prometida para atender à situação assinalada.

Os Presidentes ressaltaram a importância da cooperação entre as Forças Armadas dos dois países e decidiram incrementá-la, incluindo a cooperação no âmbito tecnológico e industrial e a integração de cadeias produtivas regionais na indústria de defesa.

Os Presidentes acordaram que as respectivas Chancelarias intercambiarão Notas Reversais, complementares às Notas Reversais trocadas em 21 de julho de 1972, com referência à fixação do limite lateral marítimo entre os dois países. Desta maneira, se materializará a extensão dos direitos soberanos de ambos os países sobre os recursos do leito e do subsolo até o limite exterior da plataforma continental. Por outro lado, acordou-se concluir o processo de estabelecimento dos limites das respectivas Áreas de Responsabilidade das Operações de Busca e Salvamento.

O Presidente Tabaré Vázquez agradeceu a hospitalidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, convidou o Presidente Lula a visitar a República Oriental do Uruguai.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (1º de abril de 2005)

O Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Embaixador Amre Moussa, visitará o Brasil entre os dias 3 e 5 de abril próximo. Deverá reunir-se, em Brasília, no dia 4, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e participar de almoço no Itamaraty. Durante as reuniões, serão discutidos temas como a situação política no Oriente Médio e os preparativos para a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Árabes e da América do Sul, a realizar-se em Brasília nos dias 10 e 11 de maio próximo. O Secretário-Geral deverá também avistar-se no Congresso com o Deputado Jamil Murad, Secretário-Executivo da Liga Parlamentar Brasil-Árabe.

No dia 5 de abril, o Embaixador Amre Moussa estará em São Paulo e manterá reunião com o Governador do Estado, Geraldo Alckmin. Também deverá encontrar-se com representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

O Embaixador Amre Moussa é o primeiro Secretário-Geral da Liga Árabe a visitar o Brasil. Sua vinda se insere nos esforços de aproximação entre o Brasil e os países árabes. Esse processo tem sido impulsionado por iniciativas como a viagem do Presidente Lula a cinco países árabes em dezembro de 2003 e a viagem do Ministro Celso Amorim a dez países árabes em fevereiro último, bem como a participação do Chanceler brasileiro na XVII Cúpula da Liga Árabe, realizada em Argel, nos dias 22 e 23 de março, e, como Co-Presidente, na Reunião Ministerial dos Países Árabes e da América do Sul, em Marraqueche, em 25 de março.

Comunicado à imprensa sobre a presidência brasileira do Conselho de Segurança (1º de abril de 2005)

O Brasil concluiu, em 31 de março, o período de um mês durante o qual ocupou a presidência rotativa

do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a presidência brasileira, o Conselho reuniu-se 26 vezes, realizou 19 consultas entre seus membros, adotou 9 resoluções e emitiu 5 declarações presidenciais.

A situação no Sudão foi a questão mais complexa tratada pelo Conselho no decorrer da presidência brasileira. Foram adotadas três resoluções. A Resolução 1590 (2005) criou nova operação de paz: a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), com efetivo de 10.000 militares e contingente civil de até 715 policiais, para apoiar a implementação do Acordo Abrangente de Paz assinado pelo governo e pelos rebeldes em janeiro, que encerrou uma guerra civil de 21 anos. A Resolução 1591 (2005) estabeleceu um comitê para monitorar as sanções impostas ao Sudão, um painel de peritos para auxiliar esse comitê e estendeu a todo o país as sanções determinadas pela Resolução 1556 (2004), que incluíam embargo do comércio de armas na região e sanções pessoais aos membros das milícias “janjawid”. Pela Resolução 1593 (2005), aprovada na noite do dia 31, o Conselho decidiu remeter ao Tribunal Penal Internacional a situação em Darfur, no sudoeste sudanês, onde, conforme apurou Comissão Independente de Inquérito, foram perpetrados crimes contra a humanidade.

No dia 9, o Conselho ouviu o relato do Secretariado da ONU sobre os principais eventos ocorridos no Haiti nos últimos quatro meses. A questão é de interesse vital para o Brasil, que exerce o comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e dela participa com 1212 militares. A subsequente declaração à imprensa da presidência do Conselho de Segurança ressaltou o progresso alcançado nas áreas política e de segurança, mas reconheceu que ainda há muito a ser feito. Enfatizando a importância de avançar o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração, a declaração sublinhou também a necessidade de participação de todos os setores da sociedade haitiana no processo político. Finalmente, felicitou o trabalho realizado pela MINUSTAH e pelo

Representante Especial do Secretário-Geral para o Haiti, Juan Gabriel Valdés.

No dia 14, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1586 (2005), que prorrogou o mandato da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE) até 15 de setembro de 2005. A UNMEE foi estabelecida em julho de 2000 para monitorar o fim das hostilidades entre os dois países. Conta hoje com quase 3400 soldados de quarenta países.

O Conselho também acompanhou a situação na República Democrática do Congo (RDC). No segundo dia da presidência brasileira, foi emitida declaração condenando com firmeza ataque desferido em 25 de fevereiro contra uma patrulha da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), de que resultaram mortos nove soldados a serviço da Missão. A declaração também conclamou o Governo de União Nacional e Transição a agir de modo rápido e efetivo para desarmar as milícias que continuam a ameaçar a estabilidade do país, e transmitiu os pêsames do Conselho de Segurança às famílias dos soldados falecidos. No dia 30, foi adotada a Resolução 1592 (2005), que estendeu o mandato da MONUC até 1º de outubro de 2005 e conclamou o Governo transitório da RDC a, juntamente com a MONUC, desenvolver operações para o desarmamento de combatentes estrangeiros no país.

Tratando da situação na Somália, o Conselho emitiu declaração no dia 7 em que acolheu com satisfação os esforços do Escritório Político das Nações Unidas na Somália (UNPOS) e congratulou a União Africana e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) pelo apoio dado ao Governo de transição da Somália. A declaração instou todas as facções e milícias somalis a cessarem imediatamente as hostilidades e a iniciarem negociações com o Governo de transição para um cessar-fogo abrangente e verificável. Oito dias mais tarde, ao aprovar unanimemente a resolução 1587 (2005), o Conselho de Segurança restabeleceu o Grupo de Monitoramento encarregado de investigar

violações do embargo de armas imposto à Somália.

O Conselho de Segurança, em declaração de 14 de março, felicitou o Burundi pela adoção de nova Constituição e apoiou a continuação do processo de reconciliação nacional.

No dia 31, foi emitida declaração presidencial pela qual o Conselho, ao reconhecer progressos na Guiné-Bissau, exortou as partes envolvidas no processo político no país a comprometerem-se com a condução de eleições livres, pacíficas, transparentes e justas. O Conselho reafirmou, ainda, o papel do Escritório de Apoio à Construção da Paz em Guiné-Bissau (UNOGBIS) no apoio à realização das eleições e à reconciliação entre os militares.

Ainda sobre os trabalhos relativos à África durante o mês de março, o Conselho realizou sessão dedicada à discussão dos conflitos no continente, onde atua mais da metade das forças de paz das Nações Unidas. O Conselho enfatizou que, para haver progresso nas áreas do desenvolvimento, direitos humanos e democracia na África, é necessária uma situação estável de segurança, a qual só poderá ser alcançada a partir de uma visão integrada das causas do conflito no continente.

O Conselho de Segurança também tratou da questão do Oriente Médio. No dia 9, a presidência brasileira do Conselho de Segurança emitiu declaração em que acolheu com satisfação as conclusões da reunião ocorrida em Londres, em 1º de março, sobre apoio à Autoridade Palestina. O Conselho também acolheu o plano apresentado pelo Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que visa a fortalecer as instituições e a economia palestinas. No dia 24, o Conselho recebeu o relatório do Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos das Nações Unidas sobre a situação no Oriente Médio. O relatório enfatizou que, apesar dos progressos observados, a incerteza e a fragilidade ainda caracterizam o processo de paz entre israelenses e palestinos, e evidenciou preocupação em relação ao muro em construção pelo Governo de Israel.

No dia 22, o Representante Especial do

Secretário-Geral das Nações Unidas para o Afeganistão fez um relato sobre a situação política e de segurança e explicou ao Conselho a necessidade de adiar-se por quatro meses as eleições no país. O Conselho, subseqüentemente, prorrogou por um ano o mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), por meio da Resolução 1589 (2005).

A situação na ex-Iugoslávia também ocupou a atenção do Conselho em diversas ocasiões no decorrer do mês. No dia 4, o Conselho ouviu o relato do Presidente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) sobre a participação daquela instituição na Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). Dez dias depois, prorrogou o prazo para a nomeação de juízes ao Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia. Finalmente, o Conselho ouviu o relato do Alto Representante para a Implementação do Acordo de Paz sobre a Bósnia-Herzegovina.

Comunicado à imprensa sobre a missão da CARICOM ao Brasil (1º de abril de 2005)

No contexto de aproximação com os países caribenhos, estará no Brasil, de 3 a 9 de abril corrente, missão da Comunidade do Caribe (CARICOM) chefiada pelo Primeiro-Ministro de São Cristóvão e Névis, Denzil Douglas. A missão tem como objetivo primordial conhecer o Programa brasileiro de combate à AIDS e trocar experiências na área de saúde. A missão será integrada por Ministros da Saúde de diversos países da região.

Paralelamente à visita do Primeiro-Ministro e dos Ministros da Saúde a Brasília, onde manterão encontros com autoridades do Governo brasileiro, equipes técnicas da CARICOM estarão em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde deverão avistar-se com representantes dos governos locais e visitar hospitais e centros de distribuição de medicamentos e de tratamento de portadores de HIV/AIDS.

Comunicado à imprensa sobre a declaração de Ciudad Guayana - Declaração Conjunta dos Presidentes da República Bolivariana da Venezuela, do Governo do Reino da Espanha, da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia (1 de abril de 2005)

(Versão em português do original em espanhol)

Os Presidentes da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías; do Governo do Reino da Espanha, José Luíz Rodríguez Zapatero; da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; e da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, mantiveram reunião em Ciudad Guayana, Venezuela, em 29 de março de 2005, para troca de opiniões a respeito de importantes assuntos da esfera internacional, bem como das relações comuns entre seus países.

A esse respeito, os Presidentes se congratularam pelo excelente estado de suas relações, caracterizadas por vínculos constantes de solidariedade e de amizade, e fortalecidas na defesa comum da democracia e de suas instituições, princípios fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

A reunião transcorreu em clima de grande cordialidade e completo entendimento, ocasião em que os Presidentes concordaram em emitir a seguinte declaração:

A atual situação internacional

Os Presidentes examinaram os principais temas da conjuntura internacional e regional. Constataram o progressivo fortalecimento dos vínculos entre seus países e renovaram o compromisso de aprofundar o diálogo e a coordenação política sobre os temas de interesse mútuo. Decidiram, ainda, aprofundar a coordenação de posições entre seus países nos diversos foros internacionais.

Delito Transnacional Organizado e Assuntos de Segurança

Os Presidentes manifestaram sua vontade e firme compromisso de combater o terrorismo e

reafirmaram que o terrorismo, em todas as suas formas e manifestações, qualquer que seja sua origem ou motivação, não tem justificativa alguma. Afirmaram, ademais, que o terrorismo e o problema mundial das drogas constituem graves ameaças à segurança, à democracia e ao Estado de Direito e deve ser combatido com estrito respeito ao Direito Internacional, às normas de proteção aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário.

Expressaram, além disso, seu decidido compromisso em fortalecer a cooperação internacional, que permita reprimir, combater e sancionar todo ato terrorista, de conformidade com a lei internacional pertinente, coordenando ações conjuntas entre as autoridades nacionais de cada um dos quatro países, assegurando o respeito de suas soberanias.

Comprometeram-se a intensificar as ações para o estrito cumprimento das disposições dos diversos instrumentos internacionais vigentes, em particular o Acordo Internacional para a Repressão do Financiamento do Terrorismo e a Resolução 1373 do Conselho de Segurança, os quais proporcionam as ferramentas necessárias para enfrentar o terrorismo de maneira eficaz e punir aqueles que cometeram tais atos.

Reiteraram, ainda, a importância de continuar cumprindo as recomendações e as medidas presentes no Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Ligeiro, bem como os compromissos contidos na Declaração de Bogotá sobre o funcionamento e aplicação da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos.

Os Presidentes fizeram chamado à comunidade internacional a fim de somarem esforços para o fortalecimento da institucionalidade jurídica internacional, bem como para o respeito da soberania das nações e a não ingerência nos assuntos internos de nenhum país, assegurando, assim, a paz e a estabilidade internacional e da Região Sul-Americana.

Saudaram, do mesmo modo, a realização da

Reunião Temática Ministerial de Defesa e Segurança Integral da Amazônia e da Conferência Sul-Americana sobre Segurança Cidadã (Plano de Ação de Cusco). Recebeu-se, com satisfação, o oferecimento, pelo Presidente do Governo espanhol, de cooperação nesse campo.

A pobreza, a maior enfermidade mundial

A pobreza que afeta milhões de seres humanos no mundo, privando regiões inteiras das mais elementares condições para uma vida digna, além do freio que representa para o desenvolvimento das nações, é uma das maiores causas de desestabilização, ao negar direitos humanos elementares, como saúde, alimentação, educação e habitação. Da mesma forma, o terrorismo, a droga e a violência têm gerado, na Colômbia, fome e pobreza.

Como tem afirmado o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “A pobreza é a arma de destruição em massa mais poderosa que existe no mundo”. Este mal facilita a proliferação de flagelos como a AIDS e muitos outros que, em seu conjunto, destroem a vida humana. Em que pese ao desenvolvimento de políticas governamentais para erradicar a pobreza e aos avanços científico-tecnológicos, poucos foram os resultados para sua eliminação ou mitigação.

Nesse sentido, os Presidentes concordaram sobre a necessidade de coordenar esforços entre seus Governos e os de outros países, bem como com organismos internacionais, para contribuir para a superação da fome e da pobreza.

Respaldaram, ao mesmo tempo, o que foi dito pelo Presidente Álvaro Uribe Vélez em relação à necessidade de alcançar a equidade social como requisito fundamental para combater a pobreza. Saudaram, por isso, a proposta apresentada pelo Presidente Rodríguez Zapatero para a troca da dívida por educação, bem como a proposta relativa à luta contra a fome e a pobreza apresentada pelo Presidente Lula da Silva e a proposta de criação de Fundo Humanitário Internacional apresentada pelo Presidente Hugo Chávez Frías na Cúpula de Monterrey.

A integração

Os Presidentes registraram como fatos históricos e animadores os esforços realizados pelos países da América do Sul para a integração e, em particular, os avanços da CAN e do MERCOSUL que, a partir dos últimos Acordos de Cusco, Peru, abrem espaço muito mais amplo com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Do mesmo modo, apreciaram os esforços realizados pela CARICOM destinados à formação de mercado comum entre os países do Caribe e à integração com a América Central.

Além disso, expressaram a importância de se continuar cumprindo as recomendações presentes no Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve, e de se dar impulso, no marco da Convenção Interamericana contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), à aplicação nacional dos Regulamentos Modelo para o Controle do Tráfico Internacional e Intermediação de Armas, aprovados no contexto da CICAD e contidos nos compromissos da Declaração de Bogotá.

Ressaltaram, ainda, a importância da Comunidade Sul-americana de Nações como mecanismo para promover a coordenação política e a integração econômica, social e cultural, bem como para projetar os interesses dos países da América do Sul no cenário internacional.

Nesse mesmo sentido, os Presidentes dos quatro países saudaram, como fato estimulante, os esforços que foram iniciados para a busca de acordos entre a CAN e o MERCOSUL, e de ambos com a União Européia, processo no qual o Reino da Espanha está desempenhando papel fundamental.

Reiteraram que a iniciativa da PETROAMERICA, para a integração na área de energia na região, beneficia o desenvolvimento econômico e social dos povos, mediante o acesso democrático aos recursos naturais de energia, e

sublinharam a constituição da PETROSUL entre a Venezuela e a Argentina no marco da XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, Estados Associados e Convidados Especiais, realizada em 7 e 8 de julho em Puerto Iguazu. A esse respeito, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela convidou a Colômbia, como parte dos esforços em prol da consolidação das relações na área de energia entre ambos os países, a se somar a esta iniciativa. Durante aquele encontro, ficou aberto o convite para que a Espanha contemple a possibilidade de participar da mencionada iniciativa.

Ratificaram a sua convicção sobre a importância das Cúpulas Ibero-americanas e ressaltaram a necessidade de dar impulso aos processos legislativos para proceder à ratificação do Acordo de Santa Cruz de la Sierra, que instituiu a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB) da Cúpula Ibero-americana, para a próxima reunião, a realizar-se durante o mês de outubro em Salamanca, Espanha. Sublinharam a importância do fortalecimento da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial em matéria Penal e Civil. Sublinharam a importância do aprofundamento do relacionamento Ibero-americano e do fortalecimento das áreas de infra-estrutura e educação, inclusive da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial em matéria Penal e Civil.

Os Presidentes reiteraram seu respaldo aos Projetos de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), como o Eixo Meta-Orinoco, o Eixo Multimodal do Amazonas e o Eixo do Escudo Guayanés, dada a importância e o impacto positivo que terão para as três nações fronteiriças.

Multilateralismo e Democracia

Os Presidentes reafirmaram o compromisso com o fortalecimento de uma ordem multilateral baseada na igualdade soberana de todos os Estados e no respeito às normas e aos princípios do Direito Internacional. Coincidiram quanto à importância da busca de entendimento pela via diplomática e de solução pacífica de controvérsias.

A democracia é um postulado político primordial dos nossos países, que deve ter uma expressão verdadeira para o desenvolvimento das instituições, para o pluralismo e para a coesão social, bem como para os organismos internacionais. Ressaltaram o papel central das Nações Unidas como o principal instrumento universal para a preservação da paz e da segurança internacional.

Os Presidentes apoiaram o processo de reforma das Nações Unidas, inclusive a reforma do Conselho de Segurança, e saudaram o relatório apresentado pelo Secretário-Geral.

Os Presidentes coincidiram em que as relações comerciais multilaterais e um maior equilíbrio econômico internacional contribuem para o desenvolvimento dos países.

No que concerne à OMC, coincidiram na necessidade de trabalhar de maneira concertada para a promoção de sistema multilateral de comércio mais justo e equitativo. Os Presidentes registraram a referência do Presidente Lula à candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), orientada em favor dos interesses dos países em desenvolvimento na OMC, em particular na rodada de negociações de Doha.

Espanha e América do Sul

Dada a histórica relação entre a Espanha e os países da América do Sul, o aprofundamento, ampliação e fortalecimento dessa relação é demanda de nossos povos para transcendermos nossas fronteiras continentais em direção a processos de integração já não mais entre países apenas, mas entre continentes.

No contexto das relações culturais entre a Espanha e a América do Sul, os Mandatários, ao saudarem a celebração do Quadricentenário de Don Quixote, a ela somaram-se, formulando os melhores augúrios a esta nova era das relações entre nossos países e povos, que hoje se aproximam de maneira decisiva para construir nova história de laços indivisíveis de amizade e cooperação.

A América do Sul no Mundo: A Cúpula América do Sul – Países Árabes e a Aliança de Civilizações

Os Presidentes manifestaram seu apoio a esta iniciativa do Governo do Brasil por considerá-la parte fundamental do diálogo entre civilizações, imprescindível para o entendimento da sociedade humana, para seu desenvolvimento geral e muito particularmente para a interação no que respeita aos valores culturais, que, amalgamados, contribuem para o melhor entendimento entre povos e nações, fundamental para a estabilidade e a prosperidade.

Apoiaram a proposta do Presidente do Governo do Reino da Espanha sobre a Aliança de Civilizações, apresentada perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2004, como projeto global para a melhor promoção da paz e do entendimento mundiais, e que foi favoravelmente acolhida na última Cúpula da Liga dos Estados Árabes, realizada em Argel.

Os Presidentes acordaram mecanismo para o seguimento das políticas aqui traçadas e dos acordos que delas derivam, e, para tal fim, encarregaram a seus respectivos Ministros das Relações Exteriores o desenho do referido mecanismo e a coordenação das futuras reuniões.

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da República da Colômbia, Álvaro Uribe Velez, e o Presidente do Governo do Reino da Espanha, José Luís Rodríguez Zapatero, manifestaram seus agradecimentos ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela e ao povo venezuelano pela calorosa acolhida e pela atenção brindada tanto aos Presidentes como a suas comitivas durante a estada neste país irmão.

Feito em Ciudad Guayana, em 29 de março de 2005.

Comunicado à imprensa sobre a candidatura do Brasil à Direção-Geral da OMC (1 de abril de 2005)

O Governo brasileiro recebeu com agrado a nota do Governo da Argentina sobre candidaturas à

Diretor-Geral da OMC. Dado o histórico da questão, o Brasil considera a nota como expressão positiva de respaldo à candidatura do Embaixador Seixas Corrêa. O Governo brasileiro recorda que a seleção ao posto de Diretor-Geral não é uma simples eleição, mas um processo de consulta que visa ao consenso e que, de acordo com as regras adotadas, os países não estão limitados a apoiar um único candidato.

O Brasil espera que o exemplo da Argentina seja seguido por outras nações, especialmente da América Latina, que tenham assumido compromisso antes que o quadro de candidatos estivesse totalmente definido.

O fundamental é garantir as condições para que o candidato identificado com uma conclusão exitosa da Agenda do Desenvolvimento de Doha e com a consolidação de práticas mais justas e democráticas na OMC possa ser o escolhido.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do falecimento do Papa João Paulo II (2 de abril de 2005)

“A morte do Papa João Paulo II entristece profundamente o povo brasileiro, que tinha pelo Santo Padre grande afeto. Suas três visitas ao Brasil serão sempre recordadas com viva emoção. A canção “João de Deus”, entoada espontaneamente pelo povo brasileiro, expressou esta relação de carinho e respeito.

Até o final da vida, João Paulo II conduziu sua missão com energia e lucidez. O sofrimento que não escondia, nos últimos anos, jamais alterou sua determinação.

Em 26 anos de peregrinação às mais diferentes regiões do planeta, o Papa criou uma obra rica e multifacetada, reforçando a esperança de um mundo de justiça e liberdade. Sua liderança espiritual espelhou-se na luta incansável em prol da dignidade da pessoa humana; na busca do diálogo entre culturas e religiões; na posição corajosa em favor da Paz e do Direito; e no grande empenho em eliminar a marginalização social e

econômica de indivíduos e nações.

Maior país católico do mundo, onde convivem harmonicamente pessoas de variadas crenças, o Brasil se sente compungido pela perda de um dos homens que, como poucos, influenciou, de forma marcante e positiva, no curso da História Contemporânea.”

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Ministro Celso Amorim por ocasião do falecimento do Papa João Paulo II (2 de abril de 2005)

“Associo-me às palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em nome do povo brasileiro, manifestou profunda tristeza e pesar pelo falecimento do Papa João Paulo II.

Tive a honrosa incumbência de ser portador de carta do Presidente Lula a Sua Santidade, no contexto dos esforços internacionais para evitar o conflito no Iraque. Sempre recordarei a atenção com que o Papa João Paulo II me recebeu, como representante do Presidente do Brasil, e seu empenho pela paz, pela solidariedade entre os povos e pela prevalência de uma ordem mundial fundada no respeito ao Direito, na tolerância e na justiça social.”

Comunicado à imprensa a respeito das medidas de contingência na área de integração fronteiriça entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, acordadas pelos Governos do Brasil e do Paraguai (2 de abril de 2005)

Medidas de contingência na área de integração fronteiriça entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este acordadas pelos Governos do Brasil e do Paraguai

Reuniu-se, em Assunção, no dia 1º de abril de 2005, Grupo de Trabalho bilateral para tratar de medidas de contingência na área de integração fronteiriça entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, conforme previsto na Reunião bilateral de consultas Brasil Paraguai celebrada em 11 de março passado. As medidas acordadas pelos Governos do Brasil e

do Paraguai constam do documento que se reproduz abaixo, e que refletem o reconhecimento da legitimidade e da necessidade de exercer controles efetivos sobre a circulação de pessoas e mercadorias pela fronteira.

As medidas incluem uma série de compromissos para coibir atividades ilícitas, em particular o contrabando, o descaminho e os demais crimes aduaneiros, a pirataria, o tráfico de drogas, o tráfico de armas e os ilícitos relacionados à lavagem de dinheiro, com ênfase no transporte transfronteiriço de valores. Os dois Governos comprometeram-se, igualmente, a estabelecer programas para combater o tráfico e exploração de pessoas e, em particular, a prostituição infantil.

Tendo em vista a importância de estimular maiores fluxos turísticos naquela região de fronteira, o Governo brasileiro decidiu elevar a US\$ 300.00 (trezentos dólares norte-americanos) ou seu equivalente em outras moedas a franquia para as compras de turistas que transitem por terra, as quais recebem tratamento de bagagem acompanhada. Essa franquia de compras deve ser interpretada, de forma estrita e inapelável, como sendo relativa a compras para uso e consumo pessoal que não possam, por seu volume ou natureza, constituir comércio.

Ao sublinhar que os brasileiros que vivem e trabalham no Paraguai, assim como os paraguaios que vivem e trabalham no Brasil constituem vínculo de grande significado para as relações bilaterais, os dois Governos acordaram, também, examinar, com sentido de prioridade, mecanismos que permitam diferenciar os cidadãos de fronteira e que reconheçam a natureza singular da convivência fronteiriça, em termos dos regimes respectivos de circulação e trabalho, tendo presente o impacto social dessa questão.

O Brasil acompanha os esforços que o Governo do Paraguai tem envidado para reprimir o contrabando, a pirataria e o tráfico de drogas, por meio da intensificação da fiscalização na Ponte da Amizade e de um patrulhamento fluvial mais efetivo no Rio Paraná. O Paraguai está buscando, ademais,

o fortalecimento de suas instituições, com vistas a combater esses ilícitos de forma ainda mais eficiente.

O Brasil tem apoiado essas ações e oferecido cooperação em uma ampla gama de áreas relativas ao combate aos ilícitos. Essa cooperação ocorre no contexto das iniciativas desenvolvidas pelo Governo brasileiro para fortalecer a sua própria capacidade de reprimir a criminalidade. Cabe singularizar, em especial, as operações que a Secretaria da Receita Federal, a Polícia Federal e demais instituições federais, estaduais e municipais têm implementado em Foz do Iguaçu, em particular para combater os contrabandistas que agem naquela região, com o objetivo, entre outros, de melhorar a imagem daquele ponto fronteiro.

O conjunto dos compromissos e medidas estabelecidos com o Paraguai será objeto de avaliação num prazo de 180 (cento e oitenta) dias pelos dois Governos. Nesse ínterim, o Grupo de Trabalho deverá manter reuniões periódicas para monitorar a implementação dos compromissos estabelecidos e assegurar o seu fiel cumprimento.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Medidas de Contingência na Área de Integração Fronteira Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este.

1. A Reunião Bilateral entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, celebrada em Ciudad del Este, em 11 de março de 2005, decidiu “estabelecer grupo de trabalho bilateral, a ser constituído por representantes dos órgãos nacionais e autoridades locais de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, para examinar propostas, apresentar soluções e medidas de contingência” sobre os seguintes temas:

1. *Franquia de compras;*
2. *Agilização e revitalização da Ponte da Amizade; e*
3. *Agilização e normalização no controle da circulação de pessoas e mercadorias.*

2. O Grupo de Trabalho, conformado pelas delegações listadas em anexo, reuniu-se em 1º de abril de 2005, na sede do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, “Palacio Benigno López Carrillo”. As duas

Delegações reconheceram a importância de assegurar um convívio harmônico na região fronteira, pois a concebem como o lugar privilegiado da integração. Nesse sentido, as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, ligadas pela Ponte Internacional da Amizade – símbolo histórico da união entre os dois países – constituem o paradigma da irmanação de vontades dos povos brasileiro e paraguaio.

3. As duas delegações reiteraram, ademais, a sua concepção de que os brasileiros que vivem e trabalham no Paraguai, assim como os paraguaios que vivem e trabalham no Brasil constituem o vínculo humano mais significativo das relações bilaterais. Reiteraram, nesse particular, a sua disposição de promover a plena integração dos brasileiros e paraguaios que trabalham e vivem dos dois lados da fronteira.

4. Com esse espírito, as duas Delegações decidiram adotar as medidas de contingência listadas abaixo. Coincidiram em sublinhar a mensagem de que seus Governos continuarão a exercer, com o rigor necessário, os procedimentos de fiscalização e controle de pessoas e mercadorias. As medidas acordadas pelo Grupo de Trabalho visam justamente tornar a fiscalização e o controle mais eficientes e eficazes.

1. *Franquia de compras:*

1.1. Os dois Governos recordaram o disposto na Decisão CMC Nº 18/94, que define o Regime de Bagagem no Mercosul e cujos termos devem ter aplicação estrita nos Estados Parte.

1.2. O Governo brasileiro decide elevar para US\$ 300.00 (trezentos dólares norte-americanos), ou seu correspondente em outras moedas, a franquia para as compras de turistas que transitem pela fronteira terrestre e que recebem tratamento de bagagem acompanhada. A implantação dessa medida, por razões administrativas, só entrará em vigor em aproximadamente 15 (quinze) dias. Essa franquia de compras deve ser interpretada, de forma estrita e inapelável, como sendo relativa a compras para uso e consumo pessoal que não possam, por seu volume ou natureza, constituir comércio.

1.3. O Governo paraguaio compromete-se

a estabelecer controles mais efetivos para assegurar o pleno cumprimento da exigência de emissão de Nota Fiscal para produtos que deixem o país, conforme o disposto em sua legislação tributária.

1.4. Os dois Governos comprometem-se, igualmente, a exercer todos os controles necessários para assegurar que o regime de compras de turistas seja respeitado. Nesse sentido, divulgarão e esclarecerão o alcance desse compromisso, no entendimento de que os próprios comerciantes e as autoridades competentes, segundo o caso, têm papel fundamental no esclarecimento aos turistas quanto aos seus direitos e deveres no que respeita as suas compras.

2. *Agilização e revitalização da Ponte da Amizade:*

2.1. O Governo brasileiro apresentou projeto, a ser prontamente executado, de obras de infraestrutura na cabeceira da Ponte do lado brasileiro, as quais permitirão maior fluidez do trânsito de pessoas e veículos, assim como um atendimento e fiscalização mais eficientes por parte das autoridades aduaneiras e migratórias. Com esse fim, o edital para licitação da primeira etapa das obras, inicialmente previsto para maio, terá seu lançamento antecipado para o mês de abril.

2.2. O Governo paraguaio, por sua vez, deverá apresentar, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, projeto para regulamentar e organizar o trânsito de veículos, pessoas e bens na cabeceira da Ponte do lado paraguaio.

2.3. Os dois Governos comprometem-se a exercer todos os controles necessários para impedir que mercadorias sejam arremessadas de cima da Ponte da Amizade ou, de qualquer outra forma, desviadas da fiscalização aduaneira, em particular cigarros, pneumáticos, sucata de metal, produtos agropecuários e seus derivados. Comprometem-se igualmente a reforçar a fiscalização do uso das margens do Rio Paraná, assim como do trânsito de embarcações naquela via fluvial, no entorno daquela Ponte.

3. *Agilização e normalização no controle de circulação de pessoas e mercadorias:*

3.1. Os dois Governos reconhecem a legitimidade e a necessidade de exercer controles efetivos sobre a circulação de pessoas e mercadorias pela fronteira.

3.2. Os dois Governos comprometem-se a assegurar que as suas respectivas autoridades aduaneiras, migratórias e policiais atuem com urbanidade e cortesia no tratamento de todos os usuários da Ponte Internacional da Amizade, porém com a firmeza necessária à complexidade do trabalho de fiscalização e controle. Os dois Governos estarão particularmente atentos à importância de evitar que os seus respectivos agentes atuem de forma abusiva e fora dos limites da lei.

3.3. Os dois Governos comprometem-se a punir rigorosamente quaisquer atos de corrupção por parte de seus agentes.

3.4. Os dois Governos, de forma conjunta ou isoladamente, dentro de sua área de jurisdição, continuarão a tomar as medidas necessárias para coibir atividades ilícitas, no que se refere à repressão ao contrabando, ao descaminho e aos demais crimes aduaneiros, à pirataria, ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas e aos ilícitos relacionados com a lavagem de dinheiro, em particular no que se refere ao transporte transfronteiriço de valores.

3.5. Os dois Governos manifestaram particular preocupação com os crescentes indícios de tráfico e exploração de pessoas, em particular com a prostituição infantil na região fronteiriça, e comprometem-se a estabelecer programas para o seu combate efetivo.

3.6. Para facilitar o escoamento da safra agrícola do Paraguai, o Governo brasileiro compromete-se a executar, enquanto houver necessidade técnica ou gerencial, a operação de despacho aduaneiro noturno para carregamentos de soja em grãos, farelo de soja, milho em grãos, trigo em grãos e outros produtos agrícolas. O controle far-se-á de forma integrada na cabeceira do lado brasileiro. A entrega de todos os documentos que instruem o despacho deverá ser feita até as 18 horas

(hora brasileira). Haverá a liberação, no mesmo dia, dos veículos que ingressarem no Porto Seco de Foz do Iguaçu até as 21 horas (hora brasileira). Outros detalhes operacionais serão estabelecidos pelos Coordenadores Locais dos controles integrados. Os Coordenadores Locais analisarão, igualmente, o funcionamento operacional e proporão alternativas de solução para eventuais dificuldades, com o intuito de obter melhor eficiência nessas operações. Com esse objetivo, os Coordenadores deverão implementar um regulamento operativo da ACI Foz do Iguaçu – Ciudad del Este para a operação noturna de exportação da safra agrícola do Paraguai, no âmbito do Acordo de Recife e de seu Primeiro Protocolo.

3.7. O Governo paraguaio, por sua vez, compromete-se a verificar o pleno cumprimento da disposição que proíbe a circulação de pessoas com mercadorias destinadas ao comércio, em qualquer meio de transporte, no horário entre 19h00 e 7h00 (hora brasileira), e a permitir a circulação de caminhões com destino ao Brasil a partir das 12 horas (hora paraguaia), conforme se verificarem as condições adequadas.

3.8. Os dois Governos comprometem-se a tomar medidas para que a conclusão do trânsito de produtos extra-zona seja realizado em conjunto, nas áreas de controle integrado.

3.9. Os dois Governos comprometem-se a tornar efetiva a implementação dos controles integrados.

3.10. Os dois Governos comprometem-se a examinar, com sentido de prioridade, mecanismos que permitam diferenciar os cidadãos de fronteira e que reconheçam a natureza singular da convivência fronteiriça, em termos dos regimes respectivos de circulação e trabalho, dando estrito cumprimento aos dispositivos legais de cada um dos países, e tendo presente o impacto social dessa questão.

5. O conjunto desses compromissos e medidas será objeto de avaliação num prazo de 180 (cento e oitenta) dias pelos dois Governos. Nesse ínterim, o Grupo de Trabalho deverá manter reuniões periódicas para monitorar a implementação desses

compromissos e assegurar o seu fiel cumprimento, sendo que a primeira dessas reuniões celebrar-se-á em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

6. As duas Delegações coincidiram, ademais, que as medidas de contingência aqui relacionadas não excluem a plena implementação dos demais compromissos assumidos durante a Reunião Bilateral, em particular no que se refere à integração fronteiriça e aos temas migratórios, consubstanciados nos Resumos de Conversações e Decisões elaborados em Assunção, em 10 de março de 2005, e em Ciudad del Este, em 11 de março de 2005.

Assunção, em 1º de abril de 2005.

Pela Delegação do Brasil

Embaixador Valter Pecky Moreira,

Embaixador do Brasil no Paraguai

Pela Delegação do Paraguai

Embaixadora Leila Rachid de Cowles,

Ministra das Relações Exteriores do Paraguai

Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Papa João Paulo II - Mensagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim ao Decano do Colégio dos Cardeais (3 de abril de 2005)

Em resposta à comunicação oficial do Decano do Colégio dos Cardeais, Cardeal Joseph Ratzinger, a respeito do falecimento do Papa João Paulo II, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou-lhe a seguinte mensagem:

“Profundamente consternado com a notícia do falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo II, apresento a Vossa Eminência Reverendíssima e ao Sacro Colégio de Cardeais, em nome do povo brasileiro e em meu próprio, os mais sentidos pêsames.

O Papa João Paulo II será sempre lembrado pela posição corajosa em favor da Paz e do Direito e pelo grande empenho em eliminar a marginalização social e econômica de indivíduos e nações. Seu legado reforça a esperança em um mundo de justiça e liberdade.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

De sua parte, o Ministro Celso Amorim enviou também a seguinte mensagem em resposta ao Cardeal Joseph Ratzinger:

“Recordo-me com grande emoção de Sua Santidade o Papa João Paulo II, em particular da audiência com que me honrou em 2003, no contexto dos esforços internacionais para evitar o conflito no Iraque. Seu empenho pela paz, pela solidariedade entre os povos e por um mundo de tolerância e justiça social será sempre lembrado com profundo respeito.

Rogo a Vossa Eminência Reverendíssima aceitar as minhas mais sentidas condolências pelo falecimento do Papa João Paulo II, que representa grande perda para a humanidade.

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil”

Comunicado à imprensa sobre o Sistema Geral de Preferências Brasil-EUA. Direitos autorais. (4 de abril de 2005)

O Governo dos Estados Unidos informou, em 4 de abril de 2005, decisão de manter as preferências tarifárias atribuídas a produtos brasileiros no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) e de prosseguir na análise da situação da proteção dos direitos autorais no Brasil até 30 de setembro de 2005.

Em 30 de junho de 2004, o Governo norte-americano havia decidido dar continuidade a exame de petição apresentada em 2000 por setores ligados à proteção dos direitos autorais nos EUA, no sentido de revisar benefícios atribuídos ao Brasil no quadro do SGP, sob alegações de “inadequada e ineficaz” proteção aos direitos autorais no Brasil.

Em contatos bilaterais em 2004 e 2005 no âmbito do Mecanismo de Cooperação e Consultas Brasil-EUA, o Governo brasileiro, ademais de recordar a dimensão internacional do fenômeno da pirataria que afeta países em desenvolvimento e também desenvolvidos, como os EUA, ressaltou ao lado norte-americano os esforços do Poder Público para combater o ilícito no Brasil. Tais esforços têm

sido realizados por interesse próprio e de forma permanente e sistemática, com destaque para o estabelecimento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, determinado pelo Presidente da República, à luz de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria. Informou-se, igualmente, das inúmeras operações rotineiramente efetuadas em todo o território nacional pelas autoridades policiais e fazendárias.

Pela amplitude e profundidade das informações oferecidas ao Governo norte-americano sobre o combate à pirataria de direitos autorais no País, o Governo brasileiro considera que o encerramento do processo de revisão do SGP outorgado ao Brasil teria sido a medida apropriada neste momento, o que refletiria, ademais, o nível positivo do diálogo e da cooperação entre os dois países. A defesa dos direitos autorais é objetivo consolidado na atividade do Poder Público brasileiro, que tem sistematicamente produzido resultados concretos, a despeito das carências de recursos humanos e materiais.

Em razão do interesse nacional, o Governo brasileiro continuará a tomar medidas para combater a pirataria no Brasil.

Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Príncipe de Mônaco, Rainier III - Mensagens de condolências do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim (7 de abril de 2005)

Por ocasião do falecimento do Príncipe de Mônaco Rainier III, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, no dia 6 de abril corrente, a seguinte mensagem ao Príncipe Albert II:

“A Sua Alteza Sereníssima

Príncipe Albert II

Principado de Mônaco

Alteza,

Comovido pelo falecimento de Sua Alteza Sereníssima o Príncipe de Mônaco Rainier III, encaminho a Vossa Alteza e a toda a população

monegasca votos do mais sentido pesar.

O Principado de Mônaco, cujo interesse afetuoso e atento pela cultura brasileira é motivo de especial satisfação, teve na figura do Príncipe Rainier III líder de relevo histórico, cuja atuação atravessou gerações. Recentemente, sua força de vontade em face dos desafios que lhe impuseram condições fragilizadas de saúde constituiu motivo especial de admiração em todo o mundo.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

De sua parte, o Ministro Celso Amorim enviou, também no dia 6 de abril, a seguinte mensagem ao Ministro de Estado do Principado de Mônaco, Patrick Leclercq:

“Excelentíssimo Senhor Patrick Leclercq, Ministro de Estado do Principado de Mônaco

Senhor Ministro de Estado,

Rogo a Vossa Excelência aceitar meus votos de compadecido pesar pelo falecimento de Sua Alteza Sereníssima o Príncipe de Mônaco Rainier III. Monarca de expressiva trajetória, o Príncipe Rainier III, ao dedicar mais de meio século de atividades a seu país, consolidou legado de espírito cívico e crescente participação nos grandes debates internacionais.

Aproveito a ocasião para encaminhar a Vossa Excelência votos da mais alta consideração.

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores”

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a cinco países africanos (8 de abril de 2005)

No transcurso de seu mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem desenvolvido intensa atividade visando à aproximação do Brasil com a África. Em três viagens àquele continente, visitou nove países (África do Sul, Angola, Cabo Verde, Egito, Gabão, Líbia, Moçambique, Namíbia e São Tomé e Príncipe) e compareceu a um evento multilateral – a V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo

da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (São Tomé, junho de 2004).

No dia 10 de abril corrente, o Presidente da República iniciará sua quarta viagem a países africanos. Visitará Camerun (dias 10 e 11), Nigéria (11 e 12), Gana (12 e 13), Guiné-Bissau (13) e Senegal (13 e 14).

A visita ao Camerun dará impulso ao estreitamento das relações bilaterais. Em maio de 2004, o Ministro da Educação Nacional daquele país assinou, em visita ao Brasil, Memorando de Entendimento na Área de Educação. Em novembro do mesmo ano, missão multidisciplinar negociou no Brasil o projeto de acordo sobre cooperação técnica em cacauicultura a ser assinado na visita presidencial. Em janeiro de 2005, o Ministro Celso Amorim visitou o Camerun em caráter oficial.

A recente reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê – que havia sido desativada em março de 1999 - imprimirá dinamismo renovado às relações entre os dois países. O Camerun dispõe de reservas significativas de petróleo, madeiras tropicais, bauxita, minério de ferro, cobalto e níquel; é produtor de cacau, algodão, café e borracha e detentor de grande potencial hidrelétrico no Rio Sanaga.

A Nigéria, o mais populoso país africano (140 milhões de habitantes), tem grande peso político e econômico no continente. A visita presidencial reforçará a tradicional amizade bilateral e será realizada em retribuição à visita ao Brasil do Presidente Obasanjo, em 1999.

As relações entre Brasil e a Nigéria foram particularmente intensas no plano econômico-comercial até meados dos anos 80. Sem que o Brasil deixasse de importar substancialmente o petróleo “brent” nigeriano, o intercâmbio comercial sofreu, contudo, relativo retraimento e hoje as transações bilaterais totalizam cerca de US\$ 4 bilhões. Para reequilibrar as trocas comerciais, que apresentam saldo deficitário para o Brasil, serão estimulados empreendimentos conjuntos na Nigéria, em áreas que abrangem, entre outras, o processamento e a

distribuição de carnes e a fabricação de implementos agrícolas. A Petrobrás demonstra interesse em ampliar suas operações no país. Há possibilidade de negócios na área da defesa, na de construção civil e outros serviços de engenharia, e em medicamentos.

Gana, terceira etapa da viagem do Presidente Lula, possui significativos recursos naturais e importantes reservas de ouro, diamantes, manganês, bauxita e madeiras tropicais, além de apresentar base industrial relativamente avançada. Recentemente, foi apontada pelo FMI e pelo Banco Mundial como modelo bem sucedido de estabilização econômica.

A visita presidencial ocorre em momento de significativo incremento da cooperação e do intercâmbio econômico-comercial entre os dois países. Gana converteu-se, a partir de 2003, no quarto importador de produtos brasileiros na África subsaariana, atrás de África do Sul, Nigéria e Angola. O comércio bilateral passou de cerca de US\$ 30 milhões, em 2002, para aproximadamente US\$ 170 milhões em 2004 - um incremento de cerca de 600%. A celebração da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana, em Brasília, em agosto de 2004, quase dezoito anos após a primeira reunião, impulsionou o desenvolvimento da agenda bilateral.

Um dos pontos altos da visita presidencial a Gana será a homenagem que a comunidade Tabom – que reúne famílias de descendentes de escravos brasileiro-ganenses retornados à África – pretende fazer ao Presidente da República. Nesse contexto, destaca-se o projeto de restauração da Brazil House, em Acra, residência construída no início do século XIX pelos Tabom, e importante símbolo dos laços históricos e culturais que unem o Brasil à África. O projeto, estimado em US\$ 200 mil, será financiado conjuntamente pelos governos do Brasil e de Gana, com a contribuição da empresa privada Tintas Coral.

Na Guiné-Bissau, o Presidente da República será recebido pelo Presidente Henrique Rosa, terá encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior e comparecerá à Assembléia Nacional Popular. Participará de solenidade de deposição de

oferenda floral no mausoléu de Amílcar Cabral, o herói da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Em Bissau, o Presidente Lula reafirmará a solidariedade brasileira ao país, afetado por difícil situação econômica e social, agravada por incertezas de ordem político-institucional.

A visita presidencial está sendo precedida por medidas concretas de apoio à normalização democrática da Guiné-Bissau, como, por exemplo, a doação de US\$ 500 mil ao Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a serem destinados a urgentes projetos de reestruturação das Forças Armadas bissau-guineenses. O Presidente da República confirmará a disposição brasileira de prestar cooperação à Guiné-Bissau para a realização de sua próxima eleição presidencial, marcada para o dia 19 de junho deste ano.

Será examinada a implementação de alguns projetos de cooperação, entre os quais o que contempla apoio ao desenvolvimento agrícola e pecuário da Guiné-Bissau, empreendimento a ser financiado pelo Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, criado pelo Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto, no valor de US\$ 550 mil, deverá ter início em curto prazo. Trata-se de iniciativa emblemática da cooperação Sul-Sul, sendo a primeira ação do gênero empreendida pelo IBAS.

Na última etapa da viagem, o Presidente Lula visitará o Senegal, tradicional parceiro do Brasil no continente africano. O Presidente Abdoulaye Wade, que assumiu o Governo em março de 2000, tem procurado estimular o relacionamento com o Brasil. Além de mencioná-lo, em seu discurso de posse, como um dos países em cuja direção orientaria sua política externa, o Presidente Wade autorizou, em 2001, a reabertura da Embaixada do Senegal em Brasília, fechada desde 1995.

A recente dinamização das relações Brasil-Senegal tem-se traduzido no aumento do intercâmbio econômico-comercial, que cresceu cerca de 150%

entre 2002 e 2004, e na ampliação da cooperação técnica bilateral. O Brasil participou ativamente do combate à praga de gafanhotos, que recentemente assolou o Senegal, por meio da doação de uma aeronave pulverizadora “Ipanema”, da formação e treinamento de profissionais senegaleses e da assinatura de Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Controle Biológico dos Gafanhotos, por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim a Dacar, em janeiro último.

Comunicado à imprensa sobre a reunião intergovernamental para discutir a Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (12 de abril de 2005)

Está sendo realizada em Genebra, de 11 a 13 de abril corrente, reunião intergovernamental intersessional para discutir a Agenda para o Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A Agenda para o Desenvolvimento foi apresentada por Brasil, Argentina e outros 12 países co-patrocinadores - África do Sul, Bolívia, Cuba, Egito, Equador, Irã, Peru, Quênia, República Dominicana, Tanzânia, Serra Leoa e Venezuela – na XXXI Assembléia Geral da OMPI, realizada de 27 de setembro a 5 de outubro de 2004.

O desenvolvimento constitui preocupação de várias organizações internacionais, como atestam as Metas de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidas pelas Nações Unidas, e a Rodada do Desenvolvimento de Doha, da OMC. A presente iniciativa propõe que a dimensão do desenvolvimento seja plenamente integrada também às atividades da OMPI. Ao advogar maior atenção à relação entre propriedade intelectual e desenvolvimento, a Agenda tem por objetivo reequilibrar as discussões ultimamente em curso na OMPI, centradas em avanços em duas outras iniciativas da Organização: a “Agenda Digital” e a “Agenda de Patentes”.

A reunião de Genebra deverá ensejar a apresentação de proposta dos países co-patrocinadores da Agenda para o Desenvolvimento

que aprofunda a reflexão sobre a dimensão desse tema na Organização, a partir de quatro vertentes: revisão do mandato e governança na OMPI; atividades normativas; cooperação técnica; e transferência de tecnologia.

Os documentos sobre o assunto poderão ser obtidos na página

http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=7522

Comunicado a respeito da IX Reunião da Comissão Mista Brasil-União Européia (12 de abril de 2005)

Será realizada em Bruxelas, nos dias 13 e 14 de abril corrente, a IX Reunião da Comissão Mista Brasil-União Européia. A delegação brasileira será chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nogueira.

No dia 13, ocorrerão cinco encontros técnicos setoriais nas áreas de comércio e assuntos correlatos, meio ambiente, ciência e tecnologia, sociedade da informação e cooperação técnica bilateral. No dia 14, a Comissão examinará assuntos de caráter político, temas bilaterais adicionais e o relato das conclusões dos encontros setoriais.

Comunicado à imprensa sobre a missão do Conselho de Segurança e do ECOSOC ao Haiti (13 de abril de 2005)

Sob a liderança do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) realizará, entre 13 e 16 de abril, missão ao Haiti. No mesmo período, o Grupo Ad Hoc sobre Haiti do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), do qual o Brasil faz parte, também visitará o país.

As duas missões permitirão verificar a evolução da situação haitiana, nos três pilares que são objeto de esforços da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH):

promoção da estabilidade; conciliação política; e desenvolvimento econômico e social. Também expressarão o total apoio das Nações Unidas ao trabalho desempenhado pela MINUSTAH, em momento decisivo, no qual começam a se desenvolver as atividades de recenseamento necessárias para a realização de eleições locais, legislativas e presidenciais no fim deste ano.

As missões deverão manter diálogo com vários setores do Governo e da sociedade haitianos, com vistas ao aperfeiçoamento da presença das Nações Unidas no país e a auxiliar no planejamento de médio e longo prazos dos esforços da comunidade internacional em prol do Haiti.

A presença do Brasil em ambas as missões reitera o compromisso brasileiro com o Haiti, seja na manutenção da segurança, seja na reconciliação política, seja no apoio ao desenvolvimento. Além da participação na MINUSTAH e em outras atividades das Nações Unidas, o Brasil apóia os esforços de recuperação do Haiti na Organização dos Estados Americanos (OEA) e por meio de iniciativas de cooperação bilateral.

Integram a missão do Conselho de Segurança ao Haiti representantes dos seguintes países, além do Brasil: Argélia, Argentina, Benin, China, Dinamarca, Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Japão, Reino Unido, Romênia, Rússia e Tanzânia. Integram o Grupo Ad Hoc sobre o Haiti do ECOSOC representantes do Brasil, Benin, Canadá, Chile, Espanha e Trinidad e Tobago.

Comunicado Conjunto por ocasião da Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Gana (13 de abril de 2005)

A convite de Sua Excelência o Senhor John Agyekum Kufuor, Presidente da República de Gana, Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, visitou oficialmente Gana, nos dias 12 e 13 de abril de 2005.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava acompanhado de delegação de alto nível, integrada

por:

Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores;

Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro, interino, da Educação;

Excelentíssimo Senhor Gilberto Gil, Ministro da Cultura;

Excelentíssimo Senhor Humberto Costa, Ministro da Saúde;

Excelentíssima Senhora Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

Os dois Chefes de Estado passaram em revista as relações bilaterais e efetuaram proveitoso intercâmbio de visões sobre questões regionais e internacionais. Na ocasião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a prioridade conferida pela política externa brasileira ao estreitamento de relações com o continente africano em sua integralidade.

No plano bilateral, os dois Presidentes registraram a importância da celebração da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana, em Brasília, nos dias 4 e 5 de agosto de 2004, destinada ao fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre os dois países. Eles reiteraram os compromissos assumidos durante a Reunião, incluindo a adoção de medidas com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral e aumentar o intercâmbio econômico e comercial entre os dois países.

Os Presidentes também reafirmaram seu empenho em fortalecer a cooperação técnica, especialmente na agricultura, área em que o Brasil detém elevados níveis de eficiência e produtividade, além de contar com técnicas que poderiam ser implementadas com sucesso em diversos setores da produção agrícola ganense. Em especial, destacaram a experiência inovadora de implementação de programa de cooperação trilateral na área de desenvolvimento da cultura da mandioca, atualmente conduzido por Brasil, Gana e Japão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou sua confiança no potencial de cooperação

entre Brasil e Gana em matéria de produção e processamento de sal. Neste ponto, ele lembrou a visita da missão técnica brasileira a Gana em novembro de 2004 e expressou opinião segundo a qual tal visita pode resultar na elaboração de projeto de cooperação técnica nessa área, a ser implementado em futuro próximo, uma vez apontadas as prioridades de Gana para o setor.

O Presidente do Brasil enfatizou o crescente reconhecimento, pela sociedade brasileira, da contribuição da África para a formação da identidade nacional, bem como para o desenvolvimento econômico, social e político do país. Recordou a aprovação, no início de seu Governo, de lei que estabelece a inclusão obrigatória do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar brasileiro.

O Presidente John Agyekum Kufuor agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo empenho do Governo brasileiro em buscar o aprofundamento da cooperação educacional bilateral, com ênfase na oferta de bolsas de estudo a estudantes africanos de graduação e no intercâmbio de estudantes de pós-graduação.

O Chefe de Estado brasileiro foi homenageado pela comunidade brasileiro-ganense dos “Tabom” e assegurou a disposição de seu Governo para executar, em parceria com o Governo de Gana, a comunidade “Tabom e representantes do setor privado brasileiro, projeto de restauração da Brazil House, iniciativa de valor inestimável para a preservação da memória da saga dos povos afro-brasileiros durante o século XIX, bem como para a difusão de informação e o aprofundamento das afinidades culturais entre o Brasil e Gana.

Os dois Chefes de Estado assinalaram a importância da assinatura de Acordo de Serviços Aéreos e manifestaram expectativa de que o estabelecimento, em breve, de uma linha aérea direta entre os dois países possa contribuir significativamente para a ampliação do conhecimento mútuo mediante o desenvolvimento do turismo e o incremento do

intercâmbio econômico-comercial.

Reconheceram, ademais, a importância da ampliação do quadro jurídico bilateral e, neste ponto, destacaram a assinatura do “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas” para a consolidação, em alto nível, das relações políticas e diplomáticas bilaterais.

Ambos os Presidentes concordaram em implementar a abolição parcial de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço, que será negociada por troca de notas pelos canais diplomáticos nos próximos trinta dias.

O Presidente Lula da Silva elogiou a participação ativa do Presidente de Gana na promoção da paz na África Ocidental e enfatizou, em especial, sua atuação à frente da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), cuja presidência ocupou por dois anos.

Os dois Presidentes manifestaram preocupação com a situação na Costa do Marfim e enfatizaram a importância de assegurar a realização das eleições marcadas para 2005.

Os dois Chefes de Estado discutiram a situação na Guiné-Bissau e elogiaram o apoio fornecido àquele país pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). Enfatizaram a necessidade de ambos os organismos continuarem a cooperar para a solução do problema na Guiné-Bissau. Destacaram a dimensão multilateral da busca de soluções para os problemas do povo da Guiné-Bissau e ressaltaram a conveniência de organizar missões regulares de organizações multilaterais àquele país num esforço para exercer influência positiva sobre as tarefas urgentes de construção da paz e promoção do desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau.

No contexto do continente africano, o Presidente Lula da Silva enalteceu o Presidente Kufuor por sua destacada presidência do Comitê de Chefes de Estado e de Governo da Assembléia da

União Africana (UA), instituído pela 3ª Sessão Ordinária, com o objetivo de examinar assuntos relacionados à não-agressão, à defesa comum e à segurança comum. Observou especialmente a importância da liderança dinâmica do Presidente Kufuor naquele Comitê, para a adoção de um Esboço do Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da União Africana durante a 4ª Sessão Ordinária da Assembléia da União Africana, para assinatura, ratificação e adesão.

O Chefe de Estado brasileiro assegurou o apoio aos esforços empreendidos pelos países africanos para fortalecer a democracia e a boa governança, chamando a comunidade internacional para contribuir, com maior determinação, para o êxito dessas iniciativas. Elogiou o esforço e o sucesso de Gana neste campo.

Os dois Presidentes reconheceram a importância da integração regional. Nesta área, o Presidente Kufuor e o Presidente Lula expressaram satisfação com o recente estabelecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Os dois Presidentes reiteraram a determinação de seus países em lutar pela erradicação da fome e da pobreza, em nível doméstico e internacional, e recordaram a importância da “Declaração de Nova York sobre Ação contra a Fome e a Pobreza”, que anunciou a decisão dos países envolvidos em lutar contra a pobreza e a injustiça social no mundo, por intermédio de novas iniciativas que tornem o desenvolvimento econômico e social uma prioridade da comunidade internacional.

Os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de refletir as realidades contemporâneas por meio da admissão de novos membros, especialmente dos países em desenvolvimento, como membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado. Expressaram, ainda, concordância com o apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para que as decisões sobre a reforma do

Conselho de Segurança sejam tomadas antes da Cúpula das Nações Unidas marcada para setembro de 2005.

O Presidente Kufuor recebeu com simpatia e grande interesse o pleito do Brasil por um assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Recordou a posição comum da União Africana (UA) sobre as reformas propostas para as Nações Unidas, expressa no “Consenso de Ezulwini”, que requer apoio recíproco de outros países e grupos regionais. O Presidente ainda declarou que, no contexto da reforma das Nações Unidas, tendo em vista seu papel importante em assuntos internacionais, deve ser dado ao Brasil o reconhecimento merecido.

Os dois Chefes de Estado concordaram com a necessidade de assegurar um sistema de comércio internacional justo, com vistas ao pleno desenvolvimento do potencial de todos os povos e nações. Os Presidentes ressaltaram a importância da participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), destacando o diálogo existente entre o G-20 e o Grupo Africano. Ressaltaram a importância do G-20 como exemplo bem-sucedido de cooperação entre os países em desenvolvimento no âmbito dos fóruns internacionais.

Os Presidentes sublinharam a necessidade de expansão do comércio e do investimento entre o setor privado, bem como entre as instituições públicas envolvidas de Gana e do Brasil, e, neste plano, expressaram satisfação com os encontros organizados entre empresários de ambos os lados e saudaram a inauguração da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Gana como instrumento para facilitar a cooperação bilateral.

O Presidente Kufuor conferiu a distinção “The Companion of the Order of the Star of Gana”, a mais alta condecoração civil nacional, ao Presidente Lula por seus incansáveis esforços para assegurar a justiça social, erradicar a fome e a pobreza tanto no nível doméstico quanto no internacional, bem como por suas qualidades de liderança e por sua determinação

em fortalecer e aprofundar os laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a África em geral e Gana em particular.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Presidente John Agyekum Kufuor não apenas pela acolhida calorosa e a hospitalidade fraterna oferecida a ele e a sua delegação, mas também pela condecoração nacional que lhe foi conferida. O Presidente Lula, por sua vez, conferiu ao Presidente Kufuor a “Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul”, a mais alta honraria da República Federativa do Brasil. O Presidente Kufuor agradeceu-lhe o gesto amigável. O Presidente Lula reiterou o convite ao Presidente Kufuor para visitar o Brasil durante 2005. O Presidente de Gana aceitou o convite para visitar o Brasil em data a ser estabelecida por meios diplomáticos.

Feito em Acra, em 13 de abril de 2005, nos idiomas português e inglês, ambos os textos fazendo igualmente fé.

CELSO AMORIM

Ministro das Relações Exteriores

NANA AKUFO-ADDO

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Comunicado Conjunto por ocasião da Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Federal da Nigéria (13 de abril de 2005)

A convite do Presidente Olusegun Obasanjo, C.G.R.F., Presidente da República Federal da Nigéria, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da República Federativa do Brasil, realizou visita de Estado à Nigéria entre 11 e 12 de abril de 2005. O Presidente da República Federativa do Brasil estava acompanhado de Delegação que incluiu Ministros, Diretores de órgãos de Governo e grupo de empresários.

Durante suas conversações, os dois Presidentes ressaltaram as afinidades históricas e culturais entre os dois países. Enalteceram a maneira dinâmica pela qual as tradicionais relações entre o

Brasil e a Nigéria vêm sendo fortalecidas a partir da assunção do Presidente Lula da Silva às suas funções. Os dois Presidentes examinaram o estado das relações bilaterais, assim como a cooperação existente em temas regionais e internacionais.

Os Presidentes Obasanjo e Lula observaram com satisfação a intensificação da cooperação bilateral, conforme demonstrado pela assinatura do Acordo de Agricultura. Ademais, o Acordo sobre Confidencialidade, que dará início à execução do projeto de transferência da tecnologia brasileira para a produção de medicamentos anti-retrovirais na Nigéria, será assinado em breve.

Os dois Presidentes sublinharam a importância das reformas em curso em seus respectivos países e concordaram em que ainda havia muito a explorar nas relações bilaterais. Identificaram como áreas específicas cultura, comércio, investimentos, agricultura, manufaturas, setor militar e energia. Enfatizaram a necessidade de imediata convocação da Comissão Mista Brasil-Nigéria.

Na área de cooperação cultural, os dois Presidentes concordaram em que os antigos vínculos culturais existentes entre os dois países devem constituir um incentivo para o desenvolvimento ainda maior do intercâmbio de experiências e aprofundamento das relações culturais.

O Presidente da Nigéria demonstrou sua satisfação com a eficiência das políticas de promoção de igualdade racial que estão sendo implementadas no Brasil pelo Governo do Presidente Lula da Silva. O Presidente Obasanjo, neste contexto, mencionou especificamente a introdução do estudo de História Africana como matéria compulsória nas escolas brasileiras, e reafirmou a disposição da Nigéria em designar professores para a matéria. O Presidente Olusegun Obasanjo também expressou seu reconhecimento pelo nível de assistência à Nigéria, fornecido através de bolsas de estudo de graduação, bem como no intercâmbio de conferencistas de pós-graduação dos dois países. O Presidente brasileiro expressou sua satisfação pelo compromisso da

Nigéria de fornecer professores de História e Cultura Africanas. Os dois Presidentes determinaram que suas Delegações deveriam estabelecer o mecanismo necessário à sua implementação.

O Presidente Lula da Silva manifestou sua satisfação pelo fortalecimento do diálogo político Brasil-Nigéria. Reconheceu a importância do papel dos dois países em suas respectivas regiões. Enalteceu os esforços do Presidente Olusegun Obasanjo no sentido de consolidar a ordem democrática na Nigéria e observou seu desempenho incansável na área de prevenção e solução de conflitos na África. A audaz iniciativa dos líderes africanos de transformar a O.U.A. na União Africana, que permitiu o surgimento de uma organização mais forte para alcançar o estabelecimento da paz e segurança na África – condições sine qua non para o desenvolvimento da África – foi enaltecida.

O Presidente Obasanjo elogiou a atuação do Brasil na chefia da Missão das Nações Unidas no Haiti e na liderança do MERCOSUL. Instou à cooperação entre a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e o MERCOSUL. O Presidente Obasanjo solicitou ao Presidente Lula ajuda para estabilizar a Guiné-Bissau, através do fornecimento de treinamento militar e assistência econômica.

Os dois Presidentes reconheceram a importância da integração regional. Nesse sentido, notaram com satisfação as iniciativas atuais para a integração na América do Sul, refletidas na formação da Comunidade de Estados da América do Sul.

O Presidente Lula enalteceu o Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento da África, “NEPAD”, como processo iniciado e impulsionado por líderes africanos para encontrar soluções aos problemas africanos e saudou a liderança do Presidente Olusegun Obasanjo neste particular. O Presidente Lula elogiou a firmeza das ações da União Africana para o estabelecimento e promoção da integração regional.

Os dois Presidentes ressaltaram a importância

da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Nesse sentido, o Presidente Obasanjo defendeu a convocação da Cúpula de Líderes da América do Sul e África. O Presidente Lula apoiou a iniciativa.

O Presidente Olusegun Obasanjo reiterou o apoio da Nigéria à Declaração de Nova York contra a Fome e a Pobreza e congratulou o Presidente Lula pelo êxito do Programa Fome Zero no Brasil. Os dois Presidentes manifestaram sua satisfação pelo Relatório do Painel de Alto Nível sobre a Reforma das Nações Unidas, particularmente no tocante à fome, pobreza e justiça social no mundo, e conclamaram a imediata e abrangente implementação do Relatório do Painel.

Com relação à recomendação do Painel de Alto Nível sobre a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), os dois Presidentes concordaram com a necessidade de democratizar o processo decisório no âmbito do CSNU, por meio de maior representação nos níveis permanente e não permanente, sobretudo dos continentes da África, América Latina e Ásia. Ambos expressaram forte apoio à sugestão do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de que a crítica questão da reforma da ONU e, em particular, a expansão do CSNU, com a inclusão de assuntos permanentes para países em desenvolvimento, temas sobre os quais os dois Presidentes comungam pontos de vistas similares, seja equacionada quando da realização da Assembléia Especial das Nações Unidas sobre os objetivos do Milênio.

O Presidente Obasanjo enalteceu o papel do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, em especial, na formação do Grupo dos 20 em sua campanha em prol de um comércio mundial mais livre, do acesso aos mercados para os produtos do mundo em desenvolvimento e da remoção de subsídios agrícolas.

Ao final de sua visita, o Presidente Lula expressou gratidão pela calorosa e amigável recepção concedida a ele e sua Delegação pelo Presidente Olusegun Obasanjo, Governo e povo da República

Federal da Nigéria, havendo renovado seu convite para que o Presidente Olusegun Obasanjo a ele se junte no Brasil entre 6 e 8 de setembro de 2005, como Convidado Especial durante a celebração da Data Nacional do Brasil. O Presidente Obasanjo aceitou.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiné-Bissau (13 de abril de 2005)

No âmbito do reforço dos laços de amizade e cooperação existentes entre a República da Guiné-Bissau e a República Federativa do Brasil, Sua Excelência Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, efectuou, a convite da Sua Excelência Senhor Henrique Pereira Rosa, Presidente da República de Transição da Guiné Bissau, uma visita de trabalho e de amizade no dia 13 de abril de 2005.

Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil fez-se acompanhar de uma importante comitiva.

Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil procedeu à deposição de uma coroa de flores no Mausoléu Amílcar Cabral, fundador da nacionalidade guineense e rendeu homenagem aos Heróis da Luta Armada de Libertação Nacional.

Durante a sua estada na Guiné-Bissau, o chefe de Estado Brasileiro recebeu em audiência Sua Excelência Dr. Francisco Benante, Presidente da Assembléia Nacional Popular e Sua Excelência Senhor Carlos Gomes Júnior, Primeiro Ministro.

Os Presidentes Henrique Pereira Rosa e Luiz Inácio Lula da Silva tiveram um encontro que decorreu em clima fraternal e de compreensão mútua, durante o qual procederam a uma ampla troca de informações sobre as grandes questões da política internacional e das relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois países.

Neste contexto, e para o reforço dos laços históricos, linguísticos e culturais que unem os dois povos, os dois Chefes de Estado registaram com

apreço e satisfação as excelentes perspectivas que se oferecem a Guiné Bissau e Brasil para o incremento e a dinamização das boas relações de cooperação existentes.

Os dois Chefes de Estado congratularam-se com os resultados alcançados pela Guiné-Bissau no processo de reconciliação nacional e diálogo político com vistas à consolidação da paz e da estabilidade.

Assim, mereceu igualmente atenção a necessidade urgente de apoio internacional à Guiné-Bissau. Neste âmbito, os dois Chefes de Estado apelaram à Comunidade Internacional para disponibilizar recursos substanciais adicionais de forma a permitir o relançamento da economia e da boa governança.

Os dois Chefes de Estado reconheceram que a manutenção e o reforço da estabilidade político-constitucional constitui um pressuposto fundamental para a edificação de parcerias externas sólidas e dinâmicas. Neste contexto, realçaram o papel que cabe a todos os atores políticos nacionais na prossecução deste objetivo lançando um vibrante apelo neste sentido.

Os dois Chefes de Estado reconheceram o progressivo reforço da presença e visibilidade da CPLP na arena política internacional e, outrossim, a necessidade de uma nova dinâmica no processo de integração no seio da Comunidade a qual deverá ter como condições indispensáveis a implementação efetiva dos instrumentos jurídicos, programas e projetos existentes e o maior envolvimento na concretização dos objetivos traçados no Acordo Geral de Cooperação.

Os dois Presidentes acordaram em prosseguir a concertação bilateral e multilateral no quadro da CPLP e das Nações Unidas, tendo em vista a prossecução dos objetivos destas organizações.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou o empenho do Brasil em apoiar o Governo guineense junto às instituições financeiras internacionais e a comunidade de países doadores, bem como no Conselho de Segurança das Nações

Unidas, no sentido de obter o apoio internacional ao país e a retomada do processo de desenvolvimento sócio-econômico.

O Presidente Henrique Pereira Rosa agradeceu a contribuição do Governo Brasileiro para o Fundo Especial da CPLP, na soma de quinhentos mil dólares (500.000 USD), destinada à reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau, tendo igualmente solicitado a parte brasileira o seu apoio às próximas eleições presidenciais de 19 de junho e a realização da próxima Mesa Redonda sobre a Guiné-Bissau em outubro do ano em curso.

Os dois Presidentes manifestaram satisfação pelo lançamento do primeiro projeto a ser financiado pelo Fundo para Alívio da Pobreza e da Fome do Fórum de Dialogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) que visa a apoiar o desenvolvimento agrícola e pecuário na Guiné Bissau, ilustrando assim um modelo de cooperação Sul/Sul.

No domínio da saúde, felicitaram-se pela iniciativa brasileira de lançar o programa de cooperação internacional em HIV/SIDA - Fase II cujo protocolo foi assinado em janeiro ultimo em Bissau entre os dois Governos.

No âmbito da educação profissional, constataram os avanços registados no projeto de estabelecimento em Bissau de um Centro de Formação Profissional e Social, iniciativa que conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil.

O Presidente Henrique Pereira Rosa agradeceu a resposta positiva do Brasil ao pedido de concessão de bolsas de estudo para estudantes guineenses em universidades brasileiras, assim como o intercâmbio de docentes universitários, para apoiar as instituições de ensino superior da Guiné-Bissau.

Os Presidentes congratularam-se pela convergência de pontos de vista sobre a importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os dois Estadistas expressaram o desejo de que as negociações em curso na Organização Mundial

do Comercio (OMC) sejam concluídas com êxito de modo a assegurar a edificação de um sistema de comercio multilateral justo, transparente e não-discriminatório e assinalaram a importância dos preparativos da VI Conferência Ministerial da OMC a ser realizada em Hong- Kong, em dezembro de 2005, saudando a participação ativa e coordenada dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha, que deverá ser intensificada até a projetada Conferência.

O Presidente do Brasil agradeceu o apoio da Guiné-Bissau à candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao posto de Diretor-Geral da OMC.

No que diz respeito às relações econômicas entre os dois países, o Presidente do Brasil registrou com satisfação o grande desejo do Governo guineense em ver progredir o investimento brasileiro na Guiné-Bissau, em todos os setores e principalmente no agro- industrial, investimento que gozará de todo apoio e proteção previstos na lei.

Por outro lado, salientaram a oportuna iniciativa do MERCOSUL de iniciar negociações comerciais com os países em desenvolvimento da CPLP, o que, alargando-se a UEMOA, de que a Guiné-Bissau faz parte, contribuirá decisivamente para a intensificação das trocas comerciais Sul /Sul, e o desenvolvimento desses países.

Os Presidentes da Guiné Bissau e do Brasil expressaram as suas preocupações pela persistência da fome e da pobreza no mundo. Reafirmam que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, das Metas do Desenvolvimento do Milênio (MDM) deve ser prioridade de todos os países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

O Presidente Henrique Pereira Rosa reiterou o apoio da Guiné-Bissau à Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza impulsionada pelo Presidente Lula da Silva.

Os Presidentes concordaram a respeito da necessidade da reforma do sistema das Nações Unidas e manifestaram o apoio ao relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças

que constituiu uma contribuição relevante ao debate sobre o processo da reforma.

Em relação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, os dois Presidentes sublinharam a necessidade de uma reforma estrutural. Os Presidentes tomaram igualmente nota do consenso de EZULWINT que visa a atribuir dois lugares de membro permanente e cinco de não-permanente para a região africana. Neste contexto, a Guiné-Bissau reiterou o seu apoio ao pleito brasileiro para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os dois Chefes de Estado expressaram a sua concordância com o apelo do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, para que as decisões sobre a reforma do Conselho de Segurança sejam aprovadas antes da Cúpula sobre a Declaração do Milênio que terá lugar em setembro de 2005 em Nova York.

No final da visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou o seu profundo agradecimento ao Presidente Henrique Pereira Rosa, ao Governo e ao povo da Guiné-Bissau pelo acolhimento caloroso e hospitalidade generosa que lhe foi reservada assim como à sua comitiva, durante a visita à Guiné-Bissau, e convidou o seu homólogo a visitar a República Federativa do Brasil. O convite foi aceito com satisfação, devendo a data de sua realização ser posteriormente comunicada por via diplomática.

Comunicado à imprensa sobre a Resolução da Comissão de Direitos Humanos a respeito da situação dos direitos humanos em Cuba (14 de abril de 2005)

A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas considerou hoje, 14 de abril, projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Cuba.

A Delegação brasileira, em coordenação com as delegações da Argentina, do Paraguai, do Equador, do Peru e da República Dominicana, absteve-se na votação sobre a matéria e fará, ao

término das votações na CDH, a seguinte declaração de voto:

“A Delegação do Brasil decidiu abster-se na votação do projeto de resolução L 31 por entender que esta resolução não contribui genuinamente, nas atuais circunstâncias, para a melhoria da situação de direitos humanos em Cuba.

O Brasil reafirma seu respeito irrestrito aos princípios e às instituições democráticas, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Ratifica seu pleno apoio ao sistema universal de promoção e proteção dos direitos humanos e, em particular, às ações desenvolvidas pela Comissão de Direitos Humanos para contribuir para a melhoria da situação dos direitos humanos em todo mundo.

Neste contexto, deseja manifestar sua preocupação pela utilização da Comissão por alguns países membros para criticar outros ou evitar críticas a suas próprias situações, o que reduz a contribuição que esta Comissão pode dar para o desenvolvimento progressivo dos direitos humanos.

O Brasil reafirma a importância de que todos os Estados garantam a plena vigência de todos os direitos humanos, conforme o compromisso assumido na Declaração de Viena de 1993 em favor da universalidade, interdependência, e indivisibilidade dos direitos humanos. No contínuo diálogo com o Governo cubano, estará expressando a importância que reveste a plena observância desses princípios.

Nesse sentido, registra os avanços verificados em Cuba no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais e as decisões recentes do Governo cubano de libertar prisioneiros políticos, e o encoraja a adotar novas medidas para assegurar a plena vigência de todos os direitos humanos, tanto os econômicos, sociais e culturais como os civis e políticos.”

Comunicado à imprensa sobre a reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (15 de abril de 2005)

Será realizada em Brasília, no dia 19 de abril, Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-

Americana de Nações, precedida, no dia 18, de reunião preparatória de altos funcionários.

A Reunião de Chanceleres dará seguimento à preparação da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade, a realizar-se no Rio de Janeiro, em agosto próximo.

A Comunidade Sul-Americana de Nações foi estabelecida durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Cusco, em 8 de dezembro de 2004. Seus principais objetivos serão a coordenação política entre os países da América do Sul, o aprofundamento e convergência entre os processos de integração comercial da região e a integração da infraestrutura de transportes, energia e comunicações.

Na Reunião de Chanceleres, serão examinadas diretrizes de ação e propostas para a organização das atividades da Comunidade.

Comunicado à imprensa sobre a LVII Reunião do Grupo Mercado Comum e sobre a reunião dos Embaixadores do Brasil na América do Sul para preparar a reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (15 de abril de 2005)

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o Subsecretário-Geral da América do Sul, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, reuniram-se hoje, em Assunção, Paraguai, com os Embaixadores brasileiros acreditados junto aos países da América do Sul.

O encontro, realizado ao ensejo da LVII Reunião do Grupo Mercado Comum, teve por objetivo preparar a Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a celebrar-se em Brasília no próximo dia 19 de abril. Estiveram presentes os Embaixadores do Brasil na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além do Representante do Brasil junto à ALADI.

A presença inédita em Assunção dos Embaixadores brasileiros acreditados junto aos países da América do Sul, para participar da mencionada

reunião do Mercosul e para coordenar posições para a reunião de Chanceleres em Brasília, indica a importância conferida pelo Governo brasileiro ao trabalho das instituições do Mercosul, assim como o interesse prioritário em impulsionar o projeto integracionista da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Comunicado à imprensa sobre as eleições na OMC (15 de abril de 2005)

O Brasil apresentou a candidatura do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa com o propósito de contribuir para o processo de construção de consenso na Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo em vista a longa e invariável tradição da diplomacia brasileira de buscar o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, baseado em normas claras, justas e eficazes, bem como a contribuição que demos no contexto do G-20 aos progressos nas negociações da Rodada de Doha, que culminaram no Acordo Quadro de julho último em Genebra.

Obtivemos apoios muito importantes em todas as regiões. Somos profundamente gratos aos países que compartilharam a nossa visão e nos honraram com o seu apoio. O Brasil se sentiu fortalecido pela confiança que mereceu.

Embora tenhamos dúvidas em relação aos critérios que foram empregados para colher as preferências dos países membros da OMC e aos parâmetros utilizados para interpretá-los, não iremos contestá-los. Lamentamos, contudo, que a forma como a avaliação foi apresentada – sem números ou indicações precisas – não tenha contribuído em nada para melhorar a imagem de falta de transparência freqüentemente imputada à OMC.

A campanha levada a cabo pelo Embaixador Seixas Corrêa, com pleno respaldo do Governo brasileiro, serviu para transmitir nossa visão do processo da OMC, para valorizar os temas ligados ao desenvolvimento e para propugnar por uma organização mais democrática, mais transparente e, portanto, mais capaz de refletir as diferentes

realidades hoje prevalecentes no mundo. Isso foi feito em plena convergência com os valores que defendemos nos foros internacionais. O Brasil seguirá firme na defesa destes ideais na OMC e nos demais organismos internacionais.

Continuaremos a trabalhar para fortalecer o multilateralismo no plano comercial e para assegurar que a Rodada de Doha seja concluída, em pleno respeito ao nível de ambição estabelecido pelo mandato e tendo presente a prioridade a ser dada ao desenvolvimento, contida no seu próprio título (Agenda do Desenvolvimento de Doha). Em particular, continuaremos a priorizar a plena integração do comércio agrícola nas normas multilaterais, especialmente o fim dos subsídios distorcivos e outras formas de restrições protecionistas. Para tanto, seguiremos atuando em coordenação com o G-20 e outros grupos de países com interesses semelhantes.

Comunicado à imprensa sobre a convalidação de diplomas de medicina de profissionais cubanos (15 de abril de 2005)

Cerca de setenta médicos cubanos, que prestavam serviços de saúde no Estado do Tocantins, retornaram hoje a Havana. Os contratos desses profissionais haviam sido suspensos por determinação judicial decorrente de ação impetrada pelo Conselho Regional de Medicina daquele Estado. A suspensão dos contratos baseou-se na exigência, para o exercício da medicina por profissionais estrangeiros, de revalidação de diploma e/ou inscrição no órgão profissional competente.

Ainda hoje, 15 de abril, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu pedido do Ministério Público Federal de suspensão dos efeitos daquela decisão judicial, tendo presente que o seu cumprimento causaria “grave lesão à saúde pública no Estado do Tocantins”. Ao suspender a decisão, o Presidente do Tribunal levou em consideração que o Governo brasileiro está prestes a concluir Ajuste Complementar ao Acordo de

Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e Cuba. Tal instrumento deverá permitir a regularização da situação dos profissionais de saúde formados em Cuba para exercerem a medicina no Brasil.

O Ajuste Complementar decorre de Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação “Strictu Sensu” na Área de Saúde entre os Governos brasileiro e cubano, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando de sua visita a Havana, em setembro de 2003.

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República do Senegal (15 de abril de 2005)

Respondendo a convite de Sua Excelência o Senhor Abdoulaye Wade, Presidente da República do Senegal, sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil visitou oficialmente o Senegal, nos dias 13 e 14 de abril de 2005, acompanhado de delegação integrada pelos Ministros das Relações Exteriores, da Educação, da Cultura, da Saúde e das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de altos funcionários governamentais e de empresários.

O Presidente da República Federativa do Brasil foi recebido por Sua Excelência o Senhor Abdoulaye Wade, Presidente da República, na presença de membros do Governo, de altas personalidades do Estado, bem como de membros do corpo diplomático acreditado em Dacar.

Durante a visita, o Presidente Lula depositou coroa de flores no Memorial dos Tirailleurs e visitou, na Ilha de Gorée, a Maison des Esclaves.

Os dois Chefes de Estado mantiveram encontros num clima de fraternidade, grande cordialidade e compreensão mútua. Procederam a um intercâmbio de pontos de vista sobre os diferentes aspectos da cooperação bilateral e sobre questões regionais e internacionais de interesse comum.

O Presidente Lula saudou o Presidente Wade

pelas conquistas democráticas e pela consolidação do Estado de Direito no Senegal, assim como por seus esforços em prol do desenvolvimento econômico do país.

No plano bilateral, os dois Chefes de Estado puderam constatar a consolidação das relações entre os dois países, que se traduzem no aumento do intercâmbio econômico e comercial, bem como pela ampliação da cooperação bilateral, em particular nas áreas técnica e cultural.

O Presidente Wade expressou gratidão ao Presidente Lula pelo apoio do Brasil na luta contra o gafanhoto, que se traduziu na doação de um avião pulverizador, na formação e no treinamento de nove profissionais senegaleses: quatro mecânicos, três pilotos e dois agrônomos, e na assinatura, em Dacar, a 16 de janeiro de 2005, por ocasião da visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no domínio do controle biológico do gafanhoto.

As duas Partes procederam à assinatura do Memorando de Entendimento sobre Telecomunicações entre a Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil e a Agência de Regulação das Telecomunicações do Senegal.

No domínio esportivo, os Presidentes reafirmaram a idéia de uma partida amistosa de futebol entre as seleções nacionais dos dois países, aventada por ocasião da visita ao Senegal, em janeiro de 2005, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Acordaram recomendar aos organismos competentes dos dois países a realização daquele evento, idealmente antes do final de 2005.

Os dois Presidentes reafirmaram seu empenho em fortalecer a cooperação técnica, particularmente no domínio da agricultura e saúde, áreas em que os dois países poderiam ampliar significativamente o quadro jurídico bilateral.

Nesse sentido, comprometeram-se a orientar as autoridades competentes a examinarem a possibilidade de ampliar o campo de ação do Protocolo de Intenções na Área de Saúde, assinado

em junho de 2002, particularmente na área do combate ao HIV/AIDS.

No domínio agrícola, o Presidente brasileiro comprometeu-se a ampliar a cooperação técnica bilateral, colocando à disposição do Senegal a experiência brasileira em matéria de produção de biodiesel, entre outros.

Os dois Chefes de Estado congratularam-se pela solução encontrada para a questão da dívida do Senegal, cujo reconhecimento possibilitou a assinatura de contrato bilateral de reescalonamento da dívida, no âmbito do Clube de Paris.

O Presidente Abdoulaye Wade agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o empenho do Governo brasileiro em buscar o aprofundamento da cooperação educacional bilateral, com ênfase na oferta de bolsas de estudo a estudantes senegaleses em nível de graduação, bem como no intercâmbio de docentes em nível de pós-graduação.

No domínio cultural, o Chefe de Estado senegalês cumprimentou o Brasil por sua construtiva participação na Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em Dacar, em outubro de 2004. Externou, ainda, sua viva satisfação com a decisão brasileira de sediar a segunda edição desse importante evento, a ser realizada em 2006.

O Chefe de Estado senegalês expressou também satisfação pela concordância do Brasil em atuar como ponto focal e coordenador para a América Latina, do 3º Festival Mundial das Artes Negras, a realizar-se em Dacar em dezembro de 2006.

As duas Partes procederam à assinatura do Programa Executivo do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, para o período de 2005-2008.

As duas Partes procederam à assinatura do Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço.

No plano multilateral, o Presidente Lula da Silva ressaltou que o êxito de sua política de intensificação do diálogo entre o Brasil e os países africanos não pode prescindir de um aprofundamento privilegiado das relações com o Senegal, país cujas

realizações nos campos cultural e político, assim como em matéria de política externa, são acompanhadas com muito interesse pela África.

O Presidente brasileiro destacou o papel protagônico do Senegal e de seu Chefe de Estado, particularmente no âmbito da União Africana (UA), na âmbito da nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO).

No contexto regional africano, mais especificamente no tocante à situação prevalente na Costa do Marfim, os dois Presidentes formularam votos de sucesso em relação ao processo ora em curso para o restabelecimento de uma paz durável nesse país amigo e irmão.

Sobre a Guiné-Bissau, os dois Chefes de Estado expressaram satisfação com as iniciativas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da CEDEAO visando à normalização da situação político-institucional bissau-guineense, e ressaltaram a necessidade de que os dois organismos coordenem suas ações com vistas a assegurar uma transição pacífica e a retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

Os dois Chefes de Estado concordaram em levar os problemas da Guiné Bissau às instâncias multilaterais apropriadas e defenderam a organização de missões regulares àquele país capazes de empreender esforços eficazes no sentido da construção da paz e da promoção do desenvolvimento econômico e social, mediante assistência financeira e técnica apropriada.

Com respeito à situação do Sudão, os dois Presidentes manifestaram a expectativa de que se extingam, em breve, os focos de conflito que ainda persistem no país. Conclamaram o Governo sudanês a persistir nos esforços para restabelecer a paz e a segurança na região de Darfur e concordaram em que a comunidade internacional deve auxiliar o Sudão em seus esforços de consolidação da paz e de reconciliação nacional.

Os dois Chefes de Estado externaram perfeita convergência de pontos de vista quanto à necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular a ampliação do Conselho de Segurança, tornando-o mais democrático, representativo e legítimo, mediante a incorporação de novos países em desenvolvimento como membros permanentes.

O Presidente Abdoulaye Wade tomou nota com interesse da candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança. O Presidente Lula expressou, da mesma forma, seu apoio à posição africana comum sobre a reforma do Conselho de Segurança.

Os dois Chefes de Estado reafirmaram seu entendimento sobre a importância do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Reafirmaram também a expectativa de que Brasil e Senegal continuem a dialogar amplamente e a manter a coordenação entre suas respectivas delegações no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Formularam, ademais, votos de sucesso nas negociações em curso no âmbito da OMC, visando assegurar a construção de um sistema comercial multilateral justo, transparente e não-discriminatório.

O Presidente Wade reiterou seu apoio à Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza, que afirmou a determinação dos países envolvidos de lutar contra a pobreza e a injustiça social no mundo, por meio de novas iniciativas que convertam o desenvolvimento econômico e social em uma das altas prioridades nacionais e internacionais.

Os dois Presidentes reafirmaram sua perfeita convergência de pontos de vista a respeito da estratégia de luta contra a pobreza e de erradicação da fome no mundo. Deste modo, constataram, com satisfação, que os objetivos visados pelo programa “Fome Zero” e que a defesa feita, no plano internacional, pelo Presidente Lula da instituição de um Fundo mundial de combate à fome coincide com a linha adotada pelo Presidente Abdoulaye Wade, no quadro da luta contra a defasagem

agrícola e que são, entre outras, a de garantir a segurança alimentar aos países do Sul.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva congratulou-se com a iniciativa de Sua Excelência, o Presidente Abdoulaye Wade de organizar proximamente em Dacar, uma Cúpula sobre o diálogo islâmico-cristão e estimou que o Brasil, que conta com uma das maiores comunidades católicas do mundo, desempenhará papel ativo no evento.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou o combate travado pelo Presidente Abdoulaye Wade contra a exclusão digital e seu esforços incessantes pela implementação do Fundo de Solidariedade digital cujo lançamento teve lugar em 14 de março de 2005 em Genebra.

À margem da visita, um encontro entre empresários senegaleses e brasileiros foi realizado em 14 de abril de 2005 em Dacar. O encontro contribuiu para reforçar a cooperação entre os setores privados dos dois países.

Ao término da visita oficial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu agradecimento ao Presidente Abdoulaye Wade. Formulou convite ao Presidente da República senegalês a realizar visita oficial ao Brasil. O convite foi aceito com prazer. A data será fixada posteriormente pela via diplomática.

Feito em Dacar, em 14 de abril de 2005, em dois exemplares originais nas línguas portuguesa e francesa, sendo os dois textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Pelo Governo da República do Senegal
Cheikh Tidiane Gadio, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Comunicado à imprensa sobre a assinatura de Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Financiadora de Estudos e Projetos (18 de abril de 2005)

Será assinado amanhã, 19 de abril, às 16:30, no Palácio do Planalto, na presença do Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, convênio de assistência recíproca entre o Ministério das Relações Exteriores e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que cria o Programa de Apoio ao Pré-Investimento para a América do Sul (FINEP-SUL). A solenidade ocorrerá no contexto da Reunião de Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Com os recursos destinados ao Programa, o Governo brasileiro poderá financiar estudos técnicos e projetos para investimentos em países da América do Sul, de forma a viabilizar sua elaboração e dar maior agilidade ao processo. Tais estudos são essenciais para o planejamento e execução de obras de infra-estrutura na região.

O Governo do Presidente Lula tem dado grande importância à integração física da América do Sul. Ações concretas estão sendo impulsionadas também na área de infra-estrutura, com a identificação de projetos de impacto para a geração de empregos, facilitação do comércio e coesão e inclusão social nos países da região.

O Brasil está destinando cerca de US\$ 1,5 bilhão para 11 projetos. A viabilização dos projetos de integração física da região deverá contar, ainda, com a contribuição e o apoio de instituições financeiras, organismos de fomento e investidores privados.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Sua Santidade o Papa Bento XVI (19 de abril de 2005)

“Neste momento de renovada esperança para o mundo, tenho especial satisfação em cumprimentar Sua Santidade, em nome do Governo e do povo brasileiros, por sua eleição ao Trono de São Pedro.

Estou seguro de que Sua Santidade promoverá com empenho a paz e a justiça social, ao mesmo tempo em que reavivará os valores espirituais e morais da Igreja.

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República Federativa do Brasil”

Comunicado à imprensa sobre as declarações emitidas por ocasião da Reunião dos Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações (19 de abril de 2005)

Declaração sobre a Situação no Equador

Os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações manifestam a sua preocupação com a crise política que enfrenta o Equador e fazem um apelo a que os Poderes do Estado, em conjunto com a sociedade civil e a classe política equatorianas, empreendam esforços para conciliar suas posições, com vistas à busca de uma solução, por meio de um diálogo franco que conduza a um consenso nacional, respeitando a institucionalidade e a ordem democráticas constituídas, tal como o consagra a Carta Democrática Interamericana.

Os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações reiteram, igualmente, que o respeito aos Governos eleitos pela vontade popular e ao estado de direito são fundamentais para manter a estabilidade, a paz e para se alcançar o desenvolvimento dos nossos países.

Declaração de Apoio à Candidatura do Peru ao Conselho de Segurança das Nações Unidas

Os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações, reunidos na cidade de Brasília, acordamos reafirmar o apoio dos nossos países à candidatura do Peru a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, durante o período de 2006-2007.

Declaração sobre a Independência Bolivariana

Os Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações saúdam o aniversário da Declaração de Independência da República Bolivariana da Venezuela, com a qual se iniciou o processo da independência na região.

Comunicado à imprensa sobre o cidadão brasileiro ferido em atentado no Iraque (19 de abril de 2005)

O Ministério das Relações Exteriores recebeu informação do Chefe do Núcleo Iraque em

Amã, Ministro Paulo Joppert Crissiuma, segundo a qual o cidadão brasileiro Luiz Augusto Branco havia sido ferido em atentado no Iraque, contra comboio no qual viajava no final de semana, e evacuado para país vizinho, a fim de receber tratamento. O Itamaraty mobilizou as representações brasileiras na região e foi informado de que a Embaixada do Brasil no Kuaite localizara o Senhor Branco em hospital naquele país.

O Embaixador no Kuaite, Mario Roiter, visitou hoje, dia 19, o Senhor Branco e pôde verificar que o cidadão brasileiro está consciente e que seu estado de saúde é estável. O Senhor Branco sofreu queimaduras e fraturas, além de outros ferimentos. Deverá ser transferido proximamente para outro país, para prosseguir seu tratamento.

O Embaixador do Brasil no Kuaite continuará a prestar toda a assistência necessária ao Senhor Luiz Augusto Branco, cuja família já foi informada pelo Itamaraty do ocorrido.

Comunicado à imprensa a respeito da situação no Equador (20 de abril de 2005)

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a crise política no Equador que levou à decisão, tomada hoje, 20 de abril, em sessão especial de legisladores, de declarar vacante o cargo de Presidente da República e de empossar no cargo o Vice-Presidente Alfredo Palacio.

O Brasil recorda os termos da Declaração dos Chanceleres da Comunidade Sul-Americana de Nações, emitida em Brasília ontem, 19 de abril, e reitera o apelo às forças políticas equatorianas no sentido de conciliar suas posições em torno de solução constitucional que assegure a restauração da normalidade institucional, da estabilidade interna e da paz social para todos os equatorianos, com respeito aos direitos humanos.

Comunicado à imprensa sobre a concessão de asilo diplomático ao Senhor Lucio Gutiérrez (20 de abril de 2005)

O Senhor Lucio Gutiérrez encontra-se na

Embaixada do Brasil em Quito, onde solicitou asilo diplomático.

A concessão de asilo político é tradição regional e instituto do Direito Internacional Público regulado pela Convenção sobre Asilo Diplomático, assinada em Caracas, em 28 de março de 1954, e promulgada, no Brasil, pelo Decreto 42.628, de 13 de novembro de 1957.

O Governo brasileiro está tomando as providências cabíveis para a concessão do asilo.

Conforme nota divulgada anteriormente, o Governo brasileiro acompanha, com preocupação, o quadro político constitucional no Equador e reitera a expectativa de uma solução pacífica que assegure a normalidade institucional.

Comunicado à imprensa da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre o Equador (21 de abril de 2005)

(versões em português e espanhol)

Os países da Comunidade Sul-Americana de Nações reiteram sua profunda preocupação com a sucessiva deterioração da constitucionalidade e institucionalidade democrática no Equador, que culminou com o afastamento do ex-Presidente Lucio Gutiérrez de suas funções.

Ao manifestar seu firme propósito em favor de que a normalidade institucional seja restabelecida pronta e plenamente, com todo o respaldo da legitimidade democrática, e em conformidade com a Carta Democrática Interamericana, a Comunidade Sul-Americana de Nações expressa seu oferecimento de cooperação. Nesse sentido, enviará uma missão constituída pelos Chanceleres da tríada da Comunidade (Peru, Brasil e Bolívia), à qual aceita juntar-se a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio (Argentina), para dialogar com as forças políticas equatorianas e colaborar na construção de um clima de entendimento que leve à plena normalização e institucionalização do quadro político-jurídico e à paz social para todos os equatorianos.

Pela tríada da Comunidade Sul-Americana

de Nações,

Manuel Rodríguez Cuadros, Ministro das Relações Exteriores do Peru

Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Juan Ignacio Siles del Valle, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia

(versão em espanhol)

Comunicado de la Comunidad Sudamericana de Naciones

Los países de la Comunidad Sudamericana de Naciones reiteran su profunda preocupación por el sucesivo deterioro de la constitucionalidad e institucionalidad democrática en Ecuador que culminó con el alejamiento de sus funciones del Presidente Lucio Gutiérrez.

Al manifestar su firme propósito a favor de que la normalidad institucional sea restablecida pronta y plenamente con todo el respaldo de la legitimidad democrática, y en conformidad con la Carta Democrática Interamericana, la Comunidad Sudamericana de Naciones expresa su ofrecimiento de cooperación. En ese sentido, enviará una misión constituida por los Cancilleres de la troika de la Comunidad (Perú, Brasil y Bolivia), a la que acepta unirse la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río (Argentina), para dialogar con las fuerzas políticas ecuatorianas y colaborar en la construcción de un clima de entendimiento que lleve a la plena normalización e institucionalización del escenario político-jurídico y a la paz social para todos los ecuatorianos.

Por la “troika” de la Comunidad Sudamericana de Naciones,

Manuel Rodríguez Cuadros, Ministro de Relaciones Exteriores del Perú

Celso Amorim, Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil

Juan Ignacio Siles del Valle, Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de Bolivia

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chanceler de Angola (25 de abril de 2005)

O Chanceler de Angola, João Bernardo de Miranda, acompanhado de representantes de diversos órgãos governamentais, realiza visita a Brasília, nos dias 25 e 26 de abril, para co-presidir, com o Ministro Celso Amorim, a VI Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola. Os dois Ministros manterão encontro privado antes do início da Comissão Mista, com o objetivo de examinar aspectos do relacionamento bilateral, bem como questões regionais e internacionais de interesse recíproco.

Durante a reunião da Comissão Mista, serão tratadas as possibilidades de aumentar a cooperação entre ambos os países em temas como agricultura, formação profissional, educação, administração pública, esporte, ciência e tecnologia, cultura, pesca, geologia e minas, estatísticas do trabalho, administração pública e cooperação judiciária, entre outros.

O evento precederá a visita oficial que, no próximo dia 3 de maio, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, fará ao Brasil, em retribuição à visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola, em novembro de 2003.

Também em preparação à visita do Presidente angolano, será realizado, no dia 28 de abril corrente, no Rio de Janeiro, seminário empresarial organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Angola, com apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Itamaraty.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia (25 de abril de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Embaixador Borys Tarassiuk, realiza visita ao Brasil de 25 a 27 de abril corrente. No dia 25, o Secretário-Geral Samuel Pinheiro Guimarães oferece almoço em homenagem ao Ministro Tarassiuk, que já havia visitado o Brasil em 1999 durante sua primeira gestão à frente da Chancelaria da Ucrânia. Às 17h00 do mesmo dia, o Ministro Celso Amorim

o recebe em reunião de trabalho.

No dia 26 pela manhã, o Ministro ucraniano proferirá palestra no Instituto Rio Branco, e, no período da tarde, manterá contatos no Congresso Nacional. Na manhã do dia 27, está prevista audiência com o Vice-Presidente José Alencar. O Ministro Tarassiuk embarcará no mesmo dia para o Rio de Janeiro, de onde partirá para Santiago do Chile.

Da pauta da visita do Chanceler da Ucrânia ao Brasil deverão constar itens como cooperação espacial, ampliação do comércio bilateral e reforma das Nações Unidas, entre outros.

Brasil e Ucrânia estabeleceram relações diplomáticas em 1992 e vêm promovendo a dinamização do relacionamento em diversas áreas, com a assinatura de tratados de cooperação e a realização regular de encontros de alto nível. No Brasil, estima-se que a comunidade de ucranianos e descendentes totalize cerca de 500 mil pessoas, a maioria das quais reside no Paraná.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA (25 de abril de 2005)

A convite do Chanceler Celso Amorim, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, visitará o Brasil nos dias 26 e 27 de abril. A programação terá início na tarde do dia 26, no Palácio Itamaraty, onde se realizarão encontro de trabalho com o Chanceler Celso Amorim e coletiva conjunta de imprensa. A Secretária Rice fará, em seguida, visita de cortesia ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. À noite, o Ministro Amorim lhe oferecerá jantar de trabalho no Itamaraty. Na manhã do dia 27, a Secretária de Estado fará palestra no auditório do Memorial JK sobre a política externa dos EUA para a América Latina.

A visita da Secretária de Estado norte-americana ocorre em período especialmente favorável das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. O desenvolvimento da cooperação entre os dois países e as boas relações pessoais entre os

Presidentes Lula e Bush têm facilitado a identificação de áreas de atuação conjunta e garantido diálogo fluido e mutuamente respeitoso nas relações bilaterais.

O comércio entre os dois países foi ampliado nos últimos anos e ultrapassou a marca de US\$ 31 bilhões nos dois sentidos em 2004. As exportações brasileiras para os EUA aumentaram mais de 20% de 2003 para 2004, tendo apresentado no primeiro trimestre de 2005 incremento de cerca de 34% em relação ao mesmo período do ano passado. Absorvendo quase um quarto das exportações brasileiras, sobretudo de bens manufaturados, os Estados Unidos permanecem na posição de principal parceiro comercial individual do país. De forma similar, o Brasil continua a ser o maior receptor de investimentos dos EUA na América do Sul. Estimam-se em US\$ 34 bilhões os investimentos norte-americanos no Brasil e em US\$ 2 bilhões brasileiros nos Estados Unidos.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA - Comunicado Conjunto (26 de abril de 2005)

(texto oficial em português)

Em junho de 2003, o Presidente Lula e o Presidente Bush encontraram-se em Washington e assinaram um Comunicado Conjunto comprometendo os países com uma relação mais próxima e mais sólida.

Hoje, no encontro da Secretária Rice com o Chanceler Celso Amorim e na visita feita ao Presidente Lula, os representantes de nossos Governos trocaram idéias sobre o compromisso de trabalhar juntos a fim de aprofundar o relacionamento bilateral e também cooperar com outras nações, particularmente na nossa região, orientados pela visão comum de liberdade, democracia e justiça social. Nesse sentido, em nossos encontros de hoje e neste comunicado conjunto:

Reafirmamos o compromisso de uma visão comum de que a democracia representativa e o

estado de direito são indispensáveis para a construção de sociedades modernas e de sistemas políticos que promovam crescimento, desenvolvimento social, transparência e estabilidade.

Reafirmamos que os países devem abraçar políticas destinadas a promover crescimento e inclusão social, que são a chave para o incremento das rendas, a melhoria dos padrões de vida e para o fim da fome e da pobreza. Também reafirmamos nossa convicção de que os Governos deveriam trabalhar para fortalecer seus povos por meio da boa governança, combatendo a corrupção, garantindo a segurança pessoal, estimulando as empresas e provendo os cidadãos com o acesso a uma educação de alta qualidade, saúde adequada e cuidados nutricionais. Apoiamos conjuntamente a criação de um Fundo Democrático das Nações Unidas e nos comprometemos a manter o apoio a essa importante iniciativa.

Assumimos o compromisso de manter consultas regulares, trabalhando juntos pela prosperidade, governança democrática e pela paz no hemisfério e além dele. Nesse sentido, a Secretária Rice e o Ministro Amorim reafirmaram seu compromisso de manter reuniões de consulta bi-anuais no nível de Subsecretário, para rever numa base regular o amplo escopo de questões, tanto regionais como globais, em que ambos os Governos cooperam e colaboram.

Reiteramos nosso apoio à Resolução da Organização dos Estados Americanos de 22 de abril de 2005 que estimulou todos os setores políticos, sociais, e econômicos do Equador a fortalecer a governança e a garantir pleno respeito à ordem democrática, à moldura constitucional e ao estado de direito, por meio do diálogo e participação construtiva, e que instou a criação de uma atmosfera de entendimento que impulsionará a paz.

Em nossa relação bilateral e no espírito das iniciativas da Cúpula Presidencial de junho de 2003, assumimos o compromisso de apoiar e revigorar os esforços dos Grupos de Trabalho estabelecidos pela Cúpula para tratar de assuntos e coordenar a

cooperação nas áreas de ciência, tecnologia, meio ambiente, saúde, energia, agricultura, alívio da pobreza, crescimento econômico e desenvolvimento da pequena e média empresa.

Coincidimos em que a comunidade internacional deve permanecer engajada no Haiti, observando que a contribuição feita pelas missões de manutenção da paz das Nações Unidas é indispensável. Concordamos que eleições livres devem ser realizadas este ano com vistas à formação de um governo democraticamente eleito. A fim de fazer avançar o processo de estabilidade, doadores internacionais devem acelerar a prestação de assistência já comprometida para o Haiti.

Comunicado à imprensa sobre a reunião de Ministros da Área Social de Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai (28 de abril de 2005)

Por ocasião da posse do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em Montevideu, em 2 de março de 2005, os Presidentes da Argentina, do Brasil e da Venezuela emitiram Declaração Conjunta por meio da qual expressam a determinação de coordenar ações no sentido de fortalecer o processo de integração sul-americano, bem como de desenhar planos e programas conjuntos orientados para a superação da pobreza. Posteriormente, foram estendidos convites ao Paraguai e ao Uruguai para somarem-se à iniciativa original.

Para tanto, será realizada reunião de Ministros da área social dos mencionados países amanhã, sexta-feira, 29 de abril, na Sala de Conferências do Palácio Itamaraty. O objetivo da reunião será identificar áreas de cooperação e encaminhar recomendações aos respectivos Presidentes.

Comunicado à imprensa sobre a Missão da Comunidade Sul-Americana de Nações ao Equador (28 de abril de 2005)

Missão da Comunidade Sul-Americana de Nações, constituída pelos Chanceleres do Brasil,

Celso Amorim, do Peru, Manuel Rodríguez Cuadros, e da Bolívia, Juan Ignacio Siles del Valle, estará amanhã, 29 de abril corrente, no Equador. O propósito da Missão é o de cooperar, por meio do diálogo com as forças políticas equatorianas, para a consolidação dos princípios democráticos no Equador e para o pleno restabelecimento da normalidade institucional.

Comunicado à imprensa sobre a III Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias (28 de abril de 2005)

O Ministro Celso Amorim viajou hoje para Santiago, Chile, para participar da Terceira Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias. O objetivo desse foro é promover os princípios democráticos, apoiar os processos de transição para a democracia e promover o fortalecimento de suas instituições.

A Comunidade das Democracias surgiu no ano 2000. Trata-se de iniciativa dos Estados Unidos, que juntamente com Chile, Índia, Coreia do Sul, Mali, Polônia e República Tcheca, convocaram a Primeira Conferência Ministerial da Comunidade, realizada em Varsóvia, em junho de 2000. A Segunda Conferência Ministerial realizou-se em novembro de 2002, em Seul.

Do encontro de Santiago, nos dias 28 e 29 de abril corrente, participam, além do Brasil, os seguintes países: Afeganistão, Albânia, Azerbaijão, Bósnia Herzegovina, Bolívia, Benin, Colômbia, Croácia, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Geórgia, Haiti, Hungria, Quênia, Coreia, Mali, México, Moçambique, Palau, Paraguai, Peru, Polônia, Santa Lúcia, San Kitts e Nevis, Sri Lanka, Tailândia e Ucrânia.

Durante sua permanência em Santiago, o Chanceler Celso Amorim manterá encontros bilaterais com outros Ministros presentes ao evento e com autoridades chilenas.

Comunicado à imprensa sobre o Contencioso Brasil-União Européia a respeito dos subsídios à exportação de açúcar – Relatório do órgão de apelação da OMC (28 de abril de 2005)

O Brasil recebeu, com grande satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios da União Européia à exportação de açúcar. O documento, circulado hoje em Genebra, deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização em até 30 dias, juntamente com o relatório do painel.

O relatório da apelação representa a última instância no processo de solução de controvérsias da OMC e, como tal, é irrecorrível.

Iniciados em 13 de janeiro por iniciativa da União Européia, os procedimentos de apelação encerraram-se com a manutenção das conclusões do relatório do painel. A decisão de hoje consolida a base jurídica que fundamentou os questionamentos de Brasil, Austrália e Tailândia sobre os subsídios europeus ao açúcar.

O Órgão de Apelação confirmou a condenação clara e substantiva do painel dos dois elementos do regime açucareiro europeu que o Brasil havia questionado. São eles:

A exportação subsidiada de excedentes de produção (“açúcar C”): Esses excedentes (“açúcar C”) não podem ser comercializados no território aduaneiro da União Européia e apenas conseguem ser exportados graças aos efeitos do regime açucareiro europeu, que propicia remuneração artificialmente elevada nas vendas de açúcar no mercado comunitário.

A exportação subsidiada de açúcar proveniente de alguns países ACP e da Índia (“açúcar ACP/Índia”): A UE importa, em condições preferenciais, cerca de 1,6 milhão de toneladas de açúcar bruto de alguns países ACP (ex-colônias europeias na África, Caribe e Pacífico) e da Índia. Quantidade supostamente equivalente de açúcar refinado é exportada, com subsídios diretos que não

são incluídos pela UE nos cálculos relativos aos seus compromissos de redução de subsídios à exportação.

O Brasil argumentou que, em ambos os casos, ocorre violação das disciplinas do Acordo de Agricultura da OMC porque essas exportações subsidiadas excedem, tanto em quantidade como em valor, os citados compromissos europeus de redução. Segundo esses compromissos, a UE só pode aplicar subsídios até os limites anuais de 1.273.500 toneladas e EUR 499,1 milhões. Entretanto, as exportações totais de açúcar pela UE (mais de cinco milhões de toneladas em 2003) superam em muito os limites indicados em seus compromissos de redução.

O Brasil não questionou o acesso preferencial ao mercado comunitário do açúcar importado dos países ACP e da Índia. As importações provenientes desses países poderiam ser acomodadas, sem necessidade de reexportação subsidiada, por exemplo com a simples redução da produção ineficiente de açúcar na UE.

O Órgão de Apelação acatou, ainda, a contra-apelação do Brasil, que sustentou ter o painel incorrido em “economia processual injustificada” ao se recusar a examinar as queixas do Brasil também sob o Acordo de Subsídios. Essa decisão não apenas demonstra a solidez da argumentação brasileira como também traz importantes ganhos para o sistema multilateral de comércio, na medida em que confirma o entendimento de que subsídios agrícolas devem se conformar não apenas às disciplinas do Acordo de Agricultura, mas também às do Acordo de Subsídios, mais rigorosas para subsídios à exportação.

O Órgão de Apelação, por fim, recomendou que a União Européia tome as medidas necessárias para tornar seu regime açucareiro compatível com suas obrigações sob o Acordo de Agricultura.

O resultado de hoje representa importante vitória para o Brasil e recompensa a estreita e profícua cooperação entre o Governo e o setor açucareiro brasileiro, neste caso liderado pela UNICA. Com a decisão do Órgão de Apelação, tão logo a UE retire

os subsídios julgados ilegais, o mercado internacional de açúcar será ampliado em volume que pode atingir cinco milhões de toneladas por ano. Ao preço atual de US\$ 248,10/tonelada, abre-se ao Brasil e aos outros produtores competitivos de açúcar mercado potencial da ordem de US\$ 1,2 bilhão por ano.

As conclusões do contencioso sobre açúcar constituem passo importante rumo ao fim das distorções no comércio agrícola mundial, e ressaltam a importância de assegurar a plena integração da agricultura às disciplinas da OMC.

O Governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do Órgão de Apelação no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

Informações de apoio

I. Introdução:

Em 27 de setembro de 2002, Brasil e Austrália pediram consultas à União Européia para discutir a conformidade de elementos do regime açucareiro do Bloco com as normas da OMC. As consultas foram realizadas em 21 e 22 de novembro, em Genebra. As consultas solicitadas posteriormente pela Tailândia realizaram-se em março do ano seguinte. Não foi possível, em nenhum dos casos, encontrar solução satisfatória para as partes. Assim, os três países reclamantes apresentaram ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em julho de 2003, solicitação para o estabelecimento de painel. O painel foi estabelecido em 29 de agosto e composto em 24 de dezembro do mesmo ano. Compuseram o painel Warren Lavorel (EUA - Presidente), Gonzalo Biggs (Chile) e Naoshi Hirose (Japão).

Participaram dos procedimentos do contencioso na condição de terceiras partes interessadas: Barbados, Belize, Canadá, China, Colômbia, Côte d'Ivoire, Cuba, Estados Unidos, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Nova Zelândia, Paraguai, Saint Kitts & Nevis, Suazilândia, Tanzânia e Trinidad e Tobago.

O painel realizou duas reuniões com as partes,

em março e maio de 2004. Seu relatório final foi circulado em 15 de outubro. O relatório deu pleno ganho de causa ao Brasil nos dois elementos do regime açucareiro europeu questionados no âmbito do contencioso (ver seção III).

Em 13 de janeiro de 2005, a UE iniciou procedimentos de apelação. A divisão do Órgão de Apelação que examinou o caso foi composta por Arumugamangalam Venkatachalam Ganesan (Índia - Presidente), Merit Janow (EUA) e Yasuhei Taniguchi (Japão) e se reuniu com as partes em 7 e 8 de março. O relatório de apelação, divulgado hoje, 28 de abril, confirmou todas as conclusões do painel

II. O Regime Açucareiro Europeu:

A Organização Comum de Mercado (OCM) do Açúcar rege a produção e comercialização do produto na União Européia, e constitui importante elemento da Política Agrícola Comum (PAC) do Bloco. Aprovada em 1967, a OCM do açúcar entrou em vigor no ano seguinte, e seus princípios e instrumentos básicos permanecem os mesmos desde então. A norma básica que rege seu funcionamento é o Regulamento (CE) 1260/2001.

Diversos elementos do regime açucareiro europeu atuam para criar distorções que afetam o mercado internacional do produto de maneira negativa:

Proteção do mercado doméstico:

Tarifas elevadas de importação (por tonelada, 339 euros [US\$ 438] para o açúcar cru, 419 euros [US\$ 542] para o refinado), salvaguardas especiais e preços mínimos de entrada, para proteção dos preços altos do mercado doméstico.

Incentivos à produção:

Subsídios à produção para consumo interno dentro de quotas preestabelecidas (quotas "A" e "B").

Mecanismo de compra do produto das quotas A e B a "preço de intervenção" (hoje de 631,9 euros, ou US\$ 783 por tonelada).

Exportação obrigatória dos excedentes de produção (o chamado "açúcar C").

Incentivos à exportação:

Subsídios diretos à exportação de quantidade

pré-estabelecida de açúcar.

Subsídios diretos à exportação de volume equivalente ao açúcar importado em condições preferenciais de países da África, Caribe e Pacífico (ACP) – cerca de 1,6 milhão de toneladas - em valor não coberto pelos compromissos de redução de subsídios à exportação assumidos pelo Bloco na OMC.

Os subsídios concedidos ao setor açucareiro europeu a partir da entrada em vigor da OCM do açúcar, em 1968, transformaram a União Européia, em apenas 10 anos, de importadora a exportadora líquida do produto. Em 1976, as importações líquidas (deduzidas as exportações) do Bloco ainda chegavam a 209 mil toneladas. Já no ano seguinte, o Bloco atingia exportações líquidas de 966 mil toneladas. A UE vem se mantendo entre os maiores exportadores desde então.

As exportações subsidiadas de açúcar da União Européia em violação a seus compromissos na OMC reduzem o mercado internacional em cerca de quatro a cinco milhões de toneladas por ano e prejudicam produtores competitivos como o Brasil. As estimativas de prejuízo anual para o Brasil variam entre US\$ 400 milhões e US\$ 700 milhões.

III. Elementos questionados pelo Brasil:

O Brasil questionou dois elementos do regime açucareiro europeu: o “açúcar C” e o “açúcar ACP/Índia”. Em ambos, ocorre violação das disciplinas da OMC porque a União Européia concede subsídios à exportação acima dos níveis indicados em seus compromissos de redução. A regra da OMC é clara a esse respeito: só se podem conceder subsídios à exportação a determinado produto agrícola se o país tiver assumido compromisso formal de reduzir tais subsídios de acordo com cronograma negociado na Rodada Uruguai. Para o açúcar, desde janeiro de 2001, a União Européia está sujeita aos limites de 499,1 milhões de euros e 1.273.500 toneladas. A queixa do Brasil reside no fato de que a UE supera em muito esses limites.

Açúcar C

O regime açucareiro da UE determina o

estabelecimento de quotas de produção (quotas “A” e “B”) de açúcar para cada país membro. As quotas A e B, combinadas, compõem a “quota máxima”, que se beneficia de subsídios à produção e exportação. Se o preço de mercado interno cair abaixo de determinado patamar, as autoridades se comprometem a comprar todo o açúcar estocado dentro do limite da quota máxima, pelo “preço de intervenção”, hoje de 631,9 euros, ou US\$ 783 por tonelada.

Qualquer volume de produção acima da quota máxima (A+B) constitui o chamado açúcar “C”, que não pode ser vendido dentro do Bloco. As exportações de açúcar C oscilam de ano a ano. No período de 1997 a 2002, essas exportações oscilaram entre 1,3 e 3,3 milhões de toneladas.

O custo de produção do açúcar europeu é próximo a US\$ 800 por tonelada, ou seja, mais do triplo do preço internacional do produto (US\$ 248,10 por tonelada). A produção dos excedentes (açúcar “C”) é viabilizada pela combinação dos vários componentes do regime açucareiro europeu: alta proteção tarifária, administração de quotas “A” e “B”, elevado preço de intervenção, subsídios diretos à exportação, etc.

A argumentação brasileira na OMC sustentou que, graças aos mecanismos indicados acima, o regime açucareiro europeu acarreta subsídios indiretos à exportação de açúcar C, em desrespeito aos compromissos de redução de subsídios à exportação assumidos pela UE na OMC.

Açúcar “ACP/Índia”

A União Européia concede quota anual de importação de 1,6 milhão de toneladas, livre de tarifas ou a tarifas muito reduzidas, de açúcar bruto proveniente da Índia (cerca de 10.000 toneladas) e de alguns dos chamados países ACP (todo o restante). Esse açúcar é processado em refinarias européias e quantidade equivalente do produto, na forma refinada, é reexportada com o pagamento de subsídios diretos.

Os compromissos de redução assumidos pela UE previam que, a partir de janeiro de 2001, a UE não

concederia, por ano, subsídios ao açúcar (1) acima de 499,1 milhões de euros e (2) para qualquer quantidade acima de 1.273.500 toneladas do produto.

Os subsídios pagos para a viabilização da exportação de açúcar ACP/Índia não são contabilizados pela UE nos seus compromissos de redução. Essa prática, argumentou o Brasil na OMC, viola as disposições pertinentes do Acordo sobre Agricultura.

O Brasil sempre indicou que não estava questionando o acesso preferencial ao mercado europeu do açúcar importado de alguns países ACP e da Índia. A reexportação do açúcar originário desses países poderia realizar-se sem problemas, bastando, para tanto, que a União Européia reduzisse sua própria produção ineficiente de açúcar subsidiado.

IV. Próximas etapas

O relatório de apelação deverá ser adotado, juntamente com o do painel, em até 30 dias a contar desta data. A partir da sua adoção, a UE disporá de até 30 dias para anunciar formalmente sua intenção a respeito da implementação do disposto nos relatórios. Caso não possa cumprir de imediato com essas determinações, a UE disporá de “prazo razoável” para fazê-lo, que será determinado de comum acordo entre as partes, ou em processo de arbitragem.

O Governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento imediato às determinações do Órgão de Apelação, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

V. Impacto para o Brasil

O resultado de hoje representa importante vitória para o Brasil e recompensa a estreita e profícua cooperação entre o Governo e o setor açucareiro brasileiro. Com a decisão do Órgão de Apelação, tão logo a UE retire os subsídios julgados ilegais, o mercado internacional de açúcar será ampliado em volume que pode atingir cinco milhões de toneladas por ano. Ao preço atual de US\$ 248,10/tonelada, abre-se ao Brasil e aos outros produtores competitivos de açúcar mercado potencial da ordem de US\$ 1,2 bilhão por ano.

Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos (29 de abril de 2005)

O Presidente da República de Angola, Senhor José Eduardo dos Santos, visitará Brasília no próximo dia 3 de maio, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia 2 de maio, o Chefe de Estado angolano estará em Salvador, onde será homenageado pela Universidade Federal da Bahia, que lhe outorgará diploma honoris causa, e pela Assembléia Legislativa, que lhe concederá o título honorífico de Cidadão Baiano.

A visita do Presidente José Eduardo dos Santos é precedida por dois eventos de grande importância: a VI Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola (Brasília, 25 a 27 de abril) e o Seminário Empresarial sobre Oportunidades de Investimento e o Ambiente de Negócios em Angola (Rio de Janeiro, 28 de abril). A reunião da Comissão Mista permitiu a revitalização dos programas de cooperação em andamento, bem como a identificação de futuras iniciativas conjuntas. O seminário empresarial demonstrou o elevado interesse do empresariado brasileiro no mercado angolano.

O Presidente de Angola deverá incluir, em sua delegação, o Ministro das Relações Exteriores, Senhor João Bernardo de Miranda, o Ministro das Finanças, Senhor José Pedro de Moraes Junior, e o Ministro da Justiça, Senhor Manuel Miguel da Costa Aragão.

Em Brasília, além de encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente José Eduardo dos Santos terá encontros com os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

A presença do Presidente José Eduardo dos Santos no Brasil será uma oportunidade a mais para o revigoramento das relações especiais entre os dois países. Brasil e Angola têm desenvolvido, ao longo de quase três décadas, intensa agenda bilateral, consolidada em torno da solidariedade política, dos vultosos investimentos de empresas brasileiras no mercado angolano, das relações culturais, dos projetos de cooperação e das conhecidas afinidades

entre as duas nações.

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Paris (29 de abril de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará, de 2 a 5 de maio próximo, viagem a Paris, onde cumprirá agenda de trabalho na OCDE e manterá reuniões relacionadas ao encaminhamento de temas da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio.

O Chanceler terá encontro de trabalho com o novo Representante Comercial dos EUA, Embaixador Robert Portman, presidirá reunião do G20 e manterá encontros com representantes de países envolvidos nas negociações da Rodada de Doha. Participará, ainda, de sessão do Conselho da OCDE e de reunião mini-ministerial sobre a Rodada de Doha, convocada pelo Governo de Hong Kong.

Durante sua estada em Paris, o Chanceler Celso Amorim participará também de atividades relacionadas ao Ano do Brasil na França.

Comunicado à imprensa sobre a eleição do Ministro José Miguel Insulza ao cargo de Secretário-Geral da OEA (2 de maio de 2005)

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a escolha do Ministro José Miguel Insulza para o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), nas eleições realizadas hoje, 2 de maio, na sede daquele organismo.

O Governo brasileiro, que apoiou a candidatura do Ministro Insulza desde o primeiro momento, formula votos de êxito ao novo Secretário-Geral da OEA e reitera a disposição de cooperar plenamente para o bom cumprimento de sua gestão.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente de Honduras (3 de maio de 2005)

O Presidente Ricardo Maduro, de Honduras, realizará, no dia 4 de maio corrente, visita de trabalho a Brasília. O Presidente Maduro será recebido pelo

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem revisará os principais aspectos do relacionamento bilateral e discutirá temas políticos e econômicos de interesse dos dois países. Dentre os assuntos constantes da agenda, destacam-se a intensificação das relações bilaterais, em particular a cooperação técnica, as negociações comerciais, o fortalecimento do multilateralismo e a cooperação internacional no combate à pobreza.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e Honduras é crescente e apresenta potencial de desenvolvimento e diversificação. As exportações brasileiras para o mercado hondurenho se vêm ampliando de maneira sustentada ao longo dos últimos anos. Os principais produtos brasileiros exportados para Honduras são manufaturados e semi-manufaturados de ferro ou aço, automóveis, caldeiras, medicamentos e papel. A pauta de exportações de Honduras para o Brasil é composta, sobretudo, por condutores elétricos, pimenta seca e sementes de plantas herbáceas. A cooperação técnica é outra vertente do relacionamento bilateral que apresenta possibilidades de crescimento e deverá ser um dos temas das conversações presidenciais.

A visita visa também a aprofundar e diversificar os laços que unem o Brasil aos países da América Central, uma vez que Honduras exerce atualmente a presidência pro tempore do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA). O encontro entre os Presidentes Lula e Maduro oferecerá oportunidade para o intercâmbio de idéias a respeito do processo de negociação de acordo inter-regional de livre comércio entre o Mercosul e o SICA.

Comunicado à imprensa sobre as missões empresariais à Coréia e ao Japão (3 de maio de 2005)

No âmbito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Coréia (23 a 25 de maio) e ao Japão (26 a 28 de maio), o Ministério das Relações Exteriores está organizando delegação composta de representantes de vários setores empresariais brasileiros para visitar os dois países.

Os empresários interessados deverão inscrever-se na página eletrônica da missão empresarial na Braziltradenet (www.braziltradenet.gov.br). A inscrição poderá ser feita para um ou para ambos os países.

Tanto na Coreia do Sul como no Japão, prevê-se que a delegação empresarial participe de seminários sobre oportunidades de investimentos com a presença de autoridades brasileiras e dos países a serem visitados. Serão realizados, igualmente, “workshops” setoriais (etanol, turismo e tecnologia da informação), bem como sessões de “business-networking” com empresários locais, além de visitas a empresas, entidades e autoridades governamentais.

Na Coreia do Sul, foram identificados os seguintes setores com alto potencial para a realização de negócios no mercado local: carne de frango, carne bovina, couros e peles de bovinos, produtos alimentares, cereais diversos, frutas frescas, jóias e bijuterias, pedras preciosas e semi-preciosas, móveis e insumos de aço (“steel slabs”).

No Japão, foram identificados os seguintes setores com alto potencial para a realização de negócios: “software”, moda, granitos, jóias, móveis e alimentos processados.

O programa da delegação empresarial está sendo finalizado em coordenação com as autoridades da República da Coreia e do Japão e será incluído posteriormente na página eletrônica da missão. Informações úteis aos participantes – sugestões de vôos, procedimento para obtenção de vistos, reservas de hotéis – poderão ser acessadas na Braziltradenet (www.braziltradenet.gov.br).

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), pelo endereço eletrônico asia2005@braziltradenet.gov.br.

Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República de Angola (3 de maio de 2005)

A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República

Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, efetuou Visita Oficial ao Brasil, no dia 3 de maio de 2005.

A delegação presidencial angolana foi constituída pelos Ministros das Relações Exteriores, Senhor João Bernardo de Miranda; das Finanças, Senhor José Pedro de Morais Junior; da Justiça, Senhor Manuel Miguel da Costa Aragão; pelo Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Senhor Américo Maria de Morais Garcia; pelo Secretário do Conselho de Ministros, Senhor Joaquim António Carlos dos Reis Junior; e por altos funcionários governamentais.

A delegação presidencial brasileira contou com a participação dos Ministros da Justiça, Senhor Márcio Thomaz Bastos; da Fazenda, Senhor Antonio Palocci; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Roberto Rodrigues; do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Senhor Márcio Fortes de Almeida; do Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia, Senhor Nelson José Hubner Moreira; da Subsecretária-Geral Política do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida; bem como de autoridades responsáveis por diversos órgãos do Governo.

Os Chefes de Estado reafirmaram as afinidades especiais vigentes entre os dois países e procederam a uma análise das relações bilaterais e das principais questões regionais e internacionais.

Os Presidentes felicitaram-se pelo excelente estado das relações bilaterais, com base nos resultados da VI Sessão da Comissão Bilateral Brasil-Angola, ocorrida em Brasília entre os dias 25 e 27 de abril de 2005, sob a presidência conjunta dos Ministros das Relações Exteriores dos dois países. Congratularam-se pela expressiva representatividade das delegações governamentais que participaram daquele evento, e coincidiram em que a referida reunião gerou ímpeto renovado à agenda bilateral, ao estimular vigorosamente a revitalização dos programas bilaterais de cooperação em curso.

Endossaram os entendimentos havidos durante a VI Sessão da Comissão Bilateral, com vista à inclusão de novos projetos na pauta das iniciativas conjuntas. Regozijaram-se com as boas perspectivas de cooperação, particularmente nos domínios de geologia e minas, ciência e tecnologia, cultura, juventude e desporto, educação, administração pública, formação profissional, agricultura, meio ambiente, pesca, justiça, interior e petróleos.

Ainda no que respeita à VI Sessão da Comissão Bilateral, congratularam-se com as negociações que resultaram na assinatura, durante a Visita Oficial do Presidente José Eduardo dos Santos, dos seguintes acordos bilaterais:

1) Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal;

2) Acordo sobre Extradução;

3) Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas;

4) Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública;

5) Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica nas áreas de geologia, mineração e tecnologia mineral;

6) Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária;

7) Protocolo de Entendimentos sobre a Concessão de Créditos ao Governo Angolano no valor de US\$ 580 milhões.

Os dois Presidentes tomaram boa nota dos excelentes resultados do seminário empresarial ocorrido no Rio de Janeiro, no último dia 28 de abril, com a ativa participação de autoridades e empresários do Brasil e de Angola. Registraram, com especial agrado, que o evento suscitou frutíferas discussões a respeito das oportunidades de investimento em Angola e sobre o ambiente de negócios naquele país. Concordaram em que o seminário teve grande utilidade como fator de

estímulo a novos investimentos brasileiros no mercado angolano. Recomendaram que a experiência seja reproduzida em outras oportunidades, e nesse sentido o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva regozijou-se com a oportuna decisão de Angola no sentido de organizar um seminário semelhante em Luanda, em data a ser mutuamente acordada.

Os Chefes de Estado congratularam-se pelo desfecho das negociações que resultaram em substantiva ampliação da tradicional linha de crédito às exportações brasileiras a Angola. Mediante Protocolo assinado durante a visita, o Brasil ampliará os créditos a Angola de modo a atingir uma soma de US\$ 580 milhões no triênio 2005/2007, que permitirá a conclusão de projetos em andamento (Hidrelétrica de Capanda, exportações de ônibus e viaturas de polícia), bem como a efetivação de novos projetos nas áreas de infra-estrutura, saneamento e agricultura. Nesse sentido, passaram em revista os claros benefícios do referido mecanismo para ambas as partes, o qual imprimirá maior dinamismo às exportações brasileiras de bens e serviços para Angola e contribuirá para o desenvolvimento social e económico angolano. A ampliação logrou tornar a linha de crédito ainda mais compatível com as potencialidades do mercado angolano e com o interesse das empresas brasileiras de elevar a sua presença naquele país. Os Chefes de Estado registraram igualmente, com grande satisfação, o entendimento de que o mecanismo de créditos ora ampliado continuará a ser acompanhado ao longo dos próximos anos, com vista a possíveis novos ajustes que venham a contribuir para aumentar o patamar dos negócios bilaterais. Por outro lado, concordaram em que, além da linha de crédito, devem ser considerados outros instrumentos que correspondam ao profundo interesse de intensificar as relações económico-comerciais entre os dois países, em benefício mútuo.

Nesse sentido, trocaram impressões sobre o estado da economia angolana, bem como a forte prioridade que tem sido dada aos projetos de

reconstrução nacional, de modo a que se restabeleça a infra-estrutura de Angola, virtualmente arruinada durante os anos de conflito armado contra a potência colonial e ao longo da guerra civil. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pelos altos índices de crescimento econômico logrados por Angola, bem como pelos sólidos avanços na capacidade angolana de atrair investimentos estrangeiros.

Os Chefes de Estado sublinharam a sua confiança no potencial gerador de crescimento econômico do comércio internacional. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento na economia global requer o acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos. Reconheceram que existem grandes desequilíbrios nas regras comerciais multilaterais e ressaltaram, em particular, a importância das negociações no domínio da agricultura, setor em que os países em desenvolvimento têm maior competitividade e no qual persistem as maiores distorções de mercado. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, de forma a corrigir esses desequilíbrios, e congratularam-se pelo papel desempenhado pelo G-20 na defesa dos interesses comerciais dos países em desenvolvimento.

Salientaram a oportuna oferta do Mercosul de iniciar negociações comerciais com os países em desenvolvimento da CPLP, o que poderá contribuir para a intensificação das trocas comerciais e o desenvolvimento dos países envolvidos. O Presidente José Eduardo dos Santos reiterou o interesse de Angola em analisar tais possibilidades e agradeceu a iniciativa brasileira de promover curso de capacitação em negociações comerciais para técnicos dos países em desenvolvimento da CPLP.

Sobre a Guiné-Bissau, os dois Chefes de Estado expressaram satisfação com as iniciativas com vista à normalização político-institucional daquele país, que vêm sendo tomadas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Africana e a Comunidade Econômica dos Estados

da África Ocidental (CEDEAO), bem como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Grupo Consultivo Ad-Hoc do ECOSOC sobre a Guiné-Bissau, e ressaltaram a necessidade de que os referidos organismos coordenem suas ações, com vista a assegurar uma transição pacífica e a retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

Os dois Chefes de Estado concordaram em submeter os problemas da Guiné Bissau às instâncias multilaterais apropriadas e defenderam a organização de missões regulares àquele país irmão, capazes de empreender esforços eficazes no sentido da construção da paz e da promoção do desenvolvimento econômico e social, mediante assistência financeira e técnica apropriada.

Os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, tornando-o mais democrático, representativo e legítimo, mediante a incorporação de novos países em desenvolvimento como membros permanentes num Conselho de Segurança ampliado. Nesse contexto, o Presidente José Eduardo dos Santos reiterou o apoio de Angola à pretensão do Brasil de integrar o referido Conselho como membro permanente. O Presidente do Brasil expressou o seu vivo reconhecimento por tão importante apoio. Os Chefes de Estado expressaram a sua concordância ao apelo do Secretário-Geral Kofi Annan para que as decisões sobre a reforma do Conselho de Segurança sejam tomadas em breve.

Os Presidentes do Brasil e de Angola expressaram a sua preocupação pela persistência da fome e da pobreza no mundo, flagelo que agrava a disseminação de doenças, reduz a capacidade de trabalho, desorganiza as sociedades e aumenta as dificuldades dos países em desenvolvimento em promover o crescimento econômico com justiça social. Reafirmaram que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em

desenvolvimento. O Presidente José Eduardo dos Santos reiterou o apoio de Angola à Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza, impulsionada pelo Presidente Lula da Silva.

Finalmente, o Presidente José Eduardo dos Santos agradeceu o acolhimento fraterno e as atenções dispensadas, pelo Governo brasileiro, a si e sua delegação.

Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal (4 de maio de 2005)

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Diogo Freitas do Amaral, realiza visita oficial ao Brasil de 4 a 6 de maio. Trata-se da primeira visita bilateral feita pelo Chanceler português desde a posse do Gabinete do Primeiro-Ministro José Sócrates, no dia 12 de março passado.

O Ministro Celso Amorim e o Ministro Freitas do Amaral manterão reunião de trabalho no dia 6. No mesmo dia, será oferecido almoço de trabalho ao Ministro Freitas do Amaral e delegação. Estão previstas, no dia 5, reuniões do Chanceler Freitas do Amaral na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Além do atual estágio das relações bilaterais, deverão constar do temário da visita itens como migração, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, negociações Mercosul-União Européia, diálogo América Latina e Caribe-UE e cooperação ibero-americana. Brasil e Portugal mantêm sólida interação política e posições convergentes no plano multilateral, bem como crescente intercâmbio comercial associado a expressivos investimentos no Brasil de empresários portugueses.

O Chanceler Freitas do Amaral exerceu, em duas ocasiões, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro de Portugal. Professor universitário, jurista, foi ainda Deputado e Ministro da Defesa, e presidiu a 50ª Assembléia Geral das Nações Unidas (1995-96).

Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes - Reunião Preparatória para o Simpósio de Criação da Biblioteca Básica América do Sul-Países Árabes (4 de maio de 2005)

No âmbito dos eventos da Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes, terá lugar em Brasília, amanhã, 5 de maio, às 10 horas, na Sala Geminada C do Ministério das Relações Exteriores, Reunião Preparatória para o Simpósio de Criação da Biblioteca Básica América do Sul-Países Árabes. A Biblioteca deverá funcionar como centro de pesquisas e de traduções, para o português/espanhol e para o árabe, de obras fundamentais para o conhecimento de ambas as regiões. Deverá servir como centro integrador de outros centros de estudos árabes e do Oriente Médio, na América do Sul. Considera-se, igualmente, a eventual criação de “biblioteca gêmea”, a ser sediada em um dos países árabes.

O encontro, que contará com a participação de diplomatas e acadêmicos, discutirá aspectos organizacionais e formais do Simpósio, a realizar-se no segundo semestre do ano em curso, bem como dará início ao exame do projeto de criação da Biblioteca.

O Simpósio constitui iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com a Federação de Entidades Americano-Árabes (Fearab-América). Está sendo organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), da Fundação Alexandre de Gusmão, e conta com a participação de diversas instituições acadêmicas, como a Universidade Federal Fluminense, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília.

O início da reunião será aberto à cobertura de imagem.

Comunicado à imprensa sobre a escolha do Diretor-Geral da OMC (4 de maio de 2005)

O Chanceler Celso Amorim, após examinar o assunto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

telefonou hoje, 4 de maio, para o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, e comunicou que o Governo brasileiro apoiará o candidato sul-americano Carlos Pérez del Castillo para o cargo de Diretor-Geral da OMC.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente de Honduras, Ricardo Maduro (6 de maio de 2005)

O Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, realizou visita de trabalho a Brasília em 4 de maio corrente. Nas conversações com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os dois mandatários destacaram a importância do fortalecimento e do aprofundamento dos laços entre o Brasil e Honduras, inclusive por meio de iniciativas conjuntas de cooperação técnica.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Ricardo Maduro registraram que a visita revela o interesse da América Central, em particular de Honduras, em aproximar-se dos seus vizinhos do Sul, com os quais compartilha valores e interesses na promoção da paz e do desenvolvimento econômico e social.

Os Presidentes passaram em revista as relações bilaterais e destacaram sua determinação no sentido de alcançar mais equilíbrio e dinamismo no comércio bilateral.

Nesse contexto, o Presidente Maduro ressaltou o interesse do Governo de Honduras em receber cooperação técnica relativa à produção e utilização de bio-combustíveis como substitutos dos derivados de petróleo, assim como para mistura à gasolina. O Presidente Lula indicou que dedicará especial atenção ao pleito hondurenho. Para iniciar o processo, acordaram a realização de seminário destinado a apresentar a experiência brasileira no assunto.

Tendo presente que Honduras ocupa a Presidência Pro Tempore do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o Presidente Lula sublinhou o interesse do Brasil em iniciar, com a brevidade possível, as negociações de Acordo de

Livre Comércio entre o Mercosul e a União Aduaneira do SICA, nos termos do Programa de Trabalho aprovado pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois blocos, em 3 de novembro de 2004. O Presidente Maduro mostrou-se de acordo com a aproximação SICA-MERCOSUL e comprometeu-se a gestionar junto aos demais países centro-americanos satisfatório encaminhamento do referido Programa de Trabalho.

Reconhecendo que os desafios nos campos da segurança internacional, do crescimento econômico equitativo e do meio ambiente global requerem cooperação multilateral eficaz e mecanismos de tomada de decisão que sejam mais efetivos e representativos, os Presidentes concordaram em cooperar para aprimorar a arquitetura das instituições internacionais e para fortalecer os mecanismos multilaterais, em particular no que se refere à reforma das Nações Unidas. Lembraram, também, que o papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento e na erradicação da pobreza e da fome será enriquecido pelas propostas do Secretário-Geral das Nações Unidas acerca do financiamento do desenvolvimento e das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

O Presidente Maduro reiterou que Honduras favorece a reforma do Conselho de Segurança que busca o aumento dos membros permanentes e não permanentes, e manifestou que vê com grande simpatia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho.

Recordando que milhões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza, reconheceram ser responsabilidade, tanto dos países em desenvolvimento como dos desenvolvidos, envidar esforços para a superação da fome e da miséria. O Presidente Ricardo Maduro felicitou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo êxito da iniciativa “Ação Contra a Fome e a Pobreza”, que visa a atrair a atenção internacional para a necessidade de erradicar a fome e reduzir a pobreza no mundo, bem como a identificar fontes inovadoras de financiamento para

o desenvolvimento. Referiram-se, nesse contexto, à Conferência Latino-Americana sobre Fome e Pobreza, na Guatemala, nos dias 12 e 13 de setembro vindouro, para a qual o Presidente Lula foi convidado. A presença do mandatário brasileiro ensejaria reunião com os demais Chefes de Estado e de Governo presentes ao evento.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a visita do Presidente Ricardo Maduro e reafirmou a importância do diálogo bilateral, da troca de pontos de vista sobre questões bilaterais, hemisféricas e globais e a implementação de iniciativas conjuntas em prol dos interesses dos dois países.

Comunicado à imprensa - Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura da Reunião dos Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes (9 de maio de 2005)

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer da grande satisfação do Governo brasileiro e também – creio que assim o posso fazer – em nome dos Governos da América do Sul que aqui estão representados, de receber os Ministros dos Países árabes. É claro que, para o Brasil, a satisfação é dupla, pois, além de estarmos recebendo os nossos irmãos latino-americanos, estamos também recebendo nossos irmãos do Mundo árabe.

Esta reunião tem já uma história, que data de meados de 2003, quando o Presidente Lula ainda se preparava para visitar alguns países árabes e teve a idéia de que seria algo importante que nós, como regiões, nos conhecêssemos melhor. O Presidente fez uma primeira visita a cinco países árabes e, nessa visita, expôs pela primeira vez a intenção de realização desta cúpula.

Em paralelo, os nossos contatos na América do Sul se desenvolviam, o Mercosul se aprofundava, a América do Sul como um todo começava a tecer laços mais profundos de cooperação. Em nossa região, firmamos acordos de livre comércio entre todos os países da América do Sul, pode-se dizer, de tal modo que hoje, basicamente, existe uma área

de livre comércio da América do Sul.

É claro que é ainda um avanço em duas ou três velocidades. Nós temos o Mercosul, mais profundo em certo sentido, porque é uma união aduaneira, como também o é a Comunidade Andina. E temos a América do Sul, com uma área de livre comércio. Isto, no terreno econômico. No terreno político, também avançamos. Na prática, antes de termos escolhido qualquer nome para esse fenômeno, já estávamos criando uma Comunidade Sul-Americana de Nações, pois, ao mesmo tempo que alguns países da América do Sul não-membros do Mercosul a ele se associavam por meio de acordos de livre comércio – e, portanto, passavam a integrar o que nós chamamos de “o Mercosul político” –, alguns dos nossos países também passavam a se entender como membros, ainda que associados, da Comunidade Andina.

O que eu quero dizer com isto é que este processo de integração sul-americana e o de aproximação com o mundo árabe são dois processos que se passaram praticamente de forma simultânea. E é esta reunião que nós mantemos aqui – com os nossos presidentes, monarcas, primeiros-ministros, membros de família real e seus representantes, aqui amanhã – a primeira ocasião em que a Comunidade Sul-Americana terá uma reunião para fora. Nós temos tido por enquanto, América Latina e Caribe, reuniões com a União Européia. No âmbito hemisférico, temos tido também reuniões que dizem respeito ao conjunto da América Latina e Caribe. Mas, enquanto América do Sul, uma Comunidade que recém nasceu em Cuzco, no Peru, esta é a primeira reunião, é o primeiro evento.

Nós nascemos, de certa maneira, com o compromisso político de levar adiante a nossa integração e de levar adiante a nossa cooperação com o mundo árabe, mas também, de certa maneira, sob a benção – se é que posso usar essa expressão; não sei como ela se traduziria em árabe – também do mundo árabe, que tanta influência teve na evolução da nossa cultura, da nossa civilização, da nossa gente.

Quando eu falo da nossa cultura – vejo aqui a Leila Rachid, mas é apenas um exemplo, talvez o mais bonito, o mais belo aqui presente, a Ministra do Paraguai –, da nossa civilização, da nossa gente, não me estou referindo apenas ao Brasil, não me estou referindo apenas ao Mercosul, estou me referindo ao conjunto da nossa região sul-americana. Gostaria até de sugerir, para aqueles que encontrarem quinze minutos de tempo, que visitem uma exposição aqui no Centro Cultural Banco do Brasil – aqui em Brasília, tudo é perto; o meu colega, Sua Alteza da Arábia Saudita, se queixava um pouco de não fazermos a reunião no Rio de Janeiro; uma das vantagens de fazermos esta reunião em Brasília, além de ser uma homenagem a um amigo da Argélia, que é o Oscar Niemeyer, é de tudo ser perto – de fotografias sobre a herança árabe na América do Sul, influência que vem da Península Ibérica, que atravessou e se fez presente nas nossas línguas, nas nossas culturas, nas nossas músicas, na nossa culinária, mas que se consolidou e se desenvolveu mais ainda com a imigração dos últimos 150 anos.

Quando falamos e apoiamos o diálogo de civilizações ou aliança de civilizações, no nosso caso é preciso ter presente que há quase um entrelaçamento de civilizações. Esse entrelaçamento de civilizações se faz sentir – vocês terão uma pequena mostra disso nessa exposição fotográfica, porque ela abrange quase todos os países do nosso continente – no dia-a-dia, no nome das pessoas, nas coisas que elas comem, nas músicas que elas cantam, na nossa arquitetura. É uma proximidade muito grande e que estava um pouco ocultada, não por nenhuma barreira propriamente física, mas pela incapacidade que até hoje havíamos demonstrado de nos olharmos frente a frente.

Eu acho que este é o sentido principal desta Cúpula: sermos capazes de nos olharmos diretamente, desenvolvendo as nossas ligações aéreas, desenvolvendo as nossas ligações marítimas. Estando aqui presentes os nossos homens e mulheres de negócio, estando presentes os nossos artistas, do

cinema, da dança, da música, das artes plásticas, tudo isso além da filosofia da tolerância que já nos inspirou muito, que se manifestou de maneira clara na Península Ibérica, nos anos em que lá estiveram também os nossos irmãos árabes.

Eu diria que o sentido desta Cúpula é esse, uma reaproximação simbolizada neste logo que inclui o Crescente e o Cruzeiro do Sul, esses dois símbolos tão fortes de nossas duas regiões. É uma aproximação cultural, é uma aproximação espiritual, mas ela também terá resultados práticos. Hoje mesmo foi inaugurado um seminário empresarial e lá estava, entre outros, a Leila Rachid, outros ministros brasileiros, outros ministros de outros países sul-americanos e árabes. Lá se inscreveram 1.200 empresários. Eu me recordo de poucos eventos dessa dimensão no Brasil em termos empresariais. Desses 1.200, 250 dos inscritos eram árabes, 300 eram de outros países sul-americanos e os restantes eram brasileiros. Só isso já demonstra o grande interesse, o grande potencial da nossa relação.

Nós teremos, evidentemente, algumas tarefas pela frente de natureza prática para essa reunião. Tratarei delas depois que a imprensa se for. Mas, antes de passarmos à aprovação da agenda e aos demais itens que nos trazem aqui para a preparação da Cúpula, gostaria de oferecer a palavra ao meu colega Abdel Aziz Bel Khadem, Ministro de Estado Representante Pessoal do Presidente da Argélia, que tão bem nos acolheu em Argel recentemente, na Cúpula dos Países Árabes, que, juntamente comigo e com o Ministro marroquino e também com a presença do Ministro peruano e de todos os demais, nos permitiu chegar às conclusões a que chegamos em Marraqueche.

Gostaria de agradecer a todos e dizer que este, sem dúvida, é o início de um momento histórico. O verdadeiro momento histórico evidentemente virá amanhã, quando estiverem presentes os nossos Chefes de Estado e de Governo. Este é o início de um momento histórico em que nós estamos – creio que para outras regiões do mundo – dando um exemplo de que é através do diálogo, através do

entendimento, através da busca do conhecimento do outro, através da compreensão que poderemos evoluir para um mundo melhor, mais pacífico, mais justo e mais democrático.

Muito obrigado.

Comunicado à imprensa sobre a Assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Conselho de Cooperação do Golfo (9 de maio de 2005)

O MERCOSUL, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), integrado por Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, e Omã, assinarão, em 10 de maio de 2005, por ocasião da Cúpula América do Sul – Países Árabes, Acordo-Quadro de Cooperação Econômica.

O instrumento consubstanciará o desejo de maior aproximação entre os dois blocos, promovendo a cooperação nas áreas econômica, comercial, técnica e de investimentos.

O Acordo-Quadro de Cooperação Econômica criará Comitê Conjunto que terá, entre suas atribuições, aprofundar os entendimentos, com vistas à conclusão de acordo de livre comércio entre os dois agrupamentos. O MERCOSUL e o CCG poderão examinar, assim, meios para a ampliação do intercâmbio bilateral, buscando, igualmente, estimular os investimentos recíprocos.

O Acordo-Quadro será assinado às 11:15 horas de amanhã, no auditório do Hotel Blue Tree Park, em Brasília.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Argélia ao Brasil (11 de maio de 2005)

O Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, realizará visita de Estado ao Brasil nos dias 12 e 13 de maio corrente.

A visita ao Brasil tem o objetivo de dar seqüência aos contatos políticos que vêm sendo

mantidos pelos dois países. Permitirá discutir maneiras de consolidar e fortalecer as relações bilaterais nas esferas econômico-comercial, científica e tecnológica, cultural e consular, entre outras.

A Argélia é um dos principais parceiros comerciais do Brasil na África, com um intercâmbio total de US\$ 2,3 bilhões em 2004 – quase o dobro do valor registrado em 2003. O relacionamento neste campo tem sido marcado por sucessivas visitas de delegações comerciais, no âmbito da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e do recém-criado Conselho Empresarial Brasil-Argélia, bem como pela participação de empresas brasileiras na Feira Internacional de Argel, desde 1999.

O Presidente Abdelaziz Bouteflika será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Durante a visita, serão assinados atos bilaterais de natureza econômica, técnica e consular. A programação, que se estenderá a São Paulo, inclui encontros com o Governador do Estado e contatos com representantes empresariais brasileiros.

Comunicado à imprensa sobre a Cúpula América do Sul - Países Árabes - Declaração de Brasília (11 de maio de 2005)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, acolhido favoravelmente pelos países árabes e sul-americanos, os Chefes de Estado e Governo dos países sul-americanos e árabes se reuniram em Brasília, nos dias 10 e 11 de maio de 2005, com o objetivo de fortalecer as relações bi-regionais, ampliar a cooperação e estabelecer uma parceria em prol do desenvolvimento, da justiça e da paz internacional, de acordo com o seguinte:

1. Introdução

1.1 Declaram compartilhar o objetivo de elaborar uma agenda comum para o desenvolvimento econômico e social sustentável, a ser implementada

bi-regionalmente e de forma coordenada nos foros regionais e internacionais pertinentes.

1.2 Afirmam que, para promover a paz, a segurança e a estabilidade mundiais, a cooperação entre as duas regiões deve ser norteadada pelo compromisso com o multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e a observância dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário; com o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa; com a busca do desenvolvimento sustentável com justiça social, particularmente a erradicação da fome e da pobreza; e com a proteção do meio ambiente.

1.3 Reafirmam sua adesão e respeito pleno aos princípios da soberania e da integridade territorial dos Estados e à solução pacífica de todos os conflitos e questões internacionais, regionais e bilaterais, em conformidade com o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas, e, inter alia, por meio dos canais diplomáticos estabelecidos, inclusive mediante negociações diretas e a submissão, quando apropriado, à Corte Internacional de Justiça.

1.4 Reafirmam seu compromisso com a implementação não-seletiva das resoluções da ONU e declaram sua oposição à aplicação de medidas unilaterais e sanções ilegais contra Estados. Nesse sentido, enfatizam sua adesão aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, particularmente no que se refere à proibição do uso ou da ameaça do uso da força nas relações internacionais.

1.5 Sublinham a importância de medidas de construção da confiança e do entendimento mútuo para a coexistência pacífica entre as nações, reconhecendo, nesse contexto, o alcance da globalização e a importância de se preservar a identidade nacional e respeitar a diversidade cultural, bem como o papel dos intercâmbios culturais e do diálogo entre as civilizações na construção de um mundo em que prevaleçam a tolerância e a inclusão. Nesse sentido, apoiam também recentes iniciativas, tais como a “Aliança de Civilizações”, que visam a

promover o diálogo cultural e político entre as civilizações e as iniciativas do Estado do Catar referentes ao diálogo entre civilizações e religiões.

1.6 Apóiam os esforços e mecanismos internacionais destinados à erradicação da fome e da pobreza e à promoção do desenvolvimento, particularmente o Fundo Internacional de Solidariedade, adotado pela Resolução 265/56 da Assembléia Geral das Nações Unidas, e a “Ação Contra a Fome e a Pobreza”, iniciativa que resultou na Declaração de Nova York, de 20 de setembro de 2004. Conclamam governos, organizações internacionais e regionais e a sociedade civil a envidar esforços, em nível mundial, no sentido de identificar possíveis fontes adicionais de financiamento do desenvolvimento.

1.7 Reafirmam a importância da ampla participação de todas as partes interessadas, no mais alto nível, na segunda etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que se realizará na Tunísia, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005, em reconhecimento ao papel fundamental da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no mundo contemporâneo, seu impacto positivo na promoção de iniciativas de cooperação entre os países e sua contribuição para reduzir o fosso digital que os divide e fortalecer-lhes a estabilidade.

1.8 Reafirmam o direito preeminente dos Estados sobre seus recursos naturais, conforme estabelecido nas diversas resoluções das Nações Unidas, assim como os direitos soberanos dos povos de dispor de seus recursos de acordo com seus interesses. Neste sentido, ratificam o direito dos Estados de estabelecer as contribuições que julguem mais equitativas e de coordenar políticas em defesa de preços justos para suas exportações agrícolas e rejeitam quaisquer medidas discriminatórias e protecionistas.

2. Fortalecimento da Cooperação Bi-regional, das Relações Multilaterais, da Paz e da Segurança.

2.1 Sublinham a importância do respeito ao Direito Internacional e do cumprimento da Carta das

Nações Unidas, no que se refere, em particular, à soberania dos Estados e ao fortalecimento do papel das Nações Unidas e do Conselho de Segurança para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Acordam, adicionalmente, que a diplomacia representa o meio mais adequado para atingir esse objetivo.

2.2 Reafirmam a necessidade de se combaterem as ameaças à paz e segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e os instrumentos legais dos quais sejam partes.

2.3 Saúdam o fato de que o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco) está em vigor para os países sul-americanos. Enfatizam a importância dos Tratados de Tlatelolco, Rarotonga, Bangkok e Pelindaba, que criam zonas livres de armas nucleares, assim como o Tratado da Antártida, para, inter alia, construir um mundo totalmente livre de armas nucleares.

2.4 Reiteram suas posições de princípio sobre o desarmamento nuclear e a não-proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, bem como sua profunda preocupação com a lentidão do processo de desarmamento nuclear. Reafirmam, ainda, a ilegitimidade do uso ou da ameaça de uso de armas nucleares por qualquer Estado e ressaltam a importância das garantias de segurança aos países que não possuem armas nucleares e, neste sentido, de ações efetivas para a adesão universal ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e de progressos na universalização de outros acordos relevantes negociados multilateralmente nas áreas do desarmamento e da não-proliferação.

2.5 Reafirmam a importância da coordenação nos foros multilaterais de desarmamento, a fim de promover posições comuns no que diz respeito aos progressos da comunidade internacional para obter o desarmamento nuclear total.

2.6 Reafirmam que a segurança e a

estabilidade regionais no Oriente Médio requerem a completa eliminação de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa da região. Neste sentido, conclamam as partes interessadas e a comunidade internacional a tomar medidas concretas e urgentes para a criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. Reafirmam a importância da adesão ao TNP por todos os países da região, sem exceção, e da colocação de suas instalações nucleares sob as salvaguardas abrangentes da AIEA, tendo por objetivo assegurar a adesão universal àquele Tratado no Oriente Médio. Expressam, também, seu apoio à Iniciativa Árabe para o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio.

2.7 Lembram que, para cumprir seu papel, as Nações Unidas necessitam de uma reforma ampla e abrangente, particularmente no tocante à Assembléia Geral, ao Conselho de Segurança e ao Conselho Econômico e Social, que assegure maior eficiência, democracia, transparência e representatividade desses órgãos, de acordo com suas respectivas naturezas e funções e com seus objetivos originais.

2.8 Reafirmam a necessidade de se obter uma paz justa, abrangente e duradoura no Oriente Médio, com base no princípio da terra pela paz e nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas, particularmente as Resoluções 242 (1967) e 338 (1973) do Conselho de Segurança, assim como o Acordo-quadro de Madri e a “Iniciativa de Paz Árabe”, que garanta a segurança de todos os países da região. Sublinham também a necessidade da plena implementação do “Mapa do Caminho”. Reafirmam a necessidade da realização dos direitos nacionais legítimos do povo palestino e da implementação da Resolução 1515 (2003) do Conselho de Segurança, assim como da criação do Estado Palestino independente, com base nas fronteiras de 1967, coexistindo pacificamente ao lado do Estado de Israel, e da retirada de Israel de todos os territórios árabes

ocupados para as fronteiras de 4 de junho de 1967, e do desmantelamento dos assentamentos, inclusive daqueles em Jerusalém Oriental. Levam devidamente em consideração a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça, do dia 9 de julho de 2004, relativa às “Conseqüências Legais da Construção de um Muro nos Territórios Palestinos Ocupados”, e conclamam todas as partes interessadas a cumprir a referida opinião consultiva.

2.9 Preocupados com a continuação das tensões, da violência, dos ataques militares e dos atos terroristas no Oriente Médio, que colocam em risco a paz regional e mundial, reafirmam seu apoio aos esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas e de outros atores da comunidade internacional em favor da retomada do processo de paz e conclamam as partes interessadas a empreenderem esforços no sentido de apoiar um processo negociador baseado nos princípios e nas normas fundamentais do Direito Internacional.

2.10 Enfatizam a importância de respeitar a unidade, a soberania e a independência do Iraque e de não interferir em seus assuntos internos; respeitam a vontade do povo iraquiano para decidir livremente seu futuro, tal como foi manifestada nas eleições gerais de 30 de janeiro de 2005, vistas como um passo decisivo rumo à transição pacífica de poder, com vistas ao estabelecimento de um governo democrático, constitucional e federal (se assim decidir o povo iraquiano) e à conclusão do processo político. Reafirmam seu apoio ao governo de transição iraquiano eleito e instam a comunidade internacional a apoiar o governo nos esforços empreendidos no atual processo, que visa à estabilidade e à construção no país. Condenam as operações terroristas, que têm como alvo os civis, a infra-estrutura e o processo democrático. Reafirmam, ainda, o papel essencial das Nações Unidas, bem como a necessidade de um papel mais relevante da Liga dos Estados Árabes na reconstrução do Iraque e de suas instituições.

2.11 Expressam profunda preocupação com as sanções unilaterais impostas à Síria pelo governo

dos Estados Unidos da América e consideram que o chamado “Syria Accountability Act” viola princípios do Direito Internacional e constitui uma transgressão dos objetivos e princípios das Nações Unidas, na medida em que estabelecem um grave precedente nas relações entre Estados independentes.

2.12 Afirmam a integridade territorial do Sudão e a unidade do seu povo e exortam as partes interessadas a apoiar os esforços em favor de uma paz abrangente e da reconstrução e do desenvolvimento desse país; acolhem com satisfação as medidas adotadas pelo Governo do Sudão para facilitar a assistência internacional à crise humanitária em Darfour e manifestam seu grande interesse pelos esforços da Liga Árabe e da União Africana nesse sentido.

2.13 Acolhem com satisfação os avanços no processo de reconciliação nacional na Somália e expressam seu apoio às instituições constituídas em decorrência desse processo, bem como os esforços em curso para restaurar a paz e a estabilidade, elementos necessários à reconstrução e à transição democrática pacífica na Somália.

2.14 Instam a República Islâmica do Irã a responder positivamente à iniciativa dos Emirados Árabes Unidos no sentido de chegar a uma solução pacífica para a questão das Três Ilhas dos Emirados Árabes Unidos (Tonb Alkobra, Tonb Alsoukra, e Abou Moussa), mediante diálogo e negociações diretas, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

2.15 Os Chefes de Estado e de Governo dos países sul-americanos e árabes convocam a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a restabelecer as negociações, a fim de se encontre, o mais brevemente possível, uma solução justa, pacífica e duradoura para a controvérsia soberania em relação à Questão das Malvinas, em conformidade com as numerosas Resoluções pertinentes das Nações Unidas. Expressam ainda que a inclusão das ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul como territórios associados à Europa no Anexo II relativo ao Título

IV “Associação dos Países e Territórios Ultramarinos” da Parte III do Tratado Constitucional da União Européia é incompatível com a existência de uma disputa de soberania sobre as referidas ilhas.

2.16 Enfatizam a importância do combate ao terrorismo, em todas suas formas e manifestações, por meio de uma cooperação internacional ativa e eficaz, no âmbito das Nações Unidas e das organizações regionais pertinentes, com base no respeito aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e em absoluta conformidade com os princípios do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Reafirmam, ademais, a importância de se fortalecer a cooperação e a coordenação no campo do intercâmbio de informações e conhecimento técnico, bem como do desenvolvimento de órgãos especializados no combate ao terrorismo. Conclamam a realização de uma conferência internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, para estudar esse fenômeno e definir o crime de terrorismo. Registram as recomendações adotadas na Conferência Internacional sobre Antiterrorismo, patrocinada pelo Reino de Arábia Saudita, em Riade, nos dias 5 a 8 de fevereiro de 2005, que constituem uma abordagem abrangente para contra-arrestar o fenômeno do terrorismo. Apoiam a proposta de S.A.R. Abdullah Bin Abdul Aziz, Príncipe Herdeiro do Reino de Arábia Saudita, de criar um Centro Internacional de Combate ao Terrorismo.

2.17 Reafirmam a não-aceitação da ocupação estrangeira e reconhecem o direito dos Estados e povos de resistir à ocupação estrangeira, de acordo com os princípios da legalidade internacional e em conformidade com o Direito Humanitário Internacional.

2.18 Acolhem com satisfação a iniciativa do Estado do Catar e do Alto Comissariado de Direitos Humanos para que o Estado do Catar seja sede do Centro das Nações Unidas para Direitos Humanos para a Ásia Ocidental e a Região Árabe.

2.19 Reconhecem o papel fundamental da cooperação internacional no tratamento do problema

global das drogas ilícitas e dos crimes correlatos. Expressam sua determinação de assegurar uma abordagem equilibrada, multilateral, inclusiva e não-seletiva dessa questão, com base no princípio da responsabilidade compartilhada e em conformidade com as legislações nacionais.

2.20 Concordam em colaborar de maneira coordenada nos foros multilaterais, para estimular a comunidade internacional a tomar medidas que ensejem o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio, estabelecidas na Cúpula do Milênio das Nações Unidas. Declaram, da mesma forma, sua determinação de se coordenar para conseguir a plena implementação da Agenda de Doha e o fortalecimento do sistema de comércio multilateral, que deve ser justo e fundado em regras que facilitem a inserção equitativa dos países em desenvolvimento na economia mundial.

2.21 Por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo realizada em Brasília, os países árabes e sul-americanos concordam em apoiar as candidaturas do Peru e do Catar a assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período de 2006-2007.

3. Cooperação Cultural

3.1 Enfatizam a importância da interação cultural entre os povos para o enriquecimento da Civilização e reconhecem que a Cúpula América do Sul–Países Árabes constitui uma oportunidade para fortalecer o entendimento mútuo entre os povos de ambas regiões e suas culturas. Nesse sentido, expressam sua apreciação pelo papel positivo exercido pelos cidadãos sul-americanos de ascendência árabe na promoção das relações bi-regionais.

3.2 Reafirmam a crescente importância da cultura como ponte de integração entre os povos e como atividade econômica que impulsiona o desenvolvimento e a cooperação mútua.

3.3 Reconhecem a necessidade de preservar suas respectivas identidades culturais e de divulgar, entre si, os aspectos mais relevantes de seus legados culturais. A esse respeito, decidem promover

mecanismos de intercâmbio cultural que englobem uma ampla gama de produções artísticas, tais como festivais de cinema, exposições de arte e apresentações de música popular e erudita, entre outras manifestações culturais arraigadas nas tradições dos seus povos.

3.4 Acolhem com satisfação as recomendações do Seminário Cultural realizado em Marraqueche, paralelamente à reunião de Ministros das Relações Exteriores sul-americanos e árabes, bem como a iniciativa do Marrocos de sediar o Instituto de Pesquisas Sul-Americanas.

3.5 Nesse contexto, decidem realizar uma reunião bi-regional de peritos, para selecionar obras da língua árabe e das línguas oficiais dos países sul-americanos que serão traduzidas reciprocamente, com o propósito de estabelecer uma Biblioteca Árabe-Sul-Americana.

3.6 Acolhem com satisfação o oferecimento da Argélia para sediar uma reunião ministerial destinada a examinar os aspectos culturais e o seguimento das recomendações relativas à cooperação cultural entre os países árabes e sul-americanos contidas nesta Declaração.

3.7 Acolhem com satisfação o oferecimento da Síria para sediar um seminário a respeito da criação da Biblioteca Árabe-Sul-Americana mencionada nesta Declaração. O referido seminário será realizado na cidade de Alepo, de 2 a 3 de outubro de 2005.

3.8 Afirmam a importância de promover a cooperação e o intercâmbio em matéria audiovisual, a fim de divulgar, de forma mais dinâmica, suas respectivas culturas e línguas.

3.9 Decidem promover programas de intercâmbio cultural e interação entre promotores de cultura nas duas regiões, assim como estimular o setor privado a investir em cultura, para encontrar canais apropriados e diretos para divulgar às suas respectivas sociedades as realidades de ambas as regiões.

3.10 Decidem promover a cooperação educacional e acadêmica, mediante a concessão de bolsas de estudo e o intercâmbio de visita de

professores universitários, especialmente no campo do ensino da língua, bem como outras atividades, tais como a organização de conferências e seminários sobre assuntos de interesse mútuo.

3.11 Reconhecem a relevância e a diversidade das heranças culturais de seus países e a necessidade de preservá-las; para tanto, decidem fomentar a cooperação técnica nas áreas de escavação arqueológica de monumentos históricos e obras de arte, bem como a sua restauração, e estimular a cooperação no campo da prevenção do comércio ilegal de antiguidades e de peças do patrimônio histórico e cultural.

3.12 Concordam com a necessidade de promover co-produções culturais e intercâmbios de peritos entre os países sul-americanos e árabes, com o propósito de estabelecer um projeto em larga escala para proteger o patrimônio da humanidade e disseminar a cultura da paz.

3.13 Concordam em fomentar programas de intercâmbio no campo desportivo, como forma de aproximar as gerações mais jovens das duas regiões.

4. Cooperação Econômica

4.1 Afirmam que a paz, a segurança e a estabilidade nas suas respectivas regiões constituem a base da prosperidade econômica e do desenvolvimento social e declaram sua determinação de cooperar em todos os campos, entre outros, no da solução de controvérsias que os afetem diretamente, assim como de cooperar com outros atores no plano internacional, para aumentar a participação das regiões árabe e sul-americana no processo de tomada de decisões econômicas em nível mundial.

4.2 Assumem o compromisso de intensificar a coordenação de suas posições nos foros econômicos e comerciais para tratar de assuntos de interesse mútuo, em linha com os objetivos da presente Declaração. Nesse sentido, reafirmam seu compromisso com o fortalecimento das instituições econômicas e sociais das Nações Unidas, a fim de promover uma agenda econômica, social e de desenvolvimento ambiciosa e abrangente e de

implementar as resoluções pertinentes adotadas nas principais conferências das Nações Unidas.

4.3 Salientam seu compromisso com a proteção da propriedade intelectual, reconhecendo que a proteção da propriedade intelectual não deve impedir os países em desenvolvimento de ter acesso à tecnologia e à ciência de base, nem de adotar medidas que promovam o desenvolvimento nacional, particularmente em matéria de políticas públicas de saúde.

5. Comércio Internacional

5.1 Concordam em que o comércio internacional constitui meio para promover o desenvolvimento econômico, gerar oportunidades de emprego, aumentar a renda, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida. Reconhecem que, a despeito da expansão e do vigor dos fluxos comerciais ao longo das últimas décadas, não houve benefícios equitativos em matéria de desenvolvimento, sobretudo para as economias pequenas e vulneráveis, em razão da assimetria das regras e das distorções do comércio internacional, que aumentam o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

5.2 Afirmam que um sistema de comércio multilateral regulamentado, transparente, não-discriminatório e justo é fundamental para que os países em desenvolvimento possam se beneficiar da globalização. Nesse espírito, reafirmam seu apoio ao fortalecimento da Organização Mundial do Comércio e à conclusão bem sucedida das negociações sobre a implementação da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, em benefício dos países em desenvolvimento, inclusive nos setores em que são mais competitivos.

5.3 Expressam seu apoio a que os Estados participantes desta Cúpula que sejam candidatos a membros da OMC possam ingressar nessa Organização de forma rápida e satisfatória.

5.4 Reconhecendo a importância da interação entre os países árabes e sul-americanos, afirmam que essa interação exerce um papel fundamental para a obtenção de resultados positivos

na rodada de negociações comerciais multilaterais, de modo a assegurar que o comércio internacional leve em conta seu impacto sobre o desenvolvimento e se torne um instrumento eficaz para reduzir as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como um fator-chave para o progresso e o bem-estar de suas sociedades. Enfatizam também a necessidade de se eliminarem as distorções do sistema multilateral de comércio, particularmente na agricultura, que impedem os países em desenvolvimento de se beneficiar de suas vantagens comparativas.

5.5 Decidem apoiar os pedidos de organizações regionais em suas respectivas regiões de obter o status de observadoras em órgãos relevantes da OMC, de acordo com as regras e os procedimentos dessa Organização.

5.6 Declaram seu especial apoio ao papel da UNCTAD como ponto focal das Nações Unidas para o tratamento integrado de comércio e desenvolvimento e temas correlatos, nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável, conforme destacado no Consenso de São Paulo e na Declaração Ministerial do G-77, ambos documentos aprovados na XI UNCTAD, em São Paulo, em junho de 2004.

6. Sistema Financeiro Internacional

6.1 Reafirmam a necessidade de se promoverem reformas na estrutura do sistema financeiro internacional, a fim de apoiar os esforços dos países em desenvolvimento no sentido de alcançar o crescimento econômico com igualdade social. Reconhecem que essas reformas devem incluir o aperfeiçoamento de instrumentos mais adequados à prevenção e ao gerenciamento de crises financeiras, bem como a identificação e implementação de novos mecanismos capazes de assegurar a sustentabilidade de fluxos financeiros e de garantir um papel mais destacado aos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões das instituições financeiras multilaterais.

6.2 Manifestam sua preocupação a respeito

da volatilidade dos mercados financeiros internacionais. Consideram necessários esforços adicionais nos foros financeiros internacionais em favor de reformas que permitam aos países desenvolvidos e em desenvolvimento cooperar de maneira mais eficaz para fortalecer a compreensão mútua das principais questões financeiras internacionais. Concordam com a necessidade de progressos adicionais no apoio a projetos, políticas e programas de desenvolvimento adotados pelos países em desenvolvimento, particularmente mediante mecanismos financeiros inovadores, que não afetem as suas economias.

6.3 Enfatizam a importância de contar com recursos financeiros estáveis e contínuos para a promoção do desenvolvimento econômico e social, particularmente nas áreas de infra-estrutura e da erradicação da pobreza e da fome. Salientam, em particular, a necessidade de que as instituições financeiras multilaterais reconheçam que os gastos públicos nas áreas social e de infra-estrutura sejam contabilizados como investimentos e não como endividamento público.

7. Desenvolvimento Sustentável

7.1 Reiteram seu compromisso com os princípios e objetivos enunciados nos documentos multilaterais relevantes sobre desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, adotadas na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, bem como a implementação do Plano da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002.

7.2 Acolhem com satisfação o êxito da XII Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em que se discutiram questões relevantes para as duas regiões, como, por exemplo, recursos hídricos, saneamento básico e assentamentos humanos, e suas implicações para a saúde, a redução da pobreza e as oscilações dos padrões de consumo e de produção.

7.3 Enfatizam a necessidade de que os países

desenvolvidos honrem seus compromissos relativos ao financiamento do desenvolvimento, à transferência de tecnologia e à expansão do acesso a mercados para as exportações provenientes dos países em desenvolvimento, de forma a contribuir para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável acordados pela comunidade internacional.

7.4 Registram com satisfação a existência de iniciativas em ambas as regiões a respeito de temas ambientais e de desenvolvimento sustentável e expressam seu interesse comum em fortalecer a cooperação e o intercâmbio de experiências para implementar essas iniciativas. Sublinham a necessidade de se adotarem medidas eficazes de cooperação internacional para reduzir a vulnerabilidade dos países a desastres naturais.

7.5 Reconhecem, adicionalmente, a importância dos acordos multilaterais e dos procedimentos acordados pela comunidade internacional para proteger o sistema climático, a camada de ozônio e a biodiversidade e instam todos os países membros das Nações Unidas e Agências Especializadas a participar ativamente desses esforços.

7.6 Expressam sua profunda preocupação com a eliminação de dejetos químicos, que causam a contaminação ambiental, a destruição de riquezas e graves riscos para a vida humana, em violação às convenções internacionais sobre proteção ambiental.

7.7 Ambas as regiões possuem uma longa história de dedicação a assuntos relativos à crescente agenda ambiental, particularmente no que concerne aos esforços para implementar as ações acordadas na Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, com base no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Nesse sentido, saúdam a recente entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

8. Desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul

8.1 Enfatizam a importância da cooperação Sul-Sul e reconhecem a necessidade de que ambas regiões se beneficiem das diversas oportunidades de cooperação disponíveis aos países árabes e sul-

americanos nas áreas social, econômica, técnica, científica e cultural, ressaltando que a riqueza e a diversidade de suas sociedades favorecem o fortalecimento de suas relações.

8.2 Registram com satisfação a iniciativa do Catar de realizar a Segunda Cúpula do Sul, em Doha, de 12 a 16 de junho de 2005, e enfatizam a importância da participação ativa de líderes no evento, que poderá resultar no fortalecimento da cooperação Sul-Sul em diversas áreas.

8.3 Reconhecem que a promoção da integração de suas economias e a realização do amplo potencial existente para o aumento dos fluxos de comércio bi-regionais serão favoráveis a seus povos. Decidem estudar todos os meios de promover o comércio bi-regional. Sublinham a importância de fazer avançarem os processos de integração em suas respectivas regiões, levando em conta as assimetrias das economias nacionais, bem como as necessidades especiais e as restrições das economias pequenas e vulneráveis, como o caso, por exemplo, dos países em desenvolvimento sem litoral.

8.4 Reconhecem o interesse comum em mecanismos bi-regionais de investimento e parcerias em setores estratégicos, tais como energia, telecomunicações e transportes, como propulsores do desenvolvimento.

8.5 Expressam a necessidade de se adotarem medidas adequadas para fortalecer as relações econômicas e comerciais entre as duas regiões, que incluam a identificação de mecanismos de cooperação entre as agências competentes nas áreas de transporte fluvial, marítimo e aéreo, como, por exemplo, o Memorando de Entendimento firmado entre a Associação Árabe de Aviação Civil e a Comissão Latino-americana de Aviação Civil, e a importância de se ativarem esses mecanismos. Afirmam a necessidade de se tomarem as medidas necessárias para promover a cooperação na área do turismo, inter alia, por meio da promoção do turismo inter-regional, da maior participação em feiras e da organização de eventos promocionais conjuntos.

8.6 Concordam em intensificar esforços para a disseminação sistemática de dados atualizados de seus países sobre comércio, investimentos e oportunidades na área do turismo, por meio da realização de feiras semi-permanentes, da celebração de acordos de cooperação entre as agências responsáveis pela promoção de exportações e investimentos e da realização de missões empresariais e seminários conjuntos. Expressam seu interesse no intercâmbio de experiências e conhecimento que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento técnico existente nas instituições dos países árabes e sul-americanos.

8.7 Reconhecem a grande importância do comércio Sul-Sul como complemento dinâmico do sistema multilateral de comércio para a promoção da competitividade e do crescimento nas economias dos países em desenvolvimento e acolhem com satisfação o recente lançamento da terceira rodada de negociações comerciais no quadro do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais. Conclamam todos os participantes a fazer concessões comerciais significativas na rodada supramencionada, a fim de incrementar e expandir o comércio Sul-Sul.

8.8 Afirmam que os setores privado e empresarial devem desempenhar um papel fundamental na implementação efetiva da presente Declaração em áreas relevantes no campo do comércio e investimento e que seus governos tomarão todas as medidas possíveis para facilitar e fortalecer esse papel.

9. Cooperação em Ciência e Tecnologia

9.1 Reafirmam o entendimento de que a cooperação Sul-Sul é um mecanismo de baixo custo e altamente eficaz, que pode contribuir de maneira eficiente para a capacitação de pessoal nos países árabes e sul-americanos.

9.2 Expressam seu objetivo comum de aumentar a cooperação em matéria científica e tecnológica entre as duas regiões, levando em conta o conhecimento e a experiência nelas acumulados, as complementaridades existentes e o potencial de inovação. Enfatizam a necessidade urgente de se coordenarem programas de cooperação entre as

principais universidades e centros de pesquisa nas duas regiões e de promover o intercâmbio de peritos, pesquisadores e professores universitários. Declaram sua disposição de identificar mecanismos de financiamento para a implementação de um Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, desse modo, definem – para fim de lançamento do Programa – as seguintes áreas, emanadas do seminário sobre Terras Áridas e Recursos Hídricos (Fortaleza, Brasil, setembro de 2004): (i) Desertificação e Regiões Semi-Áridas; (ii) Gestão de Recursos Hídricos; (iii) Agricultura Irrigada; (iv) Biotecnologia e Engenharia Genética; (v) Previsão Climática; (vi) Correção do Solo; (vii) Criação de Gado.

9.3 Reconhecem seu interesse comum em intensificar o intercâmbio de informações e de conhecimento técnico na área da agricultura irrigada, com o objetivo de aumentar o conhecimento de sistemas eficientes de irrigação que permitam melhor aproveitamento de investimentos. Expressam sua intenção de aumentar o intercâmbio de informações e conhecimento técnico no uso de modelos hidrometeorológicos, para prever importantes variáveis hídricas, como, por exemplo, as vazões fluviais.

9.4 Enfatizam a importância das iniciativas destinadas ao desenvolvimento de inovações tecnológicas e à gestão integrada dos recursos hídricos. Nesse sentido, identificam um quadro para a cooperação bi-regional, que inclui: (i) desenvolvimento de equipamentos eficientes de irrigação; (ii) promoção do saneamento urbano e do tratamento de esgoto, conforme as necessidades de cada país; (iii) o controle de resíduos e de perdas na rede de abastecimento público; (iv) o desenvolvimento de aparelhos domésticos que reduzam o consumo de água; (v) a utilização de equipamentos sanitários que permitam o uso racional e a reutilização da água.

9.5 Manifestam seu interesse no Processo Sustentável e Descentralizado de Abastecimento de Água Dessalinizada, necessário à subsistência das populações em comunidades isoladas. Enfatizam sua

intenção de cooperar na área da tecnologia de osmose reversa, que produz água de alta qualidade do ponto de vista sanitário e organoléptico.

9.6 Recordam a importância da criação de gado na promoção da segurança alimentar e enfatizam a necessidade de divulgar, nas comunidades interessadas, o conhecimento e a utilização de tecnologias adequadas ao melhoramento genético e à produtividade dos rebanhos.

9.7 Dão ênfase à necessidade de promover a cooperação nas áreas de desertificação e regiões semi-áridas e na utilização de imagens de satélites, para avaliar a situação das regiões em processo de desertificação e propor alternativas adequadas ao desenvolvimento sustentável, que levem em conta aspectos ambientais, sociais e econômicos.

9.8 Enfatizam a importância de promover a cooperação entre centros científicos e de pesquisa nas duas regiões, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias economicamente acessíveis de dessalinização da água, que possam garantir a sua expansão para fins de desenvolvimento, inclusive no campo da agricultura.

9.9 Enfatizam a necessidade de desenvolver a cooperação bi-regional na área de energia e de identificar canais de comunicação e cooperação em todos os assuntos correlatos, de tal modo que essa cooperação contribua para maximizar os benefícios da energia para o desenvolvimento social e econômico de seus países.

9.10 Expressam seu compromisso de intensificar esforços no sentido de acelerar o desenvolvimento, a transferência e a utilização de tecnologia destinada à produção de energia e eficiência energética.

10. Sociedade da Informação

10.1 Reafirmam seu compromisso de construir uma Sociedade da Informação inclusiva e orientada para o desenvolvimento, conforme estabelecido na Declaração de Princípios e no Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, etapa de Genebra.

10.2 Consideram que as tecnologias no campo da informação e comunicação podem oferecer uma oportunidade para superar as barreiras ao progresso e que sua aplicação gerará alto impacto social e constituirá ferramentas essenciais para a concretização das Metas do Milênio para o Desenvolvimento. Com isto em mente, decidem intensificar os esforços de coordenação nos foros internacionais, particularmente na segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que se realizará em Túnis, de 16 a 18/11/2005, com o objetivo de reduzir o fosso digital nas suas dimensões política, econômica, social e científica e de conclamar a presença intensa e participação ativa nesse evento.

11. Ação contra a Fome e a Pobreza

11.1 Declaram sua profunda preocupação com a fome e a pobreza mundiais, que agravam a disseminação de doenças, diminuem a capacidade de trabalho, reduzem as habilidades cognitivas das crianças, desorganizam sociedades e reforçam os fatores que impedem a promoção do crescimento econômico com justiça social nos países em desenvolvimento.

11.2 Reafirmam que a plena e pronta implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade para países desenvolvidos e em desenvolvimento e expressam sua firme determinação política de trabalhar juntos para aumentar a cooperação internacional, bem como de mobilizar apoio político para levantar fundos adicionais àqueles acordados nas conferências de Monterrey e Joanesburgo. Para esse fim, reiteram seu apoio às iniciativas em curso no sentido de identificar fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento.

11.3 Enfatizam a urgente necessidade de identificar novas fontes de financiamento para cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio até 2015, particularmente com relação aos imperativos de reduzir a pobreza e a fome e promover o crescimento econômico sustentável nos países em desenvolvimento.

11.4 Reconhecem, em particular, o imperativo de combater a fome e a pobreza no mundo, não

apenas como objetivo em si mesmo, mas também como forma de aumentar a segurança e a estabilidade dos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Enfatizam, assim, a necessidade urgente de identificar novas fontes de financiamento do desenvolvimento e reiteram seu apoio a todas as iniciativas nesse sentido.

11.5 Enfatizam a importância de fornecer apoio financeiro e ativar o Fundo de Solidariedade Mundial para o Combate à Pobreza, que constitui mecanismo adequado para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

11.6 Acolhem com satisfação o momentum político obtido na reunião de líderes mundiais em que se discutiram mecanismos inovadores para financiar a erradicação da fome e a redução da pobreza, promovida pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em Nova York, em setembro de 2004, e exortam os governos que ainda não o fizeram a se associar a essa iniciativa.

11.7 Ressaltam sua disposição de unir esforços para conseguir, na revisão das Metas de Desenvolvimento do Milênio, em 2005, um aumento significativo do montante dos recursos públicos e privados destinados a apoiar o crescimento econômico sustentável dos países em desenvolvimento.

11.8 Acolhem com satisfação a proposta de estabelecer um Fundo Humanitário Internacional, levando em conta as idéias expostas sobre o tema na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento e na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

11.9 Enfatizam a importância de aumentar a coordenação entre todas as iniciativas mencionadas acima, a fim de evitar a duplicação de esforços.

12. Desenvolvimento e Temas Sociais

12.1 Exortam os países doadores a aumentar a assistência ao desenvolvimento, a fim de melhorar sua qualidade e torná-la mais eficaz, para cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e a implementar seus compromissos de fornecer recursos financeiros para atingir essas metas e esses objetivos.

12.2 Reiteram seu apoio ao cancelamento das dívidas de países de baixa renda, conforme apropriado, e à redução significativa das dívidas de países de renda média, de forma a permitir-lhes mobilizar os recursos financeiros necessários, conforme os objetivos de desenvolvimento acordados no âmbito internacional.

12.3 Reconhecem a necessidade de empreender ações conjuntas para tratar do fenômeno da migração, a fim de promover uma abordagem positiva dos fluxos migratórios, levando em conta seu impacto sobre o desenvolvimento e considerando que a cooperação internacional é essencial para a proteção dos Direitos Humanos dos migrantes e de suas famílias, em conformidade com a legislação pertinente dos países.

12.4 Observam, ademais, que ameaças à saúde pública internacional – particularmente HIV/AIDS, malária, tuberculose e outras epidemias – requerem o apoio ativo e generoso da comunidade internacional, para além das limitações e restrições vinculadas aos interesses industriais e comerciais privados.

12.5 Instam à mobilização de maiores recursos para financiar a cooperação científica e humanitária no combate à epidemia da AIDS, que afeta em particular as populações dos países do continente africano.

12.6 Reconhecem que a corrupção enfraquece as instituições públicas e privadas, erodem valores sociais, solapam o Estado de Direito e distorcem a economia e a alocação dos recursos destinados ao desenvolvimento. Portanto, comprometem-se a intensificar os esforços para combater a corrupção e outras práticas antiéticas nos setores público e privado, de modo a fortalecer a cultura da transparência e assegurar maior eficiência na gestão pública.

12.7 Reconhecendo que a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção é um instrumento global relevante para combater o fenômeno da corrupção, exortam todos os Estados a firmá-la ou ratificá-la, conforme apropriado, a fim de permitir sua

pronta entrada em vigor. Reafirmam que a comunidade internacional deve envidar esforços conjuntos no combate à corrupção, com o objetivo de erradicá-la, mediante uma ampla cooperação, no quadro dos instrumentos e tratados internacionais aplicáveis.

12.8 Instam ao aumento do apoio internacional à cooperação, com a finalidade de estabelecer assistência à concessão de micro-créditos a empresários de micro, pequeno e médio porte em seus respectivos países, o que contribuirá para atingir um processo de desenvolvimento inclusivo.

13. Mecanismo de Cooperação

13.1 A fim de assegurar o seguimento das decisões constantes nesta Declaração, decidem que:

- a Segunda Cúpula América do Sul – Países Árabes será realizada no Marrocos, no segundo trimestre de 2008;

- a próxima reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Sul-Americanos e Árabes será realizada em Buenos Aires, na Argentina, em 2007;

- reuniões extraordinárias de Ministros das Relações Exteriores poderão ser realizadas, conforme necessário;

- uma reunião de Altos Funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores será realizada em novembro de 2005, na Sede da Liga Árabe, no Cairo.

13.2 Poderão ser realizadas reuniões setoriais, em nível ministerial, nas áreas de comércio, investimento, transporte, turismo, energia, desenvolvimento rural, cultura, ciência e tecnologia, entre outros setores, para tratar de programas de cooperação. Para tanto, serão realizadas consultas entre a Presidência e a Secretaria Geral da Liga dos Estados Árabes e a Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações.

13.3 Acolhem com satisfação o convite da Arábia Saudita para participar da reunião entre consumidores e produtores de energia, que se realizará em Riade, no último trimestre de 2005.

13.4 Decidem realizar uma reunião de Ministros responsáveis por assuntos econômicos e

áreas afins das duas regiões, para dar seguimento às questões econômicas suscitadas nesta Declaração. Nesse sentido, agradecem à República do Equador o oferecimento para sediar uma reunião em Quito, em datas a serem definidas.

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika - Comunicado Conjunto (12 de maio de 2005)

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, efetuou Visita de Estado ao Brasil, nos dias 12 e 13 de maio de 2005, a convite de Sua Excelência o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente Abdelaziz Bouteflika viajou acompanhado de importante delegação, integrada por membros do Governo, bem como por empresários dos setores público e privado da Argélia.

A visita insere-se no quadro do fortalecimento das tradicionais relações de amizade e cooperação entre a Argélia e o Brasil, com o objetivo de alçá-las a um nível superior, em consonância com as múltiplas posições que ambos os países partilham nos campos regional e internacional.

Os dois Chefes de Estado expressaram sua satisfação pelo dinamismo que vem sendo retomado nas relações brasileiro-argelinas. Registraram, entre outros sinais positivos, os seguintes acordos de cooperação firmados por ocasião da visita :

- acordo fitossanitário;
- acordo sanitário e veterinário;
- acordo sobre a isenção de vistos em

passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.

Tais acordos, que deverão ser em breve seguidos de outros em diferentes setores, contribuirão para adensar as relações bilaterais e estimular seu continuado desenvolvimento.

Os Chefes de Estado felicitaram-se pela conclusão das negociações bilaterais relativas à acessão da Argélia à Organização Mundial de Comércio, as quais foram objeto de ato assinado no

curso da visita.

Os Chefes de Estado observaram, com satisfação, o crescimento, de quase 100%, do intercâmbio comercial entre seus países de 2003 para 2004 (1,2 para 2,3 bilhões de dólares). Essa evolução traduz o potencial de ambas as economias e estimula uma tendência ainda mais positiva no futuro próximo. O Presidente Lula da Silva saudou a iniciativa do Presidente Abdelaziz Bouteflika de estender sua visita a São Paulo, com o objetivo de fomentar os contatos entre os setores produtivos brasileiros e argelinos.

Os dois Presidentes reconheceram, a propósito, o papel construtivo que tem sido desempenhado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, juntamente com outras entidades empresariais, em favor das relações econômico-comerciais entre Brasil e Argélia. No intuito de ampliar e diversificar as correntes bilaterais de comércio, os dois Presidentes trocaram informações sobre as capacidades existentes em seus respectivos países.

Os Chefes de Estado procederam a uma análise das principais questões da agenda internacional, havendo verificado a ampla gama de posições coincidentes dos dois países.

Expressaram sua preocupação pela persistência da fome e da pobreza no mundo, problemas que comprometem os esforços dos países em desenvolvimento para promover o crescimento econômico com justiça social. O Presidente Bouteflika reiterou seu apoio à iniciativa do Presidente Lula da Silva, consubstanciada na Declaração de Nova York sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza.

Os Chefes de Estado ressaltaram a importância do comércio internacional como fator gerador de desenvolvimento econômico e social. Convieram em que a incorporação efetiva dos países em desenvolvimento na economia global requer o acesso indiscriminado aos mercados dos países desenvolvidos.

Os Presidentes sublinharam a necessidade de reforma das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais

representativo, com a incorporação, entre os membros permanentes, de países em desenvolvimento oriundos da África e da América Latina.

O Presidente Lula da Silva confirmou ao Presidente Abdelaziz Bouteflika a decisão do Brasil de apresentar sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Chefes de Estado manifestaram seu alto apreço pelo papel que a União Africana tem exercido no sentido de promover a integração continental e de buscar soluções para os problemas que afetam a paz e o desenvolvimento na África. Fizeram apreciação igualmente positiva sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento – NEPAD, que reflete a firme determinação africana de resolver os desafios de seu continente a partir de soluções próprias.

Consideraram que a NEPAD oferece quadro propício ao estabelecimento de iniciativas de cooperação, nas quais o Brasil tem grande interesse.

Coincidiram quanto à importância dos processos de integração regional. Expressaram, a propósito, sua satisfação pelo recente estabelecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Os dois Chefes de Estado assinalaram a prioridade que atribuem ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Avaliaram, a propósito, que a Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília nos dias 10 e 11 de maio corrente, cumpriu seu objetivo de fortalecer o diálogo inter-regional e de estabelecer uma agenda de cooperação para a promoção do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

Analisaram, positivamente, o nível e a abrangência dos entendimentos alcançados, conforme refletidos na Declaração então adotada.

No tocante à questão palestina, os dois Chefes de Estado lembraram a necessidade de se materializarem os direitos legítimos do povo palestino, notadamente ao estabelecimento de um Estado independente e soberano. Reafirmaram a necessidade

da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados.

Com relação ao Iraque, reiteraram a importância do cessar da violência e a necessidade de respeito à soberania total do povo iraquiano, inclusive seus recursos naturais e sua integridade territorial.

Com respeito ao Sudão, os dois Chefes de Estado felicitaram o acordo de paz entre o Governo sudanês e o Movimento para a Libertação do Sudão (SPLMA). Felicitaram, igualmente, os esforços desenvolvidos pela União Africana para uma solução pacífica da crise prevalecente em Darfur. Além disso, apelaram a todas as partes envolvidas para favorecer a conclusão de um acordo global que assegure a paz e a segurança no Sudão e a integridade territorial daquele país.

No tocante ao Saara Ocidental, os dois Presidentes reafirmaram o apoio do Brasil e da Argélia à execução do plano de regulamentação adotado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas mediante a Resolução 1495.

O Presidente Abdelaziz Bouteflika agradeceu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fraterna acolhida e a calorosa hospitalidade dispensadas a ele e à delegação que o acompanhou em sua Visita de Estado ao Brasil. Formulou convite para que o Presidente Lula da Silva efetue Visita de Estado à Argélia, convite esse aceito com prazer. A data será acertada pelos canais diplomáticos.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim à Jamaica e a Barbados (13 de maio de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita à Jamaica em 16 de maio corrente. O Ministro Amorim deverá ser recebido pelo Primeiro-Ministro Percival J. Patterson e manterá reunião de trabalho com o Chanceler Keith Desmond Knight. Será a primeira visita de um Chanceler brasileiro à Jamaica.

No dia 17 de maio, o Ministro Amorim

visitará Barbados, onde será recebido pela Primeira-Ministra interina, Mia Motley, e pela Chanceler Dame Billie Antoinette Miller, que visitou o Brasil em outubro de 2004.

Da agenda de ambas as visitas constam negociações na área de cooperação em açúcar, etanol e agricultura tropical, além de conversações no plano político, no contexto da aproximação entre o Brasil e os países do Caribe. A Jamaica e Barbados são membros tanto da Comunidade do Caribe (CARICOM) como da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

O Ministro Celso Amorim deverá anunciar, durante as visitas, a criação de leitorados brasileiros na Universidade das Índias Ocidentais em Kingston e em Bridgetown.

Comunicado à imprensa sobre o processo de escolha do Diretor - Geral da OMC (13 de maio de 2005)

O Ministro Celso Amorim tomou conhecimento na manhã de hoje, 13/05, de que o candidato Carlos Perez del Castillo deixou a disputa ao cargo de Diretor-Geral da OMC. Esse fato colocou o Senhor Pascal Lamy na posição de candidato único, virtualmente escolhido para aquele cargo.

Em telefonema para cumprimentá-lo, o Ministro Amorim recordou as negociações e contatos anteriores em que o Senhor Lamy sempre revelou equilíbrio e lealdade, mesmo quando defendeu, como Comissário europeu, posições divergentes das brasileiras. O Ministro Amorim manifestou plena confiança de que o Senhor Lamy, em sua futura condição de Diretor-Geral da OMC, contribuirá para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Reiterou, também, sua disposição pessoal e a do Governo brasileiro de trabalhar em conjunto e em diálogo constante com o futuro Diretor-Geral, com o objetivo de tornar a OMC mais democrática, transparente e receptiva às reivindicações dos países em desenvolvimento.

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita Oficial do Ministro Celso Amorim à Jamaica (16 de maio de 2005)

(texto original em inglês)

Joint Statement

Official Visit to Jamaica of H.E. Celso Amorim,

Minister of External Relations of Brazil

15-16 May, 2005

1. At the invitation of the Minister of Foreign Affairs and Foreign Trade of Jamaica, the Honourable K.D. Knight, the Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, H. E. Celso Amorim, paid an Official Visit to Jamaica from the 15th to 16th May, 2005. The Minister was accompanied by Senior Officials of the Brazilian Government, private sector representatives and members of the press. The visit, aimed at enhancing bilateral relations, marked an important development in Jamaica/Brazil relations, with both countries recommitting to expand cooperation and collaboration in a number of areas including the promotion of trade and investment.

2. Minister Amorim paid a courtesy call on Prime Minister PJ Patterson during which he conveyed greetings from the President of Brazil, His Excellency Luiz Inacio Lula da Silva. The Minister presented a letter from President Lula inviting the Prime Minister to visit Brazil. The Prime Minister accepted the invitation and there was a brief exchange of views on issues of bilateral interest.

3. Minister Amorim and Minister Knight examined a number of bilateral, regional and international issues of critical importance to both countries. Both Ministers exchanged views on the many possibilities for cooperation between Jamaica and Brazil and agreed to undertake joint action to promote, in particular, business opportunities, bilateral trade and investment.

4. In this regard, the two Ministers took note of the Seminar hosted by JAMPRO for Brazilian and Jamaican private sector representatives, at which both sides discussed the many opportunities to be

explored in the areas of trade and investment between Jamaica and Brazil. At the end of the Seminar, Minister Amorim addressed the group and reiterated the possibilities for enhancing commercial relations.

5. This desire was further demonstrated by the signing of a Protocol of Intent between both Parties on Cooperation in Sugar and Ethanol, within the framework of the Technical Cooperation Agreement signed between Jamaica and Brazil in 1997, and in accordance with President Lula's announcement at the 16th Inter-Sessional Meeting of CARICOM Heads of Government held in Suriname in February 2005, at which he undertook to assist in developing the Region's sugar industries. The Minister used the opportunity to tour the Ethanol Plant in Kingston which is being reconstructed with assistance from Brazil. The Plant is scheduled to become operational by the end of May 2005.

6. The presence of a number of public and private sector officials on the Brazilian delegation facilitated a fruitful exchange of information on projects of common interest, notably in the fields of education, health, tourism and agriculture. The two Ministers also signed a Protocol of Intent on Horticulture and Tropical Agriculture, based on areas to be identified by the Minister of Agriculture of Jamaica.

7. Recognizing that Brazil has successfully created cost effective and efficient technology and developed a successful model of poverty reduction, through the utilization of fertilizers produced from the waste generated by tourism enterprises, the Jamaican side expressed an interest in cooperating with Brazil on the feasibility of employing this technology in Jamaica.

8. Mindful that Jamaica and Brazil are leading countries in the African Diaspora in the field of music, and recognizing that both countries share common interests related to achieving optimum benefits from their creative people, Jamaica expressed the desire to cooperate with Brazil in the development of a broader creative economy as a means of wealth creation in a knowledge-based global economy.

9. Minister Amorim and Minister Knight expressed their willingness to start negotiations of an

Air Services Agreement to facilitate transportation and tourism cooperation between their two countries as soon as possible.

10. The Ministers recognized the importance of educational exchange programmes in fostering bilateral relations. Jamaica and Brazil announced their intention to start negotiations on a joint research programme in education at the tertiary level.

11. Regarding HIV/AIDS, the Jamaican side expressed concern about the issue of intellectual property rights and its implications for access to anti-retroviral drugs, which is also a strong concern to Brazil. Both countries expressed the pressing need to strengthen technical assistance with the region.

12. In regard to sickle cell anemia, it was agreed that a Brazilian mission would visit Jamaica on the 18th. of July, 2005, to establish a framework for cooperation in this area.

13. Both sides expressed their desire to consider joint actions in the area of oil exploration and renewable energy, biomass and oil refining capabilities. In this regard, Minister Amorim announced that a special mission of the Brazilian Agency for Cooperation will visit Jamaica in the near future.

14. Minister Knight was advised of the participation of a Brazilian Delegation, as observer, in the exercise "Tradewinds 2005", currently taking place in Antigua and Barbuda, as a demonstration of the intention of the Brazilian Government to cooperate with the Caribbean on matters related to civil defense.

15. In the area of Language Training, Jamaica welcomed the resumption of the Portuguese Language Training Programme at the Mona Campus of the University of the West Indies, which was reaffirmed by Minister Amorim and the Principal of the University. The Programme is to take effect in September, 2005.

16. The two Ministers reaffirmed the steps that Brazil and Jamaica are taking towards strengthening an important and solid partnership, based on the consolidation of democracy, respect for human rights and the promotion of sustainable economic development.

17. The Ministers reviewed the political and humanitarian situation in Haiti and stressed the importance of regional and international support for efforts to restore democracy in that country. The leadership role of Brazil in the U.N. Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) was acknowledged.

18. In discussing hemispheric developments, the Ministers acknowledged the importance of FTAA discussions on trade in goods and services, as well as investment flows. Both Parties re-affirmed their commitment to collaborate to achieve the timely completion of the negotiations for the FTAA. The Ministers also examined the prospects for a CARICOM-MERCOSUL Free Trade Agreement and undertook to pursue the initiative within their respective sub-regional blocs.

19. The Ministers acknowledged the importance of multilateralism and the pivotal role of the United Nations in the maintenance of peace and security and the promotion of economic and social development. In this regard, the Ministers agreed on the need to reform and revitalize the United Nations and, in particular, the Security Council. They shared the view that the Security Council must be reformed to enhance its representativeness, balance and equity with the inclusion of developing countries among its permanent members. In this context, Jamaica acknowledged the historic aspiration of Brazil to occupy a permanent seat on the Security Council and drew attention to the ongoing discussions within CARICOM on the issue.

20. Both Ministers expressed their determination to work together in their fight against hunger and poverty. As such, they recognized the need to increase the level of Official development assistance, and the importance of giving further attention to innovative mechanisms of financing, in order to raise additional resources necessary for their full and timely implementation of the Millennium Development Goals.

21. At the conclusion of the visit, Minister Amorim expressed appreciation for the warm hospitality extended to him and the members of his

delegation, by the Government and People of Jamaica, and for the opportunity to have had a fair and constructive exchange of views that will strengthen the relations between the two countries. The Minister extended an invitation to Minister Knight to visit Brazil at a mutually convenient time.

Signed in Kingston, Jamaica, this 16th day of May, 2005

Celso Amorim
Minister of External Relations
of the Federative Republic of Brazil

K. D. Knight
Minister of Foreign Affairs
and Foreign Trade of Jamaica

Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão (17 de maio de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial ao Japão de 26 a 28 de maio corrente, a convite do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi.

No encontro com o Primeiro-Ministro Koizumi, na tarde do dia 26, serão examinados os principais temas da agenda bilateral, bem como questões internacionais de interesse comum, como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em seguimento às conversações mantidas durante a visita do Primeiro-Ministro japonês ao Brasil em setembro de 2004.

No dia 27, o Presidente da República será recebido em audiência por Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão.

O Presidente Lula estará acompanhado de numeroso grupo de empresários brasileiros e manterá encontro, na manhã do dia 27, com os principais empresários do Japão. À tarde, comparecerá à cerimônia de encerramento da Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica CNI-Keidanren e do "Seminário Brasil-Japão: oportunidades de investimento". O intercâmbio comercial entre o Brasil

e o Japão alcançou, em 2004, US\$ 5,64 bilhões, o que representa um crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior.

No dia 28, o Presidente Lula visitará a cidade de Nagóia, onde manterá encontro com a comunidade brasileira residente no Japão.

Deverão ser divulgados durante a visita documentos sobre o estabelecimento do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI; a revitalização das relações econômicas; a situação da comunidade brasileira residente no Japão; a cooperação em assuntos internacionais e nas áreas educacional, cultural e de ciência e tecnologia; e a agenda comum sobre desenvolvimento sustentável.

Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Coréia (17 de maio de 2005)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado à República da Coréia, em 24 e 25 de maio corrente, a convite do Presidente Roh Moo-hyun.

Na manhã do dia 24, o Presidente Lula proferirá discurso no VI Fórum Global sobre Reinvenção do Governo, iniciativa apoiada pelas Nações Unidas que contará com a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo.

No encontro com o Presidente Roh Moo-hyun, serão analisados os principais temas das agendas bilateral e internacional, em seguimento às conversações mantidas durante a visita do Presidente coreano ao Brasil em novembro do ano passado.

O Presidente Lula estará acompanhado de significativo grupo de empresários brasileiros. Na tarde do dia 24, será realizado Seminário sobre Investimentos no Brasil, cuja cerimônia de encerramento contará com a presença do Presidente da República. Na manhã do dia 25, o Presidente Lula manterá encontro com os principais empresários da Coréia. A Coréia do Sul é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. O intercâmbio comercial entre os dois países superou US\$ 3 bilhões em 2004.

Deverão ser concluídos, durante a visita, Memorandos de Entendimento sobre o estabelecimento no Brasil de Centro de Tecnologia da Informação, sobre a criação de Comitê Consultivo Agrícola e sobre cooperação na área dos transportes, entre outros.

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita Oficial do Ministro Celso Amorim a Barbados (17 de maio de 2005)

(texto original em inglês)

Joint Communiqué Issued on the Occasion of the Official Visit to Barbados of the Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, H.E. Mr. Celso Amorim

In response to an invitation from the Senior Minister and Minister of Foreign Affairs and Foreign Trade, Dame Billie Miller, D.A., B.C.H., M.P., His Excellency Mr. Celso Amorim, Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, paid an official visit to Barbados from May 16-17 2005.

The Minister was accompanied by a delegation comprising senior officials from the Ministries of Agriculture, Health, Education, Culture and Foreign affairs as well as from the Commission for Studies in International Air Navigation (CERNAI) and the University Júlio de Mesquita Filho.

At the beginning of his official activities, Minister Amorim was received by the acting Prime Minister of Barbados, the Honourable Mia Mottley, Q.C., M.P. He also joined the Minister of Commerce and Consumer Affairs, Senator the Honourable Lynette Eastmond to inaugurate a business forum of Barbadian and Brazilian private sector officials.

The two Foreign Ministers met to continue bilateral discussions on the areas of cooperation which were identified during the October 2004 official visit to Brazil of the Minister of Foreign Affairs and Foreign Trade of Barbados and the subsequent working visit to Barbados by Minister Amorim in November 2004.

Minister Amorim, in his dialogue with Minister Miller was joined at the talks by other members of the Cabinet of Barbados representing the sectors of

agriculture, education, culture, energy, financial services, health, tourism and international transportation. Both Ministers expressed their satisfaction with the progress made in the programmes of cooperation, which have been undertaken within the framework of the four bilateral accords between their two countries.

The Ministers welcomed the forthcoming establishment of the Chair for Brazilian studies at the Cave Hill Campus of the University of the West Indies to promote the teaching of Brazilian cultural studies with the option of expanding to include a study of Brazilian politics and economy. They were convinced that that initiative would serve to enrich the understanding and appreciation of Brazilian culture and enhance the development of relations with Barbados and the rest of the countries of CARICOM.

Minister Amorim used the opportunity of his visit to announce the exhibition of the work of a number of Brazilian cartoonists in June 2005 as well as the launch of a piano competition in September this year sponsored by the Embassy of Brazil in collaboration with the National Cultural Foundation (NCF).

The Ministers reaffirmed the priority attention given by their governments to combating the scourge of HIV/AIDS and noted with satisfaction the ongoing efforts to develop a framework of cooperation under the PAHO Technical Cooperation among Countries (TCC) programme, which is expected to come on stream later this year.

Minister Miller conveyed Barbados' appreciation for Brazil's willingness to assist with the restructuring of the sugar cane industry and the opportunity that this could present for Barbados in the area of agriculture. The Minister also welcomed the invitation issued to her colleague, the Minister of Agriculture and Rural Development, Senator the Honourable Erskine Griffith to lead a technical delegation to Brazil to discuss this matter further.

The two Foreign Ministers also discussed a range of hemispheric and international issues of interest to both countries. In this regard, the Ministers reiterated their commitment to work with regional and international

organisations and like-minded countries to promote hemispheric and international peace and security.

Minister Miller acknowledged Brazil's interest in strengthening its security cooperation with the Caribbean region and in particular its decision to participate as an Observer in the 2005 Tradewinds exercises. She looked forward to further collaboration and partnership with Brazil in security and disaster relief matters, working in conjunction with the Regional Security System (RSS) of the Eastern Caribbean and with the Caribbean Disaster Emergency Response Agency (CDERA).

Both countries expressed their support for efforts at the hemispheric and international level to address the developmental concerns of the region. In particular the Ministers referred to the UN Summit in September to review progress made in implementing the Millennium Development Goals as well as to the Summit of the Americas to take place in Argentina in November 2005. The two Ministers expressed their determination to work together in their fight against hunger and poverty. In this regard, Barbados endorsed the New York Declaration launched at the World Leaders' Meeting, convened by President Lula, on September 2nd, 2004 at the United Nations. They also recognised the need to raise and improve Official Development Assistance (ODA) and the importance to give further attention to innovative mechanisms of financing, in order to raise additional resources for the full and timely implementation of the Millennium Development Goals. The Ministers also pledged support for efforts to revive the Doha development agenda and looked forward to the forthcoming WTO Ministerial meeting in Hong Kong as an opportunity to advance the concerns of developing countries, including the interests of small economies.

On the matter of Haiti, Minister Miller thanked the Government of Brazil for its unfaltering efforts in leading the MINUSTAH in Haiti. The Ministers stated that the security situation in Haiti needs to be preserved in order to guarantee the political

normalisation of the country. Minister Miller reaffirmed CARICOM's pledge to assist the people of Haiti particularly through the provision of technical assistance in elections scheduled for later this year.

The two Ministers acknowledged the importance of multilateralism and the pivotal role of the United Nations in the maintenance of peace and security and the promotion of economic and social development. The Ministers agreed on the need to reform and revitalise the United Nations and, in particular, the Security Council. They shared the view that the Security Council must be reformed to enhance its representativeness, balance and legitimacy with the inclusion of developing countries among its permanent members. In this context, the Ministers recalled the conversations they had in 2004 on United Nations reform, while drawing attention to the ongoing discussions among CARICOM members.

On the issue of revitalising the Organisation of American States under new leadership, the Ministers welcomed the election of a new Secretary General and expressed the hope that the Organisation would be given the human and financial resources required to carry out its mandates.

Following the discussions, the two Ministers signed an Agreement on Cultural Cooperation, which would provide the framework for the implementation of joint activities, programmes and projects in the areas of mutual cultural interest.

It was agreed that the Second Meeting of the Barbados/Brazil Mechanism for Consultation on Matters of Common Interest would be convened in Barbados during the last quarter of 2005, to review and follow-up on all of the matters discussed.

Minister Amorim expressed his gratitude for the warm hospitality afforded to his delegation by the Government of Barbados. At the same time, he conveyed a letter from the President of the Federative Republic of Brazil, H.E. Luiz Inacio Lula da Silva to the Prime Minister of Barbados, the Right Honourable Owen Arthur, inviting the latter to pay an Official Visit to Brazil at a time to be mutually agreed upon.

Done at Bridgetown, Barbados on the 17th of May 2005.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina - Acordo de Brasília (20 de maio de 2005)

Reproduz-se, a seguir, texto do “Acordo de Brasília”, assinado em 20 de maio corrente, por ocasião da visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Rafael Bielsa:

(versão em português)

“Acordo de Brasília

Os Chanceleres Celso Amorim e Rafael Bielsa e suas equipes de trabalho acordaram propor aos seus respectivos Presidentes um programa ambicioso de aprofundamento, atualização e aceleração da relação bilateral que culminará na assinatura de Protocolos específicos sobre diferentes temas, no dia 30 de novembro do corrente ano (Dia da Amizade Brasil-Argentina).

Esses Protocolos incluirão questões estratégicas para ambos os países, em especial cooperação nuclear e espacial, integração produtiva, cooperação militar, infra-estrutura, energia e cooperação fronteiriça.

Celso Amorim

Chanceler do Brasil

Rafael Bielsa

Chanceler da Argentina”

(versão em espanhol)

“Acuerdo de Brasília

Los Cancilleres Rafael Bielsa y Celso Amorim y sus equipos de trabajo acordaron proponer a sus respectivos Presidentes un ambicioso programa de profundización, actualización y aceleración de la relación bilateral que culminará en la firma de Protocolos específicos para diversos temas, el día 30 de noviembre del corriente año (Día de la Amistad Argentina-Brasil).

Tales Protocolos incluyen las cuestiones estratégicas para ambos países, en especial, cooperación nuclear y espacial, integración

productiva, cooperación militar, infraestructura, energía y cooperación fronteriza.

Rafael Bielsa
Canciller de Argentina
Celso Amorim
Canciller de Brasil”

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República da Coréia (25 de maio de 2005)

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de Estado à República da Coréia, no período de 23 a 26 de maio, a convite do Presidente da República da Coréia, Roh Moo-hyun, para participar do Sexto Fórum Global de Reinvenção do Governo, que se realiza em Seul, de 24 a 27 de maio de 2005. O Presidente Lula da Silva e o Presidente Roh mantiveram reunião de Cúpula e examinaram a implementação dos temas que foram objeto de decisão durante seu último encontro, em novembro de 2004, no Brasil. Também discutiram questões bilaterais pendentes e meios para aprimorar as relações entre os dois países, assim como fórmulas para o estreitamento da cooperação no plano internacional.

O Presidente Lula da Silva e o Presidente Roh reafirmaram o compromisso com o funcionamento da “Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI”. Os dois líderes tomaram nota, com satisfação, do grande aumento do intercâmbio e da cooperação bilateral em varias áreas, em particular as relações econômicas, que foram intensificadas desde a visita de Estado ao Brasil do Presidente Roh, em novembro de 2004. Chamaram também a atenção para o fato de que a visita de Estado do Presidente brasileiro à República da Coréia contribuiria para a expansão da cooperação entre os dois países.

Os dois Presidentes compartilharam a opinião de que as Conversações Hexapartites são um mecanismo útil para resolver a questão nuclear na Coréia

do Norte de uma maneira pacífica e diplomática e conclamaram a Coréia do Norte a retomar imediatamente as conversações. Os dois Presidentes manifestaram a forte expectativa de que o assunto será resolvido em breve, para o benefício da paz na Península Coreana e no Noroeste da Ásia, assim como da causa internacional da não-proliferação nuclear.

Os Presidentes Lula da Silva e Roh expressaram seu compromisso com a continuada expansão da cooperação bilateral em vários órgãos internacionais e fóruns multilaterais, como ONU, OMC e FOCALAL.

O Presidente Lula da Silva agradeceu a manifestação de apoio do Presidente Roh à iniciativa “Ação Contra a Fome e a Pobreza” e à necessidade de que seja dada mais atenção aos mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento.

Os dois Presidentes trocaram impressões a respeito do processo em curso de reforma das Nações Unidas e de seus principais órgãos, inclusive o Conselho de Segurança. Ambos os líderes compartilharam a avaliação de que as Nações Unidas têm de ser reformadas, de modo a fortalecer e aprofundar a representatividade, legitimidade, eficácia e credibilidade do sistema das Nações Unidas. Ambos concordaram em trabalhar estreitamente sobre o assunto.

Os dois Presidentes comprometeram-se a trabalhar juntos, com vistas ao resultado positivo da VI Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, a realizar-se em Hong Kong, em Dezembro de 2005, e reafirmar seu interesse no desfecho exitoso da Agenda de Desenvolvimento de Doha, o mais breve possível.

Com base nas conversações entre os dois Presidentes, na última Cúpula, em novembro de 2004, o Governo coreano enviou ao Brasil, em abril de 2005, um Grupo Civil e Governamental de Pesquisa Conjunta nas Áreas de Energia e Recursos Minerais. Ambos os Presidentes expressaram grande satisfação com as discussões sobre a cooperação nessa área, por ocasião da primeira reunião do Mecanismo de Consultas Brasil-

Coréia sobre Cooperação nas Áreas dos Recursos Energéticos e Minerais, ocorrida durante a visita do Presidente Lula da Silva, e manifestaram a expectativa favorável de expandir e fortalecer projetos comuns de desenvolvimento nas áreas de energia e recursos minerais.

Ambos os líderes saudaram o estabelecimento do Comitê de Cooperação Agrícola, que promoverá um diálogo mais estreito entre os dois países nessa área.

Os Chefes de Estado manifestaram seu contentamento com o progresso alcançado nas negociações com vistas ao estabelecimento de um Centro de Cooperação sobre Tecnologia da Informação no Brasil. Os dois líderes observaram, com satisfação, que os dois Ministérios da Ciência e Tecnologia concordaram, previamente à visita, em convocar reunião do Comitê Conjunto sobre Ciência e Tecnologia e um Simpósio sobre Cooperação Científica e Tecnológica, em julho próximo, no Brasil. Além disso, os dois países acordaram cooperar nas seguintes áreas prioritárias: biotecnologia, uso pacífico da energia nuclear, tecnologia aeroespacial, biomassa, nanotecnologia e células combustíveis. Na ocasião, os dois Presidentes concordaram em estimular a cooperação entre instituições dos dois países, com vistas à realização de pesquisas nesses setores.

Ambos Presidentes tomaram nota, com satisfação, da conclusão dos termos de referência para a elaboração de Estudo Conjunto sobre a Viabilidade de um Acordo Comercial entre o MERCOSUL e a República da Coréia, durante a reunião ocorrida em Assunção, nos dias 4 e 5 de maio. O Estudo Conjunto deverá avaliar o impacto de um possível acordo comercial entre as Partes e explorar mecanismos para estimular as relações econômicas entre o MERCOSUL e a República da Coréia.

O Presidente Lula da Silva e o Presidente Roh manifestaram seu contentamento com o recente aumento do comércio entre os dois países. Os dois líderes concordaram em que a presença do significativo grupo de empresários, que acompanha

o Presidente Lula da Silva durante sua visita oficial, representa uma clara indicação do interesse brasileiro em acelerar a cooperação na área econômica.

O Presidente Lula da Silva e o Presidente Roh trocaram impressões a respeito da importância de uma estreita cooperação na área da aviação, no quadro do existente Acordo de Serviços Aéreos bilateral, com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas e empresários entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram que o Fórum Brasil-Coréia será um importante instrumento para realizar avaliações sobre a atual fase das relações bilaterais, propor novos cursos de ação e desenhar cenários de ação conjunta, numa visão de longo prazo. Registraram, também, a conclusão, em março de 2005, do Memorando de Entendimento entre a Universidade de São Paulo e a Fundação Coreana, destinado a intensificar a cooperação acadêmica.

Durante a visita foram emitidos os seguintes Memorandos de Entendimento (ME) e documentos, que desempenharão importante papel em várias áreas das relações bilaterais:

- a) ME para o estabelecimento do Comitê de Cooperação Agrícola;
- b) ME entre o BNDES e o EXIM Bank da República da Coréia;
- c) ME entre a APEX e a “Korea Trade-Investment Promotion Agency (KOTRA);
- d) Acordo de Cooperação entre o Banco do Brasil e o “Korea Exchange Bank”;
- e) Acordo de Cooperação entre a ELETROBRAS e a “Korea Electric Power Corporation”;
- f) Memorando de Entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce e a POSCO;
- g) Memorando de Entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce, Danielli & Office Meccaniche S.P.A., Dongkuk Steel Mill, Usina Siderúrgica do Ceará, Banco do Nordeste do Brasil e Estado do Ceará.

O Presidente Lula da Silva expressou seu agradecimento pela calorosa hospitalidade do povo

e do Governo sul-coreanos durante sua visita.

Comunicado à imprensa sobre documentos concluídos por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Tóquio, Japão (26 de maio de 2005)

Declaração conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi sobre a reforma das Nações Unidas

Tóquio, 26 de maio de 2005.

Este ano marca o 60º aniversário da fundação das Nações Unidas. O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, (doravante referidos como “os dois mandatários”), baseados no reconhecimento comum de que este é o ano para a realização de uma reforma destinada a fortalecer as Nações Unidas, acolheram com satisfação o relatório do Secretário Geral intitulado “In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All.”

Os dois mandatários enfatizaram a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, que contemple o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos. Destacaram a importância de uma revitalização da Assembleia Geral, órgão que representa a vontade geral dos Países Membros, assim como de elevar a eficiência e eficácia das agências e órgãos das Nações Unidas nos campos econômico e social, tal como o ECOSOC, de modo a melhor enfrentar os desafios mais urgentes. Reiteraram, igualmente, sua determinação de aprofundar a cooperação para tornar um grande sucesso a reunião da Cúpula do Milênio, em setembro.

Os dois mandatários compartilharam a opinião de que o Conselho de Segurança deve ser reformado para elevar sua representatividade, legitimidade, eficiência e credibilidade, de modo a refletir a realidade da comunidade internacional no século 21 e, assim, enfrentar efetivamente os desafios da atualidade. Os dois mandatários, inclusive no

contexto do G-4, reiteraram sua determinação de continuar a apoiar mutuamente suas candidaturas e de trabalhar juntos pela reforma do Conselho de Segurança, aumentando o número de seus membros permanentes e não permanentes, incluindo países desenvolvidos e em desenvolvimento como membros permanentes, juntamente com outros Estados Membros. Os dois mandatários manifestaram a determinação de trabalhar com afinco para acelerar os esforços pela adoção de uma resolução-quadro amplamente flexível, até setembro, e exortaram os demais Estados Membros a co-patrociná-la com vistas a formar a base mais ampla de apoio possível.

Declaração conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi sobre assuntos internacionais

Tóquio, 26 de maio de 2005

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro Ministro do Japão, Junichiro Koizumi (doravante referidos como “ambos os Mandatários”),

Recordando o Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e o Japão de 16 de setembro de 2004;

Reconhecendo a importância crescente da cooperação entre os dois países, na agenda multilateral;

Decidem que os governos da República Federativa do Brasil e do Japão continuarão a cooperar nos seguintes assuntos:

1. OMC

Os dois mandatários reiteraram que a manutenção e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio são indispensáveis para a prosperidade de seus países, para o progresso dos países em desenvolvimento e para o crescimento da economia mundial. Atentos à premência do tempo na preparação da Sexta Conferência Ministerial, a realizar-se em Hong Kong em dezembro de 2005, reiteraram que todos os membros devem cooperar de forma flexível e construtiva com vistas a uma

“primeira aproximação” em julho. Decidiram, neste sentido, trabalhar em conjunto e exortar todos os demais membros da OMC a negociarem com a mesma disposição, em todas as áreas, em consonância com o Mandato de Doha e com o Pacote de Julho. Recomendaram atenção especial aos aspectos relacionados ao tema do desenvolvimento dessas negociações, com ênfase na agricultura, no acesso a mercados para bens industriais, serviços, facilitação do comércio, regras, de modo a assegurar o cumprimento da dimensão do desenvolvimento da Agenda de Doha e da bem-sucedida conclusão da Rodada de Doha.

2. Meio Ambiente

Os dois mandatários saudaram a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e reiteraram ser este um passo significativo nos esforços internacionais de prevenção do aquecimento global. Afirmaram também que a cooperação no campo do meio ambiente, inclusive mudança do clima, continuará a ser fortalecida com iniciativas tais como o Encontro Informal sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima, co-presidido pelo Brasil e pelo Japão, assim como o diálogo bilateral sobre meio ambiente entre os dois países. Mencionaram a assinatura do Memorando sobre Cooperação relativo ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC), e manifestaram a expectativa de que a cooperação bilateral nessa área avance ainda mais. Com vistas a implementar as Práticas Sustentáveis de Manejo Florestal, os dois mandatários reafirmaram a importância do fortalecimento do Foro das Nações Unidas Sobre Florestas na promoção da cooperação internacional, especialmente pelo fortalecimento das capacidades nacional e internacional e pelo apoio às políticas e ações domésticas de combate ao desflorestamento, assim como pelo aprimoramento dos trabalhos da Organização Mundial de Madeiras Tropicais ITTO. Os dois mandatários saudaram também os resultados

da Conferência Ministerial sobre a Iniciativa dos Três “R”, realizada em abril, no Japão. Saudaram, ademais, os esforços pela promoção da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, destinada a despertar a consciência pública para os temas ambientais globais e a evidenciar a importância da adoção de ações concretas no plano individual, inclusive na mudança de estilos de vida.

3. Desarmamento e Não-Proliferação

A fim de enfrentar a ameaça da proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de lançamento, de promover o desarmamento nuclear e combater o acúmulo excessivo de armas convencionais tais como armas pequenas e leves e minas terrestres, os dois mandatários reafirmaram sua determinação de trabalhar juntos pelo fortalecimento do regime internacional de desarmamento e não-proliferação, mediante as seguintes medidas:

1) Universalização dos tratados e normas internacionais de desarmamento e não-proliferação e fortalecimento da implementação doméstica desses tratados e normas;

2) Fortalecimento dos mecanismos efetivos de controle de exportação;

3) Apoio às atividades da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

4) Cooperação, em consonância com o Direito Internacional, no âmbito dos esforços multilaterais para prevenir o tráfico ilícito de armas nucleares, químicas ou biológicas, seus meios de lançamento e materiais conexos;

5) Estímulo à implementação do Programa de Ação das Nações Unidas para a Prevenção, o Combate e a Erradicação do Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Leves em Todos os seus Aspectos;

6) Cooperação no âmbito das Nações Unidas nos campos do desarmamento e da não-proliferação, a exemplo da cooperação para assegurar a implementação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança;

7) Esforços direcionados à assistência a

nações afligidas pelas minas terrestres, inclusive apoio material por meio de iniciativas de cooperação.

Declaração Conjunta sobre o Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas entre o Japão e a República Federativa do Brasil

Tóquio, 26 de maio de 2005

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro Ministro do Japão, Junichiro Koizumi (doravante referidos como “os dois mandatários”),

Reconhecendo a importância de construir parcerias em amplo espectro de setores, baseadas na confiança e em benefícios mútuos de longo prazo, dando prosseguimento a mais de cem anos de amizade e cooperação,

Buscando fortalecer e aprofundar essa cooperação,

Reafirmando a forte disposição, manifestada no Comunicado Conjunto firmado em Brasília, em 19 de setembro de 2004, de avançar na revitalização das relações econômicas bilaterais,

Sublinhando o papel significativo do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, formados pelos setores privados de ambos os países,

Concordaram em que os dois países devem reforçar a cooperação no campo econômico em consonância com as seguintes orientações básicas:

1. PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E DOS INVESTIMENTOS

Os dois mandatários reconhecendo que o comércio e os investimentos são importantes como um dos principais sustentáculos das relações entre o Brasil e o Japão, manifestaram a intenção de fortalecer as relações bilaterais na área econômica.

Os dois mandatários notaram com satisfação que existem sinais positivos de revitalização do comércio e dos investimentos entre os dois países e reiteraram que, tanto os dois governos quanto o setor privado de seus países, trabalhem ainda mais em conjunto, com vistas a reforçar a tendência ascendente

e a criar ambiente propício a novas iniciativas empresariais mediante os seguintes enfoques e ações:

(1) Consultas entre os Governos

Os dois mandatários saudaram o progresso das consultas entre os Governos nas questões econômicas bilaterais e encorajaram o aprofundamento dessas consultas, consideradas um instrumento valioso para promover a compreensão e a comunicação mútuas.

Compartilharam igualmente a opinião de que contatos constantes mediante intensa troca de missões de alto nível, inclusive ministeriais, e uma maior interação, tanto no nível governamental quanto no nível parlamentar, devem continuar a ser apoiados.

(2) Fortalecimento do Esforço para a Melhoria do Ambiente para os Investimentos

Os dois mandatários saudaram os resultados do Seminário Econômico Brasil-Japão, realizado em Brasília em 3 de março de 2005, e expressaram forte expectativa de que ambos os governos e setores privados prosseguirão o diálogo em maior profundidade com vistas a concluir negócios e a dar-lhes seguimento em ocasiões futuras.

O Primeiro Ministro do Japão expressou a opinião de que a proteção dos direitos de propriedade intelectual deve desempenhar papel importante no relacionamento entre os dois países.

Convergiaram quanto à conveniência de que os dois países examinem possíveis formas de melhorar seus respectivos ambientes para investimento.

(3) Promover a Interação dos Setores Privados

Os dois mandatários expressaram a intenção de encorajar interação mais ativa entre os setores privados de ambos os países. Nesse sentido, expressaram elevada expectativa de que a 11ª Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão manterá discussões construtivas, em Tóquio, no dia 27 de maio de 2005.

O Primeiro Ministro do Japão fez igualmente referência a visita de uma missão econômica japonesa ao Brasil, a realizar-se em

momento oportuno, ainda neste ano. O Presidente acolheu o anúncio com satisfação.

2. INCREMENTO DA COOPERAÇÃO NOS SETORES DE ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

Os dois mandatários reafirmaram seu comum e vivo interesse no incremento da cooperação nas áreas de energia e outros recursos naturais.

Em especial para minério de ferro, reiteraram que o fornecimento estável e sua exploração no âmbito da cooperação bilateral têm, desde há muito tempo, contribuído para o crescimento mutuamente benéfico das duas economias. Reafirmaram, a propósito, o forte interesse comum em ampliar e reforçar a cooperação, incluindo investimentos conjuntos neste campo.

Os dois mandatários congratularam-se por certos projetos de larga escala que têm sido promovidos vigorosamente pela cooperação bilateral envolvendo o Banco para Cooperação Internacional do Japão (JBIC) e a Empresa de Seguros de Exportações e Investimentos do Japão (NEXI), entre outros, em alguns campos estratégicos, tais como petróleo, gás, recursos minerais, incluindo minério de ferro e metais não ferrosos, e celulose.

Expressaram sua forte esperança de que aqueles projetos, incluindo a exploração conjunta do campo petrolífero de Jubarte, sejam realizados com êxito e de que tal cooperação será ulteriormente fortalecida.

3. DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO NO SETOR DE INFRA-ESTRUTURA

Os dois mandatários sublinharam a importância de desenvolver a infra-estrutura para o desenvolvimento econômico na América do Sul e a integração regional. A esse respeito, o Primeiro Ministro do Japão expressou seu interesse na iniciativa tomada pelo Brasil na 3ª. Cúpula Sul-Americana ocorrida no Peru, em dezembro de 2004, relativa aos programas da Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). A possibilidade de futura cooperação financeira do JBIC para aqueles programas foi também

mencionada. Aprovaram tal cooperação e expressaram o desejo de que se dê prosseguimento ao diálogo e às consultas entre os países abrangidos e instituições internacionais na região com as instituições oficiais japonesas pertinentes.

O Presidente da República Federativa do Brasil explicou que o programa das Parcerias Público-Privadas (PPP) foi lançado no Brasil e portanto certos projetos para o desenvolvimento da infra-estrutura serão estimulados sob este programa. O Primeiro Ministro do Japão ouviu atentamente e declarou que algumas companhias privadas japonesas demonstraram interesse em diversos projetos, tais como os projetos ferroviários, com financiamento do JBIC. Os dois mandatários concordaram que seria apropriado conduzir discussões concretas sobre esses projetos.

4. PROMOÇÃO DO DIÁLOGO SOBRE O USO DO ETANOL

No contexto das medidas para prevenir o aquecimento global, os dois mandatários reconheceram a importância de desenvolver fontes renováveis de energia, particularmente na área de combustíveis de biomassa para o setor de transportes, que são reconhecidos no Protocolo de Quioto como não emissores de CO₂. Externaram também o interesse comum em explorar o potencial de cooperação do setor privado e a troca de informações a respeito das aplicações comerciais de etanol de biomassa e tecnologias relacionadas, incluindo cultivo.

Saudaram o diálogo estreito e permanente sobre etanol de biomassa que tem sido conduzido entre os setores governamentais e privados de ambos os países na ocasião de missões brasileiras em visita ao Japão.

Expressaram sua forte esperança de que os testes práticos que se estão conduzindo em seis províncias japonesas tenham resultados favoráveis. O Primeiro Ministro do Japão declarou que o Conselho do Gabinete Japonês aprovou programa de ação governamental de redução das emissões de gases de efeito estufa, baseado no Protocolo de Quioto, e que se espera a introdução de combustíveis de biomassa no setor de transportes. O Primeiro

Ministro fez notar que o Japão prosseguiria em seus estudos sobre o uso de etanol de biomassa.

Reconheceram a importância da continuação de diálogo próximo sobre este assunto entre seus respectivos setores privados.

5. CONTINUAÇÃO DO DIÁLOGO NO SETOR AGRÍCOLA

Os dois mandatários saudaram o início, em 2004, das exportações de mangas brasileiras para o Japão, após todos os exames técnicos terem sido devidamente realizados pelos especialistas de ambos os países. Reconheceram a importância de concentrar-se em discussões técnicas e científicas entre especialistas, em consonância com o Acordo da OMC sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, como têm feito os dois países, atentos à importância, de um lado, de melhorar a saúde humana, a saúde animal e a situação fitossanitária dos dois países e, de outro lado, de minimizar seus efeitos negativos sobre o comércio.

Os dois mandatários convergiram em que o diálogo em questões agrícolas, inclusive negociações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, devem ter continuidade entre os dois países.

A este respeito, mencionou-se que um diálogo em nível técnico entre especialistas dos dois países, em especial sobre programas de controle da febre aftosa no rebanho ruminante, particularmente bovinos e suínos, foi realizado em Tóquio no dia 13 de maio de 2005.

Programas conjuntos relativos às comunidades brasileiras no Japão

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-

Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, (doravante referidos como “os dois mandatários”);

Considerando o Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita do Primeiro Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil, em 16 de setembro de 2004;

Recordando a contribuição prestada ao Brasil pela imigração japonesa, cujo centenário será

celebrado em 2008;

Reconhecendo, igualmente, a contribuição do fluxo mais recente de brasileiros ao Japão;

Decidem adotar o seguinte Programa Conjunto Relativo às Comunidades Brasileiras no Japão:

1. Os dois mandatários manifestaram satisfação pela realização em Tóquio, no mês de abril, da Segunda Reunião de Coordenação Consular, quando vários temas concernentes à comunidade brasileira no Japão e aos japoneses residentes no Brasil foram discutidos de forma construtiva, e expressaram sua expectativa quanto à Terceira Reunião, a realizar-se no Brasil em 2006.

2. Conscientes da importância da educação para as crianças brasileiras residentes no Japão, os dois mandatários confirmaram que seus governos continuarão a tratar este assunto positivamente e decidiram que ambos os governos terão a oportunidade de intercambiar pontos de vista em Tóquio, em outubro do corrente ano.

4. Os dois mandatários também decidiram encorajar as autoridades locais no Japão a promover ainda mais o ensino da língua japonesa a imigrantes brasileiros, com o propósito de melhorar seu desempenho escolar e reforçar sua adaptação à sociedade japonesa.

5. Com respeito aos programas sociais relacionados à educação, os dois mandatários decidiram encorajar as autoridades locais no Japão a promover a oferta de facilidades relacionadas ao lazer, aos esportes, ao desenvolvimento social e à educação de jovens e de suas famílias.

6. Os dois mandatários decidiram concentrar esforços no fortalecimento da adaptação da comunidade brasileira à sociedade japonesa nos campos da educação e da seguridade social.

7. Com relação à cooperação no campo da seguridade social, os dois mandatários decidiram estimular mecanismos de trabalho entre as autoridades competentes dos dois países, que tratará do tema tendo em vista os respectivos sistemas nacionais.

8. Com este propósito, foi estabelecido um

grupo de trabalho. Sua primeira reunião realizar-se-á no Brasil em 19 e 20 de setembro de 2005 e seu relatório será oportunamente apresentado às autoridades competentes.

9. Sem prejuízo da prioridade atribuída à cooperação nos campos da educação e da seguridade social, o lado brasileiro considerou importante melhorar a situação da comunidade japonesa no Brasil e da comunidade brasileira no Japão em outras áreas, inclusive a da saúde. O lado japonês tomou nota dessa manifestação.

10. A este propósito, os dois mandatários reconheceram a importância da execução de cartas rogatórias perante a justiça de ambos os países, especialmente no contexto das relações familiares.

11. Os dois mandatários reafirmaram que o Programa JET é um importante instrumento para ajudar a promover o intercâmbio pessoal para a comunidade brasileira no Japão. Neste sentido, o lado japonês expressou sua intenção de explorar a possibilidade de ampliar a participação brasileira no Programa JET, bem como de utilizar ainda mais os participantes brasileiros em prol das comunidades brasileiras, em especial no que concerne às crianças brasileiras no Japão.

12. Os dois mandatários reconheceram o importante papel dos participantes brasileiros do Programa JET na promoção do intercâmbio entre pessoas no plano comunitário local e reconheceram que a emissão de programas educacionais de TV em português poderá ser útil na consecução desse objetivo.

Memorando sobre cooperação bilateral nos campos social e educacional entre a República Federativa do Brasil e o Japão

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi,

Levando em consideração o relacionamento tradicionalmente amistoso e os estreitos laços econômicos, a presença de cerca de 1,4 milhão de

imigrantes japoneses e seus descendentes na República Federativa do Brasil (doravante denominado “Brasil”) e a importância política e econômica do Brasil na América Latina e no Caribe,

Recordando que a cooperação econômica japonesa com o Brasil tem contribuído para o desenvolvimento das relações bilaterais,

Considerando que o Brasil está empenhado no combate à pobreza, sobretudo na redução da desigualdade social e das disparidades regionais, ao passo que o Japão considera o campo do desenvolvimento social como um dos pilares da sua cooperação econômica com o Brasil,

Dispostos a envidar mais esforços para a consecução das Metas do Desenvolvimento do Milênio (MDMs), que têm como objetivo precípua a erradicação da pobreza extrema e da fome,

Coincidiram em que o Japão continuaria a cooperar com o Brasil mediante utilização efetiva de esquemas de doações assistenciais para projetos comunitários e de segurança humana, cooperação técnica e empréstimos em ienes em linha com os seguintes pontos:

1. Doações Assistenciais para Projetos Comunitários e de Segurança Humana

O Japão tem conduzido diversos projetos diretamente voltados ao desenvolvimento de comunidades locais sob a forma de apoio focado no nível das bases comunitárias no Brasil. Nos últimos cinco anos, registraram-se 185 projetos com desembolso total de 944 milhões de ienes.

O Governo do Japão reitera que continuará a prestar apoio ao povo brasileiro no nível das comunidades locais com vistas a cooperar nos esforços do Governo do Brasil nos campos da educação básica, saúde / assistência médica, redução da pobreza / incremento dos níveis de renda. Dentre as áreas citadas, o Governo do Japão colocará ênfase no apoio à educação básica, particularmente no que se refere à construção de escolas. Para tal fim, levará em consideração a possibilidade de direcionar para essa área a metade do montante total

das Doações Assistenciais previstas para Projetos Comunitários e de Segurança Humana no Brasil. O Brasil cooperará estreitamente com o Japão com vistas à efetiva incorporação da Doação Assistencial para Projetos Comunitários e de Segurança Humana no seu plano nacional de aprimoramento da educação básica. Para tal fim o Governo do Japão está disposto a conceder auxílio aos seguintes projetos:

- Projeto de parceria público-privada na recuperação da escola agrícola do Estado do Tocantins (Natividade);

- Projeto de ampliação da Escola Agrícola de Uirapuru (Uirapuru, Goiás);

- Projeto de alfabetização da comunidade carente da região de Cavalcante (Cavalcante, Goiás);

- Projeto de instalação de equipamento escolar e ampliação da Escola Nikkei (Santa Isabel, Pará);

- Projeto de ampliação do atendimento às demandas tecnológicas na área de soldagem (Manaus, Amazonas);

- Projeto de apoio ao desenvolvimento de oficinas/escolas da “Pro Menor Dom Bosco” (Manaus, Amazonas);

- Projeto de melhoria do Centro Educacional Dom Bosco (Natal, Rio Grande do Norte);

- Projeto de reforma da Escola Dom Bosco (Olinda, Pernambuco);

- Projeto de melhoria do nível educacional das escolas municipais de ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro);

- Projeto de aquisição de micro-ônibus para portadores de deficiência de Campo Grande (Campo Grande, Mato Grosso do Sul);

- Projeto de aquisição de equipamentos para a transcrição braille e adequação do prédio para mobilidade de deficientes visuais (São Paulo);

- Projeto de assistência à educação – inclusão digital (Adrianópolis e outras seis cidades, Paraná);

- Projeto de ampliação da E.E.E.F. Humaitá (Porto Alegre, Rio Grande do Sul);

- Projeto de melhoria da E.E.E.F. Oscar Schmitt (Porto Alegre, Rio Grande do Sul);

- Projeto de reconstrução da E.E.E.F. Profa. Maria da Cunha Silva (Porto Alegre, Rio Grande do Sul);

- Projeto de aquisição de equipamentos e de reforma das instalações da Escola de Educação Especial de Itapui (Itapui, São Paulo).

2. Cooperação Técnica

O Japão prestou cooperação técnica ao Brasil com vistas ao desenvolvimento de recursos humanos e à transferência de tecnologia. Com o Brasil, o Japão tem oferecido cooperação técnica a terceiros países através do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP, na sigla em inglês). O montante total da cooperação técnica prestada ao Brasil alcançou 92,163 bilhões de ienes (dados da JICA).

O Japão continuará a prestar cooperação técnica ao Brasil, com destaque para a preservação ambiental, a redução de desigualdades sociais e para a contribuição ao aprimoramento da infra-estrutura social. Ambos os lados envidarão esforços para fazer melhor uso dos recursos do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP).

3. Empréstimos em Ienes

O Japão concedeu ao Brasil empréstimo em ienes no total de 326,56 bilhões. O Brasil é o segundo maior receptor, após o Peru, de empréstimos em ienes concedidos pelo Japão a todos países da América Latina e do Caribe. Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992, o Japão decidiu ampliar e intensificar sua ajuda oficial ao desenvolvimento no setor ambiental, tendo concedido empréstimos em ienes principalmente para projetos ambientais no Brasil que contribuíram de maneira significativa para o melhoramento das condições ambientais.

Particularmente, o Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tietê, na Grande São Paulo, que é o centro da economia brasileira, eliminou as enchentes crônicas do rio, tendo contribuído significativamente para a prevenção de desastres e para a melhoria do meio ambiente e das condições de vida dos

moradores locais.

Além do setor ambiental, os Governos do Japão e do Brasil nas consultas com o Governo do Brasil acerca das possibilidades de concessão de empréstimos em ienes para o desenvolvimento de recursos humanos, tendo em mente o fato de que o Governo do Brasil considera a educação um de seus setores prioritários. O Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC) realizará um seminário no mês de setembro sobre a análise do setor de educação com a participação do Governo do Brasil e daqueles envolvidos com a área educacional no contexto do Projeto de Estudo do Setor Educacional, atualmente em andamento no JBIC.

Memorando sobre intercâmbio cultural e educativo entre a República Federativa do Brasil e o Japão

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e O Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi,

Levando em consideração o ‘Ano de Intercâmbio Brasil-Japão’ no âmbito das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em 2008, e a proposta a ser submetida a ambos os mandatários pelo ‘Conselho Brasil-Japão para o Século XXI’ estabelecido recentemente,

Considerando que ambos os países trabalham em colaboração para promover a troca e a cooperação nos campos da cultura, educação, universidade, juventude e esportes,

Na expectativa de que o desenvolvimento do intercâmbio e da cooperação em tais campos contribuirão para o sucesso do ‘Ano de Intercâmbio Brasil-Japão’, bem como para o aprofundamento das tradicionais relações de amizade, baseadas no entendimento mútuo e na confiança entre os dois países,

Compartilham a visão de que os dois países devem estimular trocas culturais de acordo com as seguintes diretrizes:

1. A República Federativa do Brasil e o

Japão (doravante referidos como ‘as Partes’) reiteram a importância de fomentar o diálogo em alto nível sobre intercâmbio cultural e de encorajar o estabelecimento desse diálogo. Neste contexto, o Japão tenciona enviar uma missão de alto nível para discutir o intercâmbio cultural com a República Federativa do Brasil, em momento oportuno. No âmbito do ‘Ano de Intercâmbio entre o Brasil e o Japão’, as Partes tencionam realizar, em momento oportuno, encontro para discutir aspectos culturais, intercambiar informações e opiniões sobre métodos, procedimentos, etc. voltados ao desenvolvimento do intercâmbio cultural bilateral.

2. As Partes encorajam o intercâmbio de eventos culturais no contexto das comemorações do ‘Ano Brasil-Japão’ e, a este propósito, buscarão trocar informações e promover a colaboração com vistas a preparar eventos.

3. Com base na situação atual de intercâmbio cultural entre os dois países, com vistas a despertar interesse popular entre os dois países para a celebração do ‘Ano Brasil-Japão de Intercâmbio’ e para ensejar uma atmosfera favorável para o aprofundamento do conhecimento mútuo, as Partes encorajarão a promoção de intercâmbio cultural nos seguintes campos:

1) Intercâmbio cultural

- Intercâmbio e cooperação entre instituições nos dois países;

- Intercâmbio de artistas, estudiosos no campo da cultura, jornalistas, e outros especialistas envolvidos em atividades culturais;

- Apresentação da cultura de cada país por meio de exposições de artes plásticas, artesanato, fotografia e outras artes visuais; música, teatro e outras artes performáticas; festivais, workshops, etc. O Japão tenciona realizar uma exposição de arte japonesa ou outros eventos culturais em grande escala no Brasil em comemoração ao ‘Ano de Intercâmbio Brasil-Japão’;

- Intercâmbio audio-visual, tais como programas de televisão, festivais de cinema, e

distribuição de filmes, entre outros;

- Tradução de trabalhos de destacados autores dos dois países e apresentação de publicações em feiras de livro nos respectivos países.

2) Intercâmbio Educacional

- Intercâmbio de acadêmicos, professores, pesquisadores, estudantes e pessoas envolvidas em atividades educacionais e de pesquisa;

- Cooperação e intercâmbio entre instituições educacionais e de pesquisa entre os dois países;

- Educação e pesquisa sobre língua, literatura, história, cultura e outros aspectos do outro país e intercâmbio de publicações para promover educação e pesquisa;

- Promoção de palestras, seminários e conferências aprofundar o conhecimento mútuo em várias áreas culturais de ambas as Partes.

3) Intercâmbio de jovens e esportes

- Promoção de intercâmbio de jovens em vários campos. O Japão tenciona convidar mais de mil estudantes e jovens brasileiros nos próximos 5 anos, como consignado no Comunicado Conjunto assinado entre as Partes em 16 de setembro de 2004;

- Intercâmbio na área esportiva.

Memorando sobre cooperação na área de ciência e tecnologia entre a República Federativa do Brasil e o Japão

Tóquio, 26 de maio de 2005.

1. O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi (doravante referidos como “os Mandatários”) expressaram a opinião comum de que a cooperação e o intercâmbio entre os dois países na área da ciência e da tecnologia podem ser aprofundados.

2. Nesse sentido, os Mandatários convergiram quanto à conveniência de revitalizar a cooperação à luz do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia, em vigor desde 1985.

3. Levando em conta a possibilidade de estabelecimento futuro de um Comitê Conjunto, os Mandatários expressaram a intenção de que seus Governos busquem identificar áreas concretas de cooperação entre os dois Países e mencionaram as áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia como exemplos de campos de particular interesse para ambas as partes.

4. Os Mandatários expressaram a expectativa de que a cooperação bilateral em matéria de ciência e tecnologia seja intensificada mediante intercâmbio entre instituições oficiais e correlatas de ambos os países, envio de missões e realização de seminários, entre outros.

5. Os Mandatários congratularam-se pela decisão de promover o intercâmbio de informações sobre atividades de pesquisa na área de ciência e tecnologia por meio da adoção de medidas que visem a ampliar o acesso aos bancos de dados disponíveis em ambos os países. Expressaram a expectativa de que, com esse esforço, os pesquisadores brasileiros e japoneses poderão ter acesso a informações que contribuirão para o aprofundamento da cooperação científica e tecnológica bilateral.

Comunicado Conjunto de Imprensa relativo à Agenda Comum Brasil-Japão sobre Temas de Desenvolvimento Sustentável

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi,

Expressando a firme intenção de promover o desenvolvimento sustentável para o benefício e bem-estar das gerações presentes e futuras;

Determinados a empreender esforços conjuntos com intuito de alcançar os objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro, e da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, realizada em Joanesburgo; e

Reconhecendo que há muitas oportunidades

para uma cooperação estreita e de longo prazo entre os dois países na área de desenvolvimento sustentável, inclusive o manejo sustentável de recursos e tecnologias e serviços ambientalmente saudáveis;

Expressaram a intenção de lançar uma agenda comum sobre temas de desenvolvimento sustentável a fim de promover consultas e cooperação entre os dois países.

A agenda comum compreenderá, entre outras, as seguintes áreas:

Intercâmbio de informações e pontos de vista em questões ambientais prioritárias, tais como mudança global do clima; proteção da camada de ozônio; diversidade biológica; uso sustentável de recursos florestais; desertificação; manejo de áreas costeiras e temas relativos aos oceanos, inclusive uso sustentável de recursos marinhos vivos; recursos de água doce; resíduos tóxicos e perigosos; manejo de poluição; políticas urbanas; manejo de desastres; e consumo e produção sustentáveis, inclusive os “3Rs” (reduzir resíduos, reutilizar e reciclar recursos);

Consultas sobre as respectivas posições em temas tratados em foros multilaterais relacionados com temas de desenvolvimento sustentável e ambientais, especialmente na Comissão de Desenvolvimento Sustentável, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e nas reuniões das Partes dos tratados internacionais na área de meio ambiente;

Intercâmbio de experiências no desenvolvimento de estratégias nacionais para implementar os objetivos da Agenda 21 adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

Intercâmbio de informações sobre tecnologias ambientalmente saudáveis para tratar de problemas de interesse mútuo, especialmente nas áreas de avaliação e monitoramento ambientais, inclusive sensoriamento remoto;

Intercâmbio de experiências e de informações nas áreas de fornecimento de energia e desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, bem como conservação e uso sustentável de recursos biológicos;

Intercâmbio de informações sobre medidas no âmbito da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e proteção ambiental; e

Intercâmbio de informações sobre legislações e execução de leis relacionadas com o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental:

O “Diálogo Japão-Brasil sobre Meio-Ambiente”, lançado em março de 2004, com a participação de agências governamentais relevantes, servirá foro de consultas para promover os objetivos da agenda comum, promover a discussão bilateral dos temas acima listados e quaisquer outros temas ambientais de interesse mútuo.

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão serão os pontos focais para a implementação da agenda comum sobre temas de desenvolvimento sustentável.

Declaração Conjunta à imprensa sobre cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Japão

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, (doravante referidos como “os dois mandatários”) confirmaram a convergência de visões entre seus países sobre a importância dos programas bilaterais de cooperação técnica. Destacaram que as áreas do meio ambiente, da agricultura, da indústria, da saúde e do desenvolvimento social são prioritárias para a cooperação técnica no Brasil.

A cooperação técnica entre o Brasil e o Japão constitui importante instrumento de promoção do desenvolvimento social e econômico no Brasil e em terceiros países. Os programas de cooperação técnica bilaterais vêm sendo implementados há mais de 35 anos e tem sido objeto das Reuniões de Planejamento da Cooperação Técnica entre os dois governos. O montante da cooperação técnica oferecida ao Brasil atinge 92,163 bilhões de ienes.

Estes programas têm permitido a transferência de conhecimentos, técnicas e tecnologias, o intercâmbio de experiências bem sucedidas, o desenvolvimento de recursos humanos, a criação e a consolidação de instituições de excelência capazes de disseminar seus conhecimentos a terceiros países.

O Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP) é uma das modalidades de maior êxito no âmbito da cooperação técnica Brasil-Japão. O TCTP vem sendo implementado com sucesso pelo Brasil e pelo Japão há mais de vinte anos e já proporcionou a capacitação, no Brasil, de mais de 1500 técnicos latino-americanos e africanos lusófonos. O Programa é também executado com a colaboração de entidades brasileiras de excelência que receberam cooperação japonesa.

Os dois mandatários reconheceram a importância do diálogo baseado no Programa de Parceria para a Cooperação Técnica Japão-Brasil (JBPP), assinado em Tóquio em Março de 2000. A este respeito, reiteraram a intenção de intensificar e ampliar o diálogo com vistas a apoiar, conjuntamente, o desenvolvimento social em terceiros países. Este programa compreenderá diferentes modalidades, a saber:

- 1) o Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP);
- 2) Programas Conjuntos de Treinamento (JTP);
- 3) Seminários Conjuntos no Brasil ou em terceiro país;
- 4) Projetos Conjuntos em Terceiros Países.

Os dois mandatários consideraram que os dois países devem atingir, com a possível brevidade, um consenso sobre o status do escritório de representação da JICA no Brasil a fim de apoiar, de modo efetivo e eficiente, a cooperação técnica prestada por aquela agência no Brasil.

Comunicado Conjunto à imprensa sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, reafirmaram os seguintes pontos sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), como um instrumento inovador para a cooperação entre o Brasil e o Japão:

1. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em 16 de fevereiro de 2005, a comunidade internacional ingressou numa etapa importante na luta para reduzir o aquecimento global.

2. O MDL do Protocolo de Quioto tornou-se, por conseguinte, um ativo fator de estímulo à cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em seus esforços contra a mudança do clima. Os projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do MDL ajudarão os países em desenvolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável e na consecução dos objetivos da UNFCCC. Ao mesmo tempo, apoiarão os países desenvolvidos na observância de seus limites quantitativos e no cumprimento de suas metas de redução de emissão.

3. O Japão e o Brasil desempenharam papel significativo nas negociações multilaterais do regime internacional de mudança do clima. O MDL é uma evolução de uma idéia originalmente apresentada pelo Brasil em Quioto em 1997. A liderança japonesa entre os países desenvolvidos neste campo é amplamente reconhecida, tanto à luz de suas políticas quanto de suas contribuições para o progresso tecnológico.

4. Ambos os países estão convencidos do potencial do MDL em áreas tais como biomassa, eficiência energética, transporte e tratamento de resíduos, entre outras. Nesse contexto, o intercâmbio de informações é elemento decisivo para o propósito comum de melhorar e expandir o MDL e suas atividades.

5. Negociaram-se modalidades e procedimentos para o MDL. O desafio atual reside no máximo aproveitamento do potencial que o Mecanismo oferece. Nesse contexto, os dois

mandatários saudaram o estabelecimento do Grupo de Trabalho entre os ministérios competentes do Brasil, do Japão e de outros Estados Partes do Protocolo de Quioto, com a participação de especialistas nas áreas de energia, meio ambiente e desenvolvimento social, para discutir a elaboração e metodologias dos projetos MDL; e expressaram o propósito de apoiar esse Grupo de Trabalho. O Brasil e o Japão estão fortemente decididos a avançar para a etapa de implementação do Mecanismo e Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Comunicado Conjunto à imprensa sobre o estabelecimento do “Conselho Brasil-Japão para o século 21”

Tóquio, 26 de maio de 2005.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro Ministro do Japão, Junichiro Koizumi (doravante referidos como “os dois mandatários”), considerando que o ano de 2008 marcará o 100º aniversário da imigração japonesa para o Brasil, constituindo assim o “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”, manifestaram sua satisfação com o estabelecimento, em setembro de 2004, do Conselho Brasil-Japão para o Século 21, com o propósito de elaborar sugestões sobre oportunidades futuras de aprofundamento das relações bilaterais.

Os dois mandatários designaram as seguintes autoridades, dos dois países, para integrar o Conselho Brasil-Japão para o Século 21:

Pela República Federativa do Brasil:

Presidente: Senhor Eliezer Batista da Silva

Vice Presidentes: Senhor Paulo Delgado

Senhor Rinaldo Campos Soares

Senhor Paulo Yokota

Senhor Paulo Okamoto

Senhora Tizuka Yamasaki

Pelo Japão:

Presidente: Senhor Takeo Kawamura

Vice Presidentes: Senhor Shoei Utsuda

Senhor Iwao Okamoto

Senhor Katsunari Suzuki

Senhor Kotaro Horisaka

Os dois mandatários congratularam-se pela decisão de realizar a primeira reunião do Conselho Brasil-Japão para o Século 21 em Brasília em fins de agosto do corrente ano, e expressaram o desejo de que os membros do Conselho discutam, a partir de uma perspectiva abrangente, temas bilaterais orientados para o futuro e que apresentem proposta a ser submetida aos dois mandatários até agosto de 2006, de forma a promover as relações bilaterais a um patamar mais elevado.

Comunicado à imprensa relativo à Criação de Grupo de Trabalho sobre Biomassa

Tóquio, 26 de maio de 2005.

Durante o encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, foi ampliada a discussão do tema “Programa conjunto para a revitalização das relações econômicas entre Brasil e Japão”, divulgado hoje. Na oportunidade, o Presidente Lula propôs ao Primeiro-Ministro Koizumi parceria para consolidar uma matriz energética renovável envolvendo tanto etanol quanto biodiesel.

Em decorrência, ficou decidida a criação de Grupo de Trabalho sobre Biomassa para estudar a utilização do etanol e do biodiesel com vistas à concretização da referida parceria.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Israel (27 de maio de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará Israel de 28 a 30 de maio corrente. Serão examinados temas de interesse bilateral, bem como os recentes desdobramentos do processo de paz israelo-palestino, após a vitória de Mahmoud Abbas nas eleições presidenciais palestinas de janeiro último e a realização da Conferência de Paz Quadripartite de Sharm-el-Sheikh, em fevereiro passado.

O Chanceler Celso Amorim deverá reunir-

se com o Presidente Moshe Katsav, o Primeiro-Ministro Ariel Sharon, o Vice-Primeiro-Ministro Shimon Peres, o Ministro da Indústria e Comércio, Ehud Olmert, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvan Shalom.

As relações do Brasil com Israel, tradicionalmente marcadas por fortes laços de amizade e cooperação, viram-se fortalecidas nos últimos dois anos pelo significativo aumento do intercâmbio comercial bilateral. O comércio nos dois sentidos subiu de US\$ 505 milhões em 2003 para US\$ 715 milhões em 2004, representando incremento de mais de 40% em um ano. No ano passado, o Brasil foi o segundo maior parceiro comercial de Israel nas Américas.

A visita do Ministro Celso Amorim a Israel será a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país nos últimos dez anos e constituirá oportunidade para exame de iniciativas e novos projetos de cooperação. Durante a visita, será assinado Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas anuais entre as Chancelarias dos dois países.

Comunicado à imprensa sobre o acordo Multilateral de Previdência Social do Mercado Comum do Sul (1 de junho de 2005)

Após a ratificação pelo Paraguai, vigora a partir de hoje o Acordo Multilateral de Previdência Social do Mercosul.

Assinado na cidade de Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, o Acordo constitui importante passo para fortalecer a integração e criar facilidades na esfera trabalhista para a circulação de mão-de-obra no Mercosul.

O Acordo prevê que os direitos à seguridade social serão reconhecidos aos trabalhadores que prestem ou que tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados Partes, sendo-lhes garantidos os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais do Mercosul. Além disso, prevê-se que sejam beneficiados, igualmente, os trabalhadores de qualquer outra nacionalidade

residentes no território do Mercosul.

Segundo o texto do Acordo, serão garantidos os direitos de usufruto de prestação dos serviços de saúde, bem como a contabilidade dos períodos de contribuição para efeitos de aposentadoria, quando os nacionais e os trabalhadores de outras nacionalidades residentes no Mercosul exercerem trabalho remunerado na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Estima-se que cerca de 2,1 milhões de trabalhadores sejam beneficiados pelo Acordo em todo o Mercosul.

Comunicado à imprensa sobre o XXXV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (3 de junho de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, chefiará a Delegação do Brasil ao XXXV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se realizará em Fort Lauderdale, EUA, de 5 a 7 de junho corrente. Também farão parte da Delegação a Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e a Ministra Nilcéa Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

O tema central da reunião será a concretização dos benefícios da democracia, proposto pelos Estados Unidos na qualidade de país-anfitrião. A agenda incluirá muitos assuntos de interesse da região, entre os quais direitos humanos, governabilidade democrática, educação, comércio, investimentos, segurança, cooperação para o desenvolvimento e meio ambiente. Também serão realizadas eleições para o cargo de Secretário-Geral Adjunto da Organização.

Criada em 1948, a OEA está sediada em Washington, D.C., EUA, e tem 34 Estados membros. Seus propósitos primordiais são os de promover a paz, a segurança do continente e a democracia

representativa, respeitado o princípio da não-intervenção; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que porventura surjam entre os Estados membros; organizar a ação solidária destes em caso de agressão; buscar a solução aos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surjam entre seus membros; promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural; combater a pobreza crítica, entre outras iniciativas que visem ao bem-estar e ao desenvolvimento socio-econômico dos países da região.

Comunicado à imprensa sobre a situação na Bolívia (4 de junho de 2005)

O Governo brasileiro acompanha com natural preocupação a evolução dos acontecimentos que têm afetado o povo irmão da Bolívia. O Brasil tem plena compreensão da complexidade da conjuntura boliviana e confia que o Governo e as forças políticas da Bolívia saberão encontrar soluções próprias para os difíceis problemas do momento atual que sejam compatíveis com a normalidade institucional e o respeito à democracia, com base no diálogo e na cooperação entre todos os segmentos da sociedade boliviana.

O Governo brasileiro, sempre que solicitado, estará disposto a cooperar prontamente, em estreita coordenação com os países da América do Sul, para a normalização política e institucional da Bolívia.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República Dominicana (6 de junho de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita oficial à República Dominicana no dia 7 de junho corrente.

A visita objetiva aprofundar o diálogo político e identificar novas formas de cooperação entre os dois países. O Ministro Celso Amorim deverá ser recebido pelo Presidente Leonel Fernández. A delegação que acompanhará o Chanceler brasileiro manterá reuniões com autoridades dominicanas nas áreas de cooperação

educacional, técnica, científica e tecnológica.

O Ministro Celso Amorim estará também acompanhado de missão empresarial, que deverá explorar as possibilidades de ampliação dos fluxos bilaterais de investimentos e comércio, mediante contatos com representantes dos setores público e privado dominicanos, em particular nas áreas de infraestrutura, petróleo, etanol e transportes.

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Belize (6 de junho de 2005)

O Primeiro-Ministro Said Musa, de Belize, realizará visita ao Brasil de 6 a 9 de junho. Em Brasília, o Primeiro-Ministro Musa será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem examinará os principais aspectos do relacionamento bilateral e discutirá temas políticos e econômicos de interesse dos dois países. Dentre os assuntos constantes da agenda, destacam-se as negociações comerciais, a reforma da ONU e a cooperação internacional no combate à pobreza. O Primeiro-Ministro de Belize manterá também reuniões com os Ministros da Agricultura e da Saúde, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

No Estado de São Paulo, o Primeiro-Ministro Musa visitará a Usina Santa Elisa, em Riberão Preto, e o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Açúcar de Piracicaba.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Belize foram estabelecidas em março de 1983, em seguida à independência do país em 1981. A visita do Primeiro-Ministro Musa, a primeira de um Chefe de Governo belizenho ao Brasil, constituirá um marco para a intensificação das relações entre os dois países. Na oportunidade, será firmado Acordo Básico sobre Cooperação Técnica e deverão ser discutidas as possibilidades de cooperação técnica nos setores de saúde e de produção de biocombustível, entre outros.

Como membro da Comunidade do Caribe, Belize compartilha com o Brasil os esforços para

avançar a negociação de acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom.

Brasil e Belize mantêm também visões convergentes sobre o processo de reforma da ONU e do Conselho de Segurança.

Comunicado à imprensa sobre a renúncia do Senhor Lúcio Gutiérrez ao “status” de asilado (6 de junho de 2005)

O Senhor Lúcio Gutiérrez, que teve seu asilo territorial no Brasil concedido em 28 de abril passado, comunicou hoje, dia 6 de junho, ao Ministério da Justiça, que renunciou ao “status” de asilado. Trata-se de decisão pessoal, sobre a qual o Governo brasileiro não tem o que opinar. O Senhor Lúcio Gutiérrez está livre para deixar o Brasil no momento em que desejar, nada impedindo que retorne ao País, em qualquer tempo, na condição de turista.

Comunicado à imprensa a respeito do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel (6 de junho de 2005)

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel (doravante denominados “Partes”),

Partilhando o desejo de promover relações amigáveis e a cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel e incentivar a cooperação internacional, especialmente nas áreas da paz, do desenvolvimento e da segurança global;

Convencidos de que consultas entre as Partes beneficiarão o desenvolvimento de relações bilaterais e a cooperação em assuntos internacionais;

Em acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e as normas universalmente aceitas do direito internacional;

Determinados a intensificar o diálogo sobre numerosos assuntos de interesse mútuo para os dois

países por meio da cooperação entre as Partes,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Estabelecer os procedimentos para consultas bilaterais em nível diplomático que constituirão mecanismo útil para a promoção do diálogo bilateral. Essas consultas examinarão as relações bilaterais e outros assuntos regionais e internacionais de interesse mútuo de ambos os Ministérios.

2. As consultas serão realizadas anualmente pelos referidos Ministérios ou por representantes devidamente designados por eles em Brasília e Jerusalém, alternadamente, com vistas a revisar a implementação dos acordos internacionais e bilaterais e trocar visões em temas de interesse mútuo, no âmbito da agenda internacional.

3. As Partes deverão determinar previamente, por consenso mútuo e por meio de canais diplomáticos, os níveis, agenda, tempo e local para realizar as consultas.

4. As Partes deverão facilitar e encorajar a cooperação em contatos diretos entre instituições de cada país especializadas em relações internacionais, relacionados aos campos político, econômico, comercial, científico-tecnológico, cultural, legal, consular e outros.

5. Os conteúdos deste Memorando de Entendimento podem ser modificados e emendados dependendo das necessidades e interesses dos Ministérios.

6. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor no dia de sua assinatura e permanecerá em vigor por um período de cinco anos. Será automaticamente estendido por períodos adicionais de cinco anos, a não ser que uma das partes notifique a outra por escrito, com seis meses de antecedência, de sua intenção de denunciá-lo.

Assinado em Jerusalém, em 29 de maio de 2005, o qual corresponde ao dia 20 do mês de Iyyar 5765, em duplicata, em português, hebraico e inglês, todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Comunicado à imprensa sobre o discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da XXXV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos “Tornando realidade os benefícios da Democracia” (6 de junho de 2005)

Senhores Ministros,
Senhor Secretário-Geral da OEA,
Senhores delegados,
Caros colegas,

Agradeço ao Governo dos Estados Unidos, especialmente à Secretária de Estado Condoleezza Rice e às autoridades do estado da Flórida, pela calorosa acolhida em Fort Lauderdale.

Ao Secretário-Geral José Miguel Insulza, reitero a confiança do Brasil e os votos de êxito em sua gestão.

Quero também cumprimentar o Secretário-Geral-Adjunto, Luigi Einaudi, inclusive pelo discurso que pronunciou ontem.

Estou acompanhado de duas Ministras brasileiras: a Ministra Nilcéa Freire, encarregada de Políticas para as Mulheres, que em abril passado foi eleita Presidente da Comissão Interamericana de Mulheres. E a Ministra Matilde Ribeiro, responsável pelas Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que participará das deliberações sobre a proposta brasileira, apoiada por vários países, de uma convenção interamericana para prevenção do racismo e de todas as formas de discriminação e intolerância.

A presença dessas Ministras brasileiras reflete a prioridade que o Presidente Lula atribui às dimensões social e humana da democracia. O racismo, a discriminação e a intolerância são incompatíveis com a verdadeira democracia.

Quero, nesse particular, cumprimentar a senhora Secretária de Estado pela maneira franca com que abordou o tema, inclusive com referência à história recente de seu país. É um exemplo que deve ser seguido.

Nas últimas décadas, a democracia registrou avanços notáveis em nosso continente. Além de eleições periódicas, as legislações nacionais passaram a incluir

instâncias para promover a cidadania, ouvir e proteger as minorias, defender e garantir os direitos humanos.

Na América do Sul, a integração econômica tem sido acompanhada por progresso importante no sentido da consolidação democrática. Em julho de 1998, os países membros do Mercosul, juntamente com Bolívia e Chile, assinaram o Protocolo de Ushuaia pelo qual acordaram que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o processo de integração. Os novos membros associados - Peru, Venezuela, Colômbia e Equador – expressaram sua adesão a este importante instrumento de defesa da democracia.

A Comunidade Sul-Americana de Nações, lançada em dezembro de 2004, na Cúpula de Cuzco, no Peru, assenta-se igualmente no compromisso com a democracia. A Declaração de Cuzco ressalta a importância do estado de direito e da promoção da cidadania e transparência.

A adoção da Carta Democrática Interamericana, em setembro de 2001, é parte desse processo, que envolve organismos regionais, subregionais e continentais. Foi um passo importante, que resultou do consenso sobre os princípios, os parâmetros e as normas da democracia no Hemisfério. A Carta evoca princípios essenciais ao mesmo tempo em que apresenta a flexibilidade necessária para dar resposta às situações em que a ordem democrática é rompida ou ameaçada. Sua aplicação deve ser firme, mas equilibrada. Cooperação e diálogo, mais do que mecanismos intervencionistas, devem ser os conceitos-chave.

Esse instrumento deve ser lido, também, em conjunção com a Carta da OEA, onde estão os princípios basilares, os fundamentos e a razão de ser da Organização, que são a paz, a justiça, a cooperação, o desenvolvimento, a solidariedade e o respeito à soberania e a não-ingêrência.

A Carta Democrática foi aplicada em relação à situação recente no Equador. Também, em abril passado, integrei, com o Chanceler da Bolívia e o Vice-Ministro peruano, missão da Comunidade Sul-

Americana de Nações com o objetivo de oferecer ao Governo e às forças políticas equatorianas apoio para o restabelecimento da estabilidade política. Ilustram-se assim a necessidade e a conveniência da atuação coordenada entre as instâncias hemisféricas e as instâncias regionais ou subregionais.

Senhora Presidente,

A democracia não pode ser imposta; ela nasce do diálogo.

Alguns países da região têm experimentado dificuldades recorrentes em função, sobretudo, dos graves problemas econômicos e sociais, que ainda persistem em nosso continente. Diante de tais situações, é preciso estimular o diálogo entre os diferentes setores sociais, valorizar e fortalecer as instituições e apoiar soluções que podem e devem ser encontradas no plano nacional. A diplomacia brasileira pauta-se pelo princípio da não-ingerência em assuntos internos, consagrado em nossa Carta. O Governo do Presidente Lula tem associado a esse princípio básico uma atitude que descrevemos como de “não-indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade ativos em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo.

A democracia deve resultar também em maior inclusão e justiça social. Não se pode falar em sistema político verdadeiramente democrático se milhões de pessoas são privadas de seus benefícios e de suas promessas.

O Presidente Lula tem reiterado que, somente pela via democrática, é possível alcançar soluções para os problemas sociais. O Programa Fome Zero e a iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza ilustram o nosso compromisso com a dimensão social da democracia.

O pleno florescimento da democracia em países mais pobres pressupõe também um ambiente internacional favorável. Na área comercial, é necessário, sobretudo, eliminar os subsídios bilionários concedidos a produtores ineficientes de países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, inclusive os da nossa região, necessitam de regras

de comércio internacional justas, que garantam acesso de seus produtos aos mercados dos países ricos e não criem constrangimentos insuperáveis à promoção de políticas industriais, tecnológicas e de desenvolvimento social.

Devemos reconhecer a existência de assimetrias entre os países do continente americano. É inegável que a integração se processa de maneira mais suave entre países de nível de desenvolvimento semelhante. É com esse espírito que o Brasil tem conduzido negociações no âmbito do Mercosul e com outros parceiros da região.

No nosso continente, há uma situação particularmente trágica. É o caso do Haiti, que continua a requerer a nossa solidariedade ativa.

Com base em experiências passadas, ficou comprovado que a situação no Haiti não se normalizará apenas com o uso da força militar. A realização de eleições nas quais participem todas as correntes políticas criará condições para uma legítima reconciliação nacional.

O Brasil e outros países da América Latina têm feito a sua parte com dedicação e espírito de sacrifício e solidariedade.

O compromisso do Brasil – e, creio, de muitas outras nações latino-americanas que para lá enviaram tropas – está baseado na expectativa de que se concretizem as promessas e o oferecimento de assistência feitos pela comunidade internacional. Sem que estas promessas de ajuda se concretizem, a frustração do povo haitiano aumentará e o próprio sentido da nossa presença naquele país ficará comprometido.

Senhora Presidente,

Referência foi feita aqui a um assento vazio em nossa organização. Nós também consideramos isso uma anomalia e também lamentamos que assim o seja. Já em 1994, o Brasil, com o apoio de outros países, propunha que se abrisse um diálogo sobre essa situação. Não queremos fazer julgamento sobre a política de qualquer outro Estado membro. Mas quero reiterar que, no nosso entender, a cooperação

construtiva, mesmo quando há diferença de percepções, algumas vezes diferenças profundas, é o melhor caminho para assegurar que os objetivos da Carta sejam plenamente alcançados.

Muito obrigado.

Comunicado à imprensa sobre o Concurso de Monografias da Fundação Alexandre de Gusmão (6 de junho de 2005)

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) realizará concurso público para premiar três monografias, de mestres e doutores brasileiros, sobre o tema “O Brasil e a América do Sul: Desafios do Século XXI”, com enfoque em temas de interesse para a política externa na região. Serão outorgados, à primeira monografia classificada, R\$ 15 mil; à segunda, R\$ 10 mil; e à terceira, R\$ 5 mil. As monografias deverão ser enviadas à FUNAG até o dia 31 de agosto próximo.

O edital do concurso está disponível no site www.funag.gov.br e na sede da FUNAG (Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo, Sala 1, Brasília – DF)

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à República Dominicana (7 de junho de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a São Domingos, República Dominicana, no dia 7 de junho corrente. O Chanceler brasileiro foi acompanhado por comitiva integrada por representantes governamentais das áreas de saúde, agropecuária, educação e governo eletrônico, técnicos e empresários dos setores aeronáutico, de energia e de tecnologia da informação, bem como da Agência Brasileira de Cooperação.

O Ministro Celso Amorim foi recebido pelo Presidente Leonel Fernández Reyna, com quem teve oportunidade de examinar as relações entre os dois países e temas da agenda regional e internacional.

A situação haitiana, de grande interesse para

a República Dominicana por se tratar do único país com fronteira terrestre com o Haiti, foi objeto de intenso intercâmbio de opiniões entre as duas autoridades, que abordaram aspectos econômicos, de segurança e migração.

Nos dias 5, 6 e 7 de junho, foram realizadas reuniões da comitiva com representantes de praticamente todas as áreas do Governo dominicano. Os empresários brasileiros mantiveram encontros com autoridades financeiras, econômicas e lideranças empresariais. Tais iniciativas abriram novas possibilidades de cooperação e oportunidades para intensificar o comércio bilateral.

Na área educacional, os dois Governos decidiram dar início às negociações de Programa Executivo de Ensino Superior, que viabilizará a realização de pesquisas conjuntas entre Universidades de ambos os países. Decidiram, ademais, ampliar o número de participantes dominicanos nos mecanismos já existentes de estudantes convênio (PEC-G e PEEC-PG).

Na área de formação profissional, acordou-se a realização de visita ao Brasil de missão do Instituto de Formação de Técnicos Profissionais (INFOTEP), com vistas à promoção de intercâmbio de experiências com o SENAI e outras instituições brasileiras.

No setor agropecuário, foram estabelecidas diretrizes para a cooperação no tocante à transferência de embriões e melhoramento genético de gado leiteiro, bem como à produção e ao processamento de frutas tropicais.

A cooperação no setor de energia, especialmente em relação à alteração da matriz energética dominicana para o aproveitamento de etanol e biodiesel, foi considerada como muito promissora pelas autoridades de ambos os países. Quanto à cooperação na área de medicamentos genéricos, foi decidida a vinda de técnicos dominicanos ao Brasil, no próximo mês de julho, para visitas a laboratórios e estabelecimento dos vínculos necessários para um trabalho conjunto.

O Ministro Celso Amorim transmitiu convite ao Presidente Leonel Fernández Reyna para que

realize visita oficial ao Brasil, em data a ser acordada por via diplomática.

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa (7 de junho de 2005)

Atendendo a convite formulado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro Said Musa, de Belize, realizou visita oficial a Brasília, no dia 7 de junho corrente.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Said Musa registraram que a visita revela o interesse do Brasil e de Belize em intensificar a aproximação da América do Sul com o Caribe e com a América Central, regiões que compartilham valores como o respeito aos princípios democráticos e a defesa dos direitos humanos, bem como o interesse na promoção da paz e do desenvolvimento econômico e social.

Passaram em revista as relações bilaterais e reiteraram seu compromisso em fortalecê-las e aprofundá-las. Nesse contexto, expressaram sua satisfação pela assinatura do Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize.

Expressaram sua satisfação pelo anúncio da decisão de ambos os Governos de abrir Embaixadas residentes em Brasília e Belmopan, no futuro próximo.

Destacaram sua determinação no sentido de promover o aprofundamento da cooperação bilateral. Nesse sentido, congratularam-se pela assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize.

O Primeiro-Ministro Said Musa ressaltou o interesse do Governo de Belize em receber cooperação técnica relativa à produção de soja e cana-de-açúcar e à utilização de bio-combustíveis como substitutos dos derivados de petróleo, assim como para mistura à gasolina. Em resposta, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou que dedicará especial atenção ao pleito belizenho.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Said Musa reconheceram a importância dos investimentos para seus respectivos países e se comprometeram a empregar seus melhores esforços para implementar medidas visando à facilitação e à promoção de investimentos do Brasil em Belize e de Belize no Brasil.

Concordaram com a necessidade de maior aproximação comercial entre os dois países, inclusive mediante o avanço das negociações já iniciadas entre o MERCOSUL e a CARICOM. Nesse sentido, comprometeram-se a envidar esforços com vistas a concluir, ainda em 2005, um acordo de livre comércio entre os dois blocos.

Coincidiram acerca da relevância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países e enfatizaram a importância de concluir exitosamente a Rodada do Desenvolvimento de Doha da OMC, de modo a contemplar, no sistema multilateral de comércio, as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Condenaram os desequilíbrios existentes nas regras comerciais vigentes, que permitem o emprego de barreiras e medidas distorcidas, sobretudo no intercâmbio dos bens em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

Concordaram em cooperar para aprimorar a arquitetura das instituições internacionais e para fortalecer os mecanismos multilaterais, em particular no que se refere à reforma das Nações Unidas. Lembraram, também, que o papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento e na erradicação da pobreza e da fome poderá ser enriquecido com as propostas de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento feitas pela Iniciativa de Ação contra a Fome e a Pobreza.

O Primeiro-Ministro Said Musa reiterou o ponto de vista de Belize de que qualquer reforma do Conselho de Segurança da ONU deve ser abrangente. A reforma do Conselho de Segurança da ONU deve ser considerada em todos os seus

aspectos. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou longamente com o Primeiro-Ministro Said Musa a respeito da aspiração do Brasil a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Primeiro-Ministro Said Musa e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm visões convergentes sobre a reforma do Conselho de Segurança. Os dois líderes declararam sua concordância com o apelo feito pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para que as decisões sobre a reforma do Conselho de Segurança sejam aprovadas antes da Cúpula sobre a Declaração do Milênio, a realizar-se em setembro de 2005 em Nova York.

Comentaram a situação no Haiti e ressaltaram a importância do papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas no país. Nesse contexto, congratularam-se pelo fato de a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH – ser integrada fundamentalmente por países da região. Afirmaram que somente o compromisso de longo prazo da comunidade internacional, com o aporte de recursos para fomentar o desenvolvimento econômico e social do país, possibilitará alcançar solução duradoura para a crise haitiana. Destacaram a importância da realização das eleições previstas para o segundo semestre do ano em curso, bem como da ampla participação da sociedade haitiana no processo eleitoral. Sublinharam, ademais, a relevância do diálogo da CARICOM com o Governo haitiano.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou a expectativa do Governo brasileiro, como membro do Grupo de Amigos do Processo de Transição Belize-Guatemala, estabelecido sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos, que Belize e Guatemala possam alcançar, no futuro próximo, por meio de negociação pacífica, solução justa, honrosa e mutuamente satisfatória para suas diferenças.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu a visita do Primeiro-Ministro Said Musa e reafirmou a importância do diálogo sobre questões bilaterais, regionais e globais e da implementação de

iniciativas conjuntas em prol dos interesses dos dois países. O Primeiro-Ministro Musa agradeceu ao Presidente Lula da Silva e ao povo do Brasil pela hospitalidade e gentil atenção dispensadas à delegação de Belize e formulou convite para que o Presidente Lula da Silva visite Belize no futuro próximo.

Comunicado à imprensa sobre a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal (8 de junho de 2005)

Será celebrada, nos dias 8 e 9 de junho, em Brasília, a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal.

Os dois países têm mantido diálogo franco e construtivo ao longo de seu relacionamento, cujo marco histórico remonta ao período pré-independente. Já em 1910, o Brasil mantinha, em Dacar, um Consulado-honorário, transformado em Consulado de carreira em 1911. Pouco após a independência do Senegal, em abril de 1961, foi criada a Embaixada do Brasil na capital senegalesa, uma das primeiras missões permanentes brasileiras no continente africano. Por seu turno o Governo senegalês instalou, em 1963, Embaixada no Rio de Janeiro, transferida para Brasília em 1970. O diálogo político foi revigorado, nos dois últimos anos, em sucessivos encontros entre os dois Chefes de Estado, à margem de reuniões multilaterais internacionais, e pela troca de visitas de alto nível, como a do Chanceler senegalês ao Brasil, em setembro de 2004, a do Ministro Celso Amorim ao Senegal, em 2005, e a do Presidente Lula da Silva ao Senegal, em abril passado, no contexto de viagem à África Ocidental.

O Brasil e o Senegal, têm buscado impulsionar número significativo de projetos de cooperação em áreas de interesse comum, dentre as quais agricultura e pecuária, saúde, segurança alimentar e capacitação científica e tecnológica, temas prioritários nas agendas sociais internas dos dois países.

O Brasil e o Senegal coincidem de forma ampla em grande número de questões da agenda internacional e apresentam significativa convergência sobre temas e

plataformas comuns, como as discussões sobre a reforma na composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os dois países partilham o entendimento de que o comércio internacional constitui importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, suas respectivas delegações estão em constante coordenação no âmbito das negociações empreendidas no seio da Organização Mundial de Comércio.

A VI Sessão da Comissão Mista Brasil-Senegal, a ser realizada em Brasília, constituirá ocasião para a atualização dos diferentes itens da agenda político-diplomática. Permitirá, também, aos agentes econômicos dos dois países a reavaliação conjunta das oportunidades de negócios e investimentos, a fim de incrementar as trocas comerciais bilaterais.

Na Sessão Solene da VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal, os Chanceleres do Brasil e do Senegal assinarão relevantes atos. O Protocolo de Intenções no Domínio da Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social prevê o intercâmbio de experiências e coordenação de ações entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Alto Comissariado de Direitos Humanos e Promoção da Paz do Senegal. O Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde consiste na primeira etapa para a transferência, ao Senegal, de tecnologia brasileira em matéria de fabricação de anti-retrovirais. Com o Memorando de Entendimento na Área de Segurança Alimentar o Senegal será o primeiro país africano a se beneficiar de mecanismo de cooperação trilateral com a FAO, previsto no Acordo de Promoção da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, do qual Brasil e Senegal são signatários. Finalmente, será assinado Acordo sobre exercício de atividades profissionais para os cônjuges de diplomatas.

Ainda durante a VI Reunião, terão continuidade as negociações para a Assinatura de Acordo sobre cooperação em agricultura entre a EMBRAPA e o Instituto Senegalês de Pesquisas

Agrícolas (ISRA) e para o estabelecimento de cooperação em matéria de pecuária, nos aspectos de transferência de tecnologia e capacitação; pesquisa zootécnica e veterinária; e estímulo ao intercâmbio de experiências entre criadores senegaleses e brasileiros.

Ainda no domínio agrícola, a VI Reunião da Comissão Mista permitirá avaliar a intensa cooperação que os dois países vêm desenvolvendo no combate à praga do gafanhoto peregrino, mediante projeto de cooperação de longo prazo com a EMBRAPA, iniciado com a doação, pelo Governo brasileiro, do avião pulverizador “Ipanema”, em 2004, e o treinamento de equipe técnica senegalesa, em março de 2005.

No campo cultural, serão examinadas as formas de participação brasileira no III Festival de Artes Negras de Dacar, previsto para 2006, e discutidas as etapas preparatórias da II Conferência Pan-Africana de Intelectuais da África e da Diáspora, que o Brasil sediará, a convite do Governo senegalês, também em 2006.

Comunicado à imprensa sobre a violência em Israel e nos Territórios Palestinos (9 de junho de 2005)

O Governo brasileiro acompanha com apreensão os recentes enfrentamentos em Israel e nos territórios palestinos, que vitimaram cidadãos israelenses, palestinos e de outras nacionalidades. O Governo brasileiro teme nova escalada de violência na região e exorta as partes em conflito a cessarem as hostilidades e manterem-se fiéis aos entendimentos logrados entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina durante a Conferência de Paz de Sharm-el-Sheikh, em 8 de fevereiro último, bem como aos parâmetros estabelecidos pelo “Mapa do Caminho para a Paz”.

Comunicado à imprensa sobre a 31ª Reunião do Grupo de Trabalho de Licitação Inter-agência das Nações Unidas (IAPWG) (9 de junho de 2005)

O Brasil foi escolhido para sediar a 31ª Reunião do Grupo de Trabalho de Licitação Inter-agência das Nações Unidas, que será realizada na cidade de Belo

Horizonte, Minas Gerais, em junho de 2006. A candidatura brasileira concorreu com outros seis países.

O Grupo de Trabalho de Licitação Inter-agência das Nações Unidas – IAPWG (Inter-agency Procurement Working Group), o mais antigo grupo no âmbito das Nações Unidas, reúne anualmente os chefes dos setores de compras e licitações das agências especializadas e da própria ONU para tratar de temas relacionados à harmonização de regras e normas dos processos licitatórios internacionais daquelas entidades.

O sistema da ONU adquiriu, em 2004, US\$ 8 bilhões em bens e serviços por meio de licitações diretas. A participação das empresas brasileiras nesse mercado, entretanto, ainda é muito reduzida. Nesse contexto, a oportunidade de sediar a 31ª IAPWG poderá constituir oportunidade importante para divulgar junto ao empresariado nacional o potencial de vendas para esse mercado.

A 31ª IAPWG será precedida de seminários organizados pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com a Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG. A iniciativa insere-se no Programa de Promoção das Exportações para o Sistema das Nações Unidas (PPE-ONU), lançado pelo Itamaraty, em 2004. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: dic@mre.gov.br

Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente da República do Congo ao Brasil (10 de junho de 2005)

O Presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, fará visita oficial ao Brasil no período de 13 a 19 de junho corrente. O Presidente congolês virá acompanhado de delegação integrada pelos Ministros das Relações Exteriores e do Planejamento, Ordenamento Territorial, Integração Econômica e do NEPAD; pelo Ministro Encarregado da Cooperação para o Desenvolvimento; e pelo Presidente da “Société Nationale des Pétroles du Congo”. A visita inscreve-se no quadro do desenvolvimento das relações do Brasil com o continente africano, uma das prioridades da política

externa do Governo Lula.

O Presidente congolês é um ativo líder africano, com importante atuação nas questões de prevenção e solução de conflitos no âmbito continental.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo datam de 1980. Nos anos imediatamente posteriores, o intercâmbio econômico-comercial foi impulsionado, tendo a empresa Andrade Gutierrez construído rodovia naquele país. A partir de 2000, as exportações brasileiras apresentaram progressivo crescimento, alcançando US\$ 21,5 milhões em 2004. Como no restante da África Central, a pauta das exportações brasileiras, ainda que diversificada, apresenta concentração em alimentos processados. A República do Congo tem importantes reservas de petróleo e de gás natural, estimadas em 93 bilhões de barris e 495 bilhões de metros cúbicos, respectivamente. Os setores madeireiro e de mineração apresentam também perspectivas de cooperação. Missão empresarial brasileira esteve em Brazzaville, no período de 28 de julho a 2 de agosto de 2004, e teve contatos com autoridades e empresários congolezes.

Em Brasília, no dia 13 de junho, o Presidente Denis Sassou Nguesso manterá conversações com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será homenageado com almoço no Itamaraty. Visitará, ainda, autoridades da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal e realizará reunião de trabalho com o Presidente da EMBRAPA.

Em São Paulo, para onde viajará no dia 15 de junho, e no Rio de Janeiro, a partir do dia 16, o Presidente congolês e sua delegação manterão reuniões com a Associação Comercial de São Paulo, a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce.

Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez Veltzé (10 de junho de 2005)

No momento em que Vossa Excelência

assume o alto cargo de Presidente da República da Bolívia, desejo-lhe, em meu nome e no do povo brasileiro, felicidade e êxito.

É motivo de especial satisfação verificar que as lideranças políticas bolivianas, em situação de grande complexidade, souberam chegar a uma fórmula de consenso para a sucessão presidencial, o que constitui mais uma prova do espírito democrático desse povo irmão.

Estou certo de que, neste momento de transição, Vossa Excelência saberá conduzir a Bolívia, com equilíbrio e sabedoria, com vistas a que sejam atendidos os justos anseios de seu povo por desenvolvimento democrático, com inclusão social. A Bolívia poderá contar com a amizade e a cooperação do Brasil nesta nova etapa de sua história.

Comunicado à imprensa sobre a Cerimônia de Abertura da Exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil / Haiti” (10 de junho de 2005)

Será realizada no próximo domingo, 12 de junho, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, às 19h00, cerimônia de abertura da exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil / Haiti”, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e outras autoridades.

Trata-se de mostra itinerante (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo), na qual serão apresentadas as raízes, influências e tendências da arte primitiva no Brasil e no Haiti. A mostra incluirá, também, fotografias sobre aspectos da realidade haitiana e da presença brasileira naquele país.

A exposição possibilitará ao visitante notar o rico colorido presente nas pinturas. Como salienta o Ministro Celso Amorim, “o gosto pela cor, assim como pela música e pelo futebol, revela a alegria de viver subjacente à cultura haitiana, mesmo nas condições mais adversas. É esse sentimento que proporciona a esperança de dias melhores no Haiti”.

Comunicado à imprensa sobre o II Encontro Empresarial Brasil – Colômbia: Comércio e Investimentos (16 de junho de 2005)

No âmbito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, no dia 27 de junho próximo, o Ministério das Relações Exteriores está organizando delegação empresarial composta de exportadores, importadores e investidores brasileiros.

A delegação participará do “II Encontro Empresarial Brasil – Colômbia: Comércio e Investimentos”, co-patrocinado pela Proexport, instituição de promoção do comércio exterior e de investimentos da Colômbia. O evento se desdobrará em “workshops” setoriais e rodadas de negócios, a serem realizados na sede da Câmara de Comércio de Bogotá, no dia 27 de junho, com início às 9 horas.

Entre 2003 e 2004, o comércio bilateral Brasil-Colômbia cresceu significativamente, com incremento de 38,64% nas exportações e de 45,41% nas importações. A balança comercial apresentou superávit para o Brasil de US\$ 894 milhões em 2004.

O Itamaraty identificou vários setores com alto potencial para a realização de negócios no mercado colombiano. Entre os setores exportadores, destacam-se os de combustíveis, telefonia celular, microprocessadores, tecidos de algodão, papel e celulose, borracha, máquinas e equipamentos para agroindústria, veículos, aeronaves, ferro e aço. Entre os setores importadores, destacam-se os de combustíveis, floricultura, vestuário, papelaria, plásticos, produtos químicos, fotografia e ótica.

O II Encontro Empresarial Brasil-Colômbia inscreve-se no Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), pelo qual o Governo brasileiro procura estimular o fluxo de comércio na América do Sul e, ao mesmo tempo, diminuir os desequilíbrios das balanças comerciais bilaterais.

Informações sobre o “II Encontro Empresarial Brasil-Colômbia: Comércio e Investimentos” estão disponíveis nos sites www.braziltradenet.gov.br e www.brasilcolombia.com.

Comunicado à imprensa sobre a XXVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes do Mercosul (17 de junho de 2005)

Será realizada, nos próximos dias 18 e 19 de junho, a XXVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Assunção, Paraguai, país que exerce atualmente a presidência pro tempore do Mercosul. O Conselho do Mercado Comum é o órgão do Mercosul responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção. Dentre os temas da agenda, destacam-se os referentes à instalação do Tribunal Permanente de Revisão e à estrutura do Parlamento do Mercosul.

À XXVIII Reunião do CMC se seguirá a Cúpula dos Presidentes do Mercosul, no dia 20 de junho. Na Cúpula de Assunção, os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul avaliarão os avanços no processo de integração.

Na percepção brasileira, é importante aproveitar o momento atual, caracterizado pela retomada do crescimento das quatro economias e pela presença de governantes engajados no processo de integração. Durante o diálogo que manterá com seus pares em Assunção, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterará o compromisso do Brasil com o Mercosul e salientará a importância de que se revigorem os esforços para dinamizar e aprofundar a integração em todas as suas frentes.

Comunicado à imprensa sobre o apoio brasileiro às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (17 de junho de 2005)

O Governo brasileiro acompanha com atenção o processo eleitoral na Guiné-Bissau, país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como o Brasil, ao qual nos unem laços culturais, políticos e de amizade. O Brasil mantém a expectativa de que as eleições presidenciais, programadas para o dia 19 de junho

corrente, possam transcorrer em condições de tranqüilidade.

Em razão de compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante visita à Guiné-Bissau no dia 13 de abril último, o Itamaraty solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral a designação de técnicos para apoiar a Comissão Nacional de Eleições (CNE) daquele país, com vistas à preparação das mencionadas eleições presidenciais. Como nas eleições legislativas de 2004, foi enviada equipe do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, a qual iniciou seus trabalhos no dia 29 de abril.

A missão do TRE/MG contribuiu para aprimorar o trabalho de informatização dos dados do recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau, o que tornou possível o recadastramento dos 538 mil eleitores residentes no país. Para a eleição presidencial do corrente ano, o Brasil cedeu, ademais, 25 computadores à CNE.

Os esforços brasileiros têm sido desenvolvidos em estreita sintonia com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Tal como no ano passado, por ocasião das eleições legislativas, o Brasil participará da missão de observadores da CPLP para as eleições presidenciais da Guiné-Bissau. Além de funcionários diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores, integrarão a missão representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

O apoio do Brasil às eleições na Guiné-Bissau faz parte de conjunto de iniciativas do Governo brasileiro em prol da consolidação política e da retomada do desenvolvimento econômico daquele país, que inclui projetos de cooperação técnica em áreas como saúde e formação profissional, cooperação para reestruturação das Forças Armadas e projetos de desenvolvimento agrícola e pecuário no âmbito do Foro Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China (20 de junho de 2005)

Encontra-se em visita ao Brasil, até o próximo dia 25 de junho, o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), da República Popular da China, Senhor Edmund Ho. Trata-se da primeira visita de um Chefe do Executivo da RAEM à América Latina e exclusivamente ao Brasil.

O Senhor Edmund Ho manterá, no dia 21 de junho corrente, reunião com o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira, e, no dia 22, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A delegação de Macau inclui autoridades do Executivo e do Legislativo, além de comitiva empresarial daquele território.

A visita tem por objetivo a realização de contatos políticos e comerciais, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, com vistas a aumentar o grau de conhecimento recíproco e promover e aprofundar as relações econômicas, comerciais e culturais entre Macau e o Brasil.

As relações entre o Brasil e Macau beneficiam-se da herança comum portuguesa como fator de aproximação. O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, visitou Macau em março de 2004, oportunidade em que realizou palestra na Universidade de Macau sobre o potencial da cooperação entre o Brasil e a RAEM no campo cultural.

Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Bruxelas (20 de junho de 2005)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará, no dia 22 de junho do corrente, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Européia e pelo Governo dos Estados Unidos da América. A Conferência de Bruxelas constituirá oportunidade para a discussão, entre representantes do Governo iraquiano e cerca

de 80 representantes de países e de organizações internacionais, sobre temas como reconstrução econômica, processo político e situação institucional.

Durante sua permanência em Bruxelas, o Ministro Celso Amorim deverá, igualmente, manter encontros bilaterais e participar de reunião ministerial do G-4.

Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula do Mercosul (20 de junho de 2005)

Realizou-se hoje, 20 de junho, em Assunção, Paraguai, a Reunião de Cúpula do Mercosul que contou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Presidentes e Ministros de Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Panamá e México, além de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), da Comunidade Andina de Nações e da Corporação Andina de Fomento. Compareceram, igualmente, Embaixadores de Índia, Canadá e Israel.

No dia 18, Ministros e representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai reuniram-se para discutir temas relativos à agenda do MERCOSUL.

Foi avaliado o cumprimento do Programa de Trabalho 2004-2006. Os Presidentes ressaltaram a importância de intensificar ações destinadas a aprofundar a agenda interna do MERCOSUL, identificar fórmulas que assegurem participação mais efetiva da sociedade civil no processo de integração e trabalhar para a coordenação de políticas macroeconômicas.

Atendendo ao objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre os países da região, de maneira que contribua para reduzir as assimetrias econômicas hoje existentes, os Ministros definiram os contornos institucionais e operacionais do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL – FOCEM. Os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul decidiram fixar em 100 milhões de dólares o montante anual do FOCEM.

Foram acordadas medidas para facilitar o acesso de produtos originários do Paraguai aos mercados dos demais Estados Partes e favorecer a integração de processos produtivos dentro do bloco. Também foi decidido iniciar ações coletivas para combate à febre aftosa. O Mercosul aprovou, ainda, medidas na área de educação, saúde e cooperação judicial.

Foi saudada a adesão de Colômbia, Peru e Venezuela à Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático do MERCOSUL, instrumento que reafirma o propósito dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL de assegurar a plena vigência dos valores democráticos na região.

No que diz respeito ao relacionamento externo do MERCOSUL, cumpre destacar a adesão dos Estados Partes do MERCOSUL como membros associados da Comunidade Andina, iniciativa que, ao reforçar o diálogo político entre os diversos agrupamentos de países existentes na América do Sul, contribui para concretizar a Comunidade Sul-Americana de Nações.

Ainda na área externa, foi decidido iniciar processo negociador com Cuba, com vistas à assinatura de Acordo de Livre Comércio, e adotar Programa de Trabalho com o Panamá, o qual permitirá a negociação de acordo comercial. Foi examinado o estágio atual de entendimentos do Mercosul com terceiros países e grupos de países como: Canadá; Comunidade do Caribe (CARICOM); Conselho de Cooperação do Golfo; Coréia do Sul; Egito; Índia; Israel; Marrocos; México; Paquistão; Sistema de Integração Centro-americano (SICA); União Aduaneira da África Austral (SACU); e União Européia.

Comunicado à imprensa sobre o estabelecimento de Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados (20 de junho de 2005)

Na presença dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, foi assinado hoje, 20 de junho, em

Assunção, o “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados”. O Grupo terá a atribuição de intercambiar e processar informações para articular, com maior efetividade, operações de prevenção, investigação e repressão aos delitos de pirataria, falsificação e contrabando de produtos pirateados e falsificados, bem como de intercambiar e processar informações que permitam coordenar atividades de identificação, localização, bloqueio e recuperação de ativos relacionados aos delitos mencionados.

Pelo lado brasileiro, o Grupo será coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça. O Grupo realizará reuniões ordinárias anuais e poderá reunir-se de forma extraordinária sempre que necessário.

A conformação do Grupo constitui importante passo na coordenação de esforços por parte do Brasil e do Paraguai para o combate conjunto a ilícitos na área de propriedade intelectual e contribui para que se impulse, nessa área, agenda positiva entre os dois países.

Comunicado Conjunto à la prensa de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur y de los Estados Asociados (20 de junio de 2005) *(versão em espanhol)*

Los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y de los Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Asunción, el 20 de junio de 2005, en ocasión de la XXVIII Reunión del Consejo del Mercado Común, manifiestan su satisfacción por el fortalecimiento de la democracia y sus instituciones dentro del bloque regional, como condición indispensable para el cumplimiento de los objetivos del Tratado de Asunción y el desarrollo económico con justicia social de la región. En ese contexto:

Destacan que la reciente participación de la República de Colombia, la República del Ecuador y la República Bolivariana de Venezuela como Estados

Asociados del MERCOSUR, fortalece el creciente proceso de integración regional y la búsqueda permanente de los supremos ideales de cooperación política y desarrollo de nuestros pueblos.

Valoran la adhesión de la República del Perú y de la República Bolivariana de Venezuela al Protocolo de Ushuaia y a la Declaración Presidencial sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, así como la adhesión de la República de Colombia a la Declaración Presidencial sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, como expresión de su vinculación con el MERCOSUR y su compromiso con la democracia en la región.

Expresan su satisfacción por la presencia y participación, como invitados especiales, de las Delegaciones de México, Panamá, Canadá, India e Israel y saludan con beneplácito las negociaciones en curso con el MERCOSUR.

Destacan su firme voluntad de seguir ampliando la dimensión política en el ámbito del MERCOSUR. En ese sentido, expresan su beneplácito ante la aprobación del “Plan de Acción” elaborado por el Foro de Consulta y Concertación Política (FCCP), en cumplimiento del mandato del CMC contenido en la Decisión N° 53/04, y resaltan su valor como herramienta eficaz para fortalecer la cooperación política y la integración en la América del Sur.

Reafirman la alta prioridad que le otorgan a la protección y promoción de los derechos humanos y a las libertades fundamentales, y destacan la realización de la I Reunión de Altas Autoridades Competentes en Derechos Humanos y Cancillerías del MERCOSUR y Estados Asociados.

En este sentido, toman con interés las iniciativas y temas analizados en esa reunión, tales como: Iniciativa Ñin@Sur; el derecho a la verdad y a la memoria; el combate a la trata de personas; la aplicación de decisiones y recomendaciones de los órganos del Sistema Interamericano y el diálogo con órganos y organismos especializados de las Naciones Unidas y de la OEA y representantes de la sociedad civil, los cuales seguirán analizándose junto con otros temas de

interés de la Agenda de los Derechos Humanos.

Reiteran su preocupación por los problemas sociales en la región y el aumento de la pobreza. En este sentido, reciben con satisfacción la “Declaración de Asunción: Hacia un MERCOSUR Social” como instancia articuladora de las Políticas Sociales en la Región y el “Plan Bienal 2005 - 2007”, adoptados por la Reunión de Ministros y Autoridades de Desarrollo Social, que contribuirán a fortalecer los esfuerzos en el tratamiento coordinado de esta área en los Estados Partes y Estados Asociados.

Destacan la adopción de la Resolución sobre “La Carta Social de Las Américas: Renovación del Compromiso Hemisférico del Combate a la Pobreza Extrema en la Región”, adoptada en el Trigésimo Quinto Período Ordinario de Sesiones por la Asamblea General de la OEA.

Reconocen la necesidad de consolidar el MERCOSUR en su dimensión Cultural y apoyan toda acción que facilite un mayor acercamiento, sobre la base de una identidad histórica común y valores que respeten la diversidad que enriquece y caracteriza a la región.

Expresan su firme voluntad de continuar impulsando el “Programa de Desarrollo Sostenible Mundo Guaraní” y recomiendan involucrar a los gobiernos locales de los países intervinientes en la regionalización y descentralización de la iniciativa.

Reiteran su compromiso de promover una educación básica de buena calidad para todos los ciudadanos como medio fundamental del desarrollo e inclusión social, para lo cual es necesario impulsar planes de acción concretos con directrices claras y recursos adecuados. En ese sentido, destacan la aprobación del “Acuerdo de Admisión de Títulos, Certificados y Diplomas para el ejercicio de la Docencia en la enseñanza del Español y Portugués como Lenguas Extranjeras en los Países del MERCOSUR”.

Asimismo, resaltan la importancia del apoyo del MERCOSUR al canje de la deuda externa por inversiones en educación y del debate y acciones de la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI)

sobre el tema.

Reciben con satisfacción la realización de la Cuarta Edición del Concurso Histórico y Literario Caminos del MERCOSUR en el año 2006, en Paraguay, sobre la vida y obra de Augusto Roa Bastos, subrayando su relevante papel en las áreas de la educación, la cultura y la defensa de la democracia.

Ratifican su compromiso efectivo en la lucha por la seguridad y los derechos fundamentales de las personas y contra la delincuencia transnacional organizada. En ese sentido, destacan los trabajos realizados por la Reunión de Ministros del Interior, como la adopción del “Memorandum de Entendimiento sobre Cooperación para Prevenir y Reprimir el Delito de Secuestro de Personas”, como instrumento eficaz de cooperación para enfrentar con éxito a las organizaciones criminales y en particular a aquellas en cuya estructura, organización o integración confluyen elementos de naturaleza transnacional.

Destacan la labor de las instancias competentes del MERCOSUR que abordan en sus agendas el grave delito y creciente problema de la trata de personas, especialmente mujeres y niños, con miras a lograr mediante un trabajo coordinado y conjunto el fortalecimiento de políticas para combatir este flagelo, vinculado a la expansión de organizaciones criminales transnacionales.

Manifiestan su aprobación por la adopción del “Procedimiento para la Verificación de la Documentación de Egreso e Ingreso de Menores entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados”, y destacan la importancia del mismo como instrumento jurídico de cooperación y coordinación de procedimientos de control que posibilitan un mayor resguardo de los menores nacionales o residentes en los Estados del bloque.

Destacan los Acuerdos en Materia de Menores referentes a la Ley Aplicable, emanados de la Reunión de Ministros de Justicia.

Expresan su preocupación por el incremento del uso indebido de drogas, el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, desvío de

precursores químicos y demás delitos relacionados, y reafirman la necesidad de profundizar la cooperación bilateral y multilateral para resolver el problema mundial de las drogas, bajo el principio de la responsabilidad compartida y con un enfoque equilibrado en el tratamiento de sus diversos aspectos.

Se congratulan por la reciente realización y los logros obtenidos en la VIII Reunión Especializada de Autoridades de Aplicación en Materia de Drogas, Prevención de su Uso Indebido y Rehabilitación de Dependientes de Drogas del MERCOSUR (RED), e instan a los Estados Partes y Estados Asociados a continuar trabajando de manera mancomunada para enfrentar el problema mundial de las drogas y sus delitos relacionados.

Reciben con beneplácito el reconocimiento del Foro América Latina y el Caribe - Unión Europea, respecto a los esfuerzos conjuntos realizados por los Estados Partes y Estados Asociados del MERCOSUR para reducir la demanda de drogas y combatir la producción y tráfico de drogas ilícitas en la región, en el marco de su Reunión Especializada de Autoridades en materia de Drogas.

Destacan los avances del Grupo de Trabajo sobre Armas de Fuego y Municiones del MERCOSUR y Estados Asociados, y la coordinación de posiciones comunes en los diferentes foros de negociación en el ámbito regional y global en esta materia. Asimismo, instruyen a sus autoridades nacionales para que en lo referente al tráfico ilícito de armas, municiones y explosivos, fortalezcan las labores de coordinación y cooperación en el ámbito regional y multilateral.

Consideran que la participación plena de las mujeres es fundamental para el desarrollo económico, social, político y cultural de nuestros países, dado que su contribución es indispensable para lograr una sociedad más justa basada en la equidad. Por lo tanto, se comprometen a continuar impulsando políticas de igualdad y de no discriminación contra las mujeres en todos los ámbitos.

Reafirman la relevancia que representa la

acción consular en materia de protección y asistencia a los connacionales destacando el funcionamiento del Mecanismo de Cooperación Consular. Asimismo, instruyen a sus autoridades competentes la pronta implementación del “Documento de Viaje Provisorio MERCOSUR”, para viabilizar el regreso de connacionales a sus respectivos países de origen, a través de la asistencia consular.

Manifiestan, con el ánimo de profundizar los lazos de integración en la región, el gran interés que le conceden a la pronta asociación de los Estados Partes del MERCOSUR a la Comunidad Andina, con el objeto de lograr una asociación recíproca.

Reiteran la importancia del diálogo y coordinación política, de la convergencia de los procesos de integración comercial y de la integración de la infraestructura física, de transporte, energía y comunicaciones en la región, para la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones en los términos de la Declaración de Cuzco. Saludan, asimismo, la realización de la próxima Reunión de Cancilleres de la Comunidad, en Quito, en los días 1 y 2 de agosto, en el contexto de preparación de la Primera Reunión de Jefes de Estado, a realizarse en Brasilia, en septiembre.

Los Presidentes manifiestan la voluntad política de que las decisiones y tareas realizadas en el contexto de la Iniciativa de Integración Regional Sudamericana (IIRSA) avancen más aceleradamente, con miras a integrar efectivamente a los países de la Región.

En este contexto, propician la creación de mecanismos de financiamiento para promover el desarrollo de infraestructura en Sudamérica.

Asimismo, manifiestan su más decidido apoyo al desarrollo del “Corredor Bioceánico Central” que involucra a Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.

Reafirman su voluntad de avanzar y profundizar los procesos de integración energética en marcha en la Región, convencidos de que esta integración y complementariedad, tanto en los mercados de la electricidad, como de gas natural,

petróleo y sus derivados, constituye un aporte substancial al desarrollo económico y social de los países participantes y sus pueblos.

Destacan su firme interés en que se continúe avanzando en los proyectos de interconexión física y energética en América del Sur, procurando incluir a todos los Estados de la región, teniendo en consideración las fuentes concretas de energía existentes y priorizando las áreas más necesitadas en esta materia.

En ese sentido, resaltan la suscripción de la “Declaración Presidencial sobre Gasoducto Sudamericano” y las propuestas sobre alianzas entre las Operadoras Energéticas Nacionales en el marco de la propuesta de PETROSUR, además de otras iniciativas, tales como el Corredor Bioceánico de Integración de Infraestructura y Energía y el Marco para la Integración Energética subregional de la Comunidad Andina.

Al respecto, instruyen a los Ministros de las áreas respectivas a analizar la factibilidad técnico-económica de estos emprendimientos, y elaborar oportunamente un marco jurídico para los mismos.

Expresan su satisfacción por el incremento de las relaciones económicas y comerciales entre la CAN y MERCOSUR. Acogen el ofrecimiento del Gobierno de Bolivia para la realización del Foro “Un nuevo tratamiento de las asimetrías en el proceso de integración sudamericana”, a realizarse en La Paz, en el mes de julio próximo. Manifiestan su expectativa de que este Foro contribuya con sugerencias para la reducción de las asimetrías en la región y para que las relaciones económicas produzcan beneficios para todos.

Reiteran su más firme y solidario apoyo al proceso de fortalecimiento democrático en la República de Bolivia, ponderando el esfuerzo realizado por el pueblo y gobierno bolivianos para encauzar pacíficamente el desarrollo de nuevas etapas de consolidación de sus instituciones dentro del marco constitucional.

Expresan su satisfacción por la realización y resultados del II Encuentro del Diálogo Político entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados

Asociados y la Federación de Rusia, celebrado recientemente en Moscú, como paso importante para el fortalecimiento de las relaciones mutuas, la cooperación y la participación de los respectivos sectores privados.

Destacan los resultados de la Cumbre América del Sur - Países Árabes, realizada en Brasilia para impulsar el dialogo y cooperación entre las dos regiones y señalan la importancia del mecanismo de seguimiento para la implementación de la Declaración de Brasilia.

Comunicado Conjunto à la prensa de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur (20 de junho de 2005)

(versão em espanhol)

Se realizó en la ciudad de Asunción, entre los días 18 y 20 de junio de 2005, la XXVIII Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner; de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; de Paraguay, Nicanor Duarte Frutos, y de Uruguay, Tabaré Vázquez Rosas.

Saludaron la participación de los Presidentes de Chile, Ricardo Lagos Escobar; de Colombia, Álvaro Uribe; de Ecuador, Alfredo Palacio; de Venezuela, Hugo Chávez; y de los Cancilleres de Bolivia, Armando Loaiza; de Perú, Manuel Rodríguez Cuadros, muestra del interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en profundizar los lazos de integración económica, comercial y política.

Expresaron también su satisfacción por la presencia del Representante del Presidente de México, Canciller Luis Ernesto Derbez Bautista, y del Representante del Presidente de Panamá, Canciller Samuel Lewis Navarro, en calidad de invitados especiales.

Se congratularon por la presencia del Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Secretario

General de la Comunidad Andina y del Presidente de la Corporación Andina de Fomento. Asimismo expresaron su satisfacción por la asistencia de los representantes de la India, Canadá e Israel.

Reconocieron los avances realizados para la implementación del “Programa de Trabajo 2004-2006” del MERCOSUR, que refleja el empeño de los Estados Partes para la profundización de la unión aduanera y para el continuo fortalecimiento del proyecto de integración política, económica, comercial, institucional, social, cultural y física del MERCOSUR, y comprometieron los esfuerzos en el cumplimiento de los objetivos trazados en los plazos previstos.

En este sentido, destacaron la labor desplegada por la Presidencia Pro Témpore del Paraguay durante este semestre con el fin de dinamizar los trabajos del programa 2004 – 2006.

Los Presidentes reafirmaron su compromiso con la profundización del MERCOSUR y destacaron que los trabajos realizados por los Estados Partes tienen como objeto asegurar el desarrollo sustentable y equilibrado entre sus países, el aumento de la inversión y la complementariedad de los procesos productivos dentro de un enfoque regional que potencie la generación de empleo y el bienestar de sus pueblos.

Manifestaron su satisfacción por la aprobación de importantes instrumentos para la profundización del proceso de integración y en ese sentido destacaron, entre otros, el Mecanismo de Intercambio de Información entre la Secretaría del MERCOSUR y la Comisión Parlamentaria Conjunta; el Régimen para la integración de procesos productivos en varios Estados Partes del MERCOSUR con utilización de materiales no originarios; y las Medidas de Agilización para la importación de productos originarios del Paraguay.

Destacaron la relevancia de la creación de la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Ciencia, Tecnología e Innovación del MERCOSUR y de la de la Reunión Especializada de Ministerios Públicos

del MERCOSUR; así como la aprobación del Acuerdo de Admisión de Títulos, Certificados y Diplomas para el ejercicio de la enseñanza del Español y Portugués como lenguas extranjeras en los países del MERCOSUR, y del Protocolo de Traslado de Personas Sujetas a Regímenes Especiales, complementario al Acuerdo sobre Traslado de Personas Condenadas entre los Estados Partes del MERCOSUR.

Expresaron su profunda satisfacción por la aprobación de la Decisión que define la integración y funcionamiento del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), instrumento de carácter político y económico fundamental que contribuirá a la reducción de las asimetrías estructurales existentes entre los países, la promoción de la competitividad y la cohesión social, en especial de los países y regiones menos desarrolladas. Instruyeron al Grupo de Alto Nivel a continuar trabajando para la elaboración, antes del 30 de noviembre próximo, de la reglamentación del FOCEM.

Exhortaron a los Parlamentos Nacionales, para que en el más breve plazo posible, aprueben las medidas legislativas necesarias para la efectiva implementación del Fondo.

Manifestaron su satisfacción por la aprobación del “Programa de Acción MERCOSUR Libre de Fiebre Aftosa” que, al favorecer acciones conjuntas en el área de salud animal, contribuirá a optimizar la situación sanitaria regional y redundará beneficios en las condiciones de comercialización de animales y productos agropecuarios del MERCOSUR.

Reconocieron los avances alcanzados en el seno del Grupo Ad Hoc de Biotecnología Agropecuaria que, mediante la aprobación de sus Pautas Negociadoras, podrá avanzar en la generación de instrumentos jurídicos que permitan un incremento en el comercio de productos agropecuarios en la región.

Resaltaron los importantes avances logrados por los Estados Partes del MERCOSUR para fortalecer el Sistema de Solución de Controversias,

donde un significativo paso se ha dado con el Tribunal Permanente de Revisión (TPR). Asimismo se congratularon por la suscripción del Acuerdo de Sede entre la República del Paraguay y el MERCOSUR para el funcionamiento del Tribunal. En ese sentido, instaron a continuar trabajando en la elaboración de las reglas de procedimiento del TPR que completará este proceso.

Se congratularon por los avances obtenidos en la implementación de la Decisión CMC Nº 54/04 “Eliminación del Doble Cobro y Distribución de la Renta Aduanera”. En tal sentido, instaron a proseguir los trabajos a fin de avanzar en las normas y procedimientos que faciliten tanto la circulación como el control dentro del MERCOSUR de los bienes importados, el establecimiento de un mecanismo de distribución de la renta aduanera y la interconexión de los sistemas informáticos de nuestras aduanas.

Instruyeron a las autoridades aduaneras de sus países a mantener encuentros durante el segundo semestre del presente año, con el objetivo avanzar en los temas vinculados a la implementación del Código Aduanero del MERCOSUR.

Remarcaron la importancia de profundizar los compromisos previstos en la VI Ronda de Negociaciones sobre el Comercio de Servicios. Asimismo, instaron a proseguir las tareas tendientes a la armonización de los marcos regulatorios y compromisos horizontales y sectoriales, por su relevancia para la economía de nuestros países.

Destacaron los importantes avances logrados en el marco del “Grupo Ad Hoc de Alto Nivel del Acuífero Guaraní” para la elaboración del “Proyecto de Acuerdo sobre el Acuífero Guaraní”, que tiene como cometido reafirmar la soberanía de los Estados Partes sobre el referido Acuífero, la defensa de este extraordinario patrimonio para evitar su contaminación y determinar el uso de este recurso natural transfronterizo.

Expresaron sus deseos de que la Conferencia convocada por el CMC concluya el Acuerdo, y concordaron en realizar los máximos esfuerzos posibles

para apoyar los trabajos de la Conferencia y proponer fórmulas para resolver los temas aún pendientes.

Destacaron los esfuerzos realizados por los Estados Partes para acelerar el proceso de incorporación de las normas MERCOSUR a sus ordenamientos jurídicos. En ese sentido, comprometieron sus máximos esfuerzos en continuar con esa tarea, en el entendido de que constituye un paso fundamental para la consolidación de los instrumentos jurídicos, políticos y económicos en el MERCOSUR.

Valoraron la entrada en vigor del Acuerdo de Seguridad Social del MERCOSUR, que establece normas que regulan las relaciones de Seguridad Social entre los países, y consideran que el mismo se constituye en un elemento que fortalece la dimensión social del MERCOSUR.

Señalaron que la aprobación de la “Guía para el Reconocimiento de los Procedimientos de Evaluación de la Conformidad”, al igual que las “Directrices para la Celebración de Acuerdos de Reconocimientos de Sistemas de Evaluación de la Conformidad”, son instrumentos que podrán facilitar la suscripción de acuerdos de reconocimiento mutuo en el ámbito del MERCOSUR.

Se congratularon por los resultados obtenidos en la IV Reunión del Foro de Competitividad Madera y Muebles del MERCOSUR, que fue considerado como un salto cualitativo en la evolución de los trabajos del mismo, que ha logrado un plan de trabajo concreto, atendiendo la preocupación por generar empleos y trabajos de calidad y aprovechar las oportunidades de la cooperación tecnológica.

Tomaron nota de los progresos logrados en las áreas de Asuntos Laborales, Empleo y Seguridad Social, así como la instalación del Grupo de Alto Nivel para el Estudio de la Estrategia MERCOSUR de Crecimiento del Empleo, que constituye un instrumento sustancial para consolidar la dimensión social del proceso de integración. En ese sentido, instaron al Grupo de Alto Nivel a que concluya en el más breve plazo posible los trabajos tendientes a elaborar un Protocolo Sociolaboral

del MERCOSUR.

Manifestaron su decidido apoyo para dotar de un marco normativo adecuado a la integración efectiva de las zonas y pasos fronterizos, atendiendo las particularidades que distinguen a cada una de esas regiones. En ese sentido, alentaron la pronta culminación de los trabajos relacionados con el anteproyecto de “Acuerdo de Comunidades Fronterizas Vinculadas del MERCOSUR”.

Reiteraron la necesidad de profundizar los entendimientos en torno a la Coordinación de Políticas Macroeconómicas en el MERCOSUR y tomaron nota de la realización de la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales del MERCOSUR, que se realizó el 20 de junio. En ese sentido, coincidieron en que los trabajos del Grupo de Monitoreo Macroeconómico (GMM) deben avanzar hacia la profundización de la coordinación macroeconómica, en cuanto a metas indicativas en materia de déficit fiscal, deuda pública e inflación.

Destacaron el grado de cumplimiento de las metas macroeconómicas y resaltaron que se observa un creciente nivel de convergencia macroeconómica, consistente con las metas establecidas en las Declaraciones de Florianópolis 2000 y Brasilia 2002.

Resaltaron los auspiciosos logros alcanzados por la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR en la promoción de los bienes y servicios de la región en terceros mercados. Saludaron la organización y la realización de misiones comerciales conjuntas y la participación común en ferias internacionales.

Valoraron positivamente la labor desarrollada por el Foro Consultivo Económico y Social cuyo objetivo fundamental es aportar las posiciones de la sociedad civil sobre la marcha del proceso de integración. En ese sentido, instaron a incrementar la coordinación entre el Foro Consultivo Económico y Social y el Grupo Mercado Común con el fin de generar una dinámica en la toma de decisiones que fortalezca al MERCOSUR como instrumento de desarrollo político, económico y social.

Se congratularon por los avances de los trabajos de instalación del Parlamento del MERCOSUR efectuados por la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, instándola a continuar durante el segundo semestre del presente año con las tareas tendientes a dar cumplimiento a la Decisión CMC N° 49/04. Asimismo, manifestaron su indeclinable voluntad de avanzar hacia la conformación de un Parlamento MERCOSUR electo por sufragio universal directo y secreto de la ciudadanía, como plena expresión democrática que contribuya a profundizar el proceso de integración contemplando las necesidades de sus habitantes, y a consolidar la seguridad jurídica y la institucionalidad en la región integrada.

Se congratularon por la efectiva puesta en vigencia del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Colombia, Ecuador y Venezuela, que contribuirá a la creación de un área de libre comercio entre el MERCOSUR y la Comunidad Andina. En ese sentido, manifestaron su satisfacción por la Convocatoria a la I Reunión de la Comisión Administradora de dicho Acuerdo, a celebrarse entre los días 28 y 30 de junio, señal inequívoca de los avances existentes entre ambos bloques.

Agradecieron la invitación cursada por la Comunidad Andina para que los Estados Partes del MERCOSUR participen en calidad de Estados Asociados de aquel proceso de integración. En ese sentido, con satisfacción aceptaron formalmente la invitación y confirmaron que ya se ha iniciado el proceso de asociación a la CAN.

Tomaron nota de los trabajos realizados por los Estados Partes del MERCOSUR para la pronta entrada en vigencia del Acuerdo de Libre Comercio con Perú y expresaron su confianza en que este país concluya, en breve con dicho proceso.

Acordaron intensificar los esfuerzos para profundizar y ampliar los compromisos de integración económica y comercial en el ámbito de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica 35 entre MERCOSUR y Chile.

Destacaron la realización de la VII Reunión de la Comisión Administradora del ACE 36 MERCOSUR – Bolivia en el mes de octubre del 2004 y resaltaron la importancia de continuar fortaleciendo los lazos comerciales entre ambas Partes.

Se congratularon por los avances registrados en este semestre en las discusiones relativas a la evolución de la Comunidad Sudamericana de Naciones (CASA).

Manifestaron su satisfacción por la realización de los encuentros entre el MERCOSUR y el Sistema de Integración Centroamericana (SICA) y la Comunidad del Caribe (CARICOM), lo que se constituye en el primer paso para ahondar los vínculos políticos y comerciales con estos países, conforme a los respectivos Programas de Trabajo aprobados por los Ministros de Relaciones Exteriores.

En relación a la CARICOM, resaltaron la auspiciosa respuesta de este bloque a la propuesta de continuar y profundizar el proceso negociador, realizada por el MERCOSUR.

Expresaron su beneplácito por la realización de la primera reunión negociadora MERCOSUR – México en Asunción el 20 de mayo último, e indicaron el interés de dinamizar este proceso con miras a la conclusión de un Acuerdo de Libre Comercio.

Expresaron su satisfacción por la adopción de un Programa de Trabajo con Panamá, orientado a la negociación de un acuerdo comercial.

Manifestaron su decisión de iniciar un proceso negociador con Cuba tendiente a suscribir un Acuerdo de Libre Comercio, en el marco de la ALADI.

Manifestaron su satisfacción por las reuniones MERCOSUR – Canadá celebradas en los meses de febrero y mayo del presente año y expresaron su expectativa de avanzar en un proceso negociador que culmine con un Acuerdo de Libre Comercio en acceso a mercados en materia de bienes, servicios e inversiones.

Destacaron los procesos negociadores en curso y los acuerdos comerciales existentes entre

diversos países del Hemisferio y, en ese sentido, manifestaron su disposición a iniciar negociaciones de acceso a mercados, sobre bases equilibradas, con todos los países del hemisferio con quienes no se hayan suscrito acuerdos comerciales.

Reafirmaron el compromiso del MERCOSUR con el proceso negociador del Acuerdo de Asociación Interregional con la Unión Europea y reiteraron la constante disposición del MERCOSUR a continuar con dicho proceso. En ese sentido, también reafirmaron que una Reunión Ministerial permitirá lograr avances sustantivos en las negociaciones. Reiteraron, por otra parte, que dicha negociación debe conducir a la ampliación efectiva de comercio con la Unión Europea.

Señalaron el interés en estrechar los vínculos, económicos y comerciales entre el MERCOSUR con Pakistán y Corea.

Tomaron nota de la decisión de iniciar negociaciones comerciales con Israel, teniendo como base la próxima firma de un Acuerdo Marco de Comercio y reiteraron el interés en concluir un Acuerdo de Libre Comercio con ese país.

Se congratularon por la suscripción de los Anexos del Acuerdo de Comercio Preferencial con la India en marzo del corriente año como primer estadio para la formación de un área de libre comercio con dicho país.

Manifestaron su firme compromiso en seguir avanzando en las negociaciones del Acuerdo de Comercio Preferencial con la Unión Aduanera del África Austral (SACU), paso previo para la conformación de un Área de Libre Comercio entre ambos bloques.

Se congratularon por la suscripción del Acuerdo Marco de Cooperación Económica con los Países del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), durante la Cumbre América del Sur y Países Árabes, en Brasilia el 10 de mayo pasado. Manifestaron su determinación de iniciar las negociaciones con el Consejo de Cooperación del Golfo con vista a concluir un Acuerdo de Libre Comercio.

Acordaron la realización de una reunión en Río de Janeiro, en agosto de 2005, para explorar las bases de un mecanismo de comercio entre el MERCOSUR, India y SACU.

Reafirmaron la importancia de la coordinación de sus posiciones y su compromiso con el sistema multilateral de comercio y, específicamente, con el éxito de la Ronda del Desarrollo y de la próxima Conferencia Ministerial de Hong Kong. Hicieron un llamado a todos los Estados miembros para que en base al Programa de Trabajo de agosto del 2004 se avance en las negociaciones, con un espíritu constructivo, teniendo particularmente en cuenta la situación de los países en desarrollo. Destacaron que, para asegurar el éxito de la Ronda del Desarrollo, es fundamental alcanzar el nivel de ambición establecido para la agricultura en la Declaración Ministerial de Doha.

Acogieron con satisfacción la iniciativa de realizar en Asunción la Reunión de Ministros de Comercio de Países en Desarrollo sin Litoral, programada para los días 9 y 10 de agosto de 2005 y expresaron su compromiso con el avance en el cumplimiento del Programa de Acción de Almaty.

Destacaron la creciente dimensión política y social del MERCOSUR y el dinamismo del proceso de integración regional en esas áreas. Así, recibieron con satisfacción los resultados del Foro de Consulta y Concertación Política del MERCOSUR, que en este semestre contó con la participación de la totalidad de los Estados Asociados, y logró importantes avances en temas como diálogo político, educación, justicia y cultura, entre otros. En ese sentido destacaron la elaboración del Plan de Acción para el Fortalecimiento de la Concertación Política e Integración en América del Sur.

Se congratularon con la adopción del Protocolo de Asunción sobre Compromiso con la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del MERCOSUR, resultado de la Primera Reunión de Altas Autoridades Competentes en Derechos Humanos de los Estados Partes y Cancillerías, celebrada en Asunción el 5 y 6 de mayo del 2005.

Resaltaron la importancia de la vigencia del

Estatuto de Roma, del cual los Estados Partes del MERCOSUR son Partes, y se comprometen a no celebrar acuerdos multilaterales o bilaterales con terceros países que puedan afectar la jurisdicción de la Corte Penal Internacional y la lucha por la no impunidad de los crímenes contra la humanidad.

Destacan la tarea desarrollada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR y por su Presidente Dr. Eduardo Duhalde, así como las iniciativas presentadas para fortalecer el proceso de integración y fomentar una más estrecha cooperación entre los Estados Partes.

Expresaron su reconocimiento por la presentación de la “Cartilla del Ciudadano del MERCOSUR” efectuada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR.

Manifestaron su agradecimiento a la República del Paraguay, sus autoridades y población, por la generosa y fraterna acogida en esta ciudad de histórica relevancia para la concreción de los sueños forjados en el MERCOSUR.

Comunicado à imprensa sobre renovação do Mandato da MINUSTAH – Haiti (22 de junho de 2005)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em 22 de junho, a Resolução 1608 (2005), que estendeu o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) até 15 de fevereiro de 2006. A prorrogação do mandato da Missão permitirá às Nações Unidas permanecerem no Haiti ao longo de todo o processo eleitoral – que ocorrerá em outubro, novembro e dezembro – e até a posse do novo Governo, no início de fevereiro. Fica assim assegurado ao povo haitiano o apoio continuado da comunidade internacional à recuperação de seu país.

A mesma Resolução 1608 (2005) decidiu ampliar em 800 militares e 275 policiais militares o contingente da MINUSTAH durante o período eleitoral. Tal decisão se destina a prover maior segurança à população no exercício de seus direitos

democráticos, desencorajando a atuação de grupos armados ilegais, sobretudo em Porto Príncipe, principal foco de manifestações violentas. As Nações Unidas reafirmam, desse modo, seu compromisso com a realização de eleições justas, inclusivas e livres no Haiti como passo essencial à normalização da vida político-institucional e estabelecimento dos alicerces para a retomada do desenvolvimento econômico do país.

A Resolução 1608 (2005) também exortou os doadores internacionais a liberarem com maior celeridade os fundos prometidos, a fim de estimular a reativação da economia haitiana.

O Brasil, como maior contribuinte de tropas da MINUSTAH e país que mantém estreita cooperação com o Haiti, envidou esforços para garantir a extensão do mandato e o reforço do contingente, de modo a assegurar as condições necessárias ao bom encaminhamento da transição política e da reconciliação nacional haitianas.

O Governo brasileiro reitera, dessa maneira, seu compromisso com a estabilidade, observância dos direitos humanos e retomada do desenvolvimento no Haiti, com apoio amplo da comunidade internacional e das Nações Unidas.

Comunicado à imprensa sobre a Declaração Conjunta a respeito de cooperação entre a República Federativa do Brasil, a República Federal da Alemanha, a Índia e o Japão na questão da reforma das Nações Unidas (22 de junho de 2005)

(versão em português do original em inglês)

Bruxelas, 22 de junho de 2005

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, o Vice-Chanceler e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Joschka Fischer, o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Natwar Singh, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Machimura Nobutaka, concordaram com a necessidade urgente de fortalecer as Nações Unidas com vistas a responder, de forma eficaz, aos desafios

atuais, e a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo desenvolvimento, segurança e direitos humanos. Reiteraram sua determinação de cooperar ainda mais para fazer da Reunião de Cúpula sobre a Declaração do Milênio, em setembro próximo, um grande sucesso, com realizações significativas em vários campos.

Reiteraram a visão de que o Conselho de Segurança deve ser reformado para representar as realidades globais atuais, e não a do mundo de 60 anos atrás. Para esse fim, o Conselho de Segurança deve ser ampliado em ambas as categorias de permanente e não-permanente, com base em uma representação equitativa, com a inclusão de países desenvolvidos e em desenvolvimento. De acordo com recomendação do Secretário-Geral que instou os Estados Membros a tomarem uma decisão sobre o importante tema da reforma do Conselho de Segurança antes de setembro de 2005, expressaram sua determinação de formalizar o texto de resolução quadro, com vistas à sua adoção pela Assembleia-Geral após as reuniões de cúpula da UA e da Caricom em julho.

(texto original em inglês)

Joint Statement concerning cooperation among Federative Republic of Brazil, Federal Republic of Germany, India and Japan on United Nations Reform

Brussels, June 22, 2005

Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil Celso Amorim, Vice-Chancellor and Minister for Foreign Affairs of Federal Republic of Germany Joschka Fischer, External Affairs Minister of India Natwar Singh and Minister for Foreign Affairs of Japan Machimura Nobutaka shared an urgent need to strengthen the United Nations in order to effectively address today's challenges, and the need for comprehensive U.N. reform, including development, security and human rights. They reiterated their resolve to further cooperate to make the Summit meeting on the Millennium Declaration in September a great success,

with substantial achievement in various fields.

They reiterated the view that the Security Council must be reformed to represent today's global realities, not the world of 60 years ago. To this end, the Security Council must be expanded in both permanent and non permanent categories, on the basis of equitable representation, with the inclusion of both developed and developing countries. In line with the recommendation of Secretary-General who had urged Member States to take a decision on the important issue of Security Council reform before September 2005, they expressed their resolve to introduce the text of the framework resolution, leading to its adoption by the General Assembly after AU and Caricom Summit meetings in July.

Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Colômbia (24 de junho de 2005)

Na condição de emissário do Presidente Lula, o Chanceler Celso Amorim viajará à Colômbia nos dias 26 e 27 de junho corrente. O Ministro será recebido pelo Presidente Alvaro Uribe e manterá encontros com a Chanceler Carolina Barco e outras autoridades colombianas. Na visita, serão avaliadas oportunidades para o estreitamento político, comercial e de infra-estrutura entre os dois países.

O Presidente Uribe e o Ministro Amorim presidirão a abertura do II Encontro Empresarial Brasil-Colômbia, que incluirá rodada bilateral de negócios e seminário sobre as oportunidades geradas com a recente entrada em vigor do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Cerca de oitenta empresários brasileiros acompanharão o Ministro Amorim a Bogotá.

Durante a visita, deverão ser assinados "Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos" e acordo de cooperação entre as academias diplomáticas brasileira e colombiana, além de instrumentos bilaterais de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Cooperação, nas áreas de agricultura e reciclagem.

Comunicado à imprensa sobre o Processo de Integração na América do Sul (24 de junho de 2005)

Concluiu-se, no dia 23 de junho corrente, processo de licitação para a construção de rodovia interoceânica ligando o Brasil aos portos peruanos de Ilo e Matarani, no Oceano Pacífico. A rodovia, que conta com financiamento e participação de empresas brasileiras, representará importante via de intercâmbio comercial entre Brasil, Peru e Bolívia, em reforço ao compromisso brasileiro com o projeto de integração sul-americana. A conclusão do processo vem somar-se a iniciativas recentes no sentido de dar impulso ao processo de integração da América do Sul, que deverão ser objeto de exame por ocasião da Primeira Reunião de Presidentes da Comunidade Sul-Americana de Nações, a realizar-se em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro próximo.

Nesse sentido, destaca-se a realização em Assunção, no último dia 20 de junho, da Reunião de Cúpula do Mercosul, que contou com a presença dos Presidentes da Colômbia, Equador e Venezuela, bem como dos Chanceleres da Bolívia, Peru e Chile, todos na qualidade de Estados Associados. Com a iniciativa brasileira de solicitar associação à Comunidade Andina de Nações, o que também foi feito pelos demais Estados Partes do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), criou-se oportunidade para coordenação política de alto nível em torno de importantes temas da agenda de integração regional e do processo de convergência do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre os Direitos dos Afro-descendentes e contra a Discriminação Racial (27 de junho de 2005)

O Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre os Direitos dos Afro-descendentes e contra a Discriminação Racial, Dr. Clare Roberts, realizará

visita oficial ao Brasil no período de 28 de junho a 7 de julho de 2005.

O Dr. Clare Roberts, nacional de Antígua e Barbuda, é um dos mais respeitados membros da CIDH desde 2002, tendo assumido a presidência da Comissão em fevereiro de 2005. Entre suas atividades junto à Comissão estão a realização de inúmeras visitas ao Haiti e outros países do continente. Antes de assumir suas funções no âmbito da OEA, foi Ministro da Justiça e Assuntos Jurídicos e Procurador-Geral de seu país e exerceu a função de consultor jurídico internacional de distintas organizações públicas e privadas. É membro, também, do International Bar Association e da Inter-American Bar Association.

Em fevereiro de 2005, com o empenho do Governo brasileiro no âmbito da OEA, o Dr. Roberts foi nomeado Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre os Direitos dos Afro-descendentes e contra a Discriminação Racial. Tem sido, ao lado do comissionado brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, defensor da iniciativa diplomática do Brasil de elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância. Seu mandato envolve a realização de estudos e relatórios sobre os direitos dos afro-descendentes nos países membros da OEA. A vinda ao Brasil inaugurará suas visitas aos demais países como Relator Especial, revestindo-as de particular importância para o estabelecimento de linhas gerais de atuação no contexto regional.

O objetivo principal da visita será difundir a existência e as orientações de trabalho da Relatoria Especial, assim como estabelecer diálogo com autoridades do Governo Federal e com autoridades estaduais e municipais da Bahia e de São Paulo, a fim de conhecer a política desenvolvida pelo Brasil na proteção dos direitos dos afro-descendentes.

O Relator Especial iniciará sua missão por Brasília, onde deverá encontrar-se com diversas

autoridades federais, bem como com representantes da sociedade civil, no contexto da I Conferência Nacional da Igualdade Racial e do Painel Internacional Ações Afirmativas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Comunicado à imprensa sobre a doação de vacinas ao Peru (30 de junho de 2005)

O Governo brasileiro doou ao Governo peruano lote com 3,7 milhões de doses de vacina

contra a febre amarela. O lote foi transportado por voo especial da Força Aérea Brasileira e será empregado no combate à febre amarela nas regiões do Centro-Sul do Peru (Pasco, Ayacucho, Huancavelica, Apurímac e Puno).

A iniciativa brasileira, ademais de constituir gesto de natureza humanitária, traduz o comprometimento do Brasil em fortalecer as relações com os países da América do Sul, em geral, e com o Peru, em particular.



ARTIGOS

“O inglês no vestibular do Rio Branco”

Artigo do Embaixador Francisco Alvim, publicado em 26 de fevereiro de 2005, no Jornal do Brasil

O que leva uma pessoa a escolher a diplomacia como profissão? Não há obviamente uma resposta única para essa pergunta. As motivações são as mais variadas e dentre elas certamente deve estar o gosto pelos idiomas. Como devem estar também o interesse pela política e o debate internacionais e pelos grandes temas e questões da nacionalidade. São apenas algumas motivações, de um conjunto que pode incluir muitas outras.

A instituição vale-se desse espectro variado para estabelecer os seus critérios de recrutamento. Lembro-me de que, quando me apresentei candidato ao Instituto Rio Branco, o peso atribuído aos idiomas estrangeiros, na altura o francês e o inglês, era equivalente ao do português e superior ao das demais matérias. Quanto ao português, a medida, sem dúvida alguma, justificava-se; mas e no caso dos outros dois idiomas? A instituição, ao adotá-la, parecia sinalizar que o que valorizava mais no candidato era o conhecimento da língua estrangeira. A complexidade dos desafios ao candidato em sua futura profissão reduzia-se assim a uma dimensão bastante pobre, se considerado o número de aptidões que requer o trabalho diplomático.

É claro que este enfoque não poderia perdurar, como de fato, não perdurou. Primeiramente, porque se generalizou o sentimento de que os critérios utilizados estavam contrariando um dos preceitos básicos que deve reger qualquer concurso público, ou seja, a obrigatoriedade de assegurar a igualdade nas oportunidades de acesso

ao maior número possível de pessoas.

Fator de seleção tão defensável como outro qualquer, os idiomas estavam na realidade, pelas exigências de seu aprendizado, se prestando ao papel de filtros no processo de recrutamento do IRBr, favorecendo os candidatos egressos de um meio social e econômico mais elevado.

No correr dos anos, baixou o peso atribuído aos exames de línguas no Rio Branco, com a exceção obviamente justificável do português. Em passado recente, o francês perdeu seu caráter eliminatório, o que ocorre agora com o inglês.

Com isto, muda o sinal emitido pelo Rio Branco. O candidato deve dar mostras de que está em condições de dar início a sua formação profissional, demonstrando um desempenho equilibrado em um conjunto de matérias que têm a ver com a substância do trabalho diplomático. Os idiomas, nesse contexto, são valorizados em conformidade com sua natureza instrumental, considerado ainda o fato de que seu conhecimento exige aprendizado e prática permanentes, intensificado no período em que cursará o Instituto e continuado no correr de toda sua vida profissional.

“Brasil y la integración regional”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal “La Prensa”, do Panamá, em 3 de março de 2005

Desde que el Presidente Lula asumió el gobierno, en enero de 2003, ha dado prioridad al proyecto de integración de América del Sur. Creemos que un continente políticamente estable, próspero y unido creará un ambiente favorable para los proyectos nacionales de desarrollo. La integración suramericana

es un proyecto no excluyente, que busca, desde ahora, la incorporación de los países centroamericanos y del Caribe. Tenemos conciencia de que son indisolubles los destinos de Brasil y de nuestros vecinos.

La integración de Suramérica avanza rápidamente. Los acuerdos económicos firmados recientemente con los países de la Comunidad Andina permitirán profundizar las relaciones entre nuestras economías, así como la convergencia política y mayor relación entre nuestras sociedades y los ciudadanos. El elemento innovador de estos acuerdos es el reconocimiento de las asimetrías entre las economías de los países del continente.

El creciente apoyo al proceso de integración, en sus dimensiones política y económica, conllevó a los países de la región a crear la Comunidad Suramericana de Naciones en la III Reunión de Presidentes de Suramérica, en Cusco, en diciembre pasado. La comunidad representa un avance concreto y no simplemente simbólico; sus principales objetivos comprenden áreas de infraestructura, transportes, comunicaciones y energía; su espacio reúne una población de 350 millones de habitantes, aproximadamente, y un PIB de más de US\$ 1 trillón.

MERCOSUR aceptó nuevos Estados Asociados en la Cumbre de Ouro Preto (17-12-2004): Colombia, Ecuador y Venezuela, que se suman a Bolivia, Chile y Perú. Así siendo, el grupo vincula 10 de los 12 países del subcontinente.

Estuvieron presentes en la Cumbre el Presidente de Panamá, Martín Torrijos, además de representantes de Guyana y de Surinam.

En el 2004 Brasil registró un récord histórico en sus exportaciones y un saldo positivo en la balanza comercial. Parte significativa de estos resultados involucra países en desarrollo y, muy especialmente, los países de la región.

El comercio brasileño con Suramérica aumentó en 61% en los primeros nueve meses de 2004, pasando de casi US\$ 7 billones a más de US\$ 11 billones.

Al mismo tiempo, constatamos con

satisfacción el incremento del 20% en las importaciones procedentes de los socios del MERCOSUR y del 25% en las importaciones oriundas de los países de ALADI.

Siguiendo su concepción de agrupación abierta, el MERCOSUR extiende su agenda externa también para México, América Central y el Caribe. Pretendemos avanzar rápidamente en las negociaciones con los países del Sistema de Integración Centroamericana (SICA) y de la Comunidad del Caribe (CARICOM). Ya están siendo implementados los programas de trabajo que adoptamos con el SICA, en la celebración de la Cumbre del Grupo de Río (noviembre de 2004) y con CARICOM, por ocasión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR (diciembre de 2004).

Cambios significativos en nuestra corriente de comercio con Centroamérica y Caribe ya empiezan a ocurrir. Brasil viene registrando sucesivos incrementos en las importaciones oriundas de los países centroamericanos y caribeños.

En el 2004 compramos 60% más de los miembros del SICA que en el año anterior. Los integrantes del CARICOM, a su vez, duplicaron en el 2004 sus exportaciones hacia Brasil.

El Encuentro Empresarial MERCOSUR-SICA-CARICOM, que tendrá lugar el próximo día 4 de marzo en la Ciudad de Panamá, paralelamente a la XXII EXPOCOMER 2005. Esas iniciativas fortalecen la lógica de la integración regional, que debe ser enfocada, también, como una movilización capaz de potenciar relaciones en un sentido más amplio. La presencia coherente y articulada de los países del MERCOSUR en las negociaciones del ALCA ha sido fundamental para la defensa de los intereses de los países miembros. Estamos convencidos de que el fortalecimiento de nuestra cohesión regional contribuirá decisivamente para el desarrollo económico y social de nuestros países, al mismo tiempo que permitirá aumentar nuestra influencia en las negociaciones comerciales multilaterales, en defensa de un orden internacional más democrático

y equitativo.

El autor es Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil

“Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 4 de março de 2005

Completados dois anos do Governo do Presidente Lula, a ocasião é propícia para um exame das realizações na agenda externa.

Vivemos a circunstância histórica de termos, na chefia do Executivo, um líder com trajetória pessoal e política marcada pela dignidade e coerência de princípios. A visão que o Presidente Lula tem de um Brasil mais democrático e mais justo reflete-se em sua defesa de uma maior equanimidade nas relações internacionais e de um modelo de globalização mais humano e não-excludente; e sua convicção de que paz, segurança e desenvolvimento não podem estar dissociados orienta suas ações internas e externas.

Logo no primeiro mês de governo, evidenciaram-se as principais linhas da ação diplomática do Brasil. O Presidente decidiu - de forma inédita - participar tanto do foro social de Porto Alegre quanto do foro econômico de Davos. Nos dois eventos, com públicos fundamentalmente distintos, o Presidente transmitiu a mesma mensagem da importância de se incorporar o elemento de justiça social às propostas de desenvolvimento econômico e construção de uma ordem internacional mais estável e segura.

Ficou evidente, também, a determinação do Presidente Lula de conceder atenção especial à dimensão externa de sua agenda. O Presidente Lula realizou 56 viagens, tendo passado por 35 diferentes países. Recebeu, em contrapartida, 52 visitas de

Chefes de Estado e de Governo estrangeiros, oriundos de 39 países.

A intensidade da atividade diplomática é, a um só tempo, fator gerador e reflexo de uma mudança na política externa brasileira. Seguimos princípios e linhas de ação que já fazem parte da índole brasileira, como o respeito à soberania dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, ou, ainda, a defesa do multilateralismo. Mas a determinação de traduzir em ação concreta a visão de uma ordem internacional mais justa e democrática é uma característica do Governo Lula, que traz, na prática, iniciativas e ação inovadoras.

Como alta prioridade, buscamos a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, como afirmou o Presidente já em seu discurso de posse. O fortalecimento do Mercosul e o aprofundamento da integração sul-americana vêm de ser coroados por dois fatos de grande transcendência. A reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco, que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações, representa um avanço concreto e não apenas simbólico (embora o simbólico também faça parte da política). Não ignoramos, mas tampouco superestimamos, as dificuldades para que os países da região se organizem em uma verdadeira comunidade de nações. Afinal, trata-se de um processo complexo, envolvendo doze países com diferentes níveis de desenvolvimento. Basta lembrar que a Europa levou cinquenta anos para concretizar uma união.

A verdade é que o processo de criação de uma Comunidade Sul-americana avança mais rápido do que se poderia imaginar. De 2003 para cá, concluímos o acordo, entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), e concebemos e impulsionamos diversos projetos para a integração da infra-estrutura, em transportes, comunicações e energia. Essa integração física, nunca é demais lembrar, constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento do próprio Brasil. A aprovação, por exemplo, de financiamento do BNDES no valor

de US\$ 400 milhões para a ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, tem significado histórico e econômico sem precedentes, não apenas para a integração regional, como também para o progresso do Oeste brasileiro.

O outro fato recente que merece ser ressaltado foi o ingresso de Venezuela, Equador e Colômbia como Estados associados do Mercosul, por ocasião da Cúpula de Ouro Preto. Dez anos após a reunião, na mesma cidade, que deu personalidade jurídica ao bloco, seis países associados - Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela - somam-se aos quatro integrantes originais do Mercosul. Está sendo construído o que parecia um sonho há uma década, quando o Brasil propôs, em reunião do Grupo do Rio, a criação de uma área de livre comércio sul-americana.

Ciente de seu tamanho e do peso de sua economia nas transações intra-regionais, o Brasil reconhece que seu papel nesse processo de integração comporta custos e supõe uma visão "generosa", para que possamos compensar os desequilíbrios nos diferentes graus de desenvolvimento dos países da região. Aliás, generosidade, neste caso, nada mais é do que a capacidade de colocar os interesses do longo prazo acima de objetivos imediatistas. No caso da América do Sul, temos, além dos desequilíbrios entre os países, uma herança de problemas econômicos e sociais internos que geram tensões e fatores desfavoráveis à integração. Mas a determinação de avançar na integração regional é, hoje, um projeto mais amplo, disseminado na classe política, no setor privado e na sociedade civil dos países da região.

O comércio exterior tem sido outra área em que temos colocado grande empenho, seja nas negociações comerciais, multilaterais ou regionais, seja na abertura de mercados não tradicionais. Os resultados falam por si. Em 2003, nosso intercâmbio comercial somou US\$ 121 bilhões, sendo 73 bilhões em exportações. Em 2004, elevou-se, até novembro, para US\$ 144 bilhões, dos quais 87 bilhões em

exportações, o que representa 20% de aumento das exportações e 30% de aumento da corrente de comércio. Trata-se das melhores cifras de nossa história.

Merece registro, em 2004, o recorde histórico de exportações para a Argentina, mais de US\$ 7 bilhões. O comércio brasileiro com a América do Sul também cresceu significativamente, 61% nos primeiros nove meses, passando de quase US\$ 7 bilhões para mais de US\$ 11 bilhões; vale ressaltar o alto valor agregado do comércio com os países sul-americanos: os produtos manufaturados ocupam 91% da pauta exportadora. A América do Sul, lembremos, é um mercado em dimensão equivalente à do Brasil, em tamanho, PIB e população. Do ponto de vista estritamente econômico, comerciar com a região é um bom negócio. E melhor negócio faremos se persistirmos em uma visão de longo prazo, que contemple os benefícios de uma América do Sul unida, em sua infra-estrutura e em seus mecanismos políticos e sociais para lidar com as mais diversas questões de interesse da região.

Esse aumento do comércio com países da região e com os países em desenvolvimento não se tem feito em detrimento do comércio com nossos parceiros tradicionais: os Estados Unidos e a União Européia. Ao contrário, nosso comércio com os EUA e a UE só tem aumentado: de 2003 para 2004, nossas exportações para os norte-americanos cresceram 15,9%; e para a UE, 31,6%. Ao mesmo tempo, temos conseguido preservar um comércio diversificado e equilibrado com todas as regiões do mundo. Em 2004, os EUA receberam 21% das exportações brasileiras; a UE, 24%; a Argentina, 7,6%; a China, 6,2%; e o México, 4%. Mas um fato realmente novo é que os países em desenvolvimento ou emergentes receberam 49% das nossas exportações.

No terreno das negociações comerciais, a iniciativa brasileira de coordenar-se, por meio do G-20, com outros países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas gerou uma

mudança fundamental na maneira como se davam as negociações comerciais, no antigo GATT e na OMC. Em perspectiva, podemos dizer que o chamado “fracasso de Cancún” foi o primeiro passo para o sucesso de Genebra, quase um ano depois. A ação do G-20 acabou reconhecida pelos principais interlocutores na OMC como uma força aglutinadora dos diversos atores relevantes e, em última instância, propiciadora de consensos, em que interesses vitais de países em desenvolvimento foram respeitados.

Na reunião ministerial de Cancún, ficaram patentes o caráter antidemocrático e o sentido desfavorável aos países em desenvolvimento da dinâmica negociadora bipolar de rodadas anteriores, em que os Estados Unidos e a UE acertavam entre si os limites de acordos que eram depois oferecidos aos demais países como “o consenso possível”.

Havia, igualmente, uma grande dependência dos textos produzidos, de cima para baixo, pelos Presidentes do Conselho da OMC, geralmente mais permeáveis às ponderações das grandes potências comerciais. A criação do G-20 facilitou uma interlocução mais direta, fluida e transparente entre os principais grupos de interesse. Acima de tudo, mostrou que a coordenação Sul-Sul não é um objetivo irrealista ou ultrapassado, e que pode ocorrer sem ser movida por razões ideológicas, mas por uma visão pragmática, baseada em interesses concretos e legítimos.

Nossa prioridade é concluir com êxito as negociações na OMC. Nelas poderemos efetivamente obter a eliminação dos bilionários subsídios à exportação e redução significativa do apoio interno à produção agrícola dos países desenvolvidos. Tal eliminação e redução terão efeitos extremamente benéficos aos produtores eficientes do Brasil e de outros países em desenvolvimento, cuja economia depende, ainda mais do que nós, da agricultura. Beneficiarão, sobretudo, pobres países da África e de outros continentes, cuja produção mal pode sobreviver em face da competição desleal subsidiada.

Acreditamos que concessões, pelos países desenvolvidos, no setor agrícola serão a chave para o êxito daquela que foi batizada com a “rodada do desenvolvimento”, expressando, assim, uma vontade geral de avançar precisamente em um tema essencial para os países do Sul e que permaneceu intocado nas rodadas de negociação anteriores. Para o devido enquadramento das negociações na área agrícola, foi um passo importante o acordo (framework) que o G-20, sob a coordenação do Brasil, conseguiu negociar em Genebra, em julho do ano passado - em termos bem mais equilibrados do que os do texto que pautou a reunião de Cancún.

Tanto nas negociações regionais da ALCA, como nas inter-regionais, entre o Mercosul e a UE, temos procurado avaliar o interesse nacional de uma perspectiva mais ampla, sem precipitações, nem dilações artificiais. Nunca é demais repetir que só fecharemos um acordo se este for um bom acordo para o Brasil. E um bom acordo não pode servir apenas aos interesses imediatos deste ou daquele setor produtivo, mas, sim, contribuir para o desenvolvimento global e sustentado da economia brasileira.

A idéia de que países em desenvolvimento dispõem de escassa margem de manobra, e que a eles caberia apenas decidir se querem ou não aderir ao que é proposto pelos países desenvolvidos não se sustenta mais, depois de Cancún e Genebra. Outro equívoco que temos procurado esclarecer é o de que a não adesão a este ou aquele acordo levaria a uma “marginalização” comercial do País. Isso pode ser até verdade para um país com uma economia simples, baseada na produção e exportação de poucos produtos, ou para um país que, por razões históricas ou geográficas, possua uma economia voltada para quase um só mercado externo. Esse não é, certamente, o caso do Brasil.

Temos clareza de que não podemos comprometer a faculdade do Estado de adotar políticas industriais, tecnológicas, ambientais. A experiência brasileira, e minha pessoal, de

participação nas rodadas anteriores do GATT e do início da OMC serve de alerta para eventuais concessões cujas conseqüências potencialmente danosas só se farão sentir muitos anos depois.

Segundo cálculos do IPEA, se o acordo MERCOSUL-UE tivesse sido fechado nas bases propostas, em 2004, pelos europeus, os ganhos da Europa superariam em quase 50% os ganhos do Brasil. Tanto o Governo, quanto as entidades de representação empresarial fizeram uma cautelosa avaliação da oferta européia. Havia, por exemplo, clara preocupação da Confederação Nacional da Indústria com drawback e regras de origem, bem como dificuldades na área de serviços financeiros. Por outro lado, a oferta da União Européia em produtos agro-pecuários, limitada a cotas, era altamente insuficiente. Seguimos comprometidos com a continuidade das negociações com a UE em 2005, em busca de bases mais favoráveis e equilibradas. Afinal de contas, a associação inter-regional é considerada estratégica pelos dois lados, que buscam relações internacionais baseadas na multipolaridade, nos campos econômico e político.

No tocante à ALCA, chegamos, em Miami, no final de 2003, a um importante entendimento para a reestruturação das negociações. Houve marchas e contramarchas, e o ano eleitoral nos EUA acabou dificultando o avanço nas negociações. Importa ressaltar que, apesar de não haverem sido concluídos as negociações da ALCA ou o acordo com a UE, nosso comércio com os Estados Unidos e a Europa só tem aumentado. Nosso comércio exterior tem-se ampliado de forma global, ainda que em proporção maior para alguns mercados, como é o caso, sem paralelo (aliás, não só para o Brasil), da China.

O comércio brasileiro com a China chega hoje a 8 bilhões de dólares e poderá mais do que duplicar nos próximos cinco anos. Nossa parceria estratégica consolida-se. Em retribuição à visita do Presidente Lula à China, o Presidente Hu veio ao Brasil, em novembro passado, quando foram assinados diversos acordos em áreas que vão do comércio ao combate

ao crime organizado, passando por ciência e tecnologia, infra-estrutura e turismo. Continuaremos com o bem sucedido programa de lançamento conjunto de satélites.

A Rússia também é um parceiro de grande potencial. Só neste ano, exportamos 500 mil toneladas de carnes para aquele país. O comércio bilateral, de cerca de 2 bilhões de dólares, foi em 2004 o maior na história de nossas relações. A visita do Presidente Putin - a primeira de um Chefe de Estado russo ao Brasil -, abriu campos promissores de colaboração nas áreas espacial, tecnológica e energética.

No que tange à aproximação comercial com países em desenvolvimento de diversas regiões, finalizamos, junto com o Mercosul, acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral, a qual inclui a República da África do Sul. Estão em curso, também, múltiplas negociações com parceiros tão diferentes quanto o México, o Sistema de Integração Centro-Americano, a Comunidade dos Países do Caribe (Caricom), o Egito, o Marrocos e membros em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. No mesmo espírito, no contexto da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em São Paulo, em junho de 2004, examinaram-se as possibilidades de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

Estamos buscando fortalecer nossos laços com grandes democracias do Sul, o que se refletiu na iniciativa de criação do G-3 ou IBAS - Índia, Brasil e África do Sul - foro de coordenação e cooperação que reúne três países com visões convergentes sobre a ordem internacional. Não é mera coincidência que os três países façam também parte do G-20. Segundo uma ótica que não é apenas a nossa, os três países integram um grupo que, juntamente com China e Rússia, deverá assumir papel internacional crescente nas próximas décadas. O IBAS é, assim, um projeto de vanguarda, consistente

com uma avaliação prospectiva do impacto de fenômenos como o crescimento extraordinário da China, e também da Índia; a rápida recuperação econômica da Rússia; a inserção da África do Sul, na era pós-apartheid; e a consolidação democrática, estabilização econômica e retomada do crescimento e da justiça social no Brasil.

Como primeira iniciativa do IBAS, estabelecemos um Fundo de Solidariedade pioneiro, que envolve, pela primeira vez, três países em desenvolvimento no financiamento de projetos sociais em benefício de países menos desenvolvidos. O primeiro beneficiário foi Guiné-Bissau, na área do desenvolvimento agrícola. Trata-se de um caso particularmente emblemático, por envolver um país africano, membro da CPLP, que atravessa uma situação de grande dificuldade.

Essa mesma preocupação de incorporar uma dimensão econômico-social a processos de estabilização motivou o Brasil a participar, de maneira protagônica, do esforço das Nações Unidas no Haiti. Nossa principal motivação foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, seguisse abandonado, inclusive pela comunidade latino-americana, a que pertence étnica e culturalmente. Estamos, pela primeira vez em nossa História, contribuindo com o maior contingente de tropas e, ao mesmo tempo, assumindo o comando das forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de “não-indiferença”, a meu ver tão importante quanto o da “não intervenção”. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que países vizinhos e amigos demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social.

Por essa razão, a participação inédita do Brasil, bem como de outros países sul-americanos, no Haiti não se dá apenas em termos de tropas: trata-

se de uma operação de estabilização diferente das anteriores, que, no nosso entendimento, se deve assentar sobre um tripé: a promoção da estabilização pela via da força de paz; o diálogo entre as diversas facções políticas; e a capacitação institucional, social e econômica do país. Não haverá reconciliação e paz no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada.

Estamos tentando algo novo, buscando aprender lições com as intervenções anteriores, baseadas numa visão essencialmente repressiva do problema. Queremos que a ação das Nações Unidas possa efetivamente contribuir para o progresso e a autonomia da nação haitiana. Daí a importância dos projetos de cooperação para os quais estamos contribuindo (apesar de nossos recursos financeiros e humanos limitados), como os que iniciamos, em dezembro, na área da merenda e material escolar e do cultivo da mandioca e do caju.

Ainda a propósito dessa atitude de “não-indiferença”, devo recordar que este teve sua primeira aplicação logo no início do Governo Lula, quando promovemos a constituição do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela. Diante da crise política em nosso vizinho, não podíamos permanecer como meros observadores. Cientes de que cabia aos venezuelanos encontrar as soluções para seus problemas, quisemos colaborar para o diálogo, a criação de um clima de confiança e a restauração da estabilidade. Nesse espírito, o Grupo de Amigos atuou, ao longo de mais de um ano, como facilitador do diálogo entre o Governo e as forças de oposição, e teve um papel fundamental no encaminhamento da solução política naquele país, na forma do referendo que confirmou a permanência do Presidente Hugo Chávez na presidência da Venezuela.

Temos buscado dar uma atenção especial a nossas relações com a África. Trata-se de uma aspiração antiga do Brasil, mas que nenhum outro Governo levou adiante com tanta determinação. Nessa empreitada, temos presentes nossos laços

históricos, nossa condição de país com grande população de afrodescendentes e, também, os esforços internos do Governo para a promoção da igualdade racial. A África é um continente de muita pobreza, mas não é estagnado. Em minhas diversas viagens ao continente africano, noto haver dinamismo e vontade de encontrar soluções autóctones para os problemas africanos.

O Presidente Lula realizou, nestes dois anos, duas viagens à África. Em uma primeira etapa, esteve em Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia; na segunda viagem visitou São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Gabão, acompanhado, em ambas as oportunidades, de numerosa delegação de ministros, empresários e parlamentares. Não foram viagens para obter resultados a curto prazo, ainda que, sob a ótica econômica, a África represente um mercado importante: o total do nosso comércio em 2004 esteve em torno de US\$ 6 bilhões.

Na presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Estabeleceu-se uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar São Tomé a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração do petróleo são-tomense. Angola é um parceiro tradicional, com quem mantemos estreito relacionamento em diversas áreas. Com Moçambique, estamos estreitando vínculos comerciais e estabelecendo uma cooperação no setor agropecuário, por exemplo. Em todos os países incluídos nos roteiros do Presidente, tratamos da cooperação em programas na área de desenvolvimento agrário, do combate à AIDS e da luta contra a pobreza.

A erradicação da fome e da pobreza é uma prioridade das agendas interna e externa do Governo Lula. Temos clareza sobre os vínculos desses males com as assimetrias do sistema de comércio internacional. Apenas para citar um dado, o Banco Mundial estima que uma efetiva liberalização do

comércio agrícola poderia gerar cerca de US\$ 200 bilhões de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

Paralelamente aos esforços no campo comercial, é preciso reduzir o déficit que hoje existe no financiamento ao desenvolvimento. Os progressos nesse campo têm sido lentos e desiguais, e a pobreza continua a crescer, principalmente nos países africanos. Apesar dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos, a começar pelo de canalizar 0,7 de seu PIB à assistência oficial ao desenvolvimento, seria irrealista supor que os atuais recursos em AOD venham a aumentar significativamente a curto ou médio prazo. Não se trata apenas de dar assistência, é claro. Por um lado, os países pobres devem melhorar suas condições gerais de governança, inclusive no que tange à maneira pela qual os recursos de cooperação são geridos e gastos; por outro, os países desenvolvidos devem colaborar também por meio de maior acesso a seus mercados, de investimentos diretos e alívio da dívida externa.

Com o propósito de colocar a questão da fome e da pobreza no centro da agenda internacional e estabelecer uma verdadeira parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, mais de cinquenta Chefes de Estado e de Governo participaram da reunião de Nova York, em setembro último, convocada pelo Presidente Lula e seus homólogos da França, Chile e Espanha, com o apoio do Secretário-Geral da ONU. Na ocasião, foram apresentados diversos mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. Não propusemos nenhum deles como a melhor solução, ou única e definitiva. Abrimos um leque de opções dirigidas a diferentes atores - governos, setor privado, indivíduos. Queremos resolver o problema global do financiamento, o que não poderá ser feito apenas com esforços nacionais. A partir da reunião de Nova York, intensificamos esforços no âmbito das Nações Unidas e de outras instâncias, como o Banco Mundial e o

FMI, para que os mecanismos sejam considerados com seriedade e urgência, à luz, inclusive, da avaliação que será feita, em 2005, da implementação das Metas do Milênio.

O fortalecimento da cooperação internacional nos mais diversos campos constitui um dos grandes desafios do presente. O mundo vive ainda sob o impacto da intervenção no Iraque, que, realizada sem o devido respaldo do Conselho de Segurança, teve sérias repercussões para as Nações Unidas. O Brasil procurou contribuir para um encaminhamento pacífico da questão. O Presidente Lula realizou esforços pessoais, em contatos com o Secretário-Geral Kofi Annan e outras lideranças, para manifestar o sentimento nacional contrário à guerra. Prevaleceu, porém, um enfoque unilateral, que não trouxe, e dificilmente trará uma perspectiva de solução para o problema iraquiano. Entre as numerosas vítimas da guerra, estava o brasileiro Sérgio Viera de Mello, que honrou o País pelo exemplo de toda uma vida dedicada às Nações Unidas, à causa da paz e do diálogo entre as nações e a ajudar os pobres e vítimas de conflitos.

O Brasil não deixa de reconhecer os riscos reais, para toda a humanidade, de uma intensificação de ameaças como o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição em massa. Com a consciência de que é preciso, a um só tempo, revitalizar os instrumentos multilaterais e encontrar meios para enfrentar as ameaças contemporâneas, apoiamos os esforços do Secretário-Geral de convocar um Painel de Alto Nível para examinar respostas a essas ameaças e encarar o desafio da mudança.

Esse desafio pressupõe uma reforma das estruturas de concertação internacional em matéria de paz e segurança. Não é de hoje que se evidenciam os desequilíbrios e limitações da estrutura decisória do Conselho de Segurança. Os objetivos perseguidos pelas Nações Unidas desde 1945 são os mesmos, mas as estruturas e mecanismos já não refletem a realidade de hoje, a começar pelo fato de que o

número de Estados Membros é quase quatro vezes maior do que os Estados fundadores. A situação atual do Conselho expõe, com efeito, um grave e crescente descompasso. A expansão das atribuições do órgão para tratar de temas como terrorismo e não-proliferação, sem a contrapartida da revisão dos desequilíbrios em sua representatividade, tende apenas a agravar os questionamentos que se fazem a respeito de suas ações (ou inação) e comprometer-lhes a eficácia.

É nesse contexto que se coloca a aspiração do Brasil por um Conselho de Segurança ampliado, que conte com novos membros, permanentes e não permanentes, com representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento nas duas categorias. O Brasil já indicou sua disposição de assumir desde logo as suas responsabilidades como membro permanente, ao lado de outros países igualmente capazes de agir em nível global e contribuir para a paz e a segurança internacional.

Nos últimos meses, houve nítido progresso nas discussões sobre o assunto, já havendo uma ampla maioria de países expressado posição favorável a uma reforma do Conselho de Segurança que inclua países desenvolvidos e em desenvolvimento como novos membros permanentes. Fator importante para essa aceleração foi, sem dúvida, a união de Brasil, Índia, Alemanha e Japão (o grupo conhecido como G 4) para a coordenação de posições e apoio mútuo às respectivas candidaturas a um assento permanente no Conselho. Países africanos terão naturalmente que ser incluídos. Há um movimento, impulsionado pelo próprio Secretário-Geral, para que a questão da reforma chegue a um desfecho ainda em 2005, quando se completam sessenta anos de criação das Nações Unidas.

O Brasil deseja um Conselho de Segurança ampliado, no qual possamos defender um enfoque da segurança com base nos vínculos entre paz, desenvolvimento e justiça social. Um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz constituirá um freio importante à tentação do recurso unilateral à força e

poderá dar um impulso renovado ao tratamento mais equilibrado das questões que maior impacto têm sobre a paz e segurança internacional, entre elas a do Oriente Médio e, particularmente, as chamadas novas ameaças (terrorismo, tráfico de armas e de drogas, proliferação de armas de destruição em massa).

Gostaria de encerrar com uma referência à importância das relações entre o Brasil e o Oriente Médio. O Presidente Lula viajou, em 2003, à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. Foram assinados acordos comerciais, realizados seminários sobre oportunidades de investimentos e negócios. O Primeiro-Ministro e o Presidente do Líbano estiveram em Brasília, tendo sido criada uma Comissão Bilateral de alto nível para o aumento do intercâmbio comercial, o desenvolvimento das relações financeiras e o incremento dos investimentos. Em Evian, à margem da reunião do G-8 ampliado, o Presidente Lula encontrou-se com o Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita. De minha parte, mantive encontros com diversas lideranças da região, entre elas o Rei Abdullah, da Jordânia, e o Presidente Mubarak, do Egito. Abrimos um escritório comercial nos Emirados Árabes Unidos e se realizou uma missão de empresários brasileiros à Líbia - a primeira em vinte anos.

É promissor o potencial para o incremento do comércio e a atração de investimentos do mundo árabe. Temos de recuperar o espaço perdido nos últimos dez anos, depois da primeira Guerra do Golfo. Em 1990, a corrente de comércio brasileiro com o Oriente Médio era de US\$ 5 bilhões. Em 2002, caiu para US\$ 3.7 bilhões, ou 3% de nossa pauta de comércio externo. A compra de produtos brasileiros equivale hoje a tão somente 1,5% do total de importações dos países árabes. Entretanto, como indicam estudos governamentais e do setor privado, é possível aumentar as exportações para aquela região para pelo menos US\$ 5 bilhões, em prazo relativamente curto.

O Brasil deseja aprofundar as relações com os países árabes também por intermédio de contatos mais sistemáticos com entidades representativas da

região, como a Liga dos Estados Árabes - organismo regional do qual nos tornamos, em 2003, o primeiro observador latino-americano. O Presidente Lula foi o primeiro Chefe de Estado brasileiro a comparecer a reunião da Liga dos Estados Árabes.

O projeto de aproximação do Brasil em muito se beneficiaria de uma redução das tensões políticas no Oriente Médio. Respalamos os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Quarteto (EUA, Rússia, UE e ONU) com o objetivo de levar adiante o “Mapa do Caminho” entre israelenses e palestinos. O Brasil tem consistentemente apoiado a criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, assim como o direito à existência e à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Com vistas a ampliar nossa presença em uma das regiões estratégicas para a paz e a segurança globais e, eventualmente, contribuir para o processo de paz, abrimos um escritório de representação em Ramalá e designamos um Embaixador Extraordinário para os assuntos do Oriente Médio.

Para coroar esse processo de aproximação com os países árabes, será realizada, em 2005, uma Cúpula pioneira dos países sul-americanos e árabes. Ao concebermos essa iniciativa, inspiramo-nos nos sólidos laços de amizade e cooperação que temos com o Oriente Médio. Encontra-se no Brasil a maior comunidade de origem árabe fora do mundo árabe, e mais de dez milhões de brasileiros possuem ascendentes naquela região. Aqui convivem, pacificamente, cristãos, muçulmanos, judeus, que mantiveram elos com sua civilização materna e deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento de nosso país e ao enriquecimento de nossa cultura.

Esse conjunto de iniciativas, que procurei apresentar de forma não exaustiva, revela a disposição do Brasil de colocar-se como um país que quer, e pode, contribuir ativamente para a construção da paz e da segurança entre as nações e o desenvolvimento

econômico com justiça social. Mais do que isso, nos coloca, de maneira inequívoca, ao lado daqueles que defendem uma ordem baseada em um multilateralismo robusto, que assegure, por meio da participação de todos nas grandes decisões mundiais, que os benefícios gerados pelo progresso sejam mais amplamente disseminados e que os valores da democracia e da justiça social sejam parte da realidade cotidiana da maioria da população mundial.

“Brasil y América Latina y Caribe en un nuevo Consejo de Seguridad de la ONU”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado pelo jornal “La República” do Uruguai, em 30 de março de 2005, bem como pelos seguintes jornais: “La República” (Peru), “El Observador” (Uruguai), “El Universo” (Equador), “La Tercera” (Chile), “ABC Color” (Paraguai), “El Tiempo” (Colômbia), “Pulso” (Bolívia), “Reforma” (México), “La Prensa” (Panamá), “de Ware Tijd” (Suriname), “Cliffon Saridjan” (Suriname), “Diário Co Latino” (El Salvador), “El Caribe” (República Dominicana), “Listin Diario” (República Dominicana), “Diário de Centro-América” (Guatemala)

“Estuve recientemente en visita a Addis Abeba, Etiopía, sede de la Unión Africana, para una larga y proficua charla con su presidente, el ex jefe de Estado de Mali, Alpha Konaré. Tratamos de muchos asuntos de común interés, desde nuestra participación en la Nepad (la nueva asociación para el desarrollo de Africa) hasta la situación en Haití. Se encontraban reunidos en aquél mismo día los cancilleres de la Unión Africana con el objetivo de llegar a una posición conjunta sobre el tema de la reforma de las Naciones Unidas, en particular del Consejo de Seguridad.

Se trataba, esencialmente, de dar una respuesta a las sugerencias contenidas en el informe del Panel de Alto Nivel, convocado por el Secretario General Kofi Annan, que ha buscado centrar las

discusiones sobre la Reforma del Consejo de Seguridad en dos opciones básicas con miras a hacerlo más democrático y efectivo. El último día 21, el secretario general de las Naciones Unidas divulgó su propio informe, en el cual solicita que se tome una decisión sobre la reforma del Consejo de Seguridad antes de la Cumbre que él ha convocado para el próximo mes de setiembre.

En Addis Abeba, los ministros africanos respaldaron la llamada “Opción A” del informe, que contempla -además de tres asientos no permanentes- seis nuevos miembros permanentes en el Consejo, entre los cuales estarían países en desarrollo de Africa, Asia y América Latina y Caribe. Concluyeron los Ministros africanos que una expansión del Consejo que no incluyera nuevos miembros permanentes perpetuaría el desequilibrio fundamental de la estructura creada en 1945. Con ello abandonaron definitivamente la hipótesis que había surgido en el propio continente africano de crear la categoría de “miembros permanentes rotativos”, utilizada por algún tiempo para mantener la discriminación contra los países del Sur.

La “Opción A” está en conformidad con lo que desea la gran mayoría de los países de todas las regiones del mundo, conforme ha registrado el Presidente de la Asamblea General de Naciones Unidas, el Canciller Jean Ping, de Gabón, luego de los debates realizados este año sobre las propuestas de expansión del Consejo de Seguridad.

El informe prevé, asimismo, una revisión de la decisión sobre la reforma, después de un cierto período, lo que abre la posibilidad de ajustes en la composición del órgano - y quizás una rediscusión de la espinosa cuestión del veto -, dentro de, digamos, 10 o 15 años. Se inserta, de ese modo, en la propia reforma, un mecanismo automático de autocorrección - en el caso de ser necesaria - el cual estaba ausente de la Carta de 1945.

Brasil ha dado una consistente contribución a ese debate, siempre desde una perspectiva de país en desarrollo y como miembro de una región con especial vocación para el diálogo y el entendimiento;

una región comprometida con la solución pacífica de los conflictos y el respeto a las normas del derecho internacional. No buscamos privilegios ni hegemonía, sino entendemos que tenemos capacidad y legitimidad para contribuir a la afirmación de los valores comunes a tantos en nuestra región.

Sin duda, como su propio nombre lo indica, las Naciones Unidas son integradas por naciones y no directamente por regiones. Al expresarse, por su voz y voto, en el Consejo de Seguridad, los países asumen responsabilidades y posiciones que son indeclinablemente nacionales y por ellas serán exigidos y cuestionados, tanto internamente como externamente. En la propia Unión Europea, con su alto grado de integración, se registran a veces diferencias importantes, como ocurrió recientemente, de manera notable, respecto de Irak. Pero eso no debe impedir que la actuación de los miembros del Consejo, especialmente los nuevos, refleje, de manera creciente, consensos regionales.

África está desarrollando, en el ámbito de la Unión Africana, sofisticados mecanismos de coordinación regional. Ya disponemos de mecanismos de concertación como el Grupo de Río. La creación, en diciembre pasado, de la Comunidad Sudamericana de Naciones (CASA), ha mostrado que existe en nuestro continente una renovada voluntad de promocionar la integración económica, social y política, así como un deseo de cooperación en temas relativos a la paz y la seguridad. La Comunidad Sudamericana, una vez consolidada, nos ayudará a defender democráticamente posiciones compartidas. Ella podrá ser, además, en su momento, el embrión de una unión más amplia de toda la familia latinoamericana y caribeña.

Brasil ha recibido manifestaciones de apoyo de países de todas las regiones a su incorporación como miembro permanente en un Consejo reformado. Una gran parte de nuestros vecinos latinoamericanos y caribeños se manifiesta en ese sentido. Deseamos corresponder a esas expresiones con actitudes concretas, capaces de traducir nuestro

sentimiento de responsabilidad ante los que ven en nuestro país consistencia de actuación diplomática para asumir nuevos encargos en las Naciones Unidas.

Si las decisiones que se deberán tomar próximamente conducen efectivamente a Brasil a la categoría de miembro permanente, actuaremos en estrecha y frecuente coordinación con nuestros vecinos, de modo de reforzar el sentido de representatividad de nuestras posiciones. Eso sólo dará más peso y fuerza a nuestra actuación y a nuestra región, la cual naturalmente seguirá representada también por miembros no permanentes. Como señal de nuestro interés en promocionar esa coordinación, ya contamos durante todo el año pasado con un representante de Argentina en nuestra delegación ante el Consejo de Seguridad.

Como miembros permanentes, estaremos listos a discutir fórmulas para profundizar aún más el diálogo y la interacción con América del Sur y, de manera más general, con los países latinoamericanos y caribeños.

Estaremos, de esa forma, sin descaracterizar nuestra inalienable responsabilidad como país, llevando más allá la voz y el ejemplo de convivencia pacífica en nuestra región en favor de un mundo más justo, solidario y democrático”.

Celso Amorim, Ministro de las Relaciones Exteriores de Brasil.

“What does not exist cannot proliferate”

Artigo assinado pelos Chanceleres do Brasil, Celso Amorim; do Egito, Ahmed Ali Aboul Gheit; da Irlanda, Brian Coewn; do México, Luis Ernesto Derbez Bautista; da Nova Zelândia, Phil Goff; da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma; e da Suécia, Laila Freivalds, publicado no jornal “International Herald Tribune”, em 2 de maio de 2005

Celso Amorim, Ahmed Aboul Gheit, Dermot Ahern, Luis Ernesto Derbez Bautista, Phil Goff, Nkosazana Dlamini Zuma and Laila Freivalds

When the Nuclear Nonproliferation Treaty came into force 35 years ago, the central bargain of

the agreement was that non-nuclear-weapon states like us would renounce their right to develop nuclear weapons, while retaining the inalienable right to undertake research into nuclear energy and to produce and use it for peaceful purposes. In return, the five declared nuclear-weapon states would reduce and eventually eliminate their nuclear weapons.

More recently, our countries formed the New Agenda Coalition to press for the world envisaged by the treaty, a world in which nuclear weapons would have no role. Our philosophy is that the world will be safe only when nuclear weapons are eliminated and we can be sure they will never be produced or used again.

At their meeting this month in New York as part of the five-year review conference called for in the treaty, the signatories will have a timely opportunity to scrutinize what efforts are being made by the nuclear-weapon states - Britain, China, France, Russia and the United States - in fulfilling their obligations to eliminate their nuclear arsenals.

For our part, we remain concerned about their unsatisfactory progress. At the review conference five years ago, the nuclear-weapon states made an "unequivocal undertaking to accomplish the total elimination of their nuclear arsenals." This goal is all the more important in a world in which terrorists seek to acquire weapons of mass destruction. Indeed, the nuclear-weapon states should acknowledge that disarmament and nonproliferation are mutually reinforcing processes: What does not exist cannot proliferate.

It's true that challenges to the treaty are being made by those who would defy or undermine its rules against proliferation - the review conference will need to address concerns that have arisen in recent years about proliferation in various countries. It's also true that the possession of weapons by the declared nuclear powers is no excuse for other nations to develop their own nuclear arsenals.

But challenges also come from fears that existing nuclear arsenals will be extended or modified rather than

destroyed. They come from any member that seeks to diminish previous undertakings. They come from any member whose approach fails to reflect the careful balance of the treaty. While nearly 190 countries are now parties to the treaty, the New Agenda Coalition continues to call those states that remain outside - India, Israel and Pakistan - to join as non-nuclear weapon states, thus achieving universality.

In his recent report "In Larger Freedom," the United Nations secretary general, Kofi Annan, pointed out that "the unique status of the nuclear-weapon states also entails a unique responsibility, and they must do more, including but not limited to further reductions in their arsenals and pursuing arms control agreements that entail not just dismantlement but irreversibility." We call on these states, which are also permanent members of the Security Council, to seize this opportunity for leadership to help strengthen the treaty as the cornerstone of international security.

We welcome the statement by President George W. Bush on the 35th anniversary of the entry into force of this treaty in which he reaffirmed the "determination of the United States to carry out its treaty commitments and to work to ensure its continuance in the interest of world peace and security." We have taken at face value such commitments to the treaty.

Proliferation is a threat to the whole international community. All states have an interest and a responsibility to work together to remove that threat. Forging common cause is as much the responsibility of the nuclear-weapon states as it is for the rest of us. The New Agenda Coalition for its part will be playing a constructive role in ensuring a strong outcome to the review conference, an outcome that makes a difference especially in removing the threats of proliferation and the continuing existence of huge arsenals of nuclear weapons.

(Celso Amorim is the Foreign Minister of Brazil. Ahmed Aboul Gheit is the Foreign Minister of Egypt. Dermot Ahern is the Foreign Minister of Ireland. Luis Ernesto Derbez Bautista is the Foreign

Minister of Mexico. Phil Goff is the Foreign Minister of New Zealand. Nkosazana Dlamini Zuma is the Foreign Minister of South Africa. Laila Freivalds is the Foreign Minister of Sweden.)

“O TNP e o tripé nuclear”

Artigo assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no Jornal Folha de S. Paulo, em 9 de maio de 2005

Não se pode exigir que os Estados que abdicaram das armas prescindam dos usos pacíficos da energia nuclear

O ano de 2005 é crucial para o futuro do sistema de segurança coletiva. Celebramos 60 anos de criação das Nações Unidas. Nos próximos meses, chegaremos a um momento de definição sobre uma reforma da instituição, em particular de seu Conselho de Segurança. Completam-se seis décadas dos bombardeios nucleares a Hiroshima e Nagasaki, que revelaram à humanidade a possibilidade concreta de sua auto-aniquilação.

Essa ameaça existirá enquanto perdurarem os arsenais nucleares. Não obstante o fim da Guerra Fria, numerosas armas atômicas permanecem em estado de alerta operacional, podendo ser disparadas a qualquer momento, até mesmo por desinformação ou erro de cálculo. Esses riscos são inerentes às armas nucleares, independentemente de quem as possua ou queira possuir.

Há cinco anos, teve lugar a 6ª Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o TNP. Os resultados da conferência não poderiam ter sido mais auspiciosos. As cinco potências às quais o tratado reconhece o direito de possuir armas nucleares (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) assumiram um “compromisso inequívoco” com a eliminação dessas armas e aceitaram um ambicioso programa de medidas voltadas para o desarmamento, os chamados “13 passos”. Reacendeu-se a esperança de que estaríamos no bom caminho para cumprir as

expectativas, abertas pelo final da Guerra Fria, de acelerado desarmamento nuclear.

Um ano depois daquela conferência, os atentados terroristas nos Estados Unidos repercutiram nos esforços de não-proliferação e desarmamento. Aumentaram as preocupações com a possibilidade de que armas nucleares caíam em mãos de grupos terroristas. Cresceu o nível de exigência para o esclarecimento de programas nucleares para fins pacíficos. Verifica-se uma nova ênfase em mecanismos internacionais de não-proliferação, bem como a formulação de propostas sobre restrições ao direito de acesso e desenvolvimento de tecnologias de uso duplo (civil e militar). Ao mesmo tempo, há sinais preocupantes de desengajamento, por parte das potências nucleares, em relação aos compromissos assumidos na conferência de 2000. Surgem novas racionalizações e hipóteses de uso de armas nucleares, anuncia-se o desenvolvimento de novos e mais modernos tipos de armas nucleares e mantêm-se arsenais já desmobilizados, em lugar de se proceder à sua destruição.

A 7ª Conferência de Exame do TNP, que está sendo realizada em Nova York, tem diante de si o desafio de resgatar a credibilidade do tratado. É preciso que os 188 Estados-partes renovem seu compromisso com o tripé sobre o qual ele se assenta e que envolve três elementos interdependentes: as obrigações de não-proliferação e de desarmamento bem como o legítimo direito ao desenvolvimento e uso das tecnologias nucleares para fins pacíficos.

O Brasil entende que deve ser combatida a proliferação das armas nucleares, tanto em seu aspecto horizontal (para outros Estados ou atores não-estatais) como vertical (nos países que já as possuem). Os riscos de proliferação podem representar um desincentivo ao desarmamento, mas a falta de avanços significativos no desarmamento cria incentivos à proliferação. Como adverte Kofi Annan em seu recente relatório sobre a reforma da ONU, “progressos tanto no campo do desarmamento como

da não-proliferação revelam-se essenciais: uns não podem se tornar reféns dos outros”.

Tampouco se pode exigir que os Estados que abdicaram das armas nucleares prescindam dos usos pacíficos da energia nuclear. Trata-se de um mercado de grande potencial econômico. A entrada em vigor do Protocolo de Kioto despertou renovado interesse por outras fontes de energia, inclusive a nuclear. A indústria mundial de radiofármacos já movimentava bilhões de dólares e cresce a taxas elevadas.

A 7ª conferência do TNP é presidida por um brasileiro, o embaixador Sérgio Duarte, cuja indicação vemos como reconhecimento de sua alta qualificação pessoal e das credenciais do Brasil na área da não-proliferação e do desarmamento. Nosso compromisso com o uso pacífico do átomo tornou-se obrigação constitucional na Carta de 1988. Assinamos dois acordos com a Argentina e, junto com os argentinos e o Chile, retiramos as reservas que impediam a vigência plena do Tratado de Tlateloco, efetivando, dessa forma, uma zona livre de armas nucleares na América Latina e Caribe.

Embora essas garantias de não-proliferação

já fossem suficientes, o Brasil decidiu, em 1998, aderir ao TNP, por entender que estaria contribuindo para a universalização e o fortalecimento dos esforços de não-proliferação e desarmamento. Não foi um gesto gratuito: ao aprovar a adesão do Brasil ao tratado, o Congresso Nacional vinculou nossa entrada no TNP “ao entendimento de que, nos termos do artigo VI, serão tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação de todas as armas atômicas”.

Ao reafirmar seu repúdio às armas nucleares, o governo brasileiro e muitos outros insistirão, em Nova York, na defesa da integridade do tratado e da relação intrínseca entre seus objetivos. Diante dos múltiplos desafios e ameaças com que a comunidade internacional se defronta, a segurança coletiva depende, mais do que nunca, do fortalecimento dos instrumentos multilaterais e dos órgãos do sistema da ONU. Só assim poderemos aspirar a um mundo livre de todas as armas de destruição em massa -e em que o conhecimento e a tecnologia estejam apenas a serviço da paz e do desenvolvimento de todas as nações.



ENTREVISTAS

“País quer acesso ao mercado americano, com ou sem Alca” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos jornalistas Eliane Cantanhêde e André Soliani, do jornal “Folha de S. Paulo”, publicada em 10 de janeiro de 2005

Ministro defende “boa negociação com os EUA”, mas afirma que formação de bloco não é essencial.

O fato de ser Alca ou não ser Alca, para nós, não é essencial. Existe a proposta da Alca, e podemos trabalhar desde que se ponha ênfase em acesso a mercado

ELIANE CANTANHÊDE COLUNISTA DA FOLHA
ANDRÉ SOLIANI DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Às vésperas de novas tentativas para desenterrar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fala com desdém do projeto e avisa que o interesse maior do Brasil é pelo acesso ao mercado americano. Se for por um acordo bilateral do Mercosul com os EUA, tudo bem.

“Nosso objetivo é não enterrar a Alca, é termos uma boa negociação com os EUA. O fato de ser Alca ou não ser Alca, para nós, não é essencial”, disse ele à Folha, na sexta-feira, em seu gabinete.

Em tom irreverente, Amorim afirmou que os EUA fazem acordos bilaterais com praticamente todos os países latino-americanos, menos com os do Mercosul. Porque, como diz “intuir”, os americanos sabem que a união Brasil-Argentina não

vai engolir qualquer oferta. Na sua opinião, as negociações Mercosul-União Européia estão melhores.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista, em que o chanceler avalia que, em dois anos de governo Lula, “a presença do Brasil no mundo é maior”.

Folha - Estudo do Ipea mostra que, com a Alca, os EUA vão ganhar e o Brasil vai perder comercialmente. Isso vem bem a calhar para respaldar a resistência do atual governo à Alca na retomada das negociações, agora em janeiro?

Celso Amorim - Ele ratifica a posição de cautela. Ratifica o que tenho dito: não adianta querer fazer acordos apressadamente, ainda que se possa beneficiar um setor específico. A gente tem de olhar o conjunto. É preciso ter uma Alca não como um contrato de adesão que você é obrigado a assinar embaixo, mas sim uma Alca negociada. Avançaríamos mais rapidamente se concentrássemos mais em acesso a mercado e menos nas regras gerais para o hemisfério. É difícil encontrar regras gerais com as quais todos concordem.

Folha - O estudo do Ipea não ajuda a enterrar a Alca?

Amorim - Não sei. Não é o nosso objetivo enterrar a Alca, é ter uma boa negociação com os EUA. O fato de ser Alca ou não ser Alca, para nós, não é essencial. Existe a proposta da Alca, nós também não somos contra e podemos trabalhar desde que se ponha ênfase em acesso a mercado.

Folha - O senhor trocaria, então, a Alca por uma negociação bilateral direta com os EUA?

Amorim - Não é trocar. Na prática, os EUA já fizeram isso com todos os outros. Só não querem

fazer com o Mercosul, por alguma razão que eu posso intuir, mas que eles nunca explicitaram.

Folha - Qual é a sua intuição?

Amorim - Acho que eles pensam que podem obter mais concessões de outros do que do Mercosul, que tem Brasil e Argentina. Estamos unidos. Como intuição: acham que, no contexto da Alca, o que eles obtiverem dos outros vai ser uma pressão para fazermos. Com o Mercosul é mais difícil.

Folha - O que apontam os estudos sobre a UE (União Européia)?

Amorim - O Ipea fez um estudo a nosso pedido e também dava resultado negativo para o Mercosul. As outras pessoas que fizeram um cálculo muito positivo para o acordo com a UE fizeram um cálculo mecânico, que não existe.

Folha - A Alca continua na agenda do dia do Itamaraty?

Amorim - Ela está na agenda do dia, mas não pode ser a única prioridade ou obsessão do governo brasileiro. O nosso comércio com países em desenvolvimento tem aumentado de maneira extraordinária, a tal ponto que hoje eles correspondem a 49% das exportações brasileiras. Há anos atrás, eram 30%. E isso num contexto de crescimento do comércio com os EUA, a Europa. Não estamos falando de uma coisa política ou doutrinária ou ideológica. É uma coisa prática.

Folha - Em 2004 as negociações da Alca e com a União Européia recuaram. É possível avançar em 2005?

Amorim - Acho possível avançar com a UE. Eu vejo muitas pessoas, incluindo ligadas ao setor financeiro, querendo o acordo rápido. Mas eles querem que avance rapidamente fazendo concessões no setor dos outros. Acho que, com a UE, não houve recuo, houve muito avanço. Nós estávamos em terra incógnita e, que eu saiba, foi a primeira vez que a UE ofereceu cotas na agricultura.

Com a UE nós aproximamos as negociações, diminuimos o hiato. Com a Alca isso não aconteceu. Nós vamos ficar insistindo em negociar regras de

propriedade intelectual, de investimentos e, ao mesmo tempo, os EUA não querem regras sobre subsídios? Vai ter um impasse permanente. Nós não vamos aceitar essas regras enquanto não houver regras sobre subsídios.

Folha - As regras do Mercosul engessam o Brasil nas suas negociações externas?

Amorim - Em todo processo associativo isso ocorre. Você tem de ver se o ganho é maior do que aquilo que você está deixando de ganhar por causa do acordo. Isso ocorre na UE também. Você não acha que a Alemanha teria feito um acordo mais rápido com o Mercosul se não fossem os agricultores franceses? Teria. Mas isso é motivo para abandonar a UE? Acho que não.

No nosso caso, nem do ponto de vista político nem do ponto de vista econômico faria sentido. O nosso comércio com o Mercosul e com a América do Sul cresceu brutalmente. Acho que esses argumentos são muito imediatistas.

Folha - E as demonstrações de ciúmes do [Néstor] Kirchner [presidente da Argentina]?

Amorim - Eu não vejo isso, não. As relações com a Argentina estão ótimas. Nós é que temos uma tendência a dramatizar.

Folha - Nós? Os portenhos não dramatizam mais?

Amorim - Nós, sul-americanos.

Folha - Dentro da política de maior inserção internacional do Brasil, há escolhas de risco. A presença no Haiti? As opções de acordos comerciais?

Amorim - Guimarães Rosa termina o “Grande Sertão: Veredas” com a seguinte frase: “Viver é muito perigoso”.

Folha - E se der errado?

Amorim - O que vai dar errado? O risco muito maior é o Brasil perder a capacidade de ter uma política de medicamentos. Uma política que começou com o atual prefeito de São Paulo, José Serra [então ministro da Saúde do governo tucano], embora o PT também tivesse um projeto. Não é uma coisa ideológica. Risco é não poder ter uma política

de medicamentos que atenda ao público, é você descobrir que, se fizer um código de águas para São Paulo ou Rio, não pode aplicar porque um investidor estrangeiro se sentiu lesado na sua expectativa de lucro. Risco é isso.

Folha - Qual a importância de o Brasil eleger um embaixador seu para a direção da OMC?

Amorim - O grande desequilíbrio da OMC é que é um grande pacto entre os desenvolvidos, com os demais sendo chamados a aderir. Em resumo, é isso. Aí há algumas cláusulas dando uma colher de chá, mas não passa disso. A gente viu no caso da Embraer. As regras foram escritas para resolver o problema deles e entre eles. Mesmo na agricultura, andou porque os EUA também quiseram. Nós colhemos migalhas.

Folha - Então, por que o Brasil sempre diz que a OMC é melhor do que a Alca, por exemplo?

Amorim - A melhor coisa da OMC foi ter criado um sistema de solução de controvérsia. Se você olhar para trás, os principais ganhos que nós tivemos no ano passado foram algodão e açúcar. Nunca, em tempo algum, você teria vitórias como essa, seja na Alca, seja num acordo com a UE.

Folha - Por que não o ex-comissário de Comércio da UE Pascal Lamy para a OMC?

Amorim - O Lamy é meu amigo, e tenho admiração e respeito por ele, mas é inevitável que acabe refletindo mais as concepções dos países desenvolvidos. Ele é um homem de país desenvolvido e, por mais que se esforce para superar, haverá sempre esse condicionamento. Eu prefiro um homem de país em desenvolvimento. E acho que um homem com uma posição firme, mas moderada do Brasil, e com equilíbrio pessoal é o ideal.

Folha - E o risco de assumir a liderança das tropas de paz no Haiti?

Amorim - A missão que o Brasil aceitou foi mandar 1.200 homens, que poderia ter tirado há três meses e pode tirar daqui a quatro...

Folha - Isso é uma ameaça porque os demais países não estão dando o suporte prometido?

Amorim - Não, não é uma ameaça. Mas é claro que, ao aceitarmos a missão, nós fizemos uma avaliação sobre o papel político que ela poderia ter. Vai muito além. Nós estamos trabalhando com o espírito de realmente fazer algo diferente. Ali há o lixo, mas também há a esperança. Os demais países, principalmente os do Caribe, vêem a missão do Brasil como uma coisa nova. Vamos ser bem-sucedidos? Não posso ter certeza.

Folha - Lula se reuniu com ministros e comandantes militares para discutir ajuda às vítimas do tsunami. É uma nova chance de o Brasil ocupar espaço internacional?

Amorim - Pronto, lá vêm vocês. Isso é como o título [da Folha] de hoje [sexta-feira], dizendo que o Brasil vai quitar as dívidas com os organismos internacionais por causa da campanha para ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Não é nada disso. Vai pagar porque deve,oras! É uma dívida, tem de pagar.

Folha - A concentração na Ásia desvia o foco do Haiti?

Amorim - A vida é assim, o que posso fazer? A nossa estratégia é continuar falando no Haiti. Por que eu não estou indo à reunião de Genebra [amanhã, dia 11] e sugeri o general [Armando] Félix [ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência]? Porque no dia 12 eu vou estar na reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre o Haiti.

Folha - Uma das críticas de 2004 à política externa foi por causa do encontro de Lula com o [Muammar] Gaddafi na Líbia. Como será o encontro dos países árabes com o Mercosul, no Brasil, em maio?

Amorim - A política externa foi muito criticada, mas o povo entendeu e apoiou. O Brasil foi criticado, mas os primeiros-ministros da Espanha e do Reino Unido também foram a países árabes e foram aplaudidos. Então, essas são críticas de quem quer pregar para o Brasil o que os outros não fazem. São críticas sem nenhum fundamento, não são sérias.

Em política externa, se você for se relacionar apenas com aqueles que forem virtuosos, você talvez nem possa sair de casa. A aproximação com os países árabes é um projeto que está indo bem, eu vou visitar alguns desses países nos próximos meses, vai haver uma reunião ministerial brevemente no Marrocos. Vai ser um êxito.

Folha - Qual o objetivo?

Amorim - Não é um objetivo único. É como no caso da aproximação com a China e a Índia. É comercial? É político? É cultural? É. O comércio com a Síria, por exemplo, aumentou 300%.

Folha - No início do governo, o sr. dizia que o Brasil precisava encontrar seu verdadeiro tamanho. Encontrou?

Amorim - Mal comparando, é como produto: os melhores indicadores são os seus preços internacionais. Eu vejo o mundo reconhecendo isso. Não falo de jornaizinhos, falo da BBC, do “Herald Tribune”, do “Miami Herald”, do “Le Monde”. Eles acham que o Brasil assumiu um papel compatível com seu tamanho. A presença do Brasil no mundo é maior e por uma série de fatores: o país vem de um processo de consolidação da democracia, de uma transição civilizada de poder, conquistou estabilidade econômica, está crescendo. Tudo isso pesa. O que está fazendo mais do que no passado, certamente, é garantindo uma presença mais efetiva no cenário internacional.

O que o presidente Lula quer? Uma nova geografia comercial mais equilibrada, um Mercosul mais integrado, uma América do Sul mais integrada, as Nações Unidas reformadas. O roteiro é bom, resta saber se vai haver financiamento para fazer o filme.

Folha - Tudo isso significa resistência a um mundo unipolar dominado pelos EUA?

Amorim - Isso é dedução sua.

Folha - O sr. concorda?

Amorim - Vamos colocar de uma maneira positiva: faz parte da construção de um mundo multipolar.

“Inglês limitado é ação afirmativa” - Entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicada em 22 de janeiro de 2005

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acabar com o caráter eliminatório da prova de inglês para a carreira diplomática equivale a uma ação afirmativa, ou seja, um dispositivo oficial para democratizar o acesso ao Itamaraty.

Aborrecido com as críticas que recebeu por causa da polêmica decisão de retirar o caráter eliminatório da prova de inglês do teste para entrar no Instituto Rio Branco, Amorim, 62, disse que o Itamaraty pretende assumir os custos de formar potenciais futuros diplomatas que não “trouxeram o conhecimento da língua estrangeira do berço”.

Folha - Por que o Itamaraty alterou a regra do teste de inglês?

Celso Amorim - É preciso esclarecer que o inglês não foi eliminado do concurso nem deixará de ser obrigatório, apenas deixará de ser eliminatório. O diplomata brasileiro continuará tendo de saber inglês, como deverá saber outras línguas também. O que o Itamaraty resolveu foi tomar para si os custos da complementação necessária para que o diplomata tenha o domínio da língua.

Folha - Qual o objetivo?

Amorim - É alargar o leque de pessoas que possam vir a ser diplomatas. Há muitas pessoas que eu conheci ao longo da vida que teriam todas as condições para ser diplomatas, mas que talvez tivessem dificuldade de passar em um exame de inglês eliminatório.

Folha - Se a pessoa tiver conhecimento mínimo em inglês, ela vai poder ingressar no Rio Branco?

Amorim - Ela poderá entrar porque justamente nós estamos eliminando o caráter eliminatório, mas o edital do Rio Branco ainda não ficou pronto. Há detalhes que ainda não estão resolvidos. O importante é que o Estado brasileiro,

por meio do Itamaraty, está tomando para si a responsabilidade de dar uma formação a pessoas que tenham competência para ser diplomata, mas que ainda não puderam, por dificuldades financeira ou por circunstâncias de vida, ter completado os conhecimentos nessa aptidão.

Folha - Os dois anos de curso do Rio Branco são suficientes para aprender inglês? Não deveriam ser para ensinar a utilizar essa ferramenta no exercício da diplomacia?

Amorim - Eu acho que a pessoa vai aprender a ferramenta, obviamente voltada para esse objetivo. Mas, se em dois anos a pessoa não tiver atingido nível suficiente, ela continuará, poderá até começar a exercer a função diplomática, mas poderá não ser removida para o exterior. Eu vejo nisso uma preocupação excessiva. Ninguém vai passar no Rio Branco só com inglês de colégio, isso é certo.

Hoje em dia se fala muito em ação afirmativa. Não estou falando somente em ação afirmativa com relação a raça, mas em geral, com relação a classe social e tudo. Ação afirmativa é assumir para o Estado a responsabilidade que o Estado não conseguiu cumprir antes, que foi dar uma formação adequada a todo mundo.

Folha - Negociações internacionais envolvem detalhes semânticos, muitas vezes cruciais, que dão vantagens para negociadores de língua inglesa. Isso não pode ser uma desvantagem para o Brasil?

Amorim - Detalhes semânticos, muitas vezes, envolvem tradução. Você tem de saber as várias línguas. Não só inglês. Tem de saber mais inglês porque, em geral, a negociação é em inglês, mas você não tem de ser fluente em Shakespeare. As pessoas acham que eu sou idiota? Como pode passar pela cabeça de alguém que achamos que diplomata não precisa saber inglês?

A ação afirmativa não é para ajudar alguns coitadinhos, é para tornar nossa carreira mais representativa da realidade brasileira. O Itamaraty não tem de ser só para a elite econômica, que muitas vezes é diferente da elite intelectual, tem de ser para

todos.

Folha - O diplomata do futuro terá que saber mais sobre problemas sociais e menos sobre champanhe, safra de vinho e coquetéis?

Amorim - O coquetel e o champanhe ajudam também, às vezes. Não vamos denegrir tudo o que foi feito. Mas o principal requisito de um diplomata é estar imbuído da necessidade de defender os interesses de seu país.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Conta Corrente Especial” da Globonews, em 31 de janeiro de 2005

Apresentador: O futuro da Organização Mundial do Comércio. A OMC faz 10 anos e um estudo propõe mudanças. Você vai ver no Conta Corrente Especial, em 30 segundos.

A pedido do Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, no dia 17 de janeiro, um grupo de oito Conselheiros apresentou um estudo sobre o futuro da OMC. É um estudo que propõe mudanças.

Nesta edição do “Conta Corrente Especial”, Mônica Carvalho conversa com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que participa ativamente das negociações comerciais.

Mônica Carvalho: Ministro, nesse estudo, os Conselheiros da OMC, entre eles, o ex-Ministro Celso Lafer, dizem que estão profundamente preocupados com a expansão dos acordos de preferências comerciais, que são os acordos bi-regionais, os acordos bilaterais. O estudo sugere que haja um pouco mais de moderação, da parte dos governos, para que não causem mais danos a esse sistema multilateral de comércio, que é o defendido pela OMC. O senhor também tem esse tipo de preocupação?

Chanceler Celso Amorim: Talvez, não na mesma medida que eles estejam expressando. Eu não acho que isso vai ser o fim da OMC, mas, certamente, a Organização Mundial do Comércio, pelo seu caráter

multilateral, tem que ter a prioridade do Brasil, sobretudo no que diz respeito às relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Eu sempre digo que casos, por exemplo, como o do algodão e o do açúcar, nunca poderiam ter sido vencidos pelo Brasil num contexto da ALCA ou em um contexto de um Acordo Mercosul-União Européia. Então, nesse sentido, eu concordo que é muito importante que centremos as ações na OMC.

Agora, isso não exclui que haja outros acordos, sobretudo entre países do mesmo nível ou de nível de desenvolvimento aproximado, como é o caso, por exemplo, dos Acordos do Mercosul na América do Sul e outros acordos que nós temos feito com a Índia e com a África do Sul. Eu acho que isso não prejudica em nada a OMC.

Mônica Carvalho: O senhor tem uma idéia sobre a que tipo de acordos esse estudo está se referindo? Eles falam de uma preocupação com a expansão, com o exagero desse tipo de acordo.

Chanceler Celso Amorim: Eu acho que, nos últimos anos, houve muita ênfase em acordos bilaterais ou acordos regionais do tipo ALCA, em detrimento, talvez, da atenção que deve ser dada à OMC. Mas, na prática, o que eu vejo é que, quando as negociações da OMC estiveram num momento de real dificuldade, todos, inclusive o principal responsável pelas negociações dos Estados Unidos, Robert Zoellick, concentraram as atenções também na OMC, como nós concentramos. Então, eu acho que seria realmente perigoso considerarmos que a ALCA, ou o Acordo Mercosul-União Européia, pode ser um substituto para a OMC. Agora, vendo o quadro mais amplo da OMC, não se exclui que você possa ampliar mercados de outra forma. Mas eu estou de acordo que a ênfase deve ser na OMC. Eu coloco à parte, porque aí entram aspectos políticos, aspectos mais profundos, as negociações que nós mantemos com outros países em desenvolvimento, sobretudo, da mesma região, como é o caso do Mercosul e da América do Sul. Nesse caso, eu considero fora do raciocínio.

Mônica Carvalho: Um outro problema apontado por esse estudo é a dificuldade de ter que haver consenso entre os 148 países que estão na OMC. Eles alegam que, em certos momentos, isso gera impasse, paralisa negociações e eles propõem mudanças. Até em casos extremos, eles propõem que haja votação em vez da busca do consenso. O senhor acha que é necessário haver uma mudança?

Chanceler Celso Amorim: Na prática, o que é que significa o consenso? Significa que os países como os Estados Unidos ou a União Européia têm que participar da decisão final. Imaginem que amanhã você tivesse um acordo e eles não participassem? Na realidade, o consenso é uma forma de garantir que os principais atores no comércio internacional estejam apoiando aqueles acordos. A possibilidade do voto existe. Até para a escolha do Diretor-Geral se prevê que se pode chegar a ter uma votação, mas evita-se porque isso cria fissuras. Por exemplo, na escolha do Secretário-Geral da ONU, procura -se sempre chegar a um consenso. São situações tão importantes que são muito difíceis de sobreviver sem o consenso. Depois, o risco do voto também é querer inventar algum tipo de voto ponderado, por peso no comércio internacional, como já fizeram no passado. Isso seria muito ruim para nós porque, aí sim, haveria uma discriminação.

Eu acho que, na realidade, os problemas da OMC não são de natureza estrutural; eles são mais de práticas de procedimentos. Até há pouco tempo, os países em desenvolvimento eram deixados de lado na negociação. Não há artigo escrito que vá mudar isso. O que muda é a atitude dos países, como nós fizemos em Cancun. Isso mudou a OMC, em minha opinião, de maneira definitiva, muito mais do que qualquer mudança estatutária.

Mônica Carvalho: Inclusive, um consultor que atua nessa área de negociações internacionais, Pedro de Camargo Neto, comenta isso. Ele mostra exatamente o novo caminho. O fato de ter havido essa ruptura na Reunião de Cancun e depois, em julho passado, ter havido um avanço importante, que

foi um acordo de princípios, de como negociar as barreiras agrícolas, abrindo mais esse mercado agrícola. O senhor concorda?

Chanceler Celso Amorim: Totalmente. Eu tenho notado que muitas dessas pessoas, até pessoas que não são ligadas tanto a comércio, mas que vêm mais a política das relações comerciais, consideram que Cancun foi uma grande ruptura. Há uma opinião generalizada de que Cancun mudou a maneira da OMC negociar.

Naturalmente, eu estou simplificando um pouco. O que é que ocorria antes? Em geral, havia um presidente de um comitê que escrevia um texto. Os grandes países, sobretudo Estados Unidos e União Européia tinham muito mais meios de fazer chegar a sua opinião a esse presidente. Outros países, como os países em desenvolvimento ou países menos influentes, tinham apenas a chance de mudar uma vírgula aqui ou ali, mas nada de fundamental. Agora, depois de Cancun, houve efetivamente uma negociação envolvendo os Estados Unidos, União Européia e o G-20, que é o grupo que, principalmente, o Brasil e a Índia representaram. Houve uma negociação efetiva. Em vez de se pedir um texto a um presidente de um comitê, que, em geral, acaba refletindo mais a visão dos poderosos, para que depois os outros países chegassem a dar sua opinião, fez-se o contrário. Partiu-se de baixo para cima, ou seja, os países em desenvolvimento negociaram em pé de igualdade. O Brasil teve um papel fundamental nessa negociação e por isso é que se pôde chegar a um acordo. A processo de negociação sempre influi no resultado. Como esse processo foi um processo mais democrático, mais negociado, com uma maior participação de todos, sobretudo dos países em desenvolvimento, tudo isso permitiu um resultado que teria sido impossível em Cancun. Então, o chamado “fracasso de Cancun” talvez tenha sido a mais importante mudança que ocorreu na OMC, sobretudo porque levou ao bom resultado de Genebra.

Mônica Carvalho: No sistema de solução de controvérsias, a crítica é sobre o direito de retaliar,

que diminuiria o comércio, ou seja, o oposto do que busca a OMC. O Brasil ganhou algumas causas recentemente, como a causa do algodão e do açúcar. Interessa ao Governo brasileiro manter essa prioridade, essa política de defender o direito à retaliação, ou de questionar e reclamar certas barreiras?

Chanceler Celso Amorim: A retaliação é um último recurso. A nossa preferência é sempre que os países mudem as suas práticas e as suas regras para adequarem as suas práticas ao que determinam as sentenças, por assim dizer. Normalmente, tem sempre uma comissão, o chamado “panel”, e depois vai para o órgão de apelação. O ideal é que ocorra isso para que a retaliação não precise ser usada. Mas já se pensaram outras formas de indução. Eu não conheço muitas que tenham realmente o poder de levar os países a tomarem as decisões adequadas. Eu acho que há também um lado muito forte de pressão moral e de indicação do sentido para onde as coisas caminham. Por exemplo, no caso do açúcar, a nossa demanda vai muito além do que a União Européia está fazendo, mas eu acho que já contribuiu para a reforma do sistema europeu em matéria de agricultura. Da mesma maneira, embora o caso do algodão ainda não tenha terminado porque há a apelação, também contribuiu para que nós caminhássemos para um acordo. Houve uma nítida mudança entre Cancun e Genebra, em parte devido aos nossos dois contenciosos do algodão e do açúcar. Quando você está numa situação como essa, muitas vezes consideramos as regras até injustas. No passado, no caso do contencioso da Bombardier e da Embraer, a maneira de olhar certas regras da OMC parecia muito desfavorável para países em desenvolvimento. Depois, creio que as coisas foram mudando e os próprios juízes vão percebendo que têm que levar em conta certos fatores. É como na sociedade. Às vezes, a lei não é justa para todos, mas é melhor do que não ter lei. Você tem que recorrer a um sistema legal que, no caso da OMC, é o sistema de solução de controvérsias. No conjunto, ele tem sido positivo ao Brasil.

Mônica Carvalho: Mas no Brasil, como política de governo, como estratégia, tem que se ficar atento a essas possibilidades de questionar?

Chanceler Celso Amorim: Sem a menor dúvida. Inclusive, isso já vem de longa data. Quando os Estados Unidos questionaram a nossa lei de patentes, além de outros entendimentos que nós procuramos manter, nós também fomos olhar a Lei de Patentes deles e dissemos: “Nós vamos questionar vocês também porque, nesse ponto, ela é muito parecida”. Eu acho que nós temos de estar sempre atentos a todas essas questões. Por exemplo, menciona-se que a União Européia poderia vir a entrar com um caso contra o Brasil na questão de pneus recauchutados. Obviamente, é um absurdo a gente ter que comprar lixo da União Européia. Ainda mais eles, que são grandes defensores do meio ambiente no comércio. Nós também não entramos com os casos gratuitamente, mas temos munição para usar de maneira adequada. Quando eu falo em munição, pode parecer que é uma guerra. Não é uma guerra. A justiça existe para fazer com que os conflitos sejam solucionados de maneira pacífica. O que seria ruim é que cada um fosse estabelecendo as suas retaliações. Eu acho que a OMC significou um grande progresso porque ela coibiu muito o unilateralismo. Se você olhar para trás, na década de 80, por exemplo, nos nossos contenciosos, sobretudo com os Estados Unidos, a famosa Seção 301 da Lei de Comércio que era invocada significava uma retaliação unilateral, que era mais ou menos imediata. Hoje em dia, para retaliar, você tem que recorrer à OMC. É um tribunal internacional que vai julgar. Isso é muito mais adequado.

Mônica Carvalho: Esse mesmo estudo sobre o futuro da OMC também cobra uma participação política maior e mais freqüente dos países que fazem parte da OMC. Eles sugerem até que haja encontros com o Diretor-Geral de um grupo que seria formado por um número menor de países, algo como 30 países que se encontrariam mais freqüentemente com o Diretor-Geral. O senhor acha que falta esse envolvimento político? O senhor acha

isso necessário?

Chanceler Celso Amorim: Eu acho que talvez o estudo esteja se referindo a encontros ministeriais. Isso talvez possa ser amiadado. Agora, estabelecer o número de países, e que países, é muito complicado. Na prática, informalmente, é óbvio que certos países têm mais presença do que outros. Isso é natural. Muitas vezes, até são países pequenos, que são muito ativos porque representam um grupo grande. Por exemplo, um país que representa as economias de países insulares ou de países sem litoral marítimo. Às vezes, o país em si não é grande, mas representa um conjunto de países. Se você for determinar previamente quais são os países, você vai entrar numa confusão muito difícil, e eu não vejo vantagem em ter isso. Acho que deve ser uma coisa aberta e, na prática, os países mais interessados em determinado tema sempre estão presentes.

Mônica Carvalho: Esse consenso também é difícil aqui na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Recentemente, o Ministro do Desenvolvimento, Luis Fernando Furlan, criticou essa política externa muito orientada para os países em desenvolvimento, para acordos, para a abertura de mercados com esses países e não tanto quanto ele gostaria, centrada em países ricos como a União Européia e Estados Unidos, que ele acha que são os mercados em que valeria mais a pena investir. O Presidente Lula rebateu e defendeu a política externa, dizendo que o importante é diversificar também esses parceiros e mercados. O senhor acha que o Ministro Furlan tem motivo para ficar contra essa política externa brasileira?

Chanceler Celso Amorim: Debate e diálogo não são incompatíveis com consenso, mas, no sistema presidencial, quem determina o consenso é o Presidente da República. Eu acho que, uma vez determinada uma linha de ação pelo Presidente da República, é ela que tem que ser seguida. Se você quiser um comentário, não sobre o que disse o Ministro Furlan, com quem eu discuto de maneira muito aberta e franca, a prática tem demonstrado que o nosso comércio com países em

desenvolvimento tem crescido de maneira extraordinária. Também não é que a gente não tenha feito acordo com os países desenvolvidos porque não quisemos. Nós não quisemos assinar em baixo de um contrato de adesão. Isso é diferente. Nós quisemos negociar. Tanto no caso da ALCA, como no caso da União Européia, eu não posso assinar qualquer acordo. Eu tenho uma carta da Confederação Nacional das Indústrias dizendo que o acordo que estava sendo negociado, no estágio em que se encontrava, não seria bom para o Brasil. É uma coisa mais ampla. Nós ouvimos muito os empresários, mas ouvimos também o conjunto da sociedade, ouvimos muito os parlamentares e, obviamente, em última análise, o Presidente Lula acompanha de perto essas questões, pessoalmente. Tanto no caso da negociação da ALCA como da nossa negociação com a União Européia, houve reuniões no Planalto e foram decisões tomadas pelo Presidente da República. É bom que a gente discuta, é bom que haja várias idéias, mas, uma vez tomada a decisão do Presidente, ela tem que ser executada.

Mônica Carvalho: Voltando ao estudo, quando eles falam dessa preocupação com o consenso, dá a entender que é o consenso isolado. Um país, ou pouquíssimos países, que não têm muitos argumentos fortes para convencer porque são contra. É mais nesse sentido.

Chanceler Celso Amorim: Isso pode até acontecer. Um determinado país, por uma questão muito pequena, pode ficar bloqueando e até “chantagear” um pouco em função de um interesse específico. Mas a pressão moral também é muito forte. Quando é um acordo que é benéfico para a grande maioria, a não ser que se trate de um interesse vital para o país e também é justo que ele lute por ele é muito difícil que, por um capricho, um país vete um acordo. Na realidade, eu acho que o consenso é a maneira de garantir que haja participação de todos. Eu creio que é importante manter a regra do consenso.

Mônica Carvalho: O senhor acha que a Organização Mundial do Comércio ainda é um

“clube de ricos”, como ela é chamada?

Chanceler Celso Amorim: Está deixando de ser. Cancun foi a prova disso. Por exemplo, eu estive na Itália agora no fim de ano, durante alguns dias. E encontrei vários setores da esquerda italiana e conversamos informalmente. Eles chegaram a definir Cancun como uma espécie de “Queda do Muro de Berlim” em matéria de relações comerciais. Talvez isso seja um exagero, mas Cancun foi muito importante e certamente a OMC não vai voltar a ser o que era “um clube de ricos” até porque, a sociedade civil no mundo inteiro acompanha tudo isso. Nós tivemos do nosso lado a sociedade civil dos países ricos. Eu acho que, pela primeira vez, de uma maneira forte, nós tivemos na OMC a causa da liberação comercial, isto é, do fim dos subsídios agrícolas, do mesmo lado da causa da justiça social. Por quê? Porque há uma maior e mais ativa participação dos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, maior atenção da sociedade civil dos países ricos e de uma sociedade civil que não está voltada apenas para o interesse de um setor, mas para o conjunto. Já tinha havido uma coisa parecida no caso dos remédios e patentes, mas, ali, era um aspecto limitado, e você não poderia dizer que estava brigando pela liberalização comercial. Agora, houve esse casamento. Acho que a OMC mudou. É óbvio que sempre alguém vai tentar tornar o processo menos transparente, mas isso vai ser cada vez mais difícil.

Mônica Carvalho: O senhor já falou um pouco do que o Senhor acha que é o futuro. Eu queria que o senhor detalhasse mais. A OMC está fazendo 10 anos. O senhor acha que ela continua tendo um futuro?

Chanceler Celso Amorim: Sem dúvida. Por coincidência da vida, eu era Ministro do Presidente Itamar Franco e assinei o Acordo de Marraqueche, que criou a OMC. Na época, me perguntavam qual seria o principal ganho do Acordo de Marraqueche - na realidade, se você fosse ver o que é que o Brasil ganhou concretamente, nossas condições de negociação eram muito desfavoráveis, por muitos motivos que não

interessa aqui analisar - e eu sempre respondia que o principal ganho do Acordo de Marraqueche era o reforço do sistema multilateral, a criação da OMC.

Durante alguns anos, quando eu vi começarem alguns desses contenciosos, como o da Embraer e a Bombadier, eu comentei: “Quase me arrependo do que disse!” Primeiro, as regras eram mais injustas do que eu pensava e estavam sendo aplicadas de forma também injusta. Entretanto, com o passar do tempo, isso foi se modificando. Foi modificando tanto no sistema de solução de controvérsias, que é um aspecto importantíssimo da OMC, quanto na forma de negociar, que é um outro aspecto da OMC. Então, eu estou bastante otimista. Não acho que a OMC é perfeita, mas ela está melhorando e está aberta a mudanças. Há 15 anos nós lutávamos não só na negociação contra os países mais ricos, que queriam essa ou aquela concessão, mas nós lutávamos também com a opinião pública internacional. Hoje em dia, nós temos a opinião pública internacional, em boa medida, do nosso lado. Quando nós ganhamos o caso do algodão, um jornal americano importante disse: “Nós sabíamos que os subsídios eram imorais. Agora, nós sabemos que eles são ilegais”. Esse é um ganho.

Mônica Carvalho: Ministro, muito obrigado por esta entrevista. Muito obrigado também a você que assistiu a mais esta edição do “Conta Corrente Especial”.

“Contre l’unilatéralisme, l’OMC est irremplaçable” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Le Figaro”, em 1º de fevereiro de 2005

Des patrons européens et sud-américains regroupés dans le Mercosur-EU Business Forum ont signé hier à Luxembourg une déclaration commune appelant à la reprise rapide des négociations commerciales entre l’ Union européenne et les pays du Mercosur (Argentine, Brésil, Paraguay et Uruguay). Un accord entre l’ UE et le Mercosur

conduirait à la création de la première association interrégionale et de la plus grande zone de libre-échange au monde, impliquant environ 700 millions d’habitants, souligne un communiqué du Forum (MEBF). Les deux parties avaient échoué à se mettre d’accord avant la date limite du 31 octobre dernier. La négociation a été mise en sommeil à cause du changement d’équipe à Bruxelles et du manque de volonté politique de la part du Brésil, selon une source communautaire. Une étude du MEBF évalue à 5 milliards de dollars par an le coût des opportunités manquées par rapport à une libéralisation complète des échanges entre les deux régions. Présent au forum, Guenter Verheugen, vice-président de la Commission européenne, a indiqué que « la création du plus grand marché au monde représenterait une opportunité hors pair pour les entreprises européennes et du Mercosur » et « contribuerait à améliorer la compétitivité et à renforcer l’intégration économique et sociale des deux régions ».

Propos recueillis par Aude Marcovitch

LE FIGARO. - Vous présentez un candidat au poste de directeur de l’ OMC. Dans quel but?

Celso AMORIM. - Nous n’ attendons rien de cette candidature pour le Brésil directement. Il s’agit de défendre les intérêts d’ un certain nombre de pays. S’il n’y avait pas eu le G 20 (NDLR : le groupe des pays émergents qui prône la fin des subventions agricoles et dont font aussi partie l’ Inde et la Chine), les avancées sur les négociations du cycle de Doha et l’ accord-cadre de juillet de l’ an dernier n’auraient pas eu lieu. Beaucoup de pays en développement se sont aussi appuyés sur nous dans ces négociations. Quand notre ambassadeur a postulé, nous pensions qu’il n’y avait pas jusque-là de candidat qui permette de finir le cycle de Doha sur des bases raisonnables et justes.

LE FIGARO. - Pourtant l’Uruguay, un pays également latino-américain, avait déjà mis son candidat sur les rangs.

Celso AMORIM. - Pour nous, l’ Uruguay ne possède pas les caractéristiques et les possibilités

de notre ambassadeur Seixas Corrêa: avoir la fermeté de défendre les pays en développement et en même temps la sagesse d'obtenir un accord.

LE FIGARO. - Le G 20 est-il un groupe solide ? Va-t-il durer ?

Celso AMORIM. - Je le trouve très solide. Nous avons lancé à Davos une invitation aux ministres du Commerce des pays du G 20 présents et tous sont venus.

Aujourd'hui, le défi pour le G 20 est de maintenir le noyau agricole, qui est son mandat d'origine, mais aussi de discuter ensemble des domaines comme les produits industriels et les services.

LE FIGARO. - Le Brésil fait un large usage du système de règlement des différends de POMC où il s'est opposé notamment à l'Union européenne sur le sucre et aux Etats-Unis sur le coton et la loi antidumping. N'y a-t-il pas un risque qu'à force d'être attaqués, les pays développés se désengagent de l'organisation ?

Celso AMORIM. - Nous avons recours à ce système parce que nous nous opposons vivement à l'unilatéralisme. A chaque fois qu'il est utilisé de manière sérieuse, le système permet de renforcer les principes de l'OMC. Une des raisons qui font que l'OMC est irremplaçable est justement ce système de règlement des différends. Nous n'aurions jamais pu obtenir nos premières victoires sur le coton et sur le sucre au sein d'un accord régional. Les accords régionaux sont très utiles pour l'accès au marché, mais rien ne remplace le multilatéralisme en vigueur à l'OMC.

LE FIGARO. - Où en sont aujourd'hui les négociations entre l'UE et le Mercosur ?

Celso AMORIM. - L'accord est sur la bonne voie. Il n'y a pas de problème normatif mais il reste à nous mettre d'accord sur des points concrets. Le président Lula a rencontré ici à Davos le président de la Commission européenne José Manuel Barroso et le commissaire européen au Commerce Peter Mandelson. Ils ont réaffirmé leur volonté de mener à terme cet accord, si possible cette année. Pour nous,

cet accord a une valeur stratégique, il nous permet de maintenir un équilibre entre nos échanges avec les pays en développement et avec les pays riches. Nous prônons le multilatéralisme et nous sommes aussi en faveur de la multipolarité.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não irá renunciar aos seus "ideais reformistas" - Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, concedida à Agência EFE, em 12 de fevereiro de 2005

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não irá renunciar aos seus "ideais reformistas", apesar da "cautela e prudência" em suas primeiras medidas de governo, afirmou hoje o chanceler do Brasil, Celso Amorim, em entrevista concedida à EFE.

Em seu gabinete no Palácio Itamaraty e prestes a viajar para uma reunião ministerial da OMC em Tóquio, Amorim, com 60 anos e pela segunda vez no cargo que ocupou entre 1993 e 1994, expressou sua convicção de que Lula "representa uma nova esperança, um novo sonho, um novo ideal realista" para a esquerda internacional.

Também disse que o desejo expresso por Lula, em sua posse no dia 10 de janeiro, do Brasil assumir "seu destino natural" de líder da América do Sul, nada tem a ver com as intenções hegemônicas, e sim com o que ele chamou de "liderança de inspiração".

Isso, segundo Amorim, é possível porque acabaram as rivalidades na região, sobretudo entre Argentina e Brasil, e também pela eleição de Lula dentro de uma total normalidade democrática e com propostas racionais que atraíram a atenção mundial.

"A maneira como está sendo definida a política econômica é muito cautelosa e prudente mas, certamente, o presidente Lula não renunciará a seus ideais reformistas", disse Amorim.

Há quem acuse Lula de dar continuidade à "política neoliberal e excludente" de governos anteriores. Amorim responde que "é preciso ver como é o mundo real".

O Brasil "está dentro dos mercados e tem que

operar neles”, mas isso não significa que “vamos nos subordinar totalmente ao que o mercado quer. Vamos tentar influenciar para mudar essa realidade”, assinalou.

A chegada de Lula ao poder, explicou, quando o modelo neoliberal e a globalização estavam esgotados, e sem alternativa, fez com que muitas pessoas olhassem um político que representa a esquerda num elo de mudanças com diálogo e negociação.

Quanto ao futuro do Mercosul e o desejo de Lula de reimpulsionar o bloco comercial, Amorim disse que o Brasil será “generoso e responsável”, sem impor “dificuldades desnecessárias” a seus sócios (Argentina, o Paraguai e o Uruguai) para o acesso recíproco aos seus mercados.

Mas, especificou, que terão que agir juntos e coesos no mercado externo, sobretudo nas negociações da ALCA (a futura Área de Livre Comércio das Américas) e com a União Européia e, se “for possível”, com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Não há possibilidade de uma coisa sem a outra”, acrescentou Amorim, que explicou que essa foi “a mensagem de Lula” transmitida recentemente a seus colegas do Mercosul, e que “foi perfeitamente entendida”, com a “consciência de que devemos trabalhar juntos”, afirmou.

De toda maneira, a “consolidação” do Mercosul dependerá da vontade dos presidentes que serão eleitos este ano na Argentina e no Paraguai. Caso tenham outras prioridades o “Brasil as respeitará”, afirmou.

Sobre um conflito militar no Golfo Pérsico, Amorim disse que dificultaria o empenho do atual governo em alcançar os objetivos que permitam manter a economia nacional equilibrada, como a meta de um superávit fiscal de 4,25 por cento do PIB em 2003, e os programas sociais com os quais Lula quer acabar com a miséria e a fome que afeta cerca de 50 milhões de pessoas.

“A guerra no Iraque pode dificultar o esforço que estamos fazendo com um grande sacrifício interno”, avaliou o chefe da diplomacia brasileira, que

sustentou que as resoluções da ONU para evitar esse conflito devem ser cumpridas, como também no caso do Oriente Médio, onde o Brasil defende um Estado Palestino, embora respeitando a segurança de Israel.

Sobre a crise na Venezuela, Amorim, que se reuniu ontem, terça-feira, em Brasília com o ministro das Relações Exteriores do país, Roy Chaderton, disse “que não há soluções mágicas” e que tudo depende da vontade de gerar uma confiança mútua entre o governo do presidente Hugo Chávez e a oposição, cuja integração tem que ser “a mais representativa e democrática possível”.

O Grupo de Países Amigos da Venezuela (Brasil, Espanha, Estados Unidos, Chile, México e Portugal) pode voltar a reunir-se, possivelmente no início de março no Brasil, para avaliar “os elementos positivos” que estão surgindo, como os avanços para a criação de um Conselho Eleitoral.

Com Chaderton, Amorim discutiu “mecanismos e hipóteses que poderiam ajudar”, e que quis expressamente manter em segredo, argumentando que ainda estão sob a consideração de Chávez.

“Pelos Resultados” - Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Carta Capital

Mais ousada do que na era FHC, a política externa do governo sofre preconceito interno, diz o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em 21 de fevereiro de 2005.

Por Luiz Alberto Weber

Cinéfilo, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, refugia-se das intrigas brasilienses, que, muitas vezes, miram o Itamaraty, nas salas de cinema da cidade, onde, de boa vontade, desliga seu celular. Ex-presidente da Embrafilme nos estertores do regime militar, o chanceler teve mais êxito em inseminar nos filhos a paixão pelo cinema do que pela diplomacia. Assistiu mais recentemente aos filmes *O Caminho das Nuvens* e *Olga* – o primeiro dirigido por seu filho, Vicente; o último, editado pelo filho Pedro.

Diplomata desde 1965, Amorim avalia que

nunca o Brasil se projetou tanto no cenário internacional, visibilidade que ele atribui ao capital político de Lula somada à missão do presidente de reunir líderes mundiais no combate à fome. Nesta entrevista a CartaCapital, o chanceler diz quais são as diferenças entre a política externa do governo do PT e de FHC, avalia o futuro da Alca, mostra-se surpreso com a cobertura de parte da mídia dos assuntos do Itamaraty, às vezes mais americanista do que os próprios americanos.

Carta Capital: O senhor acha que há certa má vontade dos formadores de opinião com a política externa do presidente Lula? Lembro que a visita de Lula, no fim do primeiro ano de governo, à Líbia foi atacada, mas, pouco depois, o encontro de líderes europeus com o presidente Khadafi foi louvado como grande momento da política internacional...

Celso Amorim: Eu prezo muito a liberdade de expressão. Fui presidente da Embrafilme durante o governo militar e perdi meu cargo porque apoiei a realização de filmes que criticavam práticas que haviam ocorrido naquele período. Mas acho que há uma visão – que não vou atribuir à má-fé de ninguém – que é de procurar achar que certas coisas os outros podem e nós não podemos, como se tivéssemos de pedir licença para cada gesto de política externa, para cada ação que nós tomamos. Esse exemplo da visita do presidente Lula aos países árabes foi um dos mais gritantes. Com poucas semanas de diferença, estiveram por lá o Aznar (José María Aznar, ex-Primeiro-Ministro espanhol) e o Tony Blair. E a cobertura foi totalmente diversa. Acho que isso, sinceramente, reflete uma visão equivocada e revela um aspecto importante, que é o desenvolvimento do que o presidente costuma dizer da auto-estima do brasileiro. E a auto-estima passa por aí, por ter atitudes independentes, dignas, abertas. Nosso intercâmbio com a Líbia, com a Síria e com os países árabes em geral aumentou muitíssimo depois da visita do presidente à região.

Carta Capital: Há certo preconceito?

Celso Amorim: Vejo isso às vezes espalhado

na população. Não sei se é a mídia que influencia a população ou é a população que influencia a mídia. Mas acho essa visão um pouco acanhada, de autoflagelação do brasileiro, de automesquinamento, é totalmente infundada. Por exemplo, vários dirigentes norte-americanos, como o ex-secretário de Estado Collin Powell e a própria Condoleezza Rice, têm dito palavras positivas sobre o Brasil, sobre a política externa brasileira mais especificamente. Nós somos criticados pela política externa que os Estados Unidos elogiam. Quando o Robert Zoellick (representante de comércio dos Estados Unidos) precisa de um interlocutor na Organização Mundial do Comércio (OMC), ele procura o Brasil. Eles sabem que nós somos negociadores confiáveis, sérios, sabem que defendemos nossos interesses, mas sabem que podemos contribuir. Com o secretário Collin Powell, eu mantive um diálogo excelente sobre muitos temas, entre eles Venezuela, por exemplo. Essa é a contradição. Quando fazemos determinada política, ela é criticada, quando grandes potências elogiam nossa política, isso é algo que passa ao largo. O que é curioso é que ela é criticada por antiamericanismo. Talvez não houvesse o hábito de ver o Brasil atuar de maneira tão forte na área internacional quanto no governo Lula.

Carta Capital: O senhor mencionou as relações com a Síria. Novamente, o Itamaraty foi criticado por recorrer à Síria, uma ditadura, para que interviesse no caso do engenheiro brasileiro (João José Vasconcellos) seqüestrado no Iraque desde 19 de janeiro.

Celso Amorim: Falar com o presidente da Síria era uma das coisas mais eficazes que podiam ser feitas no alto nível político. É um pouco essa questão do “o que quer que você faça, você vai ter crítica”. Agora, o Brasil possui relações diplomáticas com a Síria e não tem de ficar querendo dar lições, nem impondo pela força – pela força muito menos – o sistema de governo a outros países. Não fazemos isso na região, não faremos isso fora da região.

Carta Capital: No que a política externa do governo Lula é diferente da adotada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

Celso Amorim: Em primeiro lugar, a questão da fome é algo totalmente novo e isso tem repercussão nos mais variados campos. Na ONU, testemunhei, por ocasião da visita de Lula à Assembléia, uma pessoa de língua francesa pronunciar uma frase que qualquer dia vou colocar em um livro de memórias, porque falou de maneira carinhosa: o Brasil abraça o mundo. Então é um elemento que certamente não tinha na política do Fernando Henrique Cardoso. Também acho que atitudes como as que nos levaram ao G 20, não creio que houvesse, porque aquilo implicou riscos. Acho que a intensidade e a determinação com que são levadas adiante certas decisões são realmente coisas novas. Outro exemplo é a integração da América do Sul. Isso nos permitiu em dois anos ter um acordo que cria uma área de livre comércio sul-americana, além da parte da infraestrutura. Isso implicou o quê? O presidente Lula recebeu todos os presidentes da América do Sul, foi a todos os países. A intensidade acaba afetando o conteúdo. O presidente Lula, agora com a viagem à Guiana e ao Suriname, completa todos os países da América do Sul.

Carta Capital: Não é mais uma etapa de integração retórica?

Celso Amorim: Não. Acabei de receber o decreto que introduz na legislação brasileira o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Isso é uma coisa histórica porque, com esse acordo, na realidade, você criou uma área de livre comércio sul-americana. Isso é um sonho. Hoje estamos trabalhando na América do Sul para criar uma base sólida para negociarmos melhor. Dentro e fora do continente. Então, ela não é abstrata, não é retórica. Agora, além disso, temos as obras de infra-estrutura. O Brasil está empenhado em muitas obras de infra-estrutura que beneficiam empresas brasileiras e beneficiam a integração ao mesmo tempo. Tudo é muito positivo e é muito real.

Carta Capital: A política externa brasileira sempre foi elogiada pelo pragmatismo, por antever e entender a configuração geopolítica do mundo. O Brasil, ao fazer tantas apostas simultâneas (África, Oriente Médio, América do Sul), não estaria deixando de concentrar suas fichas no bilhete certo?

Celso Amorim: Os momentos de maior brilho da política externa brasileira no passado, indiscutivelmente, ocorreram justamente onde o Brasil procurou projetar no plano externo essa característica plural da sua própria cultura e da sua própria população. Para nós é bom que seja assim, um mundo multipolar é um mundo que favorece países como o nosso, e acho que temos atuado dentro desse quadro.

Carta Capital: Muitos criticam que essa ação global retira energia política, diplomática e econômica de um acordo que seria mais produtivo, em todos esses campos, com os Estados Unidos, no âmbito da Alca.

Celso Amorim: Ninguém pode fazer um juízo definitivo sobre essas coisas. Política não é matemática. Mas na medida em que a matemática ajuda a política, todos os estudos feitos até hoje em relação ao acordo com a Alca, ou quase todos, mostram que ela pode trazer benefícios setoriais, mas não necessariamente para o conjunto da economia brasileira. Estudos recentes mostram que teríamos um déficit na nossa relação comercial com os EUA. Esses são os dados com os quais estamos trabalhando.

Carta Capital: Isso quer dizer que a Alca está sacramentada e enterrada?

Celso Amorim: Nós temos de negociar uma Alca que seja favorável para nós, da mesma maneira que temos de negociar com a União Européia um acordo que nos seja favorável. A Alca, da maneira como estava desenhada antes, significava, primeiro, que nós não teríamos concessão alguma em agricultura, porque o comitê de agricultura nem sequer se reunia e progressivamente íamos fazendo concessões nas áreas mais sensíveis para nós, que eram as áreas de serviço, de propriedade intelectual,

de investimentos. Nessas áreas, todos os temas sensíveis estavam caminhando e, na área que nos interessava, que era a agricultura, não caminhava. Não caminhava porque os americanos alegavam que subsídios agrícolas eles só iriam tratar na OMC, mas queriam tratar na Alca os temas de interesse deles. Quando se fala, por exemplo, que é por causa das patentes que a Alca não está avançando, não é por causa disso. Eu já fiz essa pergunta ao Zoellick. Perguntei a ele: vamos supor, para saber onde estamos pisando, se por acaso aceitássemos uma visão de patentes como os Estados Unidos desejam, isso faria com que o mercado de produtos agrícolas se abrisse para nós e as tarifas caíssem a zero? Ele respondeu com a franqueza que tem. Para nós, a Alca é uma negociação com os Estados Unidos, com os outros países ou temos acordo ou estamos negociando, de modo que não temos nenhuma dificuldade em ter acordos com outros países.

Carta Capital: Os EUA estão celebrando acordos bilaterais na América Latina. O Brasil pode vir a celebrar um acordo comercial assim?

Celso Amorim: Não, não. Bilateral só com o Mercosul. Quatro mais um. Bilateral porque são dois lados. Fora do Mercosul, não. O Mercosul é algo muito precioso que deve ser mantido. Ele já chegou a absorver quase 18% das nossas exportações. Caiu um pouco e agora voltou a subir muito, batendo até recorde em termos absolutos.

Carta Capital: A impressão que se tem é que o Mercosul está pelas tabelas por causa das várias exigências feitas pela Argentina...

Celso Amorim: É uma questão de compreender o que é estratégico e o que é tático. Acho que o governo e, a rigor, a mídia, já que ela exerce uma grande influência, teriam de olhar para o conjunto. Quando estive na última reunião do Mercosul, uma reunião importantíssima, que avançou em áreas sensíveis, como a eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum, o avanço mais concreto em termos de união aduaneira que nós fizemos nos últimos anos, e acordos com a Índia e a

África do Sul, havia tudo isso e a única pergunta – até por isso que digo que é algo impregnado na população – foi: “Poxa, vocês estão fazendo um bom trabalho, mas os argentinos dão um trabalho...” Eu disse: “Tenho trabalho com os argentinos, mas tenho trabalho também com setores da nossa mídia”. As coisas têm de ser vistas em um conjunto. E o conjunto é esse: nossas exportações com a Argentina – claro, houve uma crise –, mas aumentaram 90% em um ano e no ano seguinte 70%. Um recorde. Progressivamente, nos setores onde havia problemas estão sendo feitos acordos, isso já aconteceu no passado em outros setores – siderúrgico, químico... Agora, se você me pergunta: é bom que haja restrições ao comércio? Não. Estou defendendo? Não. Agora, nós temos de ter a compreensão de quais são as soluções para o problema.

Carta Capital: Como está a candidatura brasileira à presidência da OMC?

Celso Amorim: A questão da OMC está lançada. O Brasil tem um candidato. O sentido da apresentação da nossa candidatura na OMC é político. Nem o embaixador Seixas Corrêa nem o Brasil aspiravam a esse cargo, mas criou-se uma situação política em que se tornou importante pelo próprio papel que o Brasil e o G 20 desempenharam nessa verdadeira revolução que houve nos processos negociadores da OMC. As negociações deixaram de se processar fundamentalmente entre o presidente de uma comissão ou de um conselho e os grandes países – porque era o que ocorria, depois você só poderia chegar lá e mudar uma vírgula. O fato de a renegociação, do acordo-quadro, como ocorreu em Cancún e Genebra, ter sido feita com a participação efetiva dos principais interlocutores foi algo que só ocorreu por causa do G 20. E o G 20 não teria existido se não tivéssemos já antes uma política de integração da América do Sul que tenha despertado confiança, uma política de aproximação intensa com a Índia, com a China, com a África do Sul, todos esses fatos estão ligados e eles não existem isoladamente. Nós ganharíamos muito mais com uma boa conclusão da Rodada de Doha (negociação para

acessos a mercados e redução de subsídios), o ganho a médio e longo prazo do Brasil, inclusive para os setores que gostariam de ter um acordo rápido com a Alca, seria muito maior na OMC, porque é lá que estamos brigando pelo fim dos subsídios.

Carta Capital: Não vai acabar em impasse como nas outras etapas?

Celso Amorim: É uma batalha e eu não quero cantar vitória antes do tempo. Talvez não consigamos tudo o que queremos, mas hoje em dia a questão, por exemplo, da eliminação do subsídio da exportação é ponto pacífico. Se não ocorrer, não tem a Rodada, acaba tudo. Não acredito que isso vai ocorrer. E o que vai resultar de uma negociação que permita redução efetiva de subsídios é muito mais do que pode resultar dessas outras negociações.

Carta Capital: Inventaram muitos inimigos para o senhor no governo, entre eles o assessor especial de Lula para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia...

Celso Amorim: Olha, eu até hoje não sei quem indicou meu nome para o presidente Lula, mas uma das pessoas deve ter sido ele. Como, então, posso ter o Marco Aurélio como inimigo? (risos)

Carta Capital: E na Fazenda, onde alguns acreditam que um acordo com os americanos é melhor do que insistir em outras regiões?

Celso Amorim: Eu tenho um excelente entendimento com o ministro Palocci. Para falar a verdade, o que pensam as burocracias não me interessa. Nem a dele, nem a minha. Nunca tivemos nenhum desacordo nas reuniões feitas no Palácio do Planalto.

Carta Capital: O Brasil ficou diferente aos olhos do mundo?

Celso Amorim: Olha, quando é que tivemos dois Primeiros-Ministros da Espanha em um espaço de oito meses no Brasil? Veio o Aznar, mudou o governo, aí veio o Zapatero (José Luis Rodríguez Zapatero). E por aí vai. Os contatos que temos tido com os Estados Unidos, com o Reino Unido, e até em outras áreas, como o apoio que vários países

têm dado à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança, tudo isso reflete uma percepção do que o país representa. O presidente Lula está convidado para a reunião do G 8 em julho. É pouco isso? Agora, resulta do processo da consolidação democrática e de muita coisa boa que aconteceu no passado. Tudo isso em um quadro onde a relação com os países desenvolvidos tem sido cultivada de maneira muito especial. Mas resulta, também, de um grande empenho de termos relações internacionais amplas, justamente no sentido de reforçar essa multipolaridade que é saudável para nós e para o mundo.

Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicada pelo jornal “Al Rayah”, do Catar, e reproduzida pelo jornal árabe “Al Ahram”, em suas edições do Cairo, de Beirute, de Damasco e de Londres, em 23 de fevereiro de 2005

(versão em português do original em árabe)

Ministro das Relações Exteriores do Brasil declara:

- horizonte sem limites para investimentos catarianos em nosso país;

- é auspiciosa participação árabe na reunião de alto nível entre países árabes e sul-americanos, em maio de 2005;

- nosso comércio com os países árabes já atingiu US\$ 8 bilhões e a “distância geográfica” não mais constitui uma barreira;

-o Brasil está traumatizado com o seqüestro do engenheiro: porque ele ?;

-“apoiamos as resoluções de Sharm El Sheikh e oferecemo-nos para desempenhar papel positivo para tentar solucionar o conflito entre árabes e israelenses.”

Texto de Al Azab Al Tayeb Al Taher

Pessoalmente, não posso esconder minha admiração pelo Brasil, que afirmou sua presença internacional global graças a seus recursos humanos, políticos e econômicos, bem como pela adoção de

uma sistema político democrático. Por tais motivos, sou favorável ao estabelecimento de um sistema de mútua cooperação, sobretudo após os sucessos registrados na presidência de Lula e seu convite para a realização da primeira reunião de alto nível árabe-sul-americana, que terá lugar no Brasil, em maio de 2005.

Minha admiração por aquele país ficou sendo ainda maior após minha entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que se encontra presentemente visitando o Catar, como parte de sua viagem a vários países árabes, transmitindo o empenho de seu governo em ampliar os vínculos com o mundo árabe, a fim de criar uma plataforma comum de interesses.

Durante a entrevista, o Ministro Amorim expressou sua apreciação pelos projetos de crescimento que se desenvolvem no Catar, qualificando-os como esforços positivos. Também enfatizou a decisão oficial de abrir Embaixada brasileira em Doha e sublinhou a importância da reunião de alto nível entre países árabes e sul-americanos para criar “um quadro institucional favorável” para maior cooperação econômica e política.

A entrevista abordou igualmente a questão da Palestina e o Ministro do Exterior destacou a capacidade do Brasil de desempenhar um papel positivo na busca de denominador comum, tendente à obtenção de solução para o conflito no Oriente Médio. Mencionou igualmente a apreciação de seu país pelos resultados obtidos na reunião de cúpula de Sharm El Sheikh, falou das eleições no Iraque e discorreu ainda sobre reformas internas versus pressões externas.

Seguem-se trechos da entrevista, que teve lugar no hotel em que se hospedou o Ministro das Relações Exteriores em Doha, na presença do Assessor de Imprensa, Ministro Ricardo Neiva Tavares, bem como do dinâmico diplomata brasileiro, Ministro Sergio Abisad, Chefe do Escritório de Promoção Comercial do Brasil em Dubai e que organizou os preparativos para a realização da entrevista:

Pergunta. Para começar, fale-nos, por favor,

dos objetivos de sua visita a Doha.

Resposta. Esta visita tinha sido planejada há dez anos, quando eu era Ministro das Relações Exteriores em outro governo. Depois da visita ao Brasil de Sua Excelência o Xequê Hamad bin Jassim bin Jaber Al-Thani, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores de Catar, concordamos com a abertura de Embaixadas em ambos os países, o que o Catar fez de imediato. No entanto, devido a restrições orçamentárias, o Brasil não pôde honrar seu compromisso com a rapidez que seria desejável. Presentemente, o Presidente Lula está muito interessado na tão esperada abertura de nossa Embaixada no mais breve espaço de tempo, de forma a possibilitar maior desenvolvimento de nossas relações.

A esse respeito, cumpre destacar que o Presidente Lula já visitou cinco países árabes em 2003, resultando daí conclusivos projetos entre esses países e o Brasil. Em consequência, nosso comércio com os países árabes aumentou 50%, desde então, e há uma série de estudos em execução para incrementar investimentos bilaterais.

Na minha opinião, o fortalecimento do comércio árabe com o Mercosul é muito importante, fato ainda mais ressaltado pelo convite do Presidente Lula para a reunião de Cúpula, que constitui o tema central de minha visita a Doha, já que a reunião permitirá criar clima político adequado para o fortalecimento das relações entre as duas partes.

P. Excelência, como considera o comércio bilateral com o Catar?

R. Sem dúvida, comércio e investimentos com o Catar são muito importantes para nós, especialmente nos campos da infra-estrutura, do intercâmbio de tecnologia e da indústria petroquímica. Também estou informado da especial atenção dada no Catar à educação; queremos igualmente cooperar nesse campo. O Catar está localizado no centro da região do Golfo e pode vir a desempenhar papel muito importante em nossas relações comerciais na área.

P. Quais as suas expectativas para a reunião de alto nível entre países árabes e sul-americanos a

ter lugar no Brasil, em maio de 2005?

R. Há grande entusiasmo em todos os países árabes, como pude constatar durante minha atual visita, que incluiu etapas na Palestina, Jordânia, Síria, Omã, Arábia Saudita e agora Catar; estou indo ainda ao Kuaite, ao Líbano, à Tunísia e à Argélia. Em minhas viagens anteriores ao Egito e aos Emirados Árabes Unidos pude sentir o mesmo entusiasmo.

As recomendações finais da recente reunião de Cúpula da Liga Árabe também destacaram o próximo evento e tal fato é bastante promissor. Agora torna-se importante garantir o mais alto nível de participação, de forma a assegurar a implementação das recomendações da reunião. Todas as partes estão conscientes da importância da participação de líderes de todos os países, o que garantirá o interesse de investidores e empresários.

Gostaria de enfatizar que a distância geográfica entre nossos países não mais constitui uma barreira, como ficou comprovado pelos fatos de a China ter-se tornado o segundo dentre nossos maiores parceiros comerciais e de o comércio árabe-brasileiro ter atingido US\$ 8 bilhões, e ainda estar aumentando .

P. É possível que o Brasil venha a desempenhar um papel positivo nas negociações de paz na Palestina?

R. Nenhum país pode pretender estar apto a resolver a crise; só os árabes e os israelenses podem equacionar a questão. Mas o Brasil pode vir a ter um papel positivo, sobretudo em vista dos dez milhões de pessoas de nossa população que têm origem árabe e pelo fato de igualmente contarmos com significativa presença judaica.

Gostaria de sublinhar que, em minha recente visita à Palestina, o Chanceler Nabil Shaath transmitiu-me o interesse palestino em que o Brasil desempenhe papel nas negociações de paz a serem retomadas. Além disso, durante minha visita, que ocorreu na semana passada, o Presidente Mahmoud Abbas insistiu em que o Brasil esteja pronto para desempenhar um papel importante nessa matéria. Ele chegou a sugerir a formação de um comitê

quadripartite com a participação do Brasil, África do Sul, Índia e Turquia, para assistir o Quarteto já existente. Por certo, nosso papel não seria de apresentar soluções mágicas, mas sim de prestar assistência no processo da seqüência das proposições.

P. O Brasil apóia as recomendações de Sharm El Sheikh?

R. Certamente; acreditamos haver oportunidades de desenvolvimento positivo. Este também foi o sentimento que pude aquilatar em minhas conversas na região .

P. Poder-se-ia dizer que os países latino-americanos começaram a manifestar insatisfação com a ambição e a interferência americanas em seus assuntos internos ?

R. Não posso falar em nome de outros países. Mas nós estamos lidando com o assunto de forma estritamente pragmática. Não nos opomos a ninguém; tentamos meramente proteger nossos próprios interesses e é isso o que todos devem procurar fazer; é o que fazem essencialmente os Estados Unidos.

Por exemplo, durante a reunião da Organização Mundial de Comércio, em Cancun, no México, sentimos que o encaminhamento de certos assuntos estavam tomando uma direção errada. Os Estados Unidos e a União Européia assinaram um acordo específico. Alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento quiseram fazer o mesmo, mas nós recusamos. Criamos então o G-20 (grupo de vinte países formado por Brasil, Índia, China, Egito e Argentina, dentre outros). Fomos criticados por nossa ação e atacados por nos opormos à vontade dos Estados Unidos; mas nada disso era verdade, só estávamos tentando fazer as coisas de forma a obter consenso capaz de contentar todas as partes interessadas. E, comprovando meu ponto de vista, conseguimos assinar um acordo em Genebra, dez meses mais tarde. É muito importante ser capaz de adotar a postura adequada e não apenas fazer oposição a outras partes.

P. Muitos acreditam que os Presidentes Lula, do Brasil, Chávez, da Venezuela, Kirchner, da Argentina, mostraram uma face diferente da América Latina.

R. Isso diz respeito não apenas aos Presidentes mencionados, mas também a Tabaré Vázquez, do Uruguai, Lagos, do Chile, e outros. Há uma crescente conscientização de que não podemos contar apenas com os Estados Unidos e com a União Européia para diligenciar tudo: precisamos renovar nossas relações com o resto do mundo. Tal passo não será difícil, uma vez que nosso comércio não depende só dos Estados Unidos e de nosso outro grande parceiro comercial, a União Européia.

Estamos bem cientes da importância da cooperação mútua, o que explica o sucesso da área de livre comércio que criamos com o Grupo Andino, incluindo Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, e o Mercosul. Na realidade, estamos tentando criar uma comunidade sul-americana baseada em realidades econômicas e em projetos de infra-estrutura, que possibilitarão alcançar os mesmos objetivos atingidos pelos Estados Unidos no século XIX, unindo o Oceano Pacífico ao Atlântico.

Gostaria de enfatizar que não antagonizamos ninguém. Esperamos apenas ter nossa parte de benefícios recíprocos.

P. O que dizer do desenvolvimento da situação no Iraque? Prevê que as recentes eleições realizadas ajudarão a resolver futuros conflitos?

R. De forma realista, eleições democráticas constituem um começo saudável, mas todos sabemos que as eleições não englobaram todas as partes interessadas. Todos estão cientes de que o Brasil opôs-se à guerra no Iraque e que acreditamos que poderíamos ter alcançado uma solução pacífica na época.

O Brasil ficou profundamente chocado ao saber que um de seus cidadãos está sendo mantido como refém no Iraque. Tal fato explica que, sempre que se fala em Iraque, penso no pobre engenheiro brasileiro e em sua família, que estão sofrendo tanto. Ainda nos perguntamos porque ele é mantido como refém.

P. Como avalia a iniciativa de um Grande Oriente Médio proposta pelos Estados Unidos para reformar a região?

R. O assunto diz respeito aos países árabes. Acreditamos, contudo, que qualquer mudança deva ter origem interna, e não ser imposta por potências externas.

Temos verdadeiramente muita fé em processos de crescimento econômico e, quando constato o desenvolvimento do Catar, posso ver os bons resultados dos esforços feitos nessa direção.

Entrevista Coletiva do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Embaixador Amre Moussa, em 04 de abril 2005

Palácio Itamaraty, Brasília, 4 de abril de 2005
(Obs: As intervenções do Secretário-Geral da Liga Árabe, feitas originalmente em inglês, foram gravadas a partir da tradução simultânea para o português).

Porta-voz: Passarei a palavra ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e ao Secretário-Geral da Liga Árabe, Embaixador Amre Moussa, para que façam declarações introdutórias à imprensa. Em seguida, o Chanceler Celso Amorim e o Embaixador Moussa responderão a três perguntas dos jornalistas presentes.

Ministro Celso Amorim: Em primeiro lugar, eu queria dar as boas-vindas ao Secretário-Geral da Liga Árabe, meu bom amigo Embaixador Amre Moussa. Quero dizer que essa visita é de grande importância para nós. É a primeira vez que um Secretário-Geral da Liga Árabe visita o Brasil nesta capacidade. Ela também é importante porque se dá às vésperas de um acontecimento de grande relevância, que será lembrado pelos historiadores que forem escrever no futuro sobre as relações internacionais desta época, que é a Cúpula dos Estados Árabes e dos Estados Sul-Americanos.

Estamos muito honrados com a presença do Secretário-Geral. Mantivemos uma conversa extremamente produtiva, tanto sobre os aspectos

específicos da Cúpula e da cooperação entre os Estados Árabes e a América do Sul, e entre a Liga Árabe e a Comunidade Sul-Americana de Nações, como sobre questões de interesse comum da realidade internacional, tanto temas nacionais quanto globais.

O Secretário-Geral foi também condecorado, por determinação do Senhor Presidente da República, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, tendo em vista não só o trabalho importante que historicamente tem realizado pela paz no mundo, mas, de maneira mais específica, em função do seu papel ativo no êxito dessa Cúpula. Ele também terá uma audiência com o Presidente da República hoje, às 16:30 horas, e, desde ontem, teve, ou terá, encontros com a comunidade árabe no Brasil, em São Paulo, no Rio de Janeiro, e também com representantes do Congresso Brasileiro.

Estamos muito felizes, repito, com a visita desse grande estadista de envergadura mundial, nosso bom amigo, com quem temos trabalhado historicamente, mas, mais intensamente, nos últimos dois anos. Muito obrigado.

Embaixador Amre Moussa: Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Ministro Celso Amorim. Primeiramente, cabe dizer que estou, de fato, muito honrado por ter sido condecorado pelo Presidente da República nesta ocasião. Sou muito grato ao Presidente e também ao Ministro das Relações Exteriores pela enorme honra que me é concedida.

Estou aqui para discutir os arranjos finais que levarão à realização da grande Cúpula de Países Árabes-América do Sul, que se dará dentro de poucas semanas. A essa altura, estamos já na reta final, com vistas à realização da Conferência. Eu ouvi o relato do Ministro sobre os preparativos, com vistas a uma Conferência muito bem sucedida, denominada “Conferência da Esperança”. É a Conferência da Esperança, do futuro, tanto dos povos árabes quanto dos povos sul-americanos.

No dia de hoje, tive uma agenda de reuniões bastante cheia: visitei a Academia Diplomática brasileira e mantive reunião com o Ministro das

Relações Exteriores. Tivemos conversações muito frutíferas e produtivas, abarcando ampla gama de temas e questões de interesse, conforme explicado pelo Ministro, inclusive a situação no Oriente Médio, a presente situação na América Latina e uma série de outros assuntos, como questões específicas que se apresentarão para a agenda da Reunião de Cúpula e as perspectivas de cooperação futura entre o mundo árabe e a América do Sul, ou seja, o seguimento da Cúpula. Tivemos, assim, uma troca de informações e de pontos de vista muito rica e frutífera.

Antecipo com muito interesse a audiência que terei hoje mais tarde com o Presidente Lula, cuja iniciativa de convocar essa Conferência, de fato, elevou as relações, a interação e o fluxo comercial entre as duas regiões para um plano superior.

Conforme explicado pelo Ministro, em um único ano, o fluxo comercial entre as duas regiões subiu cerca de 50%. Isso só evidencia a trajetória futura e também os tipos de benefícios e vantagens que ambos os povos poderão vir a colher em decorrência da Reunião de Cúpula e em decorrência dos acordos e da convergência dos interesses do empresariado das duas regiões, bem como dos fluxos de investimento e de comércio.

Uma vez mais, Ministro Amorim, muitíssimo obrigado, meu amigo, não só um querido colega, mas também um homem muito competente que tem nos impressionado nas Nações Unidas e também aos olhos do mundo árabe com a sua determinação de propósito, com a sua vontade e com o poder que o leva a fomentar e encabeçar a diplomacia brasileira. Muito obrigado.

Porta-voz: O Chanceler Celso Amorim e o Embaixador Moussa responderão agora a três perguntas dentre os jornalistas presentes. A indicação dos nomes partiu dos próprios representantes da imprensa. Eu pediria a cada jornalista que se limitasse a uma pergunta. Passo a palavra ao jornalista Alexandre Rocha, da Agência ANBA, para a primeira pergunta.

Jornalista Alexandre Rocha: Eu queria saber sobre a Declaração da Cúpula, que já está sendo preparada. Já existe uma minuta pronta que

foi discutida em Marraqueche. O que há em termos indicativos de ações concretas? Existe, por exemplo, interesse em buscar uma área de livre comércio ou em agir de determinada maneira para aumentar as relações em um determinado campo? Há esse tipo de ações concretas definidas na Declaração?

Ministro Celso Amorim: Se me permite, eu começo respondendo. Na realidade, a Declaração Conjunta não foi só discutida em Marraqueche. Ela vinha sendo discutida e trabalhada há pelo menos uns oito meses, em nível de altos funcionários, Vice-Ministros, até chegarmos a Marraqueche, onde concluímos todos os pontos, à exceção de um, que é o mecanismo de seguimento. Na realidade, não quisemos concluir esse ponto, inclusive para não prolongar a reunião e podermos participar do belo almoço que nos foi oferecido pelo Ministro marroquino. Estamos discutindo esse mecanismo de seguimento.

Quanto aos resultados concretos, acho que é preciso ver isso de duas maneiras. Há resultados e metas específicas, que são previstas na própria Declaração Conjunta. É claro que essa Declaração só poderá ser divulgada depois que os Presidentes e líderes a aprovarem. Ela está sujeita à aprovação deles, embora não esteja previsto que haja mudanças. Várias coisas estarão ocorrendo; muitas já estão ocorrendo. O próprio Secretário-Geral chamou a atenção para a questão do comércio. Não que queiramos ser excessivamente materialistas: tem o lado da cultura, o lado da ciência e tecnologia, e muitos outros aspectos do diálogo político que têm que ser considerados. Mas, tomando o comércio apenas como um indicador, o do Brasil com os países árabes aumentou em 50% no ano passado. É uma quantia notável. Evidentemente, há nisso o preço do petróleo também, no caso das nossas importações. Mas, no caso das exportações, não há preço do petróleo e nosso comércio também aumentou mais ou menos na mesma proporção. O comércio, nos dois sentidos, que era de cerca de 5,2 bilhões de dólares, está hoje acima de 8 bilhões de dólares. É um aumento notável. Portanto, em certo aspecto, a

Cúpula já foi um êxito, mesmo antes de ser realizada. Já tivemos seminários sobre ciência, no que diz respeito, por exemplo, a áreas desertas ou semi-áridas, como dizemos aqui no Brasil, que foram muito positivos. Há eventos culturais que terão lugar agora, e há uma série de ações de que vocês tomarão conhecimento depois que os Presidentes aprovarem. Haverá também um Fórum de Negócios durante a Cúpula. Mas, talvez o mais importante seja a mudança na mentalidade e na maneira como cada região vê a outra.

Disse hoje a um jornalista e ouvi uma coisa semelhante do nosso convidado, Secretário-Geral Amre Moussa. Há um ano e pouco atrás, quando a idéia foi lançada e nos primeiros contatos que tínhamos com a imprensa local e com a imprensa árabe, nos perguntavam: “Mas afinal, qual é a razão dessa Cúpula? Por que e para que essa Cúpula?”. Há pouco tempo, em Marraqueche, concedi entrevista a uma jornalista egípcia que cobre muito a Liga Árabe. A pergunta não era mais “Por que e para que a Cúpula?”, mas sim, “Por que nós não fizemos essa Cúpula antes?”. Acho que essa mudança no que diz respeito aos negócios, às relações culturais e às relações científicas já começa a se realizar e, evidentemente, vai ser muito impulsionada pelas determinações dos líderes e pelo próprio fato dos líderes concordarem em estar juntos. Em resumo, acho que essa seria a minha resposta.

Embaixador Amre Moussa: Concordo com o que foi dito por meu colega; portanto, nada tenho a acrescentar.

Porta-voz: Convido a jornalista Juliana Alvim, da Rádio CBN, para a segunda pergunta.

Jornalista Juliana Alvim: Boa tarde. É uma pergunta feita em conjunto com os colegas; então, eu pediria que tivessem um pouco de paciência. Nos fóruns internacionais, os países árabes, geralmente, tocam na questão palestina e de Israel. A Cúpula será mais uma oportunidade aberta para que os países árabes façam um discurso contra a política de Israel? Se não, por que? Até agora, não houve confirmação

da presença de vários Chefes de Estado árabes. Eu gostaria de saber se realmente eles vêm, quem vem e se isso é um meio de pressão para que essa questão seja tratada também.

Ministro Amorim, o senhor endossa a preocupação dos Estados Unidos de que esse evento se torne um grande fórum anti-Israel? O senhor reitera a posição do Governo brasileiro de que não haja observadores? Por que?

Embaixador Amre Moussa: Bem, a senhora fez menção ao fato de que os países árabes sejam contra Israel. Isso está ressaltado e sublinhado em vários fóruns. De fato, somos contrários não a Israel propriamente dito, mas às políticas de Israel. Estamos procurando acertar as coisas e estamos convocando Israel a cooperar conosco no estabelecimento de uma paz durável, justa e equitativa. Logo, não é uma questão de ser contra Israel propriamente dito, mas sim, de ser contra as políticas israelenses.

Eu gostaria de lembrar-lhes que a iniciativa árabe, em Beirute, em dezembro de 2002, enfatizou a necessidade e a exigência de que, para se estabelecer a paz e a normalização das relações entre as nações árabes e Israel, é necessário que os dois lados implementem suas obrigações e compromissos assumidos, a fim de se estabelecer uma paz duradoura. Logo, nós diferimos porque não vemos uma abordagem correta no tocante à implementação da paz com base na política israelense.

No que se refere à Conferência, não diria que ela seja contra alguém. A Conferência é em prol da cooperação entre dois grupos do mundo, entre duas grandes regiões do mundo. A Conferência é entre e em prol de duas importantíssimas economias do mundo. Logo, cabe dizer que esta Conferência é a favor de coisas positivas e não é contra ninguém.

Além disso, também não acredito que deveríamos tratar desse excesso de sensibilidade, que é decorrente de entendimento errado e que acaba fomentando percepções equivocadas no que se refere às reuniões realizadas entre nações tão amistosas,

como as nações que integram a América do Sul e o mundo árabe. Esse laço de amizade continuará e estamos interessados em sustentá-lo e em manter a cooperação, a articulação e a coordenação dos interesses comuns, perfeitamente promovidos em prol e em benefício de ambas as regiões.

Ainda temos cinco semanas pela frente e acredito que não recebemos ainda confirmações de todos os lados. Estamos acompanhando essa questão. É uma questão de protocolo e cerimonial. Será o caso, oportunamente, de informar quando, como e quem.

Jornalista Juliana Alvim: Essa não-confirmação seria uma maneira de pressão para que o assunto delicado Israel-Palestina seja tratado nessa reunião?

Embaixador Amre Moussa: Não. Isso nada tem a ver com a Cúpula. Nós já acordamos acerca do teor da Declaração Conjunta e as pressões simplesmente não funcionarão, no sentido de alterar os pontos de vista daquele país ou de algum outro país. A Reunião de Cúpula será realizada e emitiremos a Declaração Conjunta, conforme acordado, e também lançaremos um plano de cooperação com vistas à consecução de objetivos comuns e mútuos. Isso é de nosso interesse. Não estamos dispostos a ouvir pressões em prol de certas políticas que, inclusive, podem violar o Direito Internacional.

Ministro Celso Amorim: Em relação à primeira parte das perguntas, que foi mais dirigida ao Secretário-Geral, mas que, de qualquer maneira, nos envolve, eu gostaria de dizer que - como todos os países árabes sabem e como nós tivemos oportunidade de dizer individualmente para eles e no próprio pronunciamento que fiz quando tive a honra de me dirigir aos Chefes de Estado árabes na Argélia - o Brasil tem boas relações com Israel. Na questão palestina, o Brasil deseja que haja uma solução que garanta um Estado Palestino economicamente viável e com respeito à dignidade humana, em um contexto de paz regional para todos os Estados da região. Então, sobre esse ponto de que a Cúpula pudesse ser vista como ato contra alguém, eu creio que não é

o caso. Ela é uma Cúpula do Diálogo. Como disse o Secretário-Geral, é uma “Cúpula da Esperança”, que se realizará na “Capital da Esperança”, como dizia o Presidente Juscelino Kubitschek. Esse título foi adotado pelos próprios Ministros, em Marraqueche. É uma Cúpula voltada para o futuro, para o diálogo, para a nossa capacidade de resolver as coisas, mesmo aquelas em que nós possamos divergir, que não são muitas, sempre através do aprendizado recíproco. Na Cerimônia de condecoração do Embaixador Moussa com a Ordem do Cruzeiro do Sul, eu comentava a dívida que temos com a cultura árabe e o espírito de tolerância que presidiu, por exemplo, quando os próprios árabes estiveram presentes em Andaluzia, em que filósofos judeus, árabes e cristãos conviveram harmonicamente. Esse é um exemplo de diversidade e de tolerância, entre outros, da própria herança árabe que depois se multiplicou no Brasil com tanta contribuição de parte da imigração. Portanto, não posso compartilhar com nenhuma preocupação com relação a que a Cúpula possa ser utilizada de uma maneira contrária aos objetivos da paz, do diálogo e do entendimento entre todos os povos.

Quero também dizer que já tive várias oportunidades de falar, no telefone, com a Secretária de Estado e essa preocupação não me foi transmitida. Quanto à questão de observadores, essa é uma Cúpula entre duas regiões. Vocês já devem ter assistido, muitas vezes, a reuniões entre a América Latina e os países da União Européia, ou entre o Mercosul e a União Européia. O que é novidade aqui é que a Comunidade Sul-Americana de Nações é algo novo. Aquelas reuniões não têm tido observadores porque são reuniões entre duas regiões. Não se trata de uma reunião ampla, como por exemplo, o Grupo do Rio. É uma reunião entre duas regiões que vão tratar da cooperação entre essas duas regiões. Grande parte do que vai se passar será público, de modo que, quem quiser, liga a televisão e observa.

Jornalista Juliana Alvim: Ministro, o senhor poderia dizer quem já confirmou presença? Os Chefes de Estado da Síria e do Líbano já confirmaram presença?

Ministro Celso Amorim: Obviamente, essas presenças de Chefes de Estado, até por motivos de segurança, só podem ser confirmadas no último momento. Acho até bom que a expectativa seja baixa porque aí o êxito fica maior. O que eu quero dizer é que, na viagem que fiz a muitos países estive em dez países árabes só nesse período e depois na viagem ao Marrocos, por conta da Cúpula -, senti a maior receptividade. O Secretário-Geral da Liga Árabe que, como vocês sabem, é um personagem muito importante, politicamente, no mundo árabe, não estaria aqui se ele não visse uma perspectiva muito boa de comparecimento. Agora, temos sempre que entender situações individuais de um país ou de outro. Isso ocorre. Na própria Cúpula da Liga Árabe alguns países não estavam presentes. Isso acontece. Aqui também: vocês se lembram de que, em Cusco, muitos disseram que foi um fracasso porque não estavam presentes alguns Presidentes sul-americanos. Depois, eles vieram a Ouro Preto e as pessoas não sabiam mais dizer qual tinha sido o fracasso e qual tinha sido o sucesso. Temos confiança de que essa Cúpula vai ser um grande êxito e que vai haver um grande comparecimento.

Jornalista Juliana Alvim: Obrigada. Desculpe por ter-me alongado.

Porta-voz: Passo a palavra ao jornalista Guido Nejanski, da Agência Reuters, para a terceira e última pergunta.

Jornalista Guido Nejanski: Boa tarde. Também é uma pergunta elaborada em conjunto pelos colegas da imprensa internacional. A pergunta é em relação a dois temas: terrorismo e o processo de paz no Oriente Médio. Nós estávamos querendo perguntar se já há uma posição de consenso entre a América do Sul e o mundo árabe sobre esses dois temas e se esses dois temas vão estar presentes na Declaração da Cúpula que vai ser feita aqui em Brasília.

Ministro Celso Amorim: Duas respostas muito simples: sim e sim. Obrigada.

Embaixador Amre Moussa: Sim e sim. Obrigada.

“Egypt is the key to the Middle East and its role is crucial in drawing a new world political map” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Al Aharam” do Egito, em 10 de abril de 2005

BRAZIL'S FOREIGN MINISTER INTERVIEWED BY IBRAHIM NAFEI

FRONT PAGE

The Contribution of the Arabs to Contemporary Civilizations Entitles Them to a Permanent Seat on the Security Council.

Celso Amorim, Minister of Foreign Relations of Brazil emphasized that Egypt is the key to the Middle East and its role is crucial in drawing a new world political map to achieve international equilibrium.

Amorim said – in an interview in his office at the Brazilian Ministry of Foreign Relations with Ibrahim Nafei, Chairman and Editor-in-Chief of Al Ahram – it is important that the Arab world obtains a permanent seat in the Security Council. The Arab contribution in shaping the contemporary civilizations entitles them to it.

The Brazilian Minister emphasized the necessity of establishing peace in the Middle East. He said: There will be no peace in the world if peace is not achieved in the Middle East.

He assured that the South American countries do not hesitate in endorsing the establishment of an independent Palestine state on the basis of the pre 1967 borders. He pointed out to the necessity of expending efforts to ensure the participation of all classes of the Iraqi people in the governing institutions, with the support of the United Nations and the Arab countries.

INSIDE PAGE

THERE IS NO HESITATION IN THE ENDORSEMENT OF SOUTH AMERICAN COUNTRIES TO ESTABLISHING AN INDEPENDENT PALESTINIAN STATE WITHIN ITS 1967 BORDERS.

THE ARAB-SOUTH AMERICAN SUMMIT IS A LAUNCHING PAD FOR COOPERATION. THERE ARE NO

DISAGREEMENTS IN THE VIEWS RELATED TO JERUSALEM AND THE LEGITIMACY OF RESISTENCE.

Interview in Brasília by Ibrahim Nafei

Celso Amorim, Brazil's Foreign Minister assured that because Egypt is the key to the Middle East, it has an important crucial role in drawing a new world political map able to accomplish international equilibrium. If peace is not achieved in the Middle East, then there will be no peace in the world. He emphasized that the Arab world has a role in shaping contemporary cultures and civilizations. He added that it is imperative that the Arab world obtains a permanent seat in the Security Council.

He pointed out that the infrastructure of the United Nations took its shape from the realities following the 2nd World War in 1945. The situation requires reform. Amorim vehemently denied the existence of any Arab disagreement with South American countries in relation to the issues laid down in the final declaration expected to be issued by the Summit of the two groups of countries scheduled in Brasília on the 10th and 11th of next May. He said that the Ministerial Meeting in Marrakech on the 24th and 25th of last March had witnessed an understanding on a lot of issues. Amorim pointed out that what is left are slight divergences regarding the ideal wording for the presented issues, in addition to one point which is yet to be settled. This concerns the establishment of a follow-up mechanism of the Summit's outcome. He emphasized that the Summit is the beginning of a constant operation to consecrate interests and cooperation between the two regions. It is a launching pad not just an arrival station. He further stressed that there is no hesitation on the part of the South American Countries in supporting the establishment of an independent Palestinian state on the basis of the pre 1967 borders.

Regarding Iraq, he stressed the necessity to expend efforts to ensure the participation of all classes of the Iraqi people in the governing institutions. He

called for a bigger participation on the part of the U.N. and the Arab countries in these efforts.

Following is the text of the interview:

Nafei: During the Marrakech preparatory meetings for the Arab-South American Summit there have been differences in the suggested drafts presented by the Arab and South American sides regarding the text of the final declaration. Two issues had emerged: while both drafts confirmed the right of the Palestinian people to an independent state, the Arab draft, alone, stressed that Jerusalem is that state's capital? Also the paragraph related to condemnation of terrorism, the Arab draft differentiates between terrorism and legitimate resistance to foreign occupation. This was missing in the South American draft. Have these differences been settled or will they be referred to the Summit to reach an understanding?

Amorim: Understanding has been achieved on all these matters in Marrakech. These were not disagreements really, just disparities as to the most suitable wording and the extent of detail involved. The only point which remains open relates to a follow-up mechanism for the Summit's outcome. There had been two suggestions but, frankly, none of them was suitable. It turned out that the matter had not been given much thought prior to Marrakech. This had been among the issues I discussed with Arab League's Secretary General, Amre Moussa during his visit to Brasília last week in preparation for the Ministerial meeting which will immediately precede the Summit next May. Otherwise all other matters have been settled. There are no problems in this regard.

I wish to say that the final declaration is not the Summit's goal. The great importance of the Summit lies in the continuous operation that will be launched, it has, in fact, been already launched. It is in the consecrating the interest of both regions in each other. The Summit is a launching pad not just a final destination. It is understood that the participants will each hold to a language they have previously used in the U.N. and other for a. But these important

disparities are the issue. This, in my opinion, is much more important than particular signals here and there. I think the meeting in Marrakech was very beneficial it was characterized with a high degree of openness and mutual understanding.

Nafei: Brazil like several world countries including Egypt has strongly objected to aggression on Iraq. However, this has gone through and consequently Iraq was occupied. What is your evaluation of the situation in Iraq today and what should be done to help the Iraqi people to attain their aspirations in democracy, independence and peace?

Amorim: You are completely right. Brazil objected vehemently to the war on Iraq. We believed that other solutions could be reverted to. I met with the Arab Ambassadors in Brasília prior to the incursion. President Lula da Silva wrote to the U.N. Secretary General, Kofi Anan suggesting several ideas to reach a peaceful solution to the crisis. Of course we were not lenient regarding the behaviour of Saddam Hussein's government but we believed that the matter could be solved in a different way based on respect to the Security Council and by peaceful means. After the war President Lula da Silva wrote to the late Pope (Jean Paul II) who had a lot of ideas on achieving conciliation after the war including some kind of international summit.

None of these succeeded and matters went the way we all know how. Today we cannot claim that we possess a magic formula to solve Iraq's predicament. We know it is a very difficult matter with deep historical roots. Thus, we are for reaching a solution that safeguards the safety and unity of Iraq based on the highest degree of democratic participation for all classes of the Iraqi people. We believe that the elections represented a positive step but we also believe that more efforts should be expended to ensure the participation of all the people's classes in the governing institutions. Nevertheless, I emphasize that we do not possess a magic formula. I believe that what we can offer Iraq, while it is stepping forward, is a greater participation by the United

Nations and the regional countries. Of course there are different views and approaches but we believe that it is extremely important for the regional countries to have a bigger role. They possess a better understanding of the situation in Iraq.

Nafie: Let us go back, once more, to the Palestinian issue. Most world countries, including South American countries support the right of the Palestinian people for self determination and an independent state. Nevertheless, the actions of Sharon's government such as settlements enlargement and continuing the construction of the apartheid wall, is creating new realities on the ground which may make the goal of an independent state impossible to be achieved. How do you explain the hesitance of some South American countries in explicitly condemning such actions?

Amorim: I am unable to elaborate on this matter in relation to final declaration of the forthcoming summit. Theoretically, at least, it will not be announced except after being presented to the leaders and meeting with their final approval. I may, however, say that of course it includes an explicit and conclusive support for the right of the Palestinian people to independence. There is no hesitation whatsoever in supporting a Palestinian state established on basis of the pre 1967 borders.

I wish to emphasize that this is a declaration issued by a highly important summit. I imagine that our thoughts in this regard are for the long run. Therefore, I do not believe that it is among the Summit's tasks to comment on detailed realities unless a significant event occurs beforehand and imposes itself on it. I may recall, in this regard, my speech in front of the Arab Summit in Algeria and I am thankful for the Algerian government's invitation. I clearly said that we support an economically viable independent Palestinian state, consequently not partitioned in segregated zones and it should be a country where human dignity is respected.

When we speak about human dignity, it is meaningful. I went to Palestine, for the first time, during

my last visit to the region. I know what it means to maintain human dignity. What a difference when you read about something and when you see it with your own eyes. On the other hand, we also support the existence and security of all other countries in the region. Therefore, there is no doubt about our support for a viable Palestinian state. We have also, in fact, condemned the expansion of settlements.

Nafie: The quadripartite summit of Puerto Ordaz in Venezuela (with the participation of Brazil, Venezuela, Colombia and Spain) called for a new geopolitical map of the world based on multi parties and multi pivots. Emphasizing a commitment to international law and striving to democratize the world order, especially the United Nations. How do you view the current structure of the international political system, and how do you think you can implement the alternative vision laid down in Puerto Ordaz?

Amorim: The answer to your question requires complete minutes about the United Nations. What you raised presents considerably complicated issues. However, I believe that now, especially after the Secretary-General's report and the high level committee's report, we are contemplating a propitious opportunity to effect some changes. It won't be a revolution (in the U.N. system), but there must be reform of the United Nations whose basic structure reflected the realities following World War II in 1945; among which, of course, the security Council and the necessity of admitting new permanent members especially from the developing countries. Brazil, as you are aware, is a probable candidate to permanent membership of an enlarged Council, as well as other countries.

I believe that it would be more than logical for the Arab world to obtain a permanent seat in the Security Council. The question we must strive to answer relates to the existence of some kind of resistance with regard to the total number of an enlarged council. I, however, believe, it is possible. There is no big difference if the Council is composed of 24 or 25 members, but 30 members, for example, is a different matter. I think we can reach a formula

that ensures a good representation for Africa and other developing countries in general, in South America, Asia and also the Arab world.

However, we should not restrict the reform of the U.N. just to the enlargement of the Security Council. There should be more mandatory power for the General Assembly. This, in my view, rests upon the political will of the member countries and not just structural reforms. However, there is a need for structural reforms in particular domains. We have proceeded to move in this direction, through the joint meetings between the Security Council and the UN Economic and Social Council, for example. When you face a situation related to reconstruction you are confronted with a vacuum from the angle of the UN agencies able to deal with it. It is not, strictly speaking, a matter for the Security Council. Also the Economic and Social Council is not qualified to handle it on the other hand. This point, in our view, is extremely important to ensure a multilateral approach to the subject.

For example the issue may gather special importance for Palestine in the future. It is definitely also important in our region in a case such as Haiti.

Let me tell that when the Venezuelan President, Hugo Chavez called for a new geopolitical map of the world he mentioned that he is quoting from the speech I delivered during the preparatory meeting for the Arab-South American Summit, in Marrakech.

Nafei: What is your view on the role of the Arab world in general and Egypt in particular in drawing such a new map for the international order?

Amorim: I believe that the Arab world is an integral part of this new geopolitical map. This view has led President Lula to call for the Arab-South American Summit. Some say why don't we make it a Summit for Africa and Latin America. O.K. this may also be done. But we viewed the necessity for the meeting to have a practical effectiveness. We want to start a real cooperation between the Arab and South American regions. To gather Africa and Latin America including the Caribbean, then we are speaking

about 80 countries or something similar to the non-aligned movement for example. This is a good thing but is totally different from what we require from a meeting between Arab and South American countries.

Therefore, our call for this meeting with Arab countries stresses the importance we lay upon it. I believe we are, in reality, talking about a bridge between east and west, which is a matter of crucial importance. On the other hand, historically the Arab world has played a vital role in shaping the contemporary cultures and civilizations. A third reality is that without peace in the Middle East there will be no peace in the world. Thus, I believe that all these elements confirm the vital role of the Arab world in drawing this new geopolitical map of the world. Egypt, no doubt, is the key to this region and has an extremely vital role.

Nafei: What are your expectations as to the role that can be played by the Arab League to consolidate Arab-South American relations?

Amorim: In Marrakech, we were extremely pleased to find out that the Arab League is also seriously thinking of reforming and strengthening itself. We are doing the same thing in South America. We strive to form an agglomeration of South American countries. There are also other ideas being discussed in this organizational frame. Maybe we can benefit, in this regard, from the ideas laid down in relation to the Arab League.

On the whole, we might well know that President Lula was the first South American President to visit the Arab League, and I believe I was the first non Arab official invited to attend an Arab summit. I wish to emphasize the extremely important role played by the Arab League in all phases of preparation for the anticipated summit. I personally went three times to the Arab League, notwithstanding the last time dedicated to the Arab-South American Summit; Amre Moussa has also, personally, played an extremely important role in helping us to clarify the objectives and goals underlying our call for the summit.

What incites attention is that, today, no one

asks why this summit. The question now is why wasn't it convened before?

Nafei: The World Social Forum of Porto Alegre has indeed played a role in building some bridges between the civic community in both the Arab world and South America. Is it expected that the Arab-South American Summit will play a role in laying down more bridges at the civic communities' level in both regions?

Amorim: I don't recall now if there was a direct signal to the civic community in the proposed final declaration of the summit. But I believe that there are elements in the summit's objectives which include bridge building between the civic communities in both regions. We are keen, for example, on cooperation in science and technology, and in the cultural field. An Arab cinema festival, the first of its kind in South America, will be held parallel to the summit. This inclination to deeply know each other opens wide avenues for encounters between the civic communities in both regions.

Businessmen are also part of the civic community. However, let me lay down a few figures to clarify what I mean by saying that the summit has already succeeded before being convened. Last year, alone, Brazil's trade with the Arab world has increased 50%. We are not speaking about a limited volume of trade, but about a volume of trade of about US\$ 8.5 billion between Brazil and the Arab countries. In some cases there was no trade exchange of consequence, such as with Syria and Jordan. Here the rate of increase was 180%. Even with our traditional partners, there was a considerable increase in trade exchange. The rate of increase in our imports from Arab countries was higher than our exports. The former increased by 54% while the latter grew by about 46%. Generally speaking there is a kind of equilibrium in our trade balance with the Arab countries taken as a whole. It might differ with regard to particular countries. For example, we have a large surplus with Egypt and a large deficit with Algeria.

I believe the civic society has an important

role to play in this operation. However, we have no right in directing the civic society. It is up to them to decide what they should do. No doubt, however, the meeting of leaderships will incite the interest of public opinion and media on both sides. This should induce a change in ideas and knowledge of each other. This change is already occurring.

Nafei: A large number of Brazilian citizens estimated at 10 million are from Arab descent. The same, more or less, applies to most South American countries. Do you view a special role for them in laying down bridges between their current nation and the original ones?

Amorim: Mr. Amre Moussa has met with the group of Arab descendants in the Brazilian Congress. He also visited the Arab communities in São Paulo. This, in my opinion, is an indication of the interest among the communities of Arab descent in Brazil and South America to participate in this operation. I trust that they will play an active role in the businessmen forum concurrent to the Summit. It was necessary that initiative comes from the President but I imagine that, in future, these communities will demand from us more and far reaching steps.

Some are speaking about a civilization dialogue and others are speaking about a coalition of civilizations. Personally I do not like these expressions. I do not believe that we belong to different civilizations, but to one civilization. This is especially true in the case of the Arab world and South America. If you look, for instance, at the Portuguese or Spanish languages you will find a lot of Arab words and expressions. Notwithstanding the deep influence of Arab philosophical thought on the western philosophy. All this is known, but in any case whether we are one civilization or different ones, whatever is said about dialogue and coalition is already tangibly happening between us.

Of course we all know that religion constitutes an important element in every civilization or cultural structure but we did not wish to center the dialogue on religion or language or any such thing. We preferred to start with having a dialogue with the Arab

world and not all the Islamic world for instance.

Nafei: Relations between Egypt and Brazil are relatively old. The first visit of a Brazilian leader to Egypt was in 1867 by Emperor Pedro II. More than one and a half century elapsed before the visit of Brazilian leader to Egypt. The second visit was the one, recently, done by President Lula. Should we expect that this last visit be the precursor for stronger, more vital and recurrent relations?

Amorim: Let me first say that a century and half will not have elapsed before several other visits to Egypt by Brazilian leaders. As you know, however, President Lula visited five Arab countries as well as the Arab League. I am confident that he wishes to visit other Arab countries in the future. As for myself I am almost competing with Bin Batista. I visited most Arab countries more than once. There are maybe five or six Arab countries I have not yet visited. In one trip I visited ten Arab countries. I had not visited Algeria before but within three weeks time I visited it twice. Also Amre Mousa's visit is the first for an Arab League Secretary General to Brazil.

I believe that we are confronting a continuous and developing operation. We are rediscovering each other. I am hearing that a second Arab-South American Summit is being thought of, although I am unable to confirm this now.

Entrevista coletiva conjunta à imprensa, concedida por ocasião da visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em 26 de abril de 2005

Porta-voz: Boa tarde. Passarei a palavra ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e à Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, para que façam declarações introdutórias à imprensa.

Em seguida, o Chanceler Amorim e a Secretária Rice responderão a quatro perguntas, dentre os jornalistas presentes.

Chanceler Amorim: Boa tarde. Na verdade, quase boa noite. Eu gostaria de, em primeiro lugar,

dar publicamente também as boas vindas à Secretária de Estado Condoleezza Rice, nesta sua primeira visita ao Brasil, na qualidade de Secretária de Estado. Sabemos que aqui ela esteve antes em outras capacidades. Eu queria dizer que a visita, evidentemente, terá vários outros pontos, inclusive, dentro de não muito tempo, estaremos partindo para o Palácio do Planalto, onde será recebida pelo Presidente da República. Mas eu gostaria de me referir principalmente à conversa que mantivemos e salientar alguns pontos.

Conversamos sobre a importância de os nossos dois países, que têm uma grande afinidade em questões relativas à democracia e à mudança social, continuarem a trabalhar juntos, para, de maneira respeitosa da soberania dos países, trabalhar juntos, eu repito, para favorecer a democracia, sobretudo no nosso próprio continente.

Mencionamos várias situações em que temos cooperado e que pretendemos continuar a cooperar. Mencionamos também questões comerciais; salientamos a importância da cooperação dos nossos dois países na OMC. Todos sabemos que a OMC é de grande importância tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. Salientamos, mais uma vez, concordarmos em que os nossos interesses são em grande medida comuns – talvez não integralmente, mas, em grande parte, sim – nas questões da OMC e, certamente, no que diz respeito ao reforço do sistema multilateral do comércio e ao êxito da Rodada de Doha.

No âmbito comercial, mencionamos, também, a idéia de voltarmos a dar ímpeto às negociações da ALCA, dentro do quadro que foi acordado em Miami; discutimos as razões pelas quais as negociações da ALCA não puderam avançar tanto nos últimos meses e, de qualquer forma, concordamos em que é importante voltarmos a dar energia a essas negociações, respeitando, naturalmente, os cronogramas que se colocarão em função de outras negociações em que também estamos envolvidos.

Nesse contexto, também aproveitei para

explicar um pouco – não que ela necessitasse explicações, mas, digamos, para expandir um pouco as explicações – os processos de integração sul-americana e a importância que esses processos têm, não apenas para o desenvolvimento econômico dos países da América do Sul, mas até mesmo para a consolidação democrática, para a consolidação plena da democracia nesses países. Conversamos sobre alguns outros temas da realidade mundial e também sobre a questão da reforma das Nações Unidas. Diria que, no plano conceitual, sem sermos necessariamente específicos, compartilhamos idéias semelhantes.

Eu diria que, em resumo, foram esses os temas que nós tratamos. Tratamos também de outras iniciativas da nossa diplomacia e da diplomacia norte-americana. No caso da diplomacia brasileira, conversamos também sobre a Cúpula de Países Árabes e da América do Sul, os seus objetivos, a idéia de que o que nós vamos fazer está voltado essencialmente para a cooperação, mas que se puder ajudar também no processo de paz na região, tanto melhor.

Último ponto, desculpe, nós acordamos também um documento importante, que será distribuído após a entrevista, sobre o nosso apoio à democracia, nas suas várias dimensões, tanto no que diz respeito à liberdade, quanto no que diz respeito à justiça social, com referência a duas situações específicas, uma do Equador e outra do Haiti.

Secretária Rice: Thank you very much, Minister. Thank you very much for the warm reception that I have received here in Brazil. I look forward to the meeting with President Lula in a few minutes to continue our discussions about the very important common agenda that Brazil and the United States share, an agenda that looks to the further march of democracy in this hemisphere and, in fact, in the world; that looks to the expansion of opportunities for free trade and economic development, efforts that should hopefully, as the Monterrey consensus recently said, help democratic states to provide to even their most marginal citizens the opportunity for greater

development and greater prosperity. And in that regard, I said to the Minister that the example of Brazil, where President Lula and his administration have led policies that everyone sees as economically sound, yet policies that have been concerned about those at the margins of life, the people who are the poorest, the people who need educational opportunity, the people who need health care, that that has been a very important contribution that Brazil has made in recent years under President Lula's leadership.

We talked on the basis, of course, of our common values, our democratic values, values that are shared not just in terms of our political systems but in terms of our multi-ethnicity as democracies. Brazil shares with the United States, of course, varied cultural backgrounds, including from Latin backgrounds, indigenous backgrounds, African and European, something that very few countries share. And the wonderful colorful diversity of Brazil is always on display and we share that and it's something that in a day when in many societies difference is a license to kill, it is wonderful to see a democracy in which people of so many backgrounds are, in fact, working toward a common future.

We talked about Brazil's role here in the region but also Brazil's growing global role and I assured the Minister, as I will assure President Lula, that the United States very much welcomes the strengthening role of Brazil. It has been demonstrated in many ways, including in the very excellent work that Brazil has been doing in leading the UN mission in Haiti, a very important effort to give to the Haitian people an opportunity for stability and then an opportunity to build a democracy and a better future.

We talked also about a number of challenges in the region, states that are challenged, challenged politically, challenged economically, and about our common desire to help. And I might just say, Minister, that we discussed Ecuador and discussed the fact that there is an OAS mission that is trying to help the people of Ecuador to find a way forward to a constitutional and democratic process. And I might

note also that there is a South American delegation that has – the so-called troika – that is also involved in trying to help the Ecuadorian people. And so we promised to stay in very close contact about that most recent situation but with an eye toward the stability and prosperity of the entire region.

Finally, we had an opportunity to discuss other areas of interest, like the Middle East, and I assured the Minister that the role that the United States will play in trying to bring about peace between Israel and the Palestinians, but also in trying to promote reform in the broader Middle East is one that we take both seriously and actively. And I informed the Minister that the Quartet will be meeting very soon to try to push forward that very important agenda. I know it is an area that the Minister himself has had a personal interest in and so we had a chance to talk about that.

But again, thank you very much for the opportunity to be here. Brazil is a great country, a great set of cultures and a wonderful friend who I think, with the United States and with others, can help to build a more democratic, prosperous and peaceful hemisphere and a more democratic, prosperous and peaceful world. Thank you.

Porta-voz: O Chanceler Celso Amorim e a Secretária Condoleezza Rice responderão agora a quatro perguntas, duas de representantes da imprensa do Brasil e duas de jornalistas dos Estados Unidos. A indicação dos nomes partiu dos próprios representantes da imprensa. Pediria a cada jornalista que se limitasse a uma pergunta.

Passo a palavra ao jornalista George Gedda, da agência Associated Press, para a primeira pergunta.

Pergunta: Do you share the U.S. concern about the erosion of democracy in Venezuela, the apparent centralization of power in apparent violations of some of the Democratic Charter of the OAS?

Chanceler Amorim: Nós tivemos ocasião de conversar sobre a Venezuela, embora tenhamos dito também que não queremos fazer da Venezuela um assunto único e principal, dos nossos encontros.

Tratamos de muitos outros temas também, mas eu não me esquevi de dar à Secretária de Estado a visão que nós temos do processo, como nós achamos que pudemos – sempre respeitando a soberania venezuelana – contribuir para que houvesse uma manifestação democrática, inclusive com observação internacional, no caso do referendo revogatório. Evidentemente que nós sabemos que, como qualquer outra sociedade, existem problemas e que esses problemas devem ser discutidos pelo povo venezuelano. E o que nós pudermos fazer para ajudar no encaminhamento positivo – sempre respeitando, repito, a soberania desse país vizinho – nós faremos. Acertamos que continuaríamos a dialogar sobre a Venezuela, porque ambos somos amigos da Venezuela, do povo venezuelano, e temos ambos interesse em que a situação lá se desenvolva de maneira sempre e cada vez mais democrática, cada vez mais harmônica.

Porta-voz: Passo a palavra à jornalista Denise Chrispin Marin, do jornal O Estado de S. Paulo.

Pergunta: Desculpem, boa tarde, Secretária de Estado. Boa tarde, Ministro Amorim. Eu gostaria de saber como os Estados Unidos e o Brasil podem trabalhar juntos em relação a sérias ameaças à democracia na América do Sul, como se viu no caso da Bolívia, no caso do Equador e, especialmente, nas medidas internas adotadas pelo Presidente Chávez, da Venezuela?

Em relação a isso, eu gostaria de saber, Senhora Secretária, se incomodam aos Estados Unidos os sucessivos respaldos políticos dados pelo Presidente Lula ao Presidente Chávez, nos últimos meses. Essa pergunta foi formulada em consenso pelos jornalistas brasileiros e pelos correspondentes aqui residentes.

Secretária Rice: We have in this hemisphere a Democracy Charter and that Democracy Charter is actually very clear about the obligations of democratically elected governments to govern democratically. And what we do through the OAS,

what we do through our bilateral relations with countries like Brazil and with others, is to try and make sure that this hemisphere and all states within it are living up to that Democratic Charter.

It is a remarkable development when you think about the last 20 or so years as to how far this hemisphere has come because the fact that you can go to the OAS or to the Summit of the Americas and there is only one empty chair, and that is Cuba, is a remarkable development and it says something about the ability and the willingness of the people of Latin America to pursue democratic – their democratic rights. It says something about the emergence of enlightened governments that have lived up to that Charter.

It does come with its challenges and in a number of the countries that you mentioned there are obviously political, economic and social challenges that have made those democratic states very fragile. And it is our responsibility as members of the hemisphere who are associated with the Democratic Charter to try and be helpful to those states as they try and work their way through these difficulties. It is why the recent events in Guatemala – I'm sorry, in Ecuador have led us to a level of cooperation with the OAS, with members of South American states, to try and reach out to the Ecuadorian people and, indeed, to the government there to see if we can help them to get on a path toward a stable democracy. It is why there have been concerns about Bolivia but why there has been support for Bolivia as it goes through this extremely difficult time.

And as the Minister said, we all want there to be a free and completely democratic Venezuela. That is what this hemisphere should be about. And the issues with Venezuela are not issues between the United States and Venezuela or Venezuela and Brazil, they are issues about the freedom and democracy and institutions that should – that the Venezuelan people should have that right.

But I just want to underscore something that the Minister said. All of this has to be understood in

the context of pursuing a positive agenda for this hemisphere. That means an agenda that is devoted to democratic governance along with – in accordance with the Democratic Charter. It means pursuing the economic opportunities that free trade, whether it is at the global level through the WTO, the regional level with the FTAA, the work that we have each done within our own regions, whether it is South America or North America, to try to extend free trade benefits. It means pursuing economic policies that are pro-growth, that have sound macroeconomic fundamentals and it means pursuing, as the Monterrey consensus noted, the policies that will allow people to really start to benefit from those economic policies and from economic growth. And that means the promotion of good governance, of policies of non-corruption, of health care and fighting for educational opportunities for people. It's the human development side.

And I'm quite sure that if we pursue that positive agenda in this hemisphere and pursue it together with partners like Brazil, that we will create an environment in which there are stronger democracies, not so many that are fragile. There are always going to be difficult circumstances and challenges, but our job has to be as members of this hemisphere to pursue policies that give democracy a chance not just to hold elections but to then actually provide for its people and to resist then the siren song of kind of easy solutions that sound good but, in fact, are not based in economic reality.

Porta-voz: Passo a palavra à jornalista Rosalind Jordan, da rede de televisão NBC.

Pergunta: This is a two-part question for Secretary Rice. Madam Secretary, as recently as yesterday you reiterated your support for John Bolton to be the next American Ambassador to the United Nations, but there is still a continuing daily stream of reporting – some of it salacious in nature, some of it perhaps founded – not just about allegations about Mr. Bolton's management style but perhaps more troublingly to some analysts and to some observers,

about his alleged attempts to distort or exaggerate the results of U.S. intelligence for political or ideological goals.

Why doesn't this stream of daily allegations, for lack of a better word, give you or President Bush pause about his nomination? And the follow-up would be: Why do you believe that his nomination to be the next U.S. Ambassador to the UN would actually help President Bush's foreign policy objectives?

Secretária Rice: Well, on the second point, Rosalind, the President and, indeed, I believed at the time when John Bolton was nominated that he was the best person to take on the UN role for the United States at a critical time, and we still believe that that is the case.

I just spent a good portion of my meeting with the Foreign Minister talking about UN reform. This is one of the most important topics facing the world at this point because we all want the United Nations to be as strong as possible, as capable in the 21st century of dealing with threats like terrorism and weapons of mass destruction and dealing with the concerns about poverty alleviation and social justice, and dealing with the multiple problems that we have in the international community.

We've been talking about Security Council reform. We've talked about the need to reform or to think about a peace-building commission. We've talked about the need to reform the Human Rights Commission. These are fundamental reforms of one of the most important organizations ever created by humankind and the United States needs a strong voice at the UN in that debate. That's why John Bolton was selected for this job and we continue to believe he's the right person for this job.

Now, as to the stories and allegations – some of them have been made publicly, some of them are whispers – I think that we have a process. The committee has examined these. We have made at the State Department people available who have direct knowledge of any of these issues. We have worked overtime to try to answer the questions of the

committee, as has John. And we will continue to try to answer questions that people might have.

But the fact is that this is somebody with almost 20 years of public service. He has been a capable diplomat by almost every account of his activities. Everybody knows that he was important in getting the Proliferation Security Initiative through, that he was important in the repeal of the Zionism as Racism resolution in the UN, which was really one of the darkest moments in the UN's history, that he was important in carrying out the execution of the Moscow Treaty which cut radically U.S. and Russian nuclear forces. This is a very, very good diplomat.

We need at the United Nations a strong voice and everybody knows that the UN needs reform. It's no secret that the UN needs reform. So, we would like to get through this process. We respect the advise and consent function of the Senate. It is time, though, to put this to the Senate and to get a vote so that hopefully we can put the person that the President and I both believe is the man to do this very important job at the UN so that we can get on with this.

Porta-voz: Passo a palavra à jornalista Martha Corrêa, da rede Record de televisão, para a última pergunta.

Pergunta: Boa tarde, Secretária Condoleezza. Boa tarde, Ministro Celso Amorim. Secretária, há pouco o Ministro disse que a ALCA, foi um dos assuntos tratados na conversa dos senhores. Eu gostaria de saber como esse assunto pode avançar em questões concretas já que o Presidente Lula anunciou que a ALCA tinha saído da agenda brasileira.

O outro assunto, a outra questão é: Como os Estados Unidos estão vendo a realização do Encontro de Cúpula América do Sul e Países Árabes no mês que vem? Essa pergunta também foi feita, em consenso com jornalistas brasileiros e correspondentes estrangeiros. Obrigada.

Chanceler Amorim: Bem, acho que tenho que dizer alguma coisa antes de a Secretária responder, porque quando o Presidente Lula – eu

acho que isso já foi plenamente esclarecido – disse que o assunto da ALCA foi retirado da agenda, melhor dizendo, a palavra que ele utilizou foi “pauta”, e pauta é uma palavra jornalística, ele estava se referindo ao fato de que tinha sido retirada da pauta dos jornalistas, porque tinha deixado de ser um assunto polêmico e ideológico de saber quem é pró-ALCA, ou quem é contra a ALCA. A questão hoje não é saber quem é pró-ALCA e quem é contra a ALCA; é saber como negociar uma ALCA que seja boa para os dois lados.

Acho que é importante fazer esse esclarecimento, pois não sei se a Secretária de Estado lê todos os relatos da imprensa. Então, é importante que ela saiba da nossa interpretação, posso dizer que é uma interpretação autêntica, porque eu falei com o Presidente Lula a respeito e é essa a interpretação que ele deu. Obrigado.

Secretária Rice: The FTAA is an important agreement. We also are working very hard on the WTO. We’ve had very good cooperation and I want to thank Minister Amorim, who has that portfolio and has worked very closely with then U.S. Trade Representative Bob Zoellick, now Deputy Secretary of State, on the WTO. And I think we, as a result, made some progress. So, the WTO is very important. The FTAA is very important. And we did talk about how we might reenergize our efforts to make progress on the FTAA and I think we will share ideas about how to reenergize that within the framework that was recently agreed to.

This is not a matter of competition of elements of free trade. There ought to be as much free trade as possible. We have free trade agreements in the region. We have free trade agreements in other regions. We have, for instance, a free trade agreement with Central America and the Dominican Republic that we very much would like to get through our Congress because we think it’s important to both the economic and political stability of that region.

Free trade is important because it is one of the most important engines for economic growth and

all countries need economic growth in order to be able to provide for their people. And so this is not a question of do we do this or do we do that. We ought to try and do as much as possible in free trade, and the Free Trade Agreement of the Americas was an important initiative recognizing the potential power of a freely trading Western Hemisphere and we intend to pursue it. And I was pleased to hear the Foreign Minister bring this up with me when we sat down to talk.

As to the summit with the Arab states, we very much want to see more interaction between the Arab world and other parts of the world. It is a region that’s going through tremendous change at this point. It is a region that needs reform – economic, political, social. That has been recognized by Arab intellectuals. It has been recognized by a number of states in the region. There are, indeed, reform efforts going on in that region and I think it’s well understood that a region that has 22 countries with the GDP of Spain needs economic reform and they are taking on that challenge. We, ourselves, have had recent free trade agreements with a number of states in the Middle East and we intend to continue to pursue trade and cooperation. I’m very glad that there will be this connection.

The Minister and I talked about the importance of the message that is sent by that kind of interaction and it really does say that there is an understanding that the Arab world is in transition and that reform is an important element of that transition. And similarly on the Israeli-Palestinian issue, there is an international consensus through the Quartet about the next steps ahead on the Road Map.

Porta-voz: Obrigado.

“Chile seguramente tendrá un rol importante en esa integración sudamericana” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Diário Financiero do Chile, em 29 de abril de 2005

Con la agenda copada y a minutos de salir hacia una reunión con motivo de la III Conferencia

Ministerial de la Comunidad de las Democracias que concluye mañana en Santiago, el canciller brasileño Celso Amorim resumió la relación de su país con Chile en una palabra: “excelentes”.

Y eso tiene sus pruebas concretas en el apoyo irrestricto de su país al ministro José Miguel Insulza en la carrera por la secretaría general de la Organización de Estados Americanos (OEA). Amorim confía en el papel que jugará la naciente Comunidad Sudamericana de Naciones en la estabilidad y en la integración y en el rol que en ese contexto puede jugar Chile con su expertise en comercio internacional.

“Con las ventajas comparativas que ha adquirido en el comercio internacional y su inserción internacional, Chile seguramente tendrá un rol importante en esa integración sudamericana y en la utilización de nuestra integración para nuestra inserción más amplia en el mercado global”, señaló Amorim.

- ¿Cuáles son las razones del apoyo de Brasil a Insulza en la OEA?

- Primero porque es un excelente candidato, segundo porque nuestro compromiso con José Miguel Insulza es antiguo. Desde antes de la fracasada elección del costarricense ya apoyábamos a Insulza. Hay una muy estrecha relación entre Brasil y Chile, habíamos apoyado a Insulza en la primera oportunidad antes que llegáramos a la situación actual, después fue elegido el costarricense que salió por otras razones y cuando Insulza instaló de nuevo su candidatura era normal que lo apoyáramos y lo hicimos sin ninguna especie de caja de votos por otra cosa ni nada. Lo apoyamos porque creemos que es un candidato muy bueno y eso es todo.

- Algunos análisis apuntan a que aquí hay una disputa soterrada entre México y Brasil por el liderazgo de la región, qué opinión le merece eso considerando que México recién se integra al Mercosur como miembro asociado?

- Nosotros no estamos en ninguna disputa de liderazgo regional, además México está en

América del Norte. Eso no tiene ningún sentido, además Luis Ernesto Derbez también es un amigo nuestro, tenemos una muy buena relación, pero en elecciones a veces uno tiene que hacer una opción.

- Pero esta opción también despierta comentarios que apuntan a que esta es una pelea de Brasil con Estados Unidos para quitarle ingerencia en Sudamérica...

- Muchas veces en varias situaciones Brasil y Estados Unidos pueden tener el mismo candidato, en otras situaciones tendrán candidatos diferentes, eso es normal. A nosotros nos gusta mucho la democracia en el campo interno, también tenemos que practicarla en el campo internacional, cada uno tiene su candidato y así es. No es nada contra nadie, es a favor de Insulza en este caso, a favor de un candidato chileno, creemos que por muchas razones Insulza puede ser un excelente secretario general de la OEA, por su personalidad, pero también por las posiciones de Chile, eso no tiene nada en desfavor de Derbez. Son selecciones que uno tiene que hacer, ahora mismo nosotros teníamos un candidato a la OMC y muchos no lo apoyaron y no quedamos molestos por eso.

- Ni en las elecciones de la OMC, ni de la OEA, ni en la intención de Brasil por ser miembro permanente en el Consejo de Seguridad parecer haber coordinación en Sudamérica, ¿en qué vamos a comenzar a notar que existe la Comunidad Sudamericana de Naciones?

- La Comunidad Sudamericana es muy joven, su certificado de nacimiento es de Cuzco de diciembre del año pasado, entonces creo que es esperar mucho que en tan poco tiempo seamos capaces de coordinar posiciones sobre todo en cuestiones como esas de candidaturas. Lo mismo pasa en la Unión Europea, la Unión Europea tiene más de 40 años, Alemania quiere ser candidata al Consejo de Seguridad y por lo que sé yo Italia se opone. Bueno, son cosas que uno vive con ellas, mejor que no fuera así pero así es, pero no es caso tampoco para resaltar que tenemos peleas, que tenemos rivalidades. Tenemos

que respetar las posiciones de los otros, somos muy agradecidos del apoyo que Chile ha dado siempre a Brasil en ese campo es un apoyo que el presidente Frei había dado y que el presidente Lagos ha reiterado en términos muy enfáticos, lo que nos deja muy satisfechos.

Energía

- Usted ha dicho que es inevitable la integración latinoamericana, el presidente Lagos ha dicho que esto pasa por la integración energética, ¿cómo ve la posición de Chile en esta materia considerando que está teniendo problemas de energía?

- Bueno, yo no conozco la especificidad del problema de Chile, sé que tienen problemas y todas esas cosas tendrán que ser objeto de discusión. Estoy de acuerdo que sin integración en infraestructura en general, la infraestructura cubre la parte energética, pero cubre también transporte, líneas aéreas, puertos, incluye muchas otras cosas, sin integración física generalmente hablando no será posible hacer la integración económica. Cuando uno mira Estados Unidos, América del Norte y ve que desde el siglo 19 llegaron a un continente integrado, nosotros llegamos al Siglo 21 sin integración. Cuando uno pasa por Los Andes, Los Andes son altos imponentes, pero es un tramo muy chico, en el avión toma 10 minutos, tenemos que trabajar para poder sortear eso, y para que seamos capaces de hacer que la situación privilegiada que tiene Chile, por ejemplo, en el Pacífico pueda resultar favorable a Brasil en el Atlántico y viceversa.

-¿Cómo puede aportar Chile concretamente?

- Con su presencia en el Pacífico, además por estar ahí ya tiene relaciones muy amplias con los países de Asia, con Japón, también con los países de ASEAN y Brasil tiene relaciones quizás más naturales con algunos otros países de Europa o de Africa o del mundo árabe, entonces, si uno logra integrarse, todo eso hará que las líneas de comercio sean mucho más amplias en beneficio de todos.

- ¿Tanto como para ver a Chile como una plataforma para la región?

- No, yo creo que no se puede mirar a ningún país como plataforma porque cada país tiene sus especificidades y hay otros países también que tienen litoral en el Pacífico, como hay otros países que tienen litoral en el Atlántico, pero con las ventajas comparativas que ha adquirido en el comercio internacional y su inserción internacional, Chile seguramente tendrá un rol importante en esa integración sudamericana y en la utilización de nuestra integración para nuestra inserción más amplia en el mercado global.

- En este camino de la integración y a propósito de la Cumbre de las Democracias, ¿en qué medida las crisis de gobierno en la región pueden trancar este proceso? ¿Cómo percibe Brasil estos riesgos regionales?

- Había un político brasileño que decía que la democracia era una planta frágil que uno tiene que regar todos los días, así la veo, y es lo que estamos intentando hacer con la Comunidad Sudamericana. Por eso los tres ministros de la troika de la Comunidad Sudamericana estarán en Ecuador, de aquí voy a Ecuador mañana por la mañana (hoy), para hablar, para discutir, para dialogar porque obviamente tampoco las democracias se imponen. La democracia nace del diálogo, de la discusión, de la conversación, yo tengo la certidumbre que, por ejemplo, en Ecuador todos desean la democracia, el problema es que las instituciones son jóvenes, son frágiles, entonces es lo que podemos hacer para reforzar un poco las instituciones siempre con total respeto a la soberanía de Ecuador.

- Condoleezza Rice sostuvo recién en Brasil que Brasil y EE.UU. deben actuar juntos para garantizar la seguridad en la región, ¿necesita la región ayuda de Estados Unidos para hacerse cargo de este tema?

- Podemos actuar de forma convergente, Estados Unidos obviamente es un país que tiene gran influencia en toda la región, para muchos es el principal socio comercial. Para Brasil hoy América Latina es casi más importante ya comercialmente que Estados Unidos, pero sigue siendo muy importante, tiene

mucha influencia, pero creo que es natural también, y creo que los americanos también lo comprenden, que aquello que podamos conducir nosotros mismos, los sudamericanos, es mejor porque algunas veces incluso es más fácil escuchar a otro sudamericano que escuchar a alguien que habla una lengua que no es una lengua iberoamericana. Pero también hay que considerar que es una superpotencia, por eso la Comunidad puede tener un gran rol en todo esto.

Diversificación de las relaciones

- Lula ha dicho que la Comunidad Sudamericana también apuntaba a generar otra forma de relación entre los países de la región para que las economías no dependieran tanto de EE.UU. y de la UE. En este sentido, ¿cuál es el interés de Brasil en Asia y en los países árabes?

- Creo que es nuestro interés, de todos, de la región sudamericana de tener el máximo de diversificación en nuestras relaciones. El comercio internacional y las relaciones económicas internacionales en el Siglo XXI va a ser una relación entre bloques, incluso un país como Brasil de casi 200 millones de habitantes es un país relativamente pequeño cuando tiene que relacionarse con bloques como la UE, o como los Estados Unidos que es un bloque en sí mismo, como China incluso. Pero si estamos unidos y somos capaces de coordinar nuestras posiciones, tenemos más posibilidades de tener más ventajas, vamos a hacer esa cumbre con los países árabes para atraer la mirada de ellos hacia nuestra región, un país individual quizás no sería suficiente para hacerlo, no tendría suficiente atractivo.

- Sin descuidar el hemisferio norte...

- Es obvio que no, pero esto solamente mejora nuestra posición en la negociación con Europa y Estados Unidos que seguirán siendo probablemente los socios más importantes, es una cuestión de encontrar un equilibrio en todas esas relaciones, yo digo siempre “en comercio internacional la monogamia no es una virtud, quizás en las relaciones personales sí”.

Entrevista coletiva à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de abril de 2005

Secretário de Imprensa André Singer: Eu quero cumprimentar o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Vice-Presidente da República, José Alencar, o Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken e, em nome da Presidência da República, agradecer a presença de todos os jornalistas que estão hoje, aqui, para esta entrevista do Presidente da República. Dizer a vocês da enorme satisfação de recebê-los hoje no Palácio do Planalto.

Eu vou declinar, agora, os veículos e os nomes dos jornalistas que farão perguntas, de acordo com o sorteio previamente realizado ontem, no Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto e, em seguida, passarei a palavra ao Presidente da República, para algumas considerações iniciais.

Então, as perguntas serão feitas por Cristiano Oliveira, da Rede TV, em primeiro lugar; Marta Correia, da TV Record; Carla Mendes, da Agência Lusa; André Barrocal, da Revista Época; Sandro Lima, do Correio Braziliense; Renata Giraldi, do Jornal O Dia; Augusto Nunes, do Jornal do Brasil; Cristiano Romero, do Valor Econômico; Tânia Monteiro, do jornal O Estado de São Paulo; Zileide Silva, da TV Globo; Roberto Maltichik, da Rádio Gaúcha; Fábio Pannunzio, da TV Bandeirantes; Cristiano Jungblut, do jornal O Globo, e Marta Salomon, do jornal Folha de S. Paulo.

Cada jornal terá direito a uma pergunta. Eu pediria que essas perguntas fossem o mais objetivas possível, para que a gente pudesse ter um bom andamento do conjunto da entrevista, que é composta, como eu disse antes, de 14 perguntas. E eu passo, então, a palavra ao Presidente da República para as suas considerações iniciais. Por favor, Presidente.

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: Primeiro, tem sempre uma primeira vez. Eu tinha pensado, inicialmente, em fazer uma

introdução. E eu, agora, estou pensando que não deva ter a introdução e que devamos entrar diretamente nas perguntas. E por que isso? Porque eu acho que fica mais livre, ninguém pode dizer que eu estou tomando todo o tempo da entrevista fazendo o meu discurso inicial. E quem sabe a gente ganhe tempo para melhor aproveitar essa entrevista.

Eu só queria dizer para vocês que possivelmente esta entrevista seja a primeira de uma série de outras que poderão acontecer aqui em Brasília ou em outros estados da Federação. Eu sei que eu estou com dívida de fazer entrevista exclusiva para muitos jornalistas que me pedem, muitos jornais. E possivelmente agora tenha chegado a hora de fazer isso. Vai depender muito de combinar a nossa agenda.

Estou à disposição de vocês.

Secretário de Imprensa: Então, a primeira pergunta é de Cristiano de Oliveira da Rede TV, a segunda é de Marta Correia, da TV Record, e a terceira é de Carla Mendes, da Agência Lusa. Por favor. Cristiano Oliveira, da Rede TV.

Jornalista Cristiano Oliveira, da Rede TV: Cristiano Oliveira, jornalismo da Rede TV. Bom dia, Senhor Presidente.

Presidente: Bom dia.

Jornalista Cristiano Oliveira: Senhor Presidente, na década de 70 e 80, o senhor ficou conhecido muito como um combativo sindicalista. O senhor lutava contra os acordos com o FMI e contra os juros altos, a favor de um salário mínimo digno. No próximo domingo, dia primeiro, é o Dia do Trabalhador, o dia em que entra em vigor o novo valor do salário mínimo, no valor de 300 reais. E não é nem de longe o que o trabalhador queria.

Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: o que mudou, em relação a essa que eu falei e hoje? Por que está diferente?

Presidente: Veja, na verdade, na década de 70, nós brigávamos por outras coisas. A questão do FMI, no começo da década de 70, não era a principalidade das discussões que nós, dirigentes sindicais, fazíamos. Nós brigávamos muito por

reajuste de salário e é o papel que o movimento sindical continua fazendo.

Eu penso que o Brasil vive hoje, talvez, um dos seus melhores momentos no que diz respeito ao salário mínimo. A partir do dia 1º de maio, o salário mínimo passa a ser de R\$ 300,00, e o salário mínimo vai poder significar, praticamente dobrar o poder de compra da cesta básica que nós tínhamos no começo de 2003. Em 2003, o salário mínimo podia comprar 1.2 cesta básica e, hoje, o salário mínimo atual já compra 1.9. Com o aumento, certamente, ele vai poder comprar duas cestas básicas, o que é um dado auspicioso.

Agora, quando se trata de salário mínimo, qualquer que seja o número, ele será baixo, por isso que ele será o mínimo. Nós precisamos trabalhar de forma intensa no Brasil para que se tenha uma melhoria muito grande no processo educacional, na formação profissional, para que os trabalhadores brasileiros não ganhem salário mínimo, ou seja, ganhem sempre um pouco mais do que o mínimo, como acontece com os trabalhadores das indústrias mais sofisticadas no Brasil. Eu acho que isso, nós vamos caminhando a passos largos para conquistar um salário mínimo que possa dar, no mínimo, a dignidade que todos os trabalhadores que o ganham merecem ter.

Com relação ao FMI, aconteceu uma coisa muito interessante. Não sei se o jornalista Cristiano percebeu que nós não temos mais acordo com o FMI. Não se precisou dar murro na mesa, não se precisou gritar, não se precisou levantar faixa, não precisei convocar nenhuma passeata. Nos dois anos do meu governo, nós criamos as condições para que o Brasil tivesse uma segurança na sua política econômica capaz de permitir que nós disséssemos ao FMI: nós não precisamos renovar o acordo porque não vamos utilizar dinheiro do FMI. Isso foi feito com a maior tranqüilidade, sem precisar brigar com o FMI e, possivelmente, por isso, não tenha tido o destaque que deveria ter o não-acordo do Brasil com o FMI. De qualquer forma, nós estamos com a economia mais sólida, nós estamos com mais

confiabilidade tanto interna quanto externa, as nossas exportações cresceram, as nossas reservas são boas e, portanto, eu penso que a dependência do Brasil dos acordos com o FMI deve fazer parte da nossa história e, certamente, nós iremos trabalhar para que nunca mais o Brasil precise de acordo com o FMI em função da vulnerabilidade que o país possa ter. Nós vamos trabalhar para que essa solidez da nossa política econômica seja cada vez mais forte, e que sejamos, cada vez mais, criadores da nossa própria segurança.

Jornalista Cristiano Oliveira: Obrigado, Presidente.

Jornalista Marta Correia, da TV Record: Bom dia, Presidente. O senhor disse há pouco que, na década de 70, os trabalhadores brigavam por aumento de salário. Hoje, são os militares que estão brigando, cobrando aumento de salário. No ano passado, o senhor prometeu – pelo menos o ex-ministro José Viegas afirmou isso – 33% de reajuste. Dez por cento já foram concedidos e faltam, agora, os 23% restantes. A situação econômica do país que o senhor vive dizendo que está melhorando, das finanças públicas, eu pergunto, o senhor vai dar o aumento aos militares este ano, como prometido?

Presidente: Primeiro, Marta, eu quero dizer a você uma frase antiga, de um ministro ainda do regime militar, quando eu fazia as minhas reivindicações no ABC. Ele, um dia, disse que todo trabalhador que se contentar com aquilo que ganha, talvez não mereça o que ganha. Isso ele dizia no estímulo de que era necessário brigarmos cada vez mais, porque o aumento de salário só é importante para nós no primeiro mês em que recebemos. No segundo mês, ele já entra no orçamento, no terceiro mês, então, nem nos lembramos mais que tivemos aumento de salário. Isso vale para os militares, para os servidores, isso vale para os servidores civis, vale para os trabalhadores da iniciativa privada. No que diz respeito aos militares, eu não tenho responsabilidade apenas com os militares, eu tenho com os militares, tenho com o servidor público

brasileiro como um todo e tenho que criar as condições para o conjunto dos trabalhadores.

Eu tive oportunidade de, no dia em que os novos gerais foram empossados aqui, dizer a eles que nós vamos trabalhar e estamos trabalhando fortemente para que a gente contenha o déficit, sobretudo na Previdência Social, para ver se a gente consegue ter uma parte do dinheiro, que de uma parte seja feito investimento e de outra a gente possa repor parte dos salários.

Agora, é importante ter em conta que dificilmente uma categoria que deixa acumular uma perda de 40%, 50%, como habitualmente acontece no Brasil... Eu comecei a minha vida sindical reivindicando 34,1% que eu tinha perdido em 1974, 1975, numa denúncia que o Banco Mundial tinha feito. Eu nunca recuperei os 34,1%, que foi o motivo pelo qual eu me transformei num sindicalista importante. Mas, a partir dali, nós paramos de perder poder aquisitivo e começamos a ganhar muitas vezes.

Eu acho que os militares prestam um trabalho enorme à sociedade brasileira. Eu, hoje, conheço mais de perto o relevante serviço que eles prestam, não apenas em defesa da nossa soberania como guardião da nossa Pátria, mas, sobretudo, na política social que eles têm feito. E o melhor exemplo é a prestação de serviço médico na Amazônia, é o nosso Correio Aéreo Nacional, é o Soldado Cidadão, que tem coisas extraordinárias, que vocês podem visitar. Certamente, nós vamos tratar com carinho para encontrar um jeito de dar um reajuste para os militares, mas dentro das possibilidades do nosso orçamento.

Eu digo sempre o seguinte, Marta: às vezes, a gente é obrigado a dizer para um filho da gente, que está reivindicando alguma coisa, que a gente não pode dar aquela coisa. E da mesma forma que eu tenho, às vezes, que dizer que não posso dar tudo que o meu filho deseja, eu tenho que dizer à sociedade brasileira que, muitas vezes, a gente não pode fazer tudo que a gente gostaria de fazer, mas o que nós estamos fazendo é o máximo que a gente pode fazer.

Eu tenho certeza de que nós iremos criar as condições para melhorar a vida, tanto dos militares quanto dos civis no nosso país.

Jornalista Marta Correia: Obrigada, Presidente.

Secretário de Imprensa: A terceira pergunta é de Carla Mendes, da Agência Lusa

Jornalista Carla Mendes – Agência Lusa: Bom dia presidente Lula. O senhor acredita que a situação entre a Venezuela e os Estados Unidos esteja ameaçando a estabilidade da região? E o que o Brasil pode fazer nesse caso? E ainda com relação à aspiração do Brasil ao Conselho de Segurança, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o senhor acredita que o país possa conseguir isso ainda durante o seu mandato?

Presidente: Bom dia Carla. Olhe, eu não vejo nenhuma possibilidade de haver um conflito maior entre Estados Unidos e Venezuela. Você deve ter acompanhado que, no auge da crise, ainda em janeiro de 2003, nós propusemos a criação do Grupo de Amigos. A criação do Grupo de Amigos do qual faziam parte Brasil, Chile, Estados Unidos e Espanha gerou uma certa polêmica porque, num primeiro momento, o presidente Chávez não queria nem os Estados Unidos e nem a Espanha, que tinha reconhecido o golpe. Nós convencemos o presidente Chávez que era importante que tivesse interlocutores que falassem com a sua oposição. O Grupo de Amigos funcionou e o Grupo de Amigos consolidou o referendo que foi acompanhado por muita gente de outros países, inclusive pela Fundação Jimmy Carter, que teve um papel muito importante na consolidação do referendo.

Eu, sempre que possível, tenho conversado com o Chávez, tenho feito muitas reuniões.

Mais recentemente eu estive na Venezuela com o presidente Zapatero e com o presidente Uribe. Nas conversas que eu tive com o presidente Sampaio, de Portugal, e com o ex-primeiro ministro Durão Barroso, eu tinha dito que era importante que Portugal tivesse uma participação maior na Venezuela, porque

tem 400 mil portugueses morando na Venezuela, para que a gente mostrasse que a única possibilidade de um país como a Venezuela ou outros países da América do Sul se desenvolverem, é os governantes viverem num clima de paz, num clima de harmonia, para que eles possam dedicar toda a sua energia para governarem os seus países.

Ainda esta semana, eu recebi a Secretária de Estado dos Estados Unidos aqui, e eu penso que nós estamos andando a passos largos para que haja uma grande harmonia entre Estados Unidos e Venezuela, até porque nós, do Brasil, temos todo o interesse em que no nosso continente haja a maior tranquilidade. Os Estados Unidos importam 15% do petróleo da Venezuela, os Estados Unidos são o maior importador de petróleo da Venezuela, portanto, a Venezuela precisa dos Estados Unidos, os Estados Unidos precisam da Venezuela, portanto, não há nenhuma razão para os dois estarem brigando.

Eu, depois da reunião com a secretária Condoleezza, fiquei convencido de que as coisas vão andar muito melhor daqui para a frente, e naquilo que o Brasil puder contribuir, nós vamos contribuir para que as coisas se firmem e para que a gente possa ter uma tranquilidade muito forte aqui no nosso Continente. Nós precisamos de paz para que a gente possa pensar no desenvolvimento, no crescimento econômico e na geração de riqueza do nosso país.

Por isso, o Brasil está com uma forte política de integração física da América do Sul, por isso nós criamos a Comunidade Sul Americana de Nações e por isso eu disse à Secretária de Estado dos Estados Unidos que o presidente Bush entrasse junto como Brasil e com os países da América do Sul nessa política de criar uma infra-estrutura, de criar uma integração física, porque irá facilitar o crescimento e o estabelecimento da paz no nosso Continente.

Carla Mendes: Com relação à ONU?

Presidente: Veja, com relação à ONU, você sabe que o Brasil já era para estar na ONU desde 1945, quando foi criada a ONU. O Brasil não entrou, o Brasil defende a democratização das Nações

Unidas, defende, sobretudo, a democratização do Conselho de Segurança, defende a participação de representações por continente, pela África, que pode ter dois, pela América do Sul, pela Ásia, e o Brasil reivindica para si essa vaga, por ser o maior país da América do Sul e da América Latina, por ser um país de maior número de habitantes, o país de maior extensão territorial, então, nós temos o direito de reivindicar. Estamos reivindicando.

Primeiro precisamos garantir que haja reforma, segundo, tendo a reforma, precisamos garantir a nossa participação e eu acho que isso vai ser bom para a ONU, porque quanto mais democrática for a ONU, mais ela vai poder realizar tarefas que possam garantir maior harmonia no mundo inteiro.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado. A quarta pergunta é de André Barrocal, da Revista Época.

Presidente: Se faltou a pergunta inicial, deixa...

Carla Mendes: O senhor acredita que o Brasil consiga esse acerto ainda no mandato do senhor? Essa pergunta foi formulada pela Associação dos Correspondentes Estrangeiros aqui no Brasil.

Presidente: Aí eu já não posso prever o futuro, eu tento sonhar como um analista político eu tento prever o que vai acontecer. Eu acho que se a reforma sair, o Brasil entrará. Eu acho e estamos trabalhando para que seja este ano. Estamos trabalhando para que, se não for este ano, seja o ano que vem. Agora, se não for no meu mandato, que sejam no tempo que for, mas é importante que o Brasil participe.

Carla Mendes: Muito obrigada.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado. A quarta pergunta é de André Barrocal, da revista Época.

Jornalista André Barrocal – Revista Época: Bom dia, Presidente. Essa semana, o senhor fez referência aos juros altos. O vice-presidente da República, José Alencar, também voltou a fazer críticas, ele que é um crítico antigo da política

monetária, mas a semana terminou com trocas anunciadas pelo Ministério da Fazenda, ontem, na Diretoria do Banco Central e no próprio Ministério, que indicam reforço na ortodoxia. Eu gostaria de saber o seguinte do senhor: existe descompasso entre o que o senhor pensa e defende e o que faz o Ministério da Fazenda ou o Ministério da Fazenda tem autonomia total para fazer o que achar mais conveniente?

Presidente: Primeiro, bom dia, eu não sei se acontece com você o que acontece comigo. Eu, muitas vezes, tenho descompasso entre aquilo que quero fazer para mim e aquilo que posso fazer para mim. Na economia, possivelmente, o descompasso seja de todos. É importante lembrar que uma das razões pelas quais eu convidei o José de Alencar para ser meu vice foi pelo discurso que ele fazia contra a política de juros, sendo empresário como ele era, porque se fosse eu, como metalúrgico, todo mundo falaria “nossa! Mas esse metalúrgico é muito radical, muito sectário”. Um empresário do maior grupo têxtil de Minas Gerais, um empresário da importância do José Alencar, falando de juros, as pessoas não ficavam tão incomodadas, como se eu falasse. Então, eu acho que todos nós, o ministro Palocci, o Meirelles, os funcionários todos do Brasil e o povo brasileiro desejam que encontremos uma taxa de juros mais baixa para o país, e nós precisamos trabalhar para criar condições para que essa taxa de juros baixe. Eu queria lhe dar um dado importante: a média da taxa de juros real de mercado, de 2000 a 2002, foi de 15.8%; a média de mercado em 2003 foi 13.2%; a média, em 2004, foi de 10.6%. Nós não temos a média de 2005, ainda, porque estamos no começo do ano. Mas a média de 1997 a 1999 foi de 21.4%, e eu acho que nós estamos caminhando, primeiro, para garantir a estabilização da economia e que possamos ter certeza de que a inflação não voltará mais, porque a inflação é o que pode causar enorme prejuízo aos assalariados no Brasil.

Eu já vivi como assalariado, recebendo a notícia de inflação de 40%, de 50%, de 80%.

Quando um trabalhador tinha uma conta remunerada, a inflação dele era menor, mas quando ele não tinha, o salário dele ficava defasado quatro meses em 40%. Eu me lembro de uma vez em que comecei a reivindicar que o salário dos trabalhadores fosse pago semanalmente. Todos nós sabemos que precisamos trabalhar, caminhar muito fortemente para que possamos reduzir a taxa de juros. Ao mesmo tempo, eu tenho pelo companheiro Palocci o mais profundo respeito, tenho uma ligação política, ideológica, tenho uma relação de quase 30 anos com o Palocci, portanto eu poderia dizer a você que eu e o Palocci somos unha e carne. Eu tenho total confiança nas coisas que o Palocci faz e, se ele faz, faz na perspectiva de fazer o melhor para este país e, eu não tenho nenhuma dúvida, quando o ministro Palocci anuncia a mim que vai mudar a sua equipe econômica, eu digo para ele e para todos os ministros: eu quero saber se você confia nas pessoas que você está indicando. Se ele falar para mim “eu confio, são pessoas que vão fazer aquilo que eu achar que deve ser feito”, então meus queridos, vocês montem as suas equipes porque é assim que o Brasil pode ir para frente.

Eu estou convencido de que nós estamos no caminho de consolidar a estrutura produtiva e econômica para que o Brasil se transforme, nas próximas décadas, em um país que possa se transformar em uma economia muito forte, muito competitiva.

Você tem acompanhado, e eu tenho dito que eu sonho em transformar, em começar a criar o primeiro tijolo, o primeiro alicerce para que o Brasil se transforme em uma grande potência econômica no século XXI. Se o século XIX foi da Europa, o XX, dos Estados Unidos e um finzinho dele, da China, nós queremos que o século XXI seja do Brasil e dos países mais pobres. Por isso, estamos intensificando a nossa política de consolidar o nosso país sem nenhuma vulnerabilidade, para que possamos crescer, nos fortalecer, e sonhar que não seremos pegos de surpresa, nunca mais, com um plano econômico que anuncia o céu em um dia e, no dia seguinte, você cai em um buraco, devendo aquilo

que você nem contraiu de dívida. Então, a busca incessante para consolidar essa economia faz parte do meu cotidiano, faz parte do cotidiano do Palocci e, portanto, as pessoas têm a minha total confiança.

Jornalista: Obrigado.

Secretário de Imprensa: A quinta pergunta é de Sandro Lima, do Correio Braziliense.

Jornalista Sandro Lima – Correio Braziliense: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia.

Sandro Lima: O orçamento da União para este ano prevê um reajuste de apenas 0,1% linear para o funcionalismo público. Uma das promessas de campanha do senhor foi valorizar o servidor público. O senhor pretende fazer alguma coisa para modificar isso, dar um reajuste maior neste e no próximo ano? E completando, o governo pretende melhorar isso; uma das propostas seria reverter o déficit da Previdência? O senhor acha que o ministro Jucá, saraivado por uma série de denúncias de irregularidades, está à altura dessa missão?

Presidente: Olha, eu vou lhe contar uma pequena história. Em 1974, eu introduzi uma discussão no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que era a discussão para distribuir, de forma mais justa, o percentual de reajuste que os trabalhadores poderiam receber, ou seja, imaginando que 2% de reajuste para quem ganha 15 mil reais tem um significado, mas 2% de reajuste para quem ganha 300 não tem praticamente quase nada. O que eu introduzi naquela ocasião foi que o reajuste que a gente conquistasse nos acordos coletivos, que uma parte dele fosse dada no salário nominal do trabalhador e que a outra parte fosse introduzida na folha global de pagamento, para que a gente dividisse pelo número dos trabalhadores. Iria dar uma quantia fixa que, muitas vezes, significava muito mais do que o percentual que o trabalhador tinha sonhado conquistar.

No Sindicato de São Bernardo, quando eu introduzi essa política, o meu advogado recebeu 1,5% e a faxineira recebeu 175% de reajuste. Não

sei se você acompanhou que nós fizemos isso ano passado, aqui, no setor público. No setor público teve funcionário que recebeu 49% de reajuste, teve funcionário que recebeu 35% de reajuste, teve funcionário que recebeu 29% de reajuste. E a camada mais alta, o que nós fizemos? Em quase todas elas nós fizemos uma adaptação no plano de carreira, algumas que estavam há muito tempo sem fazer, e nós fizemos isso. Portanto, nós demos um forte ajuste aos trabalhadores públicos federais ano passado.

E obviamente que, para dar aumento de salário, veja, quando eu sou sindicalista, eu posso reivindicar, quando eu sou Presidente da República, eu só posso dar na medida em que eu olho o caixa e percebo que eu tenho. Se não tiver, eu vou dizer para os funcionários porque não podemos dar. Se tiver, eu vou dizer porque nós podemos dar e qual a melhor forma que a gente vai fazer para que o pouco que a gente tenha possa ser distribuído.

Com relação ao ministro Romero Jucá, você disse bem. Você disse que existe uma série de denúncias. Você deve acompanhar a minha vida política e eu primo por entender que todo ser humano é inocente até prova em contrário. Você não pode crucificar ou decretar pena de morte para ninguém por causa de denúncia. A denúncia, tem que apurar.

Quando eu discuti com o PMDB e o ministro Jucá veio a ser ministro, antes dele aceitar, ele me trouxe uma série de acusações contra ele e me trouxe uma série de documentos provando o que ele já tinha feito. O ministro Jucá vai ao Ministério Público e pede ao Procurador-Geral para ser investigado rapidamente, manda um ofício à Polícia Federal pedindo que seja investigado rapidamente. Eu sou como ele, obrigado a esperar que haja a investigação e que haja, ou uma decisão, como já tem no Tribunal de Contas, de que não tem nenhum erro, não tem nenhum problema na vida dele, naquilo que ele está sendo acusado, ou uma declaração do Ministério Público ou da Polícia Federal dizendo: “olhe, ele está culpado nisso ou ele está inocente nisso.” Eu sou obrigado, até por convicção e respeito ao direito de

prova das pessoas, a que as pessoas sejam julgadas corretamente, analisadas corretamente.

Na hora em que tiver esse veredito, eu tomarei a posição que tiver que tomar. Por enquanto, o ministro Jucá está cumprindo uma tarefa que eu dei a ele, que é o de tentar, de uma vez por todas, acabar com o déficit da Previdência Social, diminuindo muito o déficit no ano de 2005 e diminuindo muito no ano de 2006. É essa a tarefa. Até prova em contrário, ele vai continuar fazendo esse trabalho muito bom que está fazendo. Ontem, me fez a primeira apresentação do começo do que está acontecendo. Já diminuiu o déficit nesses dois meses e nós vamos diminuir mês a mês o déficit da Previdência.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado, Sandro Lima, do Correio Braziliense. Antes de passar a palavra à Renata Giraldi, do jornal O Dia, eu queria pedir que os colegas se restringissem a uma pergunta, para que a gente pudesse, rapidamente, dar andamento à entrevista e os demais colegas também pudessem perguntar. Então, Renata Giraldi.

Jornalista Renata Giraldi – jornal O Dia: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Renata.

Renata Giraldi: Na sua última visita ao Rio, o serviço de segurança da Presidência desaconselhou a sua ida à favela da Rocinha, mesmo diante do lançamento do microcrédito e da inauguração da farmácia popular. Recentemente, o ministro José Dirceu esteve na cidade cercado por um fortíssimo esquema de segurança para atravessar a Linha Vermelha e ele foi desaconselhado a passar pelos túneis que estão espalhados por todo o Rio. Bom, essa é a realidade da população do Rio de Janeiro no dia-a-dia.

Eu gostaria de saber do senhor: no que o senhor, como Presidente da República e como governo federal, pode ajudar o governo do Rio e a população a diminuir a criminalidade e a reduzir a violência?

Presidente: Bom dia, Renata. Renata, você

certamente acompanhou muitas idas minhas ao Rio de Janeiro, e eu já subi em várias favelas do Rio de Janeiro. Eu estou surpreso de saber por você, agora, que em algum momento a minha segurança impediu que eu fosse ao Rio de Janeiro, porque eu acho que 99% dos moradores da Rocinha são iguais aos moradores de qualquer outro lugar do Brasil. Eu não tenho dúvida de que, na favela da Rocinha, a maioria das pessoas que mora lá são pessoas trabalhadoras, pessoas de bem, são pessoas que querem viver condignamente. Portanto, eu quero te agradecer por esta informação de que, em algum momento, a minha segurança barrou a minha ida lá.

Eu, quando marco uma agenda, ela é marcada e desmarcada pelo meu Chefe de Gabinete e nem sempre essas coisas são contadas para mim: “você não vai porque o Flamengo vai jogar, porque está acontecendo alguma coisa lá”. Eu acho que não há por que um presidente da República não ir à favela da Rocinha, não ir à favela Santa Marta, não ir ao Chapéu Mangueira, não há por que não ir. Se o povo vai, o Presidente da República tem mais a obrigação de ir.

Obviamente que como Presidente da República você tem os cuidados necessários, porque pode ter uma ou outra pessoa, como aquelas desgarradas que tentaram matar o Papa um dia, que tentaram matar o Reagan outra vez, e assim por diante.

Eu acho que o governo federal e o ministro Márcio Thomaz Bastos têm trabalhado muito próximos ao governo do Rio de Janeiro, na tentativa de encontrar soluções para que a gente dê tranquilidade ao povo do Rio de Janeiro. Você sabe que a segurança pública do Rio de Janeiro e dos estados é uma coisa do estado, o governo federal só pode participar fazendo acordos com os governos estaduais, ele não tem como fazer porque, senão, significa fazer intervenção no estado. Nós criamos uma força especial de policiais do Brasil inteiro treinados, possivelmente seja parte da Polícia Militar mais qualificada que está à disposição do nosso

Ministro da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e na medida em que o governo do Rio de Janeiro entender que essa polícia pode ficar no Rio de Janeiro, nós mandaremos, como mandamos para Vitória e ajudou a solucionar o problema do Rio de Janeiro.

Eu estou convencido de que a segurança pública hoje, não é problema de um prefeito, de um governador. É preciso que haja uma junção de todos os entes federativos para que a gente possa, conjuntamente, começar a sonhar a diminuir com a criminalidade no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, em quase todo o território nacional. Talvez no Rio de Janeiro apareça mais porque o Rio de Janeiro é um centro muito importante no nosso país, mas tem muitos outros lugares com violência e nós precisamos trabalhar juntos para que a gente possa resolver definitivamente esse problema de segurança.

Eu sei que a nossa Secretaria está fazendo acordo com os governos dos estados, eu sei que nós estamos trabalhando conjuntamente, informatizando a Secretaria de Segurança Pública, informatizando a Polícia Federal, para que a gente trabalhe de forma mais científica, trabalhe de forma mais inteligente e não trabalhe como se trabalhava há 10, 12 ou 20 anos porque o crime, hoje, é mais sofisticado, o crime, hoje, é uma coisa mais profissional. O narcotráfico, o crime organizado tem seu braço político, tem seu braço no Judiciário, tem seu braço internacional, tem seu braço no empresariado, não é mais aquele ladrão que nós estávamos acostumados a ver pegar.

Por isso, é preciso essa sofisticação e posso lhe dizer que o ministro Márcio Thomaz Bastos está fazendo um forte esforço para que a gente dote a nossa polícia de mais capacidade, de mais inteligência e que ela esteja munida dos mecanismos necessários para ser mais eficiente. E você tem acompanhado que a Polícia Federal tem desbaratado muita coisa neste país, e vai continuar sendo assim, cada vez mais prendendo mais gente.

Eu espero que, uma dia, não precise prender, que a gente não tenha mais tanto bandido no Brasil.

Secretário de Imprensa: Obrigado Presidente, Obrigado Renata Giraldi. A sétima pergunta é de Augusto Nunes, do Jornal do Brasil. Por favor.

Jornalista Augusto Nunes – Jornal do Brasil: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia Augusto.

Augusto Nunes: Presidente, o senhor declarou há poucos dias que não têm consciência os brasileiros que se sujeitam ao pagamento de juros de 8% sobre as quantias que excedem o limite do cheque especial. Essa é, basicamente, a taxa, essa taxa de 8% é basicamente a mesma em todas as instituições financeiras, incluídas as controladas pelo governo federal. Pergunto: por que o governo não toma providências para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal reduzam, sensivelmente, essa taxa, para que os brasileiros possam sair do comodismo e buscar bancos que realmente ofereçam vantagens?

Presidente: Meu caro Augusto, eu acho que nós fizemos mais do que isso, muito mais do que isso. Você deve estar acompanhando um forte crescimento de dinheiro que está entrando no mercado de consumo por conta do crédito consignado no nosso país. Nós chegamos a 13 bilhões e meio o ano passado; estamos certos que atingiremos 20 bilhões, que o Banco do Brasil agora até estendeu aos aposentados que podem pegar esses juros a 1,50% ao mês, é o juro mais barato, ou seja, certamente os juros diminuiram no crédito consignado acima de 50% dos juros colocados no mercado.

E você vai perceber que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, embora sejam bancos públicos, funcionam como se fossem bancos privados, para muitas coisas; não funcionam para o crédito agrícola, não funcionam para o Pronaf, não funcionam assim para o crédito consignado. E mesmo no cartão de crédito, que é onde eles cobram mais, eles cobram mais barato do que alguns bancos.

Não sei se você assistiu o debate que eu fiz, Augusto, eu citei um exemplo, eu citei o Unibanco, eu não podia falar banco aqui, por isso que... Mas um banco reduziu a taxa, na expectativa de que os clientes dos outros bancos saíssem para ele. E ele ficou muito chateado porque não saíram, ou seja, ou a propaganda não foi correta ou não é tão simples fazer uma pessoa se mover para que ela troque de banco. Nós, agora, fizemos um acordo na Previdência, em que o aposentado não precisa tomar dinheiro emprestado no banco em que ele tenha conta, ele vai tomar dinheiro emprestado em qualquer banco, porque a conta dos bancos, a conta da Dataprev estará conectada com os bancos, e o banco vai saber, em tempo real, o cidadão que pegou dinheiro, portanto, vai descontar na folha de pagamento.

Eu digo sempre, e tenho pedido, em todos os debates que eu faço, para que os comerciantes em cada cidade se organizem em cooperativas. Até porque eu tenho um sonho de transformar o Brasil no maior país cooperativado do mundo, porque eu conheço algumas regiões, em que prevalecem as cooperativas, que se desenvolveram muito, as pessoas são mais solidárias, as pessoas não precisam trocar uma duplicata de 30 mil reais num banco, porque o banco cobre em função do direito de pagar ou não. E eu trabalho fortemente para que a gente se organize e, quem sabe, se um dia, ao invés de fazer por decreto, que não é uma coisa simples... Não sei se você acompanhou a Constituinte, o deputado Gasparian lutou durante dois anos para que a gente conseguisse aprovar os juros de 12% na Constituinte, ou seja, não só não conseguimos, como aquilo era uma guerra diária no Plenário.

Eu penso que, ao invés da gente ficar brigando, a gente deveria ir criando formas de organização, criando as alternativas para que, um dia, o banco perceba que ninguém está indo lá buscar dinheiro, aí ele nos procure, dizendo “olha, eu estou oferecendo um juro mais baixo para vocês”. Isto já está acontecendo com o crédito consignado, que talvez tenha sido a maior revolução bancária que

aconteceu nesses últimos anos no Brasil. O trabalhador deixou de pegar dinheiro com agiota, deixou de pagar 8.5% no cartão de crédito, deixou de pagar o cheque especial, e agora ele vai e pega dinheiro com contrato feito com o sindicato e com os bancos, tanto da CUT, quanto da Força Sindical.

Augusto Nunes: Só um esclarecimento mesmo: o senhor considera possível, especificamente sobre o cheque especial, o senhor considera possível uma redução sensível, repito, por parte da Caixa Econômica e do Banco do Brasil ou não?

Presidente: Eu acho que já está mais baixo do que os bancos privados. E eu acho que temos que trabalhar para que eles baixem mais. Você sabe que, quando eu ganhei meu primeiro cheque especial, em 1976, eu achei que o banco gostava de mim. Me deram um cheque especial e eu achei que eu era um cliente especial. E, um belo dia, a minha mulher foi comprar um sofá, e comprou um sofá que extrapolou o limite de meu cheque especial. E eu tinha meu fundo de garantia nesse banco e, de repente, percebi que, do dinheiro que eu tinha no fundo de garantia, eu recebia um pouquinho assim de juros e, do que eu consegui extrapolar no limite da minha conta, eu estava pagando 10% de juros.

Então, eu consegui perceber que nós precisamos, nós sociedade, não é ficar esperando apenas que o governo faça. Eu, enquanto cidadão, se tiver um cartão de crédito, não posso deixar estourar, porque se eu deixar passar a data de vencimento, eu vou pagar um juro que eu não posso pagar. E se eu não conseguir pagar em um mês, eu não consigo pagar no terceiro, não consigo pagar no quarto. É por isso que os bancos colocam uma taxa de juros alta, para poder colocar na conta dos bons pagadores aquilo que ele perde com a inadimplência das pessoas que não podem pagar. E, na minha opinião, nós só vamos mudar isso na medida em que o povo começar a agir com mais cobrança, não apenas que o governo faça – o governo pode fazer, pode brigar para fazer, pode mandar projeto de lei – mas a sociedade, por si só, pode ir reeducando o

sistema financeiro brasileiro para entender que nós somos um país capitalista, que precisamos ter dinheiro em circulação, e que o nosso povo precisa – quando precisar – ter direito a um empréstimo a juros condizentes com a sua possibilidade de pagar.

Jornalista: Muito obrigado, Presidente.

Jornalista Cristiano Romero, Jornal Valor Econômico: Bom dia, Presidente. O senhor disse, agora, que deposita total confiança no ministro Palocci, que o senhor e ele são como unha e carne. O ministro Palocci já explicitou que um dos sonhos dele é formalizar a autonomia que o Banco Central tem hoje. Ele considera que isso pode reduzir o risco político e provocar uma redução imediata nas taxas de juros que hoje o Banco Central pratica. Eu queria saber do senhor o seguinte: se esse é apenas um sonho, ou seja, a formalização, a independência do Banco Central, é apenas um sonho do ministro Palocci, ou é um projeto do governo Lula, ou seja, um projeto do senhor para este mandato ou, possivelmente, para o próximo.

Presidente: Cristiano, eu posso lhe garantir que o Palocci não me conta todos os sonhos dele. Certamente alguns ele guarda para si e não me conta. Deixe eu lhe dizer uma coisa. Primeiro, o Banco Central tem muita autonomia no meu governo, muita autonomia. Eu sei que no Senado Federal começou uma discussão que eu acho que deva ser assim, vamos deixar o Congresso Nacional discutir, vamos fazer com que os especialistas do Brasil discutam e se, em algum momento, entenderem que a autonomia do Banco Central pode dar no resultado que você disse, que o Palocci disse que dá, de que a autonomia vai fazer baixar os juros, ora, eu seria louco se não fizesse. Agora, na teoria, a prática é outra, ou seja, ninguém pode garantir que a autonomia, por si só, resolva o problema do Banco Central. Eu sei que na maioria dos países do mundo o Banco Central tem autonomia. Eu não faço disso uma profissão de fé e tampouco uma questão ideológica. Eu acho que a questão do Banco Central não pode ser tratada do ponto de vista do debate político e ideológico que se

dá na sociedade; ela tem que ser tratada do ponto de vista técnico, com especialistas, para que as pessoas possam efetivamente não ver o Banco Central vulnerável e, a cada dia, alguém fazer um discurso pedindo a cabeça do Banco Central ou de um funcionário do Banco Central, porque aí você passa muito mais desconfiança, vai gerar muito mais vulnerabilidade ao comportamento do Banco Central. Agora, vamos esperar esse debate. Eu não faço disso uma peça de campanha, uma determinação de Programa. Se chegar, no momento certo, a partir dos debates que estão se iniciando, de que isso é possível e que isso melhora, eu não vejo por que não fazer. Mas pode ser que cheguemos a uma posição diferenciada. E aí nós temos que trabalhar, qualquer que seja a autonomia ou não do Banco Central, trabalhar para que ele possa fazer cada vez mais e cada vez melhor, para que a gente tenha os juros cada vez mais baixos e para que os juros não sejam o único instrumento de controle da inflação. Não pode ser a taxa de juros para conter a demanda, o único motivo. Nós precisamos criar outros mecanismos.

Nós, agora, fizemos uma experiência com a alíquota do aço, que nós zeramos para que a gente possa facilitar a exportação, a importação do aço. Muitas vezes, um acordo dessa natureza tem que passar pelo Mercosul. Então, as coisas não são tão simples como eu gostaria que fossem, mas nós estamos procurando outros mecanismos para que a gente possa controlar a inflação, porque o objetivo básico, além de garantir que haja crescimento da economia no Brasil, e eu tenho a convicção de que vai se repetir o resultado importante do ano passado, é a gente garantir que a inflação não volte, porque na hora em que a inflação começar a crescer, se ela chegar a dois dígitos, a experiência do Brasil já mostra: ninguém segura, de dez para quinze vai num passo, de quinze para vinte, vai em outro. Vocês estão lembrados que se nós não tivéssemos sido duros em 2003, possivelmente teríamos chegado a uma inflação de 30%. Sair de quase 17% para 7%, eu penso que foi um passo extraordinário que deve ser reconhecido por todos aqueles que, minimamente, entendem de

economia no Brasil.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado Cristiano Roremo. A nona pergunta é de Tânia Monteiro, do jornal O Estado de São Paulo.

Jornalista Tânia Monteiro – O Estado de São Paulo: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Tânia.

Tânia Monteiro: O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, declarou recentemente que o governo, infelizmente, não trabalha em equipe. Eu queria saber se concorda com ele e o que se pode fazer para chegar a uma sintonia fina? E gostaria de saber, também, se o Supremo Tribunal Federal decidir abrir investigação contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, se o governo vai substituí-lo imediatamente para evitar um tumulto no mercado, na economia, e se a chegada do Murilo Portugal na equipe econômica já é um primeiro passo nessa substituição?

Presidente: Olha, Tânia, vamos começar dizendo a você que o Supremo Tribunal Federal tem todos os poderes e não cabe ao Presidente da República tomar nenhuma decisão de crítica a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Ora, se o Supremo Tribunal Federal abrir uma investigação, é uma investigação. Eu só posso tomar uma atitude quando houver uma conclusão. O que quero para mim, eu faço para os outros. Eu não quero ser julgado antecipadamente, eu quero que me dêem o direito de defesa. O fato de o Supremo começar a investigar, pode chegar no final e concluir que todas as coisas que foram levantadas contra o Presidente do Banco Central não tem procedência. Se eu tiver tirado antes, eu terei criado um problema político desagradável, porque julguei antecipadamente uma pessoa. Então, vamos esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A segunda, com relação ao ministro Furlan. Eu não sei qual o contexto que o Furlan disse isso, porque o Furlan é um dos companheiros que trabalha em equipe. Eu tenho feito questão de elogiar, sempre

que possível, o trabalho conjunto do Ministério das Relações Exteriores, o trabalho do Ministério da Agricultura e o trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, porque são os três ministros que mais têm ação de política internacional para vender e para comprar coisas do Brasil.

Eu confesso que, como o Furlan nunca se queixou para mim disso, às vezes as pessoas preferem contar para os jornalistas do que para mim mesmo. Eu agradeço ficar sabendo pela tua boca e vou perguntar para o Furlan qual é o problema de falta de sintonia que existe entre eles. Até porque, vejam, nós criamos no governo as Câmaras Setoriais coordenadas pela Casa Civil e o companheiro Furlan participa de forma assídua nessas Câmaras, talvez seja um dos ministros que mais participe dessa Câmara porque trata a questão de exportação, porque trata a questão do desenvolvimento. Agora, se está havendo um desentendimento como de vez em quando existe na seleção brasileira, de vez em quando os dois Ronaldinhos não se entendem, um não passa a bola para o outro, isso não quer dizer que não haja... que os dois não estejam jogando para o mesmo lado.

Como eu acho que o Furlan é um extraordinário ministro, junto com o Celso, com o Roberto Rodrigues e os outros meus companheiros eu, até por curiosidade, vou perguntar para o Furlan qual é a falta de sintonia que está havendo, para a gente corrigir se houver um problema dessa ordem.

Secretário de Imprensa: Obrigado, Presidente. Obrigado, Tânia Monteiro. Antes de passar a palavra à Jornalista Zileide Silva, da TV Globo, eu queria pedir novamente, que os colegas se restringissem a uma pergunta, de forma que os que ainda não fizeram perguntas possam fazê-las. Zileide Silva, da TV Globo.

Jornalista Zileide Silva – TV Globo: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Zileide.

Zileide Silva: Presidente, com a vitória do

presidente Severino Cavalcanti, a Câmara passou a andar num ritmo bastante lento e o senhor já enfrentou pelo menos duas importantes derrotas lá: a da Medida Provisória 232 e a da LOAS, a Lei Orgânica de Assistência Social. Eu gostaria de saber, Presidente, se o senhor se arrepende de não ter pedido ou mesmo exigido maior empenho de todos que participaram naquele processo para eleger um aliado do senhor e como o governo está administrando o prejuízo de não ter um aliado na Presidência da Câmara?

Presidente: Primeiro o Severino é meu aliado.

Zileide Silva: O senhor acha?

Presidente: O partido dele faz parte da base de sustentação do governo. Segundo, o Severino foi eleito presidente da Câmara concorrendo e cumprindo exatamente as regras existentes na Câmara para que alguém pleiteasse ser presidente. Sorte dele que ganhou e azar de quem perdeu. Aquilo é um jogo, muitos poderiam ser candidatos, ele foi e ganhou. Não estava previsto nos prognósticos dos cientistas, dos analistas, dos matemáticos, mas ele ganhou.

O Presidente da República não escolhe quem deva ser o Presidente da Câmara, o Presidente da República estabelece política de convivência democrática com o presidente da Câmara, qualquer que seja o partido a que ele pertença e qualquer que seja o discurso que ele faça todo santo dia.

O Presidente da Câmara tem o poder de conduzir o Poder Legislativo e fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma possível. O Presidente da República tem a obrigação de governar o Brasil. O fato de nós perdermos uma ou outra coisa no Congresso Nacional... deixa eu lhe contar uma coisa: eu sou grato ao Congresso Nacional por tudo que nós conseguimos fazer nesses dois anos de governo.

O Congresso Nacional aprovou coisas extremamente importantes, coisas que estavam aí há anos, rolando, como a reforma do Poder Judiciário, como a reforma tributária, como a reforma da Previdência, ou seja, foram coisas que mudaram

bastante e que o Congresso Nacional aprovou, sempre por maioria, sempre com muito debate, sai o debate da Câmara, vai para o Senado, do Senado volta para a Câmara, aprovou um projeto de biossegurança.

Veja, a Medida 232 teve toda a polêmica que teve, mas no “frigir dos ovos”, foi aprovada a razão pela qual ela foi criada, que era atender a um apelo dos trabalhadores. Ou seja, se nós não conseguimos fazer com que a Receita Federal visse aprovadas algumas coisas que ela entendia que eram importantes para a tributação no Brasil, o essencial foi aprovado, que era a questão dos trabalhadores brasileiros que estão contemplados.

A questão da LOAS não foi aprovada ainda, a posição da comissão, eu penso que as pessoas saberão tratar condignamente, porque na hora em que você aprovar um benefício, você tem que olhar o que você tem em casa.

Eu volto a repetir uma coisa que eu digo todo dia, não me canso de dizer, pode alguém fazer crítica: “mas o Presidente está com aquelas metáforas que todo mundo já conhece”. Mas é para repetir mesmo, é para repetir. Eu vejo os canais de televisão todo dia fazerem propaganda deles mesmos, a mesma durante anos. É importante que façam para a gente saber em que canal a gente está. Eu trato essas coisas sempre como eu trato a minha vida cotidiana, sempre. Ou seja, quando se aprova uma lei no Congresso Nacional, você tem que dizer que você vai gastar tanto, e de onde vai sair o dinheiro para você gastar, porque quando alguém, na minha casa, deseja uma coisa, temos que dizer de onde vai vir o dinheiro para comprar. No país, tem que ser do mesmo jeito. Ninguém pode aprovar gasto sem aprovar a fonte de receita. É, no mínimo, um absurdo, principalmente nesse instante, em que demos uma demonstração de que estamos levando a sério o fato de limitarmos os gastos em 16% do PIB no Projeto de LDO que mandamos para o Congresso, nos próximos três anos, ou seja, ao limitar a nossa receita em 16% e o nosso gasto em 17%, nós vamos ter,

cada vez mais, que ter dinheiro para diminuir os tributos no Brasil e cada vez mais dinheiro para fazer investimentos que possam gerar mais crescimento econômico para o país. É assim que tem que funcionar, e eu penso que o Severino será um colaborador nisso. Tem problema na relação política dentro do Congresso? Se tiver, é um problema que os partidos vão ter que resolver. Eu não quero, em nenhum momento, confundir o papel que cada partido tem, que tem seu líder dentro do Congresso, com uma ação do governo. O governo vai continuar fazendo aquilo que precisa ser feito para a boa governança de nosso país. Como eu digo todo dia, nós estamos em um momento auspicioso do nosso Brasil, nós temos a chance histórica de fazer com que o Brasil tenha um ciclo de crescimento duradouro, que possa demorar 15 ou 20 anos, que não seja apenas uma aventura como tantas em que o povo brasileiro já entrou, e nós achamos que o Congresso Nacional já é, e pode continuar sendo, um grande parceiro para que tenhamos solidez na nossa economia, para que possamos fazer mais distribuição de renda, para que possamos crescer um pouco mais. É assim que eu penso a Câmara, é assim que eu penso o Senado, e é assim que eu me relaciono com o Presidente da Câmara, é assim que eu me relaciono com o Presidente do Senado.

Jornalista: Obrigado, Presidente.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Zileide Silva.

Jornalista Roberto Maltichik, Rádio Gaúcha: Bom dia, Presidente. Eu falo em nome da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre, mas a pergunta tem o sentimento das outras rádios que cobrem o Planalto: a Bandeirantes, Católica, CBN, Eldorado, Guaíba, Itatitaia, Jovem Pan, e também a Rádio Tupi. Presidente, o senhor foi eleito com a tarefa de melhorar a vida da população brasileira, de dar melhores condições à população. Mas o que se vê é que o comprometimento do governo, em termos financeiros, é muito maior com o pagamento de dívidas, com o sistema financeiro. Por mês, o governo

gasta, com o pagamento de serviço de dívida, mais do que todo o investimento em infra-estrutura do ano. E eu gostaria de saber se, na avaliação do senhor, a realidade da população brasileira, hoje, pode esperar esse processo, essa divisão de valores, e como é que o senhor sente essa realidade. O senhor dorme bem com isso?

Presidente: Primeiro, bom dia, Roberto. Olha, Roberto, não só durmo bem, como acho que você também dorme bem. Com a consciência tranqüila, de que estamos fazendo as coisas que podem e que devem ser feitas no Brasil. Eu vou lhe dar alguns dados para você fazer uma reflexão quando você for dormir hoje. Nos oito anos do governo anterior, a média de emprego gerada por mês, era de apenas oito mil empregos. Nos nossos dois anos, a média de emprego gerada, com carteira profissional assinada, é de 91 mil empregos, onze vezes mais empregos, gerados a cada mês, do que nos oito anos do governo anterior. Isso é uma melhora significativa para o povo. Outra melhora significativa para o povo, Roberto, é o crescimento do salário mínimo, que eu acabei de dizer agora. Em 2003, você podia comprar 1.2 cesta básica por salário mínimo. Você vai poder comprar duas agora, a partir de 1º de maio, com o reajuste do novo mínimo para R\$ 300,00. É uma melhora substancial. É uma melhora substancial a indústria brasileira ter tido o maior crescimento dos últimos 18 anos. É uma melhora substancial o programa Bolsa Família, que está atendendo a 6 milhões e 700 mil famílias, garantindo a essas pessoas que não tinham direito à comida, terem comida. É uma melhora substancial a aprovação do Estatuto do Idoso que deu mais direito à aposentadoria a pessoas que não contribuía, a deficientes. Praticamente, hoje, investimos quase 3 bilhões de reais nesse programa. É melhoria da qualidade de vida quando a gente consegue colocar, em apenas um ano e meio, 112 mil adolescentes na universidade quando, historicamente, ao longo dos últimos anos, nas universidades federais só se renovava 124 mil vagas por ano. E nós colocamos,

além das 124 mil, 112 mil com a criação do ProUni.

Obviamente que a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, a gente tem um superávit comercial de 36 bilhões de dólares e isso nos permitiu romper amigavelmente com o FMI. É melhoria da qualidade de vida a gente perceber que a média per capita do povo brasileiro cresceu 3,7% ano passado. Obviamente, Roberto, que você sabe, como cristão que é, que não dá para a gente fazer, eu não tenho varinha mágica, lamentavelmente não tenho, espero que na outra encarnação eu tenha, para poder, com um toque de mágica, melhorar, fazer com que todo mundo ganhe muito dinheiro, com que todo mundo possa melhorar de vida.

Mas o que nós estamos fazendo são passos muito sólidos, muito tranqüilos, sem perder a cabeça um único minuto para que a gente possa ser julgado, em qualquer momento histórico, em qualquer governo, das coisas que foram feitas. Eu vou lhe dar um exemplo, até mudando alguns sinais que no Brasil são corriqueiros. Tudo que a gente faz para os pobres é contabilizado como gasto. E nós queremos contabilizar como investimento. É investimento aumentar a merenda escolar, é investimento contratar professores, é investimento em apenas dois anos recuperar 75% da defasagem do dinheiro das universidades federais, é investimento o Bolsa Família, é investimento o Estatuto do Idoso, é investimento o Brasil Sorridente, que vai criar 400 centros de saúde bucal neste país para garantir aos pobres que tenham o direito de ir a um dentista.

Então, eu durmo com a minha cabeça tranqüila, durmo o sono dos justos todo santo dia, sempre com a preocupação de que eu preciso fazer mais, mais e cada dia mais, porque o desejo de fazer é insaciável da minha parte, muitas vezes limitado por circunstâncias que não dependem da minha vontade.

Eu queria só dar um dado, quando nós começamos e determinamos fazer uma forte política internacional, muita gente dizia: “o que vai fazer na África? O que vai fazer na América do Sul? O que vai fazer no mundo árabe?” Se você pegar os dados

do Banco Central hoje, você vai perceber o quê? Que o nosso comércio exterior com a África aumentou as nossas exportações em 45%; o comércio exterior com a América do Sul aumentou 58%; o comércio com o mundo árabe aumentou 50%. É por isso que nós, em março, pudemos comemorar de forma extraordinária o feito inédito do Brasil chegar a 102 bilhões de dólares de comércio exterior. É um fato inusitado e vou trabalhar para chegar a 112, depois para chegar a 120 e, quem sabe um dia, o Brasil tenha um saldo comercial tão grande que a gente não tenha nenhuma vulnerabilidade e que o risco-Brasil seja zero. É para isso que eu trabalho, meu querido.

Roberto Maltichik: Obrigado, Presidente.

Secretário de Imprensa: Obrigado, Presidente. Muito obrigado, Roberto Maltichik. A décima segunda pergunta é de Fábio Pannunzio, da TV Bandeirantes.

Jornalista Fábio Pannunzio – TV Bandeirantes: Bom dia, Presidente...

Presidente: Bom dia, Fábio.

Fábio Pannunzio: Tudo bem com o senhor?

Presidente: Tudo bem.

Fábio Pannunzio: Hoje, o senhor está completando 850 dias aqui, à frente da Presidência da República, e essa é a primeira oportunidade desse tipo de debate, que a gente espera que se repita muitas vezes. Talvez por isso as perguntas se reportem tanto, ainda, à fase da campanha, essa coisa toda. E eu gostaria de saber: o senhor acabou de enumerar aqui uma série de qualidades do seu governo que, de vez em quando, o senhor reclama que nós, jornalistas, não observamos. O senhor tem feito uma crítica muito contundente à nossa atuação. Eu gostaria de saber do senhor o seguinte, aproveitando aqui a sugestão de um companheiro nosso: o governo também erra?

Presidente: Muito.

Fábio Pannunzio: E quais são os três maiores erros do governo que o senhor assume responsabilidade sobre eles, pessoalmente?

Presidente: Olhe, é difícil reconhecer um

erro num governo que acerta tanto. Mas eu vou dizer alguns erros.

Levantou, aqui, um companheiro, antes, que fez a pergunta, de que possivelmente tenha sido um erro do governo não ter tido uma participação maior na sucessão na Câmara. Possivelmente tenha sido. Foi a Zileide que perguntou, como a história vai perguntar se foi ou não. Nós não conseguimos fazer as obras nas rodovias brasileiras que eu gostaria de fazer e que conheço desmandos desde 1992, quando percorri 90 e poucos mil quilômetros nas caravanas da cidadania. Possivelmente seja uma coisa muito forte. E, segundo, que eu acho que pode ter sido um erro nosso, é a gente ainda não ter feito com que os juros não sejam o único padrão de controle da inflação. Possivelmente eu possa fazer isso, que é uma busca que eu ainda não consegui.

No máximo, eu acho que pode ter outros erros que, possivelmente... você não sabe aquela história que o pai nunca vê o defeito do filho? Para o pai, o filho é o melhor da classe, é o melhor da rua, é o melhor jogador, é o melhor em um monte de coisas. Só quando ele conversa com alguém de fora é que ele fica sabendo dos defeitos do filho. Possivelmente a gente tenha muitos defeitos, que eu espero que vocês descubram, que vocês publiquem, que vocês falem para a gente poder ir consertando as coisas, porque são 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, mais de 180 milhões de habitantes e, quem sabe, uns milhares de problemas que nós temos que resolver neste país.

Eu acho, meu querido Fábio, que eu não conheço um político que não se queixe da imprensa. Não conheço. Você é capaz de chegar num político da oposição, ele está se queixando da imprensa, e você chega num da situação, ele se queixa da imprensa. Eu nunca vi alguém dizer: “não, essa aí está fazendo o meu joguinho.” Nunca vi. Eu já vim aqui, já vi o presidente Itamar se queixar, já vi o presidente Sarney se queixar, já vi o Fernando Henrique Cardoso se queixar, já me queixei, já vi tanta gente se queixar; e você vai para a oposição é a mesma

coisa. “Não, porque a imprensa só fala do governo, a imprensa não sei das quantas, o governo.”

Eu, no fundo, acho que a imprensa é um bom remédio para a gente consolidar a democracia em qualquer país do mundo, para fiscalizar a administração pública municipal, estadual ou federal. E por mais que você não goste, sem ela nós não teríamos democracia. E nos momentos históricos em que não tivemos ela, todos nós sabemos o que pagamos de preço.

Fábio Pannunzio: Obrigado.

Secretário de Imprensa: Obrigado, Presidente. Obrigado, Fábio Pannunzio. A décima terceira pergunta é de Cristiane Jungblut, do O Globo.

Jornalista Cristiane Jungblut – Jornal O Globo: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Cristiane.

Cristiane Jungblut: O senhor acabou de dizer que os juros não podem ser o único mecanismo de combate à inflação. Eu gostaria de saber que outras medidas o governo poderia estar estudando para ter esse controle da inflação, além da medida de colocar dinheiro no mercado através de crédito consignado e microcrédito que o senhor colocou?

Presidente: Uma vez, Cristiane, eu ouvi de um homem mais sábio do que eu a seguinte frase, ele me dizia: “Lula, nem tudo que você pode fazer na economia, você pode avisar antes, porque se avisar não faz.” Esse homem foi o doutor Ulisses Guimarães quando era Presidente da Constituinte, e a gente discutia a política econômica do governo Sarney naquela época.

Eu estou convencido de que os juros não podem ser o único instrumento para controlar a inflação, se for assim, nós passamos muita responsabilidade para o Banco Central e tiramos das nossas costas a responsabilidade, das costas do governo e das costas da sociedade. Também não vou fazer como já foi feito neste país, e vocês já viram, porque aqui eu estou vendo alguns jornalistas de cabelo branco, que têm mais ou menos a minha idade,

que participaram ativamente das coberturas jornalísticas daquela época.

Vocês já viram gente, em nome de controlar a inflação, levantar a bandeira de fiscalizar supermercado, muito recentemente em governos passados no Brasil, vocês já viram helicópteros sobrevoando o interior de São Paulo procurando boi, porque era preciso controlar a carne. Nós não vamos fazer isso.

Eu, possivelmente, se tivesse 30 anos, adoraria uma pirotecnia, mas aos 59 anos de idade, de barba e cabelo branco, eu prefiro fazer as coisas com o melhor senso possível. Veja, o governo determina uma meta de inflação, não foi o Banco Central que determinou, foi o governo. O governo determinou e o Banco Central tem que buscar essa meta de inflação. Para buscar essa meta de inflação, o Banco Central só tem um mecanismo: o aumento da taxa de juros.

Para quê? Para conter a demanda, para diminuir o consumo e para diminuir o preço. Isso em razão do quê? Em razão de que no Brasil, nós temos determinados setores empresariais, e não todos, que ainda têm a mentalidade de que, na hora que o consumo começa a crescer, que ele começa a vender mais unidades, que ele deveria portanto baixar o preço porque vai ganhar por unidades, ele tenta recuperar o que ele não ganhou nos anos anteriores, aumentando o preço porque o seu comércio está bem, porque o seu produto está vendendo bem quando, na verdade, o consumo aumenta, o preço reduz, porque ele vai ganhar pela quantidade de unidades que ele vende e não ganhar como se estivesse tendo que aumentar porque está produzindo pouco. Então é preciso ganhar mais porque estão vendendo menos unidades.

Bem, eu tenho dito isso publicamente, ou seja, nós demos um exemplo. Faz um pouco mais de um mês, o ministro Palocci, o ministro Furlan se reuniram e decidiram reduzir a alíquota de importação do aço, havia muita queixa, vocês publicavam muitas matérias de que o aço está subindo 60% e a indústria automobilística se queixa. Aumentou demais o aço e nós reduzimos a

alíquota para ver se a gente consegue regular.

Em alguns produtos você pode utilizar isso, mas nós participamos de um mercado maior do que o Brasil, que é o Mercosul. Nós temos regras impostas na OMC, portanto, as coisas têm que ser feitas com mais cuidado. Eu só queria dizer, Cristiane, que nós temos essa preocupação. Essa preocupação é a primeira do ministro Palocci, essa preocupação é dos homens do Banco Central e das mulheres do Banco Central. Essa preocupação é minha, essa preocupação deve ser do povo brasileiro. Vamos trabalhar para que isso aconteça. Agora, não vamos brincar com coisas que podem causar muito prejuízo a este país.

Não faz muito tempo, Cristiane, eu vi neste país as pessoas pobres irem dormir achando que eram ricas porque acreditavam que todo mundo ia ter a mesma quantia de dinheiro no banco, manchetes em todos os jornais. Eu conheço um dirigente sindical que disse o seguinte: agora o Brasil está bom porque eu tenho a mesma quantia em dinheiro no bando que tem o doutor Roberto Marinho. Alguns dias depois, nós descobrimos que não era verdade, que alguns foram mais amigos do que outros, que alguns puderam tirar o seu dinheiro e fazer tudo que quisesse fazer, enquanto os trabalhadores continuaram pensando.

Conheço outros momentos históricos em que pessoas foram dormir devendo um e acordaram devendo quatro. Nós não queremos fazer isso Cristiane. Eu estou disposto – você percebe que eu tenho as costas largas; isso é coisa de nordestino que não morreu antes de completar cinco anos de idade, ele vai ficando tarracudo assim –, eu não pretendo permitir que, em função de um ano eleitoral que se aproxima, em função da levandade dos discursos falsos de alguns, que eu tome qualquer atitude que coloque em risco o que nós, a duras penas, construímos até agora. Até porque não estou querendo construir um Brasil para mim. Eu já vivi a minha parcela de vida no Brasil. Eu estou querendo construir um Brasil para aqueles que ainda não vieram ao Brasil, para aqueles que não nasceram e que vão

nascer, para os meus netos, é esse Brasil que eu quero construir. E eu não quero que o Brasil tenha mais aquele modelo econômico “pulo de galinha”. Eu quero que tenhamos uma coisa sólida, forte, uma coisa que possa dizer “o Brasil vai crescer, agora por 15 ou 20 anos seguidos; o Brasil vai aumentar a sua política de comércio exterior; o Brasil vai exportar mais; o Brasil vai importar mais, porque também nós temos que importar mais; o Brasil vai estabelecer uma relação muito forte com países que tenham similaridade com o Brasil”. É esse sonho que eu tenho, e é isso que eu quero construir, e eu acho que nós vamos construir, certamente, do jeito que estamos fazendo, aprimorando uma coisa ou outra, mas eu acho que nós estamos no caminho certo.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Cristiane Jungblut.

Jornalista Marta Salomon, Jornal Folha de São Paulo: Bom dia, Presidente. O senhor acabou de nos expor aqui a angústia com os juros altos, e lembrou que o Banco Central busca metas de inflação que o próprio governo definiu, ou seja, o governo tem essa responsabilidade, o Banco Central busca, então, cumprir essas metas. Eu pergunto se o senhor considera uma brincadeira discutir mudanças nas metas de inflação, como defendem alguns de seus aliados, como o líder do governo no Senado. O senhor acha que essa discussão é tola, ou o senhor acha que essa discussão pode seguir adiante?

Presidente: Marta, primeiro bom dia, querida. Olhe, eu não posso dizer que seja brincadeira alguém querer discutir a meta de inflação no momento em que formos discutir a meta de inflação. O dado concreto é que temos uma meta de inflação, que era de 4,5 e passou para 5.1. Essa meta tem uma banda para mais e para menos, e nós, ao invés de fazermos como aquele aluno – para não falar dos outros, vou falar dos meus filhos. Os meus filhos falam assim para mim: “pai, eu estou precisando de três para fechar, mas se eu tirar um agora, um depois e um depois, eu fecho”. “Por que não tira logo os cinco que tem que tirar, meu filho?” Nós temos que

procurar o centro da meta. Mesmo procurando o centro da meta, é difícil, porque a pressão é muito forte. Você sabe, Marta, que no Brasil o controle da inflação de hoje tem coisas que não tinha há 21 anos atrás, há 30 anos atrás. Mas você sabe que hoje, você tem uma parte dos preços dolarizados. Você sabe que você tem uma parte dos preços com contratos feitos há algum tempo atrás, no setor de telefonia, no setor energético, no setor de telecomunicações, sobretudo. Ou seja, que você precisa fazer acordos, se você quiser mudar do IGPM para o IPCA, você tem que fazer acordos, muita conversa, muita reunião. Você tem, às vezes, esse aumento de produtos que poderiam estar mais baratos, mas que as pessoas aumentam. Mas vamos lembrar que nós tomamos várias medidas de exoneração, de importação de máquinas para os portos, de bens de capital, exoneramos parte da cesta básica no nosso país, e isso vai segurando a inflação. Quando eu digo que o governo tem que fazer a sua parte, é porque é muito cômodo eu ficar dizendo que o culpado é o Meirelles, que o culpado é o outro diretor do banco. Não, o culpado somos nós, que definimos a meta, porque entendemos que é preciso buscar. E eu, cada vez mais, vou querer uma meta de inflação que possa colocar o Brasil no patamar dos países desenvolvidos. Na hora que eu colocar a inflação no patamar dos países desenvolvidos, certamente, nós vamos colocar os juros também no patamar dos países desenvolvidos. Eu estou convencido de que nós vamos conseguir isso. Você sabe que eu sou um homem de muita fé, de muita crença, e que não desisto nunca. Eu estou convencido de que vamos conseguir isso e o Brasil vai poder viver muito melhor. E as pessoas que acham que têm que procurar outra meta, é uma análise que elas fazem. Quando nós formos discutir, nós vamos juntar um grupo de companheiros, vamos discutir o que fazer e aí pode prevalecer cinco, pode cair para quatro, pode cair para três, pode aumentar para seis. Esse é um assunto que nós vamos discutir em outro momento. Por enquanto a nossa meta é tentar chegar

aos 5.1% que nós mesmos determinamos. É isso.

Marta Salomon: ... mesmo que se tenha em risco os investimentos, a meta que o senhor acha que tem que ser perseguida é essa?

Presidente: Pelo menos para este ano a meta é 5.1%. Vamos perseguir essa meta. Se não conseguirmos é porque não conseguimos, mas perseguimos. E eu acho que se não chegarmos lá, chegaremos bem próximo. O que eu quero é não permitir que a inflação volte a ser o grande ladrão do salário do povo trabalhador deste país.

Secretário de Imprensa: Muito obrigado, Presidente. Obrigado Marta Salomon.

Eu quero agradecer ao Presidente da República a oportunidade desta entrevista e dizer, em nome da Presidência da República, reiterar, a enorme alegria e satisfação de ter recebido, hoje, os representantes da imprensa brasileira, aqui, no Palácio do Planalto.

Muito obrigado a todos os jornalistas que estiveram aqui e aos que fizeram perguntas. Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

Presidente: Obrigado a vocês.

“El asilo fue por razones políticas” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “El Comercio” do Equador, em 1º de maio de 2005

La residencia del Embajador de Brasil, en Quito, ya no está rodeada de ‘forajidos’, como hasta la semana anterior. En esos días, sus habitaciones acogieron al depuesto presidente Lucio Gutiérrez, produciendo el malestar ciudadano.

Finalmente, el coronel viajó a ese país como asilado político. Y con la calma de regreso, el canciller brasileño, Celso Amorim, quien vino a Quito por encargo de la Comunidad Sudamericana de Naciones evaluó la crisis que ha sacudido al país desde diciembre.

Hay ecuatorianos que están indignados con

la decisión del Brasil de haber dado el asilo a Lucio Gutiérrez. ¿Cuál es su respuesta?

Dar asilo político no es una manifestación de simpatía. El asilo territorial es una obligación que emana de las convenciones internacionales. Además se trata de una acción humanitaria; muchos brasileños han sido asilados.

Hay que notar que en momentos de conmoción, como los del 20 de abril, es difícil juzgar todos los elementos. Tampoco creo que hubiera habido pruebas en términos criminales: el asilo existe por eso. De lo que escuché decir a mucha gente que no apoyaba a Lucio Gutiérrez, es que Brasil ayudó a que las cosas se calmaran, creando las condiciones para la salida pacífica y segura de Gutiérrez a un asilo donde no podrá hacer manifestaciones políticas.

¿En la decisión de otorgar el asilo influyó la amistad de Gutiérrez con su país, por eso de las inversiones, etc.?

Yo no sé a cuántos países Gutiérrez pensó pedir asilo. Él tiene relaciones con Brasil, incluso habla portugués, pero en el otorgamiento del asilo no hubo ninguna influencia o relación de tipo personal.

¿Brasil pudo haber negado el asilo al ex Presidente?

Desde el punto de vista jurídico, no. Es que no había acusaciones o un juicio penal en marcha. Fue una acción política y eso nadie lo puede negar. La salida de Gutiérrez fue una consecuencia de este tipo de acciones y hay que mirar estos casos con una óptica amplia.

¿El asilo fue, entonces, un respaldo para Gutiérrez?

De ninguna manera. Si hubiera un respaldo para el ex Presidente no estaríamos aquí para hablar con el gobierno de Alfredo Palacio, los congresistas, alcaldes, o la sociedad. Como Brasil y Comunidad Sudamericana estamos para ayudar a la institucionalización del Ecuador.

¿La caída de Gutiérrez fue para usted inconstitucional?

No creo que éste sea el momento de discutir

este proceso. He escuchado interpretaciones de la gente y de lo que dice su Constitución. A nosotros no nos cabe hacer un juicio de valor. Pero lo que sí está claro es que había una fragilidad institucional, una quiebra de la Constitución, antes de la caída de Gutiérrez. Las cosas tienen que ser miradas desde un contexto más amplio.

¿Cómo han visto esas críticas iniciales de Argentina al interés de Brasil por mediar en la crisis ecuatoriana?

No las he escuchado... También hemos querido involucrar a ese país en este tema.

¿Qué lecciones tiene que sacar el continente sobre el caso ecuatoriano?

No hay duda de que existe una enfermedad institucional aquí, como en otros países. En Brasil, felizmente, hemos avanzado un poco, desde hace unos 10 años. No cabe juzgar cada caso, pero los problemas de democracia se resuelven con más democracia, mejorando la representatividad y la participación popular.

¿Qué países pueden contagiarse de este problema?

En los años 70, los gobiernos militares se daban a través de golpes. Hay situaciones críticas en varios países pero por razones endógenas. No porque pasa algo en Ecuador necesariamente repercutirá en otro país, a menos de que exista la quiebra total de la institucionalidad. Insisto en que en Ecuador, este problema empezó antes del 20 de abril.

¿No teme que Perú y Bolivia tengan una crisis similar?

No se puede confundir las cosas. No se trata de que un presidente poco popular puede ser destituido por el Congreso. Yo veo en Perú una situación de relativa tranquilidad. Bolivia sí tiene problemas de largo arrastre.

¿Los primeros anuncios de Alfredo Palacio, de pagar la deuda social, replantear la deuda externa y reinvertir los recursos petroleros dan la idea de que Ecuador sintoniza con esos gobiernos de la llamada izquierda 'light' de Brasil, Argentina, Venezuela, Chile

o Uruguay?

Es obvio que si hay gobiernos con más afinidad política con nosotros, ayuda a la coordinación a nivel sudamericano. Eso no es una casualidad sino que hay una conciencia de que es importante trabajar con los mecanismos de mercado, que permiten la productividad, pero éstos, por sí solos, no resuelven los problemas sociales muy graves, suscitados a raíz de nuestras crisis. Los acuerdos comerciales deben ser equilibrados y esa conciencia se va difundiendo.

¿En los 20 meses que gobernará Palacio podrá hacer algunas de las transformaciones que anuncia?

No puedo hacer una evaluación de este tipo. Brasil tuvo una situación parecida hace 10 años, dando paso a la transición, consolidando la democracia, que debe ser la meta de Alfredo Palacio.

¿Un país pequeño como Ecuador podrá replantear, en realidad, su relación con los organismos multilaterales?

Hay cosas que se pueden lograr, otras no. Si Ecuador tiene ganancias petroleras pero todo se va para pagar la deuda, la comunidad internacional tiene que mirar. Pero las cosas no se logran con una ruptura sino con negociación.

¿Nada es imposible?

Hay que siempre combinar la osadía con el realismo...

¿Por dónde debiera trabajar la Comunidad Sudamericana para lograr una verdadera integración, como la que busca liderar Brasil?

Brasil no lidera nada. Ahora hay, prácticamente, un área de libre comercio en toda América del Sur, con los acuerdos CAN-Mercosur y Chile-Mercosur. Estamos mirando más allá sobre cómo podemos hacer programas sociales, etc. El mundo del siglo XXI es de grandes bloques. Aunque Brasil es un país grande, a nivel comercial resulta chico si se lo compara con EE.UU. o la Unión Europea. América del Sur, en grupo, puede alcanzar

un tamaño significativo. La consolidación democrática es básica.

¿Los intereses de EE.UU. pueden ser un obstáculo para esa unión sudamericana?

No lo creo. Hasta para tener una interlocución más clara con ese país es bueno que la región esté unida, porque de lo contrario hay muchas reivindicaciones dispersas, múltiples acuerdos, preocupaciones...

Brasil envió a Venezuela al ministro Dirceu para pedirle que baje la confrontación con los EE.UU. ¿Su país quiere mejorar las relaciones con la superpotencia?

El ministro Dirceu se encarga de la política interna del Brasil, y sabe mucho de diálogo institucional. Fue a Venezuela para hablar de estos temas, sin la intención de dar mensaje alguno. Ahora, claro que Brasil tiene una buena relación con EE.UU. y con Venezuela, por tanto, nos interesa que esos países también la mantengan, porque eso contribuye a la estabilización de Venezuela y de la región. Podemos ayudar a un diálogo, pero no decidir nada.

¿La posición dura de Venezuela frente a EE.UU. es perjudicial para la región?

No veo que ello represente un riesgo. En conversaciones con el presidente Hugo Chávez siempre buscamos formas de diálogo. También hemos dicho a EE.UU. que baje el tono de la retórica, porque esas palabras pueden ser mal interpretadas. Nos interesa que Venezuela, cuyo gobierno está totalmente legitimado, encuentre maneras de reconciliación amplia, internamente. Lo que sí nos llegó a preocupar en su momento fue el conflicto que estuvo a punto de generarse con Colombia. Y por eso mediamos la crisis, junto con la ayuda de España.

¿Brasil condena el armamentismo del cual se acusa a Venezuela ?

Cada país debe ser juez de sus necesidades y su defensa. Yo no veo en Sudamérica una carrera armamentista.

¿Está bien que Condoleezza Rice diga que para hablar con Venezuela no necesita de

intermediários?

Es positivo, así deben ser las relaciones entre países.

¿Por qué es importante que Ecuador tenga un aeropuerto en el Tena? Brasil ha sido el impulsor de esta obra...

Yo no sé por qué es importante esta terminal. La decisión de construirla fue de Ecuador no de Brasil...

¿Gutiérrez dijo que se lo analizó desde el punto de vista de la integración del eje multimodal Manta-Manaos?

Siempre hemos apoyado cualquier obra que priorice la integración regional. Ahora, si hay otros usos que estén previstos dentro de esas obras...

¿Un aeropuerto en esa zona va ayudar a esa integración?

Yo no puedo juzgar aquello.

“Café com o Presidente” - Programa de rádio “Café com o Presidente” entrevista o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a importância da integração do Brasil com outros países, em 2 de maio de 2005

Luís Fara Monteiro: Olá amigos em todo o Brasil. Eu sou Luís Fara Monteiro e estamos começando mais uma edição do “Café com o Presidente”. Desta vez trazemos trechos inéditos de conversas que tivemos com o Presidente Lula na gravação de outras edições do nosso programa. São momentos do nosso bate papo que têm tudo a ver com a agenda do país neste mês de maio.

O Brasil vem buscando ampliar as relações políticas e comerciais com outros países. Este mês, o presidente Lula vai à Coreia e ao Japão depois de receber em Brasília, nos dias 10 e 11, representantes de 33 nações árabes e da América do Sul. Numa de nossas conversas, o presidente explicou porque é tão importante para nós estreitar os laços com o maior número de países e com países que antes não estavam nas prioridades da política externa brasileira.

Presidente: Nesse mundo globalizado em que as grandes potências determinam as regras do jogo no mundo comercial, a unidade dos países em desenvolvimento, a unidade dos países com uma certa similaridade de desenvolvimento é muito importante, porque é isso que permite que a gente já tenha ganhado três ações na OMC. Ganhamos a ação da cana-de-açúcar com a União Européia; ganhamos a ação do algodão com os Estados Unidos; e ganhamos a ação do frango salgado com a União Européia, que não considerava frango salgado, carne. E nós ganhamos por quê? Porque nós acreditamos. Porque nós juntamos força. Porque nós adotamos o princípio de que a união faz a força e isso está permitindo que a gente tenha uma participação mais efetiva e muito mais forte nesse mundo globalizado.

Luís Fara Monteiro: Continuando esse raciocínio, o presidente Lula comentou a importância da integração com os nossos vizinhos da América do Sul. Uma integração que ajuda no desenvolvimento de cada país e que fortalece a nossa região diante do resto do mundo.

Presidente: Eu acho que nós estamos vivendo um momento muito promissor na América do Sul. Nós trabalhamos para que a economia brasileira cresça, para que a gente gere emprego e gere riqueza no Brasil, mas também trabalhamos para que os outros países da América do Sul tenham oportunidade de crescimento, se tornem economias emergentes e fortes, porque aí nós vamos ter uma relação comercial muito mais forte e vamos depender menos dos dois blocos dominantes hoje no mundo, que é a União Européia e os Estados Unidos. Alguém poderia perguntar: mas vocês querem brigar com os Estados Unidos e com a União Européia? Não. Não queremos brigar porque são dois parceiros extremamente importantes para nós. São os principais parceiros comerciais do Brasil, mas nós não queremos ficar dependentes deles. Nós queremos negociar com mais autonomia. Nós queremos negociar defendendo os interesses soberanos do Brasil. E, graças a Deus, nós estamos conseguindo isso e acho que a unidade

da América do Sul está hoje consolidada quando nós criamos, em Cuzco, a Comunidade Sul-Americana de Nações.

Nós somos países ainda com problemas, mas, se Deus quiser, nós vamos resolvendo estes problemas com muito cuidado, com muito carinho e o Brasil não abrirá mão de cumprir o seu papel nessa integração. Como maior economia, como maior população, como país de maior potencial científico e tecnológico, nós temos obrigação de estar dando condições para que esse crescimento não se dê apenas dentro do Brasil, mas para que ele se dê, sobretudo, nos países que fazem fronteira conosco. Até porque se nós quisermos combater o narcotráfico, o crime organizado, nós temos que desenvolver os países.

Luís Fara Monteiro: Você está ouvindo o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do presidente Lula. O fortalecimento das relações do Brasil com outros países está ajudando a economia brasileira, principalmente, porque as exportações vêm crescendo muito. Os últimos números dão uma idéia. Este ano, o Brasil já teve lucro de mais de 9 bilhões de reais com as vendas para o exterior. Na viagem que fará ao Japão no final do mês, o presidente Lula pretende abrir caminho para mais produtos brasileiros. Ele conta que o Japão já aprendeu a gostar da manga brasileira.

Presidente: O Brasil estava há 28 anos tentando vender manga para o Japão. E o Japão não comprava manga, porque tinha o bicho da mosca. Quando o primeiro ministro japonês veio aqui, a primeira coisa que eu fiz foi perguntar da manga. E ofereci um prato de manga para ele. E falei: olha, eu vou descer no Japão com uma caixa de manga para vocês não botarem defeito na manga brasileira. O que aconteceu? O que aconteceu é que chegou o primeiro carregamento de manga no Japão.

Luís Fara Monteiro: Com o interesse pela manga garantido, o presidente Lula conta que agora vai chegar ao Japão mostrando o sabor da carne brasileira.

Presidente: Falei para o Celso Amorim: fale

para o embaixador que se não tiver churrasqueira, fazer uma churrasqueira, porque eu quero convidar o Primeiro-Ministro para comer um churrasco, lhe oferecer uma boa picanha, uma boa costela, uma boa maminha, para ele falar: “puxa vida! Essa carne aqui é extraordinária!”

Não tem porque o Japão não compra a carne do Brasil. Então, se nós fizermos isso, ou seja, se nós acreditarmos no Brasil, se nós confiarmos no Brasil, por que os outros não poderiam confiar? Eu quando vou lá para fora, eu vou para vender a qualidade do povo brasileiro, para vender a qualidade do produto brasileiro, para mostrar que nós somos um povo orgulhoso. E isso está dando resultado. Eu acho que poucas vezes na história o Brasil foi tão respeitado como ele é hoje. E não tem nada de excepcional. Apenas passando aquilo que o Brasil é de verdade.

Luís Fara Monteiro: Chegamos ao final de mais um programa “Café com o Presidente”. Obrigado a você que nos acompanhou. Voltamos em 15 dias. Nosso programa pode ser acessado também pela internet: www.radiobras.gov.br. Um abraço para você e até lá.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Bom Dia” Brasil, da TV Globo, em 9 de maio de 2005

Apresentador Renato Machado: O comércio, portanto, é um dos temas do encontro entre árabes e sul-americanos. Outro assunto vai ganhar destaque: a política, principalmente o terrorismo. Vamos voltar a Brasília, onde Cláudia Bomtempo recebe o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Apresentadora Cláudia Bomtempo: Renato, e o Alexandre Garcia também participa da nossa entrevista. Ministro, o que deve sair desse encontro? Que tipo de documento? Pode ser que saia um documento que condene o terrorismo?

Celso Amorim Ministro das Relações

Exteriores: Todos nós condenamos o terrorismo. A declaração é uma declaração ampla, que trará uma parte de cooperação econômica, uma parte de cooperação cultural e há lá também previsões sobre o mecanismo de seguimento do próprio processo. Mas, certamente, haverá também alguns processos políticos, inclusive a condenação ao terrorismo.

Claúdia Bomtempo: Isso facilitaria essa possível obtenção do assento permanente da ONU pelo Brasil?

Celso Amorim: Vocês acham que a gente faz por causa do assento permanente na ONU. Não é assim. Nós estamos tentando aproximar duas regiões do mundo em desenvolvimento, com resultados que já ocorreram. Como eu disse, a Cúpula foi um êxito até antes de se realizar, porque o nosso comércio com os países árabes aumentou, como foi dito aí, 50%, inclusive do lado das nossas exportações. Vamos ter um encontro empresarial que eu acho que é recorde 1.200 empresários, sendo que 250 árabes, 300 de outros países sul-americanos e os demais brasileiros. Nossa questão do assento permanente no Conselho de Segurança é uma questão que nós lidamos dentro dos escaninhos adequados; não é uma obsessão, digamos, que contamina todos os aspectos da política externa brasileira.

Apresentador Alexandre Garcia: Ministro, essa reunião vai ser contra alguém? Mais especificamente, alguém pode ficar amuado se Estados Unidos ficassem monitorando a reunião?

Celso Amorim: Eu tenho que acreditar no que me dizem. A Secretária de Estado, quando esteve aqui, conversou primeiro comigo, depois conversou com o Presidente Lula. Começou o assunto da Cúpula Árabe dizendo “estamos contentes que o Brasil tomou essa iniciativa, porque o Brasil e os países da América do Sul são países que estão numa região em reforma”. Eles, os Estados Unidos, também pregam reformas econômicas, sociais e políticas no mundo árabe, e acham que isso pode ser um exemplo positivo. Eu tenho que ser honesto. Não foi por isso que a gente pensou em fazer a reunião, mas ela teve

essas expressões e tem repetido isso.

Renato Machado: Ministro, o senhor mencionou aí o sucesso dessa Cúpula Árabe e sul-americana, mas muitos observadores acham que não é um sucesso porque vários Chefes de Governo e Chefes de Estado de países árabes não virão - de Presidentes, apenas o Presidente da Autoridade Nacional Palestina e do Iraque. Estão ausentes o presidente do Líbano, do Egito...

Celso Amorim: Essa informação está incompleta. Primeiro, porque virá o Presidente da Argélia, que vai inclusive ser o Co-Presidente da reunião, juntamente com o Presidente Lula. Mas virão também Primeiros-Ministros, o Emir do Catar e membros de famílias reais. No Brasil, temos uma obsessão em diminuir aquilo que fazemos. Se pegarmos a imprensa internacional de ontem e hoje, veremos o contrário. O Ministro do Exterior da Arábia Saudita, por exemplo, não é um reles mortal como eu, demissível ad nutum. Ele é filho do Rei, tem um poder que transcende o cargo que ocupa nesse momento. Eu fui um dos convidados de honra representando o Presidente Lula na última Cúpula dos Países Árabes e lá não estavam presentes muitos países árabes. Alguns representantes têm dificuldade de viajar, porque são de países que têm situações complexas. Além de virem oito ou nove Chefes de Estado ou equiparados, o caso da Jordânia, por exemplo, quem vem é um membro da família real, um Príncipe que está acima, na hierarquia, não só de protocolo, mas na hierarquia, de fato, o Primeiro-Ministro. É uma pessoa importantíssima. O caso da Arábia Saudita, eu já mencionei. Há os Presidentes da Argélia, do Iraque e da Autoridade Palestina. São pessoas, inclusive, que pelas situações internas de seus países, têm dificuldade de viajar. Haverá 60 Ministros, entre Ministros do Exterior, da Indústria, das Finanças. Irão juntar-se a eles, como eu disse, 250 empresários árabes. Eu acho que a gente querer mais do que isso é só querer olhar para baixo.

Alexandre Garcia: A ausência do rei do Marrocos foi uma surpresa?

Celso Amorim: Foi. Essas coisas acontecem. Até a última hora, os marroquinos nos haviam ponderado antes que a data não era ideal para eles, porque, se não me engano, são as comemorações da morte do rei Assan, mas não foi possível modificar, porque vários outros haviam aceito. Nós tivemos ontem um anúncio de que o presidente da Bolívia não vem. Não é porque o país não esteja interessado, mas eles estão votando lá a lei de hidrocarbonos, de petróleo. Até mesmo eu acho preferível que o Presidente deles fique lá, cuide disso e faça as negociações que tem que fazer, e acho que essa também é a opinião do Presidente Lula. Isso acontece em todas as reuniões internacionais. Raramente vi uma reunião internacional acompanhada com tanto interesse pela imprensa internacional, pela mídia internacional e com uma presença empresarial desse porte. É muito pouco comum.

Apresentadora Maria Beltrão: O senhor deve ir a Israel depois desse encontro com os países árabes. Quais as suas perspectivas em relação, também, àquela região e, complementando a pergunta anterior, houve algum desconforto dos israelenses com relação à cúpula Países Árabes-América do Sul e com a visita do Presidente Lula ao Oriente Médio, que deixou de fora o país?

Celso Amorim: Essa é uma Cúpula entre a América do Sul e os países árabes. Não é entre a América Latina e o Oriente Médio. Não é entre as Américas e a Ásia e a África ou sei lá. Ela tem um foco e o foco é esse. Ela tem o objetivo principal de incentivar a cooperação. Aliás, tem uma exposição belíssima vindo para Brasília, espero que ela possa ir a outros lugares do Brasil, sobre a influência árabe na cultura não só do Brasil, mas na América do Sul. Nós somos um povo que nos orgulhamos da nossa ascendência árabe. Eu não tenho nenhuma, que eu saiba, talvez tenha mais longe, mas é uma coisa real na nossa região. Com relação a Israel, estarei efetivamente indo lá. Estarei me separando da comitiva do presidente Lula ao Japão, para ir a Tel Aviv nos dias 28 e 29. Nós já tínhamos marcado

várias outras possíveis vindas do Primeiro-Ministro de Israel, mas não funcionaram as datas. Nossas relações com ambos é muito boa. Não queremos ter pretensão, porque essas coisas são muito difíceis. A própria Condeleeza Rice, estou citando ela porque esteve aqui há pouco tempo, e a autoridade palestina que está aqui disseram que o Brasil e outros países como o Brasil podem ter um papel positivo no processo de paz, na cooperação técnica para a região de Gaza, na Palestina. Para termos esse papel, é importante que tenhamos também uma boa interlocução com Israel. E nós devemos muito também a Israel, que tem influído muitíssimo de uma maneira positiva na cultura, na literatura e na política. Então, uma coisa não impede a outra. Ao contrário, nós como um país que luta pela democracia, que estamos consolidando a democracia, podemos atrair os árabes para olharem um pouco para fora daquela coisa introspectiva que caracteriza a região; é positivo para todos.

Renato Machado: O jantar de hoje entre os Presidentes Lula e Néstor Kirchner, na Granja do Torto, pode amenizar a crise entre Brasil e Argentina. Vai ser o primeiro encontro entre os dois desde o mal-estar da semana passada, quando o Governo argentino criticou a pretensão do Brasil de liderar o continente. Vamos voltar a conversar com o ministro Celso Amorim, em Brasília. Ministro, os argentinos, de fato, reconhecem ou acham que o Brasil tem a pretensão de liderar o continente?

Celso Amorim: Essa pergunta você tem que fazer aos argentinos. Eu só posso dizer que as minhas relações com todas as autoridades argentinas têm sido muito boas. Na semana passada mesmo, nós tivemos uma reunião importante da OMC, onde o Brasil e a Argentina tiveram uma importante vitória no comércio agrícola, que passou meio despercebida aqui. Desbloqueamos a rodada da OMC. Tenho excelentes relações com o Ministro Lavagna. Não vejo nenhuma crise, para falar a verdade, como aliás o próprio Ministro disse. O que há é que, em relações que são intensas, sempre surgem problemas. De resto, acho que é muito mais fumaça e fogo de palha

do que problemas reais. Às vezes, você tem que administrar a fumaça também, porque ela pode deixar a vista um pouco nublada. Mas problemas reais são mesmo são os do comércio. Esses, a gente tem que ir administrando aos poucos. O Brasil tem que tomar a consciência de que deve fazer mais pelo Mercosul, em termos de política industrial, tem que fazer política industrial que não seja só brasileira, que envolva todo o Mercosul e, quando se fala do bloco, a Argentina representa 80% ou mais para o Brasil.

Claúdia Bomtempo: Por quê o Clarín vem botando fogo nessa história, desde o anúncio da Cúpula das Américas?

Celso Amorim : Porque é notícia. Se você disser que o Presidente Kirchner nunca colocou em dúvida a vinda dele aqui, não será notícia. Se você disser que ele não vem ou que ameaçou não vir, como aliás disseram em Ouro Preto, passa a ser notícia. Isso é algo que sinceramente não é para causar preocupação. A nossa relação com a Argentina é estratégica. A nossa integração com a América do Sul não é em substituição à integração com a Argentina, até porque é impensável a integração da América do Sul sem a manutenção da integração com a Argentina. São questões que, às vezes, podem deixar um ou outro pequeno mal-entendido. Eu também não sou perfeito; de repente, não falo bem espanhol, não sou bem entendido. O Clarín pode apreender de maneira diferente o que eu disse. Aqui, a mídia, às vezes, interpreta de maneira diferente o que eu digo; imagina a mídia argentina.

Alexandre Garcia: O senhor usou há pouco a palavra substituição. Essa intenção voltada aos árabes ou aos outros países em desenvolvimento significa substituir comércio com os Estados Unidos, já que os assuntos econômicos serão tratados paralelamente aos políticos nessa Cúpula?

Celso Amorim: Eu acho uma boa pergunta, porque tem havido reportagens e notícias e, às vezes, até manifestações de empresários que dizem que o Brasil deveria colocar mais foco nas relações com os Estados Unidos que, aliás, continuam a ser o

nosso principal mercado. O que está fora de foco é a visão, porque o comércio com os Estados Unidos nos dois primeiros anos do governo Lula cresceu 30%. No governo anterior, no primeiro período, cresceu 11%, a exportação. A importação, sim, cresceu muito naquela época, por causa do real supervalorizado. Nesse primeiro trimestre, cresceu 30% em relação ao ano passado. Se mantiver o ritmo de crescimento desse ano, nos três primeiros anos de Governo Lula, as exportações para os EUA terão crescido tanto quanto nos oito anos do Governo anterior. A maneira de trabalhar com os Estados Unidos é diferente, pois os caminhos estão abertos. Os nossos empresários têm que se movimentar. Houve um grande seminário e haverá outros. Foi-me dito pelo Vice-Presidente executivo da Embraer que, se não fosse a política externa, eles não teriam vendidos os 15 aviões para a Arábia Saudita. Aliás, para os Estados Unidos também. Pela primeira vez, a Embraer está fornecendo aviões para o Pentágono. Ganhou uma concorrência em Joint Venture com uma empresa americana. Se as relações com os EUA não fossem boas, se o foco não estivesse ali, jamais conseguiríamos isso. Nunca tínhamos conseguido no passado. Eu acho que é preciso ver essas coisas num conjunto.

Entrevista coletiva com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após o encerramento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 11 de maio de 2005

Conselheiro Baena Soares: A primeira pergunta será de Randa Achmawi, do jornal Al-Ahram; a pergunta seguinte será da jornalista Eleonora Gosman, do jornal Clarín; a terceira pergunta será da jornalista Olfa Al Salami, da televisão da Tunísia; a quarta pergunta será do jornalista Fábio Pannúnzio, da TV Bandeirantes, e a última pergunta será feita pelo jornalista Axel Bugge, da Agência de Notícias Reuters.

Vamos, então, à primeira pergunta, da jornalista Randa Achmawi, do jornal Al-Ahram.

Jornalista: É difícil dirigir a pergunta para um só. Eu gostaria de dirigir a minha pergunta ao

Presidente Lula, e é claro que gostaríamos que houvesse o comentário da parte árabe. Como é a primeira pergunta, vou fazer uma pergunta bastante simples, mas é uma pergunta que passa pela cabeça de todos aqui, eu acho. Vocês marcaram a próxima Cúpula para daqui a três anos no Marrocos e, como todos nós sabemos, todos vimos como foi difícil o caminho para chegar até aqui e temos também experiência de ver que tantas cúpulas, tantas iniciativas tão bonitas como esta, não conseguiram, não tiveram continuidade, e como é difícil fazer uma cúpula, além do fato de que muitos governos mudam, quer dizer, tantos governos que tiveram iniciativas pessoais talvez estarão presentes, talvez não, ninguém sabe o que pode acontecer no futuro. Gostaria de saber quais são as garantias que existem de que esta Cúpula terá continuidade, visto que, realmente, por experiência, sabemos que é muito difícil manter essa continuidade.

Presidente Lula: Se quiser, o Secretário da Liga Árabe, Amre Moussa, fala primeiro. Vou dizer da minha parte, muito devagar para que o intérprete tenha condições de trabalhar. O que estamos criando não é uma política de partidos ou uma política de grupos. Estamos criando política de Estado.

O MERCOSUL não foi criado por mim, ele foi criado muitos anos atrás. O Grupo do Rio não foi criado por mim, foi criado muito tempo atrás.

Vários organismos que foram criados entre países perpassam o governo porque um Estado funciona, graças a Deus, independentemente do governo. O que estamos querendo construir com esta Cúpula é algo muito sólido, que vai além do tratado, que parte da compreensão dos Estados Árabes e dos Estados da América do Sul de que vivemos um novo tempo no século XXI.

Tivemos todo o século XX como experiência de vida para os nossos países. Já sabemos o que aconteceu no século XX, sabemos o que foi errado e o que foi certo e sabemos que durante todo o século XX estivemos muito distantes.

O Brasil esteve distante da América do Sul, embora tenha fronteiras com a América do Sul. O

Brasil esteve distante do Mundo Árabe. O Brasil esteve distante da África, não por causa da quantidade de quilômetros que nos separa pelo Oceano Atlântico. É porque não havia motivação ou compreensão política de que precisaríamos nos aproximar. E, agora, estamos estabelecendo uma política em que os Estados terão que compreender que essa aproximação é a possibilidade que temos de avançar no campo político, cultural, comercial, científico e tecnológico, e de estabelecer políticas de complementaridade.

Eu vou lhe dizer uma pequena coisa que aconteceu há dois anos, quando resolvi fazer a viagem ao Mundo Árabe. O último chefe de Estado brasileiro que tinha visitado o Líbano foi o Imperador, em 1846. Quando viajei, havia muito ceticismo do que eu faria com o Mundo Árabe, porque, no Brasil, havia pessoas que entendiam que a relação internacional do Brasil teria que ser com os Estados Unidos e com a União Européia. No máximo, com o Japão.

Entendemos que era preciso fazer como um garimpeiro: garimpar muito para ver se achamos as pedras preciosas que estão escondidas em cada país, em cada oportunidade. O que aconteceu de concreto? Vou lhe dar três exemplos sólidos de como isso pode produzir efeitos: criamos, em Cancún, o G-20 que, quer queira, quer não, está mudando a correlação de forças da Organização Mundial do Comércio.

Fizemos um encontro extraordinário na ONU para discutir a questão do combate à fome, com a participação de 60 Chefes de Governo e de Estado; e as relações comerciais, apenas um dado do Brasil, porque eu não conheço o dado dos outros países, a relação comercial entre o Brasil e o Mundo Árabe cresceu 58% em dois anos. A relação entre Brasil e África cresceu 45% em dois anos e a relação do Brasil com a América do Sul cresceu 58%. Isso não é pouca coisa. O Peru dobrou sua relação comercial nesses últimos anos. Ora, saímos da mesmice em que estávamos, esperando apenas que os outros viessem nos nossos países comprar o que produzíamos, e saímos ao mundo para estabelecer novas trocas, novas

relações, e o resultado é extremamente positivo.

Quero lhe dizer que a relação América do Sul/Países Árabes nunca mais será a mesma. Pode ficar certa, você é muito jovem, eu me considero jovem aos 59 anos de idade. Podem ficar certos que daqui a alguns anos estaremos vendo o que aconteceu nessa relação entre o Mundo Árabe e a América do Sul.

Jornalista Eleonora Gosman – Jornal Clarin: Boa tarde senhores Presidentes. Gostaria que os senhores presidentes esclarecessem se houve ou não pressão por parte dos Estados Unidos, antes do início da Cúpula, para diminuir a importância política da reunião e reduzir o conteúdo da declaração final de Brasília.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é como a América do Sul se posiciona no processo de paz entre palestinos e israelenses e, em outro contexto, o Oriente Médio a partir, precisamente, desta Cúpula.

Presidente Lula: Não tenha dúvida de que esse é um comportamento dos países da América do Sul. Tenho certeza de que de todos os países que participaram torcem para que se possa encontrar definitivamente a paz para o Oriente Médio. Aliás, foi motivo de discurso de muitos presidentes, com esse objetivo. Agora, esse é um processo que teremos que trabalhar muito. Acho que todo o processo de paz, normalmente, demora anos e anos. Além dos tratados que são assinados, há os aspectos culturais que terão que ser resolvidos ao longo do tempo.

Mas, se há algo que todos desejamos por unanimidade é encontrar paz no Oriente Médio. E, se depender da vontade dos países da América do Sul, a paz será amanhã.

Conselheiro Baena Soares: Muito obrigado à jornalista Eleonora Gosman. Convidamos a jornalista Olfa Al Salami, da televisão da Tunísia, a fazer a pergunta seguinte.

Jornalista Fábio Pannúnzio (Rede Bandeirantes): Boa tarde. Eu represento a imprensa brasileira e estou aqui por delegação dos colegas que

me pedem para fazer duas indagações, que são perguntas correlatas. Como sei que não é possível replicar ou fazer duas perguntas, vou encaminhar essas duas indagações de uma vez só, Presidente, e vou me dirigir primeiro ao senhor. Gostaria de ouvir o comentário dos outros, porque o senhor fez um discurso agora ressaltando que sem paz e sem democracia não vamos conseguir construir o mundo que pretendemos.

Ocorre que, ao final desta Cúpula, vocês produziram um documento de 15 páginas que abarca problemas de toda natureza - direito dos palestinos a território, a questão da catalogação do território das Ilhas Malvinas como território da União Européia -, mas esse documento, em nenhum momento, cita a palavra democracia. Ele se refere só a processo democrático e a governo democrático, ainda assim quando a situação se reporta ao contexto do Iraque.

Gostaria de saber, então, se a democracia, se essa ausência pode ser considerada como uma concessão do Ocidente, das Repúblicas democráticas do Ocidente, a parceiros que não cultuam esse valor, ou se realmente não é um valor a ser defendido diante das vantagens eventuais de um acordo comercial com parceiros que não praticam a democracia nos seus países.

A segunda indagação é a seguinte: diante do potencial de polêmica que esse documento certamente vai gerar na diplomacia do mundo inteiro, a ausência precoce, não justificada nem explicada de um Chefe de Estado como Kirchner, não ajuda a esvaziar o peso desse documento?

Presidente Lula: Tenho certeza que você quer que eu seja o primeiro a responder. Deixa eu lhe falar uma coisa: seria falta de democracia se tentássemos, em um documento plural como esse, definir o conceito de democracia que eu entendo, sem respeitar o conceito de democracia dos outros. Essa é condição elementar para que se possa construir um documento que envolve 30 e poucos países, com culturas totalmente diversificadas, com hábitos políticos diversificados. Então, o que

colocamos em um documento como esse é aquilo que é possível pôr.

Quando você participar de uma reunião entre os jornalistas do mundo inteiro, você vai perceber que nem sempre aquilo que você pensa será colocado no documento, mas será colocado o que for possível colocar para estabelecer o consenso.

Então, o documento é o resultado do nível de compreensão que produzimos neste encontro, que eu achei extraordinário.

O Presidente Kirchner e outras pessoas foram embora quando terminou a reunião. A reunião terminou quando o documento foi feito, elaborado, todo mundo de acordo com o documento. Na verdade, a reunião terminou e hoje nós ficamos aqui para quê? Para aprovar a Declaração, e o governo Kirchner estava representado pelos seus membros; e os discursos finais e a declaração dos empresários, feitos pelo Ministro do Petróleo da Argélia e pelo Ministro da Indústria e Comércio do Brasil.

Então, vejam, o Presidente Kirchner participou da reunião como todos os outros, aliás, mais um pouco porque tivemos o privilégio de jantar juntos na segunda-feira à noite. Conversamos das sete e meia às onze e meia da noite. Discutimos tudo que tínhamos para discutir. Penso que temos compreensão, tanto o Presidente Kirchner quanto eu, da problemática das relações comerciais entre Brasil e Argentina, e que nós precisamos construir um processo para que não fiquemos apenas discutindo o varejo de um ou de outro setor econômico que se sente prejudicado aqui ou ali, porque isso vale para as duas partes. Se é verdade que há setores empresariais argentinos que se queixam da invasão de produtos brasileiros, é verdade que se você for ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, você vai encontrar empresários gaúchos, de Santa Catarina, e produtores, se queixando da invasão da Argentina em alguns produtos de que o Brasil é capaz. Isso não pode fazer com que os Chefes de Estado não determinem uma política maior para os seus países.

Tivemos extraordinária reunião com a União dos Empresários Argentinos, da qual o Furlan participou. Está marcado encontro para discutir projeto de política industrial com os empresários argentinos, de forma a construir nova etapa da nossa relação a médio prazo e ir resolvendo as coisas que se apresentam no varejo. Mas sem perder de vista que os dois Estados, o brasileiro e o argentino, não podem ceder à pressão de um empresário de um setor apenas. Precisamos ver o conjunto das necessidades dos dois países.

Se há algo que está hoje meio nervosa entre Brasil e Argentina é apenas o meu Corinthians, o resto está tudo tranquilo. Parece-me que o problema é meu agora, porque eu é que sou corintiano. Mas não há nada entre Brasil e Argentina.

É um trabalho muito meticuloso, porque, historicamente, há divergências entre jornalistas argentinos e jornalistas brasileiros, entre cantantes de tango argentino e cantantes de samba brasileiro, e isso vamos ter que resolver com o Estado, fazendo política, discutindo, encontrando soluções. Eu, de qualquer forma, posso lhes dizer o seguinte: estamos vivendo uma boa relação com a Argentina. Muitas vezes a Argentina reclama, e muitas vezes tem razão, porque precisamos, nesses acordos, contribuir com uma discussão para que a Argentina possa fortalecer a sua industrialização. O que queremos para o Brasil, queremos para a Argentina, porque achamos que os dois países se necessitam, os dois países precisam dessa harmonia para que possamos crescer e fazer o que todos sonhamos, que é melhorar a qualidade de vida do nosso povo e da nossa gente.

Jornalista Axel Bugge (Agência de Notícias Reuters): Boa tarde, senhor Presidente. Gostaria de perguntar, na Declaração Final desta Cúpula, se se afirma que se quer uma conferência entre nações para definir o ato terrorista. No seu entender, o que é o terrorismo?

Presidente Lula: Veja como a nossa declaração é democrática. Ela seria anti-democrática se cada um de nós tivesse uma definição própria e

agíssemos contra o terrorismo em função do que nós pensamos e não em função do que um conjunto de países pensa em uma determinada atitude. É por isso que estamos reivindicando mudanças nas Nações Unidas, incluindo a democratização do Conselho de Segurança, para que a decisão sobre terrorismo e outros temas seja democratizada e não apenas uma decisão unilateral sobre a visão de terrorismo que tenha esse ou aquele país.

Acho que temos que ter clareza de que o nosso documento retrata a essência das aspirações de todos aqueles que amam a democracia. Sempre que tivermos dúvidas sobre o comportamento de um grupo político de um país em relação ao respeito à democracia, às práticas terroristas, temos que considerá-las coletivamente e não individualmente.

Eu só queria terminar aproveitando para dizer o seguinte: o documento, na verdade, grande parte dele, que foi levantado como temas polêmicos, poderia ser declarado documento das Nações Unidas, porque todas as coisas que deliberamos já existem, em vários momentos, em documentos das Nações Unidas. É que, muitas vezes, não se cumpre o que é aprovado nas Nações Unidas. Gostaria que fosse cumprido tudo que se aprova nas Nações Unidas. Por isso é que queremos ampliar o Conselho de Segurança, democratizá-lo, fazer com que haja representação dos continentes: continente africano, continente latino-americano, países importantes do mundo que possam participar, o mundo árabe, para que tenhamos, dentro do Conselho de Segurança, não a geografia política e territorial que tínhamos em 1945, mas que tenhamos a geografia política e territorial que temos em 2005. É isso que queremos.

Entrevista do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa “Bom Dia Brasil” da TV Globo, em 12 de maio de 2005

Renata Vasconcellos: Em dois dias, a Cúpula América do Sul-Países Árabes mudou Brasília. Diplomatas, Chefes de Estado e centenas de empresários mostraram disposição para discutir e

negociar. Mas também houve problemas com a Argentina, bravatas do Presidente venezuelano, dificuldades para redigir a Carta Final, por causa da definição de democracia. Cláudia Bomtempo, apesar dos contratemplos o Governo brasileiro ficou satisfeito?

Cláudia Bomtempo: Aos olhos da diplomacia brasileira, foi possível reforçar a liderança do país, apesar de não ter sido possível incluir no documento final do encontro a defesa da democracia como um princípio fundamental. Pesou a pressão dos representantes das nações árabes que, em sua maioria, não podem ser chamadas de democráticas. Além disso, a tumultuada relação do Brasil com a Argentina ofuscou um pouco o encerramento da Cúpula. Mesmo assim, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fez um balanço positivo do encontro.

Cláudio Bomtempo: Kirchner.

Celso Amorim: Ficamos muito satisfeitos com a presença aqui do Presidente Kirchner.

Como eu lhe disse, se ele quisesse ficar aqui por dois ou três dias, ficaríamos mais felizes. Mas isso é normal em uma reunião internacional. Se quisermos fazer de cada pequena declaração, de cada movimento, motivo de nervosismo, nós podemos fazer. Acho que temos que encarar estas questões com tranqüilidade.

Cláudia Bomtempo: Argentina.

Celso Amorim: Essa preocupação, se houve concessão, quem perdeu, quem ganhou, não é mais assim. Vamos ganhar trabalhando juntos. Acho que o que os empresários argentinos perceberam, e por isso saíram satisfeitos, é que temos essa disposição de trabalhar juntos. Acho que, em alguns setores em que somos obviamente muito mais competitivos, temos que fazer acordos setoriais. Mas o próprio setor privado é que deve chegar a esses acordos. O Governo pode estimular um pouquinho. Claro que com o objetivo, a longo prazo, de estimular o que for mais forte nos dois países.

Cláudia Bomtempo: Democracia.

Celso Amorim: O Brasil tem uma atitude em

política externa: o Brasil não impõe. Quando ele tem alguma coisa a dizer ou fazer sentir, ele faz pelo diálogo, pelo exemplo. Essa é a nossa atitude, essa é a nossa maneira de ser. Outros preferem de outra maneira. Querem dar uma lição de como é. Não damos lições. As únicas lições são aquelas que vêm do exemplo. Essas são as únicas que são realmente aprendidas.

Cláudia Bomtempo: Israel e Palestina.

Celso Amorim: Para atuar no processo de paz, é preciso um envolvimento maior. Estamos prontos para ter esse envolvimento, quando as partes acharem útil e necessário. Temos um bom diálogo com os palestinos. Minha ida a Israel é justamente para manter também esse bom diálogo com Israel, para ser capaz de ouvir, porque só quem ouve os dois lados é que pode ajudar. Quem ouve um lado só não pode ajudar.

Cláudia Bomtempo: Maior frustração.

Celso Amorim: A maior frustração? Vou ser sincero: a incompreensão da mídia brasileira para a importância do evento. Acho que a mídia brasileira ajudaria muito se não acirrasse, digamos, problemas que às vezes são reais, que existem setorialmente, mas que não afetam a globalidade das nossas relações.

Cláudia Bomtempo: Maior alegria.

Celso Amorim: A maior alegria foi a própria Cúpula, porque isso que é visto como algo que parece fácil custa muito esforço, até mesmo físico. Eu visitei dez países árabes em dez dias.

Cláudia Bomtempo: A viagem do Ministro Celso Amorim a Israel está programada para os dias 28 e 29 de maio.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “Jornal das Dez” da Globonews, em 12 de maio de 2005

Apresentador André Trigueiro: Boa noite a todos. Ministro, como vimos no início do Jornal, o Presidente Lula declara durante a Cúpula, ao final dela, na entrevista coletiva, que o principal foco de

tensão hoje entre Brasil e Argentina seriam as disputas comerciais motivadas pelos empresários dos dois países. Entretanto, o próprio Presidente, durante a Cúpula, disse reconhecer a preocupação do colega argentino pelo fato de o Brasil ser uma potência, ter uma presença expressiva no continente e no mundo. Qual é o futuro próximo das relações entre Brasil e Argentina? Tem salvação essa parceria?

Chanceler Celso Amorim – “Tem salvação”, não, ela é fundamental e continuará a ser desenvolvida. Aliás, o Presidente não disse que o foco principal eram os empresários, ele disse que o foco principal era o Coríntians. Eu acho que essas disputas são normais, as disputas comerciais só existem entre países que têm relações intensas. As nossas relações com a Argentina são estratégicas, são fundamentais para o Mercosul. O Mercosul é fundamental para a América do Sul e, se não houvesse isso tudo, não haveria sequer essa Cúpula, porque seria desfalcada de um elemento fundamental. Eu acho que não há isso, tem sempre muita fumaça em torno... Há muito nervosismo, mas, para falar a verdade, acho que vocês da mídia ficam mais nevosos que nós com esse problema da relação Brasil – Argentina..

Entrevistador Carlos Monforte – Nós estamos tranquilos, com os corinthianos é que pode ser diferente ...

Chanceler Celso Amorim - Ah bom, é que eu sou santista; então neste ponto eu não estou afetado.

Entrevistador Carlos Monforte – Mas é que o povo brasileiro fica preocupado de vez em quando com umas estocadas daqui e dali. Mas o que nós notamos é que a Cúpula como reuniu mais de 30 países e tal...

Chanceler Celso Amorim – Teve imensa repercussão internacional, ao contrário do que foi dito. Manchete no “Le monde”, manchete no “El País”, matérias grandes no “New York Times”, no “Miami Herald”, no “Wall Street Journal”, quer dizer, talvez isso tenha passado despercebido de quem fez a matéria,

mas houve muitas matérias no mundo inteiro.

Entrevistador Carlos Monforte - O problema é que as declarações e os acordos não agradam a todos. A Inglaterra mandou uma nota, Israel reclamou de certas posições. Eu gostaria de saber - já está programada daqui a dois ou três anos uma outra reunião no Marrocos - até que ponto, essa reunião de Cúpula, que reuniu tanta gente, pode sofrer uma conseqüência imediata, se é que já não tem?

Chanceler Celso Amorim - Conseqüência, impacto positivo, eu acho que já teve até antes de se realizar, porque as nossas exportações para o mundo árabe aumentaram 47% desde que o Presidente Lula anunciou que ia haver a Cúpula; isso até o fim do ano. Já deve ter aumentado mais se contarmos esses quatro ou cinco meses. É fenomenal em um ano um aumento de exportações de 47%. Há coisas que você vai descobrir no dia a dia, por exemplo: no Bareine, a Vale do Rio Doce está numa fábrica, numa usina de peletização de aço; tem um empresa brasileira fazendo o terminal portuário do Djibuti; aviões foram vendidos para a Arábia Saudita, quebrando o monopólio de outros países. Tudo isso incomoda e é natural que haja reação. Vendemos 500 ônibus para o Catar. Foi só a Cúpula? Não sei se foi só a Cúpula, mas o clima criado em torno dessa aproximação está gerando esses negócios. O comércio hoje com os países árabes, comércio nos dois sentidos, é equilibrado, metade/metade, mais ou menos 8 bilhões de dólares. Eu não me espantaria que em dois anos ele chegue a uns 15 bilhões de dólares.

Entrevistador Carlos Monforte - O Ministro Furlan falou em três anos; alguns empresários falam em cinco anos...

Chanceler Celso Amorim - Todas as minhas previsões em matéria de comércio internacional, sobretudo com países em desenvolvimento, se tem revelado pessimistas. Tem sido sempre maior do que eu tenho previsto. Então eu não sei, a gente não pode ter certeza porque isso depende de outros fatores; câmbio, petróleo, enfim, fatores que nós não temos certeza.

Entrevistador Carlos Monforte - Mas o objetivo principal dessa Cúpula foi econômico, quer dizer, foi aumentar as exportações, ou foi reunir, de uma forma geral, o mundo árabe com o Mercosul e tratar de uma união mais a longo prazo?

Chanceler Celso Amorim - Olha, eu acho que essas coisas não são separadas. Você não pode fazer negócios se você não tem bons contatos com os líderes, se você não pode telefonar para um líder para resolver um problema que tenha surgido. Agora, também não é uma visão puramente materialista. Se nós falamos tantas vezes que seria bom ter um mundo multipolar, e todos reconhecem que é bom que haja isso - acho que até os Estados Unidos reconhecem isso - então é preciso que as regiões olhem umas para as outras, que a América do Sul não veja os países árabes pelo espelho da Europa, ou pelo espelho dos Estados Unidos. Vamos nos olhar diretamente. Há coisas incríveis que ocorreram, vou dar exemplos: estava o Ministro da Bolívia discutindo com o Emir do Catar a possibilidade de participação do Catar na exploração do gás da Bolívia; o Presidente da Argélia está indo ao Peru e, segundo o próprio Peru, isso não teria ocorrido se não fosse essa Cúpula. Então há um dinamismo muito grande... Deixe-me dizer uma coisa sobre democracia, que eu acho que é muito importante.

Entrevistador Carlos Monforte - É sobre isso que eu ia perguntar...

Chanceler Celso Amorim - Primeiro o seguinte, sobre o documento ser polêmico, ou ele é polêmico ou ele é anódino, porque você não tem outra possibilidade. Agora, o termo democracia aparece claramente em três contextos - um é democracia das relações internacionais, mas isso talvez não interesse no caso- mas fala das eleições do Iraque, fala do processo democrático do Iraque, fala também em relação à Somália, a importância da democracia, fala em direitos humanos, fala da necessidade da tolerância e da inclusão. Então todos esses termos são parte da democracia, agora não era um tema. Há 15 dias eu participei ao lado do

Presidente Lula de uma reunião sobre a democracia, que era o tema. Aqui o tema é mais amplo.

Entrevistador Carlos Monforte– E sobre a presença de um representante dos Estados Unidos para observar a Conferência?

Chanceler Celso Amorim- A Conferência foi ao vivo, não observou quem não quis. Não existe isso, Monforte. Isso é coisa de imaginação. Você não vai fazer uma Conferência da União Européia e convidar o representante da Rússia, ou dos Estados Unidos. Ela é uma Conferência da União Européia, essa era da América do Sul. Há países até mais próximos de nós, latino-americanos, que não foram convidados. Não foi convidada Cuba, não foi convidado México, não foi convidado o Panamá, não havia razão para convidar nenhum outro país, era uma Cúpula entre os dois.

Agora, deixa eu falar um outro ponto que acho muito importante. A condenação do terrorismo é inequívoca, ela não abre nenhum espaço para nenhuma dúvida, isso é muito claro. O capítulo que fala da resistência à ocupação estrangeira é de acordo com a Carta das Nações Unidas e está de acordo com o direito humanitário internacional, o que exclui, por exemplo, o ataque a civis. A condenação ao terrorismo é absoluta e total, e veja que também haviam países como o Iraque, que subscreveram o documento, país que é vítima de terrorismo todos os dias. Eles não aceitariam uma coisa diferente. Acho que realmente é querer ver a coisa de uma maneira um pouco retorcida.

Apresentador André Trigueiro – Ministro, ainda assim alguns países manifestaram reserva ou explicitaram críticas em relação às conclusões da Cúpula, notadamente Inglaterra e Israel. Como é que o senhor vê daqui para frente? Chamuscou um pouco as relações do Brasil com esses dois países em particular?

Chanceler Celso Amorim- Acho que absolutamente não. Em política externa é como em qualquer outra coisa; você pode entrar em um jogo de futebol e ficar fugindo da bola; se você ficar fugindo da bola ninguém nota você não se chamusca, você

não se machuca. Agora, em política externa, você tem que trabalhar por seus objetivos. Nós não fizemos nada contra a Inglaterra, não fizemos absolutamente nada contra Israel. Os termos e a maneira como estão abordadas as questões são as que já foram utilizados em inúmeras resoluções da ONU, não há novidade nenhuma em torno disso.

Entrevistador Carlos Monforte – Bom Ministro, daqui a dois ou três anos vai haver essa Reunião no Marrocos...

Chanceler Celso Amorim – Em três anos a Cúpula no Marrocos, dentro de dois anos uma reunião de chanceleres em Buenos Aires a menos que seja necessária antes.

Entrevistador Carlos Monforte - Vai ter alguma outra preliminar, alguma coisa?

Chanceler Celso Amorim – Não. Daqui A seis meses, altos funcionários devem reunir-se no Cairo, sede da Liga Árabe, para monitorar o avanço dos vários pontos, porque não é só negócios e comércio, nem só política. É também cooperação científica, tecnológica. Nós temos semelhanças, com problemas de áreas desérticas ou semidesérticas. Há cooperação cultural. Temos a belíssima exposição sobre a presença árabe na nossa cultura. Tudo isso é parte da política externa e das relações internacionais; ela é uma coisa toda. Ela é a busca do outro, como diz o Presidente Lula. Ela é o reconhecimento de que nós não podemos resolver o e nossos problemas sozinhos, individualmente, temos que resolver em conjunto.

Entrevistador Carlos Monforte - Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, muito obrigado pela sua presença aqui no Jornal das Dez.

“Democracia é algo que existe também no Sul”
- *Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal “Folha de S. Paulo”, em 16 de maio de 2005*

Para titular do Itamaraty, Cúpula América do Sul-Países Árabes contribuirá para estabilidade do mundo.

O Ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) acha que a Cúpula América do Sul-Países Árabes serviu para mostrar que “democracia não é um luxo apenas do Norte, democracia é algo que existe também no Sul”.

Apesar disso, o termo “democracia” apareceu pouco, e lateralmente, no documento final de 15 páginas do evento.

Um dos principais articuladores do encontro, que reuniu 22 países árabes e 12 sul-americanos em Brasília, na semana passada, considera que o principal saldo da reunião foi contribuir, “mesmo que um pouquinho, para a multipolaridade, que é contribuir para a estabilidade do mundo”.

Amorim falou à Folha na sexta-feira, no Itamaraty.

Folha - Quem, quando e por que articulou a Cúpula América do Sul-Países Árabes?

Celso Amorim - Quem? O Presidente Lula. Quando? Creio que no final de 2003, na nossa viagem à África que precedeu a viagem aos países árabes. E para quê? Para criar o que ele sempre defende: as condições para uma nova geografia econômica mundial.

Folha - O que significa isso?

Amorim - Que, para você ir do Brasil ao Cairo, você não precisa passar por Washington e Paris.

Folha - O que fica da Cúpula para o futuro?

Amorim - Graças à Cúpula, o Presidente [Abelaziz] Bouteflika [Argélia e Liga Árabe] está indo ao Peru, o da Autoridade Palestina [Mahmoud Abbas], ao Chile, e o Amr Moussa [Secretário-Geral da Liga Árabe], à Argentina. Os bolivianos discutiram com o Catar sobre o gás. Toda a América do Sul está sendo beneficiada. Você tem o bilateral entre os países e o bilateral entre as regiões.

É preciso juntar tudo isso a muitas outras que estão ocorrendo simultaneamente: Índia, Brasil e África do Sul; Brasil e China; Brasil e Rússia. E, ao mesmo tempo, acho que nunca conversamos tão intensamente com os EUA. É comum a gente ter dois Secretários de

Estado americanos aqui em menos de um ano?

Dizem que não temos foco. Nós temos, sim, só que é um foco diversificado. Quando inventaram os óculos bifocais, tinha gente que tinha medo de usar. Nós não temos medo de usar bifocal, trifocal, quadrifocal, multifocal.

Folha - Multifocal é um contraponto a unipolar?

Amorim - É. E é bom para todos, é melhor para o equilíbrio do mundo. As situações de unipolaridade e mesmo de bipolaridade são intrinsecamente instáveis. Você pode achar que é muita pretensão nossa falar em multipolaridade, mas contribuir, mesmo que seja um pouquinho, para a multipolaridade é contribuir para a estabilidade do mundo.

Folha - Não era óbvio que a Cúpula se transformaria num palco dos árabes contra a ocupação da Palestina por Israel, com apoio americano? Qual foi o cálculo de risco?

Amorim - Acho que a poeira disso aí vai baixar rapidamente. A mídia brasileira está muito mais preocupada do que os altos funcionários dos EUA, que têm reagido de maneira bem razoável, com a compreensão de que tudo o que está dito na “Declaração de Brasília” já estava dito em resoluções internacionais. Eles leram pelo lado certo: há uma condenação inequívoca do terrorismo.

Tudo isso tem que ser visto pelo conjunto, não por um lado só. Foi um palanque também, por exemplo, para o Presidente do Iraque, que nunca tinha tido um palanque. O mundo árabe, como a própria América do Sul, também não é um mundo homogêneo. Acho que fizemos uma coisa muito boa para o processo de paz, ao facilitar o diálogo.

Folha - Por que a palavra “democracia” ficou praticamente ausente do documento final?

Houve uma pressão dos árabes?

Amorim - Ela aparece, e ficamos aqui falando de democracia como se, nos últimos 50 anos, tudo tivesse sido uma maravilha para os nossos países. Nós tivemos problemas. Aliás, continuamos tendo até hoje. O importante é que foi um encontro

entre duas regiões em desenvolvimento, com países voltados para reformas, para o desenvolvimento e para a democracia. É um contato muito útil, até para mostrar que democracia não é um luxo apenas do Norte. Democracia é algo que existe também no Sul.

Folha - O sr. diz que eles não são homogêneos, mas quem deu o tom foram o Presidente da Argélia, o Secretário-Geral da Liga Árabe e a própria declaração final, que reflete crítica aberta a Israel e aos EUA.

Amorim - A ocupação da Palestina é objeto, não de uma ou duas, mas de dezenas de resoluções das Nações Unidas. O Brasil, aliás, tem votado nelas, uma atrás da outra. Não há nada ali, portanto, que tenha obrigado a gente a fazer qualquer concessão.

Quando se falou naquela história de observador [um pedido dos EUA, negado pelo Brasil], nós assumimos o compromisso de que tudo seria transparente -e foi. Foi tudo aberto, todos os discursos foram transmitidos. Agora, cada um faz o seu discurso.

Não dá para reduzir a importância dessa Cúpula, que está construindo uma parceria nova com enorme potencialidade, a um mero palanque. Então, é melhor acabar com a ONU, para não dizerem que Nova York, vez ou outra, serve de palco contra os americanos.

Folha - O sr. não respondeu: por que a súbita parcimônia para usar a palavra “democracia” na declaração final?

Amorim - Ela aparece pelo menos duas vezes, uma na questão do Iraque e outra na da Somália, que são duas situações concretas em que se tenta a reconstrução democrática. Mas há referências também à redemocratização da ONU, aos direitos humanos, à tolerância e à inclusão, todos elementos da democracia.

Você ouve falar mais hoje em democracia entre eles do que ouvia falar antigamente. Eu mesmo ouvi da Condoleezza Rice [Secretária de Estado dos EUA], como de outros americanos, elogios ao presidente da Autoridade Palestina. E não se pode esquecer que ele fez as críticas que acha que deve fazer a Israel, mas não defendeu idéias extremistas,

ou extremadas, de outros líderes. Há uma aceitação do Estado de Israel.

Folha - Por que o Presidente Lula já foi ao Oriente Médio, e o sr. mesmo já esteve lá mais de uma vez, mas nenhum dos dois pisou em Israel?

Amorim - Estou indo a Israel agora, nos dias 28 e 29 deste mês, e o Presidente Lula já disse e repetiu que pretende ir lá também. Vou lá para ouvir posições, tratar de interesses bilaterais, tratar da importância que tem o Estado de Israel para o Brasil. Se o Brasil algum dia puder ter um papel de apoio ao “Quarteto” [grupo de países que discutem a paz israelo-palestina], todos na região têm que considerar positivo, se não, não vai. Acho que o Brasil é um mediador potencial, e já ouvi de árabes e de israelenses que o Brasil poderia ter um papel muito importante. O próprio Presidente da Autoridade Palestina falou isso claramente.

Folha - Os países mais alinhados com os EUA, como Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes, foram justamente os que não mandaram chefes de Estado ou de Governo. É legítimo supor que houve alguma interferência americana?

Amorim - Se fosse verdade que houvesse interesse no fracasso da reunião, o Iraque não estaria aqui.

Folha - Não foi por temor de esvaziamento que o Brasil assumiu num determinado momento o discurso de que a Cúpula seria mais econômica, quando ela seria fatalmente política?

Amorim - O nosso discurso, desde o início, acentuava a cooperação econômica, com o realismo de saber que qualquer reunião internacional de presidentes ou mesmo de ministros do exterior vai abordar a política. Não há hipótese de ser diferente. Na época do apartheid, você poderia fazer uma reunião sobre qualquer coisa, até de saúde, e o tema apartheid iria aparecer. São temas políticos vivos, como o da Palestina e o das Malvinas.

Folha - E o esvaziamento?

Amorim - Não houve isso. As próprias reuniões árabes, às vezes, têm 12, 13 chefes de

Estado ou de governo. Muitos dos que vieram agora não foram a Argel. Eles viajam pouco. Um deles, aliás, me disse que é muito raro você ver tanto ministro junto como aqui, e eu nem estou falando de presidentes.

Havia pelo menos 20 pessoas ali que eram Chefes de Estado ou assemelhados. O príncipe que veio da Jordânia, por exemplo, passa na frente do Primeiro-Ministro, tem mais poder. O Ministro da Arábia Saudita é da família real, é irmão do príncipe herdeiro, não é um reles mortal como eu, que é demissível “ad nutum”.

Folha - O que o sr. quis dizer com aquela frase de “cada um entenda como quiser”, quando falou sobre o parágrafo condenando o terrorismo e contrapôs com o outro que ressalva o direito à reação nos territórios ocupados?

Amorim - Foi uma frase errada. O que eu queria dizer era algo como “para bom entendedor, meia palavra basta”. Os americanos entenderam.

Folha - E para os maus entendedores?

Amorim - Direito de resistência contra ocupação estrangeira faz parte da Carta da ONU. Você pode comparar com dezenas de outras ocupações estrangeiras, e a resistência é um direito inalienável. Mesmo assim, lá [no documento] está especificado “com respeito humanitário internacional”. Para nós, o que significa? Que você não pode matar civis, não pode ter homens-bomba. Eu me expressei mal, mas o que eu queria dizer é isso.

Folha - E a saída repentina do Presidente Kirchner?

Amorim - Eu não vi nada de repentino. O Presidente [Ricardo] Lagos [Chile] e outros presidentes também saíram. Eu mesmo já saí antes do encerramento de algumas reuniões.

Folha - A diferença é que o Presidente Lagos e o sr. não ficam bocejando, usando o celular e fazendo cara de enfado durante as reuniões. E o Kirchner fez tudo isso na abertura da Cúpula e não aplaudiu quando Lula foi saudado como líder.

Amorim - Eu não controlo o gestual de

ninguém. Acho que só existe ciúme quando existe amor e estou vendo que existe um amor obsessivo, porque todos os gestos são controlados. O Presidente Kirchner veio aqui, participou de um jantar que durou três horas na Granja do Torto e no início falou sozinho com o Presidente Lula. Nem todos os presidentes falaram, mas ele foi orador duas vezes, teve uma participação ativa.

Folha - Nessas três horas, o que foi acertado entre Brasil e Argentina?

Amorim - Foi discutida uma política industrial comum que leve em conta os interesses de industrialização dos dois países, inclusive com financiamento do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. Agora, é preciso ver tudo isso com cautela, porque os recursos do BNDES não são infundáveis, e você não pode financiar a industrialização da Argentina. Eles têm que fazer a parte deles, e a gente pode ajudar.

De qualquer forma, qualquer relação desequilibrada é insustentável a longo prazo. Você só vende se comprar. Nós queremos vender para lá geladeira, fogão, sapato, automóvel, não sei quantas coisas mais. Então, vamos ter que comprar. Mesmo comprando mais trigo e petróleo, não é suficiente. A Argentina quer, e é natural que queira, ter uma base industrial com valor agregado.

Folha - Quanto ao Hugo Chávez [Presidente da Venezuela]: não cria constrangimento ele ficar falando o tempo inteiro contra os EUA numa reunião que em si já tem um viés antiamericano?

Amorim - Primeiro, não há nada de antiamericano. Segundo, o discurso do Chávez é do Chávez, e o do Brasil é o do Brasil. Além disso, houve muitos discursos moderados, inclusive dos árabes, só que vocês [imprensa] não põem ênfase nisso.

Folha - Foi duro engolir a candidatura do Uruguai para a OMC [Organização Mundial do Comércio], depois de ter lançado nome próprio justo contra o uruguaio?

Amorim - O Brasil poderia ser eliminado nas quartas-de-final, como de fato foi, mas seria o mais

forte para enfrentar um europeu na final. Como não deu, o Brasil não poderia votar contra um candidato da América do Sul e a favor de um europeu [Pascal Lamy, que acabou escolhido na sexta-feira.

“Café com o Presidente” - Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre Política Externa Brasileira ao programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, em 16 de maio de 2005

Luís Fara Monteiro: Olá, amigos de todo o Brasil, eu sou Luís Fara Monteiro e começa agora o “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Hoje vamos falar sobre a política externa brasileira. Temos muitos assuntos e teremos, por isso, uma conversa um pouco mais longa. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luís.

Luís Fara Monteiro: Presidente, o Brasil acabou de sediar o encontro da Cúpula América do Sul-Países Árabes, reunindo 34 nações aqui em Brasília. O senhor tem dedicado atenção especial à sua política externa e, nos próximos dias, viaja para a Coreia do Sul e o Japão. Existe alguma crítica em relação ao número de viagens que o senhor tem feito, tem gente que fala que o senhor viaja demais. Qual o motivo dessas viagens? O que elas trazem de benefício para o Brasil?

Presidente: Luís, estou convencido de que o povo brasileiro já tem uma nítida noção do resultado da nossa política internacional, da nossa política externa. Acho até normal que, muitas vezes, algumas pessoas fiquem pensando: “nossa, mas o nosso Presidente está viajando demais”. Acontece que, nesse mundo globalizado, um país com o potencial produtivo do Brasil, tanto na indústria quanto na agricultura, um país com a qualidade no setor de serviços que tem o Brasil, não pode ficar esperando que as pessoas venham nos descobrir. Isso Cabral já fez em 1500. O que precisamos agora é descobrir países que tenham potencial de, na sua relação comercial com o Brasil, comprar mais e vender mais para o Brasil.

Os exemplos são muito fortes. Tínhamos vindo de sete anos consecutivos de déficit na nossa balança comercial, ou seja, comprávamos mais do que vendíamos. Somente a partir de 2002 é que nossas vendas começaram a crescer um pouco mais do que as nossas compras. Ora, de 2003, depois da nossa posse até hoje, nós praticamente duplicamos. Temos uma exportação, em 12 meses, praticamente de 104 bilhões de dólares. Temos um superávit, ou seja, vendemos mais do que compramos, praticamente de 37 bilhões de dólares, o que é o saldo maior da história do Brasil, falando percentualmente.

O nosso comércio com os países africanos aumentou 48%; o nosso comércio com o Oriente Médio aumentou acima de 50%; e o nosso comércio com a América do Sul cresceu 58%. Então, para mim, a melhor resposta que eu tenho às críticas é o resultado da nossa balança comercial, é o resultado das nossas exportações, é o resultado das nossas reservas.

Isso para mim é a resposta aos críticos, porque, no Brasil, Luís, essa é a verdade, e eu quero chamar a atenção do povo brasileiro. No Brasil, há um tipo de gente com a cabeça colonizada, que parece não gostar de independência, que parece achar que o Brasil só pode estar subordinado à política dos Estados Unidos ou à política da União Européia. Ora, queremos ter a mais extraordinária parceria com os Estados Unidos e com esse grupo fortíssimo que é a União Européia, mas precisamos ter uma forte relação com a China, com a Índia, com a Rússia, com a África do Sul, com o México. E estamos mostrando que podemos comprar coisas de vocês, vocês podem comprar coisas nossas, vocês crescem, nós crescemos e vamos desenvolver o nosso Continente, porque não nascemos para ser pobres a vida inteira. Acho que o povo brasileiro já tem consciência de que não é mais possível ficar sentado em uma cadeira esperando que alguém nos descubra. Ou somos ousados, corajosos, colocamos os nossos produtos embaixo do braço e saímos pelo

mundo vendendo, ou perderemos essa guerra em um mundo globalizado.

Luís Fara Monteiro: Presidente, e essa Cúpula da semana passada, que reuniu 34 nações? Vieram Chefes de Estado, mais de 70 Ministros, mais de mil empresários. Qual foi o resultado desse encontro, dessa Cúpula América do Sul-Países Árabes?

Presidente: Luís, eu estou muito feliz com essa Cúpula. Acho que ela foi extraordinária, conseguimos fazer uma reunião histórica no Brasil. O resultado disso vem em curto espaço de tempo, não vai demorar muito. Agora, depois dessa Cúpula, o que acontece? Os nossos empresários precisam pegar a estrada. Nossos Ministros precisam viajar. Os nossos comerciantes têm que viajar, porque, meu caro, quem não fizer isso não vende. Vamos lá! Vamos chegar com os nossos produtos embaixo do braço, com o nosso sapato, com a nossa roupa, com os nossos carros, com a nossa soja, com o nosso milho, com o nosso suco de laranja, com as nossas empresas de construção civil e vamos vender, vamos mostrar que somos competitivos. É por isso que não vamos parar, vamos continuar viajando, vamos continuar levando as coisas do Brasil.

Vou contar um episódio engraçado. Na Cúpula América do Sul-Países Árabes, no jantar, eu comecei a conversar com o Presidente da Argélia sobre a questão do combustível, do petróleo. Comecei a falar do biodiesel, do álcool, comecei a falar do carro tríflex que temos no Brasil, e o Ministro dele não acreditava que em um mesmo motor pudéssemos colocar álcool, gasolina, e ainda havia carro com botijão de gás. Chamei o Ministro Furlan imediatamente e falei: “Furlan, providencie um carro amanhã na porta do hotel, que temos que mostrar pra ele”. No outro dia, às 9h da manhã, estavam lá três carros a álcool, a gasolina e um tríflex a gás também para mostrarmos. “Está aqui, entra aí dentro, liga o motor, desliga o motor”. Eles ficaram encantados, ou seja, é assim que conseguiremos mostrar as coisas boas do Brasil, meu caro. E essa

competição é pesada, porque, nessa competição, ninguém dá colher de chá a ninguém.

Luís Fara Monteiro: Presidente, vamos falar agora sobre a integração da América do Sul. O senhor jantou com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e com o Presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Existem algumas queixas dos empresários argentinos em relação ao comércio com o Brasil. Eles acham que estão levando desvantagem. Como é que o Brasil se posiciona em relação a essas queixas dos argentinos?

Presidente: Veja, a Argentina tem consciência da importância do Brasil, o Brasil tem consciência da importância da Argentina, e nós temos consciência do potencial de desenvolvimento da Venezuela. O Brasil tem forte parceria com a Venezuela, temos um superávit comercial com a Venezuela muito grande. Precisamos comprar algumas coisas da Venezuela para poder ter um certo equilíbrio. Queremos contribuir para que haja uma política industrial na Argentina, porque os argentinos, muitas vezes, reclamam porque perderam praticamente parte da indústria. O Brasil tem responsabilidade em ajudar com que a Argentina se desenvolva, com que o Paraguai se desenvolva, com que o Uruguai se desenvolva. Esse é o papel do país maior, esse é o papel do país que tem maior riqueza, maior tecnologia. Acertamos, então, que vamos continuar trabalhando juntos. Não podemos permitir que o interesse de um grupo econômico ou de outro crie qualquer atrito na política de Estado que temos que criar entre o Brasil e os países do MERCOSUL e entre o Brasil e os países da América do Sul.

Luís Fara Monteiro: Presidente, no encontro com os países árabes, um tema político que teve bastante destaque na cobertura foi a relação entre o Estado de Israel e o Estado Palestino. O senhor mesmo deu algumas declarações deixando clara sua posição favorável tanto a Israel quanto à Palestina. O senhor poderia explicar melhor aos nossos ouvintes?

Presidente: Havia, durante a semana que antecedeu esse encontro, certa preocupação de que o encontro seria um encontro contra Israel, um

encontro contra os Estados Unidos. Recebemos aqui a Secretária de Estado Americana, conversamos com ela, Ministros meus conversaram com a Embaixadora de Israel. Ou seja, não faríamos um encontro dessa magnitude para ser contra alguém. Fizemos o encontro justamente para ser favoráveis às coisas positivas.

Tivemos um documento muito equilibrado, e fiz questão de dizer no meu discurso que da mesma forma que sou defensor de um Estado palestino, sou defensor do Estado de Israel. A existência de um não nega o outro, e tive a melhor impressão do Presidente da Autoridade Palestina, que reconhece o esforço que está acontecendo em Israel, que reconhece as dificuldades de Israel, mas ele está convencido de que vão chegar a uma situação de paz rapidamente. Ora, quando as pessoas querem e as pessoas acreditam, vai acontecer. Então, estou certo de que a posição do Brasil neste aspecto é consolidada. É consolidada a posição do Governo brasileiro, do Estado brasileiro e é consolidada a minha posição pessoal. Eu nasci na política defendendo o Estado palestino e nasci na política também compreendendo que o Estado de Israel não é antagônico à criação do Estado palestino. Disse claramente ao Presidente da Autoridade Palestina que estava feliz porque hoje sou um homem convencido de que somente a paz é capaz de garantir o desenvolvimento daquela região e, sobretudo, o desenvolvimento de um Estado palestino.

Luís Fara Monteiro: Presidente, agora a próxima parada é o Japão, com escala na Coreia do Sul. O senhor está viajando na semana que vem. Pé na estrada mais uma vez?

Presidente: Vamos lá com os nossos produtos embaixo do braço. Tenho dito sempre: “ao invés de ficarmos aqui reclamando das coisas, vamos botar o pé na estrada e vamos mostrar o que produzimos para o mundo inteiro.” E isso tem dado resultados extraordinários. Fizemos isso aumentando o nosso comércio com os Estados Unidos e com a União Européia, porque não queremos diminuir a nossa relação com os Estados Unidos e com a União

Européia. Apenas não queremos ficar dependendo de dois blocos, queremos ter uma relação homogênea com o mundo inteiro para colocar os nossos produtos, e isso vai gerar riqueza para o Brasil, isso vai gerar emprego para o Brasil, isso vai gerar desenvolvimento para o nosso país.

Luís Fara Monteiro: Obrigado, Presidente, e até o nosso próximo programa.

Presidente: Eu lhe agradeço, Luís. Quero agradecer aos nossos ouvintes e dizer que, daqui a 15 dias, estaremos juntos novamente.

“Café com o Presidente” -Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre balanço da viagem oficial à Coreia do Sul e ao Japão, ao programa de rádio “Café com o Presidente”, da Rádio Nacional, em 30 de maio de 2005

Luís Fara Monteiro: Olá, amigos em todo o Brasil. Eu sou Luís Fara Monteiro e começa mais uma edição do programa “Café com o Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luís.

Luís Fara Monteiro: Presidente, domingo, oito horas da noite, e estamos gravando essa edição. O senhor chega de uma viagem ao Oriente. Doze horas de fuso horário. Como é que o senhor está?

Presidente: Primeiro, cansado porque com o fuso horário, leva uns dois ou três dias para que voltemos à normalidade. Uma viagem que dura aproximadamente 24 horas de vôo, mais duas a três horas nos aeroportos em que se pára. Então, é uma viagem extremamente cansativa. Mas é uma viagem em que o cansaço é superado pelas conquistas, pela emoção da viagem. Por exemplo, sábado, tive um dia extraordinário com os brasileiros que estão morando no Japão.

Fui à cidade de Nagóia, onde há 48 mil brasileiros. O Japão todo tem 285 mil brasileiros. Encontrei antigos amigos metalúrgicos, antigos amigos químicos e trabalhadores de várias categorias que

estão no Japão tentando a sorte. Discuti muito com eles as preocupações que eles têm. O Governo brasileiro vai ter que ajudar, com o governo japonês, para resolver o problema da Previdência Social deles no Japão. Vamos ter que ajudar em convênio entre os nossos Ministérios da Saúde para resolver o problema na área da saúde.

Penso que para o Brasil foi uma viagem muito importante do ponto de vista do que temos possibilidade de conseguir com o governo japonês e com o governo da Coreia.

Luís Fara Monteiro: Agora, poderia falar um pouco sobre os protocolos assinados tanto na Coreia quanto no Japão?

Presidente: Penso que conseguimos completar um ciclo na nossa política externa, um ciclo que vem dando resultados extraordinários. Temos uma balança comercial com o Japão da ordem de 5,6 bilhões. Temos uma balança comercial com a Coreia da ordem de 3,2 bilhões de dólares. Achamos que pelo potencial do Brasil e pelo potencial dos dois países que visitamos, Coreia e Japão, poderemos fazer muito mais. Poderemos ter uma balança comercial muito mais produtiva, que possibilite a eles comprar mais produtos brasileiros, termos mais acordos no campo científico e tecnológico.

Temos acordo, por exemplo, na questão do etanol. O Protocolo de Quioto, que exige a despoluição do planeta, foi assinado em Quioto, no Japão. O Japão precisará colocar um aditivo menos poluente na gasolina. Nós, aqui no Brasil, colocamos até 25% de álcool na gasolina e o carro funciona normalmente. O Japão deve começar com 3%, a Coreia também precisa começar e o mundo inteiro vai ter que começar. E ninguém pode competir com o Brasil na produção de álcool combustível. O Brasil tem muito mais potencial, tem tecnologia já há 30 anos. E fomos lá para tentar convencê-los. Fomos discutir a questão do biodiesel, levamos as garrafinhas do biodiesel para entregar, para eles saberem o que nós poderemos produzir. E fomos lá para chamá-los a serem parceiros do Brasil.

Luís Fara Monteiro: Esse é o “Café com o Presidente”, hoje com o balanço da viagem oficial à Coreia do Sul e ao Japão.

Presidente: Queremos que eles sejam nossos parceiros na construção de projetos importantes, de projetos siderúrgicos, de projetos de desenvolvimento de pesquisa. O Banco de Desenvolvimento da Coreia, que é o BNDES deles, vai implantar agência no Brasil para pensar em investimentos no Brasil. Eles precisavam saber que o Brasil não é apenas produtor de soja, ou de café, ou de milho, ou de algodão, ou de açúcar, ou de álcool. Não, eles precisavam saber que o Brasil produz coisas de alto valor agregado, como por exemplo na indústria aeroespacial; que nós temos competitividade na área de software, que nós temos capacidade de discutir com eles a questão da biotecnologia.

Foi uma viagem cansativa. Quem viaja comigo sabe que não tem moleza nessa viagem. A agenda começa às oito da manhã e termina à meia-noite. Faço isso porque acho que quanto mais trabalharmos, mais o Brasil vai ter chance de crescer. Essas coisas, muitas vezes, não acontecem em um dia. Essas coisas acontecem um ano, dois anos depois. Mas o dado concreto é que esse ciclo termina de forma extraordinária.

Confesso a você, Luís, que voltei com mais gás, voltei muito mais otimista, voltei achando que quem estiver torcendo para o fracasso do Brasil vai quebrar a cara. Pode ficar certo que vai quebrar a cara. Não existe espaço para política menor neste país. O Brasil está tendo uma oportunidade histórica e eu quero dar a minha contribuição para que o Brasil se transforme definitivamente em uma economia altamente desenvolvida. Por isso, volto realizado e acho que vamos colher frutos extraordinários para o Brasil e para o Japão, para o Brasil e para a Coreia

Luís Fara Monteiro: Obrigado, Presidente, e até o nosso próximo encontro.

Presidente: Eu lhe agradeço, Luís. Obrigado aos ouvintes e até o próximo encontro.

Entrevista concedida ao jornal “Folha de São Paulo” pelo Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Sardenberg, em 21 de junho de 2005

Reforma na ONU é agora ou nunca, diz Sardenberg

Para Embaixador brasileiro na ONU, oportunidade histórica vem e passa

PEDRO DIAS LEITE DE NOVA YORK

Depois de 11 anos de discussões, ou o Brasil consegue aprovar a resolução que dá início à reforma do Conselho de Segurança até o final do mês que vem ou provavelmente nunca mais. “Sabemos que temos uma oportunidade histórica, e com história você não brinca. Oportunidade histórica você tem e passa, depois você não tem mais”, disse à Folha o embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Sardenberg.

Em setembro, haverá uma mega-reunião de cúpula, com mais de 180 autoridades de países na ONU, nos 60 anos da organização. Se o projeto não tiver sido aprovado até lá, dificilmente será depois. Em agosto, muitas missões entram em férias.

Sardenberg disse que, se a proposta do G4 (grupo formado por Brasil, Alemanha, Japão e Índia) conseguir mais votos que os 128 necessários (são 191 países), ninguém deverá vetar a reforma. Mesmo assim, o veto não seria exercido agora, mas só daqui a cerca de dois anos, quando as mudanças precisam ser ratificadas na Carta da ONU.

“Tem um processo político. Se você tiver 140 votos, um número qualquer, é muito difícil. A hora em que você for vetar, vai se criando uma outra realidade.” O embaixador não revela quantos votos contabiliza, “um segredo total”, mas diz ter “uma expectativa bem positiva”. A proposta cria seis novos membros permanentes (são cinco hoje) e quatro não-permanentes (são dez).

Segundo ele, o governo “tem um sentido total de realidade nesse negócio. Nós não estamos numa jogada para fazermos atos arbitrários ou inesperados, causar surpresa, para perder”. Depois de amanhã, os ministros das Relações Exteriores do G4 reúnem-

se em Bruxelas para tratar do tema. Leia a seguir a entrevista, concedida na sede da missão do Brasil na ONU, na quinta-feira e ontem.

Folha - O Brasil apresentou pela primeira vez uma proposta de resolução para a reforma. Quais são as chances?

Ronaldo Sardenberg - É um assunto que está sendo tratado de forma corrente pela Assembleia Geral há 11 anos, sem resultados, porque não há votação.

Então houve uma iniciativa do Kofi Annan, criando um “high level panel” [painel de discussões de alto nível], porque as Nações Unidas tinham passado por um processo de desgaste político, o Conselho de Segurança principalmente. Mais adiante, depois de ter recebido o relatório, disse que era preciso que essa reforma fosse antes de setembro. Porque em setembro você tem uma cúpula, mais de 175 países confirmaram presença do mais alto nível, vai ser um grande evento. E é essa cúpula que dá oportunidade para que todas essas medidas possam ser consideradas em um momento histórico das Nações Unidas.

É um momento histórico, único. Claro que as Nações Unidas regularmente consideram esses temas, mas não na expectativa de ter uma decisão no mesmo momento, esse que é o problema.

Então o momento de hoje é muito distinto do anterior. Dificilmente o que não for resolvido até setembro será resolvido com o mesmo estado de ânimo, porque terá passado a cúpula. E uma vez terminado esse processo você corre o risco realmente de voltar ao regime anterior, especialmente na questão de o Conselho de não tomar decisão nunca.

Folha - E a proposta?

Sardenberg - A proposta inicial obteve uma boa repercussão, de maneira geral foi muito bem recebida. A questão do veto, que no nosso projeto inicial não estava explicitada, era colocada apenas como um pensamento. Nós chegamos à conclusão de que precisávamos explicitar.

Então fomos procurar uma fórmula e finalmente chegamos a essa que está incluída no texto, de que não tomaríamos uma decisão nesse momento e que o

assunto seria tratado pela Assembléia Geral num contexto de um exame da situação criada pelas emendas em 15 anos. Isso foi a maneira, digamos assim, democrática, no sentido que você volta à assembléia.

Folha - Se passar setembro perde-se o momentum, é agora ou nunca?

Sardenberg - Mais ou menos isso, por causa disso. Nós temos a experiência do passado, passamos 11 anos discutindo isso, sem nenhum resultado, zero resultado em termos estruturais. Então agora você criou um calendário, criou um prazo fatal antes do evento, e é a oportunidade que se criou, e assim é. O que está causando toda essa celeuma é o fato de que todo mundo percebe que estamos às portas disso, e nós queremos aprovar isso antes do fim do mês de julho, porque sabemos que agosto é um mês de férias.

Folha - Há muitos apoios, como França e Reino Unido. Mas e as oposições? A China classificou a proposta de “imatura”.

Sardenberg - Nós respeitamos muito a opinião dos outros países, estamos aqui num processo de persuasão, se nós estivéssemos num processo de trocar pontapés seria diferente, mas o processo aqui é um processo diplomático, em que se procura fazer valer suas posições, você toma iniciativas concretas para resolver os assuntos, em vez de criticar. Agora, sabemos que temos uma oportunidade histórica, e com história você não brinca. Oportunidade histórica você tem e passa, depois você não tem mais.

Folha - O prazo é curto. E se China e EUA não forem convencidos, a estratégia é obter os votos e colocar isso como um fato consumado, onde um veto teria grande desgaste?

Sardenberg - Não é um fato consumado. É submeter à Assembléia Geral. Nós apenas colocamos a proposta e quem vota são os países. Se nós tivermos mais de 128 votos, teremos a maioria requerida legalmente e, conseqüentemente, o amparo político dos países que votaram a favor.

Folha - Mas aí ficaria difícil para China ou EUA vetarem?

Sardenberg - Isso é uma circunstância da vida, não é? Não é nosso objetivo. O que vai acontecer é que, na prática, a emenda à carta, o final desse processo, ela é sujeita à ratificação, e aí é preciso que mais de dois terços, mais de 128, ratifiquem, e nesses 128 têm de estar os cinco permanentes atuais [EUA, China, Rússia, França e Reino Unido]. É importante lembrar, porque no Brasil há dúvidas, que esse assunto não vai ao Conselho de Segurança agora. Então, por hora, essa questão não está submetida a voto. Ela só chegará aos membros do Conselho no final do processo, quando houver uma emenda à Carta da ONU.

Nós temos uma experiência histórica, no início da década de 60. E ali os cinco permanentes então se dividiram. Houve países que votaram contra, que se abstiveram, que votaram a favor. No final do processo, dois, três anos depois, todos ratificaram, mesmo quem votou contra. Porque isso aqui não é um jogo matemático, é um jogo político, e na medida em que você põe as cartas na mesa, vai favorecendo uma solução. E a única carta que temos é o voto.

Folha - Mas o senhor acha que algum país pode vetar?

Sardenberg - Não, não creio. Se você tiver 140 votos, um número qualquer, é muito difícil, a hora em que você for vetar, vai se criando uma outra realidade.

Folha - O país tem hoje os 128 votos, o senhor tem a conta?

Sardenberg - Não posso fixar, é claro que tenho a conta. O que posso dizer é que nossas expectativas são positivas. Daqui a pouco você vai pedir quantos países vão votar no Brasil, que é um segredo total, nem eles dizem de público.

Folha - Mas a conta está em mais de 128 ou menos?

Sardenberg - Tenho uma expectativa bem positiva. O problema é o processo, não é o número de votos no final. Hoje estamos seguros de que temos votos e que não são inferiores aos dos demais membros do G4. Às vezes no Brasil há certa sensação de que

somos inferiores, de que não merecemos. Nas Nações Unidas, a gente não vê críticas à candidatura do Brasil nesses termos. As críticas que aparecem são quanto ao processo, à forma, não quanto ao conteúdo das credenciais do Brasil.

Folha - E a data de final de julho, existe um dia fatal?

Sardenberg - Não, não tem, e uma coisa que posso assegurar é que o governo brasileiro, do qual faço modestamente parte, tem um sentido total de realidade nesse negócio. Nós não estamos numa jogada para fazermos atos arbitrários ou inesperados, causar surpresa, para perder.

Folha - Os Estados Unidos disseram no final da semana que apóiam uma reforma só com dois novos membros permanentes.

Sardenberg - Foi feita uma apresentação das idéias americanas, mas falta um texto.

Folha - Mas os EUA falam em um número menor.

Sardenberg - Por enquanto o que existe é uma proposta do G4. O fundamental é que a proposta do G4 está mantida e o grupo vai continuar a trabalhar unido.

Folha - Mas os EUA querem só dois novos permanentes.

Sardenberg - Bom, isso significa que eles estão a favor da reforma. Pela primeira vez, aparentemente, eles afirmam ser a favor da reforma, estarem engajados na criação tanto de assentos permanentes quanto de não permanentes. É um dado interessante.

Entrevista do Embaixador Celso Amorim à Radiobrás sobre Relações Brasil-Colômbia. Matéria exibida no jornal de televisão NBR Manhã, em 28 de junho de 2005

Apresentadora Francy Rodrigues: Colômbia e Brasil estreitam as relações comerciais e assinam acordo para ensinar português e espanhol na fronteira entre os dois países. O repórter Nelson Mota acompanhou a visita do Chanceler Celso

Amorim a Bogotá.

Reporter: O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, veio a Bogotá representando o Presidente Lula. Aqui teve encontros com autoridades colombianas e abriu o 2º Encontro Empresarial Brasil/Colômbia. O Chanceler brasileiro falou dos negócios que envolvem Brasil e Colômbia, que no ano passado chegaram a US\$ 1,2 bilhão nas áreas de siderurgia, aviação, petróleo, vestuários e calçados. Foi aqui na Câmara de Comércio de Bogotá que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, chamou a atenção de mais de 150 empresários brasileiros e colombianos para a importância de se investir na América do Sul.

Ministro Celso Amorim: É um espaço natural de atuação. Fico muito contente de ver, por exemplo, no caso da Colômbia, que já tínhamos investido em siderurgia, em aviação civil, em petróleo e produtos relacionados com o petróleo, calçados e em muitas outras áreas. Acho que, digamos, o mesmo que está ocorrendo aqui na Colômbia tem ocorrido também na Argentina, no Paraguai, em muitos países. Hoje, a América do Sul já representa parcela importante do nosso comércio exterior, praticamente 20%. Certamente, parcela equivalente ou talvez até maior dos nossos investimentos. Acho que é algo muito importante porque isso também potencializa o comércio não só das nossas exportações, mas das nossas importações, porque, muitas vezes, o empresário brasileiro pode investir e vender para o próprio Brasil. E, com isso, vamos fazendo um crescimento equilibrado, fortalecendo os nossos laços e nos tornando mais aptos a participar dessa competição global entre grandes blocos econômicos.

Repórter: O que o senhor destacaria no discurso para os empresários brasileiros e colombianos?

Ministro Celso Amorim: Para os empresários colombianos, lembrei que há dois anos, quando estávamos discutindo o acordo com o MERCOSUL e havia reticências aqui, como em outros país, havia o temor da invasão dos produtos

brasileiros. E até brinquei: “Como é que não têm medo da invasão dos produtos norte-americanos, na ALCA ou dentro dos acordos de livre comércio, e têm medo da invasão dos produtos brasileiros?”.

A verdade é que o nosso comércio é efetivamente desequilibrado, mas, desde que se começou a discutir o acordo que se concluiu mais recentemente, as nossas importações seguem aumentando, mas as nossas exportações também aumentaram muito. Então, acho que não há o que temer e que, digamos, quando olhamos pelo ângulo brasileiro, mais de 90% das nossas exportações para a América do Sul sendo produtos manufaturados - e, como diziam aqui os colombianos, também para nós a maior parte das exportações deles, sobretudo as que têm revelado maior dinamismo, são de produtos não tradicionais -, isso é bom para criar emprego; é bom para melhorar a nossa capacidade de criar valor agregado, de desenvolver áreas mais sofisticadas da nossa produção. Enfim, acho que é bom para todos nós.

Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao “jornal El Tiempo”, realizada em Bogotá, Colômbia, em 27 de junho de 2005

‘El Presidente Lula se defenderá con transparencia y verdad’, afirma el canciller brasileño
Por KAREN JIMÉNEZ ZUBIRÍA

En una visita relámpago -la quinta que realiza a Colombia- con el objetivo de reanudar la macrorrueda de negocios, Celso Amorim habló con EL TIEMPO.

Amorim se refirió a la tormenta política que atraviesa el presidente Luiz Inácio Lula da Silva y descartó un escenario similar al de hace más de una década, cuando el entonces presidente Fernando Collor de Melo (1989-1992) tuvo que renunciar por un escándalo de corrupción.

Por más de 25 años el presidente Lula ha portado las banderas de la ética y la justicia social. Sin embargo, hoy su Gobierno se ve salpicado por

denuncias de sobornos. ¿Cómo evitar un escenario similar al del ex presidente Collor de Mello, que se vio obligado a renunciar?

Con transparencia, verdad y con la iniciativa política que está tomando. El presidente Lula está empeñado en una reforma de gabinete. Está apoyando todas las investigaciones que existen, no solamente las que van a realizarse en el ámbito del Legislativo, sino aquellas que el Ejecutivo emprenderá para que los culpables respondan ante la justicia.

¿La designación de nuevo gabinete es vista como un avance de la centro-derecha a través del Partido del Movimiento Democrático de Brasil (Pmdb)?

Aún debemos esperar la decisión que tome el Presidente, pero no creo que eso pueda considerarse como un giro a la derecha. El Pmdb es un partido de centro. Hay incluso personas que yo calificaría de centro-izquierda, muy progresistas. Creo que eso no va a afectar el equilibrio general del Gobierno ni la visión progresista del presidente Lula sobre los temas sociales, económicos o de política externa.

¿El escándalo afectará el liderazgo internacional de Lula?

En lo más mínimo. Primero porque no hay acusaciones en contra del Presidente. Segundo, porque las acusaciones que existen serán aclaradas, y porque el Gobierno seguirá firme en su agenda, llevando delante lo relacionado con la política económica, con la política social que es inédita en nuestro país, pero también en su política externa. Esos son tres pilares importantes del Gobierno que seguirán muy fuertes. Además, en la región ya tenemos acuerdos consolidados como el CAN-Mercosur, que implican bajas arancelarias que empiezan a funcionar y han dado resultado, enviando una señal política fuerte.

¿Hay fecha para los encuentros aplazados con los presidentes Uribe, Hugo Chávez y Néstor Kirchner?

El Presidente me autorizó para anunciar que

piensa venir a Colombia a comienzos de agosto a reunirse con el presidente Álvaro Uribe. En cuanto al encuentro con los presidentes de Argentina y Venezuela, esa reunión se realizará muy pronto.

¿Qué avances hay sobre el pedido de asiento en el Consejo de Seguridad de la ONU?

Hay una resolución que fue discutida informalmente, que recibió mucho apoyo y que debe

ser presentada probablemente el mes entrante, después de la cumbre africana y del Caricom, para ser votada. Contamos con el apoyo de países de la región, que ven esta oportunidad no como una pretensión de Brasil, sino como una posibilidad para la región, especialmente por la cercanía en torno al tema de seguridad. Es una oportunidad para que un país suramericano integre el Consejo Permanente.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação terrorista 243, 247

Ações Afirmativas e Objetivos de Desenvolvimento 397

Acordo de Paz 207, 295, 351

Acra-Gana 104

Açúcar

64, 67, 73, 140, 142, 194, 205, 326, 328, 329, 352, 373, 420, 421

África

48, 49, 57, 71, 74, 77, 79, 80, 86, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 136, 141, 142, 156, 159, 162, 177, 179, 190, 216, 217, 224, 269, 270, 275, 276, 277, 279, 282, 295, 305, 306, 309, 311, 312, 318, 326, 328, 338, 351, 380, 403, 406, 410, 428, 455, 464, 474, 476, 483

África do Sul

49, 79, 106, 107, 117, 136, 183, 216, 219, 222, 254, 269, 270, 280, 305, 306, 307, 314, 383, 404, 406, 420, 429, 432, 483, 486

Afro-descendentes 99, 114, 277, 396

Agricultura

38, 46, 66, 67, 92, 135, 137, 158, 161, 193, 201, 203, 205, 239, 260, 264, 266, 270, 272, 273, 276, 277, 280, 290, 308, 311, 323, 325, 326, 327, 329, 331, 332, 333, 344, 347, 352, 361, 369, 379, 380, 393, 395, 403, 421, 428, 486

Agricultura Familiar 195, 211, 260

ALADI 225, 238

ALCA

136, 214, 256, 257, 280, 288, 400, 403, 404, 420, 423, 426, 443, 447, 448, 493

Alemanha

118, 204, 205, 246, 254, 281, 282, 394, 407, 416, 490

Algodão

114, 142, 271, 305, 382, 420, 421, 424, 471, 489

Aliança Estratégica

51, 52, 53, 54, 55, 56, 79, 163, 243, 244, 257, 258, 259, 283

América do Sul

33, 34, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 73, 74, 79, 80, 84, 85, 86, 88, 91, 93, 97, 98, 100, 104, 108, 109, 110, 115, 118, 133, 136, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 161, 162, 165, 168, 169, 173, 220, 221, 224, 225, 226, 246, 249, 250, 252, 258, 264, 278, 281, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 293, 297, 298, 312, 316, 320, 324, 336, 337, 338, 342, 349, 363, 373, 375, 377, 378, 382, 385, 396, 397, 401, 402, 420, 425, 428, 429, 434, 436, 437, 444, 445, 447, 454, 455, 464, 471, 473, 474, 475, 476, 477, 481, 482, 483, 486, 487, 492, 493

América Latina

33, 37, 41, 52, 74, 79, 80, 109, 116, 117, 118, 147, 165, 175, 209, 213, 224, 226, 227, 268, 269, 299, 312, 318, 323, 334, 336, 340, 351, 365, 366, 376, 384, 387, 409, 413, 429, 433, 434, 437, 450, 455, 474

Angola

49, 106, 110, 117, 141, 142, 199, 203, 204, 306, 323, 329, 331, 332, 333

Área de Livre Comércio das Américas 256

Argélia

87, 89, 148, 149, 150, 155, 156, 246, 252, 253, 267, 280, 308, 337, 338, 343, 350, 351, 432, 436, 473, 478, 481, 483, 484, 487

Argentina

37, 48, 49, 79, 87, 146, 196, 201, 209, 232, 234, 238, 250, 267, 268, 298, 299, 307, 308, 315, 316, 322, 325, 338, 341, 349, 356, 357, 358, 372, 384, 388, 389, 396, 402, 410, 413, 425, 426, 429, 432, 469, 474, 475, 478, 479, 480, 483, 485, 487, 492, 494

Armas Nucleares 339, 340, 361, 412, 413

Ásia

71, 79, 159, 160, 165, 209, 220, 240, 312, 342, 355, 358, 455, 474

Asilo 321

Assistência Jurídica 201, 203, 264

Astúrias 262

Auschwitz 240

Auxílio Humanitário 224

B

Banco Mundial

39, 77, 78, 211, 239, 306, 406

Barbados

39, 205, 211, 327, 351, 355, 356, 357

Belize 205, 327, 373, 378, 379

Bolivia

257, 277, 322, 388, 389, 400, 446, 469

Bom Dia Brasil 479

Bruxelas 307, 384, 490

Bulgária 199, 207, 212, 213

C

Cabo Verde

199, 215, 217, 218, 219, 305, 306, 406

Café com o Presidente 471, 472, 486, 488

Câmara de Comércio e Indústria

165, 253, 310

Camerun

95, 96, 117, 203, 215, 216, 223, 224, 305

Caracas

51, 200, 243, 244, 257, 260, 283, 322

Caribe

37, 61, 67, 71, 72, 73, 74, 133, 147, 168, 183, 210, 249, 256, 297, 326, 328, 336, 340, 352, 366, 378, 387, 400, 409

CARICOM

27, 29, 30, 39, 62, 63, 64, 71, 73, 74, 79, 133, 211, 214, 215, 240, 241, 245, 250, 251, 256, 257, 261, 262, 263, 295, 297, 352, 353, 354, 356, 357, 378, 379, 385, 392, 400, 404, 494

Carreira diplomática 254, 418

Carta Capital 426, 427

Celso Amorim

27, 54, 150, 161, 193, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 228, 239, 241, 242, 244, 246, 249, 252, 253, 265, 269, 270, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 285, 293, 300, 303, 304, 305, 307, 323, 324, 325, 330, 334, 336, 351, 352, 355, 371, 372, 373, 375, 377, 379, 382, 384, 394, 395, 399, 401, 409, 411, 412, 415, 418, 419, 424, 425, 426, 427, 430, 431, 433, 434, 436, 437, 438, 443, 445, 447, 448, 468, 472, 473, 474, 479, 480, 481, 482, 492, 493

Chile

34, 42, 62, 65, 77, 115, 131, 168, 173, 183, 209, 243, 246, 256, 257, 262, 308, 316, 323, 325, 327, 375, 384, 388, 389, 392, 396, 400, 402, 406, 409, 426, 433, 448

China

48, 57, 66, 79, 99, 116, 136, 138, 163, 219, 254, 255, 267

Co-produção cinematográfica 201

Colômbia

48, 53, 55, 168, 173, 183, 202, 206, 219, 220, 221, 225, 226, 242, 243, 283, 296, 297, 298, 299, 316, 325, 327, 375, 382, 384, 385, 395, 396, 402, 409, 433, 492, 493

Comissão Mista

34, 54, 100, 105, 141, 177, 178, 202, 231, 235, 249, 244, 265, 270, 279, 280, 289, 306, 307, 308, 323, 329, 379, 380

Comores 285**Comunidade das Democracias** 131, 132, 325**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

142, 216, 221, 305, 306, 309, 319, 333, 334, 383, 406

Comunidade Sul-Americana

33, 48, 53, 55, 57, 62, 65, 68, 71, 72, 79, 85, 92, 100, 133, 147, 159, 162, 173, 181, 183, 220, 221, 224, 225, 239, 243, 244, 245, 250, 258, 262, 264, 268, 277, 283, 286, 289, 297, 310, 315, 316, 320, 321, 322, 325, 336, 349, 351, 375, 385, 396, 401, 434, 437, 473

Comunidades Europeias 255, 283, 284**Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente** 366, 368, 369**Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres** 220**Congo**

142, 179, 180, 205, 219, 267, 282, 294, 381

Conselho de Segurança

37, 41, 62, 68, 159, 186, 207, 208, 218, 221, 244, 263, 266, 274, 279, 294, 307, 312, 315, 321, 333, 342, 351, 354, 379, 380, 394, 395, 407, 412, 430, 454, 473, 479, 490, 491

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

276, 307

Conta Corrente 209, 419, 424**Contencioso**

114, 255, 256, 271, 273, 283, 326, 327, 421

Contrabando 205, 300, 302, 385**Cooperação Científica e Tecnológica**

161, 200, 279, 359, 368

Cooperação Cultural

201, 205, 231, 235, 236, 281, 311, 317, 342, 343, 473, 482

Cooperação em Matéria de Comunicação

202, 290

Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária

204

Cooperação Esportiva 199, 208**Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica**

199, 200

Coréia

137, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 247, 330, 355, 358, 471, 489

Coréia do Norte 247, 358**Coréia do Sul**

160, 161, 165, 325, 331, 355, 385, 486, 488, 489

Corporação Andina de Fomento (CAF)

260, 290

Crescimento econômico

47, 77, 78, 91, 104, 115, 137, 157, 160, 230, 263, 287, 325, 333, 335, 344, 348, 350, 433, 454, 463

Crime Organizado

55, 213, 230, 263, 283, 404, 458, 472

Cuba

116, 170, 191, 206, 241, 268, 269, 307, 315, 317, 327, 385, 392, 446, 482

Cúpula América do Sul-Países Árabes

156, 162, 186, 263, 285, 289, 334, 351, 479, 482, 483, 486, 487

Cúpula da Liga Árabe 156, 293, 432, 437**Cúpula de Sharm El Sheikh** 431**Cúpula Ibero-americana** 298**Cursos Técnicos** 202**D****Dacar**

113, 114, 115, 178, 307, 317, 318, 320, 379, 380

Davos

45, 47, 49, 72, 77, 239, 240, 401, 425

Democracia

53, 55, 56, 62, 71, 84, 91, 99, 100, 104, 310, 324, 325, 340, 372, 373, 375, 376, 386, 387, 406, 409, 443, 444, 445, 449, 450, 466, 469, 470

Dependentes do pessoal diplomático, consular, admi 199, 217

Desenvolvimento Rural 205, 349

Diplomas de medicina 317

Direitos Humanos

62, 83, 114, 131, 150, 178, 185, 189, 191, 205, 212, 214, 240, 242, 251, 263, 279, 281, 287, 292, 295, 297, 315, 321, 339, 342, 249, 360, 372, 375, 378, 380, 394, 395, 481, 484

Doces Matas 204

E

ECOSOC 45, 169, 276, 307, 308, 333, 360

Egito

79, 183, 185, 204, 305, 307, 385, 404, 408, 432

El Tiempo 409, 493

Eleições

46, 60, 65, 137, 141, 173, 175, 208, 213, 221, 227, 243, 287, 295, 308, 309, 314, 316, 325, 330, 341, 371, 372, 375, 376, 379, 383, 394, 431, 433, 481

Emirados Árabes Unidos 338, 341, 408, 432

Ensino Superior 203, 314, 377

Equador

48, 65, 115, 133, 168, 173, 174, 183, 209, 219, 225, 242, 307, 315, 316, 321, 322, 324, 325, 350, 375, 384, 396, 402, 409, 433, 444, 445

Espanha

41, 42, 43, 77, 83, 84, 200, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 243, 246, 283, 296, 298, 325, 406, 426, 430, 454

Estados Unidos

48, 49, 52, 56, 61, 65, 67, 74, 97, 99, 110, 116, 136, 140, 142, 162, 163, 255, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 280, 284, 304, 308, 323, 325, 327, 341, 372, 375, 384, 402, 404, 412, 420, 421, 422, 426, 427, 428, 429, 430, 432, 433, 436, 443, 445, 447, 449, 450, 454, 471, 473, 476, 477, 481, 482, 488, 492

Etanol

54, 137, 140, 161, 165, 168, 180, 200, 205, 244, 259, 331, 352, 363, 364, 371, 373, 377, 489

Etiópia 202, 267, 269, 270, 277, 294

Evasão Fiscal 200, 260

Extradicação 68, 204, 245, 332

F

Falsificação 205, 385

Feira Internacional 254, 338

Financiadora de Estudos e Projetos 320

Florestas tropicais 204, 265

Fome

41, 43, 45, 46, 48, 56, 62, 71, 72, 77, 80, 81, 83, 85, 91, 97, 98, 105, 106, 113, 132, 142, 155, 157, 159, 169, 185, 213, 215, 218, 222, 224, 227, 228, 229, 231, 246, 247, 253, 258, 263, 271, 278, 287, 297, 306, 310, 312, 314, 319, 324, 333, 334, 335, 339, 345, 348, 350, 358, 365, 376, 378, 406, 426, 427, 428, 476

Fontes Renováveis de Energia 205, 363

Fórum Econômico de Jedá 252

Fórum Econômico Mundial 47, 50, 77

Fórum Global sobre Reinvenção do Governo 157, 355

Foz do Iguaçu 300, 301, 303

França

34, 42, 77, 246, 267, 308, 330, 406, 412, 491

Franco salgado

255, 256, 283, 284, 285, 471

Fundação Alexandre de Gusmão 334, 377

Fundo mundial de combate à pobreza 72

G

G-20

27, 29, 31, 49, 61, 63, 68, 72, 74, 78, 93, 96, 99, 159, 216, 280, 288, 310, 316, 317, 333, 402, 403, 404, 421, 432, 476

G-33 29, 31

G-77 344

G-90 27, 29, 31, 63, 68, 72, 78

Gabão 46, 305, 406

Gana

100, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 203, 305, 306, 308, 309, 310, 311

Georgetown

59, 60, 63, 64, 66, 67, 201, 224, 246, 248, 249

Gestão Ambiental Urbana 206

Grupo de Países Megadiversos Afins 219

Grupo do Rio

239, 240, 250, 322, 402, 437, 476

Grupo dos 4 281, 282

Guatemala 202, 209, 336, 379, 409, 446

Guiana

56, 59, 60, 61, 64, 67, 224, 245, 248, 327, 428

Guiana Francesa 34

Guiné Bissau

100, 101, 109, 110, 111, 117, 142, 199, 215, 218, 221, 222, 267, 279, 295, 305, 306, 309, 312, 313, 314, 315, 319, 333, 383, 405

H

Haiti

116, 133, 174, 190, 208, 209, 210, 211, 227, 230, 232, 325, 354

HIV/AIDS

80, 199, 215, 249, 265, 295, 353, 356

Honduras 330, 335

I

IAPWG 380

IBAS

79, 216, 222, 270, 280, 306, 314, 404

Igualdade Racial

99, 114, 131, 173, 178, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 209, 213, 214, 215, 217, 221, 223, 287, 308, 311, 317, 372, 375, 380, 397, 406

Inclusão social

56, 91, 131, 158, 164, 205, 215, 217, 230, 263, 278, 320, 324, 380, 382

Índia

48, 49, 57, 79, 99, 219, 270, 280, 281, 282, 288, 306, 325, 326, 327, 328, 383, 384, 394

Indústria do Biodiesel 200, 259

Instituições Culturais 205, 235

Instituto Rio Branco

208, 253, 254, 323, 399, 418

Integração regional

92, 213, 216, 285, 287, 310, 312, 351, 363, 396, 402

International Herald Tribune 410

Irã 265, 307, 341

Iraque

81, 151, 185, 186, 227, 228, 241, 242, 267, 275, 300, 304, 321, 341, 351, 384, 407, 426, 427, 431, 433, 473, 477, 481, 482, 483, 484

Irlanda 203, 341, 410

Israel

151, 183, 205, 274, 295, 340, 351, 371, 374

Itaipu 202

J

Jamaica 205, 327, 351, 352, 353, 354

Japão

74, 137, 167, 168, 169, 170, 171, 220, 267, 270, 281, 288, 308, 327, 330, 331, 354, 355, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 394, 407, 471, 472, 474, 486, 488, 489, 490

Jerusalém 341, 374

L

La Prensa 399, 409

La República 385, 388, 390, 394, 409

Le Figaro 424

Letícia 220, 225, 226, 248, 262

Líbano

241, 242, 246, 247, 253, 274, 408, 437, 473, 476

Liga dos Estados Árabes

253, 280, 293, 299, 341, 349, 408, 433

Livre Comércio

63, 68, 72, 79, 88, 133, 147, 168, 214, 225, 240, 242, 245, 250, 256, 261, 263, 264, 330, 335, 336, 338, 374, 378, 385, 395, 493

M

Manejo de Recursos Naturais 204

Manejo sustentável 158, 204, 265, 369

Maremoto no sul da Ásia 209

Marrocos

79, 87, 183, 283, 285, 343, 349, 385, 404, 437, 473, 476, 481, 482

Mata Atlântica 204

Matéria Energética 202, 289

Matéria Penal 203, 204, 230, 264, 298, 332

Meio Ambiente

33, 92, 141, 158, 204, 219, 231, 232, 234, 260, 263, 270, 276, 286, 307, 325, 332, 335, 339, 345, 361, 366, 368, 369, 371, 372, 422

MERCOSUL

39, 42, 48, 49, 50, 62, 63, 65, 68, 71, 72, 74, 87, 91, 92, 93, 99, 100, 133, 142, 146, 147, 148, 150, 151, 159, 168, 173, 174, 177, 181, 182, 183, 184, 211, 214, 217, 221, 225, 229, 231, 239, 240, 242, 245, 250, 254, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 268, 279, 280, 283, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 297, 298, 301, 312, 314, 316, 330, 333, 335, 336, 337, 338, 354, 359, 372, 374, 375, 376, 378, 383, 384, 385, 395, 396, 401, 402,

403, 404, 420, 426, 428, 429, 433, 437, 467, 475, 476, 480, 481, 487, 492

MERCOSUL-SICA-CARICOM 240, 241

México

34, 79, 133, 219, 254, 256, 257, 288, 325, 384, 385, 386, 389, 392, 400, 402, 404, 409, 410, 426, 449, 482, 486

Milênio

41, 42, 43, 47, 77, 99, 105, 159, 218, 222, 227, 228, 230, 251, 278, 281, 307, 312, 314, 315, 333, 335, 342, 348, 360, 365, 379, 395, 407

Minas Gerais

66, 84, 195, 204, 254, 381, 383, 455, 458

Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abasteciment 200

Ministério da Agricultura, Pesca e

Alimentação 200

MINUSTAH

37, 38, 39, 208, 210, 211, 213, 232, 251, 263, 267, 293, 294, 307, 354, 356, 379, 394, 405

Moçambique

46, 49, 110, 117, 269, 270, 278, 279, 305, 325, 406

Mônaco 304, 305

N

Nações Unidas

37, 38, 39, 41, 42, 45, 62, 72, 73, 77, 80, 81, 85, 88, 99, 101, 106, 114, 132, 133, 157, 159, 165, 169, 177, 179, 185, 186, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 218, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 240, 248, 251, 258, 263, 267, 276, 278, 279, 281, 282, 283, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 306, 307, 308, 310, 312, 313, 314, 315, 319, 325, 333, 335, 339, 340, 341, 349, 350, 355, 358, 360

Nagóia 169, 170, 171, 355, 488

NBR Manhã 492

Nigéria

71, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 117, 153, 203, 215, 216, 305, 311, 312, 313

O

OCDE 238, 330

OEA

173, 174, 308, 330, 372, 375, 386, 396, 405, 449

OMC

49, 50, 55, 63, 68, 73, 78, 79, 87, 114, 214, 218, 222, 223, 224, 226, 242, 251, 255, 256, 258, 263, 265, 270, 271, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 288, 298, 299, 307, 310, 312, 314, 316, 319, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 344, 352, 358, 360, 364, 378, 403, 404, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 429, 443, 449, 467, 471, 474, 485

Organização Mundial da Propriedade Intelectual 307

OTCA

33, 220, 225, 244, 245, 250, 258, 264

P

Países Africanos

49, 80, 100, 104, 109, 116, 215, 271, 276, 305, 310, 406, 486

Países Árabes

74, 80, 85, 86, 88, 89, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 186, 246, 250, 252, 265, 268, 269, 280, 281, 283, 285, 286, 289, 292, 293, 334, 336, 337, 338, 342, 343, 345, 346, 349, 351, 389, 393, 408, 427, 430, 431, 433, 435, 437, 444, 447, 451, 473, 474, 475, 477, 479, 480, 481, 482, 486, 487

Países da África

48, 49, 96, 99, 109, 115, 117, 118, 162, 216, 276, 269, 328, 403

Países Sul-Americanos

34, 55, 62, 80, 84, 89, 133, 148, 185,

214, 224, 225, 264, 268, 285, 293, 337, 338, 340, 341, 343, 349, 402, 405, 408, 473

Palestina

151, 208, 243, 246, 252, 295, 380, **431, 432, 436, 473, 474, 480, 483, 484**

Papa Bento XVI 320

Papa João Paulo II 242, 265, 299, 300, 303

Paraguai

48, 79, 181, 202, 203, 205, 209, 232, 234, 239, 289, 300, 301, 302, 315, 316, 325, 327, 337, 338, 372, 383, 384, 385, 396, 409, 426, 487, 492

Paris 108, 254, 318, 330, 483

Parlamento 93, 167, 182, 287, 383, 392

Passaportes Comuns 201

Peru

48, 61, 85, 110, 148, 168, 173, 183, 209, 219, 258, 277, 297, 307, 315, 316, 321, 322, 325, 336, 342, 363, 366, 375, 384, 385, 396, 397, 402, 409, 433, 476, 481, 483

Pessoas Condenadas 201, 204, 264, 332

Petrobras 54, 221, 250, 259, 381

Pirataria 205, 300, 302, 304, 385

Plataformas 200, 259, 380

Portugal 262, 334, 426, 454, 461

Previdência Social 138, 169, 372, 453, 489

Príncipes das Astúrias 262

Projeto Proclima 204

Proteção das florestas tropicais 204

Protocolo de Quioto

161, 200, 227, 231, 236, 251, 345, 361, 363, 370, 489

Q

Quênia

202, 219, 269, 270, 275, 276, 307, 325, 327

R

Recursos Naturais 204

33, 39, 158, 180, 204, 211, 257, 265, 297, 306, 339, 351, 363

Reforma Agrária 201, 260
República Argelina 155, 201, 204, 338, 350
República Dominicana
183, 266, 307, 315, 373, 377, 409
Rodada Doha 271
Ruth Dreifuss 241

S

Saúde
33, 34, 46, 49, 55, 59, 64, 65, 67, 84,
86, 95, 98, 105, 107, 114, 115, 116, 117,
142, 153, 157, 164, 169, 170, 195, 201,
202, 203, 209, 214, 215, 270, 271, 276,
277, 279, 286, 290, 295, 297, 305, 314,
317, 318, 324, 325, 344, 345, 349, 364,
365, 369, 372, 373, 377, 379, 380, 383,
385, 464, 484, 489
Segurança Alimentar
202, 205, 231, 232, 320, 347, 379, 380
Senegal
100, 113, 114, 115, 117, 118, 177, 178,
190, 199, 203, 205, 207, 215, 216, 305, 306,
317, 318, 319, 379, 380
Seqüestro do brasileiro 228
Serviços Aéreos 107, 203, 245, 309, 359
Seul 159, 161, 164, 165, 254, 325, 358
SICA
79, 214, 240, 256, 257, 261, 288, 330,
335, 385, 392, 400
Sistema Geral de Preferências
79, 246, 304, 404
Sri Lanka 325
Sudão 204, 207, 267, 294, 319, 341, 351
Suécia 118, 410
Suíça 239, 242
Suriname
35, 56, 61, 62, 71, 72, 79, 201, 245,
249, 262, 263, 264, 265, 353, 409, 428

T

Tabom 103, 106, 306, 309
Tecnologia Turística 230, 236
Temas Agrícolas 200, 231
Terremoto 90, 220, 265
Territórios Palestinos 341, 380
Terrorismo
41, 55, 81, 83, 152, 159, 213, 230, 243,
296, 297, 342, 407, 437, 473, 478, 482, 485
Timor-Leste 202, 203
Tribunal Regional Federal de São Paulo 119
Trinidad e Tobago
39, 209, 211, 213, 214, 241, 308, 327
Turismo
59, 107, 137, 161, 171, 214, 230, 232,
234, 237, 238, 260, 271, 283, 292, 309,
331, 346, 349, 404
Turquia 432

U

Ucrânia 323, 325
União Européia
41, 42, 48, 49, 61, 64, 67, 73, 74, 79,
97, 122, 136, 142, 147, 162, 168, 182,
183, 213, 229, 262, 263, 271, 273, 288, 297,
307, 326, 327
Universidade de Brasília 334
Uruguai
48, 61, 79, 91, 92, 93, 138, 202, 266,
268, 271, 272, 286, 287, 288, 289, 290,
291, 292, 293, 316, 325, 328, 335, 338,
372, 384, 396, 409, 426, 433, 485, 487

V

Valor Econômico 135, 451, 460
Venezuela
48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 66, 173, 200,
242, 243, 244, 257, 258, 259, 260, 261,
267, 268, 269, 283, 296, 298, 307, 321,
325, 384, 385, 389, 396, 400, 402, 405,
426, 433, 440, 445, 446, 454, 470, 487
Voto Eletrônico 201



RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 96, 1º semestre de 2005

Ano 32

Capa

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão

Acabamento

Cidade Gráfica e Editora Ltda

Hilton Ferreira da Silva

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 18 x 21,6 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

504

1.000 exemplares

Gráfica do MRE

Gráfica do MRE